

(Tradução livre do original em inglês arquivado na Securities Exchange Commission - SEC em 30 de junho de 2004)

COMISSÃO DE BOLSAS E VALORES MOBILIÁRIOS
Washington, DC 20549

FORMULÁRIO 20-F

**RELATÓRIO ANUAL DE ACORDO COM O ARTIGO 13 OU 15 DA LEI DO MERCADO
DE VALORES MOBILIÁRIOS DE 1934**

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2003

Número de Registro da Comissão: 1-15250



Banco Bradesco S.A.

(razão social exata do requerente conforme especificada em seu estatuto social)

Bank Bradesco

(tradução para o inglês da razão social do requerente)

República Federativa do Brasil.

(foro de constituição ou organização)

Cidade de Deus, Vila Yara, 06029-900, Osasco, SP, Brasil

(endereço da sede social)

Valores Mobiliários registrados ou a serem registrados de acordo com o Artigo 12(b) da Lei:

Título de cada classe

“American Depositary Shares”, cada uma delas representando 1 Ação Preferencial, sem valor nominal (“ADSs”)

Ações Preferenciais, sem valor nominal (“Ações Preferenciais”)

Nome de cada bolsa na qual estão registrados

Bolsa de Valores de Nova Iorque

Bolsa de Valores de Nova Iorque

(exclusivamente para fins de registro)

Valores Mobiliários registrados ou a serem registrados de acordo com o Artigo 12(g) da Lei: Nenhum.

Valores Mobiliários relativamente aos quais existe uma obrigação de informação de acordo com o Artigo 15(d) da Lei: Nenhum.

O número de ações em circulação de cada uma das classes de capital ou ações ordinárias do emitente em 31 de dezembro de 2003 era:

79.836.526

Ações Ordinárias

78.693.936

Ações Preferenciais

Indicar assinalando se o requerente do registro: (1) apresentou todos os relatórios que devem ser apresentados nos termos do Artigo 13 ou 15(d) da Lei de Mercado de Valores Mobiliários de 1934 durante os 12 meses anteriores (ou outro período menor no qual o requerente foi obrigado a apresentar esses relatórios), e (2) esteve sujeito a essas exigências de apresentação nos últimos 90 dias.

Sim Não

Indicar assinalando qual item de demonstração financeira o requerente escolheu seguir.

Item 17 Item 18

ÍNDICE

Item 1.	Identificação dos Conselheiros, Membros da Diretoria Executiva e Consultores.....	4
Item 2.	Estatísticas da Oferta e Cronograma Esperado	4
Item 3.	Informações Chave	4
Item 4.	Informações sobre a Companhia	22
Item 5.	Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras.....	130
Item 6.	Conselheiros, Membros da Diretoria Executiva e Funcionários	184
Item 7.	Principais Acionistas e Transações entre Partes Relacionadas	195
Item 8.	Informações Financeiras	201
Item 9.	A Oferta e a Cotação em Bolsa	203
Item 10.	Informações Adicionais	206
Item 11.	Informações Quantitativas e Qualitativas sobre Risco de Mercado	229
Item 12.	Descrição de Outros Valores Mobiliários que não Valores Mobiliários Acionários.....	235
Item 13.	Inadimplementos, Dividendos a Menor e Atraso nos Pagamentos	235
Item 14.	Modificações Significativas aos Direitos dos Detentores de Valores Mobiliários e Uso dos Resultados	235
Item 15.	Controles e Procedimentos	235
Item 16.	[Reservado]	236
Item 16 A.	Perito Financeiro do Comitê de Auditoria	236
Item 16 B.	Código de Ética.....	236
Item 16 C.	Tarifas e Serviços do Auditor Principal.....	236
Item 16 D.	Isenções das Normas de Arquivamento para os Comitês de Auditoria.....	237
Item 16 E.	Aquisições de Ações pelo Emissor e Compradores Afiliados	237
Item 17.	Demonstrações Financeiras	237
Item 18.	Demonstrações Financeiras	237
Item 19.	Anexos	237
	Índices dos Anexos	

APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Neste relatório anual, os termos “Bradesco”, a “Companhia”, o “Banco”, “nós” ou “para nós” referem-se ao Banco Bradesco S.A., sociedade anônima constituída segundo as leis do Brasil e, a menos que o contexto requeira de outra forma, suas subsidiárias consolidadas. Somos uma instituição financeira de serviços completos, que presta, diretamente ou através de nossas subsidiárias, uma gama completa de serviços bancários, financeiros, de seguros e previdência complementar a todos os segmentos do mercado nacional brasileiro. Nossas operações estão baseadas principalmente no Brasil.

O Item 18 deste relatório anual inclui as nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2001, 2002 e 2003, incluindo as respectivas notas explicativas, que foram elaboradas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos, conhecidos como “U.S. GAAP”.

Referências desta declaração o “real”, “reais” ou “R\$” são referências ao real, a moeda oficial do Brasil. Referências desta declaração a “dólares norte-americanos” ou “US\$” são referências a dólares norte-americanos. Referências a “euros” são referências aos euros.

A tabela abaixo apresenta, para as datas indicadas, a taxa de câmbio de reais x dólares norte-americanos, com base na taxa para compra na Cidade de Nova Iorque ao meio-dia, conforme informada pelo Federal Reserve Bank de Nova Iorque e a taxa de venda do dólar norte-americano no fechamento do dia, conforme informada pelo Banco Central do Brasil, que chamamos de “Banco Central”:

Data	Taxa de compra do dólar norte-americano do meio-dia	Taxa de venda do dólar norte-americano no fechamento do dia
	(R\$ por US\$1,00)	
31 de dezembro de 2001	R\$2,3120	R\$2,3204
31 de dezembro de 2002	3,5400	3,5333
31 de dezembro de 2003	2,8950	2,8891
21 de junho de 2004.....	R\$3,1290	R\$3,1298

Em decorrência de recentes flutuações na taxa de câmbio real x dólar norte-americano, a taxa de venda no fechamento em 31 de dezembro de 2003 pode não ser indicativa de taxas de câmbio atuais ou futuras. Portanto, V.Sas. não devem interpretar essas conversões de câmbio como declarações de que quaisquer desses valores foram ou poderiam ser convertidos em dólares norte-americanos a essas ou a quaisquer outras taxas de câmbio.

Para sua conveniência, alguns valores foram convertidos de reais para dólares norte-americanos. Essas conversões foram efetuadas utilizando a taxa de venda do dólar norte-americano no fechamento publicada pelo Banco Central. Veja “Item 3. Informações Chave - Informações sobre Taxas de Câmbio” para maiores informações sobre as taxas de câmbio aplicáveis à moeda brasileira desde 1º de janeiro de 1999.

Alguns números incluídos neste documento foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os números indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

PARTE I

Item 1. Identificação dos Conselheiros, Membros da Diretoria Executiva e Consultores.

Não aplicável

Item 2. Estatísticas da Oferta e Cronograma Esperado.

Não Aplicável.

Item 3. Informações Chave

DADOS FINANCEIROS SELECIONADOS

V.Sas. devem ler os dados financeiros selecionados apresentados a seguir juntamente com a “Apresentação de Informações” e o “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras”, constante deste relatório anual.

Apresentamos abaixo, informações financeiras selecionadas preparadas segundo os “U.S. GAAP” (princípios contábeis geralmente aceitos nos EUA), para os exercícios findos em 31 de dezembro de 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003. As informações financeiras selecionadas elaboradas de acordo com U.S. GAAP são derivadas e devem ser lidas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas elaboradas de acordo com U.S. GAAP, fornecidas no Item 18. O parecer do auditor independente registrado no “Public Company Accounting Oversight Board - PCAOB” está incluído neste relatório anual.

Estas informações estão inteiramente qualificadas por referência às demonstrações financeiras na forma do U.S. GAAP e às correspondentes notas explicativas apresentadas no Item 18.

	Exercício findo em 31 de dezembro de:					
	1999	2000	2001	2002	2003	2003
	(Em milhões de reais)					(Em milhões de dólares) ⁽¹⁾
Dados da Demonstração Consolidada de Resultados:						
Receitas financeiras líquidas	R\$7.021	R\$6.846	R\$9.493	R\$13.467	R\$14.999	US\$4.793
Despesa com provisão para perdas com operações de crédito.....	(1.845)	(1.244)	(1.763)	(2.543)	(2.034)	(650)
Receitas financeiras líquidas, após provisão para perdas com operações de crédito	5.176	5.602	7.730	10.924	12.965	4.143
Receita de prestação de serviços.....	2.100	2.593	2.866	2.894	3.463	1.107
Prêmios de seguros ⁽²⁾	3.756	3.954	4.946	5.308	6.149	1.965
Planos de previdência ⁽²⁾	382	339	713	21	64	20
Resultado de participações em empresas não consolidadas ⁽³⁾	(173)	145	109	150	60	19
Outras receitas não financeiras ⁽⁴⁾	479	2.103	972	(410)	1.373	439
Despesas operacionais ⁽⁵⁾	(4.767)	(5.816)	(6.197)	(7.413)	(8.586)	(2.744)
Sinistros de seguros	(2.388)	(2.511)	(3.251)	(3.614)	(4.333)	(1.385)
Variação de provisões de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização e contratos de investimento de previdência	(1.270)	(1.265)	(1.847)	(2.261)	(3.777)	(1.207)
Despesas operacionais com planos de previdência	(249)	(378)	(459)	(370)	(637)	(203)
Despesas de comercialização de planos de seguro e previdência.....	(635)	(645)	(690)	(669)	(762)	(243)
Outras despesas não financeiras ⁽⁶⁾	(1.689)	(1.887)	(2.054)	(2.272)	(3.323)	(1.062)
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias.....	722	2.234	2.838	2.288	2.656	849
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.....	61	(417)	(550)	(161)	(346)	(111)
Mudança de prática contábil ⁽⁷⁾	-	-	-	27	-	-
Participações de acionistas minoritários.....	(39)	(18)	(18)	(12)	(8)	(2)
Lucro líquido	<u>R\$744</u>	<u>R\$1.799</u>	<u>R\$2.270</u>	<u>R\$2.142</u>	<u>R\$2.302</u>	<u>US\$736</u>

	Exercício findo em 31 de dezembro de:									
	1999		2000		2001		2002		2003	
	(Em reais, exceto número de ações)	(US\$)	(Em reais, exceto número de ações)	(US\$)	(Em reais, exceto número de ações)	(US\$)	(Em reais, exceto número de ações)	(US\$)	(Em reais, exceto número de ações)	(US\$) ⁽¹⁾
Dados por ação ⁽⁸⁾ :										
Lucro líquido por ação ⁽⁹⁾ :										
Ordinária	R\$5,80		R\$13,09		R\$15,11		R\$14,23		R\$14,35	US\$4,59
Preferencial.....	6,38		14,40		16,62		15,65		15,79	5,05
Dividendos/juros sobre capital próprio por ação ⁽¹⁰⁾ :										
Ordinária	6,77	US\$3,72	5,60	US\$2,98	5,65	US\$2,43	6,28	US\$1,92	8,39	2,88
Preferencial.....	R\$7,35	4,09	R\$6,23	3,28	R\$6,21	2,68	R\$6,93	2,11	R\$9,24	3,17
Média ponderada de ações em circulação:										
Ordinárias.....	62.337.807	-	66.614.301	-	72.667.793	-	72.446.557	-	76.960.037	-
Preferenciais.....	59.997.794	-	64.382.670	-	70.580.416	-	70.982.956	-	75.860.162	-

Dados do Balanço Patrimonial Consolidado:	Exercício findo em 31 dezembro de:					
	1999	2000	2001	2002	2003	2003
	(Em milhões de reais)					(Em milhões de dólares) ⁽¹⁾
Ativo						
Caixa e conta correntes em bancos.....	R\$717	R\$1.155	R\$1.715	R\$2.725	R\$2.473	US\$790
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	1.136	1.299	2.051	2.379	5.170	1.652
Aplicações em operações compromissadas.....	7.847	12.328	11.896	12.674	26.175	8.365
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil.....	8.540	5.271	8.232	16.057	16.690	5.334
Títulos e valores mobiliários de negociação e disponíveis para venda, ao justo valor.....	24.331	22.814	29.872	27.549	43.267	13.827
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.....	-	-	-	4.001	3.265	1.044
Operações de crédito.....	28.019	39.439	44.994	52.324	54.795	17.511
Provisão para perdas com operações de crédito.....	(1.783)	(2.345)	(2.941)	(3.455)	(3.846)	(1.229)
Investimentos em empresa não consolidadas e outros investimentos.....	428	447	521	550	295	94
Imobilizado de uso, líquido.....	2.630	2.680	2.727	2.993	3.106	993
Ativos intangíveis, líquido.....	400	875	783	1.778	1.740	556
Outros ativos.....	7.771	7.889	8.445	10.300	13.200	4.219
Total do ativo.....	80.036	91.852	108.295	129.875	166.330	53.156
Passivo						
Depósitos.....	34.595	36.506	41.092	56.333	58.027	18.545
Captações no mercado aberto.....	7.814	12.114	14.037	7.633	27.490	8.785
Obrigações por empréstimos de curto prazo.....	6.013	7.018	8.320	9.639	7.795	2.491
Obrigações por empréstimos de longo prazo.....	8.336	9.060	11.499	13.389	20.093	6.421
Outras obrigações.....	15.647	19.175	23.471	31.826	39.260	12.547
Total do passivo.....	72.405	83.873	98.419	118.820	152.665	48.789
Participação minoritária nas controladas.....	288	98	87	203	73	23
Patrimônio Líquido						
Ações ordinárias ⁽¹¹⁾	1.933	2.408	2.638	2.638	3.525	1.127
Ações preferenciais ⁽¹²⁾	1.867	2.338	2.562	2.562	3.475	1.110
Capital social.....	3.800	4.746	5.200	5.200	7.000	2.237
Total do patrimônio líquido.....	7.343	7.881	9.789	10.852	13.592	4.344
Total do passivo e do patrimônio líquido.....	80.036	91.852	108.295	129.875	166.330	53.156
Ativos médios ⁽¹³⁾	69.604	91.275	101.298	123.447	146.872	46.937
Passivos médios ⁽¹³⁾	62.733	84.540	92.293	113.216	134.625	43.024
Patrimônio líquido médio ⁽¹³⁾	R\$6.574	R\$6.596	R\$8.861	R\$10.015	R\$12.138	US\$3.879

- Valores apresentados em dólares norte-americanos foram convertidos de reais brasileiros à taxa de câmbio de R\$3,1291 = US\$1,00, taxa cambial do Banco Central de 31 de maio de 2004. Nós usamos a taxa cambial de 31 de maio de 2004, ao invés de 31 de dezembro de 2003, porque houve uma valorização substancial na taxa cambial real x dólar norte-americano desde 31 de dezembro de 2003. Para maiores informações, veja "Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - Visão Geral - Condições Econômicas Brasileiras". Tais conversões não deveriam ser entendidas como representativas de que os valores em reais apresentados, ou foram, ou poderiam ser convertidos em dólares norte-americanos, naquela taxa.
- A partir de 2003 registramos os montantes recebidos com relação a determinados planos de aposentadoria complementares, como receita de prêmios de seguros. A fim de adequar-se à apresentação de 2003, os valores relativos a certos planos de aposentadoria complementares nos períodos anteriores foram reclassificados para fins de comparação, resultando em reduções na receita de planos de previdência e aumentos na receita de prêmios de seguro, de R\$175 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 1999, de R\$253 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2000, de R\$330 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2001 e R\$327 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2002. Estas reclassificações não tem efeito sobre a receita não financeira, sobre o lucro líquido ou o patrimônio líquido. Estes planos de aposentadoria complementares fornecem ao detentor um pagamento garantido de benefício por morte.
- Para obter mais informações sobre o resultado de participações em empresas não consolidadas, veja "Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras" e nota 9 das nossas demonstrações financeiras consolidadas, no Item 18.
- Outras receitas não financeiras consistem de lucros (prejuízos) de títulos e valores mobiliários de negociação, ganhos líquidos realizados sobre valores mobiliários disponíveis para venda, ganho líquido em transações de câmbio e outras receitas não financeiras.
- Despesas operacionais consistem de salários, benefícios e despesas administrativas.
- Outras despesas não financeiras consistem de amortização de ativos intangíveis, depreciação e amortização e outras despesas não financeiras.
- Para maiores informações, veja nota 11 às nossas demonstrações financeiras consolidadas no item 18.
- Dados por ação refletem, em uma base retroativa, um desdobramento de ações de 1 ação para cada 5 ações, que ocorreu em 22 de dezembro de 2000. Subseqüentemente em 17 de dezembro de 2003, o Conselho de Administração do Banco propôs o grupamento de ações na proporção de 10.000 ações para 1 ação da respectiva espécie, que foi aprovado pelos nossos acionistas em 10 de março de 2004. Transformando-as em 158.587.942 ações nominativas escriturais, sem valor nominal em 31 de dezembro de 2003. A nova quantidade de ações passou a ser negociada na Bolsa de Valores a partir do dia 22 de março de 2004.
- Ações preferenciais têm o direito de receber lucro por ação em um valor 10% maior do que o lucro por ação pagos aos detentores de nossas ações ordinárias para fins de cálculo de lucro por ação, de acordo com o U.S. GAAP. Para uma descrição de nossas duas classes de ações, veja "Item 10. Informações Adicionais - Atos Constitutivos e Estatuto Social". Nenhuma de nossas obrigações em aberto são permutáveis por ou conversíveis em ações do capital. Nosso lucro líquido diluído por ação não difere portanto, de nosso lucro líquido por ação. Conseqüentemente, nosso lucro por ação básico e diluído são iguais em todos os períodos apresentados, veja nota 2 (u) das nossas demonstrações financeiras consideradas no Item 18.
- Os valores determinados em dólares norte-americanos foram convertidos em reais na taxa de câmbio vigente na data do pagamento de tal dividendo.
- Ações ordinárias em circulação, sem valor nominal: 79.836.526 autorizadas e emitidas até 31 de dezembro de 2003; 719.342.690.385 autorizadas e emitidas até 31 de dezembro de 2002 (ou 71.934.269, considerando o grupamento de ações retroativamente); e 730.598.990.385 autorizadas e emitidas até 31 de dezembro de 2001 (ou 73.059.899, considerando o grupamento de ações retroativamente). Os dados de 2003 refletem o grupamento de nossas ações à proporção de 10.000 ações para 1 ação, aprovado por nosso Conselho de Administração em dezembro de 2003 e aprovado pelos nossos acionistas em março de 2004.
- Ações preferenciais em circulação, sem valor nominal: 78.693.936 autorizadas e emitidas até 31 de dezembro de 2003; 708.537.611.452 autorizadas e emitidas até 31 de dezembro de 2002 (ou 70.853.761, considerando o grupamento de ações retroativamente); e 709.947.011.452 autorizadas e emitidas em 31 de dezembro de 2001 (ou 70.994.701, considerando o grupamento de ações retroativamente). Os dados de 2003 refletem o grupamento de nossas ações à proporção de 10.000 ações para 1 ação, aprovado por nosso Conselho de Administração em dezembro de 2003 e aprovado pelos nossos acionistas em março de 2004.
- Veja "Item 4. Informações da Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas".

Os detentores de ações preferenciais têm o direito de receber dividendos por ação em um valor 10% maior do que os dividendos por ação pagos aos detentores de nossas ações ordinárias.

INFORMAÇÕES SOBRE TAXA DE CÂMBIO

O real foi implementado em julho de 1994, e desde então, até março de 1995, o real se valorizou em relação ao dólar norte-americano. Em março de 1995, o Banco Central implementou políticas cambiais estabelecendo uma banda de negociação, dentro da qual a taxa de câmbio real x dólar norte-americano poderia flutuar, permitindo assim uma desvalorização gradual do real em relação ao dólar norte-americano. Em janeiro de 1999, como resultado do aumento da pressão exercida sobre as reservas cambiais brasileiras, o Banco Central permitiu que o real flutuasse livremente.

Durante 1999, o real ficou sujeito à grande volatilidade e sofreu uma desvalorização acentuada em relação ao dólar norte-americano. Durante 2000, 2001 e 2002, o real continuou a se desvalorizar em relação ao dólar norte-americano, mas durante 2003 ele se valorizou contra o dólar norte-americano. Em face da livre paridade existente no regime cambial vigente, o real está sujeito a flutuações que podem resultar em desvalorizações e/ou valorizações em relação ao dólar norte-americano e a outras moedas estrangeiras.

A tabela a seguir apresenta as taxas de compra, cotação do meio dia, no final do período, média, máximas e mínimas, divulgadas pelo Federal Reserve Bank, expressas em reais por dólares norte-americanos para os períodos e datas indicados:

Taxa de Compra para Dólares Norte-Americanos				
Reais por US\$1,00 - cotação do meio dia				
Período	Período Findo	Média⁽¹⁾	Máxima	Mínima
1999.....	R\$1,8090	R\$1,8135	R\$2,2000	R\$1,2074
2000.....	1,9510	1,8330	1,9840	1,7230
2001.....	2,3120	2,3220	2,7850	1,9720
2002.....	3,5400	2,9420	3,8030	2,3260
2003.....	2,8950	R\$3,0954	3,6590	2,8230
Dezembro	2,8950	-	2,9450	2,8700
2004				
Janeiro	2,9240	-	2,9450	2,8070
Fevereiro	2,9150	-	2,9720	2,9040
Março	2,9070	-	2,9400	2,8680
Abril.....	2,9440	-	2,9590	2,8740
Maio	R\$3,1110	-	R\$3,2085	R\$2,9620

(1) Média das taxas de final de mês começando com dezembro do período anterior até o último mês do período indicado.

Fonte: Federal Reserve Bank of New York

Em 21 de junho de 2004, a taxa de compra ao meio-dia, divulgada pelo Federal Reserve Bank of New York, era de R\$3,1290 por US\$1,00.

A tabela a seguir apresenta as taxas de venda no final do período, médias, máximas e mínimas, divulgadas pelo Banco Central no fechamento, expressas em reais por dólar norte-americano, nos períodos e datas indicados:

Taxa de Venda para Dólares Norte-Americanos				
Reais por US\$1,00 - cotação de fechamento				
Período	Período Findo	Média ⁽¹⁾	Máxima	Mínima
1999.....	R\$1,7890	R\$1,8019	R\$2,1647	R\$1,2078
2000.....	1,9554	1,8313	1,9847	1,7234
2001.....	2,3204	2,3226	2,8007	1,9357
2002.....	3,5333	2,9461	3,9552	2,2709
2003.....	2,8892	R\$3,0964	3,6623	2,8219
Dezembro.....	2,8892	-	2,9434	2,8883
2004				
Janeiro.....	2,9409	-	2,9409	2,8022
Fevereiro.....	2,9138	-	2,9878	2,9042
Março.....	2,9086	-	2,9410	2,8752
Abril.....	2,9447	-	2,9522	2,8743
Maio.....	R\$3,1291	-	R\$3,2051	R\$2,9569

(1) Média das taxas de final de mês começando com dezembro do período anterior até o último mês do período indicado.

Fonte: Banco Central do Brasil

Em 21 de junho de 2004, a taxa de venda do dólar norte-americano no fechamento do dia, divulgada pelo Banco Central, era de R\$3,1298 por US\$1,00.

FATORES DE RISCO

Riscos Relativos ao Brasil

As condições político-econômicas do Brasil têm um impacto direto sobre os nossos negócios e sobre o valor de mercado das ações preferenciais e das ADSs

Preponderantemente, todas as nossas operações e clientes se encontram no Brasil. Dessa forma, nossa situação financeira e os resultados das operações são substancialmente condicionados à economia brasileira, que foi caracterizada no passado por freqüentes e às vezes drásticas intervenções do Governo Brasileiro, assim como por ciclos econômicos voláteis. Além disso, nossas operações, a nossa situação financeira e o valor de mercado das ações preferenciais e das ADSs podem ser afetados de forma negativa por mudanças na política de controles cambiais, fiscais e de outras questões, como por exemplo, pelos seguintes fatores:

- oscilações nas taxas de câmbio;
- oscilações na taxa de juros básica;
- inflação; e

- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil e no exterior, que possam afetar o País.

Estes e outros futuros acontecimentos na economia e nas políticas governamentais brasileiras podem reduzir a demanda brasileira pelos nossos serviços ou produtos, criar incerteza no sistema financeiro, aumentar nosso custo de captação e contribuir para um aumento em nossa carteira de operações de crédito em atraso. Qualquer um desses resultados poderia afetar adversamente nossa situação financeira, os resultados de nossas operações e o valor de mercado das ações preferenciais e das ADSs.

O Banco Central determina a taxa de juros básica brasileira, que chamamos de “taxa de juros básica”. A taxa de juros básica é o “benchmark” de taxa de juros a pagar aos detentores de títulos emitidos pelo Governo Federal e negociados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia, conhecido como SELIC. Durante 2003, o Banco Central reduziu a taxa de juros básica do Brasil, em um total de 8,5 pontos percentuais, para 16,5% e durante os cinco primeiros meses de 2004, reduziu a taxa ainda mais para 16,0%.

No passado, o Governo Brasileiro mudou frequentemente as suas políticas monetária, fiscal e de impostos e outras normas, para poder influenciar o curso da economia brasileira. Não temos controle sobre, e nem podemos prever quais medidas ou políticas o Governo Brasileiro pode tomar em resposta à atual ou futura situação econômica brasileira ou como, tais intervenções e políticas governamentais brasileiras irão afetar a economia brasileira e, tanto direta como indiretamente, as nossas operações e receitas.

Um descasamento de nossa exposição cambial pode levar a perdas substanciais no nosso passivo denominado em, ou indexado a, moedas estrangeiras, uma redução nas nossas receitas e uma queda na competitividade de nossas operações de crédito e arrendamento

A moeda brasileira tem se desvalorizado periodicamente durante as últimas quatro décadas. A taxa de conversão de reais para dólares norte-americanos tem variado significativamente nos últimos anos. Por exemplo, a taxa de conversão real x dólar norte-americanos variou de R\$3,5333 para cada dólar norte-americanos em 31 de dezembro de 2002 para R\$2,8892 em 31 de dezembro de 2003. Apesar disso, durante os cinco primeiros meses de 2004, o valor do real desvalorizou-se 8,3% em relação ao dólar norte-americano, para R\$3,1291 por dólar norte-americano em 31 de maio de 2004. Em 21 de junho de 2004, a taxa de conversão real x dólar norte-americanos era de R\$3,1298 para cada dólar.

Uma parcela significativa de nossos ativos e passivos financeiros está denominada em ou indexada a moedas estrangeiras, principalmente a dólares norte-americanos. Quando a moeda brasileira é desvalorizada, incorremos em perdas no nosso passivo denominado em, ou indexado a, moedas estrangeiras, tal como numa dívida de longo prazo denominada em dólares norte-americanos ou como empréstimos em moedas estrangeiras, enquanto auferimos ganhos nos nossos ativos financeiros denominados em, ou indexados a, moedas estrangeiras, quando o passivo e o ativo são convertidos em reais. Se ocorrer uma desvalorização, quando o valor do passivo denominado dessa forma exceder significativamente o valor do ativo, considerados os instrumentos financeiros na forma de “hedge”, podemos incorrer em perdas significativas, mesmo que seu valor não tenha se modificado na moeda original.

Por outro lado, quando o valor do real se valoriza em relação ao dólar norte-americano, incorremos em perdas sobre nossos ativos financeiros denominados em, ou indexados a moedas estrangeiras e auferimos ganhos em nossos passivos denominados em, ou indexados a moedas estrangeiras. Se o real se valorizar quando o valor de tais ativos excederem significativamente o valor de tais passivos, poderíamos incorrer em perdas significativas, mesmo quando seu valor não tiver mudado em sua moeda original.

Além disso, nossos empréstimos e arrendamento mercantil dependem substancialmente de nossa capacidade de casar o custo dos recursos indexados ao dólar norte-americano com as taxas cobradas de nossos clientes. Uma desvalorização substancial poderia afetar nossa capacidade de atrair clientes nessas condições, ou de cobrar taxas indexadas ao dólar norte-americano.

Se o Brasil passar por um período de inflação substancial no futuro, nossas receitas e o valor de mercado das ações preferenciais e das ADSs poderão diminuir

No passado, o Brasil enfrentou períodos de altíssimas taxas de inflação, com taxas anuais de inflação durante os últimos quinze anos, alcançando altíssimos 1.158% em 1992, 2.708% em 1993 e 1.093% em 1994. Recentemente, as taxas de inflação brasileiras estavam em 26,4% em 2002, 7,7% em 2003 e 5,5% para os cinco últimos meses findos em 31 de maio de 2004. No passado, a inflação em si, assim como as medidas governamentais para combatê-la tiveram efeitos negativos significativos sobre a economia brasileira. A inflação, as medidas para combatê-la e a especulação geral sobre futuras medidas também têm contribuído para a incerteza na economia do Brasil, aumentando a volatilidade dos mercados de valores mobiliários brasileiros. Se o Brasil passar por um período de inflação substancial no futuro, os nossos custos poderão aumentar (se não acompanhados por um aumento na taxa de juros), as nossas margens operacionais e líquidas poderão diminuir e, se faltar confiança do investidor, o preço de nossas ações preferencias e das ADSs poderá cair. As pressões inflacionárias também podem limitar a nossa capacidade de acessar mercados financeiros no exterior, podendo levar a novas intervenções governamentais na economia, incluindo a implementação de políticas governamentais, que podem afetar de forma negativa o desempenho global da economia brasileira.

Mudanças negativas nas condições econômicas brasileiras podem causar um aumento de inadimplência dos clientes nas suas obrigações, o que poderia substancialmente reduzir os nossos resultados

Os nossos negócios bancários e de arrendamento mercantil, entre outros, dependem fundamentalmente da capacidade dos nossos clientes de pagar os seus empréstimos e de cumprir com suas obrigações. Se a economia brasileira piorar devido aos seguintes fatores, entre outros:

- nível de atividade econômica;
- desvalorização do real;
- inflação; ou
- um aumento nas taxas de juros.

uma grande parcela da nossa clientela poderá ter dificuldade para pagar pontualmente seus empréstimos, ou de cumprir com suas necessidades de serviço da dívida, o que aumentaria a nossa carteira de créditos de curso anormal e poderia diminuir substancialmente os nossos lucros líquidos.

O acesso aos mercados de capitais internacionais, por parte das empresas brasileiras, é influenciado pela percepção de risco sobre economias emergentes, o que pode prejudicar a nossa capacidade de financiar as operações

Desde o final de 1997 e principalmente durante os últimos três anos, em consequência de problemas econômicos em vários mercados emergentes, incluindo a crise econômica na Argentina, os investidores têm tido uma percepção de risco mais aguçada, para seus investimentos em mercados emergentes. Como resultado, em alguns períodos, o Brasil tem sentido uma evasão de dólares norte-americanos, enquanto as empresas brasileiras têm arcado com maiores custos para captar recursos, tanto internamente como no exterior, e têm sido impedidas de acessar os mercados de capitais internacionais. Nós não podemos assegurar que os mercados de capitais internacionais permanecerão abertos para as empresas brasileiras ou que as taxas de juros que venham prevalecer nesses mercados sejam vantajosas para nós.

Acontecimentos em outros mercados emergentes podem afetar de forma negativa o valor de mercado das ações preferenciais e das ADSs

O valor de mercado das ações preferenciais e das ADSs pode ser afetado de forma negativa por quedas nos mercados financeiros internacionais e nas condições econômicas mundiais. Os mercados de valores mobiliários brasileiros são, em proporções que variam, influenciados pelas condições econômicas e de mercado em outros mercados emergentes, particularmente os da América Latina, incluindo a Argentina, que é uma das principais parceiras comerciais do Brasil. Embora as condições econômicas sejam diferentes em cada país, as reações dos investidores em relação a acontecimentos num país podem afetar os mercados de títulos e os títulos de emissão em outros países, inclusive o Brasil. Desde o quarto trimestre de 1997, os mercados financeiros internacionais têm passado por uma volatilidade significativa e a maioria dos índices de mercado, incluindo os do Brasil, tem diminuído significativamente.

Os acontecimentos em outros países têm também, às vezes, afetado de forma negativa o valor de mercado das nossas ações preferenciais e de outras empresas brasileiras. Uma vez que, a elevada percepção de risco dos investidores devido às crises em outros mercados emergentes pode levar a níveis reduzidos de investimento no Brasil e, além disso, pode prejudicar nossa habilidade em financiar nossas operações através de mercados de capitais internacionais. Se a atual situação econômica na Argentina e na América Latina piorar ou se acontecimentos semelhantes nos mercados financeiros internacionais ocorrerem no futuro, o valor de mercado das ações preferenciais e das ADSs pode ser afetado de forma negativa.

Uma recorrência da recente crise energética brasileira poderia afetar adversamente nossas operações

Durante 2001 e no começo de 2002, o Brasil passou por uma severa escassez de capacidade para gerar energia elétrica. A crise foi devida em parte à pior seca em 60 anos, o que fez com que os níveis de água nas hidrelétricas (responsáveis por 90% da capacidade geradora do país) caíssem para menos de um terço da capacidade e em parte, a uma falta de investimentos anteriores em geração de energia. A fim de evitar apagões, o Governo Brasileiro instituiu medidas obrigatórias gerais que tinham como objetivo reduzir o consumo de eletricidade, as quais vigoraram de junho de 2001 até 28 de fevereiro de 2002. De acordo com as regras de consumo reduzido de energia, fomos obrigados a reduzir nosso consumo de energia em 20%.

Se a seca ocorrer novamente ou se não houver investimentos adicionais em geração de eletricidade, o Brasil poderá passar por outra crise de energia. Se isto ocorrer, o Governo Brasileiro pode impor medidas similares para reduzir consumo de energia no futuro, o que poderia reduzir a habilidade de nossos clientes em pagar suas dívidas, e portanto, afetar adversamente nossas operações e ganhos líquidos.

A inadimplência dos estados e dos municípios pode afetar de forma negativa o valor de mercado das ações preferenciais e das ADSs

Poderemos sofrer efeitos negativos devido à inadimplência dos Governos Estaduais e Municipais brasileiros. Em janeiro 1999, os Estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul suspenderam o pagamento de suas dívidas com o Governo Federal, enquanto outros sete Estados solicitaram negociação de seus acordos de financiamento com o Governo Federal. Embora esses Estados tenham retomado seus pagamentos, qualquer inadimplência futura ou a percepção de risco de mais inadimplência dos Governos Estaduais e Municipais poderá minar a confiança do investidor, ter um efeito negativo na economia brasileira e/ou influenciar de forma negativa a região correspondente. Caso a economia brasileira ou qualquer uma das economias regionais nas quais operamos seja afetada de forma negativa pela inadimplência, as nossas operações e o valor de mercado das ações preferenciais e das ADSs poderão ser afetados de forma negativa.

Riscos Relacionados ao Bradesco e ao Setor Bancário Brasileiro

O Governo Brasileiro regula as operações dos bancos e das seguradoras brasileiras, sendo que as mudanças nas leis e nos regulamentos vigentes ou a imposição de nova legislação podem afetar de forma negativa as nossas operações e as receitas

Os bancos e as seguradoras brasileiras, inclusive as nossas operações bancárias e de seguros, estão sujeitos a uma extensa e contínua fiscalização regulamentar por parte do Governo Brasileiro. Não temos controle sobre a regulamentação governamental, a qual rege todas as características das nossas operações, inclusive a imposição de:

- necessidades de capital mínimo;
- necessidades de depósitos compulsórios;
- limites de empréstimo e outras restrições de crédito; e
- requisitos contábeis e estatísticos.

A estrutura regulamentar que rege os bancos e as seguradoras brasileiros está em constante evolução. As leis e os regulamentos existentes podem ser alterados. A maneira em que as leis e os regulamentos são aplicados ou interpretados pode modificar-se e novas leis e regulamentos podem ser adotados. Essas mudanças poderiam afetar substancialmente de forma negativa as nossas operações e as nossas receitas.

As mudanças regulamentares que afetam os outros negócios nos quais atuamos, incluindo as nossas operações de corretagem, distribuição de títulos e arrendamento mercantil, também podem afetar de forma negativa as nossas operações e as nossas receitas.

Modificações pelo Banco Central nas taxas de juros básicas podem afetar de forma negativa os resultados das nossas operações e o nosso lucro

O Banco Central estabelece as taxas de juros básicas para o sistema bancário brasileiro. Em anos recentes, a taxa de juros básica tem oscilado, com uma alta de aproximadamente 45% em março de 1999 e uma baixa de 15,25% em 17 de janeiro de 2001. Em 19 de fevereiro de 2003, a taxa básica de juros era de 26,5% e permaneceu a mesma até 18 de junho de 2003. De junho de 2003 a dezembro de 2003, o Banco Central diminuiu a taxa básica de juros em 9,5 pontos percentuais, para 16,5%. Em março de 2004 o Banco Central reduziu a taxa para 16,25%, seguido por outra redução em abril, para 16,0%. As modificações nas taxas de juros básicas podem afetar substancialmente de forma negativa os resultados das nossas operações devido a:

- altas taxas de juros básicas que aumentam o custo da dívida interna e podem aumentar a probabilidade de inadimplência dos clientes; e
- baixas taxas de juros básicas que podem diminuir a nossa receita de juros.

O Banco Central utiliza as modificações na taxa de juros básica como instrumento para a sua gestão da economia brasileira, inclusive a proteção das reservas e do fluxo de capitais. Nós não temos controle sobre as taxas de juros básicas estabelecidas pelo Banco Central, nem com que frequência elas são ajustadas.

Nosso lucro antes dos impostos e da participação minoritária para o exercício findo em 31 de dezembro de 2000 inclui um ganho não recorrente significativo e não é representativo dos lucros essenciais que possam ser esperados no futuro

O nosso lucro antes dos impostos e da participação minoritária para o exercício findo em 31 de dezembro de 2000 inclui R\$1.004 milhões de ganho não recorrente sobre a venda de títulos disponíveis para venda. Conseqüentemente, o valor de nosso lucro antes dos impostos e da participação minoritária para 2000 pode não ser representativo de nosso desempenho futuro, principalmente porque o ganho não recorrente representa 45% de nosso lucro antes dos impostos e da participação minoritária para 2000 e não é parte de nossos lucros essenciais que possam ser esperados no futuro.

O ganho não recorrente sobre a venda de títulos disponíveis para venda resultou da transferência de nossos investimentos em companhias que operam nos setores de mineração, siderurgia, energia, telecomunicações e comércio eletrônico (aos quais nos referimos coletivamente como “Participações Cindidas”) à uma entidade não relacionada através de uma transferência, venda e cisão. Nós nos referimos a estas transações, que realizamos em fevereiro e março de 2000, coletivamente como “Cisão”. Nós realizamos a cisão para cumprir com regulamentos bancários brasileiros que limitam a propriedade, pelas instituições financeiras, de entidades não financeiras. Estes ativos transferidos na Cisão eram, principalmente, títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

Nós realizamos a Cisão em vários passos. No primeiro passo, transferimos as Participações Cindidas para a Bradesplan Participações S.A., que chamamos de “Bradesplan”, uma de nossas subsidiárias integrais. A Bradesplan funcionou como uma controladora para as Participações Cindidas. A Bradesplan teve um ganho não realizado sobre sua reserva de capital disponível para venda de R\$1.004 milhões relativo aos títulos, que incluímos em nossas demonstrações financeiras consolidadas como uma reserva de valores mobiliários disponível para venda.

Em 29 de fevereiro de 2000, nós vendemos a Bradesplan, incluindo os títulos disponíveis para venda, para nossa subsidiária integral Paiol Participações e Comércio Ltda., que chamamos de “Paiol”, em seu valor contábil. Na mesma data, nós cindimos a Paiol (incluindo seu investimento na Bradesplan) para a Bradespar S.A., que chamamos de “Bradespar” em uma transação similar a uma distribuição de capital. Nós realizamos um ganho de R\$1.004 milhões sobre os títulos e valores mobiliários disponíveis para venda em conexão com a cisão da Paiol para a Bradespar. Para maiores informações sobre a Cisão, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - A Companhia - Histórico - Cisão”.

O ambiente cada vez mais competitivo nos setores bancário e de seguros no Brasil pode afetar de forma negativa as nossas expectativas de negócios

Enfrentamos uma significativa concorrência em todas as nossas principais áreas de operação, tanto de outros grandes bancos brasileiros quanto das seguradoras, públicos e privados. A regulamentação brasileira impõe barreiras apenas limitadas à entrada no mercado e não diferencia bancos comerciais e de investimentos e seguradoras locais e estrangeiras. Consequentemente, a crescente presença de bancos e seguradoras estrangeiros no Brasil, alguns dos quais com mais recursos do que nós, tem aumentado a concorrência tanto nos setores bancário e de seguros, de um modo geral como nos mercados de produtos específicos que têm crescido. A privatização dos bancos estatais também tem influenciado os mercados bancários e de outros serviços financeiros para que se tornem mais competitivos.

O aumento na concorrência pode afetar de forma negativa os resultados e as expectativas dos nossos negócios através de, entre outros fatores:

- limitação da nossa capacidade de aumentar nossa base de clientes e expandir as nossas operações;
- redução das nossas margens de lucro sobre os serviços bancários, de seguros, de arrendamento mercantil e dos outros produtos que oferecemos; e
- aumento da concorrência para oportunidades de investimentos estrangeiros.

Ademais, outros bancos e seguradoras estatais poderão ser privatizados no futuro. A aquisição de um banco ou de uma seguradora, que esteja sendo privatizado, por um dos nossos concorrentes poderia agregar à parcela do mercado do adquirente, e consequentemente, enfrentaríamos uma maior concorrência deste.

O Governo Federal anunciou a privatização do Instituto de Resseguros do Brasil S.A., (atual IRB - Brasil Resseguros S.A.) conhecido como “IRB”, uma companhia de resseguros controlada pelo Governo. A privatização foi suspensa por tempo indeterminado e não é possível atualmente saber quando, ou se tal privatização ocorrerá. Se o IRB for privatizado com sucesso, através da venda do controle a um dos nossos concorrentes, iremos enfrentar mais concorrência e teremos uma parcela menor do mercado para as nossas operações de seguros.

Uma maioria das nossas ações ordinárias é detida por dois acionistas, cujos interesses podem conflitar com os interesses de outros investidores.

Em 31 de dezembro de 2003, a Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações, que chamamos de “Cidade de Deus Participações”, mantinha 47,72% de nossas ações ordinárias e a Fundação

Bradesco mantinha diretamente 16,15% de nossas ações ordinárias e indiretamente 46,85%. Consequentemente, esses acionistas têm o poder de votar para impedir uma mudança no controle de nossa companhia, mesmo se uma operação dessa natureza fosse benéfica aos nossos outros acionistas, assim como para aprovar transações com partes relacionadas ou reorganizações societárias. De acordo com as determinações do estatuto da Fundação Bradesco, todos os nossos diretores, membros da Diretoria Executiva e diretores departamentais, assim como todos os diretores e executivos da Cidade de Deus Participações, compõem a Mesa Regedora da Fundação Bradesco. A mesa Regedora não tem outros membros. Para maiores informações sobre nossos acionistas, veja “Item 7. Principais Acionistas e Transações entre Partes Relacionadas - Principais Acionistas”.

As mudanças nas exigências de reservas e de depósitos compulsórios podem prejudicar a nossa capacidade de lucratividade

O Banco Central reimpôs na metade do ano de 2002 os requerimentos de reservas que tinham sido reduzidos anteriormente. Além disso, ele poderá no futuro aumentar esses requerimentos de reservas, ou impor novos requerimentos de reservas ou de depósito compulsório. Em 31 de dezembro de 2003, as exigências de reserva reimpostas nos obrigaram a manter um total de R\$3,1 bilhões de títulos do Governo Brasileiro que não éramos obrigados a manter anteriormente. Em consequência disso, nossa liquidez disponível para fazer empréstimos e outros investimentos foi reduzida neste mesmo valor. Além disso, poderíamos ser afetados de forma negativa e substancial pelas modificações nas exigências de depósitos compulsórios, devido ao fato de que os recursos mantidos como depósitos compulsórios de um modo geral não têm o mesmo retorno que os nossos outros investimentos e depósitos, pois:

- uma parcela dos nossos depósitos compulsórios não rende juros;
- somos obrigados a manter uma parte dos nossos depósitos compulsórios em títulos do Governo Brasileiro; e
- é exigido utilizar uma parcela de nossa captação em depósitos para financiar um programa habitacional federal e o setor rural.

Os requerimentos de reservas têm sido utilizados pelo Banco Central para controlar a liquidez, como parte da política monetária no passado e não temos controle sobre essa imposição.

Poderemos enfrentar elevação em nossos níveis de atraso no pagamento de empréstimos, à medida que a nossa carteira de empréstimos amadurece

A nossa carteira de empréstimos vem crescendo substancialmente desde 1996. Qualquer aumento correspondente no nosso nível de atraso no pagamento de empréstimos poderá desequilibrar a relação da taxa de crescimento de empréstimos, já que os mesmos, tipicamente, não se tornam vencidos dentro de um curto espaço de tempo após sua origem. Um crescimento rápido de empréstimos também pode reduzir o índice de empréstimos vencidos em relação aos empréstimos totais, até que a taxa de crescimento diminua ou a carteira se torne mais madura. Isto pode resultar num aumento de nossas provisões para perdas com operações de crédito, baixas contábeis e índice de empréstimos vencidos em relação ao total de empréstimos.

Além disso, em consequência do crescimento de nossa carteira de empréstimos e a referida defasagem com qualquer aumento correspondente no nível de empréstimos vencidos, a nossa experiência histórica com créditos de curso anormal pode não ser indicativa da experiência futura com esses créditos.

Perdas com nossos investimentos em valores mobiliários de negociação podem ter um impacto significativo sobre os resultados das nossas operações, além de não serem previsíveis

Os valores mobiliários de negociação representam uma parcela significativa do nosso ativo, sendo que os ganhos e as perdas de investimentos têm tido e continuarão a ter um impacto significativo sobre os resultados das nossas operações. Os valores desses ganhos e perdas, os quais contabilizamos à medida que os investimentos em valores mobiliários são alienados ou em certas circunstâncias limitadas quando os títulos que mantemos são ajustados para preços de mercado, podem oscilar substancialmente entre um período e outro. O nível de oscilação depende, em parte, do valor de mercado dos títulos, que por sua vez pode variar consideravelmente, e depende de nossas políticas de investimento. Não podemos prever o montante de ganhos ou perdas realizadas num determinado período futuro, sendo que as variações de um período a outro não têm valor prático de análise. Os rendimentos da nossa carteira de investimentos podem deixar de contribuir no todo ou em parte para o lucro líquido nos mesmos níveis que os de períodos recentes, sendo que poderemos deixar de auferir uma valorização como a atualmente praticada em nossa carteira consolidada de investimentos, ou qualquer parcela de valorização correspondente.

Nossa estratégia de comercializar e aumentar os serviços bancários pela Internet no Brasil pode ser mal recebida ou se tornar mais cara do que rentável

Temos incentivado intensamente o uso da Internet para os serviços bancários e outros serviços para os nossos clientes e pretendemos continuar a fazê-lo. Portanto, o mercado para os nossos produtos na Internet está evoluindo rapidamente e tornando-se cada vez mais competitivo. Não podemos prever se, ou quão rapidamente, esse mercado irá crescer. No entanto, se falharmos na tentativa de adaptar-nos ao crescimento e às mudanças no mercado e na tecnologia da Internet, os nossos negócios, a nossa competitividade, ou os resultados das nossas operações poderiam ser afetados substancialmente.

A Internet no Brasil poderá se revelar um mercado comercialmente inviável, por uma série de razões, inclusive pela falta de tecnologia de segurança aceitável, pelo desenvolvimento potencialmente inadequado da infra-estrutura necessária ou pela falta de desenvolvimento e comercialização de melhorias necessárias de desempenho.

À medida que se tornar disponível o acesso à Internet através de bandas mais largas, poderá ser necessário implementar mudanças significativas no desenho e no conteúdo da nossa rede on-line, de modo a poder competir efetivamente. Uma falha na efetiva adaptação a esses ou a quaisquer outros desenvolvimentos tecnológicos poderia afetar de forma negativa os nossos negócios.

As nossas atividades de negociação e transações com derivativos podem ocasionar perdas substanciais

Atuamos em negociação com valores mobiliários, comprando títulos de renda fixa e variável, principalmente, para vendê-los no curto prazo com o objetivo de gerar lucros sobre diferenças de preço no curto prazo. Esses investimentos poderiam nos expor à possibilidade de perdas financeiras substanciais no futuro, já que os títulos estão sujeitos a flutuações no valor que podem gerar perdas. Além disso, entramos em transações com derivativos para administrar globalmente nossa exposição a risco cambial e de taxa de

juros. Cada uma dessas transações com derivativos protege contra aumentos nas taxas cambiais ou de juros ou contra reduções em tais taxas, mas não ambos. Se entrarmos em transações com derivativos para proteger contra, por exemplo, reduções no valor do real ou nas taxas de juros e, ao invés disso, o real se valorizar ou a taxa de juros aumentar, nós podemos incorrer em perdas financeiras. Tais perdas poderiam afetar de forma negativa e substancial o nosso lucro líquido futuro, e portanto, o valor das ações preferenciais e das ADSs. Para maiores informações sobre nosso risco de mercado, veja “Item 11. Divulgações Quantitativas e Qualitativas sobre Risco de Mercado”. Nos últimos quatro anos, o índice de nossos títulos e valores mobiliários de negociação, em relação ao total do ativo como mensurado em 31 de dezembro de cada ano, foi tão elevado quanto a 22,5% e poderá ser maior no futuro.

Riscos Relativos às Ações Preferenciais e às ADSs

Como detentor de ADSs, de um modo geral V.Sa(s). não terá(ão) direito a voto nas nossas assembléias gerais de acionistas

Segundo a Legislação Societária e o nosso estatuto (Lei Brasileira n.º 6.404/76, alterada pela Lei n.º 9.457/97 e Lei Brasileira n.º 10.303/01, as quais chamamos conjuntamente de “Legislação Societária Brasileira”), os detentores de nossas ações preferenciais e, portanto, de nossas ADSs não têm direito a voto nas nossas assembléias gerais de acionistas, exceto em certas circunstâncias limitadas. Isto significa que, entre outros aspectos, V.Sa(s)., como detentor(es) de ADSs, não terá(ão) direito a voto nas operações societárias, inclusive qualquer fusão ou consolidação proposta com outras empresas.

Além disso, nas circunstâncias limitadas em que os acionistas preferencialistas podem votar, os detentores podem exercer o direito de voto relativo às ações preferenciais, representadas pelas ADSs, somente seguindo as disposições do contrato de depósito relativo às ADSs. Não existe na legislação brasileira, ou no nosso estatuto social, quaisquer disposições que possam limitar a capacidade dos detentores de ADSs de exercer seus direitos de voto através do banco depositário, com relação às ações preferenciais representativas. No entanto, existem limitações práticas à capacidade dos detentores de ADSs para o exercício de seus direitos de voto devido às diversas etapas e procedimentos na comunicação com os referidos detentores. Por exemplo, nossos acionistas preferencialistas deverão receber nossos avisos diretamente ou através de publicação de notificação em jornais brasileiros e poderão exercer seus direitos de voto estando presentes na assembléia, ou através de um procurador. Os detentores de ADSs, por outro lado, não deverão receber nossos avisos diretamente. Ao invés disso, de acordo com o contrato de depósito, enviaremos o aviso para o banco depositário, o qual por sua vez, tão logo seja possível, enviará pelo correio aos detentores de ADSs o aviso relativo à assembléia e uma declaração quanto à maneira pela qual as instruções podem ser transmitidas pelos detentores. Para exercerem seus direitos de voto, os detentores de ADSs terão que instruir o banco depositário de como votar as ações representadas por suas ADSs. Devido a esse passo adicional no procedimento, envolvendo o banco depositário, o processo para o exercício de direitos de voto será mais demorado para os detentores de ADSs do que para os detentores de ações preferenciais. As ADSs para as quais o banco depositário não receber em tempo hábil as instruções de voto não poderão votar na assembléia.

Exceto em circunstâncias limitadas, os detentores de ADSs não podem exercer os direitos de voto relativos às ADSs.

Poderá deixar de se desenvolver um mercado ativo ou líquido para as nossas ADSs

Anteriormente ao registro de nossas ADSs em setembro de 2001, não havia um mercado público para as nossas ADSs. Nós não podemos prever se irá se desenvolver mais e se tornará sustentável, um mercado de negociação pública ativo e líquido para as nossas ADSs. Os mercados de negociação ativos e líquidos geralmente resultam em uma menor volatilidade de preço e numa execução mais eficiente das ordens de compra e venda dos investidores. A liquidez de um mercado de títulos, muitas vezes, é uma função do volume de ações de lastro que são mantidas publicamente por partes não relacionadas. Embora os detentores de ADSs tenham o direito de retirar a qualquer momento do banco depositário as ações preferenciais que servem de lastro para as ADSs, não existe um mercado público para as nossas ações preferenciais nos Estados Unidos.

As ações preferenciais e as ADSs não lhe(s) dão direito a um dividendo fixo ou mínimo

Os detentores de nossas ações preferenciais e de ADSs não têm direito a um dividendo mínimo ou fixo. Conforme nosso estatuto, nossas ações preferenciais têm direito a dividendos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. Embora de acordo com nosso estatuto atual, somos geralmente obrigados a pagar ao nosso acionista 30% de nosso lucro líquido anual ajustado. Os nossos acionistas participando da Assembléia Anual dos Acionistas exercem a faculdade de suspender esta distribuição compulsória de dividendos, se o Conselho de Administração os aconselhar de que o pagamento do dividendo não é compatível com nossa situação financeira. Nem nosso estatuto e nem a lei brasileira especifica as circunstâncias nas quais a distribuição não seria compatível com nossa situação financeira e nossos acionistas nunca suspenderam a distribuição obrigatória de dividendos. Entretanto, a prática geral brasileira é que uma companhia não precisa pagar dividendos se tal pagamento ameaçar a existência da companhia, enquanto negócio lucrativo ou prejudicar o curso normal das operações.

Como detentor das ADSs, V.Sa(s). terá(ão) direitos de acionista(s) mais restritos e menos definidos do que aqueles praticados nos Estados Unidos ou em certas outras jurisdições

Os nossos assuntos societários são regidos pelo nosso estatuto e pela Legislação Societária Brasileira, que podem diferir dos princípios legais que se aplicariam se fôssemos constituídos numa jurisdição norte-americana ou em certas outras jurisdições fora do Brasil. Pela Legislação Societária Brasileira, V.Sa(s). e os detentores das ações preferenciais poderão ter direitos mais restritos e menos definidos para proteger os seus interesses relativos aos atos praticados pelo nosso Conselho de Administração ou pelos detentores de ações ordinárias, que os direitos regidos por leis de outras jurisdições fora do Brasil.

Embora a Legislação Societária Brasileira imponha restrições sobre negociações com informações privilegiadas ou sobre manipulações de preço, os mercados brasileiros de valores mobiliários não são tão altamente regulamentados e supervisionados como os mercados de valores mobiliários dos EUA ou de certas outras jurisdições. Além disso, a negociação com as próprias ações e a preservação dos interesses do acionista podem ser menos reguladas e cumpridas no Brasil do que nos EUA, o que poderia lhe(s) pôr em desvantagem na condição de detentor(es) das ações preferenciais e das ADSs. Por exemplo, comparando com as leis societárias gerais do Estado de Delaware, a Legislação e a Prática Societárias Brasileiras possuem regras e precedentes judiciais menos detalhados e bem estabelecidos, relativos à avaliação das decisões da Administração com respeito aos padrões de dever, de zelo e de lealdade, dentro do contexto de reestruturações societárias e operações com partes relacionadas, assim como para operações de alienação de negócios. Ademais, os acionistas de empresas brasileiras precisam ser detentores de 5% do capital social

em circulação de uma empresa para terem legitimidade para entrar com ações derivadas de acionistas, além do fato de que, os acionistas de empresas brasileiras normalmente não têm legitimidade para entrar com ações de classe.

Pode ser difícil executar responsabilidades civis contra nós ou nossos conselheiros e executivos.

Somos organizados de acordo com as leis do Brasil e todos os nossos conselheiros e executivos residem fora dos Estados Unidos. Além disso, uma parcela substancial de nossos ativos e a maior parte ou todos os ativos de nossos conselheiros e executivos estão localizados no Brasil. Como resultado, pode ser difícil para os investidores abrirem processos sobre tais pessoas, dentro dos Estados Unidos ou em outras jurisdições fora do Brasil, ou executar julgamentos contra elas, incluindo qualquer ação com base em responsabilidades civis, conforme as leis de títulos federais dos EUA.

Se emitirmos novas ações, ou se nossos acionistas venderem suas ações no futuro, o preço de mercado de suas ADSs poderá diminuir

As vendas de quantidades substanciais de ações, ou a crença de que isso possa ocorrer, poderiam diminuir o preço de mercado vigente das ações preferenciais e das ADSs, através da diluição do valor das ações. Se emitirmos novas ações ou se nossos acionistas existentes venderem as ações que detêm, o preço de mercado das ações preferenciais e, por consequência, das ADSs, poderá diminuir significativamente. Tais vendas poderão também tornar mais difícil para nós a venda de ações preferenciais e ADSs no futuro, numa oportunidade e a um preço que julgarmos apropriados.

V.Sa(s). poderá(ão) ser impedido(s) de exercer direitos de preferência relativos às ações preferenciais

V.Sa(s). não poderá(ão) exercer direitos de preferência relativos às ações preferenciais que servem de lastro para as suas ADSs, salvo se estiver em vigor uma declaração de registro, segundo a Lei de Valores Mobiliários de 1933 dos Estados Unidos com relação àqueles direitos, ou uma isenção de declaração de registro da referida Lei de Valores Mobiliários. Da mesma forma, de tempos em tempos, poderemos distribuir direitos aos nossos acionistas. O banco depositário não oferecerá direitos a V.Sa(s)., como detentor das ADSs, salvo se os direitos estiverem registrados de acordo com as disposições da Lei de Valores Mobiliários ou sujeitos a uma isenção dos requisitos de registro. Não temos obrigação de arquivar uma declaração de registro relativa às ações ou outros títulos referentes a esses direitos, nem podemos lhe(s) assegurar de que pretendemos arquivar tal declaração de registro. Dessa forma, V.Sa(s). poderá(ão) receber somente o produto líquido da venda pelo banco depositário dos direitos recebidos com relação às ações representadas por suas ADSs ou, caso os direitos de preferência não possam ser vendidos, serão dados como extintos no decurso do prazo. É possível que V.Sa(s). não possa(m) participar de nossas ofertas de direitos e, como consequência, seus títulos ficarão diluídos.

Se V.Sa(s). permutar(em) as suas ADSs por ações preferenciais, correrá(ão) o risco de perder a capacidade de remeter moeda estrangeira para o exterior, assim como os benefícios fiscais brasileiros

A legislação brasileira exige que as partes obtenham um certificado de registro do Banco Central para poder remeter moedas estrangeiras, incluindo dólares norte-americanos, para o exterior. O custodiante brasileiro das ações preferenciais deverá obter do Banco Central os certificados necessários para o pagamento de dividendos ou outras distribuições em dinheiro, relativos às ações preferenciais ou

após alienação das ações preferenciais. No entanto, se V.Sa(s). permutar(em) as ADSs pelas ações preferenciais que as lastreiam, somente poderá(ão) contar com o certificado do custodiante durante cinco dias úteis a partir da data da permuta. A partir dessa ocasião, V.Sa(s). deverá(ão) obter seu próprio certificado de registro ou se registrar de acordo com as regras do Banco Central e da CVM para obter e remeter os dólares norte-americanos para o exterior, após a alienação das ações preferenciais ou as distribuições relativas às ações preferenciais. Se V.Sa(s). não obtiver(em) o certificado de registro, V.Sa(s). poderá(ão) não ser capaz(es) de remeter os dólares norte-americanos, ou outras moedas, para o exterior, ficando sujeito(s) a um tratamento fiscal menos favorável relativo aos rendimentos das ações preferenciais. Para maiores informações, veja “Item 10. Informações Adicionais - Controles de Câmbio.”

Se V.Sa(s). tentar(em) obter seu próprio certificado de registro, poderá(ão) incorrer em despesas ou enfrentar demora no processo, o que poderia causar atraso para o seu recebimento de dividendos ou distribuições relativos às ações preferenciais, ou o retorno oportuno do seu capital. O certificado de registro do custodiante, ou qualquer certificado de registro de capital estrangeiro que V.Sa(s). poderá(ão) obter, poderá ser afetado por futuras mudanças na legislação. Poderão ser impostas no futuro restrições aplicáveis à V.Sa(s)., à alienação das ações preferenciais de lastro ou à repatriação do produto da alienação.

O Governo Brasileiro poderá impor controles ou restrições cambiais sobre as remessas para o exterior, que podem afetar de forma negativa a sua habilidade de converter recursos em reais para outras moedas, assim como de remeter as moedas para o exterior

V.Sa(s). poderá(ão) ser afetada(s) de forma negativa pela imposição de restrições sobre a remessa para investidores estrangeiros do produto de seus investimentos no Brasil e sobre a conversão de moeda corrente nacional em moedas estrangeiras. A última vez que o Governo Brasileiro impôs restrições sobre remessas ocorreu em um breve período entre 1989 e o início de 1990. Uma nova imposição dessas restrições dificultaria ou impediria a sua capacidade de converter dividendos, distribuições ou o produto de qualquer venda de ações preferenciais, conforme o caso, em dólares norte-americanos ou em outras moedas, para remeter tais divisas para o exterior. Não podemos lhe(s) assegurar que o Governo não irá tomar medidas semelhantes no futuro.

A desvalorização do real reduziria o valor em dólares norte-americanos das distribuições e dos dividendos das ADSs

Uma desvalorização diminuiria o valor em dólares norte-americanos das distribuições e dos dividendos das ADSs e poderia reduzir o valor de mercado de ações preferenciais e de ADSs.

A relativa volatilidade e falta de liquidez dos mercados de valores mobiliários brasileiros pode afetar V.Sa(s). negativamente, no caso de V.Sa(s). permutar(em) suas ADSs por ações preferenciais

Os mercados de valores mobiliários brasileiros são substancialmente menores, menos líquidos, mais concentrados e mais voláteis que a maioria dos mercados de valores mobiliários nos Estados Unidos e em outras partes, não sendo tão altamente regulados ou supervisionados como os de outros mercados. A reduzida capitalização do mercado e a relativa falta de liquidez dos mercados de capitais brasileiros podem fazer com que o preço do mercado de valores mobiliários de empresas brasileiras, inclusive das nossas ADSs e ações preferenciais, sofra oscilações, tanto no mercado nacional como no internacional, podendo limitar consideravelmente a sua capacidade de vender as ações preferenciais que lastreiam as suas ADSs, a um preço e na oportunidade que V.Sa(s). possa(m) desejar.

Declarações de Previsões

Este relatório anual contém declarações de previsões relativas a nossos negócios que estão baseadas nas atuais expectativas, estimativas e projeções da Administração sobre acontecimentos futuros e tendências financeiras que afetem nossos negócios. Palavras, tais como: “acreditar”, “antecipar”, “planejar”, “esperar”, “pretender”, “objetivo”, “avaliar”, “prognosticar”, “prever”, “projetar”, “diretrizes”, “deveria” e expressões semelhantes são usadas para identificar declarações de previsões. Essas declarações não são garantias de desempenho futuro e envolvem riscos e incertezas que são difíceis de se prever e que podem estar além de nosso controle. Além disso, certas declarações de previsões são baseadas em premissas quanto aos eventos futuros que podem não se provar precisos. Portanto, os resultados reais podem diferir de forma significativa dos planos, objetivos, expectativas, projeções e intenções expressas ou implícitas em tais declarações de previsões.

Fatores que poderiam fazer com que os resultados reais pudessem diferir significativamente incluem, mas não estão limitados a:

- mudanças em condições comerciais e econômicas regionais, nacionais e internacionais;
- inflação;
- aumentos nas inadimplências por parte dos tomadores e outros atrasos nas operações de crédito;
- aumentos nas provisões para perdas com operações de crédito;
- perda da capacidade de captar depósitos;
- perda de clientes ou de receitas;
- nossa capacidade de sustentar e melhorar o desempenho;
- mudanças nas taxas de juros que possam, entre outras coisas, afetar adversamente nossas margens;
- a concorrência no setor bancário, nos serviços financeiros, serviços de cartões de crédito, seguros, gestão de ativos e outros setores relacionados;
- o valor de mercado dos títulos federais brasileiros;
- regulamentação governamental e assuntos fiscais;
- disputas ou procedimentos legais adversos ou de regulamentações; e
- crédito e outros riscos das atividades de empréstimos e investimentos.

Consequentemente, você não deveria colocar confiança excessiva nessas declarações de previsões. Em qualquer caso, estas declarações de previsões são válidas somente para a data em que foram feitas. Exceto se exigido pela lei aplicável, nós não assumimos qualquer obrigação para atualizá-las por motivo de novas informações, desenvolvimentos futuros ou outro motivo.

Item 4. Informações sobre a Companhia

A COMPANHIA

Acreditamos ser o maior banco do setor privado (não controlado pelo Governo) no Brasil e na América Latina como um todo, em termos de total de patrimônio líquido. Fornecemos uma ampla gama de produtos e serviços bancários e financeiros no Brasil e no exterior para pessoas físicas, pequenas e médias empresas no Brasil, e sociedades e instituições de porte nacional e internacional. Possuímos a mais ampla rede de agências e serviços do setor privado no Brasil, o que nos permite abranger uma base de clientes diversificada. Nossos serviços e produtos compreendem operações bancárias, tais como: operações de crédito e captação de depósitos, emissão de cartões de crédito, seguros, arrendamento mercantil, cobrança e processamento de pagamentos, planos de previdência complementar, gestão de ativos e serviços de intermediação e corretagem de valores mobiliários.

Segundo informações publicadas pela Superintendência de Seguros Privados, conhecida como SUSEP e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, conhecida como “ANS”, somos a maior operadora de seguros, previdência complementar e títulos de capitalização, em termos de prêmios de seguros, contribuições de previdência complementar e receitas de títulos de capitalização, em bases consolidadas. Títulos de capitalização são um tipo de poupança programada combinada com sorteios periódicos de prêmios em dinheiro.

Estamos posicionados em primeiro, entre os bancos brasileiros, quanto às receitas brutas e ao desempenho geral, de acordo com a Revista Forbes Brasil, e somos o maior banco brasileiro e a maior empresa privada brasileira de acordo com ranking de 2003, publicado pela Revista Forbes.

Algumas de nossas subsidiárias classificam-se como uma das maiores empresas no Brasil em seus respectivos mercados, segundo as informações disponibilizadas pelas entidades citadas em parênteses abaixo:

- Bradesco Seguros S.A., nossa subsidiária de seguros, que chamamos de “Bradesco Seguros”, em conjunto com suas subsidiárias, em termos de prêmios de seguros, patrimônio líquido e reservas (“SUSEP”);
- Bradesco Vida e Previdência S.A., nossa subsidiária de administração de previdência complementar e de seguro de vida, que chamamos de “Bradesco Vida e Previdência”, em termos de contribuições de planos de previdência complementar, carteira de investimentos e reservas (“SUSEP”);
- Bradesco Capitalização S.A., nossa subsidiária que chamamos de “Bradesco Capitalização” e que oferece ao público títulos de capitalização, em termos do valor de reservas (“SUSEP”); e
- Bradesco BCN Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, que chamamos de “Bradesco BCN Leasing”, junto com as outras empresas de arrendamento mercantil do nosso grupo, em termos de valor presente da carteira de arrendamento mercantil (Associação Brasileira das Empresas de Leasing, conhecida como “ABEL”).

Somos também um dos líderes em gestão de recursos de terceiros e em subscrição de valores mobiliários de dívida, conforme informações disponibilizadas pela Associação Nacional de Bancos de Investimento e Desenvolvimento, conhecida como (“ANBID”).

Para informações sobre outras instituições financeiras privadas e públicas (controladas pelo Governo) no Brasil, veja “- Regulamentação e Supervisão - Principais Instituições Financeiras”.

Em 2003, fomos responsáveis por 20,7% da arrecadação total nacional do tributo chamado Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, conhecido como “CPMF”, conforme informações disponibilizadas pela Secretaria da Receita Federal. Como a CPMF incide praticamente sobre todas as operações financeiras brasileiras, esta estatística proporciona uma medida do percentual das operações financeiras brasileiras que processamos.

Nos últimos anos, tomamos importantes medidas para oferecer nossos produtos e serviços pela Internet e para ajudar nossos clientes e empregados a obter acesso à Internet. Fomos um dos primeiros bancos do mundo a introduzir serviços bancários *on-line* pela Internet. Em dezembro de 1999, nos tornamos o primeiro banco da América Latina e estamos entre os primeiros do mundo a proporcionar aos clientes acesso limitado gratuito à Internet. Também oferecemos computadores em várias de nossas agências e de nossos centros de serviços, que permitem aos clientes acessar a Internet a fim de realizar operações bancárias, pagar contas e fazer compras por meio eletrônico. Nossos serviços bancários pela Internet, juntamente com nossa Central de Atendimento a Clientes, colocam nossos serviços bancários à disposição de nossos clientes 24 horas por dia, sete dias por semana.

Em 31 de dezembro de 2003, tínhamos, numa base consolidada:

- R\$166,3 bilhões em total de ativos;
- R\$54,8 bilhões em total de operações de crédito;
- R\$58,0 bilhões em total de depósitos;
- R\$13,6 bilhões em patrimônio líquido;
- R\$26,4 bilhões em obrigações relativas às reservas para nossas operações de seguros, planos de previdência complementar, títulos de capitalização e contratos de investimento em previdência;
- R\$9,0 bilhões de financiamento à importação e exportação;
- 9,4 milhões de detentores de apólices de seguros;
- 14,5 milhões de contas correntes;
- 32,3 milhões de contas de poupança;
- 2,8 milhões de detentores de títulos de capitalização;
- 1.198 grupos empresariais brasileiros e multinacionais no Brasil como clientes “Corporate”;

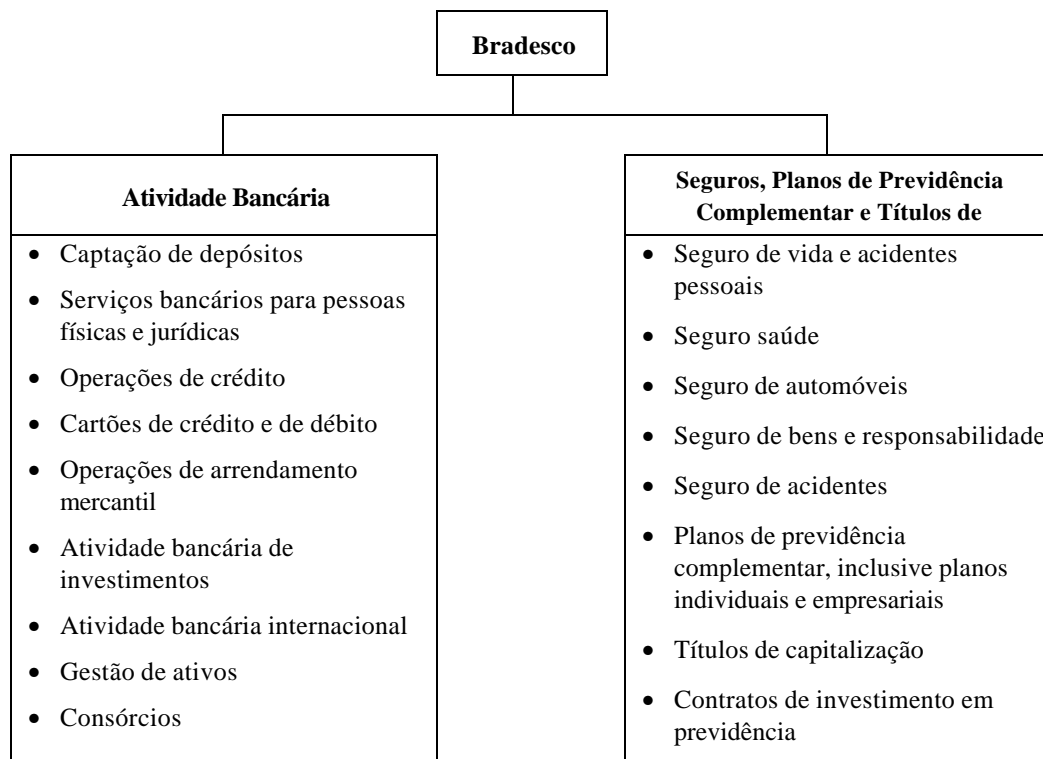
- 6,2 milhões de clientes que utilizavam atividade bancária pela Internet;
- 229,4 milhões de ligações telefônicas recebidas por nossa Central de Atendimento a Clientes durante o ano de 2003;
- uma rede nacional constituída de 3.052 agências, 21.605 caixas automáticos e 2.062 postos e pontos de atendimento bancário especial, localizados nas instalações de clientes pessoas jurídicas selecionadas; e
- 7 agências e 6 subsidiárias localizadas em Nova Iorque, nas Ilhas Cayman, nas Bahamas, no Japão, na Argentina e em Luxemburgo.

Embora nossa base de clientes inclua pessoas físicas de todos os níveis de renda, bem como empresas de grande, médio e pequeno porte, a espinha dorsal de nossa clientela tem sido tradicionalmente os cidadãos comuns do Brasil. Desde a década de 60, somos os líderes no mercado bancário varejista de médio a pequeno porte no Brasil. Esse segmento ainda tem grande potencial para desenvolvimento e nos proporciona margens mais altas do que outros segmentos, tais como: operações de crédito a pessoas jurídicas e negociação de valores mobiliários, com maior concorrência de preços.

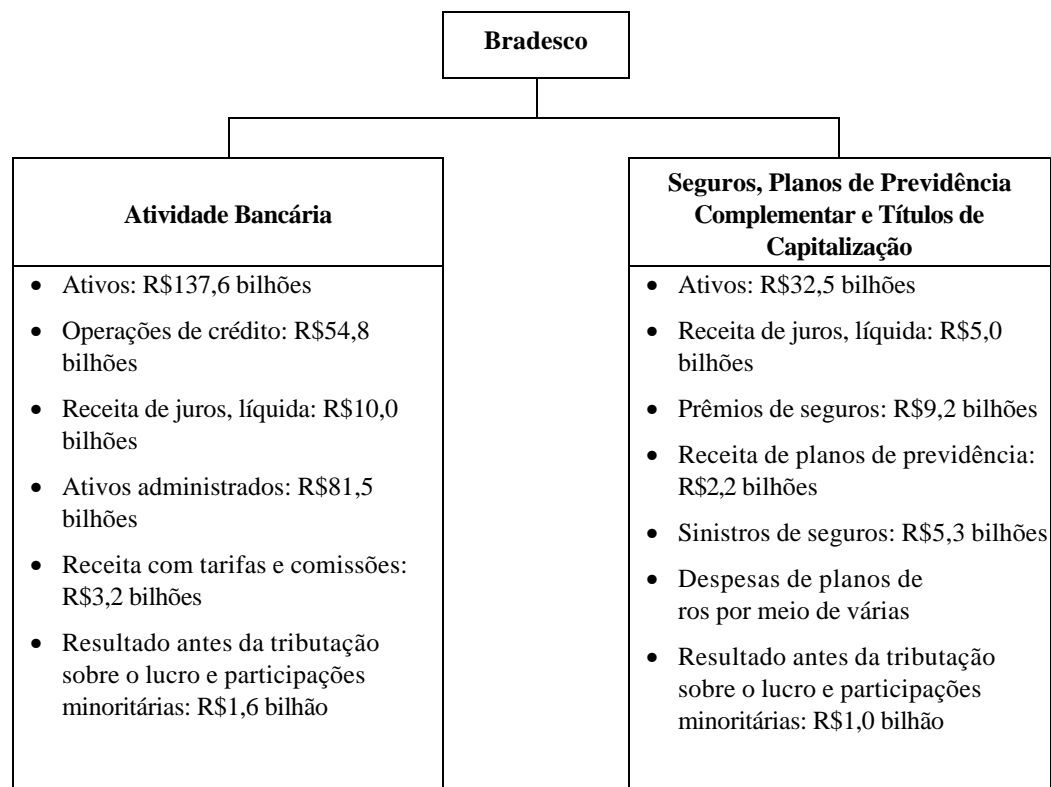
Nossa grande rede bancária nos permite estar mais próximos de nossos clientes, o que por sua vez, permite que nossos gerentes conheçam pessoal e diretamente nossos clientes, as regiões economicamente ativas e outras condições importantes para nossa atividade. Esse conhecimento nos ajuda na avaliação e limitação de riscos de crédito em operações de crédito, entre outros riscos, bem como no atendimento de necessidades específicas de nossos clientes. Aproximadamente 9,0 milhões de transações são efetuadas através da Rede de Atendimento Bradesco diariamente.

Organizamos nossas operações em duas áreas principais: (i) serviços bancários; e (ii) serviços de seguros, administração de planos de previdência complementar e títulos de capitalização.

O diagrama a seguir fornece informações resumidas preparadas para cada uma de nossas duas áreas de negócios relativamente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003, por segmento. Veja nota 25 às nossas demonstrações financeiras consolidadas no item 18, para informações adicionais por segmento.



Exercício findo em 31 de dezembro de 2003



Em 31 de dezembro de 2003, conforme as fontes citadas entre parênteses abaixo, éramos:

- o líder entre os bancos do setor privado em depósitos de poupança, com 19,2% de todas as contas de poupança no Brasil e R\$22,1 bilhões em depósitos (Banco Central);
- a maior operadora de seguros e previdência complementar do Brasil, com R\$11,9 bilhões em total de prêmios líquidos e receitas de previdência complementar, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (SUSEP/ANS);
- um dos líderes em operações de arrendamento mercantil no Brasil, com R\$1,4 bilhão em aberto (ABEL);
- um dos bancos líderes na colocação de instrumentos de dívida no Brasil, tendo participado em 47,9% das emissões de valores mobiliários de dívida e capital registradas na Comissão de Valores Mobiliários - “CVM”, durante o ano de 2003 (ANBID);
- um dos maiores gestores de fundos e carteiras do Brasil, com aproximadamente R\$81,5 bilhões no total de ativos de terceiros sob gestão, representando 15,1% do mercado brasileiro total (ANBID);
- um dos maiores emissores de cartões de crédito no Brasil, com 7,0 milhões de cartões emitidos (Visa e MasterCard) e com faturamento em cartões de crédito de R\$9,9 bilhões;
- um dos maiores emissores de cartões de débito no Brasil, com 34,1 milhões de cartões de débito emitidos e com faturamento em cartões de débito de R\$6,2 bilhões; e
- o líder em processamento de pagamentos e cobrança no Brasil, com uma participação de mercado de 30% (Câmara de Compensação do Banco Central).

A tabela a seguir resume nossas receitas brutas por área de atividade relativamente aos períodos indicados:

	Exercício findo em 31 de dezembro de:		
	2001	2002	2003
(Em milhões de reais)			
Atividade Bancária:			
Operações de crédito:			
Financiamentos imobiliários.....	R\$349	R\$366	R\$318
Crédito rural.....	375	509	474
Arrendamento mercantil.....	451	402	307
Outros créditos ⁽¹⁾	10.497	15.748	11.077
Total.....	11.672	17.025	12.176
Tarifas e comissões:			
Administração de ativos.....	540	466	609
Cobrança.....	544	556	601
Cartões de crédito.....	288	327	349
Contas correntes.....	802	828	1.025
Recebimento de tributos.....	144	158	175
Tarifa interfinanceira.....	225	254	250
Outros.....	323	305	454
Total.....	2.866	2.894	3.463
Seguros e planos de previdência complementar⁽²⁾:			
Seguros:			
Saúde.....	2.178	2.333	2.649
Vida e acidentes pessoais.....	1.196	1.257	1.502
Automóveis, bens e responsabilidade.....	1.572	1.718	1.998
Total.....	4.946	5.308	6.149
Receitas de planos de previdência complementar.....	R\$713	R\$21	R\$64

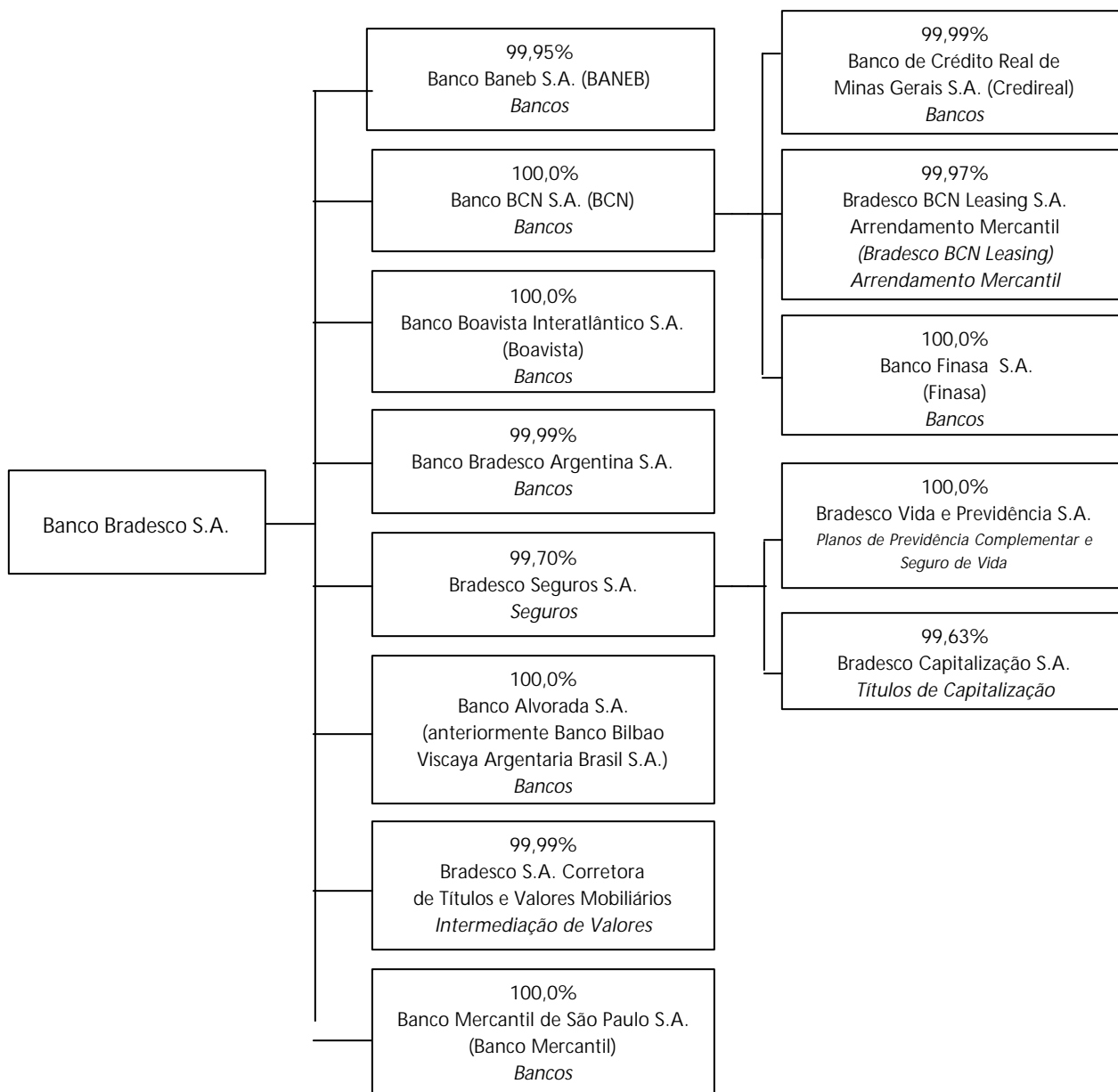
(1) Inclui empréstimos industriais, financiamento por cartões de crédito, empréstimos em conta corrente, financiamento ao comércio e empréstimos estrangeiros.

(2) Exclui os contratos de investimentos de previdência complementar, veja “ - Seguros, Planos de Previdência Complementar e Títulos de Capitalização”.

Não discriminamos as nossas receitas por mercado geográfico dentro do Brasil e menos de 10% de nossas receitas advém de operações internacionais. Para maiores informações sobre nossas operações internacionais, veja “Atividade Bancária - Atividade Bancária Internacional”. Para uma discussão de nossos principais investimentos de 2001 até 31 de dezembro de 2003, veja “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - Investimentos.”

Segue um quadro simplificado de nossas principais subsidiárias nas atividades de serviços financeiros e seguros, e nossa participação e detenção de ações com direito a voto em cada uma delas em 31 de dezembro de 2003 (todas elas consolidadas em nossas demonstrações financeiras no Item 18). Com exceção do Banco Bradesco Argentina, que foi constituído na Argentina, todas essas subsidiárias

significativas foram constituídas no Brasil. Para maiores informações em relação à consolidação de nossas subsidiárias significativas, veja nota 1 de nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.



Histórico

Nossa empresa foi fundada em 1943 como um banco comercial sob o nome de “Banco Brasileiro de Descontos S.A.” Em 1948, iniciamos um período de intensa expansão, que fez com que nos tornássemos o maior banco comercial do setor privado no Brasil no final da década de 60. Expandimos nossas atividades em todo o país durante a década de 70, conquistando mercados brasileiros urbanos e rurais. Em 1988, incorporamos nossas subsidiárias de financiamento imobiliário, banco de investimento e financiadora, tornando-nos um banco múltiplo, e mudamos nossa denominação para Banco Bradesco S.A.

Recentes Aquisições e Associações Importantes

Aquisição do BCN, BANEBA e Boavista

Em dezembro de 1997, adquirimos 94,0% das ações com direito a voto e 53% do total de ações do Banco de Crédito Nacional, que chamamos de “BCN”, por R\$760 milhões. Até o final de julho 1998, tínhamos adquirido todas as ações em circulação do BCN, transformando-o em nossa subsidiária integral. O BCN tem tradicionalmente se dedicado a clientes pessoas jurídicas no setor de médio porte, bem como a pessoas físicas com elevado patrimônio, sendo que o crédito a grandes empresas e a clientes menores no varejo, tanto pessoas jurídicas quanto pessoas físicas, tem assumido um papel secundário. O sucesso do BCN em posicionar-se em seus mercados-alvo foi uma das principais razões que nos levou a adquiri-lo.

Em junho de 1999, adquirimos 94,0% das ações do Banco do Estado da Bahia, que chamamos de “BANEBA”, por R\$260 milhões, em um leilão de privatização. A atividade bancária do BANEBA estava concentrada no Estado da Bahia e suas operações comerciais estavam voltadas para o varejo. A base de clientes do BANEBA consistia, basicamente, de funcionários e órgãos governamentais do Estado da Bahia. O forte reconhecimento da marca do BANEBA e sua grande base de clientes foram as principais razões que nos levaram a adquiri-lo.

Em outubro de 2000, adquirimos o Banco Boavista S.A., que chamamos de “Boavista”, que dessa forma, tornou-se nossa subsidiária integral. Como parte da transação efetuamos um aumento de capital de R\$946 milhões e emitimos novas ações ordinárias e preferenciais do Banco Bradesco para os ex-acionistas do Boavista. O Boavista era uma instituição bancária tradicional voltada para clientes pessoas jurídicas de médio porte. Em consequência da aquisição do Boavista, adquirimos 3% do total do capital votante do Banco Espírito Santo S.A., o segundo maior banco com licença para operar em Portugal.

Nós usamos o método contábil de compra para contabilizar as aquisições do BCN, BANEBA e do Boavista, que são consolidados em nossas demonstrações financeiras consolidadas em U.S. GAAP, em uma base em andamento, a partir da data das aquisições.

Até janeiro de 2004, de um modo geral, operamos o BCN como uma instituição financeira independente, mantendo sua identidade, rede de agências e nicho de mercado distintos. Em fevereiro de 2004, transferimos suas agências, ativos e passivos relacionados para o Bradesco pelo valor contábil.

As agências do Boavista operaram com o nome do Boavista, mas sob administração do BCN até abril de 2001. Em abril de 2001, transferimos ao BCN todas as agências e ativos e passivos relacionados do Boavista, através de uma cisão parcial, a qual foi contabilizada como uma transferência de ativos e passivos pelo valor contábil.

As agências do BANEBA operaram sob o nome “BANEBA”, mas sob administração do Bradesco, até setembro de 2001. Em 17 de setembro de 2001, o BANEBA transferiu suas agências, ativos e passivos relacionados para o Bradesco pelo valor contábil.

Adotamos critérios comuns quanto a limites de riscos de crédito e exposição para o BCN, BANEBA e Boavista, bem como quanto à administração e às políticas de recursos humanos. Também consolidamos os serviços e operações de tesouraria de nossas subsidiárias com os nossos prestados a grandes clientes pessoas jurídicas, bem como os serviços de câmbio.

“Joint-Venture” da BUS - Serviços de Telecomunicações

Em dezembro de 2000, nós efetuamos um acordo de associação de telecomunicações com o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., conhecido como “Unibanco” e a Portugal Telecom S.A., conhecida como “Portugal Telecom”, e duas de suas afiliadas. A Portugal Telecom é afiliada a provedores de internet e de telecomunicações líderes no Brasil e em Portugal. A fim de implementar as transações contempladas no acordo, nós e o Unibanco transferimos nossas respectivas infra-estruturas corporativas de telecomunicações para a BUS - Serviços de Telecomunicações S.A., que chamamos de “BUS”, por meio de uma conferência de capital, e então conferimos nossos investimentos na BUS para uma empresa controladora, que chamamos de “BUS Holding”. Conseqüentemente, nós e o Unibanco nos tornamos os únicos acionistas da BUS Holding. O valor contábil de nossos ativos transferidos era de R\$18 milhões, e nós registramos nosso investimento na BUS Holding por R\$18 milhões em nossas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2000.

Conforme o acordo de associação, nós e o Unibanco concordamos que a BUS Holding transferisse todas as suas ações da BUS para uma subsidiária da Portugal Telecom, mediante aprovação pela Agência Nacional de Telecomunicações, conhecida como “ANATEL”. As partes também concordaram que a BUS forneceria, a nós e ao Unibanco, os serviços de telecomunicações de acordo com os contratos de serviço, por cinco anos. Em consideração ao direito de adquirir as ações da BUS e aos benefícios diretos e indiretos dos contratos de serviço, a Portugal Telecom, através de uma subsidiária, pagou à BUS Holding um valor inicial de R\$548 milhões, dos quais R\$335 milhões correspondem à nossa participação na BUS Holding. Para fins de contabilização em U.S. GAAP, a transação não foi refletida em nossas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2000, já que a venda estava sujeita à aprovação normativa em 31 de dezembro de 2000. A transação está refletida em nossas demonstrações financeiras a partir de 31 de dezembro de 2001, e com reflexo para os próximos cinco anos. Também, como parte da transação da BUS, em dezembro de 2000, nós compramos ações da Portugal Telecom por nossa própria conta, em um total de R\$50 milhões e em fevereiro de 2001, a subsidiária da Portugal Telecom pagou para a BUS Holding um valor, em reais equivalente a US\$ 23 milhões, como uma subscrição de capital.

Em junho de 2001, sob os termos de uma emenda ao acordo de associação, nós e o Unibanco fizemos com que a BUS Holding transferisse 19,9% das ações ordinárias (votantes) e 100% das ações preferenciais (não votantes) da BUS para uma subsidiária da Portugal Telecom. A BUS tornou-se a operadora das respectivas redes corporativas de telecomunicações, a nossa e a do Unibanco, em 1º de julho de 2001. A transação foi considerada final em 2002, com a aprovação da ANATEL, pela transferência dos 80,1% restantes das ações ordinárias da BUS para a subsidiária da Portugal Telecom e pela liquidação da BUS Holding.

Banco Postal

Em 22 de agosto de 2001, vencemos um processo de licitação pública organizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - “ECT”, que chamamos de “Correios”, para oferecer nossos produtos e serviços bancários através de “correspondentes” estabelecidos nas agências dos Correios sob a marca “Banco Postal”. Através de nosso contrato de serviços com os Correios, temos o direito exclusivo de oferecer serviços bancários em aproximadamente 5.500 agências próprias dos Correios, que serão utilizadas para suplementar o Sistema Financeiro Nacional. O acordo prevê nosso direito de manter nossos correspondentes nas agências dos correios por um período de 5 anos depois da instalação da última unidade, que deverá ocorrer ainda em 2004.

Quando da assinatura do contrato em setembro de 2001 e em consideração aos serviços a serem fornecidos pela sua rede de agências, pagamos aos Correios aproximadamente R\$200 milhões, que serão amortizados ao longo da vigência do contrato. Além disso, pagamos aos Correios uma porcentagem das tarifas que recebemos dos clientes que usam os pontos de serviço criados no contrato.

Instalamos a primeira agência desse projeto em 25 de março de 2002, no Estado de Minas Gerais. Encerramos o ano de 2003 com 4.000 agências implantadas e 1,2 milhões de contas abertas.

No momento que entramos nesse acordo, 1.590 de todas as cidades e municípios atendidos pelos Correios não dispunham de serviços bancários. Através de nossos correspondentes, oferecemos agora, serviços bancários em 1.164 dessas cidades. Em nossas agências do Banco Postal, oferecemos os seguintes serviços:

- recepção e encaminhamento de propostas de abertura de contas;
- saques e depósitos;
- fornecimento de saldos e extratos;
- concessão de serviços de pagamento e cobrança conforme acordos com terceiros;
- serviços de cobrança de instrumentos negociáveis e contas de convênio (ex.: água, luz, telefone);
- pagamento de benefícios do INSS; e
- recebimento de tributos estaduais, municipais e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - “FGTS”.

O atendimento é prestado pelos próprios funcionários dos Correios, treinados por nós, e as decisões de abertura das contas e de concessão de crédito são de nossa responsabilidade.

O Banco do Brasil S.A., que chamamos de “Banco do Brasil”, e a Caixa Econômica Federal, também oferecem serviços bancários com seus correspondentes em locais como padarias, farmácias e outros estabelecimentos. Acreditamos oferecer mais serviços através de nosso correspondente do que os outros bancos fazem através de seus correspondentes.

Aquisição do BBV Banco

Em 10 de janeiro de 2003, firmamos acordo com o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A., que chamamos de “BBVA”, para adquirir a totalidade das ações do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Brasil S.A. e suas controladas, que chamamos de “BBV Banco”, do BBVA. Nosso principal objetivo na aquisição foi melhorar nossa produtividade e competitividade incorporando recursos do BBV Banco e fomentar negócios com empresas espanholas que investem no Brasil.

O Banco Central aprovou a transação em 21 de maio de 2003 e o BBV Banco tornou-se nossa subsidiária integral em 9 de junho de 2003 quando nossos acionistas e o Conselho de Administração do BBVA aprovaram a troca das ações do BBV Banco por nossas recém emitidas ações. Em 31 de maio de

2003, 9 dias antes da aprovação, o BBV Banco possuía ativos totais de R\$10,3 bilhões, patrimônio líquido de R\$2,4 bilhões, 439 agências e 76 postos bancários.

Conforme os termos do Acordo, em 9 de junho de 2003, fizemos um pagamento único em dinheiro de R\$1.864 milhões ao BBVA em troca de 1.523.283.014 ações ordinárias e 3.108.708.264 ações preferenciais do BBV Banco, correspondentes a 49,00% de suas ações ordinárias e 99,99% de suas ações preferenciais. Além disso, em troca dos 51,00% restantes das ações ordinárias e 0,01% de ações preferenciais do BBV Banco, que valiam R\$630 milhões, emitimos, para distribuição ao BBVA, ações preferenciais e ordinárias equivalentes a 4,4% de nosso capital acionário, no valor de R\$630 milhões. Na troca recebemos 1.585.490.409 ações ordinárias e 32.570 ações preferenciais do BBV Banco a um índice de 44,422475667 de nossas ações (das quais 22,379315072 eram ordinárias e 22,043160595 eram preferenciais) para cada ação do BBV Banco. Nós incluímos os resultados do BBV Banco em nossas demonstrações financeiras a partir de 1º de junho de 2003.

Depois da aquisição do BBV Banco, o BBVA aumentou sua participação percentual em nossas ações através da compra de nossas ações na Bolsa de Valores de São Paulo, conhecida como “BOVESPA”. Em 31 de dezembro de 2003, detinha 5,0% de nossas ações ordinárias e 5,0% de nossas ações preferenciais. Para maiores informações sobre o BBVA, veja “Item 7. Principais Acionistas e Transações entre Partes Relacionadas - BBVA”.

Em outubro de 2003, mudamos o nome do BBV Banco para Banco Alvorada S.A., que chamamos de “Banco Alvorada”.

O Acordo de Acionistas

Em 9 de junho de 2003, nossos acionistas controladores Cidade de Deus Participações e Fundação Bradesco, que juntos detêm 63,9% de nossas ações com direito a voto e que chamamos de “Acionistas Controladores”, entraram em um acordo com nosso acionista BBVA, que chamamos de “Acordo de Acionistas”. Conforme os termos do Acordo, o BBVA tem o direito de nomear um membro para nosso Conselho de Administração. Dessa maneira, José Fonollosa García foi nomeado para nosso Conselho de Administração em 9 de junho de 2003, como representante do BBVA. O Acordo de Acionistas afirma que o BBVA terá este direito enquanto o BBVA possuir ao menos 3,94% de nosso capital votante. Entretanto, o BBVA não perderá este direito se sua participação cair abaixo desta porcentagem por força de um aumento em nosso capital, sobre o qual os nossos acionistas, incluindo o BBVA, não tem direito de preferência.

Além disso, conforme o Acordo de Acionistas, os nossos acionistas controladores têm o direito de preferência se o BBVA quiser vender uma parte ou toda sua participação em nosso capital ordinário conforme oferta recebida de terceiros. Se eles exercerem este direito, eles devem comprar do BBVA todas as ações que estiverem sujeitas à oferta, ao preço oferecido pelo terceiro. As transferências de nossas ações a qualquer coligada do BBVA estão isentas desta determinação.

Conforme o Acordo de Acionistas, o BBVA tem um direito, que expira no sétimo aniversário do Acordo de Acionistas, de exigir que os nossos Acionistas Controladores comprem uma parte ou toda a participação do BBVA em nosso capital ordinário, conforme um dos modelos abaixo:

- a partir do segundo aniversário do Acordo de Acionistas, o BBVA pode exigir que nossos Acionistas Controladores comprem um porcentagem de sua participação, em dinheiro: 1/3 depois de dois anos; 2/3 depois de três anos; e toda a participação depois de 4 anos;
- alternativamente, a qualquer momento depois do segundo aniversário do Acordo de Acionistas o BBVA pode exigir que os nossos Acionistas Controladores comprem a totalidade de sua participação em nosso capital ordinário, com 1/3 do preço de compra a ser pago no momento da venda inicial; 1/3 a ser pago um ano depois da venda e 1/3 dois anos depois da venda. O Acordo de Acionistas inclui um mecanismo para proteger o BBVA contra risco de desvalorização no segundo e terceiro pagamentos, que também renderão juros.

Se o BBVA exercer sua opção de venda de ações, os nossos Acionistas Controladores pagarão pelas ações um preço baseado no preço de nossas ações ordinárias na BOVESPA. Caso os “Acionistas controladores” deixem de ser controladores, a opção de venda expirará 30 dias depois da mudança no controle.

Por fim, temos um centro de operação, conhecido como “Spanish Desk”, que é conduzido por um funcionário designado pelo BBVA e que se dedica a identificar oportunidades para podermos fornecer serviços bancários e fortalecer o nosso relacionamento com a comunidade espanhola no Brasil; e também temos uma equipe especializada em serviços dedicada a servir clientes espanhóis que tenham negócios no Brasil e brasileiros com interesses na Espanha ou outros países latino-americanos. Conforme o Acordo de Acionistas, enquanto o BBVA possuir ao menos 3,94% de nosso capital votante, devemos continuar com o “Spanish Desk” e com a equipe especializada.

Outras aquisições e parcerias em 2002 e 2003

Nós firmamos uma parceria estratégica com a Ford Credit Holding Brasil Ltda. em 3 de janeiro de 2002. A parceria nos permite fornecer financiamento e arrendamento de veículos originados pela Ford Comércio e Serviços Ltda. aos clientes da Rede de Distribuidores Ford. Conforme o acordo, adquirimos a totalidade do capital social da Ford Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, que chamamos de “Ford Leasing”, uma empresa de arrendamento de automóveis. Também adquirimos a carteira de crédito ao consumidor do Banco Ford S.A., que chamamos de “Banco Ford”, um banco da Ford Motor Company que fornecia financiamento para vendas feitas através da Rede de Distribuidores Ford. Uma empresa do grupo BCN, Banco Finasa S.A., que chamamos de “Banco Finasa” (nova denominação do Continental Banco S.A.), especializada em promover vendas de vários produtos financeiros, fornece serviços aos clientes da rede de distribuidores Ford.

Em 13 de janeiro 2002, nós firmamos o Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a finalidade de adquirirmos o controle do Banco Mercantil de São Paulo S.A., conhecido como “Banco Mercantil”, e suas empresas controladas. O Banco Mercantil era uma instituição financeira com 67 anos de atividades, que em 2001 tinha 220 agências no Brasil, 3 no exterior e 162 postos bancários. Em 31 de dezembro de 2001, seus ativos totalizavam R\$8,391 bilhões segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. A operação foi concluída em 25 de março de 2002 e envolveu a compra de 2,8 bilhões de ações ordinárias e 2,3 bilhões de ações preferenciais do Banco Mercantil, que representam 90,1% do capital votante e 74,2% do capital sem direito a voto, pelo valor de R\$1.324 milhões, a um preço de compra de R\$0,270047 por ação, dos quais R\$528 milhões foram pagos em dívida subordinada com prazo de dez anos e posteriormente em 30 de setembro de 2002, nós

adquirimos através da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo 4,46% do capital votante por R\$62,0 milhões.

Em 31 de março de 2003, incorporamos as ações dos acionistas minoritários do Banco Mercantil, convertendo em uma subsidiária integral do Bradesco. Nós adquirimos as ações remanescentes do Banco Mercantil à uma relação de 23,94439086 de nossas ações para cada ação do Mercantil, sendo 12,06279162 ações ordinárias e 11,88159924 ações preferenciais. Em 19 de maio de 2003, o Banco Mercantil transferiu suas agências, ativos e passivos relacionados para o Bradesco pelo valor contábil.

Em 24 de janeiro de 2002, nós adquirimos o controle acionário do Banco do Estado do Amazonas S.A. - BEA, que chamamos de “BEA”, através de leilão. Em 31 de dezembro de 2001, o BEA possuía 36 agências e 49 postos bancários, e seus ativos totalizavam R\$560 milhões segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. A operação envolveu a compra de 5,8 bilhões de ações ordinárias e 4,1 bilhões de ações preferenciais, que representam 89,5% do capital votante e 87,5% do capital sem direito a voto do BEA, pelo preço de compra de R\$182,9 milhões. Em 10 de junho de 2002, o BEA transferiu suas agências, ativos e passivos relacionados para o Bradesco pelo valor contábil.

Em 8 de janeiro de 2002, firmamos com o Deutsche Bank S.A., que chamamos de “Deutsche Bank” um banco alemão, acordo visando à aquisição do Deutsche Bank Investimentos DTVM S.A., responsável pela Administração e Gestão de Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, que em 31 de dezembro de 2001 totalizavam R\$2,2 bilhões. Adquirimos a Deutsche Bank Investimentos DTVM S.A. em 1 de março de 2002. Esses ativos passaram a ser administrados pela BRAM - Bradesco Asset Management Ltda., e contam com um Comitê Consultivo formado por profissionais do Bradesco e do Deutsche Bank.

Em 24 de fevereiro de 2002, nós celebramos acordo para adquirir 100% das ações do Banco Cidade S.A., e suas empresas controladas, que chamamos de “Banco Cidade”. Esta transação foi concluída em 7 de junho de 2002, ao custo de R\$385,4 milhões. Em 21 de junho de 2002, o Banco Cidade teve suas agências, ativos e passivos relacionados incorporados ao BCN pelo valor contábil.

Em 6 de novembro de 2003, nós celebramos “Instrumento Particular de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças” com os controladores do Banco Zogbi S.A., objetivando a aquisição da totalidade do seu capital social e das empresas Promovel Empreendimentos e Serviços Ltda., Promosec Cia. Securitizadora, Zogbi Leasing S.A. Arrendamento Mercantil e Zogbi Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., que chamamos de “Instituições Zogbi”, pelo valor de R\$650 milhões. As Instituições Zogbi atuam há mais de 40 anos na atividade de financiamento, mantendo forte presença nas áreas de crédito direto ao consumidor, pessoal, cartão e veículos. As Instituições Zogbi, em 30 de setembro de 2003, possuíam ativos totais de R\$833 milhões, operações de crédito de R\$520 milhões e patrimônio líquido de R\$335 milhões.

Em 10 de fevereiro de 2004, nós adquirimos o controle acionário do Banco do Estado do Maranhão S.A. - BEM, que chamamos de “BEM”, em sua privatização pelo governo através de leilão. Em 31 de dezembro de 2003, o BEM possuía 76 agências e 125 postos de atendimento, e seus ativos totalizavam R\$766 milhões. A operação envolveu a compra de 324,2 milhões de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, que representam 89,96% do capital social do BEM pelo valor de R\$78 milhões.

Quando de nossa aquisição em 2003, o BBV Banco tornou-se nossa subsidiária significativa, de acordo com a Regra 1-02 do Regulamento S-X. Um vez que o teste de relevância não alcançou o nível de

20%, nós não incluímos as demonstrações financeiras separadas para o BBV Banco, atualmente Banco Alvorada. Nenhuma de nossas outras aquisições realizadas desde janeiro de 1998 envolveu a aquisição de uma subsidiária significativa.

Seguros e Outras Operações

Adquirimos o controle da Bradesco Seguros, anteriormente Atlântica Companhia Nacional de Seguros, em 1983. Entre 1983 e 2000, a Bradesco Seguros adquiriu participações em seis outras empresas, por meio de associações e aquisições, e mantinha seis subsidiárias para cumprir exigências regulamentares. Estas aquisições e associações, bem como a formação destas novas entidades, permitiram que a Bradesco Seguros se tornasse uma das principais seguradoras no Brasil. Em 1998, a Bradesco Seguros constituiu a Bradesco International Health Service, uma subsidiária de seguro saúde em Miami, a fim de fornecer serviços de seguros aos nossos clientes que estão viajando no exterior.

Cisão

Em fevereiro e março de 2000, transferimos as “Participações Cindidas”, que eram nossas participações em empresas operando nos setores de mineração, siderurgia, energia, telecomunicações e comércio eletrônico, para uma entidade não relacionada através de uma transferência, venda e cisão. Nós realizamos a cisão para cumprir com disposições regulamentares bancárias brasileiras, que limitam a propriedade por instituições financeiras de participações em empresas não financeiras. Os ativos transferidos na Cisão eram principalmente títulos disponíveis para venda. Por meio da cisão desses ativos não financeiros, podemos nos dedicar melhor às nossas atividades bancárias essenciais.

Nós realizamos a Cisão em várias etapas. Na primeira etapa, nós transferimos as participações cindidas para Bradesplan, uma de nossas subsidiárias integrais. A Bradesplan funcionou como uma controladora para as participações cindidas. Nós registramos as transferências ao custo histórico de maneira similar a uma fusão de participações. Como resultado, imediatamente antes de 29 de fevereiro de 2000, a Bradesplan mantinha entre seus ativos, títulos disponíveis para venda com valor justo de R\$2.440 milhões e tinha entre suas obrigações, debêntures com valor contábil de R\$1.070 milhões. A Bradesplan tinha um ganho não realizado sobre sua reserva de valores mobiliários disponíveis para venda de R\$1.004 milhões relativos aos títulos, que incluímos em nossas demonstrações financeiras consolidadas como uma reserva de valores mobiliários disponíveis para a venda.

Em 29 de fevereiro de 2000, nós vendemos a Bradesplan, incluindo os títulos disponíveis para venda, para nossa subsidiária integral Paiol, ao seu valor contábil. Em decorrência da venda, a Paiol assumiu contas a pagar a nós, entre empresas do mesmo grupo, de R\$623 milhões. Nós não reconhecemos nenhum ganho nesta venda e nem realizamos o ganho relacionado.

Na mesma data, nós cindimos a Paiol (incluindo seu investimento na Bradesplan) para Bradespar em uma transação similar a uma distribuição de capital. Nós não possuímos a Bradespar, embora nós e a Bradespar tenhamos substancialmente os mesmos acionistas e nós não estamos sob controle comum com a Bradespar para fins de U.S. GAAP, porque nenhum acionista possui mais de 50% tanto da Bradespar quanto de nós e não há acordo de votação entre os acionistas. Os ativos transferidos para a Bradespar tinham um valor justo de mercado de R\$2,6 bilhões e nós realizamos um ganho de R\$1.004 milhões sobre os títulos disponíveis para venda, em conexão com a cisão da Paiol para Bradespar. A Paiol, subseqüentemente, quitou as contas a pagar em aberto para conosco durante 2000.

Em decorrência da Cisão, nós reduzimos nosso patrimônio líquido no valor de R\$993,2 milhões, sendo R\$500,0 milhões na conta “capital social” e o restante nas contas de “reservas de lucros”.

Nós não incluímos informações financeiras refletindo a Cisão em bases pró-forma, porque não consideramos as participações cindidas como sendo um negócio, já que o resultado na cisão não gerou um impacto significativo sobre nossas atividades geradoras de receitas no período de 2000 até à Cisão, a qual não produziu impacto significativo sobre nossas dependências físicas, base de funcionários, sistema de distribuição no mercado, força de vendas, base de clientes, direitos operacionais, técnicas de produção ou nomes comerciais. Além disso, nós não tratamos estes investimentos como um segmento. Nós não registramos nenhuma receita ou ganho significativo em nossa demonstração de operações de 1º de janeiro de 2000 até 29 de fevereiro de 2000, com relação às participações cindidas.

Informações para Contatos

Somos uma sociedade anônima constituída segundo as leis do Brasil. Nossa sede social está localizada na Cidade de Deus, Vila Yara, 06029-900, Osasco, SP, Brasil, e o número de telefone de nossa sede social é (55-11) 3684-5376. Nosso procurador nos Estados Unidos para recebimento de citações e notificações (process agent) é a CT Corporation, localizada no 111, Eighth Avenue, 13º piso, Nova Iorque, Nova Iorque 10011.

Estratégia Comercial

Nosso principal objetivo é consolidar nossa posição como a principal instituição financeira privada no mercado brasileiro, que presta uma gama completa de serviços, aumentando nossa rentabilidade, maximizando valor para nossos acionistas e gerando um retorno acima da média em comparação com outras instituições do setor financeiro brasileiro.

Os elementos chave de nossa estratégia comercial são:

- expansão por meio do crescimento orgânico;
- aumento das receitas, da rentabilidade e do valor para os acionistas oriundos de nossas operações bancárias, por meio do fortalecimento de nossas operações tradicionais e da ampliação de novas operações;
- atuação com base no modelo comercial de uma grande instituição bancária, que possui como controlada uma importante seguradora, que chamamos de “Modelo Banco-Seguros”, a fim de mantermos nossa rentabilidade e consolidarmos nossa liderança no setor de seguros;
- manutenção de nosso compromisso quanto à inovação tecnológica;
- obtenção de rentabilidade e retorno para os acionistas por meio da eficiência; e
- celebração de alianças estratégicas e aquisições seletivas, quando vantajosas.

Expandir por meio do crescimento orgânico as áreas comerciais essenciais

Apesar das recentes flutuações no valor do real, e nas taxas de juros e da situação econômica atualmente incerta no Brasil, acreditamos que a economia brasileira seja fundamentalmente sólida e no decorrer do tempo criará oportunidades estratégicas para crescimento nos setores financeiros e de seguros. Pretendemos nos beneficiar destas oportunidades quando elas surgirem, para aumentar nossa receita, obter rentabilidade e maximizar valor para os acionistas como segue:

- beneficiando-nos de nossos canais de distribuição existentes, inclusive de nossa tradicional rede de agências e de tecnologias de Internet mais recentes, para identificarmos a demanda por novos produtos e colocarmos nossos produtos bancários e de seguros em mercados cruzados;
- ampliando nossos sistemas apoiados em agências, a fim de avaliarmos e monitorarmos o uso de nossos produtos pelos clientes, de modo a canalizá-los para as plataformas adequadas de venda, entrega e assistência técnica;
- utilizando a nossa base de clientes oferecendo, de forma mais ampla, nossos produtos e serviços e elevando a média de produtos utilizados por conta corrente de 4,6 em dezembro de 2003, para uma média de 6,0 produtos por conta corrente em dezembro de 2004;
- capitalizando sobre a oportunidade nos mercados brasileiros de obter novos clientes que tenham suas necessidades de crédito e financeiras apenas parcialmente atendidas, em oposição à competição por uma pequena camada de clientes com faixas de renda mais altas; e
- desenvolvendo produtos diversificados em conformidade com as necessidades de nossos clientes tanto atuais como em potencial.

Aumento das receitas de atividades bancárias, rentabilidade e valor dos acionistas por meio do fortalecimento das operações tradicionais e da expansão de novas operações

Estamos voltados para o aumento das receitas e da rentabilidade de nossas operações bancárias, como segue:

- exercendo nossas atividades tradicionais de captação de depósitos;
- continuando a construir nossa base de clientes, pessoas jurídicas e físicas, oferecendo serviços em conformidade com as necessidades de clientes específicos, inclusive serviços de câmbio e financiamento à importação/exportação;
- focando intensivamente em novos serviços remunerados com base em taxas, tais como: cobrança e processamento de pagamentos, para clientes pessoas jurídicas atuais e em potencial;
- expandindo nossos serviços e produtos financeiros distribuídos fora de nosso meio convencional de agências, tais como: atividades de cartões de crédito, capitalizando sobre a mudança no comportamento dos consumidores quanto ao consumo de serviços financeiros;

- continuando a aumentar nossas receitas de gestão de ativos e planos de previdência; e
- Continuando a formar nossa base de clientes de alta renda, oferecendo uma ampla gama de produtos e serviços financeiros personalizados, fornecendo máxima eficiência na gestão de ativos.

Atuar com base no Modelo Banco-Seguros a fim de manter a rentabilidade e consolidar a liderança no setor de seguros

Nossa meta é fazer com que nossos clientes nos procurem para atender às suas necessidades bancárias, de seguros e previdência. Acreditamos estar numa posição especialmente privilegiada para capitalizar sobre as sinergias entre serviços bancários, seguros, previdência e outras atividades financeiras para efetuar venda cruzada de nossos produtos bancários tradicionais e nossos produtos de seguros e previdência, por meio de nossa rede de agências e de nossos serviços de distribuição pela Internet.

Ao mesmo tempo, visamos aumentar o crescimento de nosso negócio de seguros e planos de previdência complementar, usando como medida de nosso sucesso os níveis de rentabilidade em vez do volume de prêmios subscritos ou valores depositados, como segue:

- mantendo nossa política atual de avaliar cuidadosamente os riscos de seguros de veículos e recusando seguros nos casos em que esses riscos sejam inaceitáveis;
- comercializando intensivamente nossos produtos; e
- mantendo níveis de riscos aceitáveis em nossas operações por meio de uma estratégia de:
 - priorizar oportunidades de subscrição de seguros, de acordo com o “diferencial de risco” (risk spread) entre a receita esperada nos termos do contrato de seguro e o valor determinado estatisticamente de sinistros, provavelmente devidos nos termos desse contrato;
 - celebrar transações de “hedge”, de forma a evitar descasamento entre a taxa real de inflação por um lado, e provisões para ajustes de taxas de juros e inflação em contratos de longo prazo;
 - usar contratos de resseguro com resseguradoras de renome, celebrados através do IRB, para reduzir a exposição a grandes riscos; e
 - se o IRB for privatizado, participar de negócios de resseguro através de parceria com resseguradora de renome, utilizando-se de nossa participação total no IRB.

Manter nosso compromisso de inovação tecnológica

O desenvolvimento de meios eficientes para chegar aos clientes e processar operações constitui um elemento chave de nossa meta de aumentar nossa rentabilidade e capitalizar sobre oportunidades de crescimento coordenado. Acreditamos que a tecnologia oferece oportunidades incomparáveis para chegarmos a nossos clientes de uma maneira eficaz em termos de custos. Temos o compromisso de estarmos na vanguarda do processo de automação bancária, por meio da criação de oportunidades para o público brasileiro de chegar até nós através da Internet. Esperamos continuar aumentando o número de clientes e operações realizadas pela Internet, por meio de técnicas como:

- continuar com a instalação de estações de acesso à Internet, que chamamos de “WebPoints” em locais públicos, permitindo aos clientes utilizar nosso sistema bancário pela Internet quer ou não eles tenham acesso a um computador pessoal;
- a ampliação de nosso serviço bancário móvel, que chamamos de “Bradesco Mobile Banking”, que permite aos clientes realizar suas operações bancárias pela Internet com telefones celulares compatíveis; e
- o fornecimento de “Pocket Internet Banking” para palmtops e “Personal Digital Assistants” (“PDAs”) que permite aos nossos clientes conferirem suas contas corrente e de poupança, conferir suas transações de cartões de crédito, fazer pagamentos, transferir fundos e também permite que os clientes obtenham informações institucionais.

Obter rentabilidade e retorno para os acionistas por meio da eficiência

Pretendemos melhorar nossos níveis de eficiência:

- mantendo a austeridade como diretriz de nossa política de controle de custos;
- continuando a reduzir nossos custos operacionais, por meio de investimentos em tecnologia que reduzam nossos custos operacionais por transação, enfatizando nossos canais de distribuição automatizados atuais, inclusive nossos sistemas de distribuição por telefone, Internet e caixas eletrônicos; e
- continuando a fundir as retaguardas de instituições adquiridas, tais como: o BCN e as Instituições Zogbi, em nosso sistema existente, a fim de eliminar sobreposições, redundâncias e ineficiência em potencial.

Celebrar alianças estratégicas e aquisições seletivas

Avaliamos continuamente alianças estratégicas em potencial e oportunidades de consolidação, inclusive propostas de privatizações e aquisições, bem como outras formas que ofereçam oportunidades potenciais seja para aumentarmos nossa participação de mercado ou para melhorarmos nossa eficiência. Além de focar no valor e na qualidade dos ativos, levamos em consideração sinergias operacionais em potencial, oportunidades de vendas cruzadas, aquisições de “*know-how*” e outras vantagens de uma aliança ou aquisição em potencial. Entretanto, a nossa análise de oportunidades em potencial é orientada pelo impacto que elas teriam sobre nossos resultados.

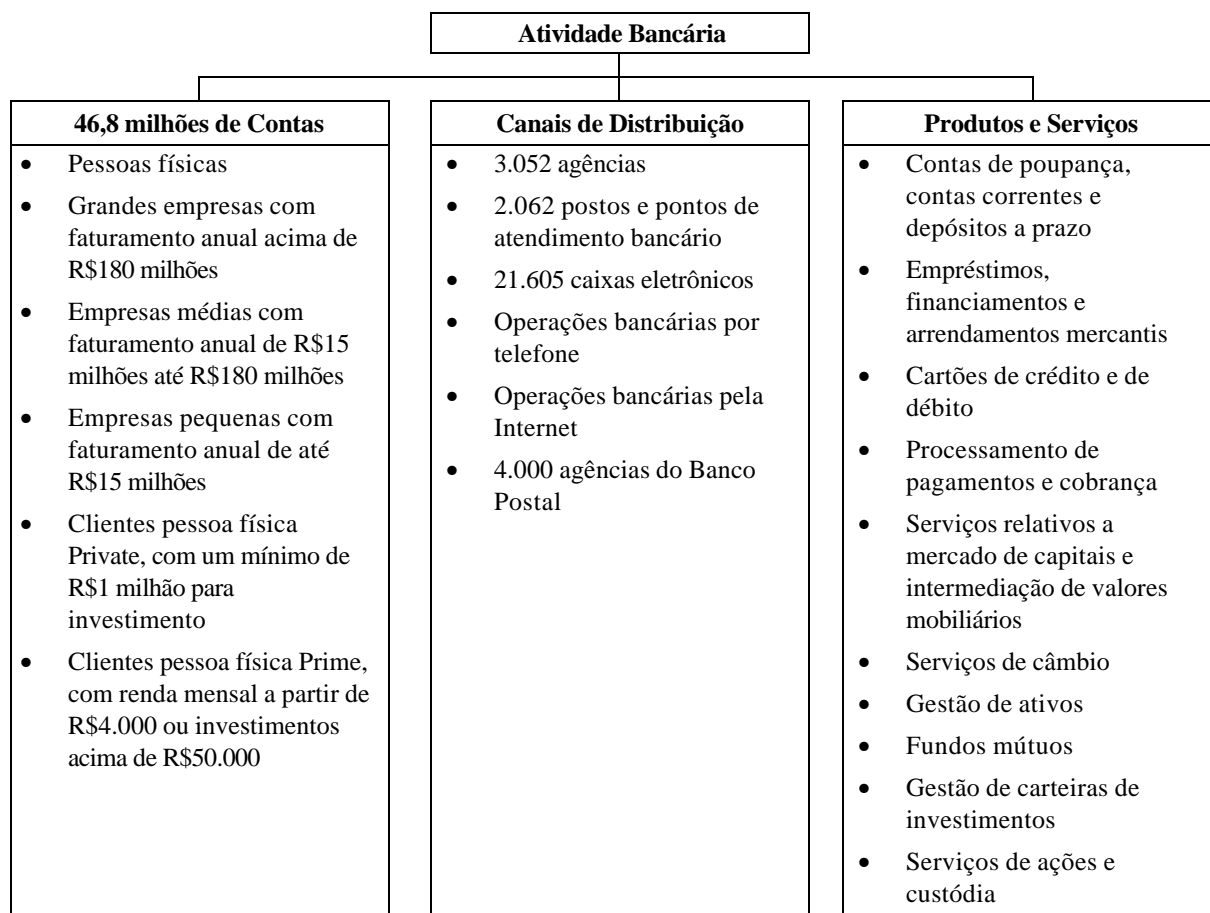
Atividade Bancária

Oferecemos uma gama de produtos e serviços bancários, incluindo:

- operações de captação de depósitos, inclusive contas correntes, contas de poupança e depósitos a prazo;
- operações de empréstimo, inclusive crédito ao consumidor, empréstimos para aquisição de moradias, empréstimos ao setor industrial e arrendamento mercantil;
- serviços de cartões de crédito e de débito;
- processamento de pagamentos e cobrança;
- serviços relativos a mercados de capitais, inclusive subscrição e serviços de consultoria financeira, bem como atividades de intermediação e negociação;
- atividade bancária internacional; e
- serviços de gestão de ativos;

Nossa base diversificada de clientes inclui tanto pessoas físicas, como pequenas, médias e grandes empresas no Brasil. Historicamente, temos cultivado uma presença mais forte no segmento mais amplo do mercado brasileiro, que consiste basicamente da população de média e baixa renda. Na década de 90, procuramos empresas e pessoas físicas com elevado patrimônio, para complementar nosso mercado tradicional. Desde 1999 temos desenvolvido nosso Departamento de “Corporate”, que atende os clientes pessoas jurídicas com faturamento anual superior a R\$180 milhões e o Departamento de “Private Banking”, para pessoas físicas com recursos de no mínimo R\$1 milhão disponíveis para investimentos. Em 2002, criamos o Departamento “Bradesco Empresas”, responsável pelos clientes pessoas jurídicas com faturamento anual entre R\$15 milhões e R\$180 milhões, visando à ampliação de nossa atuação no segmento de “middle corporate market”. Em maio de 2003, lançamos o “Bradesco Prime”, um novo segmento do Bradesco, que oferece serviços a seus clientes pessoas físicas que têm uma renda mensal a partir de R\$4.000 ou disponibilidade de investimento imediato acima de R\$50.000.

O diagrama a seguir demonstra os principais elementos de nossa atividade bancária em 31 de dezembro de 2003:



A tabela a seguir estabelece os dados financeiros selecionados para nosso segmento de atividade bancária para os períodos indicados:

	Exercício findo em 31 de dezembro de:		
	2001	2002	2003
	(Em milhões de reais)		
Dados da Demonstração de Resultado			
Receitas financeiras, líquidas ⁽¹⁾	R\$7.497	R\$10.436	R\$10.034
Despesa com provisão para perdas com operações de crédito	(1.763)	(2.543)	(2.034)
Receitas não financeiras ⁽¹⁾	3.147	2.304	4.041
Despesas não financeiras	(6.990)	(8.630)	(10.424)
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias ⁽¹⁾	1.891	1.567	1.617
Imposto de renda e contribuição social.....	(383)	22	24
Mudança de prática contábil ⁽²⁾	-	27	-
Lucro antes de participações minoritárias ⁽¹⁾	1.508	1.616	1.641
Participações de acionistas minoritários.....	5	(9)	(6)
Lucro líquido	R\$1.513	R\$1.607	R\$1.635
Dados do Balanço Patrimonial			
Ativos Totais	93.027	106.115	134.767
Dados selecionados dos resultados das operações:			
Receita financeira:			
Operações de crédito	R\$11.672	R\$17.027	R\$12.176
Títulos e valores mobiliários	2.215	3.031	1.895
Aplicações em operações compromissadas	2.261	2.947	3.861
Depósitos interfinanceiros.....	201	285	315
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil.....	299	2.058	1.459
Outros.....	14	32	62
Despesa financeira:			
Depósitos com clientes	(3.286)	(4.824)	(6.401)
Operações de captação no mercado aberto	(1.921)	(2.051)	(2.855)
Obrigações por empréstimos	(3.958)	(8.069)	(478)
Receita de prestação de serviços.....	R\$2.720	R\$2.803	R\$3.225

(1) Receita de clientes externos ao segmento.

(2) Para maiores informações, veja nota 11 às nossas demonstrações financeiras consolidadas no item 18.

Atividades de Captação de Depósitos

Oferecemos aos nossos clientes uma variedade de produtos e serviços de depósitos por meio de nossas agências, os quais incluem:

- contas correntes sem juros;

- contas de poupança tradicionais, que rendem atualmente a taxa referencial conhecida como “TR”, mais 0,5% ao mês;
- depósitos a prazo, que são representados por certificados de depósitos bancários ou “CDBs” e rendem juros a uma taxa fixa ou variável; e
- depósitos interbancários oriundos de instituições financeiras, que são representados por certificados de depósitos interbancários ou “CDIs” e rendem a taxa de depósitos interbancários.

Em 31 de dezembro de 2003, possuíamos 14,5 milhões de contas correntes, com 13,4 milhões de correntistas pessoas físicas, 1,1 milhão de correntistas pessoas jurídicas e 32,3 milhões de contas de poupança. Em 31 de dezembro de 2003, os depósitos (excluindo depósitos de instituições financeiras) totalizaram R\$58,0 bilhões. Nessa data, detínhamos uma participação de 19,2% do mercado brasileiro de depósitos em poupança, segundo informações disponibilizadas pelo Banco Central.

A tabela a seguir apresenta um desdobramento por tipo de produto de nossos depósitos nas datas indicadas:

	Em 31 de dezembro de:					
	2001		2002		2003	
	(Em milhões de reais, exceto percentagens)					
Depósitos de clientes:						
Depósitos à vista	R\$8.061	19,6%	R\$13.374	23,7%	R\$12.912	22,3%
Moeda brasileira	8.043	19,5	12.837	22,7	12.647	21,8
Moeda estrangeira	18	0,1	537	1,0	265	0,5
Depósitos em poupança	18.311	44,6	20.731	36,8	22.140	38,1
Moeda brasileira	18.311	44,6	20.731	36,8	22.140	38,1
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-
Depósitos a prazo/certificados de depósito	14.679	35,7	22.202	39,4	22.944	39,5
Moeda brasileira	13.154	32,0	19.574	34,7	19.003	32,7
Moeda estrangeira	1.525	3,7	2.628	4,7	3.941	6,8
Total de depósitos de clientes	41.051	99,9	56.307	99,9	57.996	99,9
Depósitos interfinanceiros	41	0,1	26	0,1	31	0,1
Total	R\$41.092	100,0%	R\$56.333	100,0%	58.027	100,0%

Oferecemos aos nossos clientes alguns serviços especiais adicionais, como por exemplo:

- a “Conta Fácil”, que permite uma combinação de conta corrente e conta de poupança, na qual os recursos depositados na conta obtém rendimentos após o decurso de um prazo

preestabelecido pela regulamentação à mesma taxa de nossas contas de poupança, ao contrário de nossas contas correntes normais, que não são remuneradas;

- “depósitos identificados”, que permitem aos nossos clientes identificar depósitos efetuados em favor de um terceiro, por meio do uso de um número de identificação pessoal; e
- transferências bancárias, em tempo real, entre uma conta corrente ou poupança para outra conta corrente ou poupança ou entre contas correntes e contas poupança, incluindo contas em outros bancos.

Operações de Crédito

A tabela a seguir apresenta um desdobramento por tipo de produto de nossas operações de crédito no Brasil, em cada caso nas datas indicadas:

	31 de dezembro de:		
	2001	2002	2003
Operações de crédito em aberto por tipo de produto:	(Em milhões de reais)		
Operações de crédito ao consumidor.....	R\$8.184	R\$9.302	R\$11.365
Financiamentos imobiliários.....	1.789	1.627	1.512
Empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”).....	7.020	7.848	7.226
Outros empréstimos a pessoas jurídicas.....	11.122	12.309	13.930
Crédito rural.....	2.959	3.922	4.404
Arrendamento mercantil.....	1.667	1.506	1.364
Cartões de crédito.....	973	1.164	1.373
Financiamentos à importação e exportação.....	6.635	9.154	9.048
Empréstimos em moeda estrangeira.....	2.388	3.151	2.429
Total.....	42.737	49.983	52.651
Créditos de curso anormal.....	2.257	2.341	2.144
Total.....	R\$44.994	R\$52.324	R\$54.795

A tabela a seguir apresenta um resumo da concentração de nossas operações de crédito em aberto por tomador:

	31 de dezembro de:		
	2001	2002	2003
Tomador:			
O maior tomador.....	1,0%	1,6%	1,5%
Os 10 maiores tomadores.....	7,4	9,3	10,1
Os 20 maiores tomadores.....	11,6	14,9	15,3
Os 50 maiores tomadores.....	19,9	25,5	24,4
Os 100 maiores tomadores.....	27,2%	33,3%	31,6%

Operações de crédito à pessoa física

Concedemos um volume significativo de empréstimos pessoais a clientes pessoas físicas, considerando-se as vantagens que a pulverização deste risco representa, bem como os benefícios da fidelização do cliente. Tais empréstimos consistem, basicamente, de:

- empréstimos a curto prazo, concedidos por nossas agências aos nossos correntistas e, dentro de certos limites, por meio de nossa rede de caixas eletrônicos, que tinham vencimento médio de sete meses e sobre os quais incidia uma taxa de juros média de 3,1% ao mês em 31 de dezembro de 2003;
- financiamento de automóveis, que tinha vencimento médio de nove meses e sobre os quais incidia uma taxa de juros média de 2,5% ao mês em 31 de dezembro de 2003; e
- empréstimos por meio de saques a descoberto em contas correntes (cheque especial), com liquidação média de um mês e sujeitos a taxas de juros que variavam de 4,8% a 8,1% ao mês em 31 de dezembro de 2003.

Também concedemos linhas de crédito por crédito rotativo e empréstimos a prazo tradicionais. Em 31 de dezembro de 2003, tínhamos em aberto adiantamentos, financiamentos de automóveis, empréstimos ao consumidor e empréstimos por crédito rotativo no valor total de R\$11,4 bilhões. Esses empréstimos ao consumidor representavam 20,7% de nossa carteira de crédito nessa data. Com base nos empréstimos em aberto nessa data, detínhamos uma participação de 6,8% do mercado brasileiro de empréstimos ao consumidor, conforme informações disponibilizadas pelo Banco Central.

Financiamentos imobiliários

Em 31 de dezembro de 2003, tínhamos em aberto 39.484 contratos de empréstimos sob hipoteca residencial. Nossa participação de mercado em financiamentos imobiliários em 2003 atingiu 26,6%, considerando financiamento à construção no setor de construção civil, conforme informações disponibilizadas pelo Banco Central. Em 31 de dezembro de 2003, o valor global em aberto desses empréstimos totalizava R\$1,5 bilhão, representando 2,8% de nossa carteira de crédito.

Os financiamentos habitacionais são realizados, ou pelo Sistema Financeiro Habitacional, que chamamos de “SFH”, ou pela Carteira Hipotecária Habitacional, que chamamos de “CHH”. Empréstimos de ambas carteiras de créditos são realizados a taxas de juros anuais de 12% a 18% mais a TR.

Empréstimos residenciais do SFH:

- têm vencimento estipulado de 5 a 15 anos; e
- estão sujeitos a menores tarifas que os empréstimos feitos pela CHH.

Empréstimos residenciais do CHH:

- têm tipicamente vencimento máximo de 5 anos; e
- estão sujeitos a maiores tarifas que os empréstimos do SFH.

Nossos empréstimos para término de construção, concedidos a pessoas físicas, possuem prazo estipulado de liberação de recursos de até 18 meses e o reembolso ocorre entre 2 e 10 anos, sendo efetuados com base na variação da TR mais 12% ao ano para os empréstimos do SFH e de TR mais 18% ao ano para os empréstimos da CHH.

Também concedemos financiamentos para clientes empresariais no SFH. Estes financiamentos, que são para construção, possuem prazo de até 24 meses e o reembolso começa dentro de 2 anos após a averbação da construção. Estes empréstimos são efetuados com base na variação da TR e taxa de juros de 14% ao ano durante a fase de construção e TR mais de 12% ao ano depois de terminada a construção.

A regulamentação do Banco Central exige que concedamos financiamentos imobiliários habitacionais no mínimo iguais a 65% do saldo de nossas contas de poupança. Os montantes que podem ser utilizados para satisfazer esta exigência incluem, além de financiamentos imobiliários residenciais diretos, letras hipotecárias, empréstimos imobiliários residenciais baixados e certos outros financiamentos, todos conforme especificado na orientação emitida pelo Banco Central. Em 31 de dezembro de 2003, atendíamos à exigência mínima legal. Em geral, não financiamos mais de 60% do preço de compra ou do valor de mercado de um imóvel, o que for menor.

Atualmente, detemos 10% do capital votante da Companhia Brasileira de Securitização, também conhecida como “CIBRASEC”. A CIBRASEC é uma sociedade de propósito específico, controlada por várias instituições financeiras brasileiras, que se dedica à securitização de empréstimos, para fins de aquisição de moradias.

Repasse de Empréstimos do BNDES

O Governo Brasileiro tem um programa para conceder empréstimos de longo prazo financiados pelo próprio Governo com taxas de juros abaixo do mercado a setores da economia que tenha escolhido para desenvolver. Segundo esse programa, tomamos recursos ou (i) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, também conhecido como “BNDES”, que é um banco brasileiro de desenvolvimento do Governo Federal, ou (ii) da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, a subsidiária de financiamento de equipamentos do BNDES. Nós então repassamos os recursos para os tomadores nos setores dirigidos da economia. Determinamos a margem sobre os empréstimos com base nos créditos dos tomadores. O repasse, cujo risco é nosso, é efetuado com obtenção de garantias reais.

Para maiores informações sobre nossos empréstimos do BNDES, veja a nota 14 às nossas demonstrações financeiras consolidadas.

De acordo com o BNDES, somos o maior banco de repasse de empréstimos do BNDES, emprestamos basicamente a pequenos clientes pessoas jurídicas no setor industrial. A carteira de repasses totalizou R\$7,2 bilhões em 31 de dezembro de 2003 representando 13,2% de nossa carteira de crédito nessa data.

Outros Empréstimos a Pessoas Jurídicas

Concedemos empréstimos tradicionais para as necessidades diárias de nossos clientes pessoas jurídicas. Tínhamos R\$13,9 bilhões de empréstimos em aberto a pessoas jurídicas, representando 25,4% de nossa carteira de crédito em 31 de dezembro de 2003. Oferecemos uma variedade de opções de empréstimos a nossos clientes brasileiros pessoas jurídicas, inclusive:

- empréstimos a curto prazo de até 29 dias;
- empréstimos para capital de giro para cobrir necessidades de caixa de nossos clientes;
- contas correntes garantidas;
- linhas de crédito rotativo;
- desconto de duplicatas; e
- financiamento de mercadorias.

Esses produtos de empréstimos em geral sofrem incidência de uma taxa de juros entre 1,7% e 4,3% ao mês.

Crédito Rural

Concedemos empréstimos ao setor rural financiados com recursos oriundos de depósitos compulsórios com o Banco Central e recursos próprios. Em 31 de dezembro de 2003, tínhamos 31.221 empréstimos rurais em aberto, totalizando R\$4,4 bilhões, representando 8,0% de nossa carteira de crédito. Conforme regulamentação do Banco Central, os empréstimos oriundos de depósitos compulsórios são oferecidos a uma taxa fixa, que era de 8,75% ao ano em 31 de dezembro de 2003. O vencimento desses empréstimos em geral coincide com o ciclo da respectiva colheita. Como garantia de tais empréstimos, geralmente obtemos uma hipoteca sobre a área na qual a atividade rural financiada é exercida.

Da mesma forma que, para empréstimos para aquisição de moradias, as disposições regulamentares do Banco Central estabelecem uma obrigação de conceder créditos ao setor rural. Os regulamentos atuais do Banco Central nos obrigam a utilizar no mínimo 25% de nossos depósitos à vista para fornecer crédito rural. Se não atingirmos os 25% de percentual mínimo, deveremos depositar o restante em uma conta não remunerada no Banco Central.

Microcrédito

Nós concedemos microcrédito a pessoas de baixa renda e pequenas empresas de acordo com a regulamentação do Banco Central, que exige que os bancos direcionem uma parte de seus depósitos à vista à tais transações de crédito. Começamos a conceder microcréditos em agosto de 2003. Em 31 de dezembro de 2003, tínhamos 228.891 operações de microcrédito em aberto totalizando R\$102,5 milhões, representando 0,2% de nossa carteira de crédito. Em 11 de junho de 2004, tínhamos emprestado R\$345,7 milhões aos nossos clientes de microcrédito.

Conforme a regulamentação do Banco Central, as operações têm uma taxa de juros efetiva máxima de 2% ao mês. A regulamentação pertinente do CMN determina que o valor máximo emprestado a qualquer tomador fique limitado a R\$600,00 para pessoas físicas e R\$1.000,00 para pequenas empresas.

Operações de Arrendamento Mercantil

Segundo a ABEL, em 31 de dezembro de 2003, o valor de nossas operações de arrendamento mercantil em aberto era um dos maiores entre as empresas privadas de arrendamento mercantil no Brasil, conforme medido pelo valor presente da carteira de arrendamento mercantil. Segundo a ABEL, o valor presente das carteiras de arrendamento mercantil no Brasil em 31 de dezembro de 2003 era de R\$9,1 bilhões e detínhamos uma participação de mercado de 16,02%.

Em 31 de dezembro de 2003, possuíamos aproximadamente 30.000 contratos de arrendamento mercantil em aberto, com um valor global de R\$1,4 bilhão, representando 2,5% de nossa carteira de crédito. Em 31 de dezembro de 2003, os arrendamentos indexados ao dólar norte-americano constituíam 1,1% de nossa carteira de arrendamento. O volume de nossa carteira de arrendamento mercantil era de R\$1,7 bilhão (com aproximadamente 91.000 contratos) em 31 de dezembro de 2001 e R\$1,5 bilhão (com aproximadamente 57.000 contratos) em 31 de dezembro de 2002.

O mercado brasileiro de arrendamento mercantil é dominado por grandes bancos e empresas afiliadas a fabricantes de veículos, tanto brasileiros quanto estrangeiros. Os contratos de arrendamento mercantil brasileiros em geral se referem a veículos, computadores, maquinário industrial e outros equipamentos.

Oferecemos substancialmente contratos de arrendamento mercantil financeiro (em contraposição ao operacional) e nossas operações de arrendamento mercantil envolvem basicamente o arrendamento de automóveis, caminhões, guindastes, aeronaves e maquinário pesado. Em 2003, 52,1% de nossos contratos de arrendamento mercantil em vigor se referiam a automóveis, em comparação a 56% do mercado brasileiro de arrendamento mercantil como um todo.

Em 31 de dezembro de 2003, conduzíamos nossas operações de arrendamento através da nossa principal empresa de arrendamento mercantil, a Bradesco BCN Leasing e do Banco Finasa.

Antes de 2003, usamos seis subsidiárias adicionais na realização de nossas operações de arrendamento. Através de uma transferência de ativos e passivos e uma cisão de ativos no final de 2002, tais subsidiárias foram incorporadas pela BCN Leasing Arrendamento Mercantil S.A. Em fevereiro de 2003, a BCN Leasing Arrendamento Mercantil S.A. incorporou a Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil e para formar a Bradesco BCN Leasing S.A. Arrendamento Mercantil. Em abril de 2003, a

Bradesco BCN Leasing incorporou a Finasa Leasing Arrendamento Mercantil S.A. e, em setembro de 2003, adquiriu a carteira de arrendamento da BBV Leasing Brasil S.A. Arrendamento Mercantil.

Obtemos financiamento para nossas operações de arrendamento mercantil, basicamente, por meio da emissão de debêntures e títulos nos mercados nacional e internacional, e por meio de empréstimos em recursos denominados em moeda estrangeira, que tomamos emprestado nos mercados internacionais com o objetivo específico de realizar empréstimos destes fundos no Brasil. Em 31 de dezembro de 2003, a Bradesco BCN Leasing possuía R\$630 milhões de debêntures em circulação no mercado nacional, como dívida subordinada, com prazo de vencimento em 2008.

Termos dos Contratos de Arrendamento Mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro representam uma fonte de financiamento de médio e longo prazos para clientes brasileiros. Segundo as leis brasileiras, o prazo mínimo de contratos de arrendamento mercantil financeiro é de 24 meses para operações referentes a produtos com uma vida útil média de cinco anos ou menos e de 36 meses para operações referentes a produtos com uma vida útil média superior a cinco anos. Não existe um prazo máximo determinado por lei para contratos de arrendamento mercantil. Em 31 de dezembro de 2003, o vencimento médio remanescente dos contratos em nossa carteira de arrendamento mercantil era de 16 meses.

Por meio de nossas empresas de arrendamento mercantil, retemos a propriedade legal de cada ativo até que a parcela final (inclusive qualquer valor residual acordado) devida, segundo o contrato de arrendamento mercantil, seja paga pelo arrendatário. Nossos contratos de arrendamento mercantil são, em geral, estruturados de modo a distribuir o pagamento do valor residual acordado durante a vigência do contrato. Em geral, retomamos a propriedade do ativo arrendado quando um arrendatário se torna inadimplente e exigimos um sinal de 30% e que o arrendatário mantenha seguro total sobre o ativo arrendado.

Cartões de Crédito

Emitimos os primeiros cartões de crédito no Brasil em 1968 e em 31 de dezembro de 2003, éramos uma das maiores empresas independentes de cartões de crédito no Brasil, tendo emitido 7,0 milhões de cartões de crédito, correspondendo a 15,7% dos aproximadamente 45 milhões de cartões de crédito do Brasil, conforme informações disponibilizadas pela Visa e MasterCard. Oferecemos cartões de crédito Visa e MasterCard a nossos clientes correntistas e clientes em potencial sem relacionamento anterior com o Banco. Em 31 de dezembro de 2003, nossos cartões de crédito eram aceitos em mais de 20 milhões de estabelecimentos comerciais e de serviços em mais de 150 países. Nessa data, 95,9% de nossos clientes de cartões de crédito eram pessoas físicas, sendo 80,5% desses clientes correntistas do Banco.

Auferimos receitas de nossas operações de cartões de crédito por meio de:

- taxa de emissão/anuidades;
- taxas de intercâmbio;
- juros sobre os saldos financiados;
- juros sobre saques efetuados nos caixas eletrônicos; e

- juros sobre antecipação dos valores à serem recebidos pelos estabelecimentos que efetuaram vendas aos portadores de cartão de crédito Visa.

Oferecemos aos nossos clientes vários tipos de cartões de crédito e serviços correlatos, inclusive:

- cartões com uso restrito ao Brasil;
- cartões internacionais, válidos no Brasil e no Exterior;
- cartões destinados a clientes de elevado patrimônio, tais como: o “Gold” e o “Platinum” da bandeira MasterCard, e o “Gold” e o “Infinite” da bandeira Visa;
- cartões múltiplos, uma combinação de cartão de crédito (Visa Fácil) e de débito (Visa Electron), que além das tradicionais transações bancárias, os associados do cartão também podem utilizá-lo para transações de compras. Esse produto destina-se a clientes com baixa renda e possui limites de crédito menores;
- cartões com “chip”, microcircuito que permite aos associados utilizar senhas ao invés de assinaturas;
- cartões para pessoas jurídicas, aceitos no âmbito nacional e internacional;
- cartões com “marcas compartilhadas”, mais conhecidos como “co-branded”, emitidos por meio de parcerias com empresas dos vários segmentos, tais como: companhias aéreas, jornais, revistas, montadoras de automóveis, entre outros; e
- “cartões afinidades”, emitidos por meio de associações civis, tais como: clubes esportivos e organizações não governamentais.

Em 31 de dezembro de 2003, tínhamos registrado mais de 77 parceiros com cartões “co-branded” e “afinidade”. A oferta de cartões de crédito a esse público integra nossa estratégia de relacionamento com o cliente, permitindo oferecer produtos bancários, como contas de poupança, fundos mútuos e seguros aos associados dos cartões de crédito.

A tabela a seguir apresenta um desdobramento dos cartões de crédito que emitimos no Brasil por bandeira, nas datas indicadas:

	Em 31 de dezembro de:					
	2001		2002		2003	
	Número de cartões em circulação	Percentual do número total	Número de cartões em circulação	Percentual do número total	Número de cartões em circulação	Percentual do número total
Visa.....	4.301.320	91%	5.592.474	92%	6.513.996	92%
MasterCard.....	329.686	7	450.341	7	475.645	7
American Express.....	28.694	1	30.431	1	32.311	1
Diners.....	29.067	1	3.171	0	0	0
Total.....	4.688.767	100%	6.076.417	100%	7.021.952	100%

O faturamento dos cartões de crédito totalizou R\$9,9 bilhões durante 2003, um aumento de 20,1% sobre 2002. Esse aumento foi, em grande parte, atribuído à expansão da base de clientes e ao aumento da ativação de cartões, principalmente cartões Visa.

Cartões de Débito

Em 1981, iniciou-se a emissão dos cartões de débito denominados “Bradesco Instantâneo” e a partir de 1999, toda base foi convertida para os novos cartões denominados cartões “Bradesco Visa Electron”. Os clientes detentores de cartões de débito “Bradesco Visa Electron” podem utilizá-los na aquisição de bens e serviços em estabelecimentos e saques em toda a Rede BDN no Brasil e na Rede “Plus Visa” no exterior. O valor da compra é debitado da conta do portador do cartão, eliminando a inconveniência e a burocracia do cheque. Para tanto, é cobrado do estabelecimento afiliado uma taxa de comissão de aproximadamente 1,5% sobre o valor de cada operação, realizada com cartão “Visa Electron”. Nossos clientes realizaram transações com cartões de débito no total de R\$6,2 bilhões durante o ano de 2003, um aumento de 55,3% sobre 2002, devido à expansão da base de clientes e preferência por este meio de pagamento em substituição ao uso de cheques.

Soluções de Administração de Recebimentos e Pagamentos, Administrativas e de Recursos Humanos

Soluções de Pagamentos e Recebimentos

No Brasil, a maioria dos consumidores efetua o pagamento de suas contas pessoalmente nas agências bancárias e ambientes de auto-atendimento oferecidos pelos bancos, assim sendo, oferecemos aos nossos clientes pessoa jurídica serviços de processamento e cobrança de pagamentos. Registra-se, no entanto, uma utilização cada vez mais intensa dos meios eletrônicos oferecidos pelos bancos, em especial o Internet Banking.

Em 2003, processamos 729,9 milhões de transações de Cobrança, correspondendo ao valor de R\$695,0 bilhões. Da mesma forma, em 2003 arrecadamos 221,4 milhões de documentos referentes a Tributos, Contas de Órgãos Públicos, Concessionárias de Serviços Públicos e Pagamento a Beneficiários do INSS, correspondendo a R\$116,5 bilhões. Em 2002, o volume processado foi de 655,6 milhões de transações, para um montante de R\$585,9 bilhões e o volume de documentos arrecadados foi de 206,4 milhões de documentos para um montante de R\$97,0 bilhões.

Nossas receitas pela prestação desses serviços são auferidas por meio de tarifas sobre serviços de cobrança, arrecadação e processamento de pagamentos, e também pelo trânsito dos recursos recebidos até a sua disponibilização às empresas. Embora a maioria dos nossos serviços de cobrança limite-se ao recebimento de contas, em algumas circunstâncias, por solicitação dos clientes, também prestamos serviços para facilitar o recebimento de documentos que estejam em atraso. Não assumimos qualquer risco de crédito com relação aos nossos serviços de cobrança, arrecadação e processamento.

Dentre os serviços de arrecadação de Impostos e Tributos, contas de serviços públicos de várias entidades, inclusive órgãos governamentais federais, estaduais e municipais e de serviços de utilidade pública, que totalizaram R\$116,5 bilhões em 2003, destacamos:

- R\$16,1 bilhões pagos em 2003 em contas de luz, água, gás e telefone, dos quais 38,3% foram pagos por meio de débito automático em contas correntes e de poupança;

- R\$17,8 bilhões pagos em 2003 aos beneficiários e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), representando 20,7% do total de inscrições daquele Instituto em 2003; e
- R\$82,6 bilhões em arrecadação de tributos em 2003.

Oferecemos aos nossos clientes pessoas jurídicas, soluções de pagamentos eletrônicos que permitem a realização de pagamentos e transferências eletrônicas de forma “on-line” aos seus fornecedores e credores e ainda o pagamento de tributos e contas de órgãos públicos. Em 31 de Dezembro de 2003, mais de 189.000 empresas utilizavam esses serviços. O volume de transações processadas em 2003 foi de 80,5 milhões de transações para um montante de R\$302,1 bilhões. Em 2002, o volume de transações havia sido de 65,1 milhões, para um montante de R\$217,6 bilhões.

Lançamos em 1989, um cartão de débito denominado "Cartão de Pagamento de Benefícios", para pagamento de benefícios aos Aposentados e Pensionistas do INSS, possibilitando o saque dos recursos - mediante a utilização de uma senha pessoal - em qualquer agência do Bradesco no país. Antes da introdução desse sistema de cartões magnéticos, pagamentos do INSS eram feitos através de documentos mensais, que eram extremamente onerosos para as partes e facilitavam potencialmente as fraudes e os erros. O cartão de Pagamento de Benefício possibilitou a redução dos riscos de fraudes, erros e dos custos administrativos. Além disso, os detentores do Cartão de Pagamentos de Benefícios, passaram a contar com a facilidade de uso do mesmo em nossa rede de auto-atendimento, para saques e pagamento de contas, realização de compras em mais de 300.000 estabelecimentos comerciais no país, obtenção de créditos a taxas reduzidas e para recarregamento de telefones celulares "pré-pagos". Além disso, esse sistema é “on-line, real time”, evitando o saque fraudulento dos benefícios em uma agência após o recebimento de tais benefícios anteriormente em outra agência. Para receber um cartão de Pagamento de Benefícios, um beneficiário do INSS não precisa ter uma conta conosco. Auferimos receitas de Cartão de Pagamento de Benefícios através de uma tarifa paga pelo INSS.

Os clientes podem optar por receber seus benefícios através de transferências diretas para suas contas correntes ao invés de usar o cartão de pagamento de Benefícios. Em dezembro de 2002, a participação dos pagamentos de benefícios por meio de crédito em conta corrente para aqueles que usam os nossos serviços em relação ao total de pagamentos realizados, era de 17,33%, contra 25,69% no final de 2003.

Em 2002, nos unimos à Visa International, ao Banco do Brasil e ao ABN AMRO para formar uma empresa chamada Companhia Brasileira de Soluções e Serviços, ou “CBSS”. A CBSS oferece cartões de débito, conhecidos como cartões “Visa Vale”, aos beneficiários do Plano de Alimentação ao Trabalhador. Com um cartão Visa Vale e a senha, o detentor do cartão pode receber seus benefícios eletronicamente e pode usar o cartão em aproximadamente 100.000 supermercados e restaurantes. Os detentores de cartões não podem usar os cartões Visa Vale de outra maneira. O uso de cartões Visa Vale para pagar esses benefícios deve reduzir os custos administrativos das empresas e reduzir o risco de uso impróprio dos recursos.

Soluções Administrativas

Oferecemos aos nossos clientes pessoas jurídicas diversos serviços administrativos, incluindo processamento de folha de pagamento, contas correntes para os funcionários, conhecidas como "contas-salário", além do cartão salário, destinado aos funcionários não correntistas, e do cartão empresa, para o

pagamento de despesas de viagens e representação, entre outras. A remuneração do Banco pela prestação desses serviços é feita por meio de tarifas pagas pelos clientes pessoas jurídicas.

Serviços de Custódia de Cheques

Dentre as soluções de recebimentos oferecidas pelo Bradesco aos seus clientes pessoas jurídicas e físicas, destacamos também os serviços de custódia de cheques, que lhes permite guardar e gerenciar os seus cheques pré-datados, um meio de pagamento bastante utilizado no país - em especial no setor supermercadista e varejista - que consiste na entrega, pelo consumidor à empresa vendedora, de vários cheques de sua emissão, para depósito em datas negociadas em comum acordo, em pagamento de mercadorias adquiridas. Oferecemos aos clientes usuários dos serviços de custódia, a possibilidade de antecipação dos recursos a receber no futuro, por meio de operações de desconto ou de empréstimo com penhor.

Em 31 de dezembro de 2003, tínhamos 176.226 contas usando os serviços de custódia de cheques, para uma carteira com mais de 9,7 milhões de cheques, totalizando R\$2,6 bilhões. Em 31 de dezembro de 2002, tínhamos 169.360 contas e uma carteira com mais de 7,2 milhões de cheques, totalizando R\$1,8 bilhão.

Serviços Relativos a Mercados de Capitais e Atividades Bancárias de Investimento

Serviços de Subscrição - “Underwriting”

Há mais de 10 anos, o Bradesco mantém posição de destaque no Brasil, coordenando operações de distribuição pública, tanto de títulos de renda fixa quanto de renda variável. Em 31 de dezembro de 2003, de acordo com a ANBID:

- ocupávamos o sexto lugar no ranking de “Originação de Transações”, com um total de R\$43,1 milhões em operações com ações e R\$598,7 milhões em operações com títulos de renda fixa; e
- ocupávamos o sexto lugar no ranking de “Distribuição”, com um total de R\$31,1 milhões em operações de ações e R\$591,7 milhões em operações de renda fixa.

Durante o ano de 2003, coordenamos R\$4,8 bilhões de transações de dívida e ações, representando 47,9% das emissões registradas na CVM durante o período. Em 2002, coordenamos emissões públicas de títulos de dívida e ações no mercado brasileiro, totalizando R\$14,6 bilhões, correspondendo a 59,1% de todas as transações registradas na CVM.

Em abril de 2003, fomos o coordenador líder da emissão de debêntures da CPFL Energia S.A., no montante de R\$1,8 bilhão e da emissão de debêntures da Telesp Celular Participações S.A., conhecida como “Telesp Celular”, no total de R\$700,0 milhões. Atuamos, também, como *co-manager* na estruturação e distribuição da emissão de *Euro Mid Term Notes* da Telesp Celular, no montante de US\$ 150,0 milhões.

Em março de 2002, fomos o coordenador contratado da operação de Oferta Pública Secundária de Ações Ordinárias da Companhia Vale do Rio Doce, quando foram vendidas por R\$4,5 bilhões. Também fomos o coordenador das Ofertas Públicas de Debêntures de emissão da Petrobrás - Petróleo Brasileiro

S.A., realizadas em agosto e em outubro de 2002, nos valores de R\$750 milhões e de R\$775 milhões, respectivamente; ambas as ofertas feitas pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás.

A partir de 1999, cada vez mais temos de contar com o volume para obter rentabilidade nesta área, pois nossas margens de lucro diminuíram devido ao aumento da concorrência, especialmente por parte de outros grandes bancos privados brasileiros e estrangeiros. Para uma descrição mais detalhada da concorrência que enfrentamos, veja “Concorrência”.

Serviços de Consultoria

Oferecemos aos nossos clientes serviços de consultoria financeira em operações de fusões e aquisições, “project finance”, reorganizações societárias e privatizações. Em 2003, prestamos consultoria em 9 operações de fusões e aquisições e 1 de *project finance*, com ativos transacionados totalizando aproximadamente R\$4,7 bilhões. Em 2002, prestamos serviços de consultoria em doze operações, totalizando o valor de R\$1,9 bilhão. Em 2003, comparativamente às nossas operações de mercado de capitais, na maioria dos casos, nossas receitas por transação de serviços de assessoria financeira foram superiores àquelas apuradas nos anos anteriores.

Serviços de Intermediação e Negociação

Por meio de nossa subsidiária integral Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, que designaremos “Bradesco Corretora”, negociamos contratos de futuros, opções e títulos e valores mobiliários privados e governamentais, por conta de nossos clientes. Os clientes da Bradesco Corretora incluem pessoas físicas com elevado patrimônio, grandes empresas e investidores institucionais. A Bradesco Corretora oferece o serviço de análise de investimentos, atuando em conjunto com a nossa área econômica, fornecendo relatórios sobre o desempenho dos principais mercados, carteira de ações sugerida e *stock guide*.

Durante o exercício de 2003, a Bradesco Corretora negociou mais de R\$11,3 bilhões, na BOVESPA e, segundo a BOVESPA, classificou-se em 11º lugar no Brasil em termos de volume de negociações.

Durante o exercício de 2003, a Bradesco Corretora negociou aproximadamente 2,0 milhões de contratos de futuros, “swaps”, opções e outros, num valor total de R\$244,7 bilhões, na Bolsa de Mercadorias e Futuros, que chamamos de “BM&F” e, de acordo com a BM&F, a Bradesco Corretora classificou-se em 24º lugar no mercado brasileiro, em termos de número de contratos de futuros, opções e “swaps” executados. Esta foi uma redução em relação à 2002, quando a Bradesco Corretora negociava 6,3 milhões de contratos futuros, swaps, opções e outros, com um valor total de R\$685,2 bilhões, na BM&F e, de acordo com a BM&F, classificou-se em 6º lugar no mercado brasileiro. A redução é atribuível, em grande parte, ao uso crescente pelos clientes, do sistema de liquidação direto da BM&F, iniciado no final de 2001, que permite que os participantes liquidem seus negócios diretamente com a BM&F, sem usar instituições como a Bradesco Corretora. Em 2003, a Bradesco Corretora foi uma das principais empresas no Brasil na intermediação em Ofertas Públicas e Leilões Especiais, realizadas nas bolsas de valores brasileiras, negociando R\$515,5 milhões.

Em novembro de 2002, a Bradesco Corretora entrou em uma parceria com o Mercado para as Ações Latino-americanas em Euros, conhecido como “Latibex”, na Bolsa de Valores de Madri, na Espanha, para fornecer aos investidores brasileiros, acesso direto ao Latibex. A conexão da Bradesco

Corretora com o sistema de negociação do Latibex permite que ela compre e venda títulos de empresas Latino-americanas diretamente na Bolsa de Valores de Madri, sem ter uma contraparte ou outro representante na Espanha.

A Bradesco Corretora possui 15 corretores que atendem investidores do setor de varejo e que oferecem suporte aos gerentes de nossas agências, 11 corretores dedicados a investidores institucionais brasileiros e estrangeiros e 8 corretores dedicados à BM&F. A Bradesco Corretora mantém no pregão da BM&F 14 operadores e no pregão da BOVESPA 4 operadores. Os gerentes de nossas agências auxiliam na captação de novos clientes, oferecendo os serviços prestados pela Bradesco Corretora.

Com a assistência de nosso departamento de tecnologia e a fim de aprimorar sua base de clientes, em março de 1999, a Bradesco Corretora passou a oferecer a seus clientes a possibilidade de negociar valores mobiliários pela Internet, por meio de seu serviço “ShopInvest”. Em 2003, as negociações pelo “ShopInvest” totalizaram R\$960,1 milhões, correspondendo a 4,5 % de todas as operações realizadas via internet na BOVESPA. Em 2002, as negociações através do ShopInvest totalizaram R\$605,7 milhões, correspondendo a 7,2% de todas as transações realizadas via Internet na BOVESPA naquele período, conforme informações disponibilizadas pela BOVESPA.

Oferece, ainda, o serviço de representante de investidores não residentes em operações realizadas no mercado financeiro e de capitais, nos termos da Resolução CMN n.º 2689 que chamamos de “Resolução 2.689”. Para mais informações sobre a Resolução 2.689, veja “Item 10. Informações Adicionais - Controles de Câmbio.”

Serviços de Ações, Custódia e Controladoria

Com infra-estrutura adequada e pessoal especializado, o Bradesco oferece a seus clientes os serviços qualificados de Custódia de Títulos e Valores Mobiliários, Controladoria, DR-Depositary Receipt, BDR-Brazilian Depositary Receipt, Escrituração de Ações, Debêntures e Quotas de Fundos de Investimento. Todos com certificação ISO 9001:2000.

Em 31 de dezembro de 2003:

- 164 Empresas integravam o Sistema Bradesco de Ações Escriturais, reunindo 5,6 milhões de acionistas;
- 27 Empresas integravam o Sistema de Debêntures Escriturais, com valor atualizado de R\$12,2 bilhões;
- 14 Fundos de Investimento integravam o Sistema Bradesco de Cotas Escriturais, com valor atualizado de R\$1,0 bilhão; e
- administramos 2 Programas de BDR registrados, com valor de mercado de R\$268,6 milhões.
- 451 clientes utilizavam os serviços de custódia com R\$100,9 bilhões em ativos custodiados;
- R\$119,1 bilhões era o total de patrimônio dos 634 Fundos de Investimento e Carteiras Administradas que utilizavam os serviços de controladoria; e

- atuamos como depositários de 9 Programas de DR registrados, com valor de mercado de R\$22,7 bilhões.

Atividade Bancária Internacional

Na qualidade de banco comercial privado, oferecemos uma extensa linha de serviços internacionais, como: operações de câmbio, financiamento ao comércio exterior, linhas de crédito e atividades bancárias. Nossa estrutura no exterior é a seguinte:

- na cidade de Nova Iorque, nossa agência e a Bradesco Securities Inc., uma subsidiária que chamamos de “Bradesco Securities U.S.”;
- nas Ilhas Cayman, quatro agências incluindo uma agência do BCN, uma agência do Boavista e uma agência do Banco Mercantil, assim como nossa subsidiária, Cidade Capital Markets Ltd., que chamamos de “Cidade Capital Markets”;
- nas Bahamas, uma agência do Boavista e uma do Banco Alvorada (nova denominação do BBV Banco) e a Boavista Banking Limited, nossa subsidiária que chamamos de “Boavista Bahamas”;
- na Argentina, Banco Bradesco Argentina S.A., nossa subsidiária, que chamamos de “Bradesco Argentina”;
- em Luxemburgo, Banco Bradesco Luxembourg S.A., nossa subsidiária, que chamamos de “Bradesco Luxemburgo”; e
- no Japão, a Bradesco Services Co. Ltd., nossa subsidiária, que chamamos de “Bradesco Services Japan”.

Nossas operações internacionais são coordenadas por nosso departamento de câmbio e têm o suporte de 17 unidades operacionais no Brasil, sendo 12 Bradesco e 5 BCN, além de 4 pontos de apoio, localizados nos principais centros exportadores e importadores do país.

Receitas de operações no país e no exterior

A tabela a seguir fornece um desmembramento de nossas receitas (receita financeira mais receita não-financeira), originárias de nossas operações no país e no exterior para os períodos indicados:

	2001		2002		2003	
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
No país	R\$27.955	98,9%	R\$35.810	98,5%	R\$35.464	99,0%
No exterior.....	303	1,1	547	1,5	361	1,0
Total.....	R\$28.258	100,0%	R\$36.357	100,0%	R\$35.825	100,0%

Agências e Subsidiárias no Exterior

As agências e subsidiárias no exterior têm como principal objetivo, a obtenção de recursos no mercado internacional para repassar a clientes, principalmente por meio de financiamentos ao comércio exterior brasileiro. A Bradesco Luxemburgo dedica-se ainda, a prestar serviços adicionais aos clientes do segmento private banking. Com exceção da Bradesco Services Japan, as nossas agências recebem depósitos em moeda estrangeira de clientes pessoa física e jurídica e concedem crédito a clientes brasileiros e não brasileiros. O total de ativos das agências externas, excluindo-se as transações entre as partes relacionadas, somava R\$20,6 bilhões em 31 de dezembro de 2003.

As agências no exterior periodicamente fazem emissões de títulos da dívida mobiliária, importante via de acesso ao mercado de capitais internacional. Além dos recursos de curto prazo, obtidos junto a instituições internacionais e destinados ao financiamento de comércio exterior, as agências no exterior juntamente com a matriz captaram US\$955,6 milhões durante o ano de 2002 e US\$2.821,6 milhões em 2003, através de emissões públicas e privadas de curto e longo prazo, o que representou uma evolução de 195%. Tais títulos têm prazos de vencimentos entre 3 meses a 10 anos. O acesso ao mercado de capitais internacional diversifica as fontes de financiamento em moeda estrangeira. Para a maioria das empresas latino-americanas, os custos desse acesso estão sujeitos às condições dos mercados doméstico e internacional e também à percepção dos investidores e financiadores internacionais aos riscos nos mercados emergentes.

Bradesco Argentina. Visando expandir as operações na América Latina e Mercosul, em dezembro de 1999, foi constituída a Bradesco Argentina, com a finalidade de conceder financiamentos, principalmente para empresas brasileiras instaladas na Argentina e, em menor escala, para empresas argentinas que tem negócios com o Brasil. Para a abertura da Bradesco Argentina foi feita uma capitalização inicial de R\$54,0 milhões. Em 31 de dezembro de 2003, apresentava R\$69,6 milhões como total de ativos.

Boavista Bahamas. A Boavista Bahamas foi incorporada a partir da aquisição do Banco Boavista em outubro de 2000. Em 31 de dezembro de 2003, apresentava ativos no valor total de R\$333,5 milhões.

Bradesco Luxembourg. Em abril de 2002, assumimos o controle total do Banque Banespa International S.A, de Luxemburgo, cuja denominação foi mudada para Banco Bradesco Luxembourg S.A. Em setembro de 2003, foi concluído o processo de fusão das subsidiárias Banco Bradesco Luxembourg S.A. e Mercantil Luxemburgo, que havia sido adquirido em janeiro de 2002, prevalecendo o nome Banco Bradesco Luxembourg S.A. Em 31 de dezembro de 2003, seus ativos totalizavam R\$841,4 milhões.

Bradesco Services Japan. Em outubro de 2001, foi constituída a Bradesco Services Japan para dar suporte e prestar serviços especializados à comunidade brasileira no Japão, incluindo assistência no envio de remessas ao Brasil e aconselhamento referente a investimentos no Brasil. Em 31 de dezembro de 2003, possuía R\$1,1 milhão de ativos.

Bradesco Securities U.S. Em abril de 2000, abrimos a Bradesco Securities U.S. uma subsidiária integral do Bradesco. Em agosto de 2000, fizemos a capitalização inicial no valor de R\$3,6 milhões. A Bradesco Securities U.S. opera como broker dealer nos Estados Unidos. O foco de atuação da empresa é a intermediação de compra e venda de ações, com destaque em operações de ADRs para clientes brasileiros assim como para atividades de investimento do Bradesco nos Estados Unidos. Também está autorizada a operar com Bonds, Commercial Paper, Certificados de Depósito, entre outros papéis, podendo

ainda prestar serviços de Investment Advisory, porém não o faz atualmente. A Bradesco Securities U.S. promoveu aumento de capital no valor de US\$ 20 milhões no mês de maio de 2003. Em 31 de dezembro de 2003, ela possuía ativos de R\$64,7 milhões.

Cidade Capital Markets. Em fevereiro de 2002, o Bradesco, através do BCN, adquiriu a subsidiária Cidade Capital Markets em Grand Cayman, como parte de nossa aquisição de seu controlador, o Banco Cidade. Em 31 de dezembro de 2003, a Cidade Capital Markets apresentava em ativos R\$86,3 milhões.

Operações Bancárias nos Estados Unidos

Em janeiro de 2004, o Federal Reserve Bank dos Estados Unidos nos autorizou a operar como controladora financeira nos Estados Unidos. Como resultado, temos permissão para operar no mercado americano, diretamente ou através de uma subsidiária, vendendo seguros, fornecendo serviços de subscrição, colocação privada, gestão de carteiras e serviço de banco mercantil, entre outros, ou administrando carteiras de fundos mútuos. Nós não começamos a oferecer tais serviços nos Estados Unidos, e não podemos assegurar quando ou se ofereceremos tais serviços, ou se nossas operações nos Estados Unidos continuarão a ser rentáveis.

Financiamento ao Comércio Exterior

As atividades de comércio exterior brasileiro consistem, basicamente, em financiar as operações de exportação e importação. Nos financiamentos a importação, os clientes geralmente tomam recursos na forma de empréstimos ou cartas de crédito, que são ligadas ao recebimento de um pagamento em moeda estrangeira do importador. Já nos financiamentos à exportação, é feita uma antecipação dos recursos em moeda nacional aos exportadores, mediante o fechamento do contrato de exportação e futuro recebimento em moeda estrangeira no vencimento do contrato. Financiamentos feitos antes da mercadoria ser embarcada recebem o nome Adiantamento sobre Contrato de Câmbio, ou “ACC”, quando os recursos recebidos são utilizados na fabricação dos bens que serão exportados. Financiamentos feitos depois da mercadoria embarcada recebem o nome Adiantamento sobre Contrato de Exportação, ou “ACE”. Outras modalidades de financiamentos existentes: Pré-Pagamento de Exportação, Repasse de Recursos do BNDES- EXIM, Descontos de Saque, etc.

A carteira de comércio exterior é financiada, basicamente, por linhas de crédito obtidas junto a bancos correspondentes. O Bradesco mantém relacionamento com várias instituições financeiras norteamericanas, europeias, asiáticas e latino-americanas para esse fim, contando com uma rede de bancos correspondentes em todo o mundo com aproximadamente 1.000 instituições, das quais, 95 concediam linhas de crédito ao Bradesco, no final de 2003.

Além das tradicionais linhas de crédito de bancos, possuímos um programa de “Commercial Paper” nos Estados Unidos no valor de US\$190 milhões, com vencimento em junho de 2004 e dois contratos de linhas de crédito para financiamento ao comércio exterior, um deles no valor de US\$110 milhões junto ao “Inter-American Development Bank” (IDB) e o outro com o “International Finance Corporation” (IFC) no montante de US\$70 milhões. Em junho de 2004, obtivemos um novo programa de “Commercial Paper” no valor de US\$300 milhões, cujo vencimento será em junho de 2005.

A Área Internacional encerrou o exercício de 2003 registrando saldo de R\$8,4 bilhões em financiamento à exportação e R\$673 milhões em financiamento à importação. Quanto ao volume de exportações contratado no ano de 2003, o Bradesco atingiu a cifra de US\$15,4 bilhões. Este montante

representa crescimento de 23,6% sobre o ano anterior. No segmento de importação, o volume fechado foi da ordem de US\$5,8 bilhões em contratações, alcançando 34,8% de crescimento, quando comparado a 2002. Com base nas informações do Banco Central, durante 2003 fomos o maior agente financiador das exportações brasileiras, com uma participação para contratos de exportação de 20,7%. Também com base nas informações do Banco Central, nossa participação de mercado para contratos de importação foi de 12,9%.

A carteira de comércio exterior (excluindo os créditos de curso anormal) encerra o exercício de 2003 com os seguintes saldos:

	31 de dezembro de 2003
	(Em milhões de R\$)
Financiamento à exportação:	
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (“ACCs”)	R\$4.885
Adiantamento sobre Contratos de Exportação (“ACEs”)	1.387
Pagamento antecipado de exportações futuras	1.998
Repasse de recursos tomados emprestados do BNDES/EXIM	89
Outros	16
Total do financiamento à exportação	8.375
Financiamento à importação:	
Financiamentos à importação denominados em moeda estrangeira	673
Total do financiamento à importação	673
Total do financiamento à exportação e importação	R\$9.048

Outros Produtos de Câmbio

Além do financiamento ao comércio exterior, nossos clientes têm acesso a diversos serviços e produtos de câmbio, tais como:

- compra e venda de papel moeda e “traveller check”;
- transferência financeira do/para o exterior;
- cobrança de importação;
- desconto de cheques em moeda estrangeira; e
- operações estruturadas, tais como securitizações de recebíveis.

Serviços de “Private Banking”

Bradesco Private Banking disponibiliza a pessoas físicas de elevado patrimônio líquido, ampla e diversificada linha de produtos e serviços nos mercados de capitais local e internacional, prestando assessoria fiscal e tributária, bem como orientação quanto às melhores alternativas de alocação de portfolio, objetivando a valorização do patrimônio de seus clientes. Para utilizar esse serviço, o cliente deve ter no mínimo R\$1 milhão disponível para investimentos.

Gestão de Ativos

Administramos ativos para:

- fundos mútuos;
- carteiras de investimentos de pessoas físicas e jurídicas;
- fundos de previdência complementar, inclusive os ativos que garantem as provisões da Bradesco Vida e Previdência; e
- seguradoras, inclusive os ativos que garantem as provisões da Bradesco Seguros.

Em 31 de dezembro de 2003, tínhamos R\$81,5 bilhões em total de ativos administrados, incluindo R\$72,5 bilhões em fundos de investimentos e R\$9 bilhões em carteiras administradas (ANBID).

Em 31 de dezembro de 2003, oferecíamos 505 fundos e 126 carteiras administradas a 2,7 milhões de investidores. A maioria de nossos fundos é de renda fixa, que se beneficiam das taxas de juros relativamente altas em vigor no Brasil. Também oferecemos fundos com uma cesta de valores mobiliários acionários, que refletem o Índice da Bovespa, um índice de ações de base ampla calculado pela Bolsa de Valores de São Paulo. Não oferecemos atualmente fundos altamente alavancados.

A tabela abaixo apresenta a distribuição de recursos em gestão, número de clientes e números de fundos e carteiras nas datas indicadas.

	Distribuição de Ativos ⁽¹⁾		
	R\$ milhões		
	31 de dezembro de		
	2001	2002	2003
Fundos de Investimento:			
Renda Fixa	R\$39.637	R\$43.517	R\$69.784
Renda Variável	1.369	1.583	2.710
Total.....	41.006	45.100	72.494
Carteiras Administradas:			
Renda Fixa	4.113	6.257	6.728
Renda Variável	4.148	2.902	2.305
Total.....	8.261	9.159	9.033
Total Geral	R\$49.267	R\$54.259	R\$81.527

(1) Calculado de acordo com o critério utilizado para o Ranking Global de Administradores de Recursos de Terceiros da ANBID, que contempla a eliminação da dupla contagem.

	31 de dezembro de					
	2001		2002		2003	
	Quantidade	Cotistas	Quantidade	Cotistas	Quantidade	Cotistas
Fundos de Investimento.....	249	2.336.207	424	2.246.992	505	2.758.298
Carteiras Administradas	71	71	80	80	126	415
Total Geral	320	2.336.278	504	2.247.072	631	2.758.713

Em 2001, consolidamos todas as gestões de ativos na “BRAM - Bradesco Asset Management Ltda.”.

Comercializamos nossos produtos de gestão de ativos por meio de nossa rede de agências, nosso serviço bancário por telefone e nosso site de investimentos na Internet, o “ShopInvest”. O ShopInvest oferece 14 fundos de gestão de ativos, que apresentam menos riscos (em termos de alavancagem) e são menos sofisticados do que outros fundos oferecidos por nossas agências. A regulamentação atual da CVM não nos permite a inclusão de fundos mais sofisticados e sujeitos a riscos por meio do ShopInvest.

Nossas receitas de operações de gestão de ativos resultam principalmente de taxas de administração e performance. Nossas taxas de administração são, em geral, calculadas como uma porcentagem do valor investido no fundo mensalmente. Em alguns fundos, cobramos uma taxa de performance anual ou semestral.

Temos tradicionalmente comercializado nossos serviços de gestão de ativos para outras instituições, a fim de aumentar o valor dos ativos administrados. Recentemente, porém, nosso enfoque voltou-se para o aumento do valor dos ativos investidos por investidores pessoas físicas, que geralmente pagam taxas relativamente mais altas do que os investidores institucionais. Embora tenha havido pressão no sentido da redução de taxas de administração e melhor desempenho, a maior parte dessa pressão ocorreu sobre as taxas cobradas de clientes institucionais e pessoas físicas com elevado patrimônio. Além disso, as taxas que cobramos de nossos investidores qualificados dependem de outros fatores econômicos, como por exemplo: as taxas de juros. Uma redução nas taxas de juros de mercado em geral leva a um declínio nas taxas de administração. Apesar dessas tendências de queda, nossa Administração acredita que nossa rede de agências e uma grande base de clientes nos permitirão continuar a aumentar o volume e a rentabilidade de nossas operações de gestão de ativos.

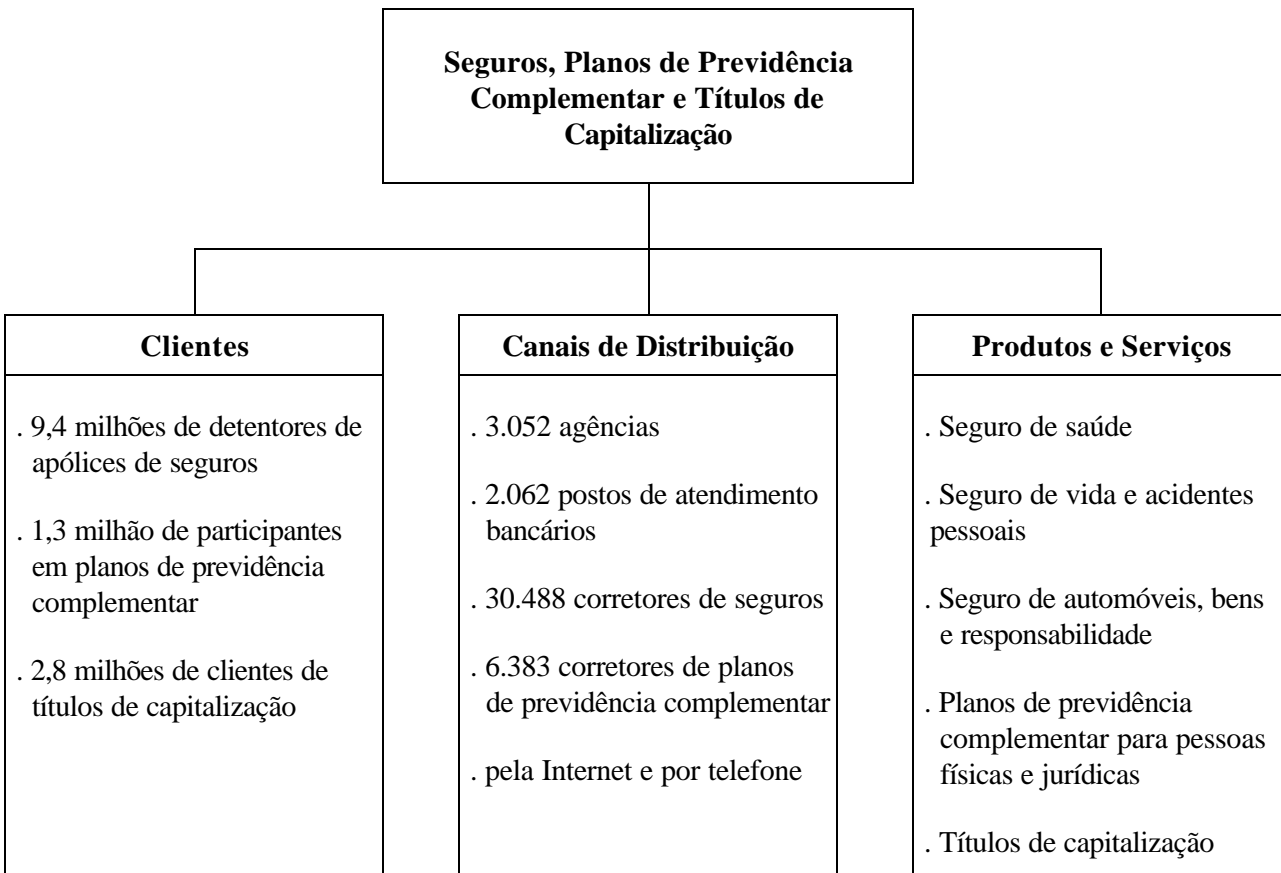
Consórcios

No Brasil, pessoas ou empresas que querem adquirir determinados bens podem formar um grupo, conhecido como “Consórcio”, no qual os membros agrupam seus recursos para se ajudarem na compra dos bens. Já que o objetivo dos consórcios é adquirir bens, a lei brasileira não permite a formação de consórcio para obter dinheiro.

Em dezembro de 2002, nossa subsidiária Bradesco Consórcios iniciou a venda de associações de consórcio, conhecidas como quotas, aos funcionários do Bradesco através da rede de agências e em janeiro de 2003, ao público. Durante 2003, registrou venda total de mais de 65.000 quotas, com um faturamento de mais de R\$2,2 bilhões, com um lucro líquido de R\$4,9 milhões. A Bradesco Consórcios funciona como administradora dos consórcios, que são formados para a compra de veículos e imóveis.

Seguros, Planos de Previdência Complementar e Títulos de Capitalização

O diagrama abaixo indica os principais elementos de nosso setor de seguros, planos de previdência complementar e títulos de capitalização, em 31 de dezembro de 2003:



A tabela a seguir apresenta dados financeiros selecionados sobre nosso segmento de seguros, planos de previdência complementar e títulos de capitalização relativamente aos períodos indicados:

	Exercício findo em 31 de dezembro de:		
	2001	2002	2003
(Em milhões de reais)			
Dados da Demonstração de Resultado			
Receitas financeiras ⁽¹⁾	R\$1.976	R\$3.021	R\$4.959
Receitas não financeiras ⁽¹⁾	6.432	5.684	7.020
Despesas não financeiras	(7.491)	(7.989)	(10.949)
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias ⁽¹⁾ ...	917	716	1.030
Imposto de renda e contribuição social	(157)	(173)	(364)
Lucro antes de participações minoritárias ⁽¹⁾	760	543	666
Participações de acionistas minoritários	(24)	(3)	(2)
Lucro líquido⁽¹⁾	R\$736	R\$540	R\$664
Dados do Balanço Patrimonial			
Ativos Totais	R\$18.623	R\$23.678	R\$32.441
Dados selecionados dos resultados de operações:			
Prêmios de seguros:			
Prêmios de seguros de vida e acidentes pessoais	R\$1.196	R\$1.257	R\$1.502
Prêmios de seguros de saúde	2.178	2.333	2.649
Prêmios de seguros de automóveis, bens e acidentes	1.572	1.718	1.998
Total	4.946	5.308	6.149
Receita de planos de previdência	713	21	64
Receita financeira de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização e contratos de investimento	1.976	3.021	4.959
Variação de provisões de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização e contratos de investimentos	(1.847)	(2.261)	(3.777)
Sinistros de seguros	(3.251)	(3.614)	(4.333)
Despesas de planos de previdência	R\$(459)	R\$(371)	R\$(637)

(1) Receita de clientes externos ao segmento.

Seguros

Oferecemos produtos de seguros por meio de várias entidades diferentes, todas elas controladas ou administradas por nossa subsidiária Bradesco Seguros. A Bradesco Seguros foi a maior seguradora no Brasil em 2003, com base no total do patrimônio líquido, segundo informações disponibilizadas pela SUSEP. A Bradesco Seguros, que está sediada na cidade do Rio de Janeiro, fornece uma ampla gama de produtos de seguros a pessoas físicas e jurídicas no Brasil. A Bradesco Seguros oferece produtos de seguros, tanto numa base individual quanto em contratos com empresas, segundo os quais seus empregados são segurados. Seus produtos incluem seguros de saúde, vida, acidentes pessoais, automóveis e outros bens, com o seguro de saúde abrangendo a maior parte do segmento de sua área de seguros.

Seguro de Saúde

O seguro de saúde oferece cobertura aos detentores de apólices quanto às despesas médico-hospitalares. Oferecemos nossos planos de assistência médica através de nossa subsidiária Bradesco Saúde S.A., que chamamos de “Bradesco Saúde”. Em 31 de dezembro de 2003, a Bradesco Saúde

possuía 2,4 milhões de detentores de apólices de seguros de saúde e odontológicos, inclusive detentores que obtiveram seu seguro por meio de seus empregadores e detentores que obtiveram-no numa base individual. Mais de 11 mil empresas no Brasil possuem planos da Bradesco Saúde, incluindo 34 das 100 maiores empresas do país.

A Bradesco Saúde possui uma das maiores redes referenciadas de prestadores de serviços médico-hospitalares. Em 31 de dezembro de 2003, contava com aproximadamente 9.500 laboratórios, 9.200 clínicas especializadas, 20.000 médicos, 2.800 hospitais, 1.000 clínicas odontológicas, 6.100 dentistas localizados em todo o país, e 80 hospitais nos Estados Unidos e na Europa aceitavam suas apólices com cobertura para internação hospitalar no exterior.

Seguro de Vida

A Bradesco Seguros oferece seu seguro de vida diretamente e por meio de suas subsidiárias. Em 31 de dezembro de 2003, a Bradesco Seguros possuía 5,1 milhões de detentores de apólices de seguro de vida e classificava-se em primeiro lugar no Brasil, em termos de pessoas físicas seguradas, conforme informações disponibilizadas pela SUSEP.

Seguros de Automóveis, Ramos Elementares e Responsabilidade

A Bradesco Seguros oferece seguros de automóveis, ramos elementares (riscos patrimoniais, transportes, cascos/aeronáuticos) e responsabilidade. O seguro de automóveis da Bradesco Seguros cobre prejuízos decorrentes de roubo de veículos, danos aos veículos, danos aos passageiros e danos causados a terceiros. Os seguros de ramos elementares da Bradesco Seguros, dependendo da modalidade de seguro, podem cobrir perdas ou danos ao patrimônio, construções, equipamentos e estoques, decorrentes de prejuízos causados por incêndio, queda de raio, explosão e outros eventos da natureza, tais como: vendaval, granizo, inundação e alagamento. Podemos ainda relacionar outras garantias como roubo, danos elétricos, desmoração, etc. O seguro de responsabilidade da Bradesco Seguros também possui variadas opções de cobertura, incluindo “Guarda de Veículos de Terceiros”, “Prestação de Serviços em Local de Terceiros”.

Em 31 de dezembro de 2003, a Bradesco Seguros possuía 1,1 milhão de detentores de apólices de seguros de automóveis e 776.000 detentores de apólices de ramos elementares, e se posicionava em primeiro lugar no Brasil em número de veículos segurados e número de apólices de seguros de acidentes e patrimonial, de acordo com informações publicadas pela SUSEP. A maioria dos detentores de nossas apólices de seguros de ramos elementares é pessoa física. As apólices de bens vendidas a pessoas físicas têm prêmios médios mais baixos, mas obtêm margens mais altas. No exercício de 2003, a Bradesco Seguros direcionou seus produtos de seguros de bens para clientes no varejo. Consequentemente, o número de detentores de apólices de ramos elementares e responsabilidade aumentou 27,2% no exercício de 2003 em comparação ao exercício de 2002.

Vendas de Produtos de Seguros

Vendemos nossos produtos de seguros por meio de corretores em nossa rede de agências, bem como por meio de outros corretores de mercado em todo o Brasil. A Bradesco Seguros paga seus corretores por comissão. Em 31 de dezembro de 2003, 30.488 corretores ofereciam nossas apólices de seguros ao público. Também oferecemos alguns produtos de seguros de automóveis, saúde e ramos elementares, por meio de nosso *website*.

Fixação de Preços

Os custos de serviços médico-hospitalares, bem como a frequência dos sinistros, orientam a fixação de preços para os seguros de saúde de pessoas físicas no Brasil. Os mesmos fatores aplicam-se à fixação de preços de seguros de saúde em grupo, sendo que estes são diferenciados dependendo do número de pessoas físicas seguradas e de regiões geográficas, conforme estudos atuariais.

A fixação de preços de seguro de vida é baseada nas tábuas atuariais consagradas, normativos publicados pelo órgão regulador do mercado, a SUSEP, levando-se em conta as características do produto a ser desenvolvido, tais como canal de distribuição, política de aceitação, margem do produto, comissionamento e impostos.

A fixação de preços de seguros de automóveis é influenciada pela frequência e grau de severidade dos sinistros, e leva em consideração uma grande quantidade de fatores, tais como: local de uso do veículo, a marca e o ano-modelo do veículo. Ao contrário da prática mais comum no mercado, até 2003 não levávamos em consideração o perfil do cliente na fixação de preços de seguros de automóveis.

A rentabilidade dos seguros de automóveis depende em grande parte da pronta identificação e correção de disparidades entre níveis de prêmios e custos dos sinistros esperados. Os prêmios cobrados para cobertura de danos a veículos refletem o valor do automóvel segurado e, conseqüentemente, os níveis de prêmios refletem em parte o volume de vendas de automóveis novos. O número de detentores de apólices aumentou 5,6 % em 2003 em comparação a 2002, em grande parte como resultado de crescentes esforços de marketing.

Os preços no segmento de ramos elementares são também orientados pela frequência dos sinistros, bem como pelo seu valor médio, além da probabilidade de eventos catastróficos, especialmente tornados, terremotos e furacões, que geralmente não ocorrem no Brasil.

Resseguros

As disposições regulamentares brasileiras determinam limites de retenção sobre os valores dos riscos que as seguradoras podem subscrever. Segundo estas disposições regulamentares, a Bradesco Seguros ressegura com o IRB quaisquer riscos que ela subscreva além dos limites de retenção, que geralmente incidem sobre grandes riscos de bens e responsabilidade. Adicionalmente, a Bradesco Seguros auxilia o IRB na celebração de contratos de resseguros com resseguradoras internacionais, relativos aos riscos que ela tenha ressegurado com o IRB.

Em 2003, a Bradesco Seguros ressegurou aproximadamente R\$614 milhões em riscos de seguros junto ao IRB. Embora a resseguradora seja responsável perante a Bradesco Seguros na medida do valor ressegurado, a Bradesco Seguros permanece primariamente responsável como a seguradora direta por todos os riscos ressegurados.

Temos uma participação de 21% no capital total do IRB, representada pela participação de 42% em seu capital não votante.

Planos de Previdência Complementar

Passamos a administrar planos de previdência complementar para pessoas físicas e jurídicas em 1981 por meio de nossa subsidiária integral, a Bradesco Vida e Previdência, que é atualmente a principal administradora de planos de previdência complementar no Brasil, conforme medida pelas contribuições para os planos, carteira de investimentos e reservas técnicas, segundo informações públicas da Associação Brasileira das Entidades de Previdência Privada, que chamamos de “ANAPP”.

No 1º trimestre de 2002, a Bradesco Vida e Previdência iniciou a comercialização do Vida Gerador de Benefícios Livres, que chamamos de “VGBL”, um contrato de investimento em previdência, o qual pode ser resgatado na forma de renda mensal ou pagamento único a partir da data escolhida pelo participante. Em 31 de dezembro de 2003, a Bradesco Previdência era responsável por 49,9% das vendas de VGBL no Brasil, segundo a ANAPP.

Em 31 de dezembro de 2003, a Bradesco Vida e Previdência respondia por 38,0% do mercado de planos de previdência complementar e VGBL, com base nas contribuições e 49,9% de ativos administrados, de acordo com a ANAPP.

As leis brasileiras atualmente permitem a existência de administradoras de planos de previdência complementar, tanto “abertas” quanto “fechadas”. Entidades de planos de previdência complementar “abertas” são aquelas disponíveis para todas as pessoas físicas e jurídicas que, por meio de uma contribuição regular, desejam filiar-se a um plano de benefícios. Entidades de planos de previdência complementar “fechadas” são aquelas disponíveis para grupos de pessoas, tais como: empregados de uma determinada empresa ou grupo de empresas do mesmo setor de atividades, profissionais liberais de um mesmo campo ou membros de sindicatos. As administradoras de planos de previdência complementar funcionam de maneira semelhante ao sistema público de previdência social, concedendo benefícios ou uma renda mediante contribuições periódicas de seus membros, seus respectivos empregadores ou ambos. As leis brasileiras também permitem às instituições financeiras criar fundos de aposentadoria programada individual, com objetivo similar aos das administradoras de planos de previdência complementar, mas com uma estrutura mais semelhante à de um fundo mútuo.

Nossas receitas de administração de planos de previdência complementar cresceram em média 25,7% ao ano nos últimos cinco anos, em grande parte, devido ao aumento das vendas de nossos produtos por meio de nossa rede de agências.

Administramos planos de previdência complementar que cobrem 1.361.678 participantes, sendo 81,5% em planos de pessoas físicas individuais e o restante em planos de pessoas físicas através de empresas. Os planos empresariais responderam por 43,5% de nossas reservas técnicas.

A Bradesco Vida e Previdência oferece e administra uma variedade de planos individuais, inclusive planos de previdência com pagamento único, anuidades e benefícios em caso de morte ou invalidez. Nossos maiores planos para pessoas físicas, em termos de capital, são planos do tipo de contribuições definidas, inclusive planos conhecidos como Fundos de Aposentadoria Individual, que chamamos de “FAPI” e Plano Gerador de Benefícios Livres, que chamamos de “PGBL”. Os FAPIs são criados como fundos mútuos de investimentos normais. Os PGBLs são criados como planos de previdência complementar e, a exemplo dos FAPIs, não estão sujeitos à tributação sobre a receita gerada pela carteira do fundo. Os participantes de ambos os tipos de fundos são tributados por ocasião do resgate das cotas.

Segundo os planos FAPI e PGBL, os seus participantes podem contribuir quer em parcelas ou em pagamentos únicos. Os participantes nos planos de previdência complementar são dispensados da obrigação de pagar imposto de renda sobre os valores de contribuição ao plano, até 12% da receita tributável do participante. Tanto planos FAPIs quanto PGBLs podem ser criados por empresas no Brasil em benefício de seus empregados. Em 31 de dezembro de 2003, a Bradesco Vida e Previdência administrava recursos na ordem de R\$4,3 bilhões no PGBL e R\$325 milhões no FAPI.

Estamos utilizando FAPIs e PGBLs para substituir vários planos de retorno garantido, que representam um risco maior para nós. Os planos de retorno garantido asseguram aos participantes um retorno mínimo durante o período no qual eles fazem suas contribuições. O valor do retorno corresponde ao valor investido a uma taxa de inflação mais uma taxa de juros de 6% ao ano. Para minimizar flutuações de mercado, o nosso risco dos planos de retorno garantido é lastreado por investimentos em títulos do tesouro do Governo Brasileiro. Ao contrário, os FAPIs e os PGBLs não têm essa garantia.

De acordo com o U.S. GAAP, consideramos os FAPIs, PGBLs e VGGLs como contratos de investimentos de previdência.

A Bradesco Vida e Previdência também oferece planos de previdência para pessoas jurídicas, que são em geral, negociados e adaptados às necessidades específicas do cliente pessoa jurídica.

A Bradesco Vida e Previdência auferir receitas basicamente pela cobrança:

- de tarifas mensais de serviços com base: (i) no caso de fundos com uma garantia de retorno mínimo, uma percentagem da contribuição e retenção de qualquer retorno sobre o valor investido superior à respectiva taxa de inflação mais 6% de juros ao ano; e (ii) para todos os planos que não garantem um retorno mínimo, uma percentagem das contribuições e a taxa de administração ou parte dela; e
- dos planos de benefícios por morte, com base na potencial diferença positiva estimada entre as hipóteses atuariais (tabelas biométricas) utilizadas para determinação da contribuição e a experiência do plano.

Títulos de Capitalização

A Bradesco Capitalização oferece aos clientes títulos de capitalização, que são comercializados nos formatos de contribuições únicas ou mensais. Cada título de capitalização tem um valor nominal que varia de R\$7,00 a R\$5.000,00 e auferir correção pela TR mais juros de 0,5% ao mês sobre o valor nominal. Periodicamente, são realizados sorteios em que os detentores dos títulos de capitalização concorrem a prêmios em dinheiro de até R\$5 milhões. Os títulos de capitalização são resgatáveis pelo titular, ao final do prazo de carência que é de 12 meses. Em 31 de dezembro de 2003, tínhamos mais de 78 milhões de títulos de capitalização ativos. A Bradesco Capitalização cresceu 12,2% em termos de base de clientes, de 31 de dezembro de 2002 para 31 de dezembro de 2003, de 2,5 milhões de clientes para 2,8 milhões de clientes, respectivamente.

A Bradesco Capitalização foi a primeira empresa privada de capitalização do país a receber o Certificado ISO 9002, concedido pela Fundação Vanzolini. Em dezembro de 2002 foi atualizado para ISO 9001:2000. A Bradesco Capitalização é a primeira empresa do setor a receber o rating em escala nacional “brAA” da Standard & Poor’s, que é seu rating atual.

Atividades de Tesouraria

Temos uma única tesouraria para todas as nossas atividades e de nossas subsidiárias. Nossa tesouraria realiza operações, que incluem operações com instrumentos financeiros derivativos, principalmente para fins de proteção (denominado “macro-hedge”), ela entra em transações como essas de acordo com os limites estabelecidos por nossa área de gestão de riscos, utilizando uma metodologia de valor em risco (“VaR”). Para maiores informações sobre a metodologia de valor em risco (“VaR”), veja “Item 11. Divulgações Quantitativas e Qualitativas Sobre Riscos de Mercado - Risco e Gestão de Riscos - Risco de Mercado”.

Canais de Distribuição

Possuímos a maior rede bancária do setor privado no Brasil. No exercício de 2003, crescemos em 98 agências, incluindo as novas agências do Bradesco e as adquiridas juntamente com a aquisição do BBV Banco. Nossa rede de agências é complementada por canais de distribuição alternativos, tais como: postos bancários especiais nas instalações de empresas selecionadas, caixas eletrônicos, serviços bancários por telefone e serviços bancários pela Internet. Ao introduzirmos novos sistemas de distribuição, concentramos em aprimorar nossa segurança e aumentar nossa eficiência. Recebemos aproximadamente 229,5 milhões de chamadas em nossa Central de Atendimento a Clientes em 2003 e 229,0 milhões de chamadas durante 2002. Ampliamos nosso auto-atendimento em 395 máquinas durante 2003.

Além disso, a fim de estabelecer laços mais fortes com nossos clientes pessoas jurídicas, em 2003 criamos 216 postos e pontos de atendimento bancário, nas instalações de clientes pessoas jurídicas selecionados e 465 postos e pontos de atendimento bancário em 2002, alcançando um total de 2.062 postos e pontos de atendimento bancário em 31 de dezembro de 2003. Através desses postos especiais, oferecemos todos os produtos e serviços disponíveis em nossas agências.

Em 31 de dezembro de 2003:

- realizamos uma média de 9,0 milhões de transações diariamente, sendo 2,3 milhões nas 3.052 agências e 6,7 milhões através dos canais de atendimento: Auto-Atendimento, Internet e Fone Fácil;
- operamos 21.605 máquinas de auto-atendimento, das quais 14.930 funcionando inclusive nos finais de semana e feriados, processando em média 4,2 milhões de operações on-line e em tempo real por dia;
- operamos sete agências no exterior sendo, uma em Nova Iorque (Bradesco), quatro agências em Grand Cayman - Ilhas Cayman (Bradesco, BCN, Boavista e Mercantil) e duas em Nassau - Bahamas (Boavista e Banco Alvorada); e
- atuamos também com seis subsidiárias no exterior: Buenos Aires, Argentina (Bradesco Argentina), Nassau, Bahamas (Boavista Bahamas), Grand Cayman, Ilhas Cayman (Cidade Capital Markets), Tóquio, Japão (Bradesco Services Japan), e Luxemburgo (Bradesco Luxembourg,) além de uma corretora em Nova Iorque.

Também oferecemos serviços bancários em aproximadamente 4.000 agências dos correios, através de nossos correspondentes. Para maiores informações sobre este projeto, veja “ Histórico - Aquisições e Associações Recentes Importantes”.

Distribuição Especializada de Produtos e Serviços

Como parte de nosso sistema de distribuição, temos 4 áreas que oferecem uma gama de produtos e serviços de maneira individualizada a empresas e pessoas físicas em segmentos específicos de nossa base de clientes.

Bradesco Corporate

Criada em 1999, a área de Corporate oferece produtos e serviços a empresas e grupos econômicos com faturamento superior a R\$180 milhões. A equipe de vendas aproximadamente de 112 profissionais de vendas atendem 1.198 empresas brasileiras e multinacionais no Brasil.

Bradesco Empresas

Nossa área Bradesco Empresas foi criada em 2002, oferece produtos e serviços a empresas com faturamento anual de R\$15 milhões a R\$180 milhões. Os 350 gerentes de relacionamento atendem 9.418 empresas. Os clientes do Bradesco Empresas têm à sua disposição agências exclusivas para o seu atendimento, conhecidas como plataformas de atendimento. Implantamos até 31 de dezembro de 2003, 61 agências especiais.

Bradesco Private Banking

Bradesco Private Banking iniciou as suas atividades em 2000, oferecendo produtos e serviços exclusivos a pessoas físicas de elevado patrimônio líquido, com mínimo de R\$1 milhão disponível para investimento. Oferece uma gama de serviços de consultoria financeira, incluindo assessoria fiscal, tributária e sucessória.

Bradesco Prime

O Bradesco Prime iniciou suas atividades em maio de 2003 e oferece produtos e serviços personalizados a pessoas físicas com renda mensal a partir de R\$4.000,00 ou com no mínimo R\$50.000,00 disponíveis para investimento. Atualmente conta com uma rede de 143 agências exclusivas para clientes Bradesco Prime.

Sistema de Agências

O principal canal de distribuição de nossos serviços bancários é a nossa rede de agências. Além de oferecer serviços bancários no varejo, as agências servem como uma rede de distribuição para todos os outros produtos e serviços que oferecemos a nossos clientes, inclusive nossos serviços de processamento de pagamentos e cobrança, nosso serviço bancário “private” e nossos produtos de gestão de ativos. Nós comercializamos nossos serviços de arrendamento mercantil através de canais operados por nossa rede de agências, assim como diretamente através de nossa subsidiária integral Bradesco BCN Leasing. A Bradesco Corretora e a Bradesco Consórcios também comercializam nossos serviços de corretagem, negociação e consórcio através de nossas agências. A Bradesco Vida e Previdência vende seus produtos,

com base em comissões, por meio de 6.383 representantes independentes em todo o país, dos quais a maior parte está baseada em nossas instalações.

Vendemos nossos produtos de seguros e previdência não apenas por meio de corretores exclusivos sediados em nossa rede de agências bancárias, mas também por meio de outros corretores, não exclusivos, em todo o Brasil, todos eles remunerados com base em comissões e através de nosso website. Em 31 de dezembro de 2003, 30.488 corretores ofereciam nossas apólices de seguros ao público. Os títulos de capitalização são comercializados através das agências bancárias, Internet, Central de Atendimento e canais de distribuição externos.

A tabela abaixo determina a distribuição das vendas dos produtos indicados através de nossas agências e fora de nossas agências:

	2001	2002	2003
	(Porcentagem do total das vendas, por produto)		
Produtos de seguros:			
Vendas através das agências.....	33,7%	29,4%	37,4%
Vendas fora das agências.....	66,3	70,6	62,6
Produtos de previdência complementar:			
Vendas através das agências.....	69,2	85,8	72,1
Vendas fora das agências.....	30,8	14,2	27,9
Produtos de arrendamento mercantil:			
Vendas através das agências.....	90,5	97,0	96,6
Vendas fora das agências.....	9,5	3,0	3,4
Títulos de capitalização:			
Vendas através das agências.....	96,5	94,9	89,8
Vendas fora das agências.....	3,5%	5,1%	10,2%

Processamento de Dados

A Organização dispõe de dois centros de processamento de dados com vinte e quatro computadores de grande porte e 882 computadores de médio porte. Todas as agências, ATM's e agências do Banco Postal contam com serviços de telecomunicações com capacidade de comutação a qualquer dos dois centros de processamento de dados. Tal estrutura processa todas as transações dos Bancos Bradesco, BCN, Finasa e demais empresas do grupo, exceto a Bradesco Seguros, que conta com uma estrutura própria.

Canais de Atendimento Telefônico e Internet

Usando nossos serviços telefônicos e on-line, nossos clientes podem, entre outras coisas, consultar seus saldos, transferir recursos entre contas, pedir talões de cheques, pagar contas e tributos e obter crédito. O custo que incorremos nas transações realizadas através da Internet e no comércio eletrônico é notavelmente mais baixo que o custo das transações realizadas nas agências.

Nossa meta é utilizar a tecnologia para aumentar o número de operações efetuadas pelo próprio cliente, de modo a reduzir o número de operações que ocorrem em nossas agências e focar a utilização

de nossas agências como pontos de venda de outros produtos e serviços, tais como: empréstimos, seguros e arrendamento mercantil.

Serviços pela Internet

Possuímos um portal com universo de 22 sites, além dos sites do BCN e do Banco Finasa. Atualmente, oferecemos aos nossos clientes 210 diferentes serviços, através de nosso site. Durante 2003, atendemos 6,1 milhões de clientes e registramos 428 milhões de transações bancárias através de nosso site.

Lançado em março de 1999, o Bradesco ShopInvest foi a primeira corretora pela Internet no Brasil. Por meio do ShopInvest os investidores, mesmo que não-correntistas, podem acessar uma grande variedade de informações e negociar ações na BOVESPA. Eles também podem realizar transações em moeda estrangeira, monitorar seus fundos de pensão e contas de poupança, obter empréstimos e adquirir títulos de capitalização através do ShopInvest. Em 31 de dezembro de 2003, possuía 859.802 usuários cadastrados. Em 2003, aproximadamente 669.000 transações equivalentes a R\$3,4 bilhões foram realizadas através do Shopinvest.

Em fevereiro de 2000, tornamo-nos o primeiro banco brasileiro a oferecer serviços que permitem aos clientes receber atualizações de seus saldos bancários e outras informações financeiras por correio eletrônico ou em telas de seus telefones celulares. Em março de 2000, introduzimos nosso serviço “*Mobile Banking*”, que permite aos clientes efetuarem operações bancárias e acessarem *websites* e outros serviços pela Internet, usando as telas de seus telefones celulares. Oferecemos 120 estações de acesso à Internet “Web Points” em nossas agências. O Web Point permite que os clientes que não possuem um computador acessem a Internet.

Em maio de 2001, lançamos o ShopCredit que é o *site* de Empréstimos e Financiamentos do Banco, o qual possibilita aos clientes pessoa física e jurídica, obter recursos para linhas de empréstimos e financiamentos oferecidas pelo Banco. Pelo ShopCredit é possível realizar transações de Crédito Pessoal Instantâneo ou fazer cálculos de prazos. Em 2003, foram registradas aproximadamente 544.000 transações, no valor de R\$165,9 milhões.

Em setembro de 2001, o Bradesco apresentou o Bradesco Net Empresa, seu novo site dedicado a pessoa jurídica. Através do site, as pessoas jurídicas podem transferir fundos entre contas bancárias, efetuando pagamentos, cobranças e outras operações sem a necessidade de deslocamento até uma agência bancária. Em 31 de dezembro de 2003, tínhamos registrado o volume de 178.633 empresas cadastradas e 8,2 milhões de transações realizadas durante o ano de 2003.

Em 2002, introduzimos o primeiro sistema que permite o uso do “Smart Card” para fazer pagamentos via Internet e fomos o primeiro banco no Brasil a vender Travellers Cheques pela Internet, em dólares, euros e ienes. Também durante o ano de 2002, implementamos o sistema de Consulta de Ordens de Pagamento por meio do Bradesco Internet Banking, visando o atendimento dos beneficiários de ordens de pagamento vindas do Japão. Esse serviço permite que os usuários façam depósitos on-line em ienes diretamente em suas contas Bradesco em reais.

Serviços por Telefone

Com nosso serviço “fone fácil”, nossos clientes podem realizar suas transações bancárias por telefone a qualquer momento sem ter que ir até uma agência ou caixa eletrônico. Nossa Central de Atendimento encontra-se estruturada com 1.492 atendentes telefônicos nas nossas centrais em São Paulo e Osasco, para atendimento às operações, tanto bancária como de cartão de crédito. Em 2003, foram atendidas 229,5 milhões de chamadas, abrangendo operações no valor global de R\$5,3 bilhões. Nossa Central de Atendimento foi a primeira do setor bancário a receber o certificado de qualidade ISO9001/2000.

Os clientes podem usar nossa Central de Atendimento para acessar quase todos nossos produtos e serviços, inclusive:

- tirar extratos de contas e verificar o status de transações;
- transferir recursos entre contas, incluindo para outros bancos;
- pagar contas;
- solicitar empréstimos ou cartões de crédito;
- fazer e administrar investimentos;
- adquirir títulos de capitalização; e
- entrar em planos de previdência complementar.

Investimentos

Para uma discussão de nossos investimentos nos últimos três anos, veja “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - Investimentos”.

Gestão de Riscos

Área de Gestão de Riscos

Nossa área de Gestão de Riscos é responsável pelo planejamento, controle e gestão de riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional. Ela monitora nossa exposição ao risco e nossas atividades de prevenção à “lavagem” de dinheiro. A área é administrada independentemente de nossas outras operações e diretores. Está sob a administração direta de um Diretor Departamental, que por sua vez se subordina a um Diretor Executivo com reporte direto ao nosso Presidente.

A partir de 2004, estamos estendendo a análise de riscos às nossas subsidiárias, tais como a Bradesco Vida e Previdência, a Bradesco Saúde, a Bradesco Seguros, a BRAM e a Bradesco Capitalização. Suas operações de gestão de risco serão supervisionadas e, em alguns casos, realizadas pela nossa área de gestão de riscos.

Nossa área de gestão de riscos administra nosso risco operacional, que é o risco de incorrer em perdas como resultado de processos internos, incluindo erros humanos, fraudes e falhas no sistema, ou

como resultado de fatores externos, inclusive litígios. Risco operacional não inclui risco estratégico nem risco de reputação. As principais funções na área de gestão do risco operacional são: (a) avaliar dados e prover a Administração com informações precisas e oportunas, tanto qualitativas quanto quantitativas, com relação à eficiência operacional e exposição a risco e (b) trabalhar com outras áreas para desenvolver práticas e políticas institucionais assim como ferramentas eficientes na mensuração e gestão de risco em toda a instituição. Atualmente estamos avaliando nossas práticas de gestão de risco operacional como parte do desenvolvimento de um modelo de planejamento estratégico.

Normalmente usamos uma metodologia de análise de sensibilidade para avaliar os riscos de mercado. Iniciando no primeiro semestre de 2000, começamos também a utilizar a metodologia de risco ou metodologia do “Value at Risk” (“VaR”) para avaliar os riscos de mercado para nossas operações de tesouraria. Os limites do “VaR” para nossa exposição e a exposição de cada uma de nossas subsidiárias a risco de mercado são definidos por nossa Administração Sênior. Para melhor análise, veja “Item 11 - Divulgações Quantitativas e Qualitativas Sobre os Riscos de Mercado - Riscos e Gestão de Riscos - Risco de Mercado”.

Cabe ainda à área de Gestão de Riscos coordenar as ações necessárias para o atendimento à regulamentação emanada pelo Banco Central, em especial o que se refere ao Novo Acordo de Capitais (Basileia II) a ser divulgado brevemente pelo Comitê da Basileia.

Compliance e Controles Internos

Nossa área de gestão de riscos tem desenvolvido diversas políticas e controles internos visando à mitigação das possíveis perdas potenciais advindas dos riscos a que estamos expostos. As medidas que temos tomado incluem as seguintes:

- implantação do Sistema de Controles Internos para avaliar riscos e obter informações relevantes, com base no Acordo da Basileia e na metodologia do *Committee of Sponsoring Organizations* - “COSO”;
- implantação de um processo de gestão conhecido como “Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB”, com a finalidade de facilitar o fluxo das mensagens transitadas entre o Banco, nossas subsidiárias e as entidades externas como o Banco Central, SELIC e demais instituições financeiras. O sistema nos permite identificar a origem e a legitimação das transferências eletrônicas através do sistema;
- elaboração de planos de contingência interna e externa para o caso de falha no Sistema de Pagamentos Brasileiro;
- treinamento dos funcionários e aperfeiçoamento das ferramentas tecnológicas para monitorar as movimentações financeiras, visando à prevenção à “lavagem” de dinheiro, com vistas a não permitir que nossas instituições sejam usadas por terceiros para transações ilícitas; e
- disseminação, em toda a instituição, de processos e procedimentos para garantir a segurança da informação, calcada em nossas política e normas corporativas de segurança da informação, cujas diretrizes estabelecem premissas para a proteção da informação nos seus aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade.

Crédito

Nossa política de crédito está voltada para:

- garantir os níveis de segurança, qualidade e liquidez de nossos ativos;
- manter agilidade e rentabilidade em nossas operações de crédito; e
- minimizar os riscos inerentes às operações de crédito.

Nossa política de crédito define os critérios para a fixação de limites operacionais e concessão de créditos. Os limites de crédito são determinados pelo “Comitê Executivo de Crédito”, que é composto por nossos vice-presidentes, diretores gerentes responsáveis por nossa área operacional e por nosso diretor de crédito. O Comitê Executivo de Crédito atualiza nossos limites de crédito de acordo com alterações em nossa política interna e no mercado brasileiro em geral. Nossa Diretoria Executiva também aprova os sistemas de avaliação, que nossas agências e departamentos usam para cada tipo de empréstimo ao apreciar solicitações de crédito.

Os negócios são diversificados, pulverizados e destinados a indivíduos e empresas/grupos econômicos, que demonstrem idoneidade e capacidade de pagamento de suas obrigações, procurando-se sempre ampará-los com garantias condizentes aos riscos assumidos. Ao avaliar a concessão de crédito, nós consideramos as finalidades, valor e prazo dos créditos concedidos, além da classificação de risco que o empréstimo receberia, segundo o nosso sistema de classificação de risco. Nosso sistema de classificação de risco divide o nível de risco em 9 categorias de excelente a não cobrável, com base em considerações econômico-financeiras, tais como o perfil e a capacidade de pagamento do tomador. Veja “Regulamentação e Supervisão - Regulamentação Bancária - Tratamento de Operações de Crédito”.

Temos vários níveis de aprovação para solicitações de créditos, tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas, que variam do gerente local do Banco ao nosso Comitê Executivo de Crédito. Nossas agências possuem limites de alçada definidos de acordo com o seu porte e garantia oferecida na operação. Apesar disso, não possuem autorização para aprovar solicitações de crédito de qualquer tomador que:

- esteja classificado menos do que como “aceitável”, segundo nosso sistema interno de classificações de créditos;
- não possua ficha cadastral atualizada;
- possua restritivos cadastrais relevantes; ou
- tenha operações de crédito vencidas.

Temos limites de crédito conforme nossos tipos de empréstimos. Aprovamos previamente os limites de crédito para nossos clientes pessoas físicas e jurídicas, e atualmente concedemos créditos ao setor público somente em circunstâncias muito limitadas.

Em todos os casos, os recursos somente são concedidos se o órgão competente aprovar a linha de crédito. Reavaliamos os limites de crédito de nossos clientes grandes empresas no mínimo a cada 180 dias.

Os limites de crédito para os demais clientes, incluindo pessoas físicas, pequenas e médias empresas, são reavaliados no mínimo a cada 90 dias.

Se o pagamento de um empréstimo está em mora, o gerente da agência ou o departamento que originou o crédito é responsável por tomar as medidas iniciais para determinar se a inadimplência pode ser sanada. Se o empréstimo permanecer inadimplente, após exauridos os mecanismos para cobrança amigável, o gerente da agência ou do departamento encaminhará o empréstimo ao Departamento de Recuperação de Créditos.

Nossa política de crédito não é estática: como parte de nosso processo de gestão de riscos, continuamos a melhorar nossos procedimentos de crédito, incluindo nossos procedimentos para coletar dados dos tomadores, para calcular perdas potenciais, e para avaliar ratings aplicáveis. Além disso, estamos avaliando nossa gestão de risco de crédito institucional frente as recomendações esperadas do novo Acordo da Basiléia, incluindo:

- reestruturação de nossa metodologia para cálculo das perdas esperadas;
- identificação e implementação de mudanças em nossos processos de divulgação para melhorar a gestão de nossa carteira de crédito;
- elaboração de nossa estrutura de gestão da informação; e
- avaliação da estrutura organizacional de nossas práticas de avaliação, incluindo uma revisão das demandas sobre nossa tecnologia e a discussão de quaisquer questões encontradas.

Operações de Crédito à Pessoa Física

Dependendo da garantia exigida, empréstimos a pessoas físicas de até R\$50.000 são aprovados em nível de agência. Se o empréstimo e o tipo de garantia não estiverem dentro dos limites estabelecidos pelo Comitê Executivo de Crédito para aprovação em nível de agência devido ao porte da respectiva agência, a aprovação do empréstimo será submetida ao Departamento de Crédito (ou a uma autoridade mais elevada). A tabela a seguir estabelece os limites dentro dos quais os gerentes de agências podem aprovar empréstimos a pessoas físicas, dependendo do valor e do tipo de garantia oferecida:

Autoridade responsável pela decisão:	Faixa de autoridade de aprovação de crédito	
	Créditos sem Garantias Reais	Créditos com Garantias Reais
	(Em milhares de reais)	
Gerente de agência muito pequena ⁽¹⁾	R\$ 0 a 5	R\$ 0 a 10
Gerente de agência pequena ⁽²⁾	0 a 10	0 a 20
Gerente de agência média ⁽³⁾	0 a 15	0 a 30
Gerente de agência grande ⁽⁴⁾	0 a 20	0 a 50

(1) Agência com captação total abaixo de R\$1.999.999.

(2) Agência com captação total entre R\$2.000.000 e R\$5.999.999.

(3) Agência com captação total entre R\$6.000.000 e R\$14.999.999.

(4) Agência com captação total acima de R\$15.000.000

Nós utilizamos um sistema específico de “Credit Scoring” (classificação de crédito) para analisar essas operações, que nos proporciona um nível de flexibilidade em nosso processo decisório, mantendo ao mesmo tempo, padrões consistentes de risco de crédito.

Disponibilizamos às nossas agências ferramentas que lhes permitem analisar créditos para pessoas físicas de forma rápida, eficiente e padronizada, e produção dos correspondentes contratos de empréstimo automaticamente. Com tais ferramentas, nossas agências podem responder rapidamente aos clientes, manter baixos custos e controlar os riscos inerentes ao crédito direto ao consumidor no mercado brasileiro.

Se o gerente da agência não estiver autorizado a aprovar o empréstimo solicitado, a decisão será submetida a um nível superior de nosso Departamento de Crédito. A tabela a seguir estabelece os limites dentro dos quais cada uma de nossas alçadas aprova empréstimos a pessoas físicas acima de R\$50.000, independente do tipo de garantia:

Autoridade responsável pela decisão:	Valor do empréstimo	
	Mínimo	Máximo
	(Em milhares de reais)	
Departamento de Crédito	51	4.000
Diretor de Crédito	4.001	6.000
Comitê Diário de Crédito	6.001	20.000
Comitê Executivo de Crédito.....	20.001	100.000
Comitê Executivo de Crédito, com ratificação do Presidente.....	Acima de 100.000	

Operações de Crédito a Pessoas Jurídicas

Para clientes pessoa jurídica, dependendo da garantia proposta e do porte da agência, empréstimos de até R\$400.000 são aprovados em nível de agência. Da mesma maneira, para empréstimos a pessoas físicas, se o valor e o tipo da garantia oferecida não se encontrarem dentro dos limites estabelecidos pelo Comitê Executivo de Crédito para aprovação em nível de agência, a aprovação do empréstimo será submetida ao Departamento de Crédito.

A tabela a seguir estabelece os limites dentro dos quais os gerentes de agências podem aprovar empréstimos a pessoas jurídicas, dependendo do valor e do tipo de garantias oferecidas:

Autoridade responsável pela decisão:	Faixa de autoridade de aprovação de crédito	
	Créditos sem Garantias Reais	Créditos com Garantias Reais
	(Em milhares de reais)	
Gerente de agência muito pequena ⁽¹⁾	R\$ 0 a 10	R\$ 0 a 60
Gerente de agência pequena ⁽²⁾	0 a 20	0 a 120
Gerente de agência média ⁽³⁾	0 a 30	0 a 240
Gerente de agência grande ⁽⁴⁾	0 a 50	0 a 400

(5) Agência com captação total abaixo de R\$1.999.999.

(6) Agência com captação total entre R\$2.000.000 e R\$5.999.999.

(7) Agência com captação total entre R\$6.000.000 e R\$14.999.999.

(8) Agência com captação total acima de R\$15.000.000

A tabela a seguir estabelece os limites dentro dos quais cada uma de nossas alçadas aprova empréstimos para clientes pessoas jurídicas acima de R\$400.000, independente do tipo de garantia oferecida:

	Valor do empréstimo	
	Mínimo	Máximo
Autoridade responsável pela decisão:	(Em milhares de reais)	
Departamento de Crédito	401	4.000
Diretor de Crédito	4.001	6.000
Comitê Diário de Crédito	6.001	20.000
Comitê Executivo de Crédito.....	20.001	100.000
Comitê Executivo de Crédito, com ratificação do Presidente.....	Acima de 100.000	

A fim de autorizar um empréstimo a uma pessoa jurídica, o gerente da agência, o Departamento de Crédito, o Comitê Diário de Crédito e o Comitê Executivo de Crédito levam em consideração basicamente 5 fatores principais:

- dados econômico-financeiros do cliente, avaliando a capacidade de geração de recursos, grau de endividamento, fluxo de caixa e liquidez, rentabilidade e qualidade dos ativos;
- avaliação das perspectivas e tendências setoriais, conforme cenário macroeconômico;
- projeções econômico-financeiras da empresa (resultados e geração de caixa, avaliando sua capacidade de pagamento futura, baseando-se em pesquisas e visitas à companhia);
- uma análise dos dados cadastrais e comportamentais, com base em critérios análogos aos usados para avaliar empréstimos para pessoas físicas; e
- informações qualitativas, observando aspectos mercadológicos e gerenciais do tomador.

Sistemas de Processamento de Dados

Nossas principais instalações de computação estão localizadas em nossos dois centros operacionais, em Osasco e em Alphaville (Barueri), no Estado de São Paulo. Nossos sistemas essenciais podem ser cobertos de qualquer dos centros operacionais, na hipótese de um deles ser fechado ou sofrer um problema técnico significativo. Até a presente data, nenhum dos centros operacionais foi fechado ou sofreu um problema técnico. Para assegurar a continuidade das nossas operações em caso de falta de energia, nosso centro operacional de Osasco é auto-suficiente em termos de energia por 56 horas e nosso centro operacional de Alphaville (Barueri) é auto-suficiente em termos de energia por 65 horas. No caso de haver possibilidade de reabastecimento dos nossos tanques de combustível, temos autonomia ininterrupta no fornecimento de energia.

Financiamento

Captação de Depósitos

Nossa principal fonte de financiamento são depósitos de pessoas físicas e jurídicas no Brasil. Em 31 de dezembro de 2003, nossos depósitos totalizavam R\$58,0 bilhões, representando 38,0% do total de nossas obrigações.

Oferecemos os seguintes tipos de contas de depósito:

- contas correntes;
- contas de poupança;
- depósitos a prazo; e
- depósitos interfinanceiros, oriundos de instituições financeiras.

A tabela a seguir demonstra nosso total de depósitos, por tipo e por fonte, nas datas indicadas:

	31 de dezembro de:			% do total de depósitos
	2001	2002	2003	2003
	(Em milhões de reais, exceto percentagens)			
De clientes:				
Depósitos à vista	R\$8.061	R\$13.374	R\$12.912	22,3%
Depósitos em poupança	18.311	20.731	22.140	38,1
Depósitos a prazo	14.679	22.202	22.944	39,5
Interfinanceiro	41	26	31	0,1
Total	R\$41.092	R\$56.333	R\$58.027	100,0%

Segundo normatização da autoridade monetária, devemos depositar no Banco Central uma porcentagem de nossos depósitos recebidos de clientes, em depósitos à vista, de poupança e a prazo, na forma de depósitos compulsórios, conforme abaixo:

- *Depósitos à vista*: somos obrigados a depositar 45% do saldo médio diário de nossos depósitos à vista que exceder R\$44 milhões, junto ao Banco Central em bases não remuneradas. Esse percentual de depósito compulsório foi alterado duas vezes durante o ano de 2003. Em 1 de janeiro de 2003, o percentual era de 45%, subindo para 60% em 19 de fevereiro e, desde 8 de agosto de 2003, voltou a ser de 45%;
- *Depósitos de poupança*: a cada semana devemos depositar, em uma conta com o Banco Central, um valor em dinheiro equivalente a 20% do saldo médio total de nossos depósitos de poupança, durante a semana anterior. A conta é remunerada pela TR mais 6,17% ao ano; e
- *Depósitos a prazo*: devemos depositar na forma de títulos do governo, 15% do saldo médio de nossos depósitos à prazo junto ao Banco Central. Os títulos são remunerados de acordo com as taxas vigentes de mercado.

Devemos depositar junto ao Banco Central um valor adicional, igual a (a) 8% sobre o saldo médio dos depósitos a prazo e à vista durante a semana anterior mais (b) 10% sobre o saldo médio dos depósitos de poupança durante a semana anterior, em cada caso à medida que nossos depósitos excedam R\$100 milhões. Esse valor adicional é depositado em uma conta no Banco Central remunerado à taxa SELIC.

A regulamentação atual do Banco Central exige que:

- apliquemos, no mínimo, 25% dos depósitos à vista para oferecer crédito rural e, caso não seja feita tal aplicação mínima, devemos depositar o valor não utilizado em uma conta não remunerada no Banco Central;
- destinemos 2% dos depósitos à vista em operações de microcrédito; e
- que destinemos ao menos 65% do valor total dos depósitos recebidos em contas de poupança ao financiamento imobiliário residencial ou construção habitacional. Os montantes que podem ser utilizados para satisfazer esta exigência incluem, além de financiamentos imobiliários residenciais diretos, letras hipotecárias, empréstimos imobiliários residenciais baixados ou empréstimos para construção residencial e certos outros financiamentos, todos de acordo com o especificado na orientação emitida pelo Banco Central.

Somos o líder entre os bancos privados brasileiros em termos de volume de depósitos de poupança, o Banco Central estabelece as taxas de remuneração sobre contas de poupança, sendo remuneração básica pela TR e mais taxa de juros de 0,5% ao mês.

Os depósitos em poupança no Brasil são remunerados após os recursos terem permanecido por no mínimo um mês corrido com relação a pessoas físicas e pessoas jurídicas sem fins lucrativos, e por 90 dias com relação a pessoas jurídicas com fins lucrativos. Os rendimentos auferidos em contas de poupança de pessoas físicas são isentos de imposto de renda.

Os CDBs pagam uma taxa de juros prefixada ou pós-fixada, que em geral é uma porcentagem da taxa de juros interbancária. A distribuição entre os CDBs às taxas prefixadas e às taxas pós-fixadas varia periodicamente, dependendo das expectativas de taxas de juros de mercado.

Os depósitos à vista, os depósitos de poupança, os depósitos a prazo, letras hipotecárias e títulos de emissão própria são garantidos, no seu somatório, pelo Fundo Garantidor de Crédito, conhecido como “FGC”, até um valor de R\$20.000,00 por pessoa, na hipótese de liquidação de um banco.

Nós emitimos CDIs às outras instituições financeiras, cuja negociação está restrita ao mercado interbancário. São negociados com taxa prefixada ou flutuante por um dia ou com prazos mais longos.

Outras Fontes de Financiamento

Nossas outras fontes de financiamento incluem nossas operações de mercados de capitais, operações de importação/exportação e repasses.

A tabela a seguir indica a fonte e o valor de nossas outras fontes de financiamento nas datas indicadas:

	31 de dezembro de:		
	2001	2002	2003
Fontes de Recursos:	(Em milhões de reais)		
Financiamento à importação e exportação	R\$5.106	R\$7.741	R\$6.034
Repases de recursos internos.....	5.831	7.000	7.556
Empréstimos em moeda estrangeira	396	127	180
Obrigações por arrendamento mercantil	275	443	449
Mercado de Capitais:			
Captações no mercado aberto	14.037	7.633	27.490
“Euronotes”	3.260	2.077	3.290
Debêntures	-	51	7
Letras hipotecárias	767	369	1.017
Dívidas subordinadas	970	3.322	4.995
Títulos emitidos por meio de securitização de ordens de pagamento e recebíveis de faturas de cartões de crédito	-	-	2.599
“Commercial paper”	3.211	1.884	1.761
Outros.....	3	14	-
Total.....	R\$33.856	R\$30.661	R\$55.378

Nossas operações no mercado de capitais atuam como uma fonte de financiamento para nós, através de nossas operações com instituições financeiras, fundos mútuos, fundos de investimentos com renda fixa e variável, e fundos de investimentos estrangeiros. Nessas operações, vendemos valores mobiliários, públicos e privados, com a obrigação de recomprá-los. Essas operações são, em geral, de curto prazo.

Mantemos relacionamentos com várias instituições financeiras dos Estados Unidos, Europa, Ásia e América Latina para fornecer empréstimos aos nossos clientes por meio de repases, inclusive a concessão de linhas de crédito para financiamento ao comércio exterior.

Efetuamos operações de repasse quando atuamos como agentes de transferência de recursos de órgãos de desenvolvimento, concedendo créditos a terceiros que, por sua vez, são financiados pelas organizações de desenvolvimento. O BNDES, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - “IDB” são os principais provedores desses recursos. Os critérios para empréstimo, a decisão de emprestar e os riscos de crédito são de nossa responsabilidade, sujeitos a certas limitações estabelecidas pelos órgãos que fornecem os recursos.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2003, possuíamos 907 propriedades e alugávamos 2.251 propriedades por todo o Brasil, e possuíamos 6 propriedades no exterior, todas as quais usamos para a operação de nossa rede de agências e desempenho de nosso negócio. Possuímos o imóvel onde a nossa sede está localizada, na Cidade de Deus, um bairro de Osasco, próximo à cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, Brasil. Praticamente todas as nossas propriedades alugadas são locadas segundo contratos de locação renováveis, com prazos de doze anos em média.

Sazonalidade

Acreditamos que a sazonalidade não afeta significativamente os nossos negócios.

Concorrência

Enfrentamos uma concorrência significativa em todas as nossas principais áreas de operação, pois os mercados brasileiros de serviços financeiros e bancários são altamente competitivos. Em 31 de dezembro de 2003, existiam 140 bancos múltiplos, prestando uma gama completa de serviços de atividade bancária comercial, financiamento ao consumidor, banco de investimento e outros serviços, 23 bancos comerciais, 21 bancos de investimento e várias sociedades corretoras de valores, arrendamento mercantil, poupança e empréstimos e outras instituições financeiras no Brasil. Para maiores informações sobre os riscos relacionados com a concorrência, veja “Item 3. Informações Chave - Fatores de Risco - Riscos Relacionados ao Bradesco e ao Setor Bancário Brasileiro - O ambiente cada vez mais competitivo nos setores bancário e de seguros no Brasil podem afetar nossas perspectivas de negócios de forma negativa”.

As instituições bancárias do setor público também desempenham um papel importante no setor de atividades bancárias, o maior segmento do sistema financeiro, e operam dentro dos mesmos parâmetros legais e regulamentares que os bancos do setor privado. As duas maiores instituições brasileiras em termos de ativos, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, pertencem ao setor público. A rede de agências do Banco do Brasil é maior que a nossa. O setor de atividade bancária comercial privada é dominado, tanto em termos de empréstimos totais quanto de depósitos totais, por quatro bancos: nós mesmos, o Banco Itaú S.A. conhecido como “Banco Itaú”, e o Banco Santander S.A. também conhecido como “Banco Santander” e o Unibanco, tendo todos eles uma forte presença nacional.

Atividade Bancária

No setor de atividade bancária comercial competimos por clientes, pessoas físicas e jurídicas, com outros grandes bancos brasileiros. Nossos principais concorrentes na área de atividade bancária são o Banco do Brasil, o Banco Itaú, o Unibanco e o Banco Santander. O setor bancário brasileiro passou por algumas consolidações nos últimos anos, por meio de aquisições e privatizações. Por exemplo em 2003, o Banco ABN AMRO Real adquiriu o controle do Banco Sudameris, tornando-se o 6º maior banco do Brasil em termos de ativos, de acordo com o Banco Central.

O setor de atividade bancária no Brasil tem também se deparado com uma concorrência crescente por parte de bancos estrangeiros nos últimos anos. Além do Banco Santander, alguns grandes bancos norte-americanos, europeus e asiáticos, incluindo o Citibank, o BankBoston, o ABN AMRO e a Hong Kong and Shanghai Banking Corporation, conhecido como “HSBC”, estão atualmente operando no Brasil. Outros bancos estrangeiros poderiam entrar no mercado brasileiro e aumentar sua competitividade. Os bancos estrangeiros também podem participar dos processos de privatizações. Em 31 de dezembro de 2003, os bancos estrangeiros detinham 17,2% do total de ativos no sistema financeiro brasileiro.

Os bancos comerciais também se deparam com uma concorrência crescente por parte de outros intermediários financeiros, que podem oferecer às grandes empresas acesso aos mercados de capitais como uma alternativa para empréstimos bancários. Como somos um banco múltiplo, procuramos manter uma posição competitiva nesse sentido, por meio de nossa divisão de banco de investimento.

Atualmente usufruímos de algumas vantagens competitivas por sermos o maior banco brasileiro no setor privado e termos a maior rede de agências entre nossos concorrentes no setor privado. Contudo, na hipótese de um de nossos concorrentes ou um banco estrangeiro adquirir um ou mais de um dos grandes bancos brasileiros, nossa vantagem competitiva poderia ser reduzida e a estrutura do setor bancário brasileiro poderia se alterar consideravelmente. Embora acreditemos estar bem posicionados para competir nesse novo ambiente, essa concorrência poderia prejudicar nossa posição no setor financeiro brasileiro.

Cartões de Crédito

O mercado de cartões de crédito no Brasil é altamente competitivo, compreendendo aproximadamente 45 milhões de cartões emitidos em 31 de dezembro de 2003. Nossos principais concorrentes são Credicard, Banco do Brasil, Banco Itaú e Unibanco. A Administração acredita que os principais fatores de concorrência nessa área são as taxas de juros, anuidades, a rede de distribuição de cartões e os benefícios oferecidos nos cartões.

Também enfrentamos concorrência das empresas que emitem cartões de uso restrito, conhecidos como cartões “Private Label”, que são oferecidos a clientes de mesmos segmentos que operamos.

Outro concorrente do produto cartão de crédito é o cheque pré-datado, um meio popular de pagamento a prazo no Brasil, pelo qual os clientes pagam produtos e serviços com cheques bancários com datas futuras, permitindo efetivamente o pagamento parcelado em um prazo maior. Devido à sua conveniência e crescente aceitação, acreditamos que os cartões de crédito gradualmente substituirão os cheques pré-datados.

Arrendamento Mercantil

De um modo geral, o mercado brasileiro de arrendamento mercantil é dominado por sociedades afiliadas a fabricantes de veículos e de equipamentos (como a Volkswagen e a IBM) e grandes bancos (como Banco Itaú, Banco Safra, Unibanco, BankBoston e Sudameris). Atualmente, usufruímos algumas vantagens competitivas por termos a maior rede de agências entre nossos concorrentes do setor privado. Além disso, nosso tamanho nos permite custear nossas atividades de arrendamento mercantil a taxas mais favoráveis, levando as despesas com taxas de juros menores para nossos clientes.

Gestão de Ativos

O setor de gestão de ativos no Brasil cresceu significativamente nos últimos anos, pois os clientes cada vez mais transferem suas aplicações, de produtos de investimento tradicionais, como contas de poupança e CDBs, para fundos mútuos. Até meados da década de 90, o setor de gestão de ativos era dominado por bancos comerciais, que oferecem fundos de renda fixa a clientes da área bancária de varejo. Porém, os bancos transferiram as suas áreas de gestão de ativos para pessoas jurídicas independentes, a exemplo da criação da BRAM, a fim de separar suas operações de gestão de ativos e de tesouraria, para cumprir com a regulamentação bancária. Outras empresas especializadas em gestão de ativos, geralmente afiliadas a bancos estrangeiros, foram estabelecidas no Brasil nos últimos anos. Consequentemente, a concorrência no setor de gestão de ativos aumentou drasticamente desde 1995. Nossos principais concorrentes nesse setor incluem o Banco do Brasil, o Banco Itaú e o Unibanco.

Seguros, Planos de Previdência Complementar e Títulos de Capitalização

Setor de Seguros

A Bradesco Seguros enfrenta uma concorrência crescente por parte de várias empresas nacionais e multinacionais, em todos os ramos de seguros.

Em 31 de dezembro de 2003, o mercado de seguros no Brasil era composto de 127 seguradoras de vários portes. Nossos principais concorrentes são: Sul América Cia Nacional de Seguros, Itaú Seguros S.A., Unibanco AIG Seguros S.A., Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais, Caixa Seguradora S.A e Real Seguros S.A., que representam no total aproximadamente 43% do prêmio total gerado no mercado, conforme informações disponibilizadas pela SUSEP e ANS. Embora as empresas nacionais subscrevam a maior parte das atividades de seguros, também enfrentamos concorrência, principalmente no ramo de seguro saúde, por parte de empresas locais ou regionais, pois elas operam a um custo menor ou se especializam em fornecer cobertura para grupos de riscos específicos.

A concorrência no setor de seguros no Brasil alterou-se drasticamente nos últimos anos à medida que empresas estrangeiras passaram a constituir associações com seguradoras brasileiras com maior experiência no mercado brasileiro. Por exemplo, em março de 2002, o banco holandês ING, adquiriu uma participação em uma das empresas do Grupo Sul América. Desde 1996, o grupo AIG passou a operar em seguros no Brasil através de uma associação com o Unibanco. A Hartford já opera há anos no Brasil através de uma associação com o Grupo Icatu. AXA, ACE, Generali e outras seguradoras estrangeiras oferecem seguros no Brasil com estrutura local própria.

Acreditamos que os principais fatores competitivos nessa área sejam preço, estabilidade financeira, reconhecimento do nome e dos serviços. Em nível de agências, acreditamos que a concorrência baseia-se principalmente no nível dos serviços, inclusive o tratamento dos sinistros, o nível de automação e o desenvolvimento de relacionamentos de longo prazo com os agentes pessoas físicas. Acreditamos que nossa capacidade de distribuir produtos de seguros por meio de nossa rede de agências nos dá uma vantagem competitiva sobre a maioria das seguradoras. Como a maioria de nossos produtos de seguros é oferecida por meio de agências bancárias no varejo, nos beneficiamos de algumas economias de custos e sinergias de comercialização, em comparação com os nossos concorrentes. Contudo, essa vantagem no custo poderia tornar-se menos significativa com o passar do tempo, à medida que os grandes bancos privados passem a utilizar suas próprias redes de agências para oferecer produtos de seguros por meio de agentes exclusivos.

Setor de Previdência Complementar

O processo de estabilização monetária trazido pela implementação do plano real estimulou o setor de previdência complementar, atraindo para o mercado brasileiro novos “players” internacionais, como: a Principal, que se associou ao Banco do Brasil, criando a Brasilprev; a Hartford, que se associou ao grupo Icatu; a Metlife; a Nationwide e a ING, entre outras.

Além da estabilidade monetária, o tratamento fiscal favorável e a perspectiva de uma reforma mais profunda no sistema de previdência oficial contribuíram para o aumento da concorrência.

Atualmente a Bradesco Vida e Previdência detém a liderança do mercado de previdência complementar, com 49,9% do total de ativos administrados no setor, segundo dados da ANAPP, em 31 de dezembro de 2003.

Os diferenciais competitivos são a marca Bradesco e a capilaridade da rede de agências, que em 31 de dezembro de 2003, estavam associadas a uma rede de 6.383 corretores especialistas em previdência complementar, que operam em conjunto com a rede de agências.

Setor de Títulos de Capitalização

A estabilidade da moeda, taxas cambiais mais estáveis e o controle da inflação tornaram o mercado mais competitivo a partir de 1994, no qual a Bradesco Capitalização detém em 31 de dezembro de 2003 a 2º posição do ranking com 19,2% de participação em Receitas de Títulos de Capitalização e provisões com 22,5% de participação no mercado, de acordo com a SUSEP.

Os principais concorrentes no setor de títulos de capitalização são: Brasilcap Capitalização S.A., Itaú Capitalização S.A., Icatu Hartford Capitalização S.A, Caixa Capitalização S.A. e Unibanco Companhia de Capitalização. Os principais fatores competitivos nesta área são a oferta de produtos de baixo custo com maior número de sorteios, segurança e estabilidade financeira, e o reconhecimento da marca por parte dos clientes.

REGULAMENTAÇÃO E SUPERVISÃO

Principais Instituições Financeiras

Em 31 de dezembro de 2003, 14 bancos comerciais e múltiplos do setor público controlados pelos Governos Federal e Estadual, e 149 bancos comerciais e múltiplos do setor privado operavam no Brasil. Para fins da regulamentação brasileira, seguradoras, entidades de previdência privada e emissores de títulos de capitalização não são considerados instituições financeiras.

Setor Financeiro Público Brasileiro

Os Governos Federal e Estadual controlam vários bancos e instituições financeiras comerciais. O principal propósito destas instituições é estimular o desenvolvimento econômico. As principais instituições bancárias pertencentes ao Governo desempenham um papel importante no setor bancário brasileiro. Estas instituições detêm uma parcela significativa dos depósitos totais e ativos totais do sistema bancário, e são as principais financiadoras de fundos governamentais para as indústrias e a agricultura. Nos últimos sete anos, vários bancos múltiplos públicos foram privatizados e adquiridos por grupos financeiros brasileiros e estrangeiros.

Os principais bancos controlados pelo Governo incluem:

- *Banco do Brasil*, um banco controlado pelo Governo Federal, que fornece uma gama completa de produtos bancários aos setores público e privado. O Banco do Brasil é o maior banco múltiplo do Brasil e o principal agente financeiro do Governo Federal;
- *BNDES*, um banco de desenvolvimento totalmente controlado pelo Governo Federal, que fornece financiamentos de médio e longo prazo ao setor privado brasileiro. As atividades do BNDES incluem a gestão do programa de privatizações do Governo Federal; e

- *Caixa Econômica Federal*, um banco múltiplo totalmente controlado pelo Governo Federal, que age como o principal agente do sistema regulamentado pelo Governo de concessão de empréstimos habitacionais. A Caixa Econômica Federal está classificada em primeiro lugar entre os bancos brasileiros, em termos de contas de poupança e financiamentos habitacionais.

Setor Financeiro Privado Brasileiro

Em 31 de dezembro de 2003, o setor financeiro privado brasileiro incluía:

- 149 bancos comerciais e múltiplos, que prestam uma gama completa de serviços de atividade bancária comercial, atividade bancária de investimento (inclusive subscrição e negociação de valores mobiliários), financiamento ao consumidor e outros serviços, inclusive gestão de fundos e financiamento de imóveis;
- 23 bancos de investimento, engajados principalmente em operações de crédito especializadas em subscrição e negociação de valores mobiliários; e
- 45 financeiras, 145 distribuidoras de títulos e valores mobiliários, 189 corretoras de valores, 57 sociedades de arrendamento mercantil, 4.660 fundos de investimentos financeiros e fundos mútuos e 18 associações de poupança e empréstimo/sociedades de crédito imobiliário.

Os 149 bancos comerciais e múltiplos, que operavam no Brasil, em 31 de dezembro de 2003, incluíam 68 bancos controlados por pessoas físicas e jurídicas brasileiras domiciliadas no Brasil, 53 bancos controlados por pessoas e entidades não brasileiras e 28 que eram controlados em conjunto por pessoas e entidades brasileiras e estrangeiras.

Principais Órgãos Reguladores

A estrutura institucional básica do sistema financeiro brasileiro foi estabelecida em 1964 pela Lei n.º 4.595, conhecida como a “Lei da Reforma Bancária”. A Lei da Reforma Bancária criou o Banco Central e o CMN, o Conselho Monetário Nacional.

O CMN

O CMN, atualmente a mais alta autoridade responsável pela política monetária e financeira brasileira, é responsável pela supervisão geral das políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública no Brasil. O CMN tem as funções de:

- regulamentar operações de crédito realizadas por instituições financeiras brasileiras;
- regulamentar a emissão da moeda brasileira;
- supervisionar as reservas de ouro do Brasil e o câmbio;
- determinar as políticas de poupança, câmbio e investimento no Brasil; e
- regulamentar os mercados de capitais no Brasil.

O Banco Central

O Banco Central é responsável por:

- implementar as políticas monetária e de crédito estabelecidas pelo CMN;
- regulamentar e supervisionar as instituições financeiras brasileiras dos setores público e privado;
- controlar e monitorar o fluxo de moeda estrangeira de/e para o Brasil; e
- fiscalizar o mercado financeiro brasileiro.

O presidente do Banco Central é nomeado pelo Presidente do Brasil para um mandato por tempo indeterminado, sujeito à aprovação pelo senado brasileiro.

O Banco Central supervisiona instituições financeiras ao:

- determinar exigências mínimas de capital, exigências de reservas compulsórias e limites operacionais;
- ter o poder de autorizar documentos corporativos, aumentos de capital, estabelecimentos ou transferências de matrizes ou filiais (quer no Brasil ou no exterior);
- ter o poder de autorizar mudanças no controle acionário das instituições financeiras;
- exigir a apresentação de demonstrações financeiras anuais e semestrais auditadas e trimestralmente revisadas, bem como demonstrações financeiras não auditadas mensais; e
- exigir total acesso a informações referentes a operações de crédito e câmbio, operações de importação e exportação, e outras atividades econômicas relacionadas diariamente.

A CVM

A CVM, a Comissão de Valores Mobiliários do Brasil, é responsável por regulamentar os mercados de valores mobiliários brasileiros, de acordo com as políticas de mercado de capitais e valores mobiliários, determinados pelo CMN.

No final de 2001, a regulamentação e a supervisão dos fundos de investimento financeiro (originalmente regulamentados e supervisionados pelo Banco Central) foram transferidas para a CVM, e determinadas medidas vêm sendo tomadas com o objetivo de operacionalizar esta transferência de atribuições, conforme descrito em “*Regulamentação da Gestão de Ativos*”.

Regulamentação Bancária

Principais Limitações e Restrições de Atividades de Instituições Financeiras

Segundo a Lei da Reforma Bancária, uma instituição financeira operando no Brasil:

- não pode operar sem a aprovação prévia do Banco Central e, no caso de bancos estrangeiros, autorização por decreto presidencial;
- não pode investir em ações de qualquer outra empresa acima dos limites regulamentares;
- não pode emprestar mais de 25% de seu patrimônio de referência a uma única pessoa ou grupo;
- não pode possuir imóveis, com exceção dos de uso próprio; e
- não pode conceder créditos ou prestar garantias para:
 - qualquer pessoa física que controle a instituição ou detenha, direta ou indiretamente, mais de 10% do seu capital acionário;
 - qualquer pessoa jurídica, que controle a instituição, com a qual esteja sob controle comum, ou qualquer diretor, conselheiro ou membro do conselho fiscal de tal pessoa jurídica, ou qualquer membro da família próxima de tais pessoas físicas;
 - qualquer pessoa jurídica, que detenha, direta ou indiretamente, mais de 10% de seu capital social (com algumas exceções);
 - qualquer pessoa jurídica que a instituição financeira controle ou detenha, direta ou indiretamente, mais de 10% do capital social;
 - qualquer pessoa jurídica, cuja diretoria seja constituída, no todo ou em parte, dos mesmos membros que a diretoria da instituição; e
 - diretores estatutários e conselheiros da instituição (ou membros de sua família próxima) ou qualquer companhia, que seja controlada por esses diretores estatutários, conselheiros ou membros de sua família próxima ou em cujo capital social tais pessoas detenham, direta ou indiretamente, mais de 10% do capital social.

A restrição quanto às operações com as partes relacionadas não se aplica a operações executadas por instituições financeiras no mercado interbancário.

Adequação e Alavancagem de Capital

As instituições financeiras brasileiras estão sujeitas a uma metodologia de medição e padrões de capital baseada em um índice ponderado de ativos por risco. Os parâmetros dessa metodologia são semelhantes aos parâmetros internacionais para medições de capital mínimo aprovado, segundo adotado pelo Acordo de Basileia. O acordo de Basileia exige que os bancos tenham um índice de capital mínimo em relação ao ativo ponderado de 8%. Ao menos metade do total do Capital deve consistir do Capital

Nível I. O Capital Nível I, ou principal, corresponde ao patrimônio menos certos intangíveis. O Capital Nível II inclui reservas de reavaliação de ativos, reservas para contingências e dívidas subordinadas, sujeitas a certas restrições. O Capital Nível II está limitado ao montante do Capital Nível I.

As exigências impostas pelo Banco Central diferem do Acordo de Basiléia em alguns aspectos. Entre as diferenças, podemos apontar que o Banco Central:

- exige capital mínimo de 11% em relação aos ativos ponderados de risco;
- não permite que as reservas para contingências sejam consideradas como capital;
- obriga que sejam deduzidos do capital os ativos permanentes excedentes aos limites impostos pelo Banco Central;
- exige um valor adicional de capital, com respeito a operações de “swap” de câmbio e de taxa de juros, registradas fora do balanço patrimonial, e de certas operações de créditos com recursos captados de terceiros; e
- atribui diferentes ponderações de risco a certos ativos e valores de conversão de créditos, incluindo ponderações de risco de 300% sobre os créditos tributários decorrentes de imposto de renda e contribuição social.

Para maiores informações, veja “Item 5 - Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - Cumprimento das Exigências de Capital.”

O Patrimônio de Referência de uma instituição financeira é representado pela somatória do Capital Nível I e Nível II, e é utilizado na determinação de seus limites operacionais (exceto limitações aos ativos permanentes).

As instituições financeiras, exceto as cooperativas de crédito, devem manter registros contábeis consolidados (incluindo para fins de cálculo de suas exigências de capital), de seus investimentos em empresas sempre que as instituições mantiverem, direta ou indiretamente, individualmente ou em conjunto com outros parceiros, uma participação de controle nas investidas. Quando sua participação não resulta no controle de uma empresa, as instituições financeiras podem optar por contabilizar a participação como resultado de participação em empresas não consolidadas ao invés de consolidar.

Observadas determinadas condições e dentro de certos limites, as instituições financeiras podem incluir dívida subordinada na determinação de suas exigências de capital, para fins de cálculo de seus limites operacionais, desde que tal dívida subordinada cumpra com o seguinte:

- deve ser previamente aprovada pelo Banco Central;
- não pode ser assegurada ou garantida pelo emissor ou qualquer de suas partes relacionadas;
- seu pagamento deve estar subordinado ao pagamento de outras obrigações do emissor no caso de dissolução;
- não pode ser resgatada por ato do detentor;

- deve ter uma cláusula que permita o adiamento do pagamento de juros ou resgate, caso isso possa ocasionar falha por parte do emissor no cumprimento dos níveis mínimos de patrimônio de referência ou outras exigências operacionais;
- deve ser nominativa;
- quando emitida no exterior, deve conter uma cláusula de escolha de foro; e
- deve ter um prazo mínimo de cinco anos antes do resgate ou da amortização.

As instituições financeiras brasileiras podem escolher entre calcular suas exigências de capital em base consolidada ou não consolidada.

Exigências de Reservas

O Banco Central impõe às instituições financeiras brasileiras, periodicamente, uma reserva compulsória e exigências correlatas. O Banco Central usa as exigências de reservas como um mecanismo para controlar a liquidez do Sistema Financeiro Nacional. Historicamente, as reservas impostas sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo respondem por praticamente todos os valores exigidos para serem depositados no Banco Central. Para um resumo sobre as atuais exigências de reservas compulsórias aplicáveis à depósitos à vista, de poupança e a prazo, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Financiamento - Captação de Depósitos”.

A exposição consolidada total de uma instituição financeira em moedas estrangeiras e ouro não pode exceder 30% de seu patrimônio de referência. Além disso, se a sua exposição for superior a 5% do patrimônio de referência, a instituição financeira deve possuir um capital adicional equivalente a pelo menos 50% da exposição.

No passado, o Banco Central impôs, sobre outros tipos de transações, certas exigências de depósitos compulsórios, que não mais estão em vigor, e poderia impor novamente estas exigências ou impor restrições semelhantes no futuro. Para maiores informações sobre as restrições do Banco Central, veja “Item 3. Informações Chave - Fatores de Risco - Riscos Relativos ao Bradesco e ao Setor Bancário Brasileiro”.

Em junho de 2003, foi promulgada medida provisória, convertida em lei posteriormente, determinando o direcionamento de parte dos recursos que captamos com depósitos à vista à operações de crédito destinadas à população de baixa renda e empresas de pequeno porte. Nos termos da regulamentação do CMN sobre o assunto, estas operações de crédito devem ter as seguintes características:

- o valor máximo por transação a qualquer tomador de recursos é limitado a R\$600,00 para pessoas físicas e R\$1.000,00 para empresas de pequeno porte;
- a taxa máxima de juros efetivos não pode ultrapassar 2% ao mês;
- a comissão para abertura do crédito é limitada a 2% no caso de operações com pessoas físicas e 4% no caso de operações com pessoas jurídicas; e

- o prazo das operações não pode ser inferior a 120 dias.

Exigências de Composição de Ativos

As instituições financeiras brasileiras não podem alocar mais de 25% de seu patrimônio de referência a operações de crédito (inclusive garantias) a um mesmo cliente (inclusive sua matriz, afiliadas e subsidiárias) ou em valores mobiliários de qualquer emitente, e não podem atuar na qualidade de subscritoras (com exclusão de subscrição de melhores esforços) de valores mobiliários emitidos por qualquer emitente representando mais de 25% do patrimônio de referência.

O ativo permanente (definido como propriedades e equipamentos, outros que não operações de arrendamentos mercantis, investimentos não consolidados e ativos diferidos) de instituições financeiras brasileiras não pode exceder 50% de seu patrimônio de referência.

Operações Compromissadas

As operações compromissadas estão sujeitas aos limites de capital operacional, com base no patrimônio líquido da instituição financeira, conforme ajustado com as disposições regulamentares do Banco Central. Uma instituição financeira somente pode deter operações compromissadas em valores de até 30 vezes o seu patrimônio de referência. Dentro desse limite, operações compromissadas envolvendo valores mobiliários privados não podem exceder o dobro do valor do patrimônio de referência. Limites em operações compromissadas envolvendo valores mobiliários lastreados por autoridades governamentais brasileiras variam de acordo com o tipo de valores mobiliários envolvidos na operação e o risco percebido do emitente, conforme estabelecido pelo Banco Central.

Repasso de Recursos Tomados no Exterior

As instituições financeiras e as empresas de arrendamento mercantil estão autorizadas a tomar emprestado recursos em moeda estrangeira nos mercados internacionais (quer por meio de empréstimos diretos ou da emissão de valores mobiliários de dívida) de modo a repassar tais recursos no Brasil. Estes repasses tomam a forma de empréstimos em moeda brasileira, mas indexados ao dólar norte-americano. Os termos do repasse precisam refletir os termos da operação original. A taxa de juros cobrada no empréstimo externo precisa também se adequar às práticas do mercado internacional. Além do custo original da operação, a instituição financeira poderá somente cobrar uma comissão de repasse.

Posição de Câmbio

As operações envolvendo a compra e venda de moeda estrangeira no Brasil somente podem ser realizadas por instituições devidamente autorizadas pelo Banco Central a operar no mercado de câmbio. Para fins de regulamentação de controle de câmbio, o mercado de câmbio brasileiro é dividido em dois segmentos: os mercados de taxa de câmbio de mercado comercial que chamamos de “Mercado Comercial” e câmbio de mercado flutuante, que chamamos de “Mercado Flutuante”. O Mercado Comercial está reservado primariamente para transações comerciais no exterior, que geralmente requerem registro junto ao Banco Central. O Mercado Flutuante aplica-se a todas as transações, às quais o Mercado Comercial não se aplica. Somente bancos, corretores, negociadores e o Banco Central têm acesso ao Mercado Comercial, enquanto o Mercado Flutuante está aberto para todas as instituições autorizadas pelo Banco Central. Desde 1997, a diferença entre estes dois mercados não foi significativa.

O Banco Central atualmente não impõe limites para as posições vendidas combinadas (isto é, nas quais o valor total das compras de moeda estrangeira é menor que o valor das vendas) no mercado de câmbio de taxa comercial e flutuante de instituições autorizadas a operar nos mercados de câmbio. Os bancos podem deter posições compradas combinadas (isto é, nas quais o valor total das compras de moeda estrangeira é maior que o valor das vendas) nos mercados de câmbio de taxa comercial e flutuante até certa proporção do valor do seu patrimônio líquido. Se a posição comprada combinada de um banco nos mercados de câmbio de taxa comercial e flutuante for maior do que US\$ 6,0 milhões em qualquer dia, então o banco será obrigado a depositar o valor excedente junto ao Banco Central.

Taxas de Juros

A Constituição Federal Brasileira promulgada em 1988, estabeleceu um teto de 12% ao ano sobre as taxas de juros para empréstimos, incluindo as taxas de juros para empréstimos bancários. Entretanto, desde a promulgação da Constituição, tal taxa não era aplicada, já que a regulamentação de tal determinação estava pendente. Em maio de 2003, o artigo aplicável foi revogado por força de Emenda Constitucional.

Tratamento de Operações de Crédito

As instituições financeiras são obrigadas a classificar suas operações de crédito em nove categorias que vão de AA até H, com base em seu risco. Essas classificações de crédito são determinadas de acordo com critérios estabelecidos pelo Banco Central relacionados:

- às condições do devedor e do fiador, tais como: sua situação econômica e financeira, o nível de endividamento, a capacidade de gerar lucros, o fluxo de caixa, atrasos em pagamentos, contingências e limites de crédito; e
- às condições da operação, tais como: sua natureza e finalidade, o tipo, o nível de liquidez, suficiência das garantias e o valor total do crédito.

No caso de tomadores pessoas jurídicas, as nove categorias, de acordo com nosso conceito, são as seguintes:

Rating	Classificação Bradesco	Conceito Bradesco
AA	Excelente	Empresa/grupo de primeira linha, com porte, tradição e liderança no mercado com conceito e situação econômico-financeira excelentes.
A	Ótimo	Empresa/grupo de porte, situação econômico-financeira ótima, atuando em mercados com perspectivas positivas e/ou potencial de expansão.
B	Boa	Empresa/grupo que, independente do porte, possui boa situação econômico-financeira.
C	Aceitável	Empresa/grupo com situação econômico-financeira satisfatória, porém, com desempenho sujeito às variações da economia.
D	Regular	Empresa/grupo com situação econômico-financeira declinante, ou com dados contábeis não satisfatórios, sob a gestão de risco.

Operações de crédito de liquidação duvidosa são classificadas segundo a perspectiva de perda, conforme abaixo:

E	Deficiente
F	Ruim
G	Crítica
H	Péssima

Uma operação de crédito poderá receber uma melhor classificação (*upgrade*) se tiver garantia ou pior (*downgrade*) se estiver em inadimplência.

No caso de operações com pessoas físicas, nós também adotamos um sistema similar de classificação em nove categorias. Nós classificamos o crédito com base na renda, patrimônio e histórico de crédito de pessoa física, bem como outras informações cadastrais.

As instituições financeiras precisam fazer provisões para perdas com operações de crédito mensalmente para cobrir as contingências. Em geral, os bancos revisam as classificações de empréstimos anualmente. Entretanto, uma revisão é feita a cada seis meses no caso de operações que sejam concedidas ao mesmo cliente ou grupo econômico, cujo valor agregado exceder 5% do patrimônio de referência da instituição financeira. Se uma operação de crédito ficar vencida e não paga, será revisada mensalmente.

Para operações de crédito que estejam vencidas e não pagas, as disposições regulamentares estabelecem classificações de risco máximas, como segue:

<u>Número de Dias Vencidos ⁽¹⁾</u>	<u>Classificação Máxima</u>
15 a 30 dias	B
31 a 60 dias	C
61 a 90 dias	D
91 a 120 dias	E
121 a 150 dias	F
151 a 180 dias	G
Mais de 180 dias	H

(1) O período deve ser dobrado no caso de operações de crédito, cujo vencimento seja superior a 36 meses.

As instituições financeiras deverão determinar, mensalmente, se qualquer um dos empréstimos deve ser reclassificado como resultado destas classificações máximas, e se sim, precisam ajustar as suas provisões, conforme o caso.

As disposições regulamentares especificam um provisionamento mínimo para cada categoria de empréstimo, que é medido como uma percentagem do valor total da operação de crédito, como segue:

Classificação do Empréstimo	Provisão Mínima
AA	-
A.....	0,5%
B.....	1,0
C.....	3,0
D.....	10,0
E.....	30,0
F.....	50,0
G.....	70,0
H ⁽¹⁾	100,0%

(1) Os bancos precisam baixar contabilmente quaisquer empréstimos 6 meses após receberem a classificação H.

As operações de crédito de até R\$50.000,00 podem ser classificadas ou pelo método de avaliação própria da instituição financeira ou de acordo com os critérios de atraso nos pagamentos, acima descritos.

As instituições financeiras precisam disponibilizar as suas políticas de empréstimos e classificação de empréstimos para o Banco Central e para seus auditores independentes. Também terão que submeter ao Banco Central informações relativas à sua carteira de empréstimos, juntamente com as suas demonstrações financeiras. Tais informações precisam incluir:

- discriminação das atividades e natureza dos tomadores;
- vencimentos dos empréstimos;
- valores dos empréstimos rolados, lançados a prejuízo e recuperados;
- diversificação da carteira de empréstimos, de acordo com a classificação de empréstimos; e
- empréstimos em atraso.

Regulamentação e Política Anteriores a 2000

O sistema atual de classificação de operações de crédito em 9 categorias de risco entrou em vigor em março de 2000. Antes de março de 2000, o Banco Central exigia que todos os bancos brasileiros classificassem os créditos de curso anormal como em atraso ou em inadimplência. As operações de crédito em atraso eram empréstimos cujo pagamento do principal ou dos juros estivessem atrasados em mais de 60 dias. Quando uma operação de crédito era classificada como em atraso, éramos obrigados a provisionar em 20% do valor do empréstimo, como uma provisão para perda potencial, se o empréstimo fosse totalmente garantido, 50% se o empréstimo fosse parcialmente garantido e 100% se o empréstimo não apresentasse garantias. As operações de crédito em inadimplência eram empréstimos que estavam com pelo menos 360 dias de atraso, se totalmente garantidos, 180 dias de atraso se parcialmente garantidos ou 60 dias de atraso se o empréstimo não apresentasse garantias. Dependendo do valor e do tipo de garantia, empréstimos podiam ser considerados em inadimplência em uma data anterior. Quando uma operação de crédito era transferida para a categoria de créditos em inadimplência, éramos obrigados a fazer uma provisão para 100% do valor do empréstimo. As operações de crédito efetuadas por instituições

financeiras a tomadores do setor público eram consideradas em inadimplência 60 dias após serem considerados como em atraso. Era requerida a constituição de uma provisão de 100% do valor dos financiamentos à exportação com 20 dias (no caso de financiamento para pré-exportação) e com 30 dias (no caso de financiamento de exportação já realizada), depois que o financiamento já estivesse vencido.

Nossas políticas internas eram de fato mais restritas, já que considerávamos qualquer crédito como de curso anormal, se estivesse vencido e não pago a mais de 60 dias.

Durante o período em que um empréstimo estivesse vencido e não pago, somente reconhecíamos juros como receitas até 60 dias em atraso e, após, quando efetivamente recebidos.

Sistema Brasileiro de Pagamentos

O Sistema Brasileiro de Pagamentos foi regulamentado e estruturado por legislação editada em 2001. Estas medidas foram adotadas visando aumentar a agilidade do sistema pela adoção da compensação multilateral, a segurança e a solidez do sistema, pela redução do risco de inadimplemento sistêmico e do risco de crédito e liquidez das instituições financeiras.

Os sistemas integrantes do Sistema Brasileiro de Pagamentos deverão criar dispositivos de segurança e regras de controle de risco de contingências de compartilhamento de perdas entre os participantes e de execução direta de posições em custódia de contratos e de garantias pelos participantes. Adicionalmente, tornou-se obrigatória para as câmaras de compensação e prestadoras de serviços de liquidação, importantes para o sistema, a segregação de patrimônio como garantia adicional para liquidação das operações.

De acordo com as novas regras, a responsabilidade pela liquidação das operações foi atribuída às câmaras de compensação ou prestadoras de serviços responsáveis por ela. Uma vez que uma transação financeira tenha sido submetida para compensação e liquidação, normalmente torna-se a obrigação da câmara de compensação e/ou prestador de serviço de liquidação relevante à compensação e liquidação da mesma, não existindo mais o risco de falência ou insolvência de parte do participante do mercado que submeteu a transação para compensação e liquidação.

As instituições financeiras e outras instituições autorizadas pelo Banco Central devem, segundo as novas regras, criar mecanismos para identificar e evitar riscos de liquidez, de acordo com certos procedimentos estabelecidos pelo Banco Central. Segundo esses procedimentos, as instituições devem:

- manter e documentar os critérios para mensuração de riscos de liquidez e mecanismos para gestão de riscos;
- elaborar análises de dados econômico-financeiros, que permitam avaliar o impacto dos diferentes cenários na condição de liquidez e fluxos de caixa da instituição;
- elaborar relatórios que permitam o monitoramento dos riscos de liquidez da instituição;
- identificar e avaliar os mecanismos para reversão de posições, que coloquem em risco a situação econômico-financeira da instituição e para obter recursos necessários para realizar tais reversões;

- implantar sistemas de controle e realizar periodicamente testes de avaliação dos sistemas de controle;
- fornecer de forma imediata à Administração da instituição, informações e análises sobre o risco de liquidez identificado, incluindo quaisquer conclusões e providências adotadas; e
- estabelecer plano de contingência contendo estratégia de gestão de situações de crise de liquidez.

As instituições financeiras foram diretamente afetadas pela reestruturação do sistema de pagamentos brasileiro. As operações, anteriormente processadas ao final do dia, levavam à existência de um saldo, positivo ou negativo, para cada instituição, o que não é mais permitido. Sua liquidação agora deve ser processada em tempo real, e os valores acima de R\$5.000,00 devem ser processados por transferência eletrônica direta entre as instituições. Caso sejam efetivados por cheques, será cobrada taxa bancária adicional.

Depois de um período de testes e implementação gradual, o novo sistema brasileiro de compensação começou a funcionar em abril de 2002. O Banco Central e a CVM têm o poder de regulamentar e monitorar os sistemas de pagamento e compensação brasileiro.

Intervenção e Liquidação Extrajudicial de Instituições Financeiras

Intervenção

O Banco Central irá intervir nas operações e administração de qualquer instituição financeira não controlada pelo Governo Federal, se a instituição:

- sofrer prejuízos devido à má administração, que coloquem os credores em risco;
- transgredir de forma recorrente as disposições regulamentares bancárias; ou
- estiver insolvente.

A intervenção também poderá ser ordenada, segundo pedido da Administração da instituição financeira.

A intervenção não poderá exceder doze meses. Durante o período de intervenção ficam suspensas as obrigações vencidas, as contratadas antes da intervenção que ainda não venceram, e as obrigações de depósitos da instituição.

Liquidação Administrativa

O Banco Central irá liquidar uma instituição financeira, se:

- a situação econômica ou financeira da instituição estiver em risco, particularmente quando a instituição deixa de cumprir as suas obrigações à medida que estas vencem, ou no caso de declaração de falência;

- a Administração praticar uma transgressão séria às leis, regras ou disposições regulamentares bancárias;
- a instituição sofrer um prejuízo que sujeite seus credores não privilegiados e não garantidos a um risco severo; ou
- se, na revogação da licença para operar, a instituição não iniciar os procedimentos ordinários de liquidação dentro de 90 dias, ou, se iniciados, o Banco Central determinar que o ritmo da liquidação pode prejudicar os credores da instituição.

Como consequência da liquidação administrativa:

- as ações judiciais potenciais ou em andamento, reivindicando interesses ou direitos sobre os ativos da instituição, são suspensas;
- as obrigações da instituição vencem antecipadamente;
- a instituição não pode cumprir com nenhuma cláusula de prejuízos de liquidação contida em contratos unilaterais;
- os juros contra a instituição não são acumulados até que os passivos sejam completamente liquidados; e
- o período de prescrição com respeito às obrigações da instituição é suspenso.

Regime de Administração Especial Temporária

O regime de administração especial temporária, conhecido como “RAET”, é uma forma menos severa de intervenção pelo Banco Central em instituições financeiras, que permite que as instituições continuem a operar normalmente. O RAET pode ser ordenado no caso de uma instituição que:

- entre em operações recorrentes que sejam contra as políticas econômicas e financeiras determinadas pelas leis federais;
- enfrente uma escassez de ativos;
- falhe em cumprir com as regras de reservas compulsórias;
- tenha administração imprudente ou fraudulenta; ou
- tenha operações ou circunstâncias que exijam uma intervenção.

Pagamento de Credores em uma Liquidação

Na liquidação de uma instituição financeira, os salários e indenizações dos funcionários e créditos tributários têm a mais alta prioridade em relação a quaisquer créditos contra o patrimônio da massa falida. Em novembro de 1995, o Banco Central criou o FGC para garantir o pagamento de fundos depositados junto a instituições financeiras, em caso de intervenção, liquidação administrativa, falência ou outros estados de insolvência. As entidades membro do FGC são instituições financeiras que aceitam depósitos à

vista, de poupança e a prazo, bem como sociedades de crédito e poupança. O FGC é financiado principalmente por contribuições obrigatórias de todas as instituições financeiras brasileiras que trabalham com depósitos de clientes.

O FGC é um sistema de seguro de depósitos que garante até um valor máximo de R\$20.000,00 para depósitos e certos instrumentos de crédito mantidos por um cliente em uma instituição financeira (ou em instituições financeiras que integram o mesmo grupo financeiro). A responsabilidade das instituições participantes é limitada ao valor de suas contribuições para o FGC, com a exceção de que em circunstâncias limitadas, se os pagamentos do FGC forem insuficientes para cobrir os prejuízos segurados, as instituições participantes poderão ser solicitadas a fazer contribuições e adiantamentos extraordinários. O pagamento de créditos não garantidos e depósitos de clientes não cobertos pelo FGC estão sujeitos ao pagamento prévio de todos os créditos garantidos e outros créditos, para os quais leis específicas concedam privilégios especiais.

Procedimentos Internos de Cumprimento

Todas as instituições financeiras precisam ter em vigor políticas e procedimentos internos para controlar:

- suas atividades;
- seus sistemas financeiros, operacionais e de informações gerenciais; e
- seu cumprimento com todas as disposições regulamentares a elas aplicáveis.

A diretoria de uma instituição financeira é responsável pela implementação de uma estrutura efetiva de controle interno ao definir responsabilidades e procedimentos de controle e estabelecer metas e procedimentos correspondentes em todos os níveis da instituição. A diretoria é também responsável pela verificação do cumprimento com todos os procedimentos internos.

Em dezembro de 2003, alteramos nosso estatuto para incluir a previsão de um comitê de controles internos e *compliance*, com membros indicados por nosso Conselho de Administração.

Restrições a Bancos Estrangeiros e Investimento Estrangeiro

A Constituição Federal Brasileira proíbe as instituições financeiras estrangeiras de estabelecerem novas agências no Brasil, com exceção das devidamente autorizadas pelo Governo Brasileiro. Um banco estrangeiro devidamente autorizado a operar no Brasil por meio de uma agência ou uma subsidiária está sujeito às mesmas normas, regulamentos e exigências aplicáveis a qualquer outra instituição financeira brasileira.

A Constituição Federal Brasileira permite que as pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras invistam em ações com direito a voto de instituições financeiras brasileiras somente se tiverem autorização específica do Governo Brasileiro. Os investidores estrangeiros sem autorização específica podem também adquirir ações sem direito a voto de instituições financeiras brasileiras de capital aberto ou recibos de depósitos oferecidos no exterior representando ações sem direito a voto.

Regulamentação contra Lavagem de Dinheiro e sobre Sigilo Bancário

Segundo as leis brasileiras contra a lavagem de dinheiro, as instituições financeiras precisam:

- (a) manter registros atualizados referentes a seus clientes;
- (b) manter registros e controles internos;
- (c) registrar operações envolvendo moeda brasileira e estrangeira, valores mobiliários, metais ou qualquer outro ativo que possa ser convertido em dinheiro;
- (d) manter registros de operações maiores que R\$10.000,00 em um mês civil ou que revelem um padrão de atividade que sugira um esquema para evitar a identificação;
- (e) manter registros de todas as operações com cheques; e
- (f) manter registros e informar ao Banco Central acerca dos depósitos e saques em valores acima de R\$100.000,00.

A instituição financeira deve revisar as operações ou propostas, quando suas características possam indicar a existência de um crime e informar o Banco Central da transação proposta ou executada. Os registros mencionados em (c), (d) e (e) devem ser mantidos por no mínimo 5 anos.

As instituições financeiras precisam manter o sigilo sobre as suas operações e serviços bancários fornecidos a seus clientes. Certas exceções aplicam-se a esta obrigação, tais como: o compartilhamento de informações de histórico de crédito, atividade criminosa ou transgressão de disposições regulamentares bancárias ou divulgação de informações autorizadas pelas partes interessadas. O sigilo bancário também pode ser quebrado, quando necessário para a investigação de um ato ilegal.

O Governo e os fiscais da Secretaria da Receita Federal Brasileira podem também inspecionar os documentos, livros contábeis e registros financeiros de uma instituição em certas circunstâncias.

Mudança da Empresa de Auditoria Independente

Todas as instituições financeiras precisam:

- ser auditadas por uma empresa de auditoria independente; e
- substituir suas empresas de auditoria independente para fins de preparação das demonstrações financeiras, para propósitos regulatórios, pelo menos a cada cinco exercícios fiscais consecutivos. Uma empresa de auditoria independente que emiti um parecer sobre as demonstrações financeiras e então é substituída conforme esta regra pode ser contratada novamente três exercícios fiscais após emitir seu parecer.

Cada empresa de auditoria independente precisa comunicar imediatamente o Banco Central a respeito de qualquer evento, que possa afetar adversamente, de forma significativa, o status relevante de uma instituição financeira.

Em março de 2002, a Lei de Sociedades Anônimas brasileira foi modificada conferindo aos membros do nosso Conselho de Administração, eleitos pelos nossos acionistas preferencialistas ou ordinaristas minoritários, direitos de veto sobre a indicação ou remoção de nossa empresa de auditoria independente. Para maiores informações com relação à nomeação de membros do Conselho, veja “Item 10. Informações Adicionais - Atos Constitutivos e Estatuto Social - Organização - Direitos de Voto”.

Exigências de Auditoria

Somos registrados nas bolsas de valores locais e, por sermos uma instituição financeira, somos obrigados a ter nossas demonstrações financeiras auditadas a cada seis meses, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. Nossas informações trimestrais, arquivadas na CVM, estão sujeitas à revisão por nossos auditores independentes.

Em janeiro de 2003, a CVM baixou regulamentação determinando a divulgação, por parte das entidades auditadas, de diversas informações relacionadas à prestação, pela empresa de auditoria independente, de qualquer serviço que não seja de auditoria externa, sempre que tais outros serviços correspondam a mais de 5% das tarifas totais que a entidade pagou à empresa de auditoria externa.

Adicionalmente, as empresas de auditoria independentes deverão prestar declaração à Administração da companhia auditada de que a prestação de outros serviços não afeta a independência e a objetividade necessária aos serviços de auditoria externa.

Em maio de 2003, o CMN baixou nova regulamentação sobre auditoria, aplicável a todas instituições financeiras brasileiras, a qual foi alterada em novembro de 2003 e janeiro de 2004. Segundo esta regulamentação, somos obrigados a indicar um membro de nossa Administração para responder pelo acompanhamento e supervisão do cumprimento das regras de contabilidade e auditoria definidas na legislação.

Ainda nos termos desta nova regulamentação, as instituições financeiras que tenham um patrimônio de referência superior a R\$1 bilhão, administrem recursos de terceiros no mesmo montante, ou apresentem somatório de captações de depósitos de terceiros em montante superior a R\$5 bilhões estão obrigadas a criar um Comitê de Auditoria, composto por membros independentes. O número de membros, o critério de indicação e destituição, o mandato e as responsabilidades do Comitê de Auditoria devem ser especificados no Estatuto Social da instituição. O Comitê de Auditoria deverá estar plenamente operacional até 1º de julho de 2004. O Comitê de Auditoria será responsável pela recomendação à Administração da empresa de auditoria independente a ser contratada; revisão das demonstrações financeiras, incluindo notas explicativas e parecer dos auditores, antes da publicação; avaliação da eficiência dos serviços de auditoria e dos procedimentos de controles internos, avaliação do cumprimento pela Administração de recomendação da empresa de auditoria independente; entre outros. Nosso estatuto foi alterado em dezembro de 2003 para prever a existência de um Comitê de Auditoria. Em maio de 2004, nosso Conselho de Administração aprovou o regimento interno do Comitê de Auditoria e elegeu seus membros.

A partir de 1º de julho de 2004, seremos obrigados a publicar um relatório de nosso Comitê de Auditoria junto com nossas demonstrações financeiras.

Regulamentação da Gestão de Ativos

A gestão de ativos é regulamentada pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM.

“Fundos de investimento financeiro” são fundos que predominantemente mantêm ativos de renda fixa, estando sujeitos à regulamentação e supervisão do CMN e da CVM. Os fundos de investimento financeiro podem ser administrados por bancos múltiplos, bancos comerciais, sociedade de crédito imobiliário e poupança, bancos de investimento, empresas de crédito, financiamento e investimento, distribuidoras e corretoras de valores mobiliários, dentro de certos limites operacionais. As disposições regulamentares do CMN asseguram que as instituições precisam segregar suas atividades de gestão de ativos de suas outras atividades.

Os fundos de investimento financeiro podem investir até 49% de seus ativos em ações e em cotas de fundos de investimento em ações regulamentados e supervisionados pela CVM.

Fundos de investimentos financeiros não podem:

- investir mais de 10% (dez por cento) do seu patrimônio líquido em títulos de emissão de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ela, direta ou indiretamente, controladas e de suas coligadas sob controle comum, bem como de um mesmo estado, município ou fundo de investimento; ou
- investir mais de 20% (vinte por cento) do seu patrimônio líquido em títulos de emissão de uma mesma instituição financeira (inclusive do administrador do fundo), de seu controlador, de sociedades por ele, direta ou indiretamente, controlados e de suas coligadas sob controle comum.

Fundos mútuos de renda variável, aos quais nos referimos como “fundos mútuos”, são sujeitos à autorização, regulamentação e supervisão da CVM. Os portfólios de fundos mútuos podem incluir:

- valores mobiliários de renda fixa, que são registrados em sistemas de liquidação e custódia e supervisionados pela CVM ou pelo Banco Central, sujeitos ao teto de 49% do patrimônio líquido;
- ações de empresas registradas na CVM;
- valores mobiliários, cuja distribuição tenha sido registrada na CVM;
- instrumentos de dívida emitidos pelo Tesouro Nacional, Banco Central ou instituições financeiras;
- quotas de fundos de investimento financeiro e fundos de investimento no exterior;
- posições em mercados organizados de derivativos relacionados a contratos envolvendo ações e taxas de juros;
- operações de empréstimos de ações; e
- operações de recompra.

Estes fundos mútuos não podem:

- ter mais de 10% de seu patrimônio líquido em valores mobiliários de dívida emitidos pelo administrador do fundo ou sociedade a ele relacionada; ou
- adquirir ações de emissão da empresa administradora ou qualquer parte a ela relacionada.

Em julho de 2002, o Banco Central e a CVM celebraram um convênio para coordenar seus esforços no exercício de supervisão dos mercados financeiro e de capitais elaborando conjuntamente regulamentação, incluindo regulamentação de fundos, que possam ter impacto nestes mercados, e trocando informações sobre atividades nos mercados financeiro e de capitais.

Regulamentação das Corretoras e Distribuidoras

As corretoras e distribuidoras são parte do Sistema Financeiro Nacional e estão sujeitas à regulamentação e supervisão do CMN, do Banco Central e da CVM. As corretoras devem ser autorizadas pelo Banco Central e são as únicas instituições brasileiras autorizadas a negociar nas bolsas de valores e mercantis e de futuros do Brasil. Tanto as corretoras quanto as distribuidoras podem agir como subscritoras na colocação pública de valores mobiliários e engajar-se na corretagem de moeda estrangeira em qualquer mercado de câmbio.

As corretoras deverão observar as regras de conduta estabelecidas pelas bolsas de valores e pela BM&F previamente aprovadas pela CVM, indicando um diretor estatutário responsável pela observância de tais regras.

Corretoras e distribuidoras não podem:

- com exceções limitadas, executar operações que possam ser qualificadas como a concessão de empréstimos para seus clientes, inclusive a concessão de direitos;
- cobrar comissões de seus clientes, referentes às operações de valores mobiliários, durante a fase primária de uma distribuição;
- adquirir ativos, inclusive imóveis, que não sejam para uso próprio; ou
- obter empréstimos de instituições financeiras, com exceção para: (i) empréstimos para aquisição de bens para uso relacionados ao objeto social da empresa; ou (ii) empréstimos, cujo valor não exceder 2 vezes o patrimônio líquido da empresa.

Os empregados, administradores, sócios, sociedades controladoras e sociedades controladas somente podem negociar valores mobiliários por conta própria utilizando a corretora a que estiverem vinculados.

Regulamentação da Internet e do Comércio Eletrônico

O Congresso brasileiro não promulgou qualquer legislação específica regulamentando o comércio eletrônico. Desta forma, permanece sujeito às leis e disposições regulamentares existentes sobre o comércio e operações comerciais comuns.

Existem atualmente vários projetos de lei tratando da regulamentação do comércio eletrônico e da Internet no Congresso brasileiro. A legislação proposta, se promulgada, reconhecerá o valor legal, a validade e a possibilidade de aplicação de informações na forma de mensagens eletrônicas, permitindo que as partes celebrem um contrato, façam ou aceitem uma oferta por meio de mensagens eletrônicas.

A CVM baixou uma regulamentação das atividades de corretagem de valores mobiliários via Internet, que só podem ser realizadas por sociedades com registro. As páginas das corretoras deverão conter informações detalhadas sobre o sistema, tarifas, procedimentos de execução de ordens e segurança, bem como do funcionamento geral do mercado e os riscos envolvidos neste tipo de investimento.

As corretoras que realizam operações via Internet serão responsáveis pela garantia de segurança e pela operacionalidade dos sistemas que utilizarem, os quais deverão ser auditados semestralmente.

Regulamentação das Operações em Outras Jurisdições

Temos agências e subsidiárias em várias outras jurisdições, tais como: Nova Iorque, Buenos Aires, Tóquio, Ilhas Cayman, Bahamas e Luxemburgo. O Banco Central realiza supervisão consolidada global sobre as agências, subsidiárias e propriedades corporativas de instituições financeiras brasileiras no exterior, sendo necessária a aprovação prévia do Banco Central para estabelecer qualquer nova agência, subsidiária ou escritório de representação. Além disso, na maioria dos casos, temos de obter a aprovação governamental dos bancos centrais e autoridades monetárias locais em tais jurisdições, antes de iniciar os negócios. Em todos os casos, estamos sujeitos à supervisão das autoridades locais.

Tributação

Impostos sobre Operações Financeiras

O Imposto sobre Operações Financeiras, conhecido como “IOF”, é um imposto sobre operações de crédito, câmbio, seguros e de títulos e valores mobiliários, cujas alíquotas são fixadas pelo Ministro da Fazenda, dentro do limite máximo de 25% estabelecido por lei. O imposto é cobrado e recolhido pela instituição financeira envolvida.

O IOF pode incidir sobre várias operações cambiais, inclusive a conversão de moeda brasileira em qualquer moeda estrangeira, com o propósito de pagamento de dividendos e repatriação de capital investido em nossas ADSs. Atualmente, entretanto, as únicas operações de câmbio, que estão sujeitas ao IOF são:

- a conversão de empréstimos externos para moeda brasileira com prazo menor que 90 dias, sobre os quais o IOF é cobrado à alíquota de 5%; e
- operações de câmbio para aquisição de produtos com cartões de crédito, cuja alíquota é de 2% do valor da transação.

O IOF pode também ser cobrado nas emissões de títulos e valores mobiliários, inclusive sobre aquelas realizadas nas bolsas brasileiras de valores, futuros ou de mercadorias. A alíquota do IOF com relação às ações preferenciais e ADSs atualmente é de 0%. O Ministro da Fazenda, entretanto, tem a autoridade legal para aumentar a alíquota até o máximo de 1,5% ao dia dos valores das transações tributáveis, durante o período que o investidor mantiver os valores mobiliários, mas somente até o limite dos ganhos realizados na transação e a partir de sua instituição ou elevação.

O IOF incide sobre operações de empréstimo de qualquer natureza, inclusive cheque especial, à alíquota de 0,0041% por dia sobre o valor do principal. Nas transações de operações de empréstimos em que o valor principal não é determinado antes da transação, além do principal, o IOF também incide sobre os juros e outros encargos à mesma alíquota. Em qualquer caso, o IOF está sujeito à alíquota máxima de 1,5% ao longo de um ano.

O IOF incide sobre as operações de seguro à alíquota de:

- zero, nas operações de resseguro ou relativas a créditos de exportação, transporte internacional de mercadorias, seguros rurais ou quando os prêmios designados ao financiamento de planos de seguro de vida com cobertura de sobrevivência; ou
- 2% do valor dos prêmios pagos no caso de contratação de seguros privados de assistência à saúde;
- e à alíquota de 7% dos prêmios pagos no caso de outros tipos de seguro.

O IOF também incide sobre ganhos realizados nas transações com prazos de 30 dias ou menos, resultantes da venda, cessão, recompra e renovação de instrumentos de renda fixa ou resgate de quotas de fundos de investimento financeiro, fundos mútuos e de clubes de investimento. Para maiores informações sobre Fundos de Investimento Financeiro e Fundos Mútuos, veja “Regulamentação e Supervisão - Regulamentação da Gestão de ativos”. A alíquota máxima do IOF pagável nesses casos é de 1% ao dia, sendo regressiva de acordo com a duração das operações, podendo chegar a zero para transações com vencimento em 30 dias ou mais, exceto pelos seguintes tipos de transação, cuja alíquota atualmente é de 0%:

- transações de titularidade das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central;
- transações das carteiras dos fundos de investimento e dos clubes de investimento;
- transações do mercado de renda variável, inclusive as realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e entidades assemelhadas; e
- resgates de quotas de fundos de investimento em ações.

CPMF

Em outubro de 1996, foi instituída uma nova contribuição, denominada Contribuição Provisória Sobre a Movimentação Financeira, a “CPMF”. Em dezembro de 2003, como consequência da reforma tributária, o Congresso Nacional brasileiro aprovou a prorrogação do regime tributário da CPMF até 31 de dezembro de 2007. A CPMF é cobrada a uma alíquota de 0,38%. Apesar do caráter “temporário” da cobrança, o prazo de vigência da CPMF vem sendo sistematicamente prorrogado, desde a instituição da contribuição em 1996. Discute-se, atualmente, no Congresso Nacional brasileiro Proposta de Emenda Constitucional que prevê a transformação da contribuição provisória em permanente.

A CPMF é cobrada sobre qualquer lançamento à débito nas contas correntes bancárias mantidas no país, salvo algumas raras exceções, criando um incentivo para os clientes reduzirem as suas operações

no sistema financeiro e em investimentos de curto prazo. As transações realizadas no mercado de ações também são isentas de CPMF. As instituições financeiras são isentas da CPMF sobre operações financeiras celebradas no curso de seus negócios. A alíquota da CPMF pode ser alterada a qualquer momento pelo Governo Brasileiro, mas não pode exceder 0,38%. A alíquota da CPMF foi aumentada de 0,30% para 0,38% em março de 2001.

Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro

Os impostos federais incluem dois componentes, um imposto de renda federal, conhecido como “IRPJ” e uma contribuição social sobre o lucro tributável, conhecida como “Contribuição Social”. Por sua vez, o imposto de renda federal inclui dois componentes, um imposto de renda federal e um imposto de renda adicional. O imposto de renda federal é cobrado a uma alíquota combinada de 25% do lucro líquido ajustado. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a uma alíquota de 9% do lucro líquido ajustado. A lei anterior determinava que, a partir de 1º de janeiro de 2003, a alíquota da contribuição social sobre o lucro tributável seria reduzida para 8%. Todavia, em dezembro de 2002, o Governo Federal decidiu manter em definitivo a alíquota desse tributo em 9%, o que passou a se aplicar aos exercícios fiscais subsequentes.

Para maiores informações sobre nossas despesas com imposto de renda, veja nota 16 de nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

As pessoas jurídicas são tributadas com base em sua receita mundial e não sobre a receita produzida exclusivamente no Brasil. Como resultado, os lucros, ganhos de capital e outras receitas obtidas no exterior por sociedades brasileiras são computados na determinação de seu lucro líquido. Além disso, os lucros, ganhos de capital e outras receitas obtidas por filiais estrangeiras ou as receitas obtidas de subsidiárias ou sociedades estrangeiras controladas por uma sociedade brasileira são computados no cálculo do lucro de uma sociedade, na proporção de sua participação no capital social dessas sociedades estrangeiras. A sociedade brasileira é autorizada a compensar qualquer imposto de renda pago no exterior, até o valor do imposto de renda devido no Brasil cobrado sobre mesma receita. A reciprocidade do tratamento entre o Brasil e o país de onde provem o lucro ou ganho é exigida a fim de que esta regra se aplique. Desde 1º de janeiro de 2002, os lucros (inclusive lucros acumulados de anos anteriores) realizados por uma entidade brasileira de empresas afiliadas ou controladas são tributados na data do balanço patrimonial do final do exercício da entidade brasileira, a menos que, tais lucros acumulados sejam pagos ou disponibilizados para a entidade brasileira antes da data de seu balanço patrimonial de final de exercício, no caso em que, os lucros são tributados no momento em que são pagos ou disponibilizados.

Antes de 1º de janeiro de 2002, os lucros realizados por uma entidade no Brasil de uma filial ou agência eram tributados na data do balanço patrimonial da filial do exercício da entidade, e os lucros da coligada ou controlada eram tributados na data em que tais montantes fossem pagos ou disponibilizados para a empresa brasileira como dividendos ou de outra forma.

A distribuição de dividendos provenientes de lucros gerados depois de 1º de janeiro de 1996 não está sujeita à retenção de imposto de renda na fonte quando pagos, nem ao imposto de renda de pessoa jurídica ou de pessoa física em suas respectivas declarações de rendimentos. Entretanto, como o pagamento de dividendos não pode ser deduzido para a empresa que os está pagando, existe um regime alternativo para remuneração dos acionistas, chamado de “juros sobre capital próprio”, que permite às companhias deduzir do lucro tributável os juros destinados aos acionistas, para fins tributários. Esses juros

estão limitados à taxa de juros de longo prazo do Governo Federal, conforme divulgado pelo Banco Central periodicamente, e não podem exceder:

- 50% do lucro líquido (antes da supracitada distribuição e quaisquer deduções para imposto de renda) de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, no ano em que o pagamento é realizado; ou
- 50% dos lucros retidos, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, no ano anterior ao ano em que o pagamento é realizado.

A dedutibilidade está limitada ao produto de (x) a taxa de juros de longo prazo divulgada pelo Governo Brasileiro como Taxa de Juros de Longo Prazo conhecida como “TJLP multiplicada (y) pelo patrimônio líquido da entidade, apurado pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. As distribuições das participações no capital pagas aos detentores de ações preferenciais, inclusive ao banco depositário com respeito às ações preferenciais objeto de ADSs, estão sujeitas à uma retenção de imposto a uma alíquota de 15%, exceto para pagamentos a pessoas que sejam isentas de impostos no Brasil ou situadas em paraísos fiscais, os quais estão sujeitos à uma retenção na fonte de uma alíquota de imposto de 25%. Para maiores informações acerca da tributação dos juros sobre capital próprio, veja “Item 10. Informações Adicionais - Implicações Fiscais - Considerações sobre Tributação no Brasil - Distribuições de Juros Sobre Capital”.

Os créditos tributários incluem os prejuízos fiscais apurados no Brasil, os quais não possuem data de prescrição, sendo disponíveis para compensação com resultados tributários futuros. Os prejuízos fiscais são passíveis de compensação no limite anual de até 30% do lucro tributável.

Os ganhos realizados por detentores brasileiros sobre qualquer alienação de ações preferenciais no Brasil são geralmente tributados nas seguintes alíquotas:

- 20%, se a transação for executada na bolsa de valores; ou
- 15%, se a transação for efetuada fora da bolsa de valores.

Desde 1º de janeiro de 2002, a alíquota aplicável às transações executadas em bolsa de valores brasileira aumentou de 10% para 20%.

Os ganhos auferidos na alienação de ações preferenciais no Brasil por detentores não brasileiros que sejam residentes em uma jurisdição que, segundo as leis brasileiras, seja considerada como sendo um “paraíso fiscal” (assim considerados os países que: (a) não tributam a renda ou que tributam à uma alíquota inferior a 20% ou, ainda, (b) país cuja legislação societária interna imponha sigilo em relação à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua composição) estão sujeitas às mesmas alíquotas aplicáveis aos detentores brasileiros, conforme descrito acima.

Os ganhos realizados na alienação de ações preferenciais no Brasil, por detentores não brasileiros que não sejam residentes em um “paraíso fiscal”, não estão sujeitos à tributação brasileira se:

- os resultados obtidos com a alienação das ações forem enviados para fora do Brasil dentro de cinco dias úteis do cancelamento das ADSs, que eram representadas pelas ações vendidas; ou

- o investimento estrangeiro nas ações preferenciais for registrado segundo a Resolução 2.689.

De outra forma, o mesmo tratamento aplicável aos residentes brasileiros se aplicará.

PIS E COFINS

Dois tributos federais são cobrados sobre as receitas brutas das pessoas jurídicas em geral: a contribuição devida ao Programa de Integração Social, conhecido como “PIS”, e a Contribuição para Financiamento de Seguridade Social, conhecida como “COFINS”.

São excluídas da base de cálculo de ambas contribuições algumas receitas, tais como: dividendos, resultado de participações em empresas não consolidadas, lucro na venda de permanente e receitas de exportação recebidas em moeda estrangeira.

A legislação brasileira autoriza determinados ajustes à base de cálculo, dependendo do segmento do negócio e de outros aspectos. Em novembro de 1999, a base de contribuição foi expandida de “receitas” para “receitas brutas”.

PIS e COFINS sofreram alterações muito significativas nos últimos dois anos. Isto porque o Governo Brasileiro decidiu implementar sistemática de cobrança não cumulativa para ambas as contribuições, permitindo que os contribuintes determinem sua base de cálculo descontando os créditos que surgem de certas operações da empresa. Como compensação pela admissão das compensações, as alíquotas de ambas as contribuições foram substancialmente elevadas.

Certas atividades econômicas foram expressamente excluídas da nova sistemática de cobrança de ambas as contribuições. Este foi o caso das instituições financeiras, que permaneceram sujeitas ao regime jurídico anterior, tanto do PIS quanto da COFINS.

A contribuição para o PIS incide sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas à alíquota de 0,65%, no caso das instituições financeiras.

Até janeiro de 1999, não estávamos sujeitos à COFINS. A partir de 1º de fevereiro de 1999, a COFINS passou a incidir sobre as nossas receitas brutas à alíquota de 3%. A partir de 1º de setembro de 2003, essa alíquota passou a ser de 4% para instituições financeiras. A base de contribuição para a COFINS é a mesma do PIS. De 1º de janeiro de 1999 até 31 de dezembro de 1999, nos foi permitido compensar os valores pagos a título da COFINS correspondente a 1/3 dos pagamentos da COFINS com a contribuição social sobre o lucro tributável.

Regulamentação de Arrendamento Mercantil

O embasamento jurídico que rege as operações de arrendamento mercantil é estabelecido pela Lei n.º 6.099 de 12 de setembro de 1974, e alterações posteriores, a qual chamamos de “Lei de Arrendamento Mercantil”, e pelos regulamentos periodicamente emitidos pelo CMN, segundo tal lei. A Lei de Arrendamento Mercantil estabelece diretrizes gerais para sua constituição, e as atividades que podem ser exercidas pelas sociedades de arrendamento mercantil. O CMN, em sua qualidade de regulador e supervisor do sistema financeiro, fornece os detalhes das disposições contidas na Lei de Arrendamento Mercantil, controlando as operações realizadas pelas sociedades de arrendamento mercantil. As leis e os regulamentos emitidos pelo Banco Central relativamente a instituições financeiras em geral, tais como: exigências de relatórios, adequação e alavancagem de capital, limites na composição de ativos e

tratamento de empréstimos de difícil liquidação são também aplicáveis às sociedades de arrendamento mercantil.

Regulamentação de Seguros

O sistema de seguros no Brasil é regido por dois órgãos normativos: o Conselho Nacional de Seguros Privados, que denominaremos o “CNSP”, e a SUSEP. A SUSEP é responsável pela implementação e fiscalização das políticas do CNSP e por assegurar o cumprimento das mesmas pelas seguradoras, corretores de seguros e pessoas seguradas. As seguradoras precisam de aprovação governamental para operar, bem como de aprovação específica da SUSEP para comercializar cada um de seus produtos. As seguradoras podem vender apólices somente por meio de corretoras qualificadas.

As seguradoras devem constituir reservas, fundos e provisões de acordo com o critério do CNSP. Os investimentos que garantem a cobertura das reservas precisam ser diversificados. Uma parcela significativa dos ativos nos quais uma seguradora pode investir são valores mobiliários. Consequentemente, as seguradoras são importantes investidoras nos mercados financeiros brasileiros e estão sujeitas a várias regras e condições impostas pelo CMN sobre o investimento destinado para cobertura de reservas.

As seguradoras são proibidas de:

- agir como instituições financeiras, concedendo crédito e prestando garantias;
- negociar com valores mobiliários (sujeito a exceções); ou
- investir fora do Brasil.

As seguradoras precisam operar dentro de limites técnicos determinados pela SUSEP, de acordo com as regras estabelecidas pelo CNSP. As regras levam em conta a situação econômica e financeira das seguradoras, as condições técnicas de suas respectivas carteiras e os resultados de suas operações com o IRB.

O Governo Federal anunciou a privatização do IRB. Entretanto, desde julho de 2000, a privatização do IRB encontra-se suspensa por prazo indefinido. As seguradoras precisam ressegurar um valor com o IRB igual ao valor de seus passivos que excedam os limites técnicos aplicáveis sobre as suas obrigações e, no caso de cosseguros, a quota estabelecida pelo CNSP.

As seguradoras precisam entregar relatórios mensais não auditados, relatórios trimestrais revisados e relatórios auditados semestrais e anuais para a SUSEP.

As seguradoras estão isentas dos procedimentos normais de liquidação financeira no caso de falência e, ao invés disso, seguem um procedimento especial administrado pela SUSEP. As liquidações financeiras podem ser voluntárias ou compulsórias. O Ministro da Fazenda instituiu as dissoluções compulsórias de seguradoras.

Não existe atualmente restrição a investimento estrangeiro em seguradoras.

Seguros de Saúde

Os seguros de saúde e os planos de saúde privados são atualmente regulamentados pela Lei n.º 9.656, de 4 de julho de 1998, e alterações posteriores, a qual conhecemos como a “Lei de Seguros de Saúde”, que determina as disposições gerais aplicáveis às companhias de seguro saúde, os termos e as condições gerais dos contratos celebrados entre companhias de seguro saúde e seus clientes. A Lei de Seguros de Saúde estabelece, entre outras coisas:

- cobertura obrigatória de certas despesas, tais como aquelas decorrentes de doenças preexistentes;
- as condições anteriores à admissão no plano;
- a área geográfica coberta para cada uma das apólices de seguros; e
- o critério de determinação de preços que os planos podem usar.

A ANS é responsável pela regulamentação e supervisão de serviços de saúde complementares prestados pelas companhias de seguros de saúde, segundo as diretrizes determinadas pelo Conselho de Saúde Suplementar.

Antes de 31 de dezembro de 2001, as seguradoras podiam oferecer planos privados de assistência à saúde. Depois dessa data, somente as operadoras de planos de assistência à saúde privados podem oferecer tais planos. Para cobrir este requisito legal, constituímos a Bradesco Saúde em 1999.

Previdência Complementar

As entidades de previdência complementar abertas estão sujeitas, para fins de inspeção e controle, à autoridade do CNSP e da SUSEP, que estão sujeitas à autoridade regulatória do Ministério da Fazenda. O CMN, a CVM e o Banco Central podem emitir regulamentações pertinentes aos fundos de previdência complementar, com respeito às reservas.

As entidades de previdência complementar precisam constituir reservas e provisões como garantias para suas obrigações.

INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS SELECIONADAS

Incluimos as informações a seguir para fins de análise, as quais devem ser lidas juntamente com o “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras” e nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

Saldos Médios das Contas Patrimoniais e Informações sobre Taxa de Juros

A tabela a seguir apresenta os saldos médios de nossos ativos que rendem juros e nossos passivos que incidem juros, outras contas do ativo e passivo, os respectivos valores de receita e despesa de juros e os rendimentos reais/taxas médias relativamente a cada período. Calculamos os saldos médios utilizando os saldos contábeis diários, que incluem os respectivos juros alocados.

Apresentamos os passivos em duas categorias: moeda local e estrangeiras. Os saldos de moeda local representam obrigações expressas em reais, enquanto que, os saldos em moeda estrangeira representam obrigações denominadas em ou indexadas a moedas estrangeiras, basicamente o dólar norte-americano. Não desmembramos os saldos de nossos ativos entre moeda nacional e internacional, pois substancialmente todos os nossos ativos são expressos em reais.

Excluimos os créditos de curso anormal de “operações de crédito” na determinação da média de ativos e passivos, e os classificamos como ativos que não rendem juros. Recuperações de empréstimos devidos e não recebidos durante o período normal do contrato estão incluídos em receita de juros sobre empréstimos. Não consideramos esses valores significativos.

Não apresentamos a receita de juros numa base de equivalência de impostos, pois as leis tributárias brasileiras não concedem atualmente isenções tributárias com relação a juros auferidos sobre valores mobiliários.

Adicionalmente, as comissões recebidas de vários compromissos de empréstimos estão incluídas em receita de juros sobre empréstimos. Não consideramos esses valores significativos.

	Em 31 de dezembro de:								
	2001			2002			2003		
	Saldo médio	Juros	Rendimento/ taxa médio(a)	Saldo médio	Juros	Rendimento/ taxa médio(a)	Saldo médio	Juros	Rendimento/ taxa médio(a)
Ativos que rendem juros⁽¹⁾:	(Em milhões de reais, exceto percentagens)								
Operações de crédito	R\$40.928	R\$11.672	28,5%	R\$49.590	R\$17.025	34,3%	R\$51.039	R\$12.176	23,9%
Aplicações em operações compromissadas	10.569	2.263	21,4	10.322	2.947	28,6	19.487	3.861	19,8
Títulos e valores mobiliários de negociação	19.785	3.833	19,4	19.537	3.595	18,4	27.077	5.932	21,9
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda ⁽²⁾	3.793	352	9,3	3.045	487	16,0	3.147	397	12,6
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	-	-	-	5.295	1.954	36,9	3.088	482	15,6
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.996	219	11,0	2.154	296	13,7	4.651	347	7,5
Outros ativos que rendem juros: Depósitos compulsórios no Banco Central	3.580	299	8,4	8.149	2.058	25,3	11.988	1.459	12,2
Outros ativos	167	14	8,4	340	32	9,4	985	62	6,3
Total de ativos que rendem juros	80.818	18.652	23,1	98.432	28.394	28,8	121.462	24.716	20,3
Ativos que não rendem juros⁽³⁾:									
Caixa e contas correntes em bancos	1.630	-	-	2.746	-	-	2.895	-	-
Depósitos compulsórios no Banco Central	2.756	-	-	3.371	-	-	4.499	-	-
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	2.735	-	-	1.772	-	-	1.625	-	-
Créditos de curso anormal	2.193	-	-	2.282	-	-	2.172	-	-
Provisão para perdas com operações de crédito	(2.599)	-	-	(3.360)	-	-	(3.919)	-	-
Investimentos em empresas não consolidadas e outros investimentos	841	-	-	552	-	-	177	-	-
Imobilizado de uso	2.473	-	-	3.176	-	-	2.795	-	-
Ativos intangíveis	834	-	-	2.340	-	-	1.064	-	-
Outros ativos	9.617	-	-	12.136	-	-	14.102	-	-
Total de ativos que não rendem juros	20.480	-	-	25.015	-	-	25.410	-	-
Total do ativo	R\$101.298	R\$18.652	18,4%	R\$123.447	R\$28.394	23,0%	R\$146.872	R\$24.716	16,8%

	Em 31 de dezembro de:								
	2001			2002			2003		
	Saldo médio	Juros	Rendimento/ taxa médio(a)	Saldo médio	Juros	Rendimento/ taxa médio(a)	Saldo médio	Juros	Rendimento/ taxa médio(a)
Passivos que incidem juros:	(Em milhões de reais, exceto percentagens)								
Depósitos interfinanceiros:									
Doméstico ⁽³⁾	R\$176	R\$24	13,6%	R\$223	R\$36	16,1%	R\$657	R\$111	16,9%
Total.....	176	24	13,6	223	36	16,1	657	111	16,9
Depósitos de poupança:									
Doméstico ⁽³⁾	17.386	1.374	7,9	19.033	1.585	8,3	20.680	2.038	9,9
Internacional ⁽⁴⁾	100	7	7,0	-	-	-	-	-	-
Total.....	17.486	1.381	7,9	19.033	1.585	8,3	20.680	2.038	9,9
Depósitos a prazo:									
Doméstico ⁽³⁾	11.223	1.776	15,8	18.392	2.936	16,0	20.629	4.123	20,0
Internacional ⁽⁴⁾	1.374	100	7,3	2.955	252	8,5	3.601	112	3,1
Total.....	12.597	1.876	14,9	21.347	3.188	14,9	24.230	4.235	17,5
Captações no mercado aberto.....	12.278	1.921	15,6	9.670	2.051	21,2	15.486	2.855	18,4
Obrigações por empréstimos:									
Curto prazo:									
Internacional ⁽⁴⁾	8.751	1.928	22,0	10.137	3.975	39,2	9.219	(387)	(4,2)
Total.....	8.751	1.928	22,0	10.137	3.975	39,2	9.219	(387)	(4,2)
Longo prazo:									
Doméstico ⁽³⁾	5.489	946	17,2	7.324	1.716	23,4	7.811	1.275	16,3
Internacional ⁽⁴⁾	4.300	1.083	25,2	5.093	2.376	46,7	8.606	(410)	(4,8)
Total.....	9.789	2.029	20,7	12.417	4.092	33,0	16.417	865	5,3
Total de passivos que incidem juros	61.077	9.159	15,0	72.827	14.927	20,5	86.689	9.717	11,2
Passivos que não incidem juros:									
Depósitos à vista:									
Doméstico ⁽³⁾	7.417	-	-	9.678	-	-	10.876	-	-
Internacional ⁽⁴⁾	47	-	-	182	-	-	270	-	-
Total.....	7.464	-	-	9.860	-	-	11.146	-	-
Outros passivos que não incidem juros.....	23.752	-	-	30.529	-	-	36.790	-	-
Total de passivos que não incidem juros.....	31.216	-	-	40.389	-	-	47.936	-	-
Total do passivo.....	92.293	9.159	9,9	113.216	14.927	13,2	134.625	9.717	7,2
Patrimônio líquido.....	8.861	-	-	10.015	-	-	12.138	-	-
Participação minoritária nas controladas.....	144	-	-	216	-	-	109	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido.....	R\$101.298	R\$9.159	9,0%	R\$123.447	R\$14.927	12,1%	R\$146.872	R\$9.717	6,6%

(1) Substancialmente expressos em reais.

(2) Calculado usando a média histórica do custo amortizado. Se calculado usando o valor contábil, os valores médios de rendimento/taxa seriam de 12,3% em 2003, 16,9% em 2002 e 11,0% em 2001.

(3) Expressos em reais.

(4) Expressos em moedas estrangeiras, substancialmente em dólares norte-americanos.

Variações nas Receitas e Despesas de Juros - Análise de Volume e Taxas

A tabela a seguir demonstra os efeitos das variações nas nossas receitas e despesas de juros decorrentes das variações em volumes e rendimentos médios/taxas médias relativamente aos períodos apresentados. Calculamos as variações em volumes e taxas de juros com base na avaliação de saldos

médios durante o período e variações nas taxas médias de juros sobre ativos que rendem juros e passivos que incidem juros. Alocamos a variação líquida dos efeitos combinados de volumes e taxas proporcionalmente a volumes e a taxas médias, em termos absolutos, sem levar em consideração efeitos positivos e negativos.

	31 de dezembro de:					
	2002/2001			2003/2002		
	Aumento (redução) devido às variações em:					
	Rendimento			Rendimento		
	Volume	/ taxa	Variação	Volume	/ taxa	Variação
	médio	médio(a)	líquida	médio	médio(a)	líquida
	(Em milhões de reais)					
Ativos que rendem juros:						
Operações de crédito.....	R\$2.727	R\$2.626	R\$5.353	R\$484	R\$(5.333)	R\$(4.849)
Aplicações em operações compromissadas ...	(54)	738	684	2.021	(1.107)	914
Títulos e valores mobiliários de negociação...	(48)	(190)	(238)	1.564	773	2.337
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(80)	215	135	16	(106)	(90)
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento ⁽¹⁾	967	987	1.954	(617)	(855)	(1.472)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	18	59	77	231	(180)	51
Depósitos compulsórios no Banco Central ...	680	1.079	1.759	730	(1.329)	(599)
Outros ativos.....	16	2	18	44	(14)	30
Total de ativos que rendem juros.....	4.226	5.516	9.742	4.473	(8.151)	(3.678)
Passivos que incidem juros:						
Depósitos interfinanceiros:						
Doméstico.....	7	5	12	73	2	75
Total	7	5	12	73	2	75
Depósitos de poupança:						
Doméstico.....	135	76	211	145	308	453
Internacional	(7)	-	(7)	-	-	-
Total.....	128	76	204	145	308	453
Depósitos a prazo:						
Doméstico.....	1.144	16	1.160	386	801	1.187
Internacional	132	20	152	46	(186)	(140)
Total.....	1.276	36	1.312	432	615	1.047
Captações no mercado aberto.....	(462)	592	130	1.101	(297)	804
Obrigações por empréstimos:						
Curto prazo:						
Internacional	346	1.701	2.047	(330)	(4.032)	(4.362)
Total.....	346	1.701	2.047	(330)	(4.032)	(4.362)
Longo prazo:						
Doméstico.....	371	399	770	108	(549)	(441)
Internacional	230	1.063	1.293	944	(3.730)	(2.786)
Total.....	601	1.462	2.063	1.052	(4.279)	(3.227)
Total de passivos que incidem juros	R\$1.896	R\$3.872	R\$5.768	R\$2.473	R\$(7.683)	R\$(5.210)

(1) Passamos a classificar títulos em 2002 como títulos mantidos até o vencimento.

Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro

A tabela a seguir apresenta o saldo médio de nossos ativos que rendem juros e dos passivos que incidem juros e da receita de juros líquida, comparando a margem de juros líquida e o diferencial de juros líquido relativamente aos períodos indicados:

	2001	2002	2003
	(Em milhões de reais, exceto percentagens)		
Saldo médio de ativos que rendem juros	R\$80.818	R\$98.432	R\$121.462
Saldo médio dos passivos que incidem juros	61.077	72.827	86.689
Receita de juros líquida ⁽¹⁾	R\$9.493	R\$13.467	R\$14.999
Taxa de juros sobre o saldo médio de ativos que rendem juros....	23,1%	28,8%	20,3%
Taxa de juros sobre o saldo médio dos passivos que incidem juros	15,0	20,5	11,2
Rendimentos líquidos sobre ativos que rendem juros ⁽²⁾	8,1	8,3	9,1
Margem de juros líquida ⁽³⁾	11,7%	13,7%	12,3%

(1) Total da receita de juros menos o total da despesa de juros.

(2) Diferença entre o rendimento sobre as taxas da média de ativos que rendem juros e a taxa sobre a média de obrigações que incidem juros.

(3) Receita de juros líquida, dividida pela média de ativos que rendem juros.

Retorno sobre o Patrimônio e Ativos

A tabela a seguir apresenta índices financeiros selecionados para o período indicado:

	2001	2002	2003
	(Em milhões de reais, exceto percentuais e informações por ação)		
Lucro líquido	R\$2.270	R\$2.142	R\$2.302
Ativos totais médios	101.298	123.447	146.872
Patrimônio líquido médio	R\$8.861	R\$10.015	R\$12.138
Lucro líquido como percentagem dos ativos totais médios.....	2,2%	1,7%	1,6%
Lucro líquido como percentagem do patrimônio líquido médio	25,6	21,4	19,0
Patrimônio líquido médio como percentagem dos ativos totais médios	8,7%	8,1%	8,3%
Índice de pagamento de dividendos por classe de ações ⁽¹⁾ :			
Preferenciais	0,37	0,44	0,58
Ordinárias	0,37	0,44	0,58

(1) Dividendos totais declarados divididos pelo lucro líquido.

Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

A tabela a seguir apresenta nossa carteira de títulos e valores mobiliários de negociação, de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento nas datas indicadas. Os valores abaixo excluem nossos investimentos em empresas não consolidadas. Para informações adicionais sobre nossos investimentos em empresas não consolidadas, veja nota 9 às nossas demonstrações financeiras consolidadas incluídas no Item 18. Os valores também excluem nossas reservas compulsórias em valores mobiliários do Governo Federal, conforme exigido pelo Banco Central. Para maiores informações sobre as nossas reservas compulsórias, veja nota 3 às nossas demonstrações financeiras consolidadas incluídas no Item 18. Apresentamos os ativos de negociação e os valores mobiliários disponíveis para venda pelo valor de mercado. Veja notas 2(e), 2(f), 2(g), 2(h), 4, 5 e 6 às nossas demonstrações financeiras consolidadas incluídas no Item 18, para maiores informações sobre o nosso tratamento de títulos e valores mobiliários de negociação, de títulos e valores mobiliários disponíveis para a venda e títulos e valores mobiliário mantidos até o vencimento.

	31 de dezembro de:		
	2001	2002	2003
	(Em milhões de reais, exceto percentagens)		
Títulos e valores mobiliários de negociação:			
Títulos públicos brasileiros	R\$6.284	R\$6.920	R\$11.389
Aplicações em quotas de fundos	16.542	15.415	22.929
Instrumentos financeiros derivativos	1.508	282	283
Títulos de governos estrangeiros.....	-	71	212
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior.....	-	13	220
Títulos emitidos por empresas não financeiras	-	67	985
Títulos emitidos por instituições financeiras	-	15	1.055
Total	R\$24.334	R\$22.783	R\$37.073
Percentagem dos títulos mobiliários de negociação sobre o total de ativos.....	22,5%	17,5%	22,3%
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda:			
Títulos públicos brasileiros	R\$212	R\$1.222	R\$1.694
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior.....	633	143	1.264
Títulos estaduais e municipais	46	-	-
Títulos emitidos por empresas não financeiras	408	849	1.086
Títulos emitidos por instituições financeiras	2.121	125	52
Ações de companhias abertas	2.118	2.427	2.098
Total	R\$5.538	R\$4.766	R\$6.194
Percentagem dos títulos disponíveis para venda sobre o total de ativos	5,1%	3,7%	3,7%
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento:			
Títulos públicos brasileiros	-	R\$2.929	R\$3.085
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior ⁽¹⁾	-	1.072	180
Total	-	R\$4.001	R\$3.265
Percentagem dos títulos mantidos até o vencimento sobre o total de ativos.....	-	3,1%	2,0%

(1) Veja nota 6 às nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

Distribuição por Prazo de Vencimento

A tabela a seguir apresenta os vencimentos e as taxas médias ponderadas de rendimentos, em 31 de dezembro de 2003, de nossos títulos e valores mobiliários de negociação, de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2003, não detínhamos em nossa carteira rendimentos de títulos e valores mobiliários isentos de impostos.

31 de dezembro de 2003											
	Vencimento em		Vencimento de		Vencimento de		Vencimento		Vencimento		Total
	Até 1 ano		1 a 5 anos		5 a 10 anos		após 10 anos		não especificado		
	Rendimento médio		Rendimento médio		Rendimento médio		Rendimento médio		Rendimento médio		Rendimento médio
(Em milhões de reais, exceto percentagens)											
Títulos e valores mobiliários de negociação:											
Títulos públicos brasileiros ⁽¹⁾	R\$9.569		R\$1.734		R\$22		R\$64				R\$11.389
. Prefixado.....	7.544	19,8%	449	17,2	-	-	-	-	-	-	7.993 19,7%
. Pós-fixado.....	1.151	21,2	1.235	15,5	17	8,1%	64	20,7%	-	-	2.467 19,6
. Pós-fixado - títulos cambiais.....	874	9,6	50	8,7	5	8,7	-	-	-	-	929 9,6
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior.....	19		186		15		-		-	-	220
. Pós-fixado - títulos cambiais.....	19	11,6	186	8,8	15	8,0	-	-	-	-	220 8,8
Títulos emitidos por governos estrangeiros.....	159		53		-		-		-	-	212
. Pós-fixado - títulos cambiais.....	159	14,4	53	14,4	-	-	-	-	-	-	212 14,4
Títulos emitidos por empresas não financeiras.....	116		725		144		-		-	-	985
. Pós-fixado.....	84	12,0	704	12,0	128	12,1	-	-	-	-	916 12,0
. Pós-fixado - títulos cambiais.....	32	12,8	21	12,6	16	12,8	-	-	-	-	69 12,7
Títulos emitidos por instituições financeiras.....	11		288		756		-		-	-	1.055
. Pós-fixado.....	-	-	-	-	756	16,0	-	-	-	-	756 16,0
. Pós-fixado - títulos cambiais.....	11	5,0	288	5,9	-	-	-	-	-	-	299 5,9
Aplicações em quotas de fundos ⁽²⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$22.929	-	22.929
. Pós-fixado.....	-	-	-	-	-	-	-	-	22.929	-	22.929 -
Instrumentos financeiros derivativos.....	-	-	-	-	-	-	-	-	283	-	283
. Pós-fixado.....	-	-	-	-	-	-	-	-	283	-	283 -
Total dos títulos e valores mobiliários de negociação.....	9.874		2.986		937		64		23.212		37.073
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado:											
Títulos públicos brasileiros.....	601		553		507		33				1.694
. Pós-fixado.....	601	20,2	451	21,2	-	-	33	20,2	-	-	1.085 15,6
. Pós-fixado - títulos cambiais.....	-	-	102	12,7	507	8,7	-	-	-	-	609 10,7
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior.....	-		35		1.049		180		-	-	1.264
. Pós-fixado - títulos cambiais.....	-	-	35	11,3	1.049	10,8	180	12,4	-	-	1.264 9,7
Títulos emitidos por empresas não financeiras.....	23		133		772		158		-	-	1.086
. Pós-fixado.....	23	14,0	133	16,0	316	22,9	9	8,7	-	-	481 11,0
. Pós-fixado - títulos cambiais.....	-	-	-	-	456	9,1	149	8,4	-	-	605 8,9
Títulos emitidos por instituições financeiras.....	11		-		-		41		-	-	52
. Pós-fixado.....	11	11,8	-	-	-	-	41	10,9	-	-	52 11,8
Carteira de ações (companhias abertas).....	-	-	-	-	-	-	-	-	2.098	-	2.098
Total dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.....	635		721		2.328		412		2.098		6.194
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, ao custo amortizado:											
Títulos públicos brasileiros.....	284		958		-		1.843		-	-	3.085
. Pós-fixado.....	-	-	875	6,0	-	-	1.843	9,3%	-	-	2.718 8,2
. Pós-fixado - títulos cambiais.....	284	16,0	83	5,0	-	-	-	-	-	-	367 7,4
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior.....	15		-		165		-		-	-	180
. Pós-fixado - títulos cambiais.....	15	0,3%	-	-	165	10,7%	-	-	-	-	180 10,6%
Total dos títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.....	299		958		165		1.843		-	-	3.265
Total Geral.....	R\$10.808		R\$4.665		R\$3.430		R\$2.319		R\$25.310		R\$46.532

(1) A valor de mercado

(2) Aplicações em fundos mútuos de investimentos não têm prazo determinado para resgates e são resgatáveis de acordo com a necessidade de liquidez. O rendimento médio não é determinado, pois os rendimentos futuros não são quantificáveis. Esses títulos e valores mobiliários de negociação foram excluídos do cálculo do rendimento total.

A tabela a seguir apresenta nossa carteira de títulos e valores mobiliários por moeda nas datas indicadas:

	Valor de mercado		Custo amortizado	Total
	Títulos e valores mobiliários de negociação	Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	
31 de dezembro de 2003:	(Em milhões de reais)			
Moeda brasileira (reais).....	R\$35.344	R\$3.716	R\$2.718	R\$41.778
Indexados por moeda estrangeira ⁽¹⁾ ..	929	609	367	1.905
Expressos em moeda estrangeira ⁽¹⁾ ...	800	1.869	180	2.849
31 de dezembro de 2002:				
Moeda brasileira (reais).....	22.352	4.051	2.458	28.861
Indexados por moeda estrangeira ⁽¹⁾ ..	-	-	471	471
Expressos em moeda estrangeira ⁽¹⁾ ...	431	715	R\$1.072	2.218
31 de dezembro de 2001:				
Moeda brasileira (reais).....	21.976	4.332	-	26.308
Indexados por moeda estrangeira ⁽¹⁾ ..	R\$2.358	-	-	2.358
Expressos em moeda estrangeira ⁽¹⁾ ...	-	R\$1.206	-	R\$1.206

(1) Predominantemente em dólar norte-americano.

Depósitos Compulsórios no Banco Central

Somos obrigados a depositar recursos no Banco Central ou comprar e manter títulos públicos federais na forma de depósito compulsório.

A tabela a seguir apresenta os valores desses depósitos para os períodos indicados:

	31 de dezembro de:					
	2001		2002		2003	
	R\$	Percentual do total de depósitos compulsórios	R\$	Percentual do total de depósitos compulsórios	R\$	Percentual do total de depósitos compulsórios
	(Em milhões de reais, exceto percentagens)					
Total de depósitos:						
Sem juros ⁽¹⁾	R\$3.503	42,6%	R\$3.956	24,6%	R\$4.577	27,4%
Com juros ⁽²⁾	4.729	57,4	12.101	75,4	12.113	72,6
Total.....	R\$8.232	100,0%	R\$16.057	100,0%	R\$16.690	100,0%

(1) Principalmente relativos a depósitos à vista.

(2) Principalmente relativos a depósitos em poupança e a prazo.

Operações de Crédito

A tabela a seguir resume nossa carteira de operações de crédito por modalidade em aberto. Substancialmente, todas as nossas operações de crédito referem-se a tomadores domiciliados no Brasil e são expressas em reais. A maior parte de nossas operações de crédito denominadas em reais está indexada a taxas de juros fixas ou variáveis, e em menor proporção, denominada em ou indexada ao dólar norte-americano, acrescida de taxa de juros fixa.

	Em 31 de dezembro de:				
	1999	2000	2001	2002	2003
	(Em milhões de reais)				
Tipos de operações de crédito:					
Comerciais:					
Industriais e outros	R\$11.336	R\$16.275	R\$18.142	R\$20.157	R\$21.156
Financiamento à importação	1.443	1.504	1.475	1.291	673
Financiamento à exportação.....	2.814	4.566	5.160	7.863	8.375
Arrendamento mercantil	2.025	2.028	1.667	1.506	1.364
Financiamento para construção de imóveis	612	545	543	427	415
Pessoas físicas:					
Cheque especial.....	467	647	1.199	1.033	1.134
Empréstimos hipotecários residenciais	2.109	1.625	1.246	1.200	1.097
Outros financiamentos ⁽¹⁾	2.259	5.491	6.985	8.269	10.231
Cartão de crédito.....	889	655	973	1.164	1.373
Crédito rural.....	2.256	2.910	2.959	3.922	4.404
Empréstimos em moeda estrangeira	1.078	1.499	2.388	3.151	2.429
Setor público	3	5	-	-	-
Créditos de curso anormal ⁽²⁾	728	1.689	2.257	2.341	2.144
Provisão para perdas com operações de crédito ⁽²⁾ ...	(1.783)	(2.345)	(2.941)	(3.455)	(3.846)
Operações de crédito, líquido.....	R\$26.236	R\$37.094	R\$42.053	R\$48.869	R\$50.949

(1) Consistem basicamente em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

(2) Em 2000, incluímos R\$403 milhões de acréscimo nas operações de crédito de curso anormal e o equivalente acréscimo nas provisões para perdas com operações de crédito, devido às mudanças na política para baixa das operações de crédito.

Os tipos de operações de crédito, acima apresentados, são os seguintes:

Comerciais - operações de crédito comerciais incluem empréstimos a clientes pessoas jurídicas, inclusive pequenas empresas, bem como o financiamento a importações para clientes pessoa jurídica. Também concedemos adiantamentos a exportadores pessoa jurídica por meio de contratos de câmbio que são normalmente empréstimos de curto e médio prazos.

Financiamentos para construção de imóveis - os financiamentos para construção de imóveis consistem basicamente de empréstimos hipotecários destinados a empresas de construção, que em geral, têm vencimentos de médio prazo.

Arrendamento mercantil (“Leasing”) - contratos de “leasing” consistem basicamente de arrendamentos de equipamentos e automóveis, tanto para pessoas jurídicas quanto para pessoas físicas.

Setor público - operações de crédito ao setor público são empréstimos destinados a entidades ou órgãos federais, estaduais e municipais brasileiros.

Pessoas físicas - empréstimos hipotecários a pessoas físicas para aquisição de casa própria que, em geral, têm vencimentos de longo prazo; cartões de crédito; e linhas de crédito pessoais por meio de limites de créditos previamente aprovados, em decorrência de saques a descoberto sobre contas de depósitos. Nós oferecemos também às pessoas físicas, empréstimos pessoais para outras necessidades, classificados como “outros financiamentos”, dos quais mais de 77% consistem, na data da tabela acima, de empréstimos para aquisição de veículos e o crédito ao consumidor.

Crédito rural - representa empréstimos a tomadores que operam em atividades rurais, inclusive plantio, produção, criação de animais e reflorestamento.

Créditos de curso anormal - classificamos todos os empréstimos vencidos há 60 dias ou mais, como de curso anormal e estes estão sujeitos à revisão de sua perda (“impairment”), de acordo com o SFAS 114, “Contabilização de Inadimplência de Empréstimo por um Credor”, conforme alterado pelo SFAS 118. Nós paramos de apropriar juros sobre eles, uma vez que, eles são classificados como de curso anormal. Avaliamos os créditos deteriorados (“impaired loans”) curso anormal baseados:

- no valor presente do fluxo de caixa esperado, descontado na taxa contratada do empréstimo;
- na observação do valor de mercado dos empréstimos; ou
- no valor de realização da garantia dos empréstimos.

Por meio da provisão para perdas em operações de crédito, estabelecemos uma provisão para avaliação relativamente à diferença entre o valor contábil do empréstimo em inadimplência e seu valor, conforme acima determinado. A provisão para perdas com operações de crédito é ajustada a cada período, tendo em vista as variações na carteira de operações de crédito. Nós constituímos uma provisão para 100% do valor de nossos créditos de curso anormal, no momento ou antes que se tornem 180 dias vencidos, dependendo de seu rating de crédito.

Os empréstimos de saldos menores, tais como: cheque especial, cartões de crédito, empréstimos hipotecários residenciais e crédito ao consumidor, são agregados para a finalidade de avaliação do risco de inadimplência. Os empréstimos de saldos maiores são avaliados, baseados nas características de risco de cada devedor.

Baixas

Créditos com prazo a decorrer de até 36 meses são baixados entre 180 e 360 dias de vencimento, conforme sua classificação de risco inicial. Em geral, a baixa ocorre ao final de 360 dias. Apenas para créditos com prazos mais longos, a baixa pode ser postergada, ocorrendo em até 540 dias.

Nossas atuais políticas com relação às baixas dos créditos de curso anormal entraram em vigor em março de 2000. Antes de março de 2000, nós baixávamos empréstimos a receber, uma vez que estavam há mais de 240 dias vencidos. Consequentemente, a atual política de baixas basicamente resultou em um acréscimo de atraso de 120 dias, antes dos empréstimos serem baixados. De acordo com a política em vigor antes de 31 de março de 2000, quando baixamos os empréstimos, nós reduzimos a provisão para perdas com operações de crédito em 100% do valor do empréstimo e reduzimos nossos ativos pelo mesmo valor. Pelo fato de que a mudança na política não mudou os critérios para estabelecer a provisão para perdas com operações de crédito, com relação a qualquer empréstimo, ela não impactou nossa

determinação da adequação de nossa provisão para perdas com operações de crédito de curso anormal, a qual consideramos continuar sendo satisfatória. Pelo fato de que ambas as políticas de baixas, em vigor antes e depois de 31 de março de 2000, todos os esforços significativos para cobrar os empréstimos foram ou estão completados no momento da baixa, acreditamos que ambas as políticas estão consistentes com o U.S. GAAP.

De acordo com as políticas atuais, em geral nós mantemos os empréstimos vencidos como créditos de curso anormal antes de baixá-los. Pelo fato de que, de acordo com as políticas anteriores, nós os mantínhamos por apenas 240 dias antes de baixá-los, como resultado da adoção de novas políticas, o saldo de nossos créditos de curso anormal aumentou em um valor igual ao valor dos empréstimos que estavam 240 a 360 dias em atraso. Além disso, já que as provisões para perdas com operações de crédito relativas a quaisquer empréstimos permanecem em nossos registros até que o empréstimo seja baixado, a nossa provisão para perdas com operações de crédito também aumentou quando implementamos a nova política. Visto que o valor da provisão para cada crédito de curso anormal vencido há mais de 240 dias é igual ao valor daquele empréstimo, o valor deste aumento também ficou igual ao valor dos créditos que estavam de 240 a 360 dias em atraso.

A tabela a seguir mostra o efeito da mudança em nossa política de baixas sobre os empréstimos líquidos, despesa com provisão para perdas com operações de crédito, patrimônio líquido e lucro líquido em 31 de dezembro de 2000. Pelo fato de que, de acordo com ambas as políticas, nós mantemos provisões para 100% do valor dos empréstimos, uma vez que estão vencidos por 240 dias. A mudança na política não afetou o valor de nossos saldos líquidos de empréstimos, nossas despesas com provisão para perdas com operações de crédito, nosso patrimônio líquido ou nosso lucro líquido.

31 de dezembro de 2000			
	Metodologia anterior	Efeito da mudança na política de baixas	Metodologia atual
(Em milhões de reais)			
Créditos de curso normal.....	R\$37.750	-	R\$37.750
Créditos de curso anormal.....	1.286	R\$403	1.689
Provisão para perdas com operações de crédito	(1.942)	R\$(403)	(2.345)
Operações de crédito, líquidas	<u>37.094</u>	<u>-</u>	<u>37.094</u>
Despesas com provisões para perdas com operações de crédito	1.244	-	1.244
Patrimônio líquido.....	7.881	-	7.881
Lucro líquido	R\$1.799	-	R\$1.799

Em consequência dos aumentos idênticos na alocação para perdas com operações de crédito e no saldo total de empréstimos, nosso índice de alocação para perdas com operações de crédito sobre os empréstimos totais aumentou 5,9% no final do ano de 2000, enquanto que, sob a política em vigor antes de 31 de março de 2000, o índice teria sido de 5,0%. Similarmente, os aumentos de igual valor na provisão para perdas com operações de crédito e no saldo de créditos de curso anormal causaram uma diminuição maior em nosso índice da provisão para com operações de crédito sobre empréstimos de curso anormal, de acordo com a nova política (138,8% no final do ano de 2000), do que teria sido sob a política antiga (151,0% no final do ano de 2000). Em consequência desses mesmos aumentos, nosso índice de provisão para perdas com operações de crédito em relação à somatória dos créditos de curso anormal e dos ativos de hipotecas executados diminuiu a 123,3% no final do ano de 2000, enquanto que sob a política anterior, o índice teria sido de 129,6%. Todas as diferenças resultam do efeito aritmético de se aumentar o numerador e o denominador de cada índice em valores idênticos. Para uma apresentação tabular comparando os

índices, de acordo com as políticas antiga e nova de baixas e uma análise de qual alocação da provisão para perdas com operações de crédito para 2000 teria sido de acordo com a política de baixa em vigor antes de 31 de março de 2000, veja “Alocação da Provisão para Perdas com Operações de Crédito”.

Já que os empréstimos que estão vencidos há menos de 60 dias são considerados de curso normal, tanto sob as políticas anteriores quanto sob a política atual, nossos cálculos dos créditos de curso normal e a relativa provisão para perdas com operações de crédito sobre os créditos de curso normal não foram afetados. Não foram feitas outras mudanças em nosso sistema de classificação de empréstimos. Para maiores informações sobre nossa categorização de empréstimos, veja “Regulamentação e Supervisão - Regulamentação Bancária - Tratamento de Operações de Crédito” e “Classificação da Carteira de Operações de Crédito”.

Vencimentos e Taxas de Juros das Operações de Crédito

As tabelas a seguir apresentam a distribuição de vencimentos de nossas operações de crédito por tipo, bem como a composição da carteira de operações de crédito por taxa de juros e vencimento no período indicado:

31 de dezembro de 2003										
	Devido em 30 dias ou menos	Devido em 31 a 90 dias	Devido em 91 a 180 dias	Devido em 181 a 360 dias	Devido em 1 a 3 anos	Devido após 3 anos	Sem vencimento declarado ⁽²⁾	Empréstimos totais brutos	Provisão para perdas em operações de crédito	Total
(Em milhões de reais)										
Comerciais:										
Industriais e outros.....	R\$4.089	R\$5.709	R\$2.962	R\$2.252	R\$3.638	R\$2.260	R\$1.002	R\$21.912	R\$(1.738)	R\$20.174
Financiamento à importação	122	229	211	97	11	3	32	705	(57)	648
Financiamento à exportação.	1.760	2.424	1.837	809	820	725	18	8.393	(83)	8.310
Financiamento para construção de imóveis.....	11	23	29	64	203	84	33	447	(32)	415
Arrendamento mercantil.....	112	168	221	260	580	23	57	1.421	(115)	1.306
Pessoas físicas:										
Cheque especial	1.010	-	-	-	-	-	290	1.300	(179)	1.121
Empréstimos hipotecários residenciais	36	43	40	179	455	334	199	1.286	(253)	1.033
Outros financiamentos ⁽¹⁾	1.145	1.741	1.629	2.343	3.118	77	914	10.967	(974)	9.993
Cartão de crédito	-	-	-	-	-	-	1.489	1.489	(121)	1.368
Crédito rural	165	301	472	796	620	2.042	46	4.442	(269)	4.173
Empréstimos em moeda estrangeira	200	505	474	590	603	56	5	2.433	(25)	2.408
Total.....	R\$8.650	R\$11.143	R\$7.875	R\$7.390	R\$10.048	R\$5.604	R\$4.085	R\$54.795	R\$(3.846)	R\$50.949

(1) Consistem basicamente em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

(2) Consistem basicamente de cartões de crédito e créditos de curso anormal.

31 de dezembro de 2003								
	Devido em 30 dias ou menos	Devido em 31 a 90 dias	Devido em 91 a 180 dias	Devido em 181 a 360 dias	Devido em 1 a 3 anos	Devido após 3 anos	Sem vencimento declarado	Empréstimo: totais brutos
(em milhões de reais)								
Tipos de empréstimos a clientes por vencimento:								
Taxas pós-fixadas ⁽¹⁾	R\$2.894	R\$3.812	R\$4.190	R\$3.511	R\$6.734	R\$4.695	R\$2.144	R\$27.980
Taxas prefixadas	5.756	7.331	3.685	3.879	3.314	909	1.941	26.815
Total.....	R\$8.650	R\$11.143	R\$7.875	R\$7.390	R\$10.048	R\$5.604	R\$4.085	R\$54.795

(1) Incluímos créditos de curso anormal.

Processo de Aprovação de Crédito

Para uma descrição mais detalhada de nosso processo de aprovação de créditos, veja “A Companhia - Gestão de Risco - Crédito.”

Indexação

Praticamente toda nossa carteira de operações de crédito é expressa em reais. Contudo, uma parte de nossa carteira é indexada a moedas estrangeiras, predominantemente o dólar norte-americano. Nossas operações de crédito, indexadas ao dólar norte-americano, consistem do repasse de fundos em “Eurobonds” e do financiamento a exportações e importações. Em muitos casos, os clientes contratam operações com instrumentos financeiros derivativos para minimizar o risco da variação cambial.

Créditos de curso anormal e provisão para perdas com operações de crédito

A tabela a seguir apresenta um resumo de nossos créditos de curso anormal (que consistem totalmente de empréstimos que não rendem juros), bem como alguns índices de qualidade de ativos, relativamente aos períodos indicados. Agregamos empréstimos homogêneos e de baixo valor, tais como: cheques especiais, empréstimos em parcelas de clientes e financiamentos de cartões de crédito a fim de medir os créditos inadimplentes. Avaliamos os empréstimos de maior valor com base nas características de risco de cada tomador individual. Não temos qualquer empréstimo reestruturado significativo. Para uma discussão sobre o efeito nos índices de qualidade do ativo e da mudança na política de baixas que adotamos em março de 2000, veja “Operações de Crédito - Créditos de Curso Anormal - Baixas”.

	Em 31 de dezembro de:					
	1999	2000 ⁽¹⁾	2000	2001	2002	2003
	(Em milhões de reais, exceto percentagens)					
Empréstimos de curso anormal.....	R\$728	R\$1.286	R\$1.689	R\$2.257	R\$2.341	R\$2.144
Bens não de uso, líquidos de provisão.....	234	213	213	192	257	194
Total de créditos de curso anormal e bens não de uso próprio.....	962	1.499	1.902	2.449	2.598	2.338
Provisão para perdas com operações de crédito.....	1.783	1.942	2.345	2.941	3.455	3.846
Total das operações de crédito.....	R\$28.019	R\$39.036	R\$39.439	R\$44.994	R\$52.324	R\$54.795
Porcentagem do total de empréstimos de curso anormal sobre o total de operações de crédito.....	2,6%	3,3%	4,3%	5,0%	4,5%	3,9%
Porcentagem do total de empréstimos de curso anormal e bens não de uso próprio sobre o total de operações de crédito.....	3,4	3,8	4,8	5,4	5,0	4,3
Porcentagem da provisão para perdas com operações de crédito sobre o total de operações de crédito.....	6,4	5,0	5,9	6,5	6,6	7,0
Porcentagem da provisão para perdas com operações de crédito sobre os empréstimos de curso anormal.....	244,9	151,0	138,8	130,3	147,6	179,4
Porcentagem da provisão para perdas com operações de crédito sobre os empréstimos de curso anormal e bens não de uso próprio.....	185,3	129,6	123,3	120,1	133,0	164,5
Porcentagem das baixas líquidas durante o período sobre o saldo médio das operações de crédito.....	4,5%	3,3%	2,1%	2,7%	3,9%	3,1%

(1) Empréstimos de curso anormal, calculados de acordo com a política de baixas em vigor antes de 31 de março de 2000.

Nós não temos montantes significativos em empréstimos estrangeiros. Em grande parte todos os nossos ativos são denominados em reais.

Empréstimos Estrangeiros em Aberto

O valor agregado dos ativos financeiros a receber de clientes de países estrangeiros não excede a 1% do valor total dos ativos. Portanto, não acreditamos que essas informações sejam significativas para um entendimento dos riscos associados à nossa carteira de operações de crédito.

Adicionalmente, nossa base de depósitos é, basicamente, composta de clientes residentes no Brasil e o valor de depósitos em nossas agências fora do Brasil é menor que 10,0% do total de nossos depósitos e, portanto, não é considerado significativo.

Operações de Crédito por Atividade Econômica

A tabela a seguir apresenta nossas operações de crédito por atividade econômica dos clientes nas datas indicadas e não inclui créditos de curso anormal.

	Em 31 de dezembro de:					
	2001		2002		2003	
	Carteira de operações de crédito	% da carteira de operações de crédito	Carteira de operações de crédito	% da carteira de operações de crédito	Carteira de operações de crédito	% da carteira de operações de crédito
(Em milhões de reais , exceto percentagens)						
Industriais:						
Alimentos, bebidas e tabaco.....	R\$2.124	5,0%	R\$2.769	5,5%	R\$3.066	5,8%
Equipamentos eletro-eletrônicos e de comunicações.....	609	1,4	545	1,1	532	1,0
Produtos químicos e farmacêuticos.....	1.852	4,3	1.671	3,3	1.416	2,7
Construção civil.....	763	1,8	1.004	2,0	854	1,6
Setores de metais básicos.....	1.710	4,0	2.438	4,9	2.805	5,3
Têxteis, vestuário e produtos de couro ..	854	2,0	1.163	2,3	977	1,9
Fabricação de maquinário e equipamentos.....	936	2,2	1.049	2,1	929	1,8
Papel, produtos de papel, impressão e publicidade	1.270	3,0	1.586	3,2	1.609	3,0
Setor automotivo.....	1.003	2,3	1.060	2,1	2.074	3,9
Minerais não metálicos.....	458	1,1	222	0,4	225	0,4
Borracha e plásticos.....	463	1,1	484	1,0	616	1,2
Tecnologia de informação e equipamentos para escritório.....	68	0,2	95	0,2	33	0,1
Madeira e produtos de madeira, inclusive móveis.....	380	0,9	449	0,9	458	0,9
Setor extrativo.....	328	0,8	355	0,7	386	0,7
Petroquímicos.....	199	0,5	78	0,2	204	0,4
Outros setores industriais.....	1.777	4,1	1.794	3,6	2.257	4,3
Subtotal	14.794	34,7	16.762	33,5	18.441	35,0
Pessoas físicas:						
Créditos ao consumidor.....	9.157	21,4	10.466	20,9	12.738	24,2
Empréstimos hipotecários residenciais ..	1.246	2,9	1.200	2,4	1.097	2,1
Financiamento de contratos de arrendamento	231	0,5	103	0,2	56	0,1
Subtotal	10.634	24,8	11.769	23,5	13.891	26,4
Construção de imóveis.....	543	1,3	427	0,9	415	0,8
Comerciais:						
Varejo	3.056	7,2	2.919	5,8	3.295	6,3
Atacado	3.118	7,3	4.971	10,0	3.593	6,8
Serviços de hospedagem e “buffet”.....	219	0,5	218	0,4	193	0,4
Subtotal	6.393	15,0	8.108	16,2	7.081	13,5

	Em 31 de dezembro de:					
	2001		2002		2003	
	Carteira de operações de crédito	% da carteira de operações de crédito	Carteira de operações de crédito	% da carteira de operações de crédito	Carteira de operações de crédito	% da carteira de operações de crédito
	(Em milhões de reais , exceto percentagens)					
Serviços financeiros:						
Instituições financeiras.....	675	1,6	691	1,4	552	1,0
Seguradoras e planos de previdência complementar.....	4	-	6	-	8	-
Subtotal.....	679	1,6	697	1,4	560	1,0
Serviços:						
Telecomunicações.....	1.843	4,3	2.702	5,4	1.917	3,6
Prestadores de serviços.....	1.292	3,0	1.173	2,3	1.370	2,6
Transporte.....	1.589	3,7	1.710	3,4	1.999	3,8
Imobiliários.....	45	0,1	554	1,1	731	1,4
Serviços de saúde e sociais.....	119	0,3	381	0,8	413	0,8
Lazer.....	265	0,6	444	0,9	374	0,7
Educação.....	287	0,7	150	0,3	208	0,4
Administração e defesa pública.....	12	-	8	-	2	-
Outros.....	1.283	3,0	1.176	2,4	845	1,6
Subtotal.....	6.735	15,7	8.298	16,6	7.859	14,9
Agricultura, criação, silvicultura e pesca.....	2.959	6,9	3.922	7,9	4.404	8,4
Total.....	R\$42.737	100,0%	R\$49.983	100,0%	R\$52.651	100,0%

Classificação da Carteira de Operações de Crédito

A tabela a seguir mostra a classificação de nossa carteira de operações de crédito por categoria de risco, em 31 de dezembro de 2003, em que AA representa risco mínimo de crédito e H representa risco de crédito extremamente alto. Em 31 de dezembro de 2003, aproximadamente 92,0% de nossa carteira de operações de crédito era classificada entre as categorias AA e C, representando empréstimos em regime de competência total.

Nível de risco	Empréstimos	Empréstimos de curso anormal	Provisão para perdas com operações de créditos
	(Em milhões de reais)		
AA	R\$16.236		
A	21.056		R\$153
B	4.171		69
C	8.930		572
D	981	R\$446	423
E	140	203	174
F	301	192	348
G	245	158	371
H	591	1.145	1.736
Total	R\$52.651	R\$2.144	R\$3.846

Provisão para Perdas com Operações de Crédito

A tabela a seguir apresenta a provisão para perdas com operações de crédito por modalidade relativamente aos períodos indicados:

	<u>1999</u>	<u>2000</u>	<u>2001</u>	<u>2002</u>	<u>2003</u>
	(Em milhões de reais, exceto percentagens)				
Saldo no início do período	R\$1.178	R\$1.783	R\$2.345	R\$2.941	R\$3.455
baixado do ativo:					
Comerciais:					
Industriais e outros	(843)	(493)	(657)	(751)	(1.006)
Financiamento à importação	(16)	(2)	(22)	(5)	(14)
Financiamento à exportação	(51)	(17)	-	(6)	(28)
Financiamento para construção de imóveis	(3)	(1)	(67)	(5)	(5)
Arrendamento mercantil	(4)	(59)	(29)	(31)	(85)
Pessoas físicas:					
Cheque especial.....	(75)	(15)	(9)	(287)	(284)
Empréstimos hipotecários residenciais	(128)	(46)	(185)	(26)	(72)
Outros financiamentos ⁽¹⁾	(176)	(60)	(88)	(900)	(290)
Cartão de crédito	(3)	(47)	(4)	(162)	(163)
Crédito rural.....	(77)	(89)	(341)	(145)	(109)
Empréstimos em moeda estrangeira	(48)	(70)	(12)	(2)	(2)
Total baixado do ativo ⁽²⁾	R\$(1.424)	R\$(899)	R\$(1.414)	R\$(2.320)	R\$(2.058)
Recuperações:					
Comerciais:					
Industriais e outros	R\$86	R\$82	R\$52	R\$69	R\$144
Financiamento à importação	1	-	-	2	-
Financiamento à exportação.....	2	-	-	1	-
Financiamento para construção de imóveis	5	4	3	1	-
Arrendamento mercantil	4	18	16	17	18
Pessoas físicas:					
Cheque especial.....	12	6	17	83	48
Empréstimos hipotecários residenciais	17	71	76	5	2
Outros financiamentos ⁽¹⁾	45	20	38	97	193
Cartão de crédito.....	6	5	33	15	7
Crédito rural.....	5	8	5	1	3
Empréstimos em moeda estrangeira	1	3	7	-	-
Total das recuperações	184	217	247	291	415
Valor líquido baixado do ativo ⁽²⁾	(1.240)	(682)	(1.167)	(2.029)	(1.643)
Despesas com provisão para perdas com operações de crédito.....	1.845	1.244	1.763	2.543	2.034
Saldo no final do período ⁽²⁾	R\$1.783	R\$2.345	R\$2.941	R\$3.455	R\$3.846
Percentual das baixas líquidas no período em relação ao saldo médio das operações de crédito .	4,5%	2,1%	2,7%	3,9%	3,1%

(1) Consistem, basicamente, em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

(2) Em 2000, incluímos R\$403 milhões de redução nas baixas e um equivalente acréscimo nas provisões para perdas com operações de crédito, devido à mudança na nossa política para baixa de operações de crédito.

Com base em informações disponíveis sobre nossos devedores, acreditamos que o valor da provisão para perdas com operações de crédito é suficiente para cobrir prováveis perdas em nossa carteira de operações de crédito.

A tabela a seguir apresenta nossa provisão para perdas com operações de crédito, baixas contábeis e recuperações incluídas nos resultados de operações relativamente aos períodos indicados:

	Exercício findo em 31 de dezembro de:			% de alteração	
	2001	2002	2003	2002/2001	2003/2002
	(Em milhões de reais, exceto percentagem)				
Despesas com provisão para perdas com operações de crédito	R\$1.763	R\$2.543	R\$2.034	44,2%	(20,0)%
Empréstimos baixados	(1.414)	(2.320)	(2.058)	64,1	(11,3)
Empréstimos recuperados	247	291	415	17,8	42,6
Líquido baixado do ativo.....	R\$(1.167)	R\$(2.029)	R\$(1.643)	73,9%	(19,0)%
Provisão para perdas com operações de crédito ⁽¹⁾ ..	4,1%	4,9%	3,8%		

(1) Provisão como uma percentagem da média de empréstimos em aberto.

Alocação da Provisão para Perdas com Operações de Crédito

As tabelas abaixo apresentam a alocação da provisão para perdas com operações de crédito relativamente aos períodos indicados. O valor da provisão alocada e a categoria de operações de crédito são expressos como uma percentagem do total de operações de crédito.

	31 de dezembro de 1999				
	Provisão alocada	Provisão alocada como uma percentagem do total de operação de crédito⁽¹⁾	Provisão alocada como uma percentagem do total de operação de crédito⁽²⁾	Categoria de operações de crédito como uma percentagem do total de operações de crédito⁽¹⁾	Categoria de operações de crédito como uma percentagem do total de operações de crédito⁽²⁾
	(Em milhões de reais, exceto percentagem)				
Tipo de operações de crédito:					
Comerciais:					
Industriais e outros	R\$779	2,9%	2,8%	41,5%	41,1%
Financiamento à importação	13	-	0,1	5,3	5,2
Financiamento à exportação	11	-	-	10,3	10,1
Financiamento para construção de imóveis	22	0,1	0,1	2,2	2,3
Arrendamento mercantil.....	311	1,1	1,1	7,4	7,3
Pessoas físicas:					
Cheque especial.....	3	-	-	1,7	1,8
Empréstimos hipotecários residenciais.....	199	0,8	0,7	7,7	7,7
Outros financiamentos ⁽³⁾	90	0,3	0,3	8,3	8,5
Cartão de crédito	64	0,2	0,2	3,3	3,4
Crédito rural	191	0,7	0,7	8,3	8,4
Empréstimos em moeda estrangeira.....	100	0,4	0,4	4,0	4,2
Total	R\$1.783	6,5%	6,4%	100,0%	100,0%

(1) Excluimos créditos de curso anormal.

(2) Incluímos créditos de curso anormal.

(3) Consistem, basicamente, em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

31 de dezembro de 2000

	Provisão alocada	Provisão alocada como uma percentagem do total de operação de crédito ⁽¹⁾	Provisão alocada como uma percentagem do total de operação de crédito ⁽²⁾	Categoria de operações de crédito como uma percentagem do total de operações de crédito ⁽¹⁾	Categoria de operações de crédito como uma percentagem do total de operações de crédito ⁽²⁾
(Em milhões de reais, exceto percentagem)					
Tipo de operações de crédito:					
Comerciais:					
Industriais e outros	R\$956	2,5%	2,4%	43,2%	42,6%
Financiamento à importação	33	0,1	0,1	4,0	3,8
Financiamento à exportação	35	0,1	0,1	12,1	11,6
Financiamento para construção de imóveis	63	0,2	0,1	1,4	1,5
Arrendamento mercantil	139	0,4	0,3	5,4	5,2
Pessoas físicas:					
Cheque especial	65	0,2	0,2	1,7	2,0
Empréstimos hipotecários residenciais	198	0,5	0,5	4,3	4,6
Outros financiamentos ⁽³⁾	279	0,7	0,7	14,5	15,0
Cartão de crédito	23	0,1	0,1	1,7	2,2
Crédito rural	430	1,1	1,1	7,7	7,5
Empréstimos em moeda estrangeira	124	0,3	0,3	4,0	4,0
Total	R\$2.345	6,2%	5,9%	100,0%	100,0%

(1) Excluimos créditos de curso anormal.

(2) Incluímos créditos de curso anormal.

(3) Consistem, basicamente, em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

31 de dezembro de 2001

	Provisão alocada	Provisão alocada como uma percentagem do total de operação de crédito ⁽¹⁾	Provisão alocada como uma percentagem do total de operação de crédito ⁽²⁾	Categoria de operações de crédito como uma percentagem do total de operações de crédito ⁽¹⁾	Categoria de operações de crédito como uma percentagem do total de operações de crédito ⁽²⁾
(Em milhões de reais, exceto percentagem)					
Tipo de operações de crédito:					
Comerciais:					
Industriais e outros	R\$1.671	3,9%	3,7%	42,6%	41,9%
Financiamento à importação	45	0,1	0,1	3,5	3,3
Financiamento à exportação	30	0,1	0,1	12,1	11,5
Financiamento para construção de imóveis	27	0,1	0,1	1,3	1,3
Arrendamento mercantil	123	0,3	0,3	3,9	3,8
Pessoas físicas:					
Cheque especial	92	0,2	0,2	2,8	3,1
Empréstimos hipotecários residenciais	155	0,4	0,3	2,9	3,1
Outros financiamentos ⁽³⁾	374	0,9	0,8	16,1	17,5
Cartão de crédito	27	0,1	0,1	2,3	2,5
Crédito rural	339	0,8	0,7	6,9	6,7
Empréstimos em moeda estrangeira	58	0,1	0,1	5,6	5,3
Total	R\$2.941	7,0%	6,5%	100,0%	100,0%

(1) Excluimos créditos de curso anormal.

(2) Incluímos créditos de curso anormal.

(3) Consistem, basicamente, em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

31 de dezembro de 2002

	Provisão alocada como uma percentagem do total de operação de crédito ⁽¹⁾	Provisão alocada como uma percentagem do total de operação de crédito ⁽²⁾	Categoria de operações de crédito como uma percentagem do total de operações de crédito ⁽¹⁾	Categoria de operações de crédito como uma percentagem do total de operações de crédito ⁽²⁾	
Provisão alocada					
(Em milhões de reais, exceto percentagem)					
Tipo de operações de crédito:					
Comerciais:					
Industriais e outros	R\$1.450	2,9%	2,8%	40,3%	40,2%
Financiamento à importação	42	0,1	0,1	2,6	2,5
Financiamento à exportação	95	0,2	0,2	15,7	15,1
Financiamento para construção de imóveis	53	0,1	0,1	0,9	0,9
Arrendamento mercantil	142	0,3	0,3	3,0	3,0
Pessoas físicas:					
Cheque especial	155	0,3	0,3	2,1	2,2
Empréstimos hipotecários residenciais	202	0,4	0,4	2,4	2,6
Outros financiamentos ⁽³⁾	898	1,8	1,6	16,5	17,5
Cartão de crédito	82	0,2	0,2	2,3	2,4
Crédito rural	261	0,5	0,5	7,9	7,6
Empréstimos em moeda estrangeira	75	0,2	0,1	6,3	6,0
Total	R\$3.455	7,0%	6,6%	100,0%	100,0%

(1) Excluimos créditos de curso anormal.

(2) Incluímos créditos de curso anormal.

(3) Consistem, basicamente, em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

31 de dezembro de 2003

	Provisão alocada como uma percentagem do total de operação de crédito ⁽¹⁾	Provisão alocada como uma percentagem do total de operação de crédito ⁽²⁾	Categoria de operações de crédito como uma percentagem do total de operações de crédito ⁽¹⁾	Categoria de operações de crédito como uma percentagem do total de operações de crédito ⁽²⁾	
Provisão alocada					
(Em milhões de reais, exceto percentagem)					
Tipo de operações de crédito:					
Comerciais:					
Industriais e outros	R\$1.738	3,3%	3,2%	40,1%	40,0%
Financiamento à importação	57	0,1	0,1	1,3	1,3
Financiamento à exportação	83	0,2	0,1	15,9	15,3
Financiamento para construção de imóveis	32	0,1	0,1	0,8	0,8
Arrendamento mercantil	115	0,2	0,2	2,6	2,6
Pessoas físicas:					
Cheque especial	179	0,3	0,3	2,2	2,4
Empréstimos hipotecários residenciais	253	0,5	0,5	2,1	2,3
Outros financiamentos ⁽³⁾	974	1,9	1,8	19,4	20,0
Cartão de crédito	121	0,2	0,2	2,6	2,7
Crédito rural	269	0,5	0,5	8,4	8,1
Empréstimos em moeda estrangeira	25	-	-	4,6	4,5
Total	R\$3.846	7,3%	7,0%	100,0%	100,0%

(1) Excluimos créditos de curso anormal.

(2) Incluímos créditos de curso anormal.

(3) Consistem, basicamente, em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

A tabela abaixo demonstra qual teria sido a alocação da provisão para perdas com operações de crédito para 2000 se a nossa política de baixas anterior a 31 de março de 2000 tivesse permanecido em vigor durante o ano de 2000. O valor da provisão alocada e a categoria de operações de crédito são determinadas como uma porcentagem do total das operações de crédito.

Alocação da provisão para perdas com operações de crédito, segundo a regulamentação anterior de baixas			
31 de dezembro de 2000			
Provisão alocada	Provisão alocada como uma porcentagem do total de operação de crédito⁽¹⁾	Categoria de operações de crédito como uma porcentagem do total de operações de crédito⁽¹⁾	
(Em milhões de reais, exceto porcentagens)			
Tipo de operações de crédito:			
Comerciais:			
Industriais e outros	R\$800	2,1%	43,2%
Financiamento à importação	25	0,1	4,0
Financiamento à exportação	28	0,1	12,1
Financiamento para construção de			
imóveis	47	0,1	1,4
Arrendamento mercantil	114	0,3	5,4
Pessoas físicas:			
Cheque especial.....	52	0,1	1,7
Empréstimos hipotecários			
residenciais	176	0,5	4,3
Outros financiamentos ⁽²⁾	230	0,6	14,5
Cartão de crédito	20	0,1	1,7
Crédito rural.....	346	0,8	7,7
Empréstimos em moeda estrangeira ...	104	0,3	4,0
Total	R\$1.942	5,1%	100,0%

(1) Excluímos créditos de curso anormal.

(2) Consistem, basicamente, em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

Para maiores detalhes sobre as diferenças entre a nossa política de baixa atual e a nossa política de baixas em vigor antes de março de 2000, veja “Operações de Crédito” e “Regulamentação e Supervisão - Tratamento de Operações de Crédito”.

Média dos Saldos de Depósitos e Taxas de Juros

A tabela a seguir apresenta a média dos saldos de depósitos, bem como a média de taxas de juros pagas sobre depósitos relativamente aos períodos indicados:

	Exercício findo em 31 de dezembro de:					
	2001		2002		2003	
	Saldo médio	Taxa média	Saldo médio	Taxa média	Saldo médio	Taxa média
(Em milhões de reais, exceto percentagens)						
Depósitos domésticos:						
Depósitos que não incidem juros:						
Depósitos à vista	R\$7.417	-	R\$9.678	-	R\$10.876	-
Depósitos que incidem juros:						
Depósitos interfinanceiros	176	13,6%	223	16,1%	657	16,9%
Depósitos de poupança.....	17.386	7,9	19.033	8,3	20.680	9,9
Depósitos a prazo	<u>11.223</u>	15,8	<u>18.392</u>	16,0	<u>20.629</u>	20,0
Total de depósitos que incidem juros	<u>28.785</u>	11,0	<u>37.648</u>	12,1	<u>41.966</u>	14,9
Total de depósitos domésticos	<u>36.202</u>	8,8	<u>47.326</u>	9,6	<u>52.842</u>	11,8
Depósitos internacionais ⁽¹⁾:						
Depósitos que não incidem juros:						
Depósitos à vista	47	-	182	-	270	-
Depósitos que incidem juros:						
Depósitos de poupança.....	100	7,0	-	-	-	-
Depósitos a prazo	<u>1.374</u>	7,3	<u>2.955</u>	8,5	<u>3.601</u>	3,1
Total de depósitos que incidem juros	<u>1.474</u>	7,3	<u>2.955</u>	8,5	<u>3.601</u>	3,1
Total de depósitos internacionais	<u>1.521</u>	7,0	<u>3.137</u>	8,0	<u>3.871</u>	2,9
Total de depósitos	<u>R\$37.723</u>	8,7%	<u>R\$50.463</u>	9,5%	<u>R\$56.713</u>	11,2%

(1) Expressos em outras moedas que não reais, basicamente em dólares norte-americanos.

Vencimentos dos Depósitos

A tabela a seguir apresenta a distribuição de nossos depósitos por vencimentos na data indicada:

	31 de dezembro de 2003				Total
	Vencimento em até 3 meses	Vencimento de 3 a 6 meses	Vencimento de 6 meses a 1 ano	Vencimento após 1 ano	
(Em milhões de reais)					
Depósitos domésticos:					
Depósitos que não incidem juros:					
Depósitos à vista ⁽¹⁾	R\$12.647	-	-	-	R\$12.647
Depósitos que incidem juros:					
Depósitos interfinanceiros	26	-	R\$4	-	30
Depósitos de poupança ⁽¹⁾	22.140	-	-	-	22.140
Depósitos a prazo	2.325	R\$1.445	2.674	R\$12.559	19.003
Total de depósitos que incidem juros.....	24.491	1.445	2.678	12.559	41.173
Total de depósitos domésticos	37.138	1.445	2.678	12.559	53.820
Depósitos internacionais⁽²⁾:					
Depósitos que não incidem juros:					
Depósitos à vista	265	-	-	-	265
Depósitos que incidem juros:					
Depósitos interfinanceiros	-	1	-	-	1
Depósitos a prazo	3.184	198	223	336	3.941
Total de depósitos que incidem juros	3.184	199	223	336	3.942
Total de depósitos internacionais.....	3.449	199	223	336	4.207
Total de depósitos	R\$40.587	R\$1.644	R\$2.901	R\$12.895	R\$58.027

(1) Os depósitos à vista e de poupança estão classificados no vencimento em três meses ou menos, sem considerar a média histórica do giro.

(2) Expressos em outras moedas que não reais, basicamente em dólares norte-americanos.

A tabela a seguir apresenta informações sobre o vencimento de depósitos a prazo em aberto na data indicada com saldos superiores a US\$ 100.000 (ou seu equivalente) por vencimento:

	31 de dezembro de 2003	
	Moeda local	Moeda internacional
(Em milhões de reais)		
Vencimento em até 3 meses	R\$1.352	R\$2.926
Vencimento de 3 a 6 meses	689	159
Vencimento de 6 a 12 meses	1.433	222
Vencimento após 12 meses	5.425	337
Total de depósitos superiores a US\$ 100.000.....	R\$8.899	R\$3.644

Captações no Mercado Aberto e Obrigações por Empréstimos de Curto Prazo

As captações no mercado aberto e obrigações por empréstimo de curto prazo totalizaram R\$35.285 milhões em 31 de dezembro de 2003, R\$17.272 milhões em 31 de dezembro de 2002 e R\$22.357 milhões em 31 de dezembro de 2001. As principais categorias de obrigações por empréstimos de curto prazo são: financiamentos à importação e exportação e os “commercial papers”.

A tabela a seguir apresenta um resumo das captações no mercado aberto e das obrigações por empréstimos de curto prazo relativas aos períodos indicados:

	Exercício findo em 31 de dezembro de:		
	2001	2002	2003
	(Em milhões de reais, exceto percentagens)		
Captações no mercado aberto:			
Saldo em aberto.....	R\$14.037	R\$7.633	R\$27.490
Saldo máximo em aberto durante o período.....	R\$14.037	R\$13.361	R\$27.490
Média ponderada da taxa de juros para o final do período.....	18,6%	21,1%	15,1%
Saldo médio aproximado durante o período.....	R\$12.278	R\$9.670	R\$15.486
Média ponderada aproximada da taxa de juros real.....	15,6%	21,2%	18,4%
Financiamentos à importação e exportação:			
Saldo em aberto.....	R\$5.106	R\$7.741	R\$6.034
Saldo máximo em aberto durante o período.....	R\$7.072	R\$10.167	R\$8.114
Média ponderada da taxa de juros para o final do período.....	4,0%	2,8%	1,7%
Saldo médio aproximado durante o período.....	R\$5.880	R\$7.902	R\$7.187
Média ponderada aproximada da taxa de juros real.....	29,3%	46,4%	(6,7)%
“Commercial paper”:			
Saldo em aberto.....	R\$3.211	R\$1.884	R\$1.761
Saldo máximo em aberto durante o período.....	R\$3.708	R\$2.609	R\$2.530
Média ponderada da taxa de juros para o final do período.....	4,0%	1,7%	0,4%
Saldo médio aproximado durante o período.....	R\$2.871	R\$2.235	R\$2.032
Média ponderada aproximada da taxa de juros real.....	7,1%	13,8%	4,7%
Outros	R\$3	R\$14	-
Total	R\$22.357	R\$17.272	R\$35.285

Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras

Esta análise deve ser lida em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas e as notas explicativas às mesmas e com outras informações financeiras incluídas em outras partes deste relatório anual.

Visão Geral

Condições Econômicas Brasileiras

Nossos resultados de operações são diretamente afetados pelas condições econômicas no Brasil. A desvalorização ou valorização do real afeta a nossa receita financeira líquida, porque parte de nossos ativos e passivos financeiros está denominada em ou indexada a moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano. Além disso, nosso provisionamento para perdas com créditos e saldo de créditos em aberto reflete diretamente o impacto das condições econômicas na capacidade de nossos clientes de pagar em tempo hábil.

No final de 1997, o Brasil sofreu pelo início de uma crise econômica causada pela fuga de capitais, pela pressão sobre a moeda brasileira e o aumento das taxas de juros anuais. Antes que a economia pudesse se recuperar totalmente da crise, a Rússia desvalorizou a sua moeda em agosto de 1998 e a economia brasileira deteriorou-se ainda mais como resultado de nova fuga de capitais. As medidas do Governo Brasileiro para amenizar a crise não foram bem sucedidas e a contínua pressão sobre a moeda levou o Governo a desvalorizar o real em janeiro de 1999.

O segundo semestre de 1999 trouxe algum alívio na situação econômica brasileira. As taxas de juros básicas caíram para aproximadamente 19% em dezembro de 1999 de aproximadamente 45% em março de 1999, e o real desvalorizou-se em 1,1% em relação ao dólar norte-americano, durante o segundo semestre de 1999. O ano de 2000 presenciou melhora na economia. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 4,5% durante o ano e o valor do real permaneceu relativamente estável. O Banco Central reduziu gradualmente as taxas básicas de juros de 17,5% em 30 de junho de 2000 para 15,25% em 17 de janeiro de 2001.

O crescimento da economia brasileira ficou mais lento em 2001, devido ao impacto da crise econômica em andamento na Argentina e ao baixo nível de crescimento da economia americana, que levaram a declínios de investimentos e consumos no Brasil, bem como em outros mercados emergentes. A situação econômica foi agravada pelo anúncio do Governo, em maio de 2001, das medidas para redução do consumo de energia elétrica, em resposta à crise energética. O impacto das medidas de economia de eletricidade que foram retiradas em fevereiro de 2002, juntamente com a situação econômica da Argentina e dos Estados Unidos, contribuíram para taxas mais baixas de crescimento do PIB, que foi de 1,5% em 2001 comparado a 4,5% em 2000. A inflação foi de 10,4% em 2001 comparada a 9,8% em 2000, conforme medida pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna ou IGP-DI, um índice geral de preço emitido mensalmente pela FGV - Fundação Getúlio Vargas ou FGV. A desvalorização do real foi de 18,7% em relação ao dólar norte-americano durante o ano de 2001. Ao mesmo tempo, o Banco Central aumentou a taxa básica de juros 4 vezes, de 18 de abril de 2001 a 18 de julho de 2001, de 15,25% para 19,8%.

O crescimento da economia brasileira continuou lento em 2002, já que a incerteza política relativa às eleições presidenciais e aos baixos níveis de crescimento da economia americana continuaram a conduzir a declínios em investimentos e consumo no Brasil. O PIB cresceu 1,5% em 2002, assim como em 2001. A inflação foi de 26,4% em 2002, conforme medida pelo IGP-DI. O real desvalorizou-se em 52,3% contra o dólar norte-americano durante 2002. O Banco Central diminuiu a taxa básica de juros, três vezes entre 20 de fevereiro e 17 de julho de 2002, de 19,00% para 18,00%. Entre 14 de outubro de 2002 e 18 de dezembro de 2002, o Banco Central aumentou a taxa básica de juros para 25,00%.

A economia apresentou uma melhora no ano de 2003. A confiança dos investidores aumentou, já que a nova administração continuou, em grande parte, com as políticas macroeconômicas do governo anterior, incluindo a ênfase na responsabilidade fiscal, e o real valorizou-se em 18,2% sobre o dólar norte-americano. Entretanto, o crescimento econômico geral caiu, já que o PIB contraiu-se em 0,2% durante 2003, comparado a um crescimento de 1,5% em 2002. Essa contração foi devido, em grande parte, ao efeito das altas taxas de juros durante o primeiro semestre do ano, que mantidas em níveis mais altos a fim de combater pressões inflacionárias, também contribuíram para restringir o crescimento econômico. O Banco Central aumentou a taxa de juros básica de 25% para 26,5% em 19 de fevereiro de 2003 e manteve-a até 18 de junho de 2003, quando passou a diminuir gradativamente a taxa básica de juros, chegando ao final de dezembro de 2003 em 16,5%. Durante o segundo semestre de 2003, a economia

brasileira mostrou sinais de melhora, crescendo aproximadamente 7,2% durante o terceiro trimestre e 1,5% durante o quarto, comparando-se ao trimestre anterior.

A economia brasileira continuou a mostrar sinais de melhora nos primeiros cinco meses de 2004. Durante os três primeiros meses de 2004, o PIB cresceu 2,7% sobre o mesmo período de 2003, e o valor do real desvalorizou-se para R\$3,1291 por dólar norte-americano em 31 de maio de 2004, comparado a R\$2,8892 em 31 de dezembro de 2003, com uma cotação mais alta de R\$3,2051 por dólar norte-americano e uma cotação mais baixa de R\$2,8022 por dólar norte-americano durante o período. Em 21 de junho de 2004 a taxa de câmbio era de R\$3,1298 por dólar norte-americano. Em março de 2004 o Banco Central reduziu a taxa para 16,25%, seguido por outra redução em abril, para 16,0%. A inflação para os primeiros cinco meses de 2004 foi 5,5%.

A tabela a seguir indica a inflação brasileira medida pelo IGP-DI, a desvalorização ou valorização do real com relação ao dólar norte-americano, as taxas de câmbio no final do período e as taxas médias de câmbio relativamente aos períodos indicados:

	31 de dezembro de:		
	2001	2002	2003
	(Em reais, exceto porcentagens)		
Inflação (IGP-DI).....	10,4%	26,4%	7,7%
Desvalorização (valorização) do real vs. dólar	18,7%	52,3%	(18,2%)
Taxa de câmbio no final do período - US\$1,00 ⁽¹⁾	R\$2,3204	R\$3,5333	R\$2,8892
Taxa de câmbio média - US\$1,00 ⁽²⁾	R\$2,3226	R\$2,9461	R\$3,0964

(1) A taxa de câmbio real/US\$ em 21 de junho de 2004 era de R\$3,1298.

(2) A taxa de câmbio média é a soma das taxas de câmbio do fechamento no final de cada mês no período, dividida pelo número de meses no período.

Fontes: FGV e Banco Central do Brasil.

A tabela a seguir mostra a mudança no PIB real e as taxas de juros interbancárias médias para os períodos indicados:

	31 de dezembro de:		
	2001	2002	2003
Variação no PIB real ⁽¹⁾	1,5%	1,5%	(0,2%)
Taxas básicas de juros médias ⁽²⁾	17,3	19,2	23,3
Taxas médias de juros interbancárias ⁽³⁾	17,2%	19,1%	23,3%

(1) Calculada pela divisão do PIB real do período pelo PIB real do mesmo período no ano anterior.

(2) Calculada de acordo com a metodologia do Banco Central (com base em taxas nominais).

(3) Calculada de acordo com a metodologia da Central de Liquidação e Custódia de Títulos Privados - CETIP (com base em taxas nominais).

Fontes: Banco Central, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e CETIP.

As taxas de juros interbancários têm sido relativamente similares e às vezes mais baixas que a taxa básica média dos últimos três anos, devido à uma relativa alta nos níveis de captação disponíveis no setor bancário brasileiro e à elevada competição entre os bancos. Estes fatores mudam as taxas de juros interbancários em direção à taxa básica de juros, já que os bancos procuram usar suas captações disponíveis para se manterem competitivos.

Efeitos da Desvalorização/Valorização e das Taxas de Juros sobre a Receita Líquida de Juros

Quando o real é desvalorizado, como ocorreu em certos períodos de 1998 a 2002, e de maneira mais significativa em 1999 e em 2002, incorremos em perdas em nossos passivos denominados em ou indexados a moedas estrangeiras, tais como: nosso endividamento de longo prazo denominado em dólares e empréstimos em moeda estrangeira, na medida em que o custo em reais da despesa financeira relativa aumenta. Por exemplo, basicamente como resultado da desvalorização do real de 52,3% durante 2002, nossa despesa financeira em nosso segmento bancário aumentou 63,1% em 2002 em comparação com 2001. Ao mesmo tempo, registramos ganhos em nossos ativos monetários denominados em ou indexados a moedas estrangeiras, tais como: os nossos empréstimos e títulos e valores mobiliários indexados ao dólar, à medida que a receita financeira denominada em reais aumenta devido à desvalorização do real. Dessa forma, nossa receita financeira no segmento bancário aumentou 52,3% em 2002 em comparação com 2001, em parte devido à desvalorização do real durante 2002 quando comparado a 2001.

Opostamente, quando o real se valoriza em relação ao dólar norte-americano, como ocorreu em 2003, incorremos em perdas em nossos ativos monetários denominados em ou indexados a moedas estrangeiras, tais como nossos empréstimos e títulos e valores mobiliários indexados ao dólar, à medida que a receita financeira de tais ativos mensurada em reais cai por causa da valorização do real. Ao mesmo tempo, registramos ganhos em nossos passivos denominados em ou indexados a moeda estrangeira, tais como empréstimos em moeda estrangeira e nosso endividamento de longo prazo denominado em dólares norte-americanos, na medida em que o custo em reais da despesa financeira relativa diminui. Dessa forma, a redução de 28,5% na receita financeira oriunda de empréstimos em 2003 comparada a 2002 e a redução de 34,9% em nossa despesa financeira em 2003 comparada a 2002 foram ambas atribuíveis, em grande parte, à valorização do real de 18,2% contra o dólar durante 2003.

Além disso, em períodos de altas taxas de juros como aqueles ocorridos em certos períodos de 1998 até o primeiro semestre de 2003, nossa receita financeira aumentou, pois as taxas de juros sobre nossos ativos que rendem juros aumentaram. Ao mesmo tempo, nossa despesa financeira aumentou, pois as taxas de juros sobre nossas obrigações, nas quais incidem juros, aumentaram. Mudanças em volumes de ativos e obrigações sobre as quais incidem juros também produzem mudanças em receitas e despesas financeiras. Por exemplo, um aumento em nossa receita financeira atribuível a um aumento em taxas de juros poderá ser compensado por uma redução no volume de nossos empréstimos em aberto durante o período.

A tabela a seguir mostra nossos ativos e passivos denominados em ou indexados a moedas estrangeiras para os períodos indicados:

	Em 31 de dezembro de:		
	2001	2002	2003
	(Em milhões de reais)		
Ativos:			
Caixa e conta corrente em bancos	R\$466	R\$1.050	R\$599
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	1.195	1.548	4.069
Aplicações em operações compromissadas	5.358	285	4.503
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	2.377	943	502
Títulos e valores mobiliários de negociação, ao valor justo	2.358	431	1.729
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, ao valor justo	1.206	715	2.478
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	-	1.543	547
Operações de crédito, líquidos	11.633	14.752	13.201
Outros ativos.....	473	193	1.195
Total dos ativos	25.066	21.460	28.823
Contas de compensação - valor nominal:			
Derivativos - posição comprada:			
Futuros	2.299	4.357	7.014
Termo	-	123	20
Opções	21	-	4
Swap	351	2.714	3.350
Total.....	R\$27.737	R\$28.654	R\$39.211
	Em 31 de dezembro de:		
	2001	2002	2003
	(Em milhões de reais)		
Passivos:			
Depósitos.....	R\$1.543	R\$3.165	R\$4.207
Captações no mercado aberto	95	730	3.406
Obrigações por empréstimos de curto prazo	8.320	9.639	7.795
Obrigações por empréstimos de longo prazo	5.129	4.487	9.283
Outras obrigações	1.024	2.836	1.124
Total dos passivos.....	16.111	20.857	25.815
Contas de compensação - valor nominal:			
Derivativos - posição vendida:			
Futuros	5.752	660	8.718
Termo	-	157	550
Opções	-	-	148
Swap	4.024	4.589	2.904
Total.....	25.887	26.263	38.135
Exposição líquida	R\$1.850	R\$2.391	R\$1.076

O saldo de nossos ativos expressos e indexados a moedas estrangeiras excedia o saldo de nossos passivos expressos e indexados a moedas estrangeiras, em 31 de dezembro de 2001, 2002 e 2003. O excesso de ativos expressos em dólares sobre os passivos expressos e indexados a moedas estrangeiras,

bem como as taxas de juros mais altas que recebemos em nossos ativos expressos e indexados a moedas estrangeiras comparados com os nossos passivos expressos e indexados a moedas estrangeiras, levaram a ganhos financeiros líquidos em nossa posição em moeda estrangeira para estes períodos.

Usamos “swaps”, contratos futuros e outros instrumentos financeiros derivativos de proteção para minimizar o impacto potencial da desvalorização ou valorização da moeda. Para maiores informações sobre o nosso uso de derivativos para fins de proteção, veja notas 2(e), 2(f) e 22(b) às demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

Efeitos da Desvalorização e das Taxas de Juros sobre Atividades de Tesouraria e Operações de Crédito

A crise econômica geral que surgiu no final de 1997, associada à desvalorização da moeda e ao aumento das taxas de juros que ocorreram de 1997 à 1999, causou aumentos esporádicos nas operações de crédito em atraso. Em resposta à piora da capacidade de pagamento de nossos clientes, conforme o vencimento, aumentamos as nossas despesas com provisões para perdas em operações de crédito para R\$1.845 milhões em 1999. Já que a situação econômica no Brasil melhorou durante 2000, então nossas despesas com provisão para perdas em operações de crédito diminuíram para R\$1.244 milhões em 2000.

Com a deterioração subsequente da economia em 2001 e 2002, aumentamos nossas despesas com provisão para perdas em operações de crédito para R\$1.763 milhões para o exercício final em 31 de dezembro de 2001 e para R\$2.543 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2002, como resultado de um aumento no saldo médio de nossa carteira de operações de crédito, junto com a habilidade decrescente de alguns clientes em pagar oportunamente. Nossas despesas com provisão para perdas em operações de crédito diminuíram para R\$2.034 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2003, refletindo melhorias constantes em nossos processo para avaliar créditos potenciais.

Nosso saldo de operações de crédito em aberto cresceu de R\$52.324 milhões em 31 de dezembro de 2002 para R\$54.795 milhões em 31 de dezembro de 2003. Este aumento de 4,7% em nossas atividades de empréstimos resultou de nossos esforços contínuos de expansão e de nossa aquisição do BBV Banco no primeiro semestre de 2003, compensado por uma redução geral na demanda de crédito em função das taxas de juros relativamente altas durante a maior parte do período e, em geral, do baixo nível da atividade econômica no país. O crescimento de nossas atividades de empréstimos foi mais lento em 2003 do que em 2002. Como a demanda de crédito caiu, aumentamos nossos investimentos em títulos e valores mobiliários de negociação ao valor justo de R\$22.783 milhões em 31 de dezembro de 2002 para R\$37.073 milhões em 31 de dezembro de 2003. O aumento de R\$1.673 milhões em nossa dívida subordinada também contribuiu para o aumento em nossos investimentos em títulos e valores mobiliários de negociação. Um fator adicional neste aumento foi o crescimento nas vendas de nossos contratos de investimento de previdência VGBL e PGBL. À medida que tais produtos são vendidos, nós aumentamos nossas reservas técnicas e em contrapartida, aumentamos nossos investimentos em títulos e valores mobiliários de negociação.

Impostos

Nossa despesa com imposto de renda é constituída por dois componentes: um imposto de renda federal e uma contribuição social sobre o lucro. Por sua vez, o imposto de renda federal inclui dois componentes, um imposto de renda federal com uma taxa de 15% e um imposto de renda adicional com uma taxa de 10%. Em 31 de dezembro de 2003, o imposto de renda federal foi calculado a uma alíquota combinada de 25% do lucro líquido ajustado. Na mesma data, a contribuição social sobre o lucro foi

calculada a uma alíquota de 9% do lucro líquido ajustado. De 1º de maio de 1999 a 31 de janeiro de 2000, a alíquota foi de 12%. A partir de 1º de fevereiro de 2000, a alíquota base efetivamente estabelecida para a contribuição social sobre o lucro foi de 8%, com um adicional de 1%, cobrado até 31 de dezembro de 2002. Em 1º de janeiro de 2003, a alíquota de contribuição social sobre o lucro deveria ser reduzida para 8%. Todavia, o Governo Federal decidiu manter a alíquota desse tributo em 9%.

As empresas brasileiras podem efetuar os pagamentos aos acionistas, caracterizados como distribuição dos juros sobre o capital próprio, como alternativa para o pagamento de dividendos, e podem deduzir esses pagamentos da receita tributável. Procuramos maximizar o montante de dividendos que pagamos na forma de juros sobre o capital próprio. Para maiores informações sobre a nossa despesa com impostos, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Regulamentação e Supervisão - Tributação” e “Item 10. Informações Adicionais - Tributação”.

Impacto das Recentes Aquisições e Associações Importantes em Nossa Performance Financeira Futura

Em dezembro de 2000, nós efetuamos um acordo de associação de telecomunicações com o Unibanco, a Portugal Telecom e duas de suas afiliadas. Conforme o acordo, a BUS Holding recebeu um valor inicial em reais equivalente a R\$548 milhões, dos quais R\$335 milhões correspondem a nossa participação acionária na BUS Holding. Para fins do U.S. GAAP, R\$335 milhões deste pagamento não foram refletidos em nossas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2000, porque a venda era objeto de aprovação normativa e estão sendo refletidos em nossas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2001 e terão reflexo nos cinco anos seguintes. A transação foi finalizada em 2002, com a liquidação da BUS Holding. Para maiores informações, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - A Companhia - Histórico - Recentes Aquisições e Associações Importantes - “Joint Venture” da BUS - Serviços de Telecomunicações.”

Em 20 de agosto de 2001, nós vencemos um processo de licitação pública organizado pelos Correios, para oferecer serviços bancários em seus postos de serviços. Nós assinamos o acordo mencionado com os Correios em setembro de 2001. O acordo com os Correios resultou em um aumento de nossas receitas e nosso lucro assim como de nossas despesas. O montante desses aumentos nas receitas, no lucro e nas despesas durante o restante do acordo são incertos, e conseqüentemente, não podemos estimar com segurança o impacto dessa transação em nossa performance financeira futura. Para maiores informações sobre o Acordo, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - A Companhia - Histórico - Recentes Aquisições e Associações Importantes - Banco Postal .”

Nos últimos dois anos fizemos as seguintes aquisições importantes:

- em 13 de janeiro 2002, nós adquirimos o controle do Banco Mercantil e suas empresas controladas. Em 31 de março de 2003, incorporamos as ações dos acionistas minoritários do Banco Mercantil, convertendo em nossa subsidiária integral. Em 19 de maio de 2003, o Banco Mercantil transferiu o controle de suas agências, ativos e passivos relacionados para o Bradesco pelo valor contábil;
- em 24 de janeiro de 2002, adquirimos o controle do BEA, através de leilão, por um preço de compra de R\$182,9 milhões. Em 10 de junho de 2003, o BEA transferiu todas agências, ativos e passivos para o Bradesco pelo valor contábil;

- em 24 de fevereiro de 2002, nós adquirimos 100% das ações do Banco Cidade e suas empresas controladas. Em 24 de junho de 2002, o Banco Cidade teve suas agências, ativos e passivos relacionados incorporados ao BCN pelo valor contábil;
- em 10 de janeiro de 2003, entramos em acordo para adquirir 100% das ações de emissão do BBV Banco, atualmente Banco Alvorada. Quando concluímos a operação em 9 de junho de 2003, o BBV Banco tornou-se nossa subsidiária integral e em 19 de setembro de 2003, o BBV Banco transferiu todas as suas agências, ativos e passivos para o Bradesco; e
- em 6 de novembro de 2003, entramos em acordo para aquisição da totalidade das ações das Instituições Zogbi. Quando concluímos a operação em 16 de fevereiro de 2004, as Instituições Zogbi tornaram-se nossas subsidiárias integrais.

Em cada caso, acreditamos que as aquisições e as transferências relacionadas de ativos e passivos resultaram em um aumento em nossas receitas, despesas e resultado. Contudo, não contabilizamos separadamente estas aquisições e as operações adquiridas foram integradas em nossas operações. Dessa forma, não fomos capazes de quantificar o impacto financeiro destas aquisições. Do mesmo modo, esperamos que cada uma das aquisições e transferências relacionadas de ativos e passivos possam resultar em aumentos em nossas receitas e despesas no futuro. O valor de tais aumentos é incerto e, portanto, não se pode estimar com segurança o impacto destas transações sobre nosso desempenho financeiro futuro. Para maiores informações, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - A Companhia - Histórico - Recentes Aquisições e Associações Importantes.”

Quando de nossa aquisição em 2003, o BBV Banco tornou-se nossa subsidiária significativa, de acordo com a Regra 1-02 do Regulamento S-X. Uma vez que o teste de relevância não alcançou o nível de 20%, nós não incluímos as demonstrações financeiras separadas para o BBV Banco, atualmente Banco Alvorada. Nenhuma de nossas outras aquisições realizadas desde janeiro de 1998 envolveu a aquisição de uma subsidiária significativa.

POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

Nossas políticas contábeis significativas estão descritas na nota 2 às Demonstrações Financeiras incluídas no Item 18. A seguinte discussão descreve aquelas áreas que exigem maior julgamento ou envolvem um grau mais alto de complexidade na aplicação das políticas contábeis que afetam atualmente nossa situação financeira e o resultado das operações. As estimativas contábeis que fazemos nestes contextos nos obrigam a fazer suposições sobre assuntos que são altamente incertos. Em cada caso, se tivéssemos feito outras estimativas, ou se as mudanças nas estimativas ocorressem de período a período, poderiam ter tido um impacto significativo sobre nossa situação financeira ou resultado das operações.

Provisão para Perdas com Operações de Crédito

Nós ajustamos periodicamente a provisão para perdas com operações de crédito com base em uma análise de nossa carteira de operações de crédito, incluindo nossa estimativa das perdas prováveis em nossa carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil no final de cada período.

A determinação do valor da provisão para perdas com operações de crédito exige, por sua natureza, que façamos julgamentos e suposições com relação à nossa carteira de operações de crédito, tanto em bases individuais como em base da carteira. Quando revisamos nossa carteira como um todo,

vários fatores podem afetar nossa estimativa da amplitude provável das perdas, incluindo qual metodologia usamos para mensurar as taxas de inadimplência históricas e qual período histórico consideramos para fazer tais mensurações. Quando revisamos nossas operações de crédito em bases individuais, fazemos julgamentos relativos aos fatores que mais provavelmente devem afetar os níveis de risco e qual classificação de crédito específica atribuir. Fatores adicionais, que podem afetar nossa determinação da provisão para perdas com operações de crédito, incluem:

- condições econômicas brasileiras gerais e condições no setor relevante;
- experiência anterior com o devedor ou setor relevante da economia, incluindo experiência recente de prejuízos;
- tendências de qualidade de crédito;
- valores de garantias de uma operação de crédito;
- volume, composição e crescimento de nossa carteira de operações de crédito;
- política monetária do governo brasileiro; e
- quaisquer atrasos no recebimento das informações necessárias para avaliar operações de crédito ou confirmar a deterioração de crédito existente.

Nós usamos modelos para nos ajudar a analisar nossas operações de crédito e determinar quais provisões para perdas com operações de crédito constituir. Embora nossos modelos sejam frequentemente revisados e melhorados, eles são, por sua natureza, dependentes do nosso julgamento e da qualidade das informações que recebemos. Além disso, a volatilidade da economia brasileira pode levar a uma maior incerteza em nossos modelos do que se esperaria em ambientes macroeconômicos mais estáveis. Consequentemente, até o ponto em que as perdas com operações de crédito reais diferem-se das previsões ou do julgamento da Administração, a provisão para perdas com operações de crédito pode não ser indicativa de baixas futuras.

Nossa determinação de qual provisão fazer para perdas com operações de crédito é influenciada pela classificação de risco de cada operação de crédito. Neste contexto, cada 1% de variação no índice de inadimplência de nossa carteira de operações de crédito resulta em uma variação de aproximadamente R\$11 milhões de nossa provisão para perdas com operações de crédito. Esta análise de sensibilidade é hipotética e tem a intenção de ilustrar o impacto que a classificação de risco e a severidade de perdas têm sobre nossa determinação da provisão para perdas com operações de crédito. A análise não deveria ser considerada uma reflexão de nossas expectativas para determinações futuras da classificação de risco ou para alterações futuras na severidade de perdas. Em razão dos procedimentos que seguimos, a fim de determinar nossa classificação de risco da carteira de crédito e nossa avaliação da severidade de perdas, acreditamos que a classificação de risco atual e a estimativa da severidade de perdas para nossa carteira de crédito são adequadas.

Veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas - Operações de Crédito - Créditos de Curso Anormal” e “Provisão para Perdas com Operações de Crédito” para informações adicionais relativas às nossas práticas referentes à provisão para perdas com operações de crédito.

Avaliação de Títulos e Derivativos

Os instrumentos financeiros registrados ao valor justo em nossas demonstrações financeiras incluem, principalmente, títulos classificados como de negociação, disponíveis para venda e outros ativos de negociação, incluindo derivativos. O valor justo é definido como o valor no qual uma posição poderia ser fechada ou vendida em uma transação com uma parte instruída e disposta.

Estimamos o valor justo usando preços cotados de mercado quando disponíveis. Nós observamos que o preço cotado de mercado pode ser afetado pelo volume de títulos negociados e pode não refletir os prêmios de controle resultantes dos acordos de ações com acionistas que detêm investimentos significativos. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo.

Quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, nós usamos modelos para estimar o valor justo. Os fatores usados nestes modelos incluem cotações de distribuidores, modelos de precificação, preços de instrumentos com características similares e fluxos de caixa descontados. A precificação baseada em modelos também usa informações sobre taxas de juros, taxas cambiais, volatilidade de opções, quando relevantes e disponíveis.

A determinação do valor justo quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis envolve o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso dar a diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. Por exemplo, freqüentemente há dados de mercado limitados para confiar quando da estimativa do impacto de se manter uma posição grande ou a vender. Do mesmo modo, usamos nosso julgamento na estimativa de preços quando nenhum parâmetro externo existe. Se fizermos suposições incorretas ou o próprio modelo fizer correlações incorretas, o valor da receita ou perda registrado para um ativo ou passivo específico pode ser subestimado ou superestimado. O julgamento deve também determinar se um declínio no valor justo abaixo do custo amortizado de um título mantido até o vencimento ou o valor contábil de um título disponível para venda não é temporário, de maneira a exigir que reconheçamos uma desvalorização do custo amortizado ou do valor contábil como despesas. Na avaliação de, se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide o período histórico a ser considerado e quão severa uma perda pode ser.

Estes métodos de avaliação poderiam expor a Companhia a resultados materialmente diferentes, se os modelos usados ou as suposições subjacentes forem inexatos.

Mudanças na Classificação dos Títulos

A classificação dos títulos em de negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento é baseada na intenção da Administração em manter ou negociar tais títulos na data da aquisição. O tratamento contábil dos títulos que mantemos depende de se nós os classificamos na aquisição como de negociação, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento. As mudanças circunstanciais podem modificar nossa estratégia com relação a um título específico, que exige uma transferência entre as três categorias indicadas acima.

Imposto de Renda

A determinação do valor de nossos impostos é complexa. No geral, nossa avaliação está relacionada à análise de nossos ativos e passivos fiscais diferidos e imposto de renda a pagar. Em geral,

nossa avaliação exige que nós estimemos os valores futuros dos ativos fiscais diferidos e imposto de renda a pagar. Nossa avaliação da possibilidade de que um ativo fiscal diferido pode ser realizado é subjetiva e envolve avaliações e suposições que são incertos em sua origem. A realização dos ativos fiscais diferidos está sujeita a alterações nas alíquotas fiscais futuras e a desenvolvimentos de nossas estratégias de planejamento tributário. O apoio para nossas avaliações e suposições pode mudar com o decorrer do tempo como resultado de acontecimentos ou circunstâncias imprevistos, influenciando nossa determinação do valor de nossas obrigações fiscais.

Constantemente, monitoramos e avaliamos o impacto sobre nossas obrigações de novas leis tributárias, bem como novos desenvolvimentos que poderiam afetar as avaliações e suposições de nossa análise da possibilidade de realizar ativos fiscais diferidos.

Para maiores informações a respeito de nosso imposto de renda, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Regulamentação e Supervisão - Tributação - Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro”. Nossa política contábil com respeito a impostos de renda é discutida na nota 2(q) de nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

Uso de Estimativas

Na apresentação das demonstrações financeiras, nossa Administração faz estimativas e suposições que também incluem o valor das provisões para impostos diferidos, as suposições subjacentes ao cálculo da provisão para perdas com operações de crédito, as suposições para cálculos de reservas para seguros, a escolha de vidas úteis de certos ativos e a determinação de se um ativo ou grupo de ativos específico foi deteriorado. As estimativas, por sua natureza, são baseadas no julgamento e nas informações disponíveis. Portanto, os resultados reais poderiam diferir destas estimativas.

Contabilização de Transações Extraordinárias e Únicas

Contabilizar transações extraordinárias e únicas para as quais não existe literatura específica autorizada exige um julgamento significativo para identificar os termos essenciais da transação, determinando quais situações na literatura podem ser consideradas análogas, concluindo se o tratamento aplicado em uma situação análoga é apropriado, e finalmente, determinando quais dos tratamentos possíveis identificados é o método contábil mais apropriado para contabilizar a transação.

Nossas transações, como a da BUS e de produtos e transações únicas no mercado brasileiro, exigem que a Administração aplique julgamento significativo na determinação do tratamento contábil apropriado para cada transação.

Para informações adicionais sobre a transação da BUS, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - A Companhia - Histórico - Recentes Aquisições e Associações Importantes - “Joint-Venture” da BUS - Serviços de Telecomunicações”. Nossa política contábil com respeito a esta transação é discutida na nota 9 de nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

Compromissos e Contingências

Temos obrigações contratuais para fazer certos pagamentos fixos a terceiros, de acordo com os valores apresentados na tabela abaixo:

Obrigações Contratuais	Por vencimento remanescente a partir de 31 de dezembro de 2003				
	Menos de 1			Mais de 5	Total
	ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	anos	
	(Em R\$ milhões)				
Depósitos a prazo	R\$10.049	R\$12.683	R\$114	R\$98	R\$22.944
Captação no mercado aberto	25.794	1.541	2	153	27.490
Dívidas de longo prazo	6.211	4.246	1.795	7.841	20.093
Outras obrigações ⁽¹⁾	12.671	25.965	398	226	39.260
Total	R\$54.725	R\$44.435	R\$2.309	R\$8.318	R\$109.787

(1) Inclui reservas para sinistros de seguros e planos de previdência e contratos de investimentos de previdência.

Garantias Financeiras Registradas em Contas de Compensação

Como parte de nossas operações de crédito, nós participamos de linhas de crédito, registradas em contas de compensação, com intuito de satisfazer as necessidades de financiamento de nossos clientes. A tabela a seguir resume os instrumentos financeiros registrados em contas de compensação em 31 de dezembro de 2003:

Obrigações Contratuais	Por vencimento remanescente a partir de 31 de dezembro de 2003				
	Menos de 1			Mais de 5	Total
	ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	anos	
	(Em R\$ milhões)				
Garantias financeiras	R\$2.503	R\$1.451	R\$448	R\$2.546	R\$6.948
Outras cartas de crédito	174	-	-	-	174
Total	R\$2.677	R\$1.451	R\$448	R\$2.546	R\$7.122

As cartas de crédito são compromissos emitidos por nós para garantir a performance de um cliente a um terceiro. Emitimos cartas comerciais de crédito para viabilizar as transações de comércio exterior. Esses instrumentos são compromissos de curto prazo para pagar um beneficiário de terceiro sob certas condições contratuais pelo embarque de produtos. Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito assim como outras concessões de crédito.

As cartas de comprometimento de crédito são emitidas, principalmente, para avaliar acordos públicos e privados de emissão de dívida incluindo commercial papers, financiamentos de títulos e transações similares. As cartas de comprometimento de crédito estão sujeitas à avaliação de crédito do cliente por parte da Administração.

Em conjunto com a emissão de títulos para investidores, nós podemos entrar em acordos contratuais com terceiros que podem requerer que façamos um pagamento no caso de uma alteração na legislação tributária ou no caso de uma interpretação contrária da legislação tributária.

Esperamos que muitas destas garantias expirem sem a necessidade de antecipação de caixa. Portanto, no curso normal dos negócios, esperamos que tais transações não tenham impacto sobre nossa liquidez.

Resultados por Segmento

Nós operamos e administramos nossos negócios através de dois segmentos operacionais: o segmento bancário e o de seguros, previdência e capitalização. Nossos segmentos são administrados com base nos tipos de produtos e serviços oferecidos e suas bases de clientes relacionadas. Nós avaliamos o desempenho de nossos segmentos com base no lucro líquido, na receita financeira líquida e na receita e despesa não financeira.

Os valores apresentados por segmento podem divergir dos valores consolidados devido à ajustes, reclassificações e eliminações de outras operações e transações entre empresas.

No nosso segmento bancário, oferecemos uma gama de produtos e serviços bancários aos nossos clientes, incluindo operações de captação de depósitos e concessão de empréstimos, serviços de cartão de débito e crédito e serviços de mercado de capitais, através de nossa ampla rede de distribuição. Para uma descrição das operações do segmento bancário, veja “Item 4 - Informações sobre a Companhia - A Companhia - Atividade Bancária.”

Em nosso segmento de seguros, previdência e capitalização, oferecemos uma gama de produtos e serviços aos nossos clientes, incluindo seguro de vida, saúde, acidentes, automóveis e bens; planos de previdência individuais e corporativos e títulos de capitalização, através de nossa ampla rede de distribuição. Para uma descrição das operações do segmento de Seguros, Previdência e Capitalização veja “Item 4 - Informações sobre a Companhia - A Companhia - Seguros, Previdência e Capitalização.”

Resultados das Operações para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2003 comparados com o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2002

As tabelas a seguir mostram os principais componentes de nosso lucro líquido relativamente a 2002 e 2003, para companhia e por segmento:

	Consolidado		Variação percentual
	2002	2003	
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)		
Receitas financeiras, líquidas	R\$13.467	R\$14.999	11,4%
Despesa com provisão para perdas com operações de crédito	(2.543)	(2.034)	(20,0)
Receitas não financeiras	7.963	11.109	39,5
Despesas não financeiras	(16.599)	(21.418)	29,0
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias	2.288	2.656	16,1
Imposto de renda e contribuição social.....	(161)	(346)	114,9
Mudança de prática contábil ⁽¹⁾	27	-	(100,0)
Lucro antes de participações minoritárias	2.154	2.310	7,2
Participações de acionistas minoritários.....	(12)	(8)	(33,3)
Lucro líquido	R\$2.142	R\$2.302	7,5%

(1) Para maiores informações, veja nota 11 às nossas demonstrações financeiras consolidadas no item 18.

	Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2002	2003	Variação percentual	2002	2003	Variação percentual
(Em milhões de reais, exceto porcentagens)						
Receitas financeiras, líquidas	R\$10.436	R\$10.034	(3,9)%	R\$3.021	R\$4.959	64,2%
Despesas com provisão para perdas com operações de crédito.....	(2.543)	(2.034)	(20,0)	-	-	-
Receitas não financeiras	2.304	4.041	75,4	5.684	7.020	23,5
Despesas não financeiras	(8.630)	(10.424)	20,8	(7.989)	(10.949)	37,1
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias	1.567	1.617	3,2	716	1.030	43,9
Imposto de renda e contribuição social.....	22	24	9,1	(173)	(364)	110,4
Mudança de prática contábil ⁽¹⁾	27	-	(100,0)	-	-	-
Lucro antes das participações minoritárias ...	1.616	1.641	1,5	543	666	22,7
Participação de acionistas minoritários.....	(9)	(6)	(33,3)	(3)	(2)	(33,3)
Lucro líquido.....	<u>R\$1.607</u>	<u>R\$1.635</u>	1,7	<u>R\$540</u>	<u>R\$664</u>	23,0

(1) Para maiores informações, veja nota 11 de nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

Receitas Financeiras Líquidas

A tabela a seguir demonstra os principais componentes de nossas receitas financeiras líquidas antes da provisão para perdas com operações de crédito, relativamente a 2002 e 2003, para companhia e por segmento:

	Consolidado			Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2002	2003	Variação percentual	2002	2003	Variação percentual	2002	2003	Variação percentual
(Em milhões de reais, exceto porcentagem)									
Receitas financeiras	R\$28.394	R\$24.716	(13,0)%	R\$25.380	R\$19.768	(22,1)%	R\$3.021	R\$4.959	64,2%
Despesas financeiras	(14.927)	(9.717)	(34,9)	(14.944)	(9.734)	(34,9)	-	-	-
Receitas financeiras líquidas.	<u>R\$13.467</u>	<u>R\$14.999</u>	11,4%	<u>R\$10.436</u>	<u>R\$10.034</u>	(3,9)%	<u>R\$3.021</u>	<u>R\$4.959</u>	64,2%

A tabela a seguir demonstra, para a companhia e por segmento, quanto do aumento de nossas receitas financeiras líquidas foi atribuível às alterações no volume médio de ativos que rendem juros e obrigações, sobre as quais incidem juros, e quanto foi atribuível às alterações nas taxas médias de juros (que incluem os efeitos da valorização do real) em cada caso, relativamente a 2003 em comparação a 2002:

	Consolidado		Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização
	2003/2002		Aumento (redução)	
(Em milhões de reais)				
Devido às alterações no volume médio de ativos que rendem juros e obrigações sobre as quais incidem juros	R\$2.000	R\$899	R\$1.219	
Devido às alterações nas taxas médias de juros	(468)	(1.301)	719	
Alteração líquida.....	R\$1.532	R\$(402)	R\$1.938	

Atividade Bancária

A redução de R\$402 milhões nas receitas financeiras líquidas no segmento bancário em 2003 em relação a 2002 foi devido ao efeito líquido da redução das taxas de juros médias durante o segundo semestre de 2003.

O efeito da redução nas receitas financeiras líquidas foi parcialmente compensado pelo efeito do aumento no volume médio dos ativos que rendem juros e das obrigações sobre as quais incidem juros. As alterações no volume médio das obrigações que incidem juros (que aumentaram 18,9%) e no saldo médio dos ativos que rendem juros (que aumentaram 20,5%), levaram a um aumento no volume médio das receitas financeiras líquidas de R\$899 milhões. Estes acréscimos foram principalmente devidos ao aumento de 88,8% em nosso saldo médio de aplicações dos títulos públicos vinculados com compromisso de revenda, entre as instituições financeiras nacionais, assim como um acréscimo médio de 30,1% nos títulos e valores mobiliários de negociação, devido, basicamente, ao aumento nos recursos disponíveis, principalmente, das emissões de dívidas subordinadas, bem como uma redução na demanda por crédito.

A margem financeira líquida é a receita financeira líquida como uma percentagem da média de ativos que rendem juros. Nossa margem financeira líquida no segmento bancário reduziu de uma taxa de 12,6% em 2002 para uma taxa de 10,0% em 2003.

Seguro, Previdência e Capitalização

O aumento de R\$1.938 milhões nas receitas financeiras de juros, oriundas das atividades de seguros, previdência e capitalização, em 2003 com relação a 2002, deve-se em grande parte ao aumento no saldo médio dos ativos que rendem juros. As alterações no saldo médio dos ativos que rendem juros (que aumentaram 37,4%), levaram a um aumento nas receitas financeiras de R\$1.219 milhões. Estes acréscimos foram devidos, principalmente, ao aumento de 43,6% em nosso saldo médio de títulos e valores mobiliários de negociação, devido basicamente ao aumento dos recursos provenientes dos contratos de investimento de previdência “PGBL” e “VGBL” resultante das vendas elevadas destes produtos.

A taxa de juros básica permaneceu alta durante o ano, principalmente durante a maior parte do primeiro semestre de 2003, que resultou em um acréscimo de R\$719 milhões nas receitas financeiras líquidas em 2003 comparado a 2002.

Nossa margem financeira líquida no segmento de planos de seguro, previdência e capitalização aumentou de uma taxa de 19,0% em 2002 para uma taxa de 22,7% em 2003.

Receitas Financeiras

As tabelas a seguir demonstram, para a companhia e por segmento, o saldo médio dos principais componentes da média de nossos ativos que rendem juros e as taxas de juros médias auferidas, em 2002 e em 2003:

	Consolidado		
	2002	2003	Varição percentual
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)		
Saldo médio de ativos que rendem juros:			
Operações de crédito	R\$49.590	R\$51.039	2,9%
Aplicações em operações compromissadas	10.322	19.487	88,8
Títulos e valores mobiliários de negociação	19.537	27.077	38,6
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	3.045	3.147	3,3
Títulos e valores mobiliários mantidos até vencimento	5.295	3.088	(41,7)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.154	4.651	115,9
Depósitos compulsórios no Banco Central.....	8.149	11.988	47,1
Outros ativos que rendem juros.....	340	985	189,7
Total	R\$98.432	R\$121.462	23,4%
Taxa de juros média auferida	28,8%	20,3%	

	Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2002	2003	Varição percentual	2002	2003	Varição percentual
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)					
Saldo médio de ativos que rendem juros:						
Operações de crédito.....	R\$49.590	R\$51.039	2,9%	-	-	-
Aplicações em operações compromissadas	10.322	19.487	88,8	-	-	-
Títulos e valores mobiliários de negociação..	7.130	9.274	30,1	R\$12.396	R\$17.803	43,6%
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.....	1.825	1.687	(7,6)	1.282	1.460	13,9
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	3.186	680	(78,7)	2.112	2.408	14,0
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.148	4.526	110,7	124	202	62,9
Depósitos compulsórios no Banco Central..	8.149	11.988	47,1	-	-	-
Outros ativos	340	985	189,7	-	-	-
Total	R\$82.690	R\$99.666	20,5%	R\$15.914	R\$21.873	37,4%
Taxa de juros média auferida	30,7%	19,8%		19,0%	22,7%	

Para maiores informações sobre as taxas de juros médias por tipo de ativos, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas - Saldos Médios das Contas Patrimoniais e Informações sobre Taxas de Juros”.

A tabela a seguir demonstra, para a companhia e por segmento, quanto da redução em nossas receitas financeiras foi atribuível às alterações no volume médio de ativos que rendem juros e quanto foi atribuível às alterações nas taxas médias de juros (que incluem os efeitos da valorização do real), em cada caso relativamente a 2003 em comparação com 2002:

	Consolidado	Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização
	2003/2002		
	Aumento (redução)		
	(Em milhões de reais)		
Devido às alterações no volume médio de ativos que rendem juros	R\$4.473	R\$3.362	R\$1.219
Devido às alterações nas taxas médias de juros	(8.151)	(8.974)	719
Alteração líquida.....	R\$(3.678)	R\$(5.612)	R\$1.938

Atividade Bancária

As receitas financeiras da atividade bancária diminuíram R\$5.612 milhões em 2003, uma redução de 22,1% se comparado a 2002, basicamente devido à redução nas receitas financeiras oriundas de operações de crédito, e em menor proporção, à redução na receita financeira de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

O decréscimo de 28,5% na receita financeira oriunda de operações de crédito, de R\$17.027 milhões para R\$12.176 milhões, foi atribuível, em grande parte, ao impacto da valorização de 18,2% do real em relação ao dólar em 2003 em nossas operações indexadas/denominadas em dólares norte americanos. Quando o real se valoriza a nossa receita financeira oriunda de tais ativos mensurada em reais diminui, comparado ao impacto da desvalorização de 52,3% do real contra o dólar durante 2002 em nossas operações que eram indexadas a ou denominadas em dólares norte-americanos. O impacto da valorização do real em 2003 sobre a receita financeira das operações de crédito foi parcialmente compensado pelo impacto do aumento global nas taxas médias de juros durante o ano e um aumento no volume médio dos empréstimos que rendem juros devido à aquisição do BBV Banco em junho de 2003.

As receitas financeiras oriundas de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento caíram de uma receita de R\$1.258 milhões em 2002 para uma despesa de R\$11 milhões em 2003. Embora a maior parte de nossos títulos mantidos até o vencimento esteja denominada em reais brasileiros, em 31 de dezembro de 2003, aproximadamente 17,0% destes títulos estavam denominados em, ou indexadas a outras moedas, principalmente o dólar norte-americano. Quando o real se valoriza perante o dólar, os títulos denominados em, ou indexados ao dólar, rendem uma taxa de retorno mais baixa do que os títulos denominados em reais. Consequentemente, a redução na receita financeira de nossos títulos mantidos até o vencimento foi devida, em grande parte, ao impacto da valorização do real sobre nossa receita daqueles títulos indexados/denominados em dólares norte-americanos, que levou a uma redução de R\$723 milhões na receita financeira. A redução na receita de títulos mantidos até o vencimento também foi devido a um decréscimo no volume médio, que levou a uma redução de R\$546 milhões na receita financeira.

Seguro, Previdência e Capitalização

A receita financeira da atividade de seguros, previdência e capitalização aumentou R\$1.938 milhões em 2003, um aumento de 64,2% se comparado a 2002, basicamente devido ao aumento de 99,3%

nas receitas com títulos e valores mobiliários de negociação, (composto basicamente por títulos públicos) de R\$2.054 milhões para R\$4.093 milhões, devido ao aumento de R\$1.080 milhões no volume médio, decorrente do aumento dos recursos provenientes das reservas técnicas, em especial as reservas técnicas relacionadas aos nossos produtos “VGBL” e “PGBL”. O aumento na receita financeira também foi devido, parcialmente, ao aumento nas taxas de juros durante 2003, principalmente, à taxa SELIC, que ficou em 26,5% durante a maior parte dos seis primeiros meses de 2003.

Despesas financeiras

As tabelas a seguir demonstram, para a companhia e por segmento, os principais componentes da média de nossas obrigações sobre as quais incidem juros e as taxas de juros médias pagas sobre essas obrigações em 2002 e 2003:

	Consolidado		
	2002	2003	Variação percentual
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)		
Saldo médio de obrigações sobre as quais incidem juros:			
Depósitos de poupança	R\$19.033	R\$20.680	8,7%
Depósitos a prazo	21.347	24.230	13,5
Captações no mercado aberto	9.670	15.486	60,1
Obrigações por empréstimos de curto prazo	10.137	9.219	(9,1)
Obrigações por empréstimos de longo prazo	12.417	16.417	32,2
Depósitos interfinanceiros	223	657	194,6
Total	R\$72.827	R\$86.689	19,0%
Taxa média de juros paga	20,5%	11,2%	

	Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2002	2003	Variação percentual	2002	2003	Variação percentual
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)					
Saldo médio de obrigações as quais incidem juros:						
Depósitos de poupança	R\$19.050	R\$20.698	8,7%	-	-	-
Depósitos a prazo	21.466	24.298	13,2	-	-	-
Captações no mercado aberto	9.673	15.486	60,1	-	-	-
Obrigações por empréstimos de curto prazo	10.137	9.219	(9,1)	-	-	-
Obrigações por empréstimos de longo prazo	12.417	16.417	32,2	-	-	-
Depósitos interfinanceiros	223	657	194,6	-	-	-
Total	R\$72.966	R\$86.775	18,9%	-	-	-
Taxa média de juros paga	20,5%	11,2%		-	-	-

Para maiores informações sobre as taxas de juros médias por tipo de passivo, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas - Média das Contas Patrimoniais e Informações sobre Taxas de Juros”.

A tabela a seguir demonstra, para a companhia e por segmento, quanto da redução em nossas despesas financeiras foi atribuível às alterações no volume médio de obrigações sobre as quais incidem juros e quanto foi atribuível às alterações nas taxas médias de juros (que incluem os efeitos da valorização do real), comparando os anos de 2003 e 2002:

	Consolidado	Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização
	2003/2002		
	Aumento (redução)		
	(Em milhões de reais)		
Devido às alterações no volume médio de obrigações sobre as quais incidem juros	R\$2.473	R\$2.462	-
Devido às alterações nas taxas médias de juros	(7.683)	(7.672)	-
Alteração líquida.....	R\$(5.210)	R\$(5.210)	

Atividade Bancária

A redução de 34,9% em nossas despesas financeiras em nosso segmento bancário, relativamente a 2003 em comparação a 2002, foi basicamente atribuível a uma diminuição de nossas despesas financeiras em nossas obrigações por empréstimos, tanto de curto quanto de longo prazo, parcialmente compensada por um aumento em nossa despesa financeira sobre depósitos a prazo e os juros sobre as captações no mercado aberto.

Nossa despesa financeira relacionada às nossas obrigações por empréstimos de curto prazo, representadas principalmente por linhas de crédito internacionais de curto prazo, denominadas em moeda estrangeira, variou de uma despesa de R\$3.977 milhões em 2002 para uma receita de R\$387 milhões em 2003. Esse aumento foi devido, principalmente, à valorização do real de 18,2% em relação ao dólar durante 2003 sobre nossas operações indexadas/denominadas em dólares norte-americanos. Quando o real se valoriza nossa despesa financeira sobre essas operações mensurada em reais diminui, comparado ao impacto da desvalorização de 52,3% do real em relação ao dólar durante 2002 sobre nossas operações que estavam indexadas/denominadas em dólares norte-americanos. A redução na despesa financeira também foi devida, em menor proporção, a uma redução no volume médio de nossos empréstimos de curto prazo.

As despesas financeiras sobre nossas obrigações por empréstimos de longo prazo reduziram em 78,9%, de R\$4.092 milhões em 2002 para R\$865 milhões em 2003. Esta redução deveu-se, principalmente, a uma diminuição de R\$2.786 milhões nas despesas financeiras sobre nossas linhas de crédito internacionais de longo prazo, denominadas em moeda estrangeira, que por sua vez foi em grande parte atribuível à valorização do real em 2003. A variação em nossa despesa financeira, com nossas obrigações de longo prazo foi compensada em parte pelo aumento de 32,2% no saldo médio das obrigações de longo prazo. Nossas despesas financeiras com nossas linhas de crédito locais de longo prazo, que são indexadas à taxa cambial real/dólar norte-americano, diminuíram em R\$441 milhões, em grande parte, devido à valorização do real em 2003, uma vez que o saldo médio permaneceu praticamente estável entre 2002 e 2003.

A redução em nossas despesas financeiras foram compensadas em parte pelo aumento de 33,0 % em nossas despesas financeiras sobre operações de depósitos a prazo, de R\$3.195 milhões em 2002 para R\$4.250 milhões em 2003. O acréscimo foi, principalmente, atribuível a um aumento de 13,2% no saldo médio de nossas operações de depósitos a prazo no período, bem como um acréscimo nas taxas médias de juros. O acréscimo no volume de nossas operações de depósitos a prazo deve-se à aquisição do BBV Banco em junho de 2003.

Despesas com Provisão para Perdas com Operações de Crédito

A tabela a seguir demonstra as mudanças em nossa provisão para perdas com operações de crédito, a despesa com provisão para perdas com operações de crédito, os empréstimos recuperados e as baixas de empréstimos em 2002 e 2003, bem como nosso índice de despesas com provisão em relação às operações de crédito (expresso como uma porcentagem do saldo médio de operações de crédito):

	2002	2003	Variação percentual
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)		
Provisão para perdas com operações de crédito no início do ano ..	R\$2.941	R\$3.455	17,5%
Despesa com provisão para perdas com operações de crédito	2.543	2.034	(20,0)
Baixas de empréstimos.....	(2.320)	(2.058)	(11,3)
Empréstimos recuperados	291	415	42,6
Provisão para perdas com operações de crédito no final do ano	<u>R\$3.455</u>	<u>R\$3.846</u>	11,3%
Índice de despesas com provisão para perdas com operação de crédito em relação ao saldo médio das operações de crédito.....	4,9%	3,8%	

A provisão para perdas com operações de crédito aumentou 11,3% de R\$3.455 milhões em 31 de dezembro de 2002 para R\$3.846 milhões em 31 de dezembro de 2003 devido, principalmente, ao aumento de 2,6% no saldo médio das operações de crédito.

Acreditamos que a situação econômica do Brasil ainda não tenha se estabilizado totalmente, embora a economia tenha mostrado indicações de melhora durante 2003. Consequentemente, a provisão para perdas com operações de crédito como porcentagem das operações de crédito aumentou de 6,6% em 2002 para 7,0% em 2003.

A economia brasileira apresentou um desempenho melhor em 2003 do que nós havíamos previsto, devido em grande parte à transição tranquila da administração Cardoso para a nova administração Lula e à implementação de uma austera política fiscal pela nova administração. Como resultado, nosso nível anual de perdas com operações de crédito, definido como o valor das baixas de empréstimos como porcentagem do saldo médio total das operações de crédito, caiu de 4,5% em 2002 para 3,9% em 2003. Do mesmo modo, as recuperações de empréstimos problemáticos aumentaram 42,6% comparado à 2002, e as baixas de empréstimos caíram 11,3% em 2003, à medida que a taxa de inadimplência caiu. No geral, durante 2003, as despesas com provisão para perdas com operações de crédito caíram 20,0% em comparação a 2002.

A habilidade de nossos tomadores em cumprir com suas obrigações em vista das melhores condições da economia brasileira, assim como nossa maior seletividade na concessão de empréstimos, é refletida na melhora das classificações de risco de nossa carteira de operações de crédito. A porcentagem dos empréstimos nas quatro categorias mais altas de risco, nenhuma delas considerada como de “curso anormal”, era de 92,0% em 31 de dezembro de 2003, um aumento em relação a 91,6% em 31 de dezembro

de 2002. Os empréstimos nas duas categorias mais altas de risco aumentaram de 67,2% do total no final do exercício de 2002 para 68,1% do total no final do ano de 2003, refletindo a melhora na qualidade total da carteira.

Nós acreditamos que a nossa provisão atual para perdas nas operações de crédito é suficiente para cobrir conhecidas e potenciais perdas nas operações de crédito em nossa carteira de operações de crédito. Para maiores informações, veja “Item 4. - Informações sobre a Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas - Operações de Crédito - Créditos de curso anormal - Baixas” e “Créditos de curso anormal e Provisão para Perdas com Operações de Crédito”.

Nós acreditamos que o montante relativo às mudanças na provisão para perdas com operações de crédito, visto como o percentual do total da carteira, está consistente com nosso histórico de perdas líquidas experimentadas, índices de inadimplência e baixas.

Nossa estratégia de crescimento para nossa carteira de operações de crédito em 2003 concentrou-se na concessão de empréstimos voltados especificamente para pessoas físicas, tais como empréstimos pessoais e financiamentos de automóveis durante 2003. Historicamente, as operações de crédito às pessoas físicas têm taxas de retorno melhores que as operações de crédito às empresas. A capacidade de alguns de nossos clientes do setor industrial, incluindo empresas de transporte, móveis e madeira, carga e veículos e o setor de serviços, inclusive telecomunicações e energia, de cumprir com suas obrigações de pagamento deteriorou-se, levando a um aumento em nosso provisionamento no final de 2003, limitando a redução geral em nossas despesas com provisão para perdas com operações de crédito. Nós também efetuamos baixas das operações de crédito de alguns de nossos clientes, após exauridos nossos esforços de cobrança, levando a um aumento de 34,0% nas baixas para “industriais e outros” em 2003, comparado a 2002.

As mudanças na qualidade de nossas carteiras de operações de crédito desempenharam um papel mais significativo na determinação de nossa alocação da provisão para perdas com operações de crédito, do que em qualquer outra mudança ou tendência nas operações de crédito de curso anormal.

Entre os segmentos que tiveram bom desempenho em 2003, destacam-se aqueles voltados ao comércio exterior, principalmente para as commodities agrícolas e minerais. Apesar da valorização do real, os exportadores foram auxiliados pela favorável taxa de câmbio, visto que o dólar norte-americano desvalorizou-se quando mensurado contra o euro.

Dessa forma, também concentramos o crescimento da nossa carteira de créditos durante 2003 em grandes empresas de exportação, a maioria delas subsidiárias de empresas multinacionais. A aquisição do BBV Banco e a integração de sua carteira à nossa impulsionou tal estratégia, uma vez que a composição de sua carteira tinha empréstimos concentrados em grandes empresas européias e norte-americanas, e pouca penetração em pequenas e médias empresas e pessoas físicas. Com isso, nós conseguimos elevar em 4,1% os créditos classificados como “industriais e outros”, o maior segmento de nossa carteira de operações de crédito, mantendo a classificação em um percentual relativamente estável do total das operações de crédito em 40,0% contra 40,2% em 2002. O aumento no nível das operações de crédito nesta classificação ocorreu, apesar do baixo nível de crescimento das empresas de médio e pequeno porte no Brasil em 2003.

O desempenho dos segmentos exportadores também se refletiu no crescimento da participação das operações de crédito rural em nossa carteira, que subiu de 7,6% do total em 2002 para 8,1% do total

em 2003. Isso acarretou uma necessidade adicional de R\$8 milhões de provisão para devedores duvidosos para o segmento, representando 0,4% da constituição de despesa com provisão para perdas com operações de crédito no período.

Os empréstimos que concedemos a pessoas físicas como “outros financiamentos”, que inclui empréstimos voltados especificamente a pessoas físicas, tais como empréstimos pessoais e financiamento de veículos, cresceram 19,9% em 2003, aumentando sua participação de 17,5% em 2002 para 20,0% em 2003 do total da carteira de créditos. Isso resultou no crescimento da provisão para perdas com créditos de 8,5% sobre o saldo de 2002, proporcionalmente inferior ao aumento da carteira, devido a maior seletividade na concessão destes tipos de créditos.

Ao mesmo tempo, a provisão alocada aos empréstimos em moedas estrangeiras a pessoas físicas caiu de 2,2% em 2002 para 0,7% em 2003 e estes empréstimos caíram como porcentagem do total das operações de crédito, de 6,0% para 4,4%, em grande parte devido à valorização do real.

Para uma descrição da regulamentação do Banco Central sobre as operações de crédito, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia – Regulamentação e Supervisão – Tratamento das Operações de Crédito” e a nota 2(j) às nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

Receitas Não Financeiras

As tabelas a seguir demonstram, para a companhia e por segmento, os principais componentes de nossas receitas não financeiras relativamente a 2002 e 2003.

Para fins de comparação, os montantes relativos a determinados planos de aposentadoria complementares foram reclassificados para adequar-se à uma mudança na classificação a partir de 1º de janeiro de 2003, resultando em uma redução na receita de planos de previdência e um aumento na receita de prêmios de seguro de R\$327 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2002. Esta reclassificação não teve efeito sobre a receita não financeira, sobre o lucro líquido ou o patrimônio líquido. Para maiores informações veja “Item 3. Informações Chave - Dados Financeiros Selecionados”.

	Consolidado		Variação percentual
	2002	2003	
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)		
Receita de prestação de serviços.....	R\$2.894	R\$3.463	19,7%
Ganhos (perdas) sobre títulos e valores mobiliários de negociação	(2.006)	45	-
Ganhos (perdas) líquidos realizados sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.....	(38)	738	-
Ganhos líquidos sobre transações de câmbio	148	198	33,8
Resultado de participações em empresas não consolidadas.....	150	60	(60,0)
Prêmios de seguros	5.308	6.149	15,8
Planos de previdência	21	64	204,8
Outras receitas não financeiras	1.486	392	(73,6)
Total	R\$7.963	R\$11.109	39,5%

	Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2002	2003	Variação percentual	2002	2003	Variação percentual
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)					
Receita de prestação de serviços	R\$2.803	R\$3.225	15,1%	R\$96	R\$191	99,0%
Ganhos (perdas) sobre títulos e valores mobiliários de negociação	(2.062)	154	-	57	(108)	-
Ganhos (perdas) líquidos realizados sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.....	(85)	167	-	48	570	1.087,5
Ganhos líquidos sobre transações de câmbio.....	148	198	33,8	-	-	-
Resultado de participações em empresa não consolidadas	157	101	(35,7)	(14)	(41)	192,9
Prêmios de Seguros	-	-	-	5.308	6.149	15,8
Planos de Previdência	-	-	-	21	64	204,8
Outras receitas não financeiras	1.343	196	(85,4)	168	195	16,1
Total	R\$2.304	R\$4.041	75,4%	R\$5.684	R\$7.020	23,5%

Atividade Bancária

As receitas não financeiras para o segmento bancário aumentaram 75,4% em 2003 em comparação a 2002, principalmente, devido ao aumento no resultado de títulos e valores mobiliários de negociação e, em menor proporção, a um aumento na receita de prestação de serviços.

O resultado dos títulos e valores mobiliários de negociação subiu de uma despesa de R\$2.062 milhões em 2002 para uma receita de R\$154 milhões em 2003, principalmente devido ao impacto da desvalorização do real sobre nossas operações de “hedging” em 2002, o que não ocorreu em 2003. As receitas com prestação de serviços aumentaram em 15,1% em 2003 comparando-se a 2002, passando de R\$2.803 milhões em 2002 para R\$3.225 milhões em 2003, devido, principalmente, ao aumento no volume das operações que rendem tarifas e comissões e ao aumento na base de clientes, sendo que as tarifas e comissões da administração de fundos e serviços de conta corrente foram os itens que mais se destacaram, em grande parte devido a um maior volume destas transações. Esses aumentos foram parcialmente compensados por uma redução de 85,4% em outras receitas não financeiras devido principalmente ao reconhecimento, durante a consolidação de nossa demonstração de resultado, de uma variação negativa em nossos ativos estrangeiros devido a taxas cambiais.

Seguro, Previdência e Capitalização

As receitas não financeiras no segmento de seguros, previdência e capitalização aumentaram 23,5% em 2003 em comparação a 2002, principalmente, devido a aumentos nas receitas de prêmios de seguros e nos ganhos realizados com títulos disponíveis para venda.

Nas receitas com prêmios de seguros, houve uma variação de 15,8%, passando de R\$5.308 milhões em 2002 para R\$6.149 milhões em 2003, devido, principalmente, ao incremento nas vendas dos produtos dos ramos de automóveis e de saúde, que por sua vez foi devido a maiores esforços de marketing. Os ganhos realizados líquidos com títulos e valores mobiliários disponíveis para venda subiram

1.087,5%, passando de R\$48 milhões em 2002 para R\$570 milhões em 2003, devido aos preços de mercado para os títulos cotados nas bolsas de valores brasileiras.

Despesas não Financeiras

As tabelas a seguir demonstram, para a companhia e por segmento, os principais componentes de nossas despesas não financeiras relativamente a 2002 e a 2003:

	Consolidado		
	2002	2003	Variação percentual
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)		
Salários e benefícios	R\$(3.992)	R\$(4.677)	17,2%
Despesas administrativas	(3.421)	(3.909)	14,3
Amortização de ativos intangíveis	(230)	(266)	15,7
Sinistros de seguros	(3.614)	(4.333)	19,9
Varição de provisões de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização e contratos de investimentos de previdência	(2.261)	(3.777)	67,0
Despesas de planos de previdência	(370)	(637)	72,2
Despesas de comercialização de planos de seguros e previdência	(669)	(762)	13,9
Depreciação e amortização.....	(459)	(744)	62,1
Outras despesas não financeiras	(1.583)	(2.313)	46,1
Total	R\$(16.599)	R\$(21.418)	29,0%

	Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2002	2003	Variação percentual	2002	2003	Variação percentual
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)					
Salários e benefícios.....						
Despesas administrativas	R\$(3.656)	R\$(4.189)	14,6%	R\$(335)	R\$(462)	37,9%
Amortização de ativos intangíveis	(2.966)	(3.555)	19,9	(463)	(484)	4,5
Sinistros de seguros.....	(224)	(256)	14,3	(6)	(10)	66,7
Varição de provisão de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização e contratos de investimentos de previdência	-	-	-	(3.614)	(4.333)	19,9
Despesas de planos de previdência	-	-	-	(2.261)	(3.777)	67,0
Despesas de comercialização de planos de seguros e previdência	-	-	-	(371)	(637)	71,7
Depreciação e amortização.....	-	-	-	(669)	(762)	13,9
Outras despesas não financeiras	(393)	(675)	71,8	(61)	(67)	9,8
	(1.391)	(1.749)	25,7	(209)	(417)	99,5
Total.....	R\$(8.630)	R\$(10.424)	20,8%	R\$(7.989)	R\$(10.949)	37,1%

Atividade Bancária

As despesas não financeiras aumentaram 20,8% em 2003 em comparação a 2002, basicamente devido a aumentos nas despesas administrativas e de salários e benefícios. As despesas com salários e benefícios aumentaram 14,6% de R\$3.656 milhões em 2002 para R\$4.189 milhões em 2003 devido, em parte, ao aumento do número de funcionários, provenientes da aquisição do BBV Banco.

As despesas administrativas aumentaram 19,9% de R\$2.966 milhões em 2002 para R\$3.555 milhões em 2003 devido, basicamente, à expansão da rede de atendimento e ao aumento do nível de preços decorrente da inflação em 2003.

Seguro, Previdência e Capitalização

As despesas não financeiras aumentaram 37,1% em 2003 em comparação a 2002, devido, basicamente ao aumento nos sinistros de seguros, assim como na despesa de variação de provisão de seguros, títulos de capitalização e previdência complementar. Os sinistros de seguros aumentaram em 19,9% de R\$3.614 milhões em 2002 para R\$4.333 milhões em 2003, devido ao acréscimo nas indenizações ocorridas nos ramos de seguro de automóveis e seguro de saúde.

As despesas com variação de provisão de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização e contratos de investimentos, tiveram um aumento de 67,0% de R\$2.261 milhões em 2002 para R\$3.777 milhões em 2003 decorrente do acréscimo nas vendas dos produtos “VGBL” e “PGBL” em 2003.

Imposto de Renda

O imposto de renda no Brasil é constituído por impostos federais sobre renda e contribuição social sobre o lucro ajustado. Veja “- Impostos”. A taxa combinada desses dois tributos é de 34% desde fevereiro de 2000.

Nós apuramos uma despesa de imposto de renda de R\$346 milhões em 2003, comparados com uma despesa de imposto de R\$161 milhões em 2002. Esta despesa com imposto de renda, como porcentagem de nosso lucro antes dos impostos ajustados pelo resultado não tributável de equivalência patrimonial sobre coligadas, aumentou para 13,3% em 2003 em relação aos 7,5% em 2002.

A acréscimo deve-se, principalmente, ao aumento do lucro tributável em 2003.

Lucro Líquido

Como resultado do anteriormente mencionado, o lucro líquido para o ano de 2003 aumentou em 7,5%, em comparação a 2002.

Resultados das Operações para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2002 comparados com o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2001

As tabelas a seguir mostram os principais componentes de nosso lucro líquido relativamente a 2001 e 2002, para a companhia e por segmento:

	Consolidado		
	2001	2002	Variação percentual
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)		
Receitas financeiras, líquidas	R\$9.493	R\$13.467	41,9%
Despesa com provisão para perdas com operações de crédito	(1.763)	(2.543)	44,2
Receitas não financeiras	9.606	7.963	(17,1)
Despesas não financeiras	(14.498)	(16.599)	14,5
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias	2.838	2.288	(19,4)
Imposto de renda e contribuição social.....	(550)	(161)	(70,7)
Mudança de prática contábil ⁽¹⁾	-	27	-
Lucro antes de participações minoritárias	2.288	2.154	(5,9)
Participações de acionistas minoritários.....	(18)	(12)	(33,3)
Lucro líquido	R\$2.270	R\$2.142	(5,6)%

(1) Para maiores informações, veja nota 11 às nossas demonstrações financeiras consolidadas no item 18.

	Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2001	2002	Variação percentual	2001	2002	Variação percentual
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)					
Receitas financeiras, líquidas	R\$7.497	R\$10.436	39,2%	R\$1.976	R\$3.021	52,9%
Despesas com provisão para perdas com operações de crédito	(1.763)	(2.543)	44,2	-	-	-
Receitas não financeiras	3.147	2.304	(26,8)	6.432	5.684	(11,6)
Despesas não financeiras	(6.990)	(8.630)	23,5	(7.491)	(7.989)	6,6
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias	1.891	1.567	(17,1)	917	716	(21,9)
Imposto de renda e contribuição social.....	(383)	22	-	(157)	(173)	10,2
Mudança de prática contábil ⁽¹⁾	-	27	-	-	-	-
Lucro antes da participações minoritárias.....	1.508	1.616	7,2	760	543	(28,6)
Participação de acionistas minoritários	5	(9)	-	(24)	(3)	(87,5)
Lucro líquido	R\$1.513	R\$1.607	6,2%	R\$736	R\$540	(26,6)%

(1) Para maiores informações, veja nota 11 de nossa demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

Receitas Financeiras Líquidas

A tabela a seguir demonstra os principais componentes de nossas receitas financeiras líquidas antes da provisão para perdas com operações de crédito, relativamente a 2001 e 2002, para a companhia e por segmento:

	Consolidado			Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2001	2002	Variação percentual	2001	2002	Variação percentual	2001	2002	Variação percentual
	(Em milhões de reais, exceto porcentagem)								
Receitas financeiras	R\$18.652	R\$28.394	52,2%	R\$16.662	R\$25.380	52,3%	R\$1.976	R\$3.021	52,9%
Despesas financeiras	(9.159)	(14.927)	63,0	(9.165)	(14.944)	63,1	-	-	-
Receitas financeiras líquidas.	R\$9.493	R\$13.467	41,9%	R\$7.497	R\$10.436	39,2%	R\$1.976	R\$3.021	52,9%

A tabela a seguir demonstra, para a companhia e por segmento, quanto do aumento de nossas receitas financeiras líquidas foi atribuível às alterações no volume médio de ativos que rendem juros e obrigações, sobre as quais incidem juros, e quanto foi atribuível às alterações nas taxas médias de juros (que incluem os efeitos da desvalorização do real) em cada caso, relativamente a 2002 em comparação a 2001:

	Consolidado	Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização
	2002/2001		
	Aumento (redução)		
	(Em milhões de reais)		
Devido às alterações no volume médio de ativos que rendem juros e obrigações sobre as quais incidem juros.....	R\$2.330	R\$1.827	R\$476
Devido às alterações nas taxas médias de juros	1.644	1.112	569
Alteração líquida.....	R\$3.974	R\$2.939	R\$1.045

Atividade Bancária

O aumento de R\$2.939 milhões nas receitas líquidas de juros da atividade bancária em 2002 com relação a 2001 ocorreu, em grande parte, devido ao efeito líquido do aumento no saldo médio dos ativos que rendem juros e passivos que incidem juros. As alterações no saldo médio das obrigações que incidem juros (que aumentaram 19,3%) e no saldo médio dos ativos que rendem juros (que aumentaram 21,9%), levaram a um aumento das receitas financeiras, líquidas de R\$1.827 milhões. Estes acréscimos foram principalmente devidos ao aumento de 21,4% em nosso saldo médio de operações de crédito em aberto, devido basicamente às aquisições do Banco Mercantil, Banco Cidade e BEA em 2002, de um acréscimo médio de 127,6% dos depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil e ao impacto das operações de crédito indexadas a ou denominadas em moeda estrangeira que sofreram uma maior desvalorização do real em 2002 do que em 2001.

O efeito líquido do aumento nas taxas médias de juros devido, em parte, à desvalorização de 52,3% do real em 2002 foi um acréscimo na receita financeira líquida de R\$1.112 milhões em 2002 com relação a 2001.

A margem líquida de juros é a receita financeira líquida como porcentagem dos ativos médios que rendem juros. Nossa margem líquida de juros no segmento bancário aumentou de uma taxa de 11,1% em 2001 para uma taxa de 12,6% em 2002.

Seguros, Previdência e Capitalização

O aumento de R\$1.045 milhões nas receitas de juros em 2002 com relação a 2001 ocorreu, devido a alterações tanto nas taxas de juros médias quanto no volume médio dos ativos que rendem juros. As alterações nas taxas médias de juros levaram a um aumento na receita financeira líquida de R\$569 milhões e foram atribuíveis, principalmente, a um aumento nas taxas de juros médias, que foi por sua vez atribuível à desvalorização do real em 2002.

As alterações no saldo médio dos ativos que rendem juros e das obrigações sobre as quais incidem juros levaram a um aumento na receita financeira líquida de R\$476 milhões. As alterações no saldo médio dos ativos que rendem juros (que aumentaram 21,6%) foram devidas, principalmente, ao aumento de 164,3% em nosso saldo médio de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda devido, basicamente, ao aumento dos recursos provenientes das provisões técnicas, principalmente, nos produtos VGBL e PGBL, devido ao aumento nas vendas desses produtos.

Nossa margem líquida no segmento de seguros, previdência e capitalização aumentou de 15,1% em 2001 para 19,0% em 2002.

Receitas Financeiras

As tabelas a seguir demonstram, para a companhia e por segmento, o saldo médio dos principais componentes da média de nossos ativos que rendem juros e as taxas de juros médias auferidas, em 2001 e em 2002:

	Consolidado		
	2001	2002	Varição percentual
	(em milhões de reais, exceto porcentagem)		
Saldo médio de ativos que rendem juros:			
Operações de crédito	R\$40.928	R\$49.590	21,2%
Aplicações em operações compromissadas	10.569	10.322	(2,3)
Títulos e valores mobiliários de negociação	19.785	19.537	(1,3)
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	3.793	3.045	(19,7)
Títulos e valores mobiliários mantidos até vencimento	-	5.295	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.996	2.154	7,9
Depósitos compulsórios no Banco Central.....	3.580	8.149	127,6
Outros ativos	167	340	103,6
Total	R\$80.818	R\$98.432	21,8%
Taxa de juros média auferida.....	23,1%	28,8%	

	Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2001	2002	Variação percentual	2001	2002	Variação percentual
(Em milhões de reais, exceto porcentagens)						
Saldo médio de ativos que rendem juros:						
Operações de crédito.....	R\$40.863	R\$49.590	21,4%	-	-	-
Aplicações em operações compromissadas	10.569	10.322	(2,3)	-	-	-
Títulos e valores mobiliários de negociação.	7.267	7.130	(1,9)	R\$12.518	R\$12.396	(1,0)%
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.....	3.478	1.825	(47,5)	485	1.282	164,3
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	-	3.186	-	-	2.112	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros....	1.904	2.148	12,8	84	124	47,6
Depósitos compulsórios no Banco Central..	3.580	8.149	127,6	-	-	-
Outros ativos	167	340	103,6	-	-	-
Total	R\$67.828	R\$82.690	21,9	R\$13.087	R\$15.914	21,6%
Taxa de juros média auferida.....	24,6%	30,7%		15,1%	19,0%	

Para maiores informações sobre as taxas de juros médias por tipo de ativos, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas - Média das Contas Patrimoniais e Informações sobre Taxas de Juros”.

A tabela a seguir demonstra, para a companhia e por segmento, quanto do aumento em nossas receitas financeiras foi atribuível às alterações no volume médio de ativos que rendem juros e quanto foi atribuível às alterações nas taxas médias de juros (que incluem os efeitos da desvalorização do real), em cada caso relativamente a 2002 em comparação com 2001:

	Atividade Bancária		Seguros, Previdência e Capitalização
	Consolidado	2002/2001	
Aumento (redução) (Em milhões de reais)			
Devido às alterações no volume médio de ativos que rendem juros	R\$4.226	R\$3.732	R\$476
Devido às alterações nas taxas médias de juros	5.516	4.986	569
Alteração líquida.....	R\$9.742	R\$8.718	R\$1.045

Atividade Bancária

As receitas financeiras aumentaram 52,3% em 2002, se comparadas a 2001 devido, basicamente, ao aumento nas receitas financeiras oriundas de operações de crédito, ao aumento na receita financeira dos depósitos compulsórios com o Banco Central, em títulos mantidos até o vencimento e em carteira de aplicações em operações compromissadas. O acréscimo de 45,9% na receita financeira oriunda de operações de crédito, de R\$11.672 milhões para R\$17.027 milhões, foi atribuível a um aumento de R\$2.751

milhões, no volume médio das operações de crédito, devido basicamente às aquisições do Banco Mercantil, Banco Cidade e BEA em 2002. Um fator adicional foi o impacto da maior desvalorização do real contra o dólar norte-americano em 2002 quando comparado a 2001, que produziu receita elevada em nossos ativos que rendem juros em taxas relacionadas a taxa de câmbio, bem como um aumento na taxa média de juros sobre nossas operações de crédito de 28,6% em 2001 para 34,3% em 2002.

A receita financeira oriunda de depósitos compulsórios no Banco Central subiu 588,3% de R\$299 milhões em 2001 para R\$2.058 milhões em 2002. Esse aumento foi atribuível principalmente a um aumento de R\$1.079 milhões em função do acréscimo nas taxas de juros auferidas pelos nossos depósitos compulsórios. As taxas de juros aplicáveis aos depósitos compulsórios são determinadas pela regulamentação do Banco Central. A taxa média de retorno sobre os depósitos compulsórios subiu de 8,4% em 2001 para 25,3% em 2002, devido em grande parte a um aumento na taxa média de retorno sobre os depósitos compulsórios de depósitos a prazo, de 7,4% em 2001 para 44,3% em 2002. Por sua vez, o aumento na taxa média de retorno estava consistente com o aumento nas taxas de retorno sobre os títulos do governo federal brasileiro relacionados, os quais perfazem a maior parte dos depósitos compulsórios de acordo com a regulamentação do Banco Central. O aumento na receita financeira de depósito compulsórios no Banco Central também foi atribuível a um aumento de R\$680 milhões nas receitas financeiras atribuível a um aumento no saldo médio de 127,6% de nossos depósitos compulsórios no Banco Central, devido basicamente ao aumento das alíquotas sobre compulsório no Banco Central em 2002, bem como a criação de categorias adicionais de depósito compulsório. Para maiores informações sobre essas exigências de depósito compulsório e taxas de juros aplicáveis, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - A Companhia - Financiamento”.

O aumento na receita financeira também foi devido aos juros sobre a carteira de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, de R\$1.258 milhões em 2002, composta, basicamente, por títulos públicos brasileiros com cláusula de variação cambial, que foi beneficiada por uma maior desvalorização cambial em 2002. Estes títulos e valores mobiliários, em sua maioria, encontravam-se em 2001 classificados como “de negociação”.

O aumento na receita financeira deve-se, em menor proporção, à um aumento de 30,3% nos juros sobre nossa carteira de aplicações em operações compromissadas de R\$2.261 milhões em 2001 para R\$2.947 milhões em 2002, devido principalmente a um acréscimo de R\$740 milhões atribuível ao impacto do aumento nas taxas de juros médias, que foi parcialmente compensado por uma diminuição de R\$54 milhões nas receitas financeiras, atribuível à uma diminuição de 2,3% no saldo médio de nossa carteira de aplicações em operações compromissadas.

Nossa carteira de títulos mantidos até o vencimento teve uma taxa de retorno mais alta quando comparada à nossa carteira de títulos disponíveis para venda e à nossa carteira de títulos de negociação, durante 2002. Nós mantemos títulos denominados em reais e títulos denominados em ou indexados a outras moedas, principalmente o dólar norte-americano. Embora a maior parte de nossos títulos mantidos até o vencimento esteja denominada em reais brasileiros, em 31 de dezembro de 2002, aproximadamente 39% deles estavam denominados em ou indexados a outras moedas, enquanto que menos de 2% de nossos títulos de negociação e aproximadamente 15% de nossos títulos disponíveis para venda estavam denominados em outras moedas. Quando o real se desvaloriza, os títulos denominados em ou indexados a outras moedas rendem uma taxa de retorno efetiva mais alta que os títulos denominados em reais brasileiros. Consequentemente, em virtude de, em 2002, uma porcentagem bem maior de nossa carteira de títulos mantidos até o vencimento estar ligada à moeda estrangeira, esta categoria de títulos tinha uma taxa

de retorno mais alta quando comparada às categorias de negociação e disponível para venda, as quais continham uma porção bem menor de títulos ligados à moeda estrangeira.

Seguro, Previdência e Capitalização

As receitas financeiras das atividades de seguros, previdência e capitalização aumentaram 52,9% em 2002, se comparado a 2001, devido, principalmente, às receitas com títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento. O valor de R\$696 milhões da receitas com títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento em 2002, composto principalmente por títulos públicos brasileiros, foi em grande parte devido ao acréscimo nas taxas de juros médias em 2002. Esses títulos mantidos até o vencimento encontravam-se em 2001 classificados como de “negociação”.

As receitas com títulos e valores mobiliários disponíveis para venda subiram 1.236,8%, de R\$19 milhões em 2001 para R\$254 milhões em 2002, sendo esta variação decorrente do aumento de R\$68 milhões no volume médio das operações, em razão do acréscimo nas rendas dos produtos VGBL e PGBL e de R\$167 milhões, relativo ao acréscimo na taxa de juros médias no período.

Despesas financeiras

As tabelas a seguir demonstram, para a companhia e por segmento, os principais componentes da média de nossas obrigações sobre as quais incidem juros e as taxas de juros médias pagas sobre essas obrigações em 2001 e 2002:

	Consolidado		Varição percentual
	2001	2002	
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)		
Saldo médio de obrigações sobre as quais incidem juros:			
Depósitos de poupança	R\$17.486	R\$19.033	8,8%
Depósitos a prazo	12.597	21.347	69,5
Captações no mercado aberto	12.278	9.670	(21,2)
Obrigações por empréstimos de curto prazo	8.751	10.137	15,8
Obrigações por empréstimos de longo prazo	9.789	12.417	26,8
Depósitos interfinanceiros.....	176	223	26,7
Total	R\$61.077	R\$72.827	19,2%
Taxa média de juros paga.....	15,0%	20,5%	

	Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2001	2002	Variação Percentual	2001	2002	Variação Percentual
(Em milhões de reais, exceto porcentagens)						
Saldo médio de obrigações sobre as quais incidem juros:						
Depósitos de poupança	R\$17.502	R\$19.050	8,8%	-	-	-
Depósitos de prazo	12.664	21.466	69,5	-	-	-
Captações no mercado aberto.....	12.278	9.673	(21,2)	-	-	-
Obrigações por empréstimos de curto prazo	8.751	10.137	15,8	-	-	-
Obrigações por empréstimos de longo prazo	9.789	12.417	26,8	-	-	-
Depósitos interfinanceiros	187	223	19,3	-	-	-
Total	R\$61.171	R\$72.966	19,3%	-	-	-
Taxa média de juros paga.....	15,0%	20,5%	-	-	-	-

Para maiores informações sobre as taxas de juros médias por tipo de passivo, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas - Média das Contas Patrimoniais e Informações sobre Taxas de Juros”.

As tabelas a seguir demonstram, para a companhia e por segmento, quanto do aumento em nossas despesas financeiras para o exercício de 2002 comparado com o exercício de 2001 foi atribuível às alterações no volume médio de obrigações sobre as quais incidem juros e quanto foi atribuível às alterações nas taxas médias de juros (que incluem os efeitos da desvalorização do real):

	Consolidado	Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização
	2002/2001		
Aumento (redução) (Em milhões de reais)			
Devido às alterações no volume médio de obrigações sobre as quais incidem juros	R\$1.896	R\$1.905	-
Devido às alterações nas taxas médias de juros	3.872	3.874	-
Alteração líquida.....	R\$5.768	R\$5.779	-

Atividade Bancária

O aumento de 63,1% em nossas despesas financeiras, relativamente a 2002 em comparação a 2001 foi, basicamente, atribuível a um aumento da despesa financeira sobre nossos depósitos a prazo, sobre nossas obrigações por empréstimos de curto prazo e, em menor proporção, da despesa financeira sobre obrigações por empréstimos de longo prazo.

Nossa despesa financeira relacionada às nossas obrigações por empréstimos de curto prazo, representadas principalmente por linhas de crédito internacionais de curto prazo, denominadas em moeda

estrangeira, aumentou 106,3%, de R\$1.928 milhões em 2001 para R\$3.977 milhões em 2002, devido principalmente a perdas cambiais registradas nestas linhas, que por sua vez foram amplamente atribuíveis à maior desvalorização do real em 2002 do que em 2001, assim como a um aumento no volume médio.

As despesas financeiras sobre nossas obrigações por empréstimos de longo prazo subiram 101,6%, de R\$2.030 milhões em 2001 para R\$4.092 milhões em 2002. Este aumento deveu-se, principalmente, a um acréscimo de R\$1.292 milhões nas despesas financeiras sobre nossas linhas de crédito internacionais de longo prazo, denominadas em moeda estrangeira, em grande parte atribuível a perdas do câmbio registrados nessas linhas, como resultado de uma maior desvalorização do real em 2002. O aumento em nossa despesa financeira com nossas obrigações de longo prazo em moeda estrangeira foi devido também ao aumento de 26,8% no saldo médio das obrigações de longo prazo. Nossas despesas financeiras com nossas linhas de crédito locais de longo prazo aumentaram R\$770 milhões, em grande parte, devido ao aumento do saldo médio dessas contas de 33,4% em 2002 comparado com 2001.

Tivemos também um aumento de 69,9% em nossas despesas financeiras sobre operações de depósitos a prazo, de R\$1.880 milhões em 2001 para R\$3.195 milhões em 2002. O acréscimo foi, principalmente, atribuível a um aumento de 69,5% no volume médio de nossas operações de depósitos a prazo no período, bem como a um aumento nas taxas de juros. O acréscimo no volume de nossas operações de depósitos a prazo foi devido em parte ao aumento na base de clientes e às aquisições de bancos, que ocorreram no 1º semestre de 2002.

Despesas com Provisão para Perdas com Operações de Crédito

A tabela a seguir demonstra as mudanças em nossa provisão para perdas com operações de crédito, a despesa com provisão para perdas com operações de crédito, os empréstimos recuperados e as baixas de empréstimos em 2001 e 2002, bem como nosso índice de despesas com provisão em relação às operações de crédito (expresso como uma porcentagem do saldo médio de operações de crédito):

	2001	2002	Variação percentual
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)		
Provisão para perdas com operações de crédito no início do ano ..	R\$2.345	R\$2.941	25,4%
Despesa com provisão para perdas com operações de crédito	1.763	2.543	44,2
Baixas de empréstimos.....	(1.414)	(2.320)	64,1
Empréstimos recuperados	247	291	17,8
Provisão para perdas com operações de crédito no final do ano	<u>R\$2.941</u>	<u>R\$3.455</u>	17,5%
Índice de despesas com provisão para perdas com operação de crédito em relação ao saldo médio das operações de crédito.....	4,1%	4,9%	

A provisão para perdas com operações de crédito aumentou 17,5% de R\$2.941 milhões em 31 de dezembro de 2001 para R\$3.455 milhões em 31 de dezembro de 2002. Esse crescimento deve-se ao aumento de 20,3% no saldo médio das operações de crédito, refletindo o crescimento de nossa carteira de crédito por meio das aquisições do Banco Mercantil, BEA e Banco Cidade e da concessão de novos empréstimos, bem como o impacto sobre nossa carteira de crédito da desvalorização do real e da desaceleração da economia brasileira durante o período.

Nós aumentamos nosso nível de provisionamento durante 2002, refletindo o crescimento no volume de nossa carteira de operações de crédito por meio de novas aquisições e um declínio previsto da capacidade de nossos tomadores pessoas físicas em cumprir com suas obrigações, visto que foram

afetados pela deterioração da economia brasileira e níveis reduzidos de crescimento da economia nos Estados Unidos.

Em consistência com a queda na economia, nosso nível de perdas com empréstimos anuais, definido como o valor das baixas de empréstimos como porcentagem do saldo médio das operações de crédito aumentou de 3,3% em 2001 para 4,5% em 2002, nossas baixas de empréstimos aumentaram 64,1% durante 2002. O aumento na despesa com provisão para perdas com operações de crédito por sua vez aumentou nosso índice de despesa com provisão para perdas com operações de crédito em relação às operações de crédito em aberto. A provisão para perdas com operações de crédito como uma porcentagem do total de empréstimos permaneceu bastante estável, em 6,5% no final do ano de 2001 e 6,6% no final do ano 2002. De um modo geral, durante 2002 a despesa com provisão para perdas com operações de crédito aumentou 44,2% quando comparada a 2001.

A dificuldade elevada de nossos tomadores em cumprir com suas obrigações, levando em consideração a deterioração da economia brasileira, é refletida pelas mudanças na classificação de risco de nossa carteira de operações de crédito. As operações de crédito nas duas mais altas categorias caíram de 68,2% do total no final de 2001 para 67,2% no final de 2002. Entretanto, ao mesmo tempo o percentual das operações de crédito em nossas quatro mais altas classificações de risco, nenhuma delas considerada como “crédito de curso anormal”, melhorou, alcançando em 31 de dezembro de 2002 91,6% comparado a 90,9% em 31 de dezembro de 2001, refletindo nossa aplicação de um processo mais criterioso de concessão de crédito.

As recuperações de empréstimos problemáticos aumentaram 17,8% em 2002 quando comparado a 2001, em grande parte, devido ao aperfeiçoamento na habilidade de negociar com ou cobrar nossos clientes inadimplentes.

As mudanças na qualidade de nossa carteira de operações de crédito desempenharam um papel mais significativo na determinação de nossa alocação da provisão para perdas com operações de crédito que em qualquer outra mudança ou tendência nas operações de crédito de curso anormal.

Os créditos concedidos de acordo com nossa categoria de “industrias e outros” incluem créditos a algumas empresas, tais como empresas de telecomunicação, energia elétrica e comunicações, as quais tiveram níveis relativamente altos de dívida denominada em moedas estrangeiras mas cuja receita é basicamente em reais. Essas empresas enfrentaram dificuldades durante 2002 devido à desvalorização de 52,3% do real contra o dólar, que aumentaram suas dívidas denominadas em dólar norte-americano quando mensuradas em reais, enquanto reduziam o poder aquisitivo de suas receitas, contribuindo para o aumento nas baixas de empréstimos.

De um modo geral, a provisão alocada para “industrias e outros” diminuiu de 56,8% do total da provisão em 2001 para 42,0% em 2002, devido em grande parte à sua redução como uma porcentagem do total das operações de crédito de 41,9% em 2001 para 40,2% em 2002. Ao mesmo tempo, o volume de nossa categoria de “industrias e outros” aumentou 11,6%, em relação a 2001, devido às nossas aquisições de outros bancos.

Assim como a provisão alocada para empréstimos industrias e outros, a provisão para crédito rural declinou de 11,5% do total em 2001 para 7,6% do total em 2002, refletindo uma melhora na taxa de pagamento de tais operações de crédito. Ao mesmo tempo, essas operações de crédito subiram como uma porcentagem do total das operações de crédito de 6,7% em 2001 para 7,6% em 2002. Esse aumento foi,

principalmente, devido a um aumento no volume médio de tais transações, que por sua vez foi devido a uma melhora dos preços de mercado dos produtos agrícolas e ao aumento resultante nas exportações em moeda estrangeira.

A porcentagem das operações de crédito que concedemos a clientes pessoa física como “outros financiamentos” cresceu 284% durante os últimos quatro anos, com um aumento anual médio de aproximadamente 40%. A porcentagem de “outros financiamentos” permaneceu praticamente estável, em 17,5% do total das operações de crédito em 2001 e 2002. Entretanto, embora as operações de crédito para pessoas físicas tenham historicamente taxas melhores de retorno que as operações de crédito às empresas, a provisão para perdas com operações de crédito alocada para outros financiamentos à pessoa física aumentou de 12,7% do total da provisão em 2001 para 26,0% em 2002, devido em grande parte ao impacto da inflação e da depreciação do real sobre o poder aquisitivo e capacidade das pessoas físicas em cumprir com suas obrigações, bem como o efeito de outros fatores econômicos tal como o nível de desemprego. Durante 2002, nós baixamos R\$900 milhões destas operações de crédito, as quais possuem um vencimento médio de três anos, representando 38,8% do valor baixado para o exercício.

Do mesmo modo, a provisão alocada para operações de crédito imobiliário às pessoas físicas aumentou de 5,3% do total em 2001 para 5,8% do total em 2002, apesar de um declínio no montante de tais operações de crédito, de 3,1% em 2001 para 2,3% do total das operações de crédito em 2002.

A provisão alocada para operações de crédito em moedas estrangeiras também aumentou, de 2,0% em 2001 para 2,2% em 2002, enquanto que tais operações de crédito aumentaram como uma porcentagem do total das operações de 5,3% em 2001 para 6,0% em 2002. O aumento foi, em grande parte, devido à desvalorização do real, em vez de novas concessões de crédito.

Para uma descrição da regulamentação das operações de crédito de financiamento do Banco Central, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia – Regulamentação e Supervisão – Tratamento das Obrigações por Empréstimos em Atraso” e nota 2(j) às nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

Receitas Não Financeiras

As tabelas a seguir demonstram, para a companhia e por segmento, os principais componentes de nossas receitas não financeiras relativamente a 2001 e a 2002.

Para fins de comparação, os montantes relativos a determinados planos de aposentadoria complementares foram reclassificados para adequar-se a uma alteração na classificação vigente a partir de 1º de janeiro de 2003, resultando em reduções na receita de planos de previdência e aumentos na receita de prêmios de seguro de R\$330 milhões e R\$327 milhões para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e 2002. Essas reclassificações não tiveram efeito sobre a receita não financeira, sobre o lucro líquido ou o patrimônio líquido. Para maiores informações veja “Item 3. Informações Chave - Dados Financeiros Selecionados”.

	Consolidado		
	2001	2002	Variação percentual
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)		
Receita de prestação de serviços.....	R\$2.866	R\$2.894	1,0%
Perdas sobre títulos e valores mobiliários de negociação	(287)	(2.006)	599,0
Ganhos (perdas) líquidos realizado sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.....	372	(38)	-
Ganhos líquidos sobre transações de câmbio	247	148	(40,1)
Resultado de participações em empresas não consolidadas.....	109	150	37,6
Prêmios de seguros	4.946	5.308	7,3
Planos de previdência.....	713	21	(97,1)
Outras receitas não financeiras	640	1.486	132,2
Total	R\$9.606	R\$7.963	(17,1)%

	Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2001	2002	Variação Percentual	2001	2002	Variação Percentual
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)					
Receitas de prestação de serviço.....	R\$2.720	R\$2.803	3,1%	R\$48	R\$96	100,0%
Perdas sobre títulos e valores mobiliários de negociação	(257)	(2.062)	702,3	(30)	57	-
Ganhos (perdas) líquido realizado sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.....	123	(85)	-	246	48	(80,5)
Ganhos líquidos sobre transações de câmbio .	248	148	(40,3)	-	-	-
Resultado de participações em empresas não consolidadas	84	157	86,9	25	(14)	-
Prêmios de Seguros.....	-	-	-	4.946	5.308	7,3
Planos de previdência	-	-	-	713	21	(97,1)
Outras receitas não financeiras	229	1.343	486,5	484	168	(65,3)
Total	R\$3.147	R\$2.304	(26,8)%	R\$6.432	R\$5.684	(11,6)%

Atividade Bancária

As receitas não financeiras no segmento de atividade bancária diminuíram 26,8% em 2002 em comparação a 2001 devido, principalmente, a um aumento de 702,3% nas perdas sobre títulos e valores mobiliários de negociação, que aumentaram de R\$257 milhões em 2001 para R\$2.062 milhões em 2002. Esse aumento foi devido, principalmente, ao impacto da desvalorização do real sobre nossas operações de “hedging” durante 2002.

Este fator foi parcialmente compensado por um acréscimo de 486,5% nas outras receitas não financeiras devido, basicamente, à variação cambial em nossos investimentos no exterior reconhecidos durante o processo de consolidação.

Seguro, Previdência e Capitalização

As receitas não financeiras no segmento de seguros, previdência e capitalização diminuíram 11,6% de R\$6.432 milhões em 2001 para R\$5.684 milhões em 2002, devido principalmente a uma redução de 97,1% na receita de previdência complementar, oriunda de produtos de previdência tradicionais, de R\$713 milhões em 2001 para R\$21 milhões em 2002. Essa redução foi devido, em grande parte, à reclassificação de valores relativos a certos planos de previdência complementar.

Este fator foi parcialmente compensado por um acréscimo de 7,3% nos prêmios de seguros, de R\$4.946 milhões em 2001 para R\$5.308 milhões em 2002, atribuível em grande parte aos esforços de marketing.

Despesas Não Financeiras

As tabelas a seguir demonstram, para a companhia e por segmento, os principais componentes de nossas despesas não financeiras relativamente a 2001 e 2002:

	Consolidado		Varição percentual
	2001	2002	
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)		
Salários e benefícios	R\$(3.329)	R\$(3.992)	19,9%
Despesas administrativas	(2.868)	(3.421)	19,3
Amortização de ativos intangíveis	(115)	(230)	100,0
Sinistros de seguros	(3.251)	(3.614)	11,2
Varição de provisões de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização e contratos de investimentos de previdência	(1.847)	(2.261)	22,4
Despesas de planos de previdência	(459)	(370)	(19,4)
Despesas de comercialização de planos de seguros e previdência	(690)	(669)	(3,0)
Depreciação e amortização.....	(463)	(459)	(0,9)
Outras despesas não financeiras	(1.476)	(1.583)	7,2
Total	R\$(14.498)	R\$(16.599)	14,5%

	Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2001	2002	Variação Percentual	2001	2002	Variação Percentual
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)					
Salários e benefícios.....	R\$(2.967)	R\$(3.656)	23,2%	R\$(309)	R\$(335)	8,4%
Despesas administrativas	(2.458)	(2.966)	20,7	(388)	(463)	19,3
Amortização de ativos intangíveis	(89)	(224)	151,7	(27)	(6)	(77,8)
Sinistro de seguros	-	-	-	(3.251)	(3.614)	11,2
Variação de provisão de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização e contratos de investimento de previdência.....	-	-	-	(1.847)	(2.261)	22,4
Despesas com planos de previdência.....	-	-	-	(459)	(371)	(19,2)
Despesas de comercialização.....	-	-	-	(694)	(669)	(3,6)
Depreciação e amortização	(412)	(393)	(4,6)	(50)	(61)	22,0
Outras despesas não financeiras.....	(1.064)	(1.391)	30,7	(466)	(209)	(55,2)
Total	<u>R\$(6.990)</u>	<u>R\$(8.630)</u>	23,5%	<u>R\$(7.491)</u>	<u>R\$(7.989)</u>	6,6%

Atividade Bancária

As despesas não financeiras no segmento bancário aumentaram 23,5% em 2002 em comparação a 2001, devido basicamente ao aumento de 23,2% nas despesas com salários e benefícios. Esse acréscimo foi devido em parte ao aumento nos níveis salariais e ao aumento do número de funcionários, provenientes principalmente da aquisição do Banco Mercantil, BEA e Banco Cidade. As despesas administrativas aumentaram 20,7% devido, basicamente, à expansão de nossa rede de agências e outras fontes de serviços e ao aumento do nível de preços decorrente da inflação em 2002.

Seguro, Previdência e Capitalização

As despesas não financeiras no segmento de seguros, previdência e capitalização aumentaram 6,6% em 2002 em comparação a 2001, de R\$7.491 milhões em 2001 para R\$7.989 milhões em 2002. Esse aumento foi devido, basicamente, ao acréscimo de 11,2% dos sinistros de seguros em 2002, que por sua vez foi em grande parte devido a um acréscimo das operações em 2002 e a um acréscimo de 22,4% da provisão para contratos de investimento de previdência, decorrente principalmente da maior comercialização dos produtos VGBL e PGBL.

Imposto de Renda

O imposto de renda no Brasil é constituído por impostos federais sobre renda e contribuição social sobre o lucro ajustado. Veja “Visão Geral - Impostos”. A taxa combinada desses dois tributos foi:

- 34,0% para o período entre 1 de fevereiro de 2000 e 31 de dezembro de 2002; e
- 37,0% para o período entre 1 de maio de 1999 e 31 de janeiro de 2000.

Nós apuramos uma despesa de imposto de renda de R\$161 milhões em 2002 comparada com uma despesa de imposto de R\$550 milhões em 2001. Essa despesa com imposto de renda, como porcentagem

de nosso lucro antes dos impostos ajustados pelo resultado não tributável de equivalência patrimonial sobre coligadas, reduziu para 7,5% em 2002 em relação aos 20,2% em 2001. A diminuição deveu-se, principalmente, a uma diminuição do lucro tributável em 2002, compensado por um aumento nas despesas não dedutíveis e por maiores ganhos cambiais de investimentos no exterior não tributáveis no Brasil.

Lucro Líquido

Como resultado do anteriormente mencionado, o lucro líquido para o ano de 2002 reduziu 5,6% em comparação a 2001.

Administração de Ativos e Obrigações

Nossa política geral sobre a administração de ativos e obrigações é a seguinte:

- administrar riscos de taxa de juros, liquidez, câmbio e vencimento para maximizar nossa receita líquida de operações financeiras e nosso retorno sobre ativos e capital, à luz de nossa política interna de gestão de riscos; e
- manter níveis adequados de liquidez e capital.

Como parte de nossa administração de ativos e obrigações, procuramos evitar desencontros substanciais entre ativos e obrigações, fazendo coincidir, na medida do possível, a estrutura de vencimentos, moedas e taxas de juros dos empréstimos que concedemos, conforme os termos das operações, segundo as quais financiamos esses empréstimos. Respeitadas as restrições de nossa política, assumimos periodicamente posições descasadas, quanto a taxas de juros, vencimentos e, em circunstâncias mais limitadas, moedas estrangeiras, quando acreditamos que essas posições se justificam em razão de condições e perspectivas de mercado.

Monitoramos nossa posição de ativos e obrigações de acordo com as exigências e diretrizes do Banco Central. O Comitê de Ativo e Passivo de nossa Administração Sênior reúne-se semanalmente para:

- estabelecer políticas de alocação de ativos e captação de recursos;
- tomar decisões sobre a estrutura de vencimentos de nossos ativos e obrigações;
- estabelecer limites de um dia (*overnight*) e no mesmo dia (*intra-day*) para nossos descasamentos em vencimentos, posições de taxas de juros e posições de moedas estrangeiras; e
- estabelecer limites de exposições, com base em nossa avaliação dos riscos, apresentados por nossas posições de *gaps* e níveis atuais de volatilidade de mercado.

Ao tomar as decisões, nossa Administração Sênior avalia não somente nossos limites de exposição referentes a cada segmento de mercado e produto, mas também os níveis de volatilidade do mercado e a extensão à qual estamos expostos a riscos de mercado por meio de “descasamentos” de taxas de juros, vencimentos, liquidez e moeda. Ela também considera outros riscos em potencial, bem como a liquidez do mercado, nossas necessidades institucionais e oportunidades de ganho observadas. O Comitê realiza reuniões extraordinárias, conforme necessário em resposta às alterações macroeconômicas inesperadas.

Além disso, temos dois comitês de crédito, que ajudam a administrar nossos ativos e obrigações:

- o Comitê Executivo de Crédito, composto de membros de nossa Administração Sênior, que se reúne semanalmente, analisa créditos acima de R\$20 milhões e determina as políticas gerais que orientarão nossa administração de ativos e obrigações até sua próxima reunião; e
- o Comitê Diário de Crédito, o qual se reúne diariamente e é responsável pela análise de créditos de até R\$20 milhões.

Além disso, nossa Administração Sênior recebe relatórios diários sobre nossas posições descaídas e em aberto, enquanto que o Comitê de Tesouraria avalia semanalmente nossa posição quanto a riscos.

Liquidez e Financiamento

As exigências do Banco Central, quanto aos depósitos compulsórios, determinam nossos níveis mínimos de liquidez. Periodicamente revisamos nossas políticas de administração de ativos e obrigações, de modo a garantir que tenhamos liquidez suficiente para honrar saques de depósitos, amortizar outras obrigações no vencimento, conceder empréstimos ou outras formas de crédito aos nossos clientes e atender às nossas necessidades próprias de capital de giro. Em nossa opinião, nosso capital de giro é suficiente para nossas atuais necessidades.

Nosso Departamento de Tesouraria atua como um centro de suporte para nossos vários segmentos comerciais, administrando nossas posições de financiamento e liquidez e cumprindo nossos objetivos de investimento, de acordo com nossa política de administração de ativos e obrigações. Ele é também responsável por estabelecer as taxas de nossos produtos, inclusive operações de câmbio e interfinanceiras. O Departamento de Tesouraria cobre qualquer escassez de recursos de financiamento por meio da tomada de empréstimos no mercado interbancário. Ele procura maximizar o uso eficiente de nossa base de depósitos, investindo quaisquer excedentes em instrumentos líquidos no mercado interbancário.

Mantivemos um alto nível de liquidez nos últimos anos, devido ao nosso nível de alavancagem relativamente baixo. Temos utilizado nossa liquidez excedente para investir em instrumentos do mercado monetário de curto prazo e esperamos continuar a fazê-lo, observadas as exigências regulamentares e considerações sobre investimentos.

Nossas duas principais fontes de financiamento são:

- depósitos à vista, de poupança e a prazo, bem como depósitos interfinanceiros; e
- obrigações por empréstimos a curto, médio e longo prazos, geralmente expressos em dólar norte-americano.

A tabela a seguir demonstra a média dos saldos e a taxa de juros reais média de nossas fontes de captação (que incidem juros e também as que não incidem juros) nos períodos indicados:

	2001			2002			2003		
	Saldo médio	% do total	Taxa média	Saldo médio	% do total	Taxa média	Saldo médio	% do total	Taxa média
(Em milhões de reais, exceto percentagem)									
Depósitos interfinanceiros.....	R\$176	0,2%	13,6%	R\$223	0,2%	16,1%	R\$657	0,5%	16,9%
Depósitos de poupança	17.486	18,9	7,9	19.033	16,8	8,3	20.680	15,4	9,9
Depósitos a prazo.....	12.597	13,6	14,9	21.347	18,9	14,9	24.230	18,0	17,5
Obrigações que incidem juros:									
Captações no mercado aberto	12.278	13,3	15,6	9.670	8,5	21,2	15.486	11,5	18,4
Obrigações por empréstimos de curto prazo.....	8.751	9,5	22,0	10.137	9,0	39,2	9.219	6,8	(4,2)
Obrigações por empréstimos de longo prazo.....	9.789	10,6	20,7	12.417	11,0	33,0	16.417	12,2	5,3
Total de obrigações sobre as quais incidem juros	61.077	66,2	15,0%	72.827	64,3	20,5%	86.689	64,4	11,2
Obrigações que não incidem juros:									
Depósitos à vista.....	7.464	8,1		9.860	8,7		11.146	8,3	
Outras obrigações que não incidem juros ⁽¹⁾	23.752	25,7		30.529	27,0		36.790	27,3	
Total de obrigações que não incidem juros	31.216	33,8		40.389	35,7		47.936	35,6	
Total do passivo	R\$92.293	100,0%		R\$113.216	100,0%		R\$134.625	100,0%	

(1) Outras obrigações que não incidem juros, que são basicamente compostas por provisão de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização, contratos de investimentos de previdência e provisão para obrigações contingentes, que não são recursos de captação.

Os depósitos são a nossa fonte de captação mais importante, representando 40,9% do saldo médio das obrigações em 2001, comparado com 44,6% em 2002 e 42,1% em 2003. O acréscimo em 2002 deve-se principalmente ao aumento no volume dos depósitos de poupança, aliado ao aumento no número na base de clientes. Em 2003 apesar do aumento de 12,4% no saldo médio dos depósitos, tivemos uma pequena redução quando comparado como porcentagem do saldo médio das obrigações, devido, basicamente, aos maiores acréscimos em outras fontes de captações, tais como captações no mercado aberto cujo saldo médio aumentou 60,1% durante 2003, e obrigações por empréstimos de longo prazo, cujo saldo médio aumentou 32,2% durante 2003.

Empréstimos de curto, médio e longo prazos são nossa segunda principal fonte de captação, representando 20,1% do saldo médio das obrigações de 2001, comparado com 19,9% em 2002 e 19,0% em 2003. A redução em 2003 foi, em grande parte, devido a um decréscimo na demanda por financiamento de importação e exportação. Nossas captações no mercado aberto aumentaram 60,1% como porcentagem do saldo médio das obrigações em 2003, comparado com 2002, principalmente como resultado de um aumento no uso destes títulos como uma fonte de captação devido a sua liquidez relativa.

A tabela a seguir demonstra nossas fontes de captação e liquidez, em 31 de dezembro de 2003:

	Em 31 de dezembro de 2003	
	R\$ milhões	% do total
Depósitos interfinanceiros	R\$31	0,1%
Poupança.....	22.140	14,5
Depósitos a prazo	22.944	15,0
Captações no mercado aberto.....	27.490	18,0
Empréstimos de curto prazo	7.795	5,1
Empréstimos de longo prazo	20.093	13,2
Total das obrigações que incidem juros	100.493	65,8
Depósitos à vista	12.912	8,5
Outras obrigações que não incidem juros.....	39.260	25,7
Total das obrigações que não incidem juros.....	52.172	34,2
Total de obrigações	R\$152.665	100,0%

Depósitos

Os depósitos responderam por aproximadamente 38,0% do total de obrigações em 31 de dezembro de 2003. Nossos depósitos consistem basicamente de depósitos a prazo e de poupança, expressos em reais e com juros, e depósitos à vista, sobre os quais não incidem juros, também expressos em reais. O aumento nos saldos médios de nossos depósitos a prazo, de poupança e à vista em 31 de dezembro de 2002 para 31 de dezembro de 2003 é devido, em grande parte, ao aumento na base de clientes, aliado a aquisição do BBV Banco. Em 31 de dezembro de 2002, possuíamos aproximadamente 13,0 milhões de contas correntes e 29,4 milhões de contas de poupança, em comparação a aproximadamente 14,5 milhões de contas correntes e 32,3 milhões de contas de poupança em 31 de dezembro de 2003. Os aumentos nos saldos das contas constituem um segundo fator, menos significativo, que contribui para o aumento nos saldos médios de nossos depósitos a prazo, em poupança e à vista. Para informações adicionais sobre nossos depósitos, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas - Vencimento dos Depósitos.”

Obrigações por Empréstimos de Curto Prazo

Os empréstimos de curto prazo em moedas estrangeiras são constituídos, principalmente, de linhas obtidas junto a bancos correspondentes para o financiamento de importação e exportação, bem como emissões de *Bonds*, *CD's* e *Commercial Paper*. O Bradesco tem acesso a empréstimos de curto prazo nas condições de mercado e espera continuar tendo acesso a tais mercados quando exigido por meio de emissão de Eurobonds e CD's.

Nós não mantemos nenhuma linha de crédito pré-aprovada com outras instituições financeiras. Por isso, não temos nenhuma linha de crédito ou serviços de crédito sem uso.

Nossos serviços de crédito poderiam ser impactados por vários fatores, incluindo rebaixamentos em nossa classificação, flutuações nas taxas cambiais brasileiras e taxa básica de juros, taxas elevadas de

inflação, desvalorização da moeda e acontecimentos adversos na economia brasileira e mundial. Para maiores informações sobre os riscos que um efeito adverso poderia ter sobre nossos serviços de crédito, veja “Item 3 - Informações Chave - Fatores de Risco - Riscos Relativos ao Brasil” e “Riscos Relacionados ao Bradesco e ao Setor Bancário Brasileiro”.

Em 31 de dezembro de 2003, tínhamos sacado recursos a curto prazo (até 360 dias) num total de R\$7.795 milhões, uma redução de R\$1.844 milhões desde 31 de dezembro de 2002. Nossas obrigações por empréstimos de curto prazo diminuíram à medida que a demanda de financiamentos a importações e exportações diminuiu de R\$7.741 milhões em 31 de dezembro de 2002 para R\$6.034 milhões em 31 de dezembro de 2003. A redução foi devida, em grande parte, à valorização do real em 2003. Nossos “*commercial papers*” expressos e indexados ao dólar norte-americano diminuíram 6,5%, de R\$1.884 milhões em 31 de dezembro de 2002 para R\$1.761 milhões em 31 de dezembro de 2003.

Em 31 de dezembro de 2002, tínhamos sacado recursos a curto prazo (até 360 dias) num total de R\$9.639 milhões, um aumento de R\$1.319 milhões desde 31 de dezembro de 2001. Nossas obrigações por empréstimos de curto prazo aumentaram em 2001 à medida que a demanda de financiamentos a importações e exportações aumentou de R\$5.106 milhões em 31 de dezembro de 2001 para R\$7.741 milhões em 31 de dezembro de 2002. O aumento foi devido, em grande parte, ao aumento das exportações brasileiras em 2002. Nossos “*commercial papers*” expressos e indexados ao dólar norte-americano diminuíram 41,3%, de R\$3.211 milhões em 31 de dezembro de 2001 para R\$1.884 milhões em 31 de dezembro de 2002.

Substancialmente, todas as nossas linhas de crédito de financiamento ao comércio exterior oriundas de bancos correspondentes são expressas em dólares norte-americanos. Historicamente, temos financiado uma parcela substancial de nossos empréstimos comerciais em moeda estrangeira com linhas de crédito em moeda estrangeira junto a bancos estrangeiros correspondentes.

Para informações adicionais sobre os nossos empréstimos de curto prazo, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas - Obrigações por Empréstimos de Curto Prazo” e “Item 11. Divulgações Quantitativas e Qualitativas Sobre Risco de Mercado - Análise de Sensibilidade”.

Obrigações por Empréstimos de Médio e Longo Prazo

Nossas obrigações por empréstimos de longo prazo consistem basicamente de repasses locais, que são valores que tomamos emprestados de entidades nacionais para conceder empréstimos a empresas brasileiras, para investimentos em instalações e equipamentos, bem como de nossas dívidas subordinadas, “Euronotes” e empréstimos em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2003, o valor de nossas obrigações por empréstimos de longo prazo chegava a R\$20.093 milhões, um acréscimo de R\$6.704 milhões desde 31 de dezembro de 2002. O acréscimo em nossas obrigações por empréstimos de longo prazo foi, basicamente, atribuível ao aumento de R\$1.673 milhões em nossas dívidas subordinadas e de R\$1.213 milhões em nossas captações em “Euronotes”. Entre 31 de dezembro de 2001 e 31 de dezembro de 2003, emitimos US\$783 milhões de dívida subordinada nos mercados de capital internacionais. Essa dívida subordinada tem um vencimento de dez anos e rende juros em um prazo fixo.

Em 31 de dezembro de 2002, o valor de nossas obrigações por empréstimos de longo prazo chegava a R\$13.389 milhões, um acréscimo de R\$1.890 milhões desde 31 de dezembro de 2001. O acréscimo em nossas obrigações por empréstimos de longo prazo foi, basicamente, atribuível ao aumento de R\$2.352 milhões em nossas dívidas subordinadas e de R\$1.169 milhões em nossas obrigações com repasses de recursos internos. Em 2002, emitimos dívidas subordinadas como forma de pagamento de parte de nossas aquisições do 1º semestre de 2002.

Também obtemos financiamento por meio da emissão de títulos de valores mobiliários, de médio e longo prazo, a taxas fixas e flutuantes, inclusive por meio de nosso programa para emissão de títulos de médio prazo. Esse programa nos permite emitir até US\$2,5 bilhões (ou o seu equivalente em outras moedas) em títulos de médio prazo, por meio de nossas agências em Grand Cayman, Nova Iorque e da Matriz no Brasil. O programa estabelece que os títulos sejam quirografários, não subordinados, e se classifiquem no mesmo nível de toda nossa dívida externa, atual e futura, não garantida e não subordinada. Os títulos emitidos sob o programa têm vencimentos de três meses ou mais a partir da data de sua emissão e rendem juros a uma taxa fixa. Podemos apenas oferecer para à venda os títulos emitidos nos termos do programa somente a compradores institucionais qualificados nos Estados Unidos, segundo a Lei de Valores Mobiliários dos EUA ou a pessoas não americanas fora dos EUA, de acordo com o Regulamento “S” dessa Lei de Valores Mobiliários.

Tínhamos US\$535 milhões até 31 de dezembro de 2002 e US\$900 milhões até 31 de dezembro de 2003, sob o nosso programa de títulos de médio prazo. Emitimos US\$365 milhões em títulos de médio prazo durante 2003. Apesar do programa nos permitir a emissão de até US\$2,5 bilhões em títulos de médio prazo, nossa capacidade de emitir o montante de US\$1,6 bilhão remanescente sob o programa dependerá da existência de demanda para estes recursos.

Em agosto de 2003, emitimos duas séries de títulos com vencimento até 2010 em um montante agregado de US\$400 milhões. Uma das séries rende juros a uma taxa fixa e a outra a uma taxa variável. Os títulos são garantidos por fluxos futuros de ordens de pagamento que recebemos do exterior.

Utilizamos o produto de nossas emissões de dívida, de médio e longo prazo, para fins de repasse em geral, principalmente a nossos clientes brasileiros. A diferença entre os juros que pagamos sobre nossas obrigações por empréstimos e os juros que cobramos de nossos clientes, conhecida como “*spread*”, depende do prazo dos mesmos, de nossa avaliação do risco do cliente e da situação geral da economia brasileira. Com exceção de nossos repasses locais, não existem restrições regulamentares ao uso de nossos empréstimos.

Para informações adicionais sobre nossas dívidas de longo prazo, veja “Item 11. Divulgações Quantitativas e Qualitativas sobre Riscos de Mercado - Análise de Sensibilidade” e a nota 14 às nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

Depósitos Compulsórios no Banco Central

Por exigência do Banco Central, somos obrigados, na qualidade de instituição financeira, a depositar um determinado valor de recursos no Banco Central ou a comprar e deter valores mobiliários do Tesouro Nacional. Não podemos utilizar esses depósitos compulsórios para qualquer outro fim. O Banco Central determina os juros a serem pagos sobre esses depósitos, se houver. Para maiores informações sobre exigências de depósitos compulsórios, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - A Companhia - Financiamento - Atividades de Captação de Depósitos”.

Tínhamos depósitos compulsórios no valor de R\$16.690 milhões em 31 de dezembro de 2003, um acréscimo de 3,9% em 31 de dezembro de 2002, basicamente, devido ao aumento no volume dos depósitos. Em 31 de dezembro de 2002, o saldo de nossos depósitos compulsórios era de R\$16.057 milhões, um aumento de 95,1% comparado com 31 de dezembro de 2001, basicamente, devido ao aumento na alíquota do compulsório em 5% para os depósitos a prazo e de poupança, aliado à criação de uma alíquota adicional de 8% para depósitos à vista e a prazo e de 10% para os depósitos de poupança.

Fontes de Liquidez Adicional

Apesar de não mantermos linhas de crédito pré-aprovadas sem uso, nossa forte presença no mercado brasileiro e a boa imagem no mercado internacional de crédito nos tornam aptos para obter recursos nas condições do mercado quando necessário. Apesar do programa de “MTN” de médio prazo não ser uma linha de crédito pré-aprovada garantida e nossa capacidade de emitir títulos de acordo com o programa a qualquer momento depender se haverá demanda por tais títulos, como uma questão geral o programa pode facilitar o acesso ao mercado internacional de crédito, que geralmente tende a oferecer captação a juros mais baixos e prazos mais longos que os oferecidos no mercado brasileiro.

Finalmente, em algumas circunstâncias limitadas, nós podemos obter fundos emergenciais do Banco Central através de uma transação referida como redesconto. Um redesconto é uma operação de crédito do Banco Central para uma instituição financeira, que é garantido por títulos do Governo Federal que a instituição possui. O montante dos títulos do Governo Federal mantido pela instituição financeira como títulos mobiliários de negociação limita o valor das transações de redesconto. Nós nunca obtivemos captação do Banco Central através de transações de redesconto com o objetivo de liquidez. Em 31 de dezembro de 2003, nós tínhamos, para essa finalidade, R\$11.389 milhões em títulos do Governo Federal como títulos e valores mobiliários de negociação.

Fluxos de Caixa

Durante 2001, 2002 e 2003, nosso fluxo de caixa foi, basicamente, afetado pelas alterações no ambiente econômico brasileiro. A tabela a seguir demonstra as principais variações nos fluxos de saída de caixa durante os períodos indicados:

	2001	2002	2003
	(Em milhões de reais)		
Caixa líquido proveniente de atividades operacionais	R\$375	R\$11.713	R\$(8.080)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(10.941)	(9.444)	(315)
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamento.....	9.360	1.561	17.873
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes à caixa,			
líquido	R\$(1.206)	R\$3.830	R\$9.478

2001

Durante 2001, tivemos redução de R\$1.206 milhões em caixa e equivalentes à caixa, devido basicamente ao uso de R\$10.941 milhões em nossas atividades de investimento amplamente compensado por nossas atividades de financiamento, que geraram R\$9.360 milhões em caixa líquido, bem como, até certo ponto, nossas atividades operacionais que geraram R\$375 milhões em caixa líquido.

O uso de caixa em nossas atividades de investimento em 2001 resultou, principalmente, de um aumento líquido de R\$7.370 milhões em operações de crédito. O aumento de R\$2.961 milhões em

depósitos compulsórios, devido basicamente à constituição pelo Banco Central de 10% da exigência de reservas para depósitos compulsórios, relacionados com depósitos à prazo vigente a partir de setembro de 2001 e também de R\$4.333 milhões usados para aquisição de títulos disponíveis para venda, que foi quase todo compensado por R\$4.314 milhões gerados na alienação de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

O caixa gerado por nossas atividades de financiamento em 2001 resultou, basicamente, de um aumento de R\$4.277 milhões nos depósitos, representado basicamente por um aumento de R\$4.095 milhões nos depósitos a prazo, de um aumento de R\$2.339 milhões nas obrigações por empréstimos de longo prazo, líquidos de pagamentos de dívida de longo prazo, e de um aumento líquido de R\$1.923 milhões em captações no mercado aberto. O aumento no volume de nossas operações de captação no mercado aberto foi, em grande parte, resultado de nossa implementação de uma estratégia de diversificação de nossas fontes locais de recursos.

2002

Durante 2002, tivemos aumento líquido de R\$3.830 milhões em caixa e equivalentes a caixa, devido basicamente à geração de caixa líquido em nossas atividades operacionais de R\$11.713 milhões, e até certo ponto em nossas atividades de financiamento de R\$1.561 milhões, compensados pelo uso de R\$9.444 milhões em nossas atividades de investimento.

O uso de caixa em nossas atividades de investimento em 2002 resultou, principalmente, de um aumento líquido de R\$7.192 milhões em depósitos compulsórios, devido basicamente ao aumento de alíquota e criação do compulsório adicional, de um aumento de R\$4.989 milhões em operações de crédito e de R\$3.941 milhões usados para aquisição de títulos disponíveis para venda, que foi compensado por R\$5.036 milhões gerados na alienação de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

O caixa gerado por nossas atividades de financiamento em 2002 resultou, basicamente, de um aumento de R\$9.691 milhões nos depósitos, representado basicamente por um aumento de R\$4.196 milhões nos depósitos a prazo e por um aumento de R\$4.593 milhões em depósitos à vista, ambos excluindo as aquisições do 1º semestre de 2002, bem como uma redução de R\$701 milhões nas obrigações por empréstimos de longo prazo, líquidos de pagamentos de dívidas de longo prazo, e de uma redução líquida de R\$7.089 milhões em captações no mercado aberto. A queda no volume de nossas operações de captação no mercado aberto foi em grande parte devida a transferência de recursos de nossos clientes para outras fontes de captação.

2003

Durante 2003, tivemos aumento líquido de R\$9.478 milhões em caixa e equivalentes a caixa, devido basicamente a geração de caixa líquido em nossas atividades de financiamento, R\$17.873 milhões, que foi compensado pelo uso de R\$8.080 milhões em nossas atividades operacionais e R\$315 milhões de nossas atividades de investimento.

O uso de caixa em nossas atividades de investimento em 2003 resultou, principalmente, de um aumento líquido de R\$3.968 milhões usados para aquisição de títulos disponíveis para venda, e de R\$1.220 milhões usados para a aquisição de subsidiárias, líquidos caixa e equivalentes de caixa recebidos, que foi compensado por R\$4.647 milhões gerados na alienação de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

O caixa gerado por nossas atividades de financiamento em 2003 resultou basicamente de um aumento de R\$18.781 milhões em nossas operações de captações no mercado aberto, refletindo nosso deslocamento durante 2003 para a utilização de ativos de maior liquidez, bem como um aumento de R\$6.009 milhões nas obrigações por empréstimos de longo prazo, líquidos de pagamentos de dívidas de longo prazo, compensado pelo impacto de uma redução líquida de R\$3.556 milhões em captações de depósitos, excluindo a aquisição do BBV Banco, e uma redução em nossas operações de empréstimos de curto prazo de R\$2.742 milhões, decorrente da liquidação de operações de empréstimos e financiamentos.

Cumprimento de Exigências Referentes à Capital

O Acordo da Basiléia exige que os bancos tenham um índice de capital em relação ao ativo ponderado de risco de no mínimo 8%. Pelo menos metade do capital total deve consistir de Capital Nível I. O Capital Nível I, ou capital essencial, inclui o capital acionário menos certos intangíveis. O Capital Nível II inclui as reservas de reavaliação de ativos, as provisões para perdas com operações de crédito e a dívida subordinada, sujeitas a certas limitações.

A regulamentação bancária brasileira difere dos regulamentos do Acordo da Basiléia de várias maneiras. A regulamentação bancária brasileira:

- a) exige um índice de capital mínimo em relação ao ativo ponderado de risco de 11%;
- b) não permite que as provisões para perdas com operações de crédito sejam consideradas como Capital;
- c) especifica diferentes categorias de ponderação de risco;
- d) impõe uma dedução do Capital correspondente ao eventual excesso no ativo permanente sobre os limites impostos pelo Banco Central; e
- e) limita a emissão de dívidas subordinadas em 50% do Capital Nível I.

As exigências para adequação de capital podiam ser medidas tanto em bases consolidadas quanto em bases não consolidadas até 31 de julho de 2000. A partir de 31 de julho de 2000, nós medimos nossa adequação de capital em base consolidada, de acordo com as regras do Banco Central. Veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Regulamentação e Supervisão - Principais Limitações e Restrições às Atividades de Instituições Financeiras” para uma análise mais detalhada das exigências de adequação de capital no Brasil.

A tabela a seguir demonstra nossas posições de capital como uma porcentagem do total de ativos de risco ponderado, bem como nossas necessidades de capital mínimo segundo as leis brasileiras, relativamente às datas indicadas. A tabela e as informações que seguem estão baseadas nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil:

	Em 31 de dezembro de:		
	2001	2002	2003
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)		
Capital - Nível I.....	12,5%	12,2%	12,7%
Capital - Nível II.....	1,3	3,6	4,5
Capital Total.....	13,8%	15,8%	17,2%
Capital disponível, segundo a regulamentação.....	R\$10.876	R\$14.396	R\$18.473
Capital mínimo exigido, segundo a regulamentação.....	8.728	10.027	11.803
Excedente ao capital mínimo exigido.....	R\$2.148	R\$4.369	R\$6.670

O aumento em nosso capital disponível, segundo a regulamentação, de R\$14.396 milhões em 31 de dezembro de 2002 para R\$18.473 milhões em 31 de dezembro de 2003, foi devido basicamente aos efeitos dos aumentos de capital de R\$1.290 milhões, R\$1.533 milhões referentes às captações em dívida subordinada, R\$960 milhões relativos à capitalização do lucro e um ajuste de R\$451 milhões relativos a ganhos e perdas não realizados de títulos de investimentos classificados como disponíveis para venda. Esses fatores foram parcialmente compensados pelos efeitos de uma redução de R\$160 milhões em nossa participação minoritária, em função da incorporação dos acionistas minoritários do Banco Mercantil.

O aumento em nosso capital disponível, segundo a regulamentação, de R\$10.876 milhões em 31 de dezembro de 2001 para R\$14.396 milhões em 31 de dezembro de 2002, foi devido basicamente aos efeitos dos aumentos de captações de dívida subordinada de R\$2.338 milhões, R\$132 milhões de aumento na participação minoritária, bem como a capitalização de R\$1.076 milhões de lucros em 2002.

O excedente sobre o capital mínimo exigido era de R\$6.670 milhões em 31 de dezembro de 2003, um acréscimo de R\$2.301 milhões em comparação ao nível de 31 de dezembro de 2002. O acréscimo é, basicamente, atribuível ao aumento de nossa capitalização nos lucros, à captação de dívida subordinada e ao aumento de capital efetivado em 2003.

Em 31 de dezembro de 2001, 2002 e 2003, estávamos cumprindo todas as exigências de capital mínimo, determinadas pelo Banco Central. Para uma descrição de nossas necessidades de capital e da regulamentação do Banco Central sobre adequação de capital, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Regulamentação e Supervisão - Principais Limitações e Restrições às Atividades de Instituições Financeiras”.

Durante 2001, 2002 e 2003, mantivemos uma posição significativa em instrumentos de curto prazo, de alta liquidez, que em geral têm um risco ponderado zero ou baixo, dessa forma eliminando ou reduzindo de modo significativo a necessidade de manter capital contra esses ativos. Essa posição reflete o ambiente de crédito restritivo que prevaleceu no Brasil durante esses períodos. Se fôssemos aumentar significativamente nossa carteira de empréstimos, seríamos obrigados a manter capital contra esses ativos, o que, dependendo da posição de capital na ocasião, poderia reduzir nosso capital como uma porcentagem dos ativos de risco ponderado.

Sensibilidade das Taxas de Juros

A gestão da sensibilidade das taxas de juros constitui um componente chave de nossa política sobre ativo e passivo. A sensibilidade das taxas de juros é a relação entre as taxas de juros de mercado e a receita líquida de juros devida até o vencimento ou características de repactuação de ativos que rendem juros e obrigações sobre as quais incidem juros. Relativamente a qualquer período específico, a estrutura de preços é considerada equilibrada quando um valor igual desses ativos ou obrigações vence ou é repactuado nesse período. Qualquer desequilíbrio entre ativos que rendem juros e obrigações que incidem juros é conhecido como uma posição de *gap* (diferença). Um *gap* negativo indica sensibilidade do passivo e normalmente significa que um declínio em taxas de juros teria um efeito positivo sobre a receita financeira líquida. Ao contrário, um *gap* positivo indica sensibilidade do ativo e normalmente significa que um declínio em taxas de juros teria um efeito negativo sobre a receita financeira líquida. Essas relações podem alterar-se significativamente de um dia para o outro, em decorrência tanto de forças de mercado quanto de decisões da Administração.

Nossa estratégia quanto à sensibilidade de taxas de juros leva em consideração:

- taxas de retorno;
- o grau de risco subjacente; e
- exigências de liquidez, inclusive reservas em dinheiro mínimas exigidas pela regulamentação, índices de liquidez obrigatórios, retirada e vencimento de depósitos, custos de capital e demanda adicional de recursos.

Monitoramos nossos descasamentos e posições relativos a vencimentos e os administramos dentro de limites estabelecidos. Nosso Comitê de Ativo e Passivo analisa nossas posições pelo menos uma vez por semana e altera nossas posições à medida que as perspectivas do mercado se alteram.

A tabela a seguir indica os vencimentos de nossos ativos que rendem juros e nossas obrigações sobre as quais incidem juros em 31 de dezembro de 2003, e pode não refletir posições de *gaps* de taxas de juros em outros momentos. Além disso, podem existir variações na sensibilidade de taxas de juros dentro dos períodos apresentados devido a diferentes datas de repactuação. Também podem ocorrer variações entre as diferentes moedas nas quais as posições de taxas de juros são detidas.

	Em 31 de dezembro de 2003						
	Até 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	1 - 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativos que rendem juros:	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)						
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	R\$4.234	R\$105	R\$263	R\$219	R\$349	-	R\$5.170
Aplicações em operações compromissadas ...	17.358	3.500	211	510	1.043	R\$3.553	26.175
Depósitos compulsórios no Banco Central ...	9.004	276	1.679	182	594	378	12.113
Títulos e valores mobiliários de negociação..	23.388	510	6.586	2.602	2.489	1.498	37.073
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	29	14	200	392	586	2.875	4.096
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.....	15	282	2	-	958	2.008	3.265
Operações de crédito.....	10.591	11.143	7.875	7.390	10.048	5.604	52.651
Outros ativos.....	-	-	-	-	-	657	657
Total de ativos que rendem juros.....	64.619	15.830	16.816	11.295	16.067	16.573	141.200
Passivos que incidem juros:							
Depósitos interfinanceiros.....	26	-	1	4	-	-	31
Depósitos de poupança.....	22.140	-	-	-	-	-	22.140
Depósitos a prazo	3.680	1.829	1.643	2.897	12.683	212	22.944
Captações no mercado aberto.....	16.188	9.022	540	44	1.541	155	27.490
Obrigações por empréstimos de curto prazo .	1.378	1.635	3.317	688	777	-	7.795
Obrigações por empréstimos de longo prazo.	875	1.213	1.261	2.862	4.246	9.636	20.093
Total de passivos que incidem juros	44.287	13.699	6.762	6.495	19.247	10.003	100.493
Gap ativo/passivo.....	20.332	2.131	10.054	4.800	(3.180)	6.570	R\$40.707
Gap cumulativo.....	R\$20.332	R\$22.463	R\$32.517	R\$37.317	R\$34.137	R\$40.707	-
Índice gap cumulativo / total de ativos que rendem juros	14,40%	15,91%	23,03%	26,43%	24,18%	28,83%	-

Sensibilidade de Taxas de Câmbio

A maioria de nossas operações é expressa em reais. Nossa política é evitar desencontros substanciais em taxas de câmbio. Contudo, de um modo geral, temos em aberto, em qualquer momento específico, obrigações de médio e longo prazo expressas e indexadas a moedas estrangeiras, principalmente, o dólar norte-americano. Tínhamos R\$9.283 milhões de obrigações por empréstimos de longo prazo em aberto em 31 de dezembro de 2003. Nessa data, nossa exposição de moeda estrangeira líquida consolidada era de R\$1.076 milhões, ou 7,9% do patrimônio líquido. A exposição de moeda estrangeira líquida consolidada é a diferença entre o total de ativos indexados ou expressos em moeda estrangeira e o total de obrigações indexadas ou expressas em moeda estrangeira, inclusive instrumentos financeiros derivativos, registrados fora do balanço patrimonial.

Nossa posição de moeda estrangeira resulta, basicamente, de nossas compras e vendas de moeda estrangeira (basicamente dólares norte-americanos) de exportadores e importadores brasileiros, de outras instituições financeiras no mercado interbancário e nos mercados monetários a termo e à vista. O Banco Central regulamenta nossas posições máximas de moeda estrangeira, em aberto, vendida e comprada.

A composição de nosso ativo, passivo e patrimônio líquido por moeda e prazo em 31 de dezembro de 2003 é demonstrada a seguir. Nossos ativos em moeda estrangeira são, em grande parte, expressos em reais, mas são indexados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano. A maioria de nossos passivos em moeda estrangeira é representado principalmente por dólar norte-americano.

31 de dezembro de 2003

	R\$	Moeda estrangeira	Total	Moeda estrangeira como uma porcentagem do total
(Em milhões de reais, exceto porcentagens)				
Ativo:				
Caixa e equivalentes a caixa	R\$1.874	R\$599	R\$2.473	24,2%
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	1.101	4.069	5.170	78,7
Aplicações em operações compromissadas.....	21.672	4.503	26.175	17,2
Depósitos compulsórios no Banco Central	16.188	502	16.690	3,0
Títulos e valores mobiliários de negociação:				
Menos de um ano.....	8.781	1.093	9.874	11,1
De um a três anos.....	1.980	509	2.489	20,5
Mais de três anos	1.371	127	1.498	8,5
Indeterminado ⁽¹⁾	23.212	-	23.212	-
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda:				
Menos de um ano.....	635	-	635	-
De um a três anos.....	485	101	586	17,3
Mais de três anos	498	2.377	2.875	82,7
Indeterminado.....	2.098	-	2.098	-
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento:				
Menos de um ano.....	15	284	299	95,0
De um a três anos.....	876	82	958	8,6
Mais de três anos	1.827	181	2.008	9,0
Operações de crédito:				
Menos de um ano.....	26.709	10.290	36.999	27,8
De um a três anos.....	8.148	1.900	10.048	18,9
Mais de três anos	4.555	1.049	5.604	18,7
Indeterminado ⁽²⁾	2.144	-	2.144	-
Investimentos em empresas não consolidadas e outros investimentos	295	-	295	-
Imobilizado de uso, líquido	2.764	342	3.106	11,0
Ativos intangíveis, líquido	1.740	-	1.740	-
Outros ativos:				
Menos de um ano.....	6.855	38	6.893	0,6
De um a três anos.....	4.805	58	4.863	1,2
Mais de três anos	687	757	1.444	52,4
Provisão para perdas com operações de crédito.....	(3.808)	(38)	(3.846)	1,0
Total.....	R\$137.507	R\$28.823	R\$166.330	17,3
Porcentagem do total de ativos.....	82,7%	17,3%	100,0%	-
Passivo e Patrimônio Líquido:				
Depósitos:				
Menos de um ano.....	R\$41.261	R\$3.871	R\$45.132	8,6
De um a três anos.....	12.510	173	12.683	1,4
Mais de três anos	49	163	212	76,9
Captação no mercado aberto	24.084	3.406	27.490	12,4
Obrigações por empréstimos de curto prazo:				
Menos de um ano.....	-	7.018	7.018	100,0
De um a três anos.....	-	777	777	100,0
Obrigações por empréstimos de longo prazo:				
Menos de um ano.....	3.034	3.177	6.211	51,2
De um a três anos.....	2.847	1.399	4.246	32,9
Mais de três anos	4.929	4.707	9.636	48,8
Outras obrigações:				
Menos de um ano.....	11.577	1.094	12.671	8,6
De um a três anos.....	25.935	30	25.965	0,1
Mais de três anos	624	-	624	-
Participações minoritárias nas controladas	73	-	73	-
Patrimônio líquido.....	13.592	-	13.592	-
Total.....	R\$140.515	R\$25.815	R\$166.330	15,5%
Porcentagem do total do passivo e patrimônio líquido.....	84,5%	15,5%	100,0%	

(1) Representado por aplicações em fundos mútuos de investimentos, que não têm prazo determinado para resgates e são resgatáveis de acordo com a necessidade de liquidez.

(2) Representado basicamente por créditos de curso anormal.

Os instrumentos financeiros derivativos estão representados acima, na mesma base das demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

Nosso caixa e equivalentes à caixa em moeda estrangeira são representados, principalmente, por dólares norte-americanos. Os valores expressos em outras moedas, que incluem euros e ienes, também são indexados ao dólar norte-americano através de swaps de moeda, limitando efetivamente nossa exposição em moedas estrangeiras somente ao dólar norte-americano.

Celebramos contratos de instrumentos financeiros derivativos de curto prazo com contrapartes selecionadas para administrar nossa exposição global, bem como para ajudar os clientes a administrar suas exposições. Essas operações envolvem uma variedade de derivativos, inclusive *swaps* de taxas de juros, *swaps* de moeda, futuros e opções. Para informações mais detalhadas sobre esses contratos de instrumentos financeiros derivativos, veja nota 22(b) às nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

A composição de nossos instrumentos financeiros fora do balanço patrimonial por moeda, em 31 de dezembro de 2003, é demonstrada na tabela abaixo:

	31 de dezembro de 2003		
	Valores de Referência		
	R\$	Moeda estrangeira	Total
Instrumentos financeiros derivativos fora do balanço patrimonial:			(Em milhões de reais)
Contratos de futuros a taxas de juros:			
Compras	R\$1.959	-	R\$1.959
Vendas	5.362	-	5.362
Contratos de futuros em moeda estrangeira:			
Compras	-	R\$10.348	10.348
Vendas	-	12.274	12.274
Contratos de opções em moeda estrangeira:			
Compras	-	4	4
Vendas	-	148	148
Contratos a termo sobre taxas de juros:			
Compras	5	-	5
Contratos a termo sobre moeda estrangeira:			
Compras	-	24	24
Vendas	-	994	994
Contratos de swaps:			
Swaps de taxas de juros	R\$5.652	-	5.652
Swaps de moedas	-	R\$4.509	R\$4.509

Investimentos

Nos últimos três anos, fizemos e esperamos continuar a fazer investimentos significativos relacionados com melhorias e inovações em tecnologia e na Internet, destinados a manter e aumentar

nossa infra-estrutura de tecnologia, a fim de aumentar nossa produtividade, acessibilidade e eficácia em termos de custos. Fizemos investimentos significativos em desenvolvimento de sistemas, equipamentos de processamento de dados e outras tecnologias destinados a incrementar essas metas. Esses investimentos foram em sistemas e tecnologia, tanto para uso em nossas operações quanto para uso pelos clientes.

A tabela a seguir demonstra nossos investimentos nos períodos indicados:

	2001	2002	2003
	(Em milhões de reais)		
Infra-estrutura:			
Terrenos e edificações	R\$31	R\$283	R\$110
Móveis e equipamentos	147	137	204
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	60	65	88
Outros	6	53	81
Total	244	538	483
Tecnologia da Informação:			
Desenvolvimento de sistemas	158	244	235
Equipamentos de processamento de dados.....	150	396	663
Total	308	640	898
Banco Postal:			
Contrato de serviço com os Correios ⁽¹⁾	200	-	-
Total	R\$752	R\$1.178	R\$1.381

(1) Em setembro de 2001, concordamos em pagar aos Correios aproximadamente R\$200 milhões conforme nosso contrato com os Correios. Veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - A Companhia - Histórico - Recentes Aquisições e Associações Importantes - Banco Postal”

Durante 2003, efetuamos investimentos no valor de R\$1.694 milhões, dos quais R\$1.381 milhões foram relacionados com a aquisição de ativos e R\$313 milhões com gastos com serviços de telecomunicações e de processamento de dados. Durante o 1º trimestre de 2004, investimos R\$453 milhões.

Acreditamos que os investimentos de 2004 a 2006 não serão substancialmente maiores do que os níveis de dispêndios históricos e estimamos que, de acordo com a nossa prática durante os últimos anos, nossos investimentos de 2004 a 2006 serão custeados com nossos próprios recursos. Nenhuma garantia pode ser dada, porém, de que os investimentos serão efetuados e, se efetuados, de que esses dispêndios serão feitos nos valores atualmente esperados.

Transações Registradas em Contas de Compensação

Todas nossas garantias financeiras registradas em contas de compensação estão descritas em “Garantias Financeiras Registradas em Contas de Compensação”. Nenhuma de nossas transações registradas em contas de compensação são do tipo daquelas que devemos fornecer divulgações conforme o Item 5.E. do Formulário 20-F.”

Pesquisa e Desenvolvimento, Patentes e Licenças

Não possuímos políticas ou projetos significativos com relação à pesquisa e ao desenvolvimento, e não possuímos patentes ou licenças.

Item 6. Conselheiros, Membros da Diretoria Executiva e Funcionários

Administração do Banco Bradesco

Somos administrados por nosso Conselho de Administração, juntamente com nossa Diretoria Estatutária. O Conselho de Administração estabelece nossa estratégia corporativa e políticas, e supervisiona e monitora a Diretoria Estatutária. Por sua vez, a Diretoria Estatutária implementa a estratégia e políticas estabelecidas pelo Conselho de Administração, e é responsável por nossa administração cotidiana.

Nossa Diretoria Estatutária é atualmente composta por: (1) Diretoria Executiva; e (2) nossos Diretores Departamentais e Regionais. A Diretoria Executiva é composta do presidente, nove vice-presidentes executivos e 13 diretores gerentes.

Nosso Conselho de Administração com nove membros se reúne ordinariamente a cada 90 dias e extraordinariamente sempre que necessário, e é responsável por:

- aprovar, caso a caso, qualquer envolvimento de nossos auditores independentes em serviços de auditoria e não auditoria fornecidos às nossas subsidiárias ou à nós;
- estabelecer nossa estratégia corporativa;
- revisar nossos planos e políticas de negócios; e
- supervisionar e monitorar as atividades de nossa Diretoria Estatutária.

Nosso Conselho de Administração funciona como nosso comitê de auditoria, conforme especificado na seção 3 (a) (58) do “Securities Exchange Act of 1934” para os fins de aprovação, caso a caso, de qualquer envolvimento de nossos auditores independentes em serviços de auditoria ou não auditoria fornecidos às nossas subsidiárias ou à nós.

Nossa Diretoria Executiva se reúne semanalmente e é responsável por:

- implementar a estratégia e políticas estabelecidas por nosso Conselho de Administração; e
- nossa administração cotidiana.

Vários membros de nosso Conselho de Administração e da Diretoria Executiva também desempenham funções na Administração Sênior em nossas subsidiárias, inclusive na Bradesco Seguros, Bradesco Vida e Previdência, Bradesco Capitalização, Banco Finasa de Investimento, Bradesco Consórcios, Bradesco Saúde e Bradesco BCN Leasing. Cada uma de nossas subsidiárias tem a sua própria estrutura administrativa.

Em 9 de junho de 2003, nossos acionistas Cidade de Deus Participações e Fundação Bradesco entraram em um Acordo de Acionistas com o BBVA. Conforme termos do Acordo, o BBVA teria o direito de eleger um membro para nosso Conselho de Administração. Dessa forma, o Sr. José Fonollosa García foi nomeado para nosso Conselho de Administração em 9 de junho de 2003, como representante do BBVA. O Acordo de Acionistas determina que o BBVA terá este direito enquanto possuir ao menos 3,94% de nosso capital votante. Entretanto, se a participação do BBVA cair abaixo deste percentual devido a um aumento em nosso capital social, em que aos nossos acionistas, incluindo BBVA, não são dados direitos de preferência, o direito do BBVA de eleger um membro para nosso Conselho de Administração não será afetado. Para mais informações a respeito do Acordo de Acionistas, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - A Companhia - Histórico - Aquisições Recentes e Associações Importantes - Aquisição do BBV Banco.

Na forma da legislação brasileira, todos os membros de nosso Conselho de Administração e membros da Diretoria Estatutária foram aprovados pelo Banco Central.

A seguir estão as biografias dos atuais membros de nosso Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Membros do Conselho de Administração:

Lázaro de Mello Brandão, Presidente do Conselho: 77 anos, Economista e Administrador. Iniciou a carreira em 1º de setembro de 1942, na Casa Bancária Almeida & Cia., instituição financeira que em 10.3.1943 se transformou no Banco Brasileiro de Descontos S.A., hoje Banco Bradesco S.A. Em 1963 foi eleito Diretor, em 1977 Diretor Vice-Presidente e em 1981 assumiu a Presidência da Diretoria do Banco. No ano seguinte, 1982, cumulativamente, veio a ocupar também o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração, Órgão que passou a presidir a partir de 1990. Em 1999 indicou o seu sucessor na Presidência da Diretoria do Banco, permanecendo na Presidência do Conselho de Administração. Participa também da Administração das demais empresas da Organização. É Presidente do Conselho de Administração da Bradespar e Membro Vogal do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, S.A., com sede em Lisboa, Portugal. Foi Presidente do FGC - Fundo Garantidor de Créditos de 1999 a 2001. Foi ainda Diretor do Sindicato dos Bancos nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul de 1966 a 1974, tendo sido Diretor-Presidente de 1974 até 1983; Vice-Presidente da Diretoria da FENABAN - Federação Nacional dos Bancos de 1971 a 1976 e de 1980 a 1983; Membro do Conselho Diretor da FEBRABAN - Federação Brasileira das Associações de Bancos de 1983 a 1991 e de 1994 até fevereiro de 2001; Membro do Conselho de Administração do Banco Nacional da Habitação de 1984 a 1985; e Presidente do Conselho de Administração da CIBRASEC - Companhia Brasileira de Securitização de 1997 a 1999.

Antônio Bornia, Vice-Presidente do Conselho: 68 anos; formação secundária. Admitido no Bradesco em 1º de maio de 1952, como aprendiz de praticante. Em 1975 foi eleito Diretor Adjunto, em 1979 Diretor e em 1981 Diretor Vice-Presidente, cargo que ocupou até 10 de março de 1999, quando foi eleito Vice-Presidente do Conselho de Administração. Participa também da Administração das demais empresas da Organização. É ainda Vice-Presidente do Conselho de Administração da Bradespar desde março de 2000, Presidente do Conselho Deliberativo e Diretor-Presidente da ABEL desde 1994, Diretor-Presidente da CNF - Confederação Nacional das Instituições Financeiras desde julho de 2000 e Presidente do FGC desde novembro de 2001.

Dorival Antônio Bianchi, Conselheiro: 62 anos; formado em Economia pela Universidade de São Paulo - USP. Admitido no Bradesco em 1º de fevereiro de 1961, como praticante. Em 1982 foi eleito Diretor Departamental, em 1983 Diretor Gerente e de 1988 a março de 1999 Diretor Vice-Presidente, exercendo a partir de então o cargo de Membro do Conselho de Administração. Participa também do Conselho da Administração das demais empresas da Organização. É ainda Membro do Conselho de Administração da Bradespar desde março de 2000. Foi Membro do Conselho de Administração da VISANET - Companhia Brasileira de Meios de Pagamento de 1997 a 1999 e Diretor da Visa International (Junta Regional para a América Latina e Caribe) de 1996 a 1999.

Mário da Silveira Teixeira Júnior, Conselheiro: 57 anos; formado em Engenharia Civil e Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Em 1º de julho de 1971 ingressou na Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, como Técnico, tendo sido Diretor de março de 1983 a janeiro de 1984, quando foi eleito Diretor Departamental do Banco Bradesco S.A.; em 1992 Diretor Gerente, em 1998 Diretor Vice-Presidente e de março de 1999 até julho de 2001 foi Membro do Conselho de Administração. De julho de 2001 a março de 2002, exerceu a função de Diretor-Presidente da Bradespar e em março de 2002, retornou ao Conselho de Administração, como Membro. Participa também da Administração das demais empresas da Organização. É Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia Vale do Rio Doce desde maio de 2003. É Membro do Conselho de Administração da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL desde 2 de agosto de 2001 e da CPFL Energia S.A. desde 30 de agosto de 2001, cargo que ocupou também nestas empresas nos períodos de novembro de 1997 a abril de 2000 e de março a abril de 2000. Foi membro do Conselho de Administração da Globo Cabo S.A. de 1998 a 2000, Latasa de 1992 a 2000, São Paulo Alparcatas S.A. de 1996 a 1999, Serra da Mesa Energia S.A. e VBC Energia S.A. de 1997 a 2000.

Márcio Artur Laurelli Cypriano, Conselheiro: 60 anos; formado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Iniciou a carreira no Banco da Bahia S.A. em 18 de julho de 1967. Em 5 de dezembro de 1973, com a incorporação do Banco da Bahia S.A., integrou-se ao quadro de funcionários do Banco Bradesco S.A.. Em 1984 foi eleito Diretor Departamental, em 1986 Diretor Adjunto, em 1988 Diretor Gerente e em 1995 Diretor Vice-Presidente. De março de 1998 a março de 1999 presidiu a Diretoria das Empresas BCN. Desde março de 1999 é Diretor-Presidente do Banco Bradesco S.A., participando também do Conselho da Administração das demais empresas da Organização. Em março de 2002, foi nomeado Membro do Conselho de Administração do Bradesco. É Membro do Conselho de Administração da Bradespar S.A. desde abril de 2002. É Membro do Conselho Diretor da FEBRABAN desde fevereiro de 2001, tendo integrado o Conselho de Administração da SERASA de 1984 a 1986.

João Aguiar Alvarez, Conselheiro: 43 anos; formado em Agronomia pela Faculdade de Agronomia e Zootecnia Manuel Carlos Gonçalves em Espírito Santo do Pinhal, SP. Ingressou em 30 de abril de 1986 como Membro do Conselho de Administração da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações, exercendo também o cargo de Diretor desde 1988. É Membro do Conselho de Administração do Bradesco desde fevereiro de 1990, e da Bradespar S.A. desde março de 2000. A irmã do Sr. João Aguiar Alvarez, Sra. Denise Aguiar Alvarez Valente, também é nossa Conselheira.

Denise Aguiar Alvarez Valente, Conselheira: 46 anos; formada em Pedagogia pela PUC - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com Mestrado em Educação pela Universidade de Nova Iorque - EUA. Ingressou em 30 de abril de 1986 como Membro do Conselho de Administração da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações, exercendo também o cargo de Diretora desde 1988. É Membro do Conselho de Administração do Bradesco desde fevereiro de 1990, e da Bradespar S.A. desde março de 2000.

José Fonollosa García, Conselheiro: 53 anos; formado em Ciências Econômicas. Em 1976 ingressou no Banco Vizcaya, S.A. na Área de Marketing, ocupando posteriormente cargos na área bancária doméstica, destacando-se o de Diretor em Barcelona e Madrid. Em 1991 passou a atuar na Área de Mídia do Banco Bilbao Vizcaya, S.A. Em 1994 foi nomeado responsável máximo pela Área de Mídia. Em novembro de 1999 - Diretor Geral da Área Financeira do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A. Em abril de 2001 - Diretor Geral para Europa e Operações Internacionais. Em janeiro de 2002 - Diretor Geral de Banco de Varejo para América. Foi membro do Conselho de Administração do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Brasil S.A. de março/2000 a abril/2001. Em 9 de junho de 2003 foi eleito Conselheiro do Banco Bradesco S.A.

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, Conselheiro: 59 anos; licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Econômicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa - Portugal. Em 9 de junho de 2003 foi eleito membro do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. É também membro do Conselho Superior do Grupo Espírito Santo, Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo, S.A. - Lisboa; e Presidente do Espírito Santo Financial Group (ESFG) - Luxemburgo, membro do Supervisory Board da Euronext NV - Holanda, do Executive Committee do Institut Internationale d'Études Bancaires (IIEB) - Bruxelas e do European Advisory Committee Board of the New York Stock Exchange, ou NYSE. Foi membro do Conselho de Administração do Banco Boavista Interatlântico S.A. (Brasil) de setembro de 1997 a outubro de 2000, tendo sido condecorado com o grau de "Grande Oficial da Ordem do Cruzeiro do Sul" pelo Presidente da República Federativa do Brasil em 1998.

Membros da Diretoria Executiva:

Márcio Artur Laurelli Cypriano, Presidente: 60 anos; formado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Iniciou a carreira no Banco da Bahia S.A. em 18 de julho de 1967. Em 5 de dezembro de 1973, com a incorporação do Banco da Bahia S.A., integrou-se ao quadro de funcionários do Banco Bradesco S.A. Em 1984 foi eleito Diretor Departamental, em 1986 Diretor Adjunto, em 1988 Diretor Gerente e em 1995 Diretor Vice-Presidente. De março de 1998 a março de 1999 presidiu a Diretoria das Empresas BCN. Desde março de 1999 é Diretor-Presidente do Banco Bradesco S.A., participando também da Administração das demais empresas da Organização. Em março de 2002, foi nomeado Membro do Conselho de Administração do Bradesco. É Membro do Conselho de Administração da Bradespar S.A. desde abril de 2002. É Membro do Conselho Diretor da FEBRABAN - Federação Brasileira das Associações de Bancos desde fevereiro de 2001, tendo integrado o Conselho de Administração da SERASA - Centralização de Serviços dos Bancos S.A. de 1984 a 1986.

Décio Tenerello, Vice-Presidente: 59 anos; formado em Direito pela UNIFIEO - Centro Universitário FIEO de Osasco. Admitido no Bradesco em 16 de junho de 1961, como aprendiz de praticante. Em 1982 foi eleito Diretor Departamental, em 1984 Diretor Adjunto, em 1988 Diretor Gerente e em 1998 Diretor Vice-Presidente. Participa também da Administração das demais empresas da Organização, sendo desde abril de 1998 Diretor-Presidente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. e de junho de 1999 do Banco Baneb S.A. É Membro da Diretoria Executiva da FEBRABAN - Federação Brasileira das Associações de Bancos e da FENABAN - Federação Nacional dos Bancos, desde março de 2002. Desde abril de 2002 é Presidente do Conselho de Administração da CIBRASEC, tendo ocupado também o cargo de Vice-Presidente. É Vice-Presidente da ABECIP - Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança desde março de 2002, cargo que já ocupou no período de 1992 a 1999 e Membro do Conselho de Administração da CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos desde março de 2002.

Laércio Albino Cezar, Vice-Presidente: 57 anos; Técnico em Contabilidade. Admitido no Bradesco em 1º de abril de 1960, como aprendiz de contínuo. Em 1982 foi eleito Diretor Departamental, em 1992 Diretor Gerente e em 1999 Diretor Vice-Presidente. Participa também do Conselho de Administração das demais empresas da Organização. Foi Diretor Vice-Presidente Executivo do IDORT - Instituto de Organização Racional do Trabalho de São Paulo de 1997 a 2000, tendo sido Primeiro Vice-Presidente Executivo de 2000 a 2003.

Arnaldo Alves Vieira, Vice-Presidente: 55 anos; formado em Direito pelas Faculdades Integradas Guarulhos e Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Admitido no Bradesco em 1º de outubro de 1961, como aprendiz de contínuo. Em 1985 foi eleito Diretor Regional, em 1992 Diretor Departamental, em 1995 Diretor Gerente e em 1999 Diretor Vice-Presidente. Participa também do Conselho de Administração das demais empresas da Organização. É Vice-Presidente do Conselho de Administração da VISANET desde 1995.

Luiz Carlos Trabuco Cappi, Vice-Presidente: 52 anos; formado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, com pós-graduação em Sócio-Psicologia na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Iniciou suas atividades profissionais no Bradesco em 17 de abril de 1969. Em 1984 foi eleito Diretor Departamental, cargo que exerceu até 1992, quando foi eleito Diretor-Presidente da Bradesco Vida e Previdência S.A., permanecendo até 1998, ocasião em que foi eleito Diretor Gerente do Bradesco e em 1999 Diretor Vice-Presidente. Em março de 2003 foi eleito Diretor-Presidente do Grupo Bradesco de Seguros. Participa também do Conselho de Administração das demais empresas da Organização. Foi Diretor-Presidente da ANAPP - Associação Nacional da Previdência Privada de agosto de 1994 a agosto de 2000; e Membro do Conselho Diretor da ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas no período de julho de 2000 a fevereiro de 2003.

Sérgio Socha, Vice-Presidente: 57 anos; formação secundária. Iniciou a carreira no Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. em 1961, como aprendiz de praticante. Em 13 de maio de 1968, com a incorporação do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A., integrou-se ao quadro de funcionários do Bradesco. Em 1986 foi eleito Diretor Regional, em 1995 Diretor Departamental e em 1999 Diretor Vice-Presidente. Participa também da Administração das demais empresas da Organização. Foi Diretor do Banco BCN S.A. de dezembro de 1997 a novembro de 1998, quando passou a Vice-Presidente, cargo que exerceu até julho de 1999. Foi Vice-Presidente da ABECIP de novembro de 1999 a março de 2002 e Membro Efetivo do Conselho Deliberativo de março de 2002 a novembro de 2003.

Julio de Siqueira Carvalho de Araujo, Vice-Presidente: 49 anos; formação secundária. Admitido no Banco BCN S.A. em março de 1978 como Operador de "Open Market". Em outubro de 1989 foi eleito Diretor, passando a Diretor Vice-Presidente em maio de 1995, cargo que exerceu até agosto de 2000, quando foi eleito Diretor Vice-Presidente do Bradesco. Participa também do Conselho de Administração das demais empresas da Organização. Desde abril de 2000 é Membro do Conselho de Administração da CBLC e Membro Efetivo do Conselho de Administração da Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&F, eleito em dezembro de 2001. É Membro Efetivo do Conselho Deliberativo da ABECIP - Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança desde novembro de 2003.

Milton Almicar Silva Vargas, Vice-Presidente: 47 anos; formado em Administração de Empresas pela UNIFIEO - Centro Universitário FIEO de Osasco. Admitido no Bradesco em 16 de julho de 1976 como escriturário. Em 1997 foi eleito Diretor Departamental, em 2000 Diretor Gerente e em 2002 Diretor Vice-Presidente. É Membro Titular do Conselho Fiscal da ASSOBESP - Associação dos Bancos no Estado de São Paulo, da FEBRABAN - Federação Brasileira das Associações de Bancos, da FENABAN -

Federação Nacional dos Bancos e Sindicato dos Bancos nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, desde março de 2001, e Efetivo do Fundo Garantidor de Créditos - FGC, desde fevereiro de 2003.

José Luiz Acar Pedro, Diretor Vice-Presidente: 51 anos; formado em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração e Ciências Econômicas Santana e Ciências Contábeis pela Faculdade São Judas Tadeu, São Paulo, SP. Admitido no Banco BCN S.A. em 11 de janeiro de 1971 como Auxiliar de Escritório. Em junho de 1986 foi eleito Diretor, passando a Diretor Vice-Presidente Executivo em maio de 1996 e a Diretor-Presidente em março de 1999. Em fevereiro de 2003 foi eleito Diretor Vice-Presidente no Bradesco. Participa também do Conselho de Administração das demais Empresas da Organização Bradesco. É Membro do Conselho Diretor da ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas desde abril de 2003.

Norberto Pinto Barbedo, Diretor Vice-Presidente: 51 anos; formado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis Tibiriçá. Admitido no Banco BCN S.A. em 15 de janeiro de 1968 como Contínuo. Em outubro de 1989 foi eleito Diretor, passando a Diretor Vice-Presidente em dezembro de 1997. Em fevereiro de 2003 foi eleito Diretor Vice-Presidente no Bradesco. Participa também do Conselho de Administração das demais Empresas da Organização Bradesco.

Armando Trivelato Filho, Diretor Gerente: 57 anos; formado em Engenharia Civil pela Fundação Universidade de Minas Gerais. Ingressou na Bradesco S.A. Crédito Imobiliário em 1º de junho de 1973, como engenheiro, passando para o Bradesco em 1º de maio de 1977. Em 1988 foi eleito Diretor Departamental, em 1998 Diretor Adjunto e em 1999 Diretor Gerente.

Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, Diretor Gerente: 60 anos; formado em Direito pela Fundação Pinhalense de Ensino. Admitido no Bradesco em 1º de dezembro de 1957, como aprendiz de contínuo. Em 1986 foi eleito Diretor Departamental, em 1998 Diretor Adjunto e em 1999 Diretor Gerente.

José Alcides Munhoz, Diretor Gerente: 55 anos; formação secundária. Admitido no Bradesco em 7 de outubro de 1970, como escriturário. Em 1989 foi eleito Diretor Regional, em 1995 Diretor Departamental, em 1998 Diretor Adjunto e em 1999 Diretor Gerente.

José Guilherme Lembi de Faria, Diretor Gerente: 58 anos; formado em Economia pela Universidade Federal Fluminense. Iniciou a carreira no Banco Mineiro do Oeste S.A. em 1967 como procurador. Em 1973 integrou-se ao quadro de funcionários do Bradesco. De 1981 a 1993 foi Gerente Geral da Agência Nova Iorque. Em 1993 foi eleito Diretor Regional, em 1995 Diretor Departamental, em 1998 Diretor Adjunto e em 1999 Diretor Gerente.

Luiz Pasteur Vasconcellos Machado, Diretor Gerente: 55 anos; formado em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU. Admitido no Bradesco em 1º de junho de 1962 como aprendiz de contínuo. Em 1986 foi eleito Diretor Regional, em 1992 Diretor Departamental, em 1998 Diretor Adjunto e em 1999 Diretor Gerente. É Membro do Conselho de Administração da VISANET desde 1998.

Milton Matsumoto, Diretor Gerente: 58 anos; formado em Administração de Empresas pela UNIFIEO - Centro Universitário FIEO de Osasco. Admitido no Bradesco em 1º de setembro de 1957 como aprendiz de contínuo. Foi Diretor da Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários de 1984 a 1985. Em 1985 foi eleito Diretor Departamental do Bradesco, em 1998 Diretor Adjunto e em 1999 Diretor Gerente.

Cristiano Queiroz Belfort, Diretor Gerente: 48 anos; formado em Economia. Admitido no Banco BCN S.A. em 22 de abril de 1996 como adjunto de Diretor. Em agosto de 1997 foi eleito Diretor, cargo que ocupou até março de 2000, quando foi eleito Diretor Gerente do Bradesco.

Sérgio de Oliveira, Diretor Gerente: 54 anos; formado em Administração de Empresas pela UNIFIEO - Centro Universitário FIEO de Osasco. Admitido no Bradesco em 15 de abril de 1970 como escriturário. Em março de 1985 foi eleito Diretor da Bradesco Corretora, sendo Diretor-Presidente de julho de 1997 a março de 2000, quando foi eleito Diretor Gerente do Bradesco. É Diretor Vice-Presidente da ANBID desde agosto de 2000, Membro do Conselho Consultivo da ADEVAL - Associação das Empresas Distribuidoras de Valores desde agosto de 1999 e Membro Suplente do Conselho Diretor da ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas desde abril de 2001.

Odair Afonso Rebelato, Diretor Gerente: 58 anos; formação secundária. Admitido no Banco Bradesco S.A. em 1º de agosto de 1960, como aprendiz de contínuo. Em 1989 foi eleito Diretor Regional, em 1998 Diretor Departamental e em 2001 Diretor Gerente.

Aurélio Conrado Boni, Diretor Gerente: 52 anos; formação secundária. Admitido no Banco Bradesco S.A. em 1º de fevereiro de 1971, como técnico em mecanização. Em 1997 foi eleito Diretor Departamental e em 2001 Diretor Gerente.

Domingos Figueiredo de Abreu, Diretor Gerente: 45 anos; formado em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Mogi das Cruzes e em Ciências Contábeis pela FEAO - Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco. Admitido no Banco Bradesco S.A. em 02 de dezembro de 1981, como analista. De 1997 a 2001, exerceu o cargo de Diretor nas empresas do BCN. Em 2001 foi eleito Diretor Departamental e em 2002 Diretor Gerente.

Paulo Eduardo D'Avila Isola, Diretor Gerente: 48 anos; formado em Administração de Empresas pela Faculdade Brás Cubas, São Paulo, SP. Admitido na Continental Promotora de Vendas, atual Finasa Promotora de Vendas, em julho de 1997 como Diretor. Em março de 2002 foi eleito Diretor Executivo Gerente no Banco BCN S.A. e em fevereiro de 2003, no Bradesco.

Ademir Cossello, Diretor Gerente: 48 anos; formado em Economia pelas Faculdades Padre Anchieta. Admitido no Bradesco em 10 de outubro de 1973 como Escriturário. Em janeiro de 1995 foi eleito Diretor Regional, em março de 1998 até setembro de 1999, Diretor Departamental, e em junho de 2003 Diretor Gerente. No Banco Baneb S.A. ocupou também os cargos de Diretor e Diretor Gerente, de junho de 1999 a outubro de 2001. Participa também da Administração das demais empresas da organização. Foi Membro do Conselho Deliberativo da Associação Comercial de São Paulo, de fevereiro a setembro de 1999, e atualmente é Membro da Diretoria Plena, cargo que vem ocupando desde agosto de 2003.

Remuneração

Na assembléia geral de acionistas anual, é estabelecida a remuneração máxima agregada para nossos Conselheiros e Diretoria Estatutária para o ano em curso. Em 2003, nossos acionistas determinaram o valor máximo agregado de remuneração para nosso Conselho de Administração e Diretoria Estatutária em:

- R\$13,5 milhões por ano para nosso Conselho de Administração como um grupo;

- R\$41,5 milhões por ano para a Diretoria Executiva como um grupo;
- R\$51,5 milhões por ano para a Diretoria Departamental como um grupo; e
- R\$23,5 milhões por ano para a Diretoria Regional como um grupo.

Em 2003, nossos Conselheiros e Diretoria Estatutária receberam uma remuneração agregada de R\$110,4 milhões, eles trabalham para nós como membros do Conselho de Administração ou na Diretoria Estatutária, conforme aplicável ou como prestadores de serviços às nossas subsidiárias. Nós não atribuímos nenhuma parcela em particular da remuneração deles aos serviços prestados no Conselho de Administração ou na Diretoria Estatutária. Nenhuma fração da remuneração agregada foi paga como plano de participação nos lucros ou na forma de opções de ações.

Nossos Conselheiros e Diretoria Estatutária são elegíveis para participar nos mesmos planos de previdência complementar de aposentadoria disponíveis para todos os nossos funcionários. Em 2003, contribuímos com R\$174 milhões para os planos de previdência em nome de nossos Conselheiros e Diretoria Estatutária.

Práticas do Conselho

Nossos acionistas elegem os membros de nosso Conselho de Administração na Assembléia Geral Ordinária anual de acionistas para mandatos de um ano e os conselheiros podem ser reeleitos para mandatos consecutivos. O Conselho de Administração nomeia os membros de nossa Diretoria para mandatos de um ano, que também podem ser estendidos para mandatos consecutivos.

Para tornar-se um membro de nossa Diretoria Executiva é necessário fazer parte dos quadros de empregados ou administradores desta Companhia ou em empresas a ela ligadas há mais de 10 anos ininterruptos e ter menos de 65 anos de idade, na data de eleição. Existem 38 Diretores Departamentais e 11 Diretores Regionais na Diretoria. Os Diretores Departamentais e Regionais dirigem os negócios de cada uma das várias divisões e agências e reportam-se à Diretoria Executiva. Para ser Diretor Departamental ou Regional é necessário fazer parte dos quadros de empregados ou administradores da Companhia ou de empresas a ela ligadas e ter menos de 62 e 60 anos de idade, respectivamente, na data de eleição. Nosso Conselho de Administração pode renunciar ao cumprimento da exigência do período de trabalho com relação aos 25% dos eleitos para os cargos de Diretor Gerente, Departamental e Regional, com exceção aos eleitos para os cargos de Presidente e Vice-Presidentes. Os membros de nosso Conselho de Administração são requeridos a trabalhar exclusivamente para nós, a menos que nosso Conselho de Administração conceda uma exceção.

Os membros de nosso Conselho de Administração, entretanto, não são requeridos a ser ou ter sido nossos funcionários, e os seus serviços como membro de nosso Conselho de Administração não constituem vínculo empregatício conosco.

Conselho Fiscal

Segundo as leis brasileiras, as empresas podem ter um conselho fiscal, que é um órgão corporativo independente, com poderes gerais de monitoramento e supervisão de acordo com a legislação societária. Nosso estatuto prevê um conselho fiscal e especifica que, caso nossos acionistas resolvam formar um conselho fiscal, ele deverá ser composto de três a cinco membros.

O nosso conselho fiscal é composto por três membros efetivos e três membros suplentes, eleitos em 10 de março de 2003, com mandato até março de 2004. O Conselho Fiscal conta com três Membros Efetivos (Oswaldo de Moura Silveira, Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva e Sócrates Fonseca Guimarães) e três Membros Suplentes (Frederico dos Reis de Arrochela Alegria, Jorge Tadeu Pinto de Figueiredo e Nelson Lopes de Oliveira). De acordo com a Legislação Societária, nosso conselho fiscal tem direitos e obrigações, entre outras coisas, a:

- através de quaisquer de seus membros, supervisionar as ações de nossos administradores e verificar o cumprimento de suas tarefas;
- examinar e emitir parecer sobre nossas demonstrações financeiras antes de sua divulgação, incluindo as notas explicativas às demonstrações financeiras, o parecer dos auditores independentes e quaisquer relatórios da Administração;
- opinar sobre quaisquer propostas de nossa Administração, a serem submetidas à assembléia de acionistas, relativas a:
 - mudanças em nosso capital acionário;
 - emissões de debêntures ou ofertas de direitos que dão direito ao detentor de subscrever ações;
 - planos de investimento e orçamentos de dispêndios de capital;
 - distribuição de dividendos; e
 - transformações de nossa constituição corporativa e reestruturações corporativas - isto é, fusões e cisões.
- informar nossa Administração de qualquer erro, fraude ou contravenção que seja descoberta, e sugerir as medidas que devem ser tomadas por eles a fim de proteger nossos interesses maiores, se nossa Administração falhar em tomar tais medidas necessárias para proteger os interesses da empresa, informar a assembléia de acionistas destes fatos; e
- convocar assembléias gerais de acionistas se a Administração atrasar tal assembléia por mais de um mês e convocar assembléias especiais de acionistas no caso de assuntos importantes.

Comitês Diretivos

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 2003, foram instituídos os Comitês de Auditoria, Controles Internos e Compliance e de Remuneração, a seguir descritos:

Comitê de Auditoria – Conforme o nosso Estatuto e, a partir de julho de 2004, as exigências do Banco Central, nosso Comitê de Auditoria é composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, com mandato de 1 (um) ano, nomeados, renomeados e destituídos pelo Conselho de Administração. Os atuais membros do comitê são Dorival Antônio Bianchi, Paulo Roberto Simões da Cunha e Yves Louis Jacques Lejeune. Desses membros, apenas o Sr. Bianchi é membro do Conselho de Administração. Dentre suas atribuições estão:

- estabelecer as regras operacionais para seu funcionamento.
- recomendar ao Conselho de Administração a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente e a respectiva remuneração, bem como a sua substituição;
- revisar, previamente à divulgação ao mercado, as demonstrações financeiras, inclusive notas explicativas, relatórios da Administração e parecer do auditor independente;
- estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da informação e da sua confidencialidade;
- avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos;
- reunir-se, no mínimo, trimestralmente, com a Diretoria da Companhia e auditorias independente e interna;
- avaliar o cumprimento, pela Diretoria da Companhia, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos;
- recomendar ao Conselho de Administração a resolução de eventuais conflitos entre os auditores externos e a Diretoria Estatutária;
- recomendar à Diretoria da Companhia correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; e
- verificar, por ocasião de suas reuniões, o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando em Atas os conteúdos de tais encontros.

Nosso Conselho de Administração funciona como nosso Comitê de Auditoria, conforme especificado na Seção 3(a)(58) da “the Securities Exchange Act of 1934”, para fins de aprovação, caso por caso, de qualquer envolvimento de nossos auditores independentes em serviços de auditoria e não auditoria fornecidos às nossas subsidiárias ou a nós.

Comitê de Controles Internos e Compliance - O Comitê de Controles Internos e Compliance é composto de 3 (três) a 6 (seis) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano. Todos os membros do Comitê devem fazer parte do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva. O Comitê tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à difusão da cultura de controles internos, mitigação de riscos e conformidade com normas aplicáveis à Companhia.

Comitê de Remuneração - composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, escolhidos dentre os integrantes do Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano. Os Membros são nomeados e podem ser renomeados ou destituídos pelo Conselho de Administração. O Comitê tem por objetivo propor

ao Conselho de Administração as políticas e diretrizes de remuneração dos Administradores Estatutários da Companhia, tendo por base as metas de desempenho estabelecidas pelo Conselho.

Funcionários

Em 31 de dezembro de 2003, tínhamos 75.781 funcionários (dos quais 59.430 eram funcionários do Bradesco e 16.351 eram funcionários de nossas subsidiárias), comparado com 74.393 funcionários em 31 de dezembro de 2002 e 65.713 funcionários em 31 de dezembro de 2001.

A tabela a seguir determina o número de nossos funcionários e uma discriminação dos funcionários por categoria principal de atividade e localização geográfica nas datas indicadas:

	31 de dezembro de:		
	2001	2002	2003
Número total de funcionários	65.713	74.393	75.781
Número por categoria de atividade:			
Serviços bancários:			
Bradesco	51.633	53.732	59.430
BCN.....	5.857	6.105	5.203
Banco Mercantil.....	-	3.970	-
Seguros	5.677	6.056	5.944
Previdência complementar.....	1.112	1.420	1.527
Outras categorias	1.434	3.110	3.677
Número por localização geográfica:			
Cidade de Deus, Osasco.....	7.398	8.510	9.535
Alphaville, Barueri.....	1.065	1.068	1.238
São Paulo	14.754	17.739	16.630
Outros locais no Brasil.....	42.420	46.976	48.282
Internacionais	76	100	96

A aquisição do Banco Cidade, do BEA, do Banco Mercantil, da Scopus Tecnologia e do BBV Banco foi o principal fator para o crescimento de 15,0% no número de funcionários entre 2001 e 2003. A expansão da nossa rede de agências e central de atendimento a clientes (call-center) também contribuiu para o aumento.

Nossos funcionários de jornada parcial trabalham seis horas por dia, enquanto que, os nossos funcionários de tempo integral trabalham oito horas por dia. Em 31 de dezembro de 2003, tínhamos 31.316 funcionários de jornada parcial e 44.465 funcionários trabalhando em tempo integral, comparado com 39.147 funcionários de jornada parcial e 35.246 funcionários trabalhando em tempo integral, em 31 de dezembro de 2002 e 38.113 funcionários de jornada parcial e 27.600 funcionários trabalhando em tempo integral, durante 31 de dezembro de 2001.

Geralmente contratamos os nossos funcionários no início da carreira e os encorajamos a permanecerem conosco por toda a vida profissional. Damos preferência em preencher as posições com pessoal do próprio Bradesco, inclusive a administração média e posições seniores, mas também contratamos lateralmente do mercado, em menor escala.

Em 31 de dezembro de 2003, aproximadamente 58% de nossos funcionários eram associados de um dos sindicatos, que representam os funcionários de bancos ou seguradoras no Brasil. Consideramos o nosso relacionamento com os nossos funcionários, bem como com os sindicatos como bom, em grande

parte, devido à nossa filosofia de valorização do quadro e à transparência na comunicação. Não sofremos nenhuma greve durante os últimos três anos. Somos parte de dois acordos coletivos de trabalho: um relativo a nossos funcionários bancários e o outro relativo a nossos funcionários do setor de seguros.

Oferecemos aos nossos funcionários, benefícios que incluem um plano de saúde da Bradesco Saúde, que permite aos beneficiários escolherem assistência médico/hospitalar e odontológica por todo o país, plano de previdência complementar de aposentadoria e pensões, seguros subsidiados de vida e acidentes pessoais e ainda contamos com uma equipe de assistentes sociais que prestam orientações e acompanhamento aos funcionários e dependentes. Estes benefícios aplicam-se independentemente do cargo dos funcionários. Atualmente, 25% de nossos funcionários participam do fundo de previdência complementar da Bradesco Vida e Previdência. De acordo com nosso contrato coletivo de trabalho, oferecemos aos nossos funcionários planos de remuneração de participação nos lucros.

Também oferecemos treinamento profissional para nossos funcionários. No ano de 2003, investimos aproximadamente R\$57 milhões em treinamento e cursos de melhoria profissional para 414.314 participantes. No ano 2002, gastamos aproximadamente R\$49,0 milhões em treinamento e cursos de melhoria profissional para 376.117 participantes. Nosso Departamento de Treinamento prepara e ministra cursos de treinamento pessoal em áreas de operações, técnicas e comportamentais.

Propriedade de Ações

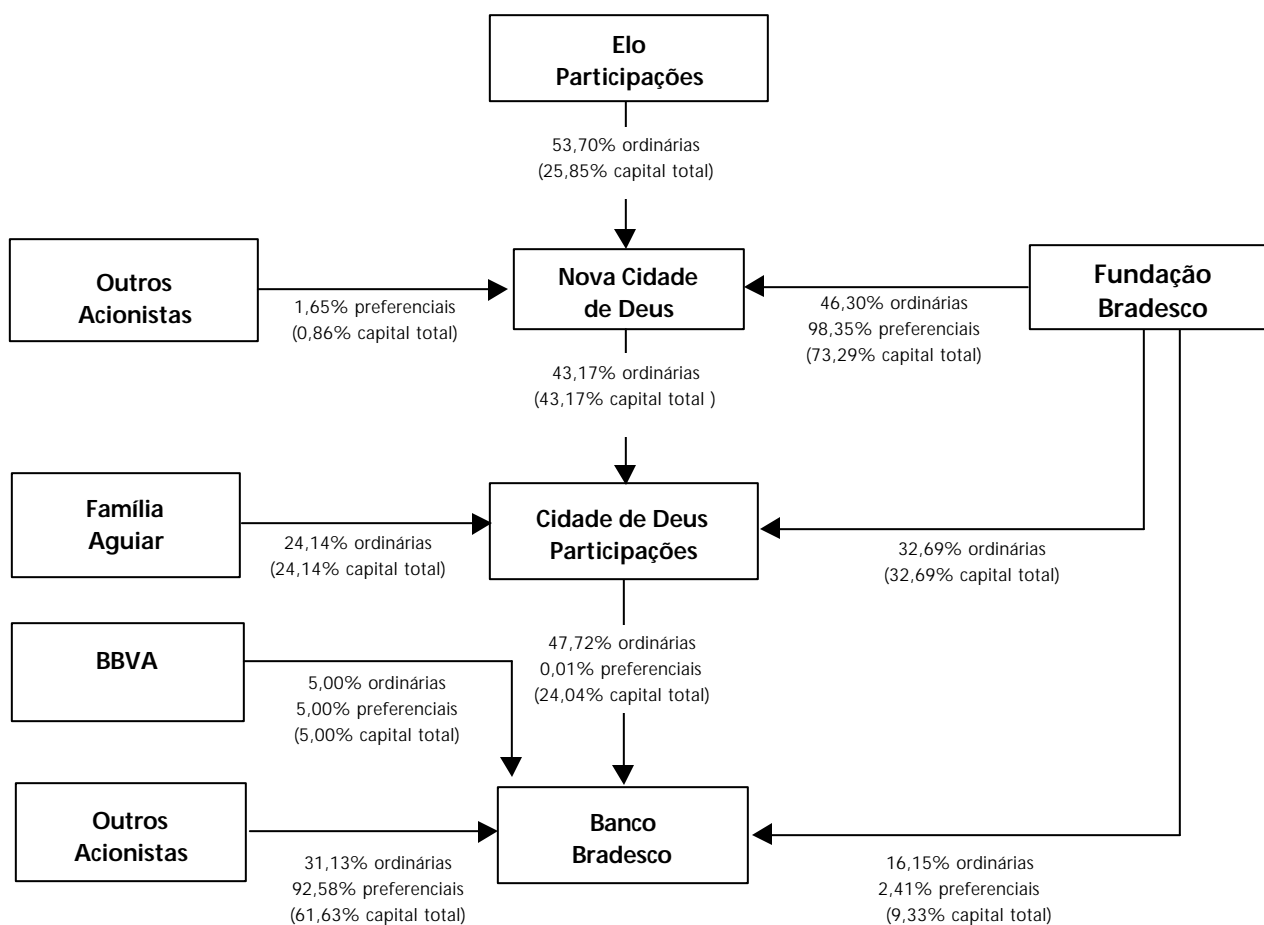
Em 31 de dezembro de 2003, os membros do Conselho de Administração e a Diretoria Executiva detinham indiretamente 3,71% do nosso capital com direito a voto e 1,87% de nosso capital acionário total, através de uma companhia chamada Elo Participações S.A., que chamamos de “Elo Participações”. Além disso, alguns de nossos conselheiros e diretores estatutários detêm diretamente ações de nosso capital. Entretanto, em 31 de dezembro de 2003, cada um desses conselheiros e diretores individualmente detinham, direta ou indiretamente, menos de 1% de qualquer classe de nossas ações.

Item 7. Principais Acionistas e Transações entre Partes Relacionadas

Principais Acionistas

Somos uma companhia aberta com 79.836.526 ações ordinárias e 78.693.936 ações preferenciais, em circulação, em 31 de dezembro de 2003, todas as quais são ações nominativas e escriturais sem valor nominal. O valor das ações ordinárias e preferenciais em circulação reflete o grupamento de nossas ações, aprovado por nosso Conselho de Administração em dezembro de 2003 e por nossos acionistas em março de 2004. Para informações sobre os direitos dos acionistas e nossas distribuições de dividendos, veja “Item 8. Informações Financeiras - Política de Distribuição de Dividendos” e “Item 10. Informações Adicionais - Atos Constitutivos e Estatuto Social - Alocação do Lucro Líquido e Distribuição de Dividendos.”

O gráfico a seguir mostra a nossa estrutura de participação acionária em 31 de dezembro de 2003:



Conforme demonstrado, uma empresa “holding”, a Cidade de Deus Participações, diretamente detém 47,72% de nosso capital votante e 24,04% de nosso capital total. A Cidade de Deus Participações, por sua vez é detida pela Família Aguiar, Fundação Bradesco, e outra empresa “holding”, a Nova Cidade de Deus Participações S.A., que chamamos de “Nova Cidade de Deus”. A Nova Cidade de Deus é detida basicamente pela Fundação Bradesco e Elo Participações.

Exceto pela aquisição de ações pela Elo Participações em 1999, e a aquisição de ações pelo BBVA em 2003, as quais descrevemos abaixo, pelo que sabemos, não houve nenhuma mudança significativa na participação percentual de quaisquer dos principais acionistas nos últimos cinco anos.

A seguinte tabela demonstra a participação acionária direta de nossas ações ordinárias e preferenciais em circulação em 31 de dezembro de 2003, refletindo o grupamento de ações na proporção de 10.000 ações para 1 ação, aprovado por nosso Conselho de Administração em 17 de dezembro de 2003. Até onde sabemos, somente aqueles acionistas mencionados na tabela abaixo, exceto membros do Conselho de Administração e membros da Diretoria Executiva, detêm cinco por cento ou mais de cada classe de nossos valores mobiliários com direito a voto.

Acionistas	Número de ações ordinárias	Porcentagem das ações ordinárias	Porcentagem		Número total de ações	Porcentagem das ações totais
			Número de ações preferenciais	de ações preferenciais		
(Número de ações em milhares, exceto percentagens)						
Cidade de Deus Participações	38.100.432	47,72%	10.380	0,01%	38.110.812	24,04%
Fundação Bradesco ⁽¹⁾	12.896.216	16,15	1.896.539	2,41	14.792.755	9,33
Banco Bilbao Viscaya Argentaria	3.994.700	5,00	3.934.697	5,00	7.929.397	5,00
Membros do Conselho:						
Lázaro de Mello Brandão	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Antônio Bornia	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Dorival Antônio Bianchi	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Mário da Silveira Teixeira Júnior	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Márcio Artur Laurelli Cypriano	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
João Aguiar Alvarez	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Denise Aguiar A. Valente	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
José Fonollosa García	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Ricardo Espírito Santo S. Salgado	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Total do Conselho de Administração	757.520	0,95%	766.715	0,97%	1.524.235	0,96%
Membros da Diretoria Executiva:						
Décio Tenerello	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Laércio Albino Cezar	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Arnaldo Alves Vieira	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Luiz Carlos Trabuco Cappi	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Sérgio Socha	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Julio de Siqueira Carvalho de Araújo	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Milton Almicar Silva Vargas	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
José Luiz Acar Pedro	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Norberto Pinto Barbedo	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Armando Trivelato Filho	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
José Alcides Munhoz	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
José Guilherme Lembi de Faria	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Luiz Pasteur Vasconcelos Machado	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Milton Matsumoto	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Ozias Costa	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Cristiano Queiroz Belfort	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Sérgio de Oliveira	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Odair Afonso Rebelato	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Aurélio Conrado Boni	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Domingos Figueiredo de Abreu	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Paulo Eduardo D'Avila Isola	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Ademir Cossielo	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Total Membros da Diretoria Executiva ...	40.123	0,06	79.806	0,10	119.929	0,08
Subtotal	55.788.991	69,88	6.688.137	8,50	62.477.128	39,41
Outros	24.047.535	30,12	72.005.799	91,50	96.053.334	60,59
Total	79.836.526	100,0%	78.693.936	100,0%	158.530.462	100,0%

(1) Também indiretamente possui, por meio de sua participação na Cidade de Deus Participações e Nova Cidade de Deus, 30,70% de nossas ações ordinárias e 15,47% do total de nossas ações.

(*) Nenhum dos nossos membros do Conselho de Administração, Diretores Estatutários ou órgãos de administração, supervisão ou gestão diretamente mantém 1% ou mais de qualquer classe de nossas ações, e suas posições acionárias individuais não têm sido divulgadas previamente a nossos acionistas, ou de outra maneira, feitas ao público. Veja "Item 6 - Conselheiros, Membros da Diretoria Executiva e Funcionários - Propriedade de Ações", para maiores informações.

A seguir, uma breve descrição dos nossos principais acionistas beneficiários. Nenhum dos principais acionistas beneficiários tem direitos a voto que diferem daqueles dos outros detentores de nossas ações ordinárias ou preferenciais, exceto que conforme o Acordo de Acionistas de 9 de junho de 2003, o BBVA tem o direito de eleger um membro para nosso Conselho de Administração. Para mais

informações, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - A Companhia - Histórico - Aquisições Recentes e Associações Importantes - Aquisição do BBV Banco.

Cidade de Deus Participações

Cidade de Deus Participações é uma empresa “holding” constituída em 1946, de modo a deter investimentos em outras empresas. Ela também administra, compra e vende valores mobiliários e outros ativos por conta própria. Seus acionistas são: a Nova Cidade de Deus, com 43,17% de suas ações ordinárias e do capital total, a Fundação Bradesco, com 32,69% de suas ações ordinárias e do capital total, e a Família Aguiar, com 24,14% de suas ações ordinárias e do capital total em 31 de dezembro de 2003. O capital social da empresa é composto por ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor nominal.

Nova Cidade de Deus

Nova Cidade de Deus é uma empresa “holding”, que foi constituída em 1976, de modo a deter investimentos em outras empresas, particularmente aquelas que, direta ou indiretamente, detêm nosso capital com direito a voto. Em 31 de dezembro de 2003, a empresa detinha diretamente 0,77% de nossas ações ordinárias e 0,39% de nosso capital total, e indiretamente possuía, por meio de sua participação na Cidade de Deus Participações, 20,60% de nossas ações ordinárias e 10,38% do total de nossas ações.

O capital social da Nova Cidade de Deus é dividido em ações ordinárias classe A, classe B e preferenciais. A propriedade das ações ordinárias classe B é limitada a:

- membros de nossa Diretoria Executiva;
- antigos membros de nossa Diretoria Executiva, que tenham tornado-se membros de nosso Conselho de Administração;
- antigos membros de nossa Diretoria Executiva, que tenham tornado-se membros do Conselho de Administração de uma ou mais de nossas subsidiárias; e
- sociedade comercial ou civil cuja ações ou cotas, com direito de voto, pertençam na sua maioria às pessoas acima indicadas.

A titularidade das ações ordinárias Classe A da Nova Cidade de Deus é privativa das pessoas que têm direito de deter ações ordinárias Classe B, bem como de associações civis e fundações de direito privado, cuja administração esteja a cargo destas pessoas ou de dirigentes por ela nomeadas. Somente os detentores de ações ordinárias Classe A e B da Nova Cidade de Deus têm direito a voto.

Família Aguiar

Três membros da Família Aguiar, juntamente com o espólio do Sr. Amador Aguiar, indiretamente possuíam em 31 de dezembro de 2003, por meio de suas participações na Cidade de Deus Participações, 11,52% de nossas ações ordinárias e 5,80% do total de nossas ações. Além disso, as mesmas partes diretamente possuíam um total de 1,12% de nossas ações ordinárias e 0,96% de nossas ações preferenciais e 1,04% do total de ações. Nenhum dos membros individuais da Família Aguiar detém diretamente mais que 1,0% de nossas ações com direito a voto.

Fundação Bradesco

A Fundação Bradesco, direta e indiretamente, por meio de sua participação na Cidade de Deus Participações e Nova Cidade de Deus detinha, em 31 de dezembro de 2003, 46,85% de nossas ações ordinárias, 2,42% de nossas ações preferenciais e 24,80% do total de nossas ações. De acordo com os termos do estatuto social da Fundação Bradesco, sua “Mesa Regedora”, órgão deliberativo supremo, será composta por todos nossos Conselheiros, membros da Diretoria Executiva e Diretores Departamentais, assim como todos os Conselheiros e Diretores da Cidade de Deus. Eles não recebem remuneração pelo seu serviço na Mesa Regedora.

A Fundação Bradesco, o centro de nossas atividades caritativas, foi criada em 1956, para investir na formação educacional de crianças e adultos no Brasil. A Fundação tem agora atividades em todo o Brasil, fornecendo apoio educacional a crianças, adolescentes e adultos, especialmente os mais carentes.

No conjunto, a Fundação Bradesco, por meio de suas 39 escolas instaladas em todos os estados brasileiros e Distrito Federal, proporcionou, em 2003, ensino totalmente gratuito a mais de 105.000 alunos, incluindo-se os cursos de educação de jovens e adultos e educação profissional básica. Aos alunos dos cursos de educação infantil, ensinos fundamental, médio e educação profissional técnica, em número superior a 49 mil, assegurou, também gratuitamente, alimentação, uniforme, material escolar e assistência médico-odontológica. Destaque-se que ao longo dos últimos seis anos o índice de aprovação nas escolas da Fundação manteve-se, em média, no patamar de 95,95%. Em 16 de março de 2004, a 40ª escola da Rede foi inaugurada em Osasco, no Estado de São Paulo, com capacidade para 2.000 alunos.

Por meio de convênio firmado com a Fundação Roberto Marinho, das Organizações Globo, um grupo brasileiro de mídia, é co-patrocinadora do “Futura, o Canal do Conhecimento”, que reúne 20 milhões de telespectadores, primeiro canal educativo brasileiro financiado e administrado totalmente pela iniciativa privada. Participa ainda do “Programa Alfabetização Solidária”, nas regiões norte e nordeste que assegura a alfabetização a cerca de 9.800 adolescentes e adultos a cada ano.

A Fundação Bradesco tem suas atividades e investimentos custeados por doações feitas por nós e por nossas coligadas (veja “Operações com Coligadas e Controladas - Outros Assuntos.”)

Elo Participações

A Elo Participações indiretamente possuía, por meio de sua participação na Nova Cidade de Deus, 5,33% de nossas ações ordinárias e 2,68% do total de nossas ações em 31 de dezembro de 2003. A Elo Participações é uma empresa “holding”, que foi constituída em 1998 para deter participações em nosso capital e no capital de nossos acionistas diretos e indiretos. Em 1999, a Elo Participações adquiriu de vários acionistas, que não são acionistas principais, uma participação indireta de 5,51% de nosso capital votante. Somente membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva do Bradesco, da Bradespar ou de nossas subsidiárias, bem como funcionários qualificados podem deter ações da Elo Participações. Entretanto, somente os Conselheiros e membros da Diretoria Executiva podem possuir ações com direito a voto. A maioria dos membros do nosso Conselho de Administração e Diretoria Executiva possui ações na Elo Participações.

BBVA

O BBVA é um banco espanhol. Em 31 de dezembro de 2003, o BBVA possuía diretamente 5,00% de nossas ações ordinárias e 5,00% do total de nossas ações. Conforme nossa aquisição do BBV

Banco em junho de 2003, emitimos, para distribuição ao BBVA, ações ordinárias e preferenciais correspondentes a 4,4% de nosso capital acionário, no valor de R\$630 milhões. Posteriormente, o BBVA aumentou sua porcentagem de participação através de aquisição de nossas ações na BOVESPA.

O BBVA oferece serviços bancários de investimento, atacado e varejo, serviços de gestão de ativos e seguros, entre outras atividades. Em 31 de dezembro de 2003, a Chase Nominees Ltd. detinha 5,25% do capital do BBVA. Para nosso conhecimento, não há outras participações individuais significativas no capital social do BBVA e nenhum indivíduo exercendo controle substancial.

Conforme o Acordo de Acionistas de 9 de junho de 2003, o BBVA tem o direito de eleger um membro para nosso Conselho de Administração. Consequentemente, o Sr. José Fonollosa García foi nomeado ao nosso Conselho de Administração em 9 de junho de 2003, como representante do BBVA. O BBVA também tem direito de opção de venda de algumas ou todas as suas ações à Fundação Bradesco ou à Cidade de Deus Participações durante sete anos após a aquisição de nossas ações. Para mais informações a respeito do Acordo, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - A Companhia - Histórico - Aquisições Recentes e Associações Importantes - Aquisição do BBV Banco.

Outras

A participação direta do público representava 31,13% de nosso capital votante em 31 de dezembro de 2003 (inclusive uma participação patrimonial de 1,21% detida pelo UFJ Bank Limited e 3,56% detida pelo Banco Espírito Santo) e 92,58% de nossas ações preferenciais. As participações diretas e indiretas do público em nossas ações ordinárias e preferenciais representavam uma participação efetiva de 61,63% em nosso capital acionário, em 31 de dezembro de 2003.

Em 31 de dezembro de 2003, 16,88% de nossas ações preferenciais e 0,30% de nossas ações ordinárias eram detidas por 401 investidores estrangeiros junto à Companhia Brasileira de Liquidações e Custódia, conhecida como “CBLC”. Na mesma data, nossos ADSs representavam 12,06% de nossas ações preferenciais.

Operações com Controladas e Coligadas

Segundo as leis brasileiras, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- qualquer indivíduo ou empresa que controle a instituição ou qualquer empresa sob controle comum com a instituição, ou qualquer Diretor Estatutário, Conselheiro ou Membro do Conselho Fiscal de tal empresa ou familiares próximos de tais indivíduos;
- qualquer pessoa controlada pela instituição; ou
- qualquer pessoa na qual detemos, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital acionário ou que detenham, direta ou indiretamente, mais de 10% de nosso capital acionário.

Não temos, desta forma, concedido empréstimos ou adiantamentos para qualquer de nossas controladas e coligadas não financeiras, Diretores Estatutários, Conselheiros ou membros próximos de suas famílias. A proibição não é aplicável para a realização de operações no mercado interfinanceiro para qualquer de nossas controladas e coligadas financeiras. Para mais detalhes sobre restrições nas operações

de instituições financeiras, veja “Item 4 - Regulamentação e Supervisão - Regulamentação Bancária - Principais Restrições e Limitações sobre Atividades de Instituições Financeiras.”

Distribuição de Produtos em Nossas Agências

Todas as nossas unidades de negócio e subsidiárias, inclusive Bradesco BCN Leasing, Bradesco Consórcios, Bradesco Seguros, Bradesco Vida e Previdência e Bradesco Capitalização usam a nossa rede de agências como canal de distribuição para a venda de seguros, previdência complementar, títulos de capitalização e outros produtos, arrendamentos e serviços. Nós registramos todos os custos relativos a nossa rede de agências em nossas demonstrações financeiras.

Para maiores informações sobre o uso de nossas agências ou unidades de negócios e subsidiárias para distribuição, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - A Companhia - Canais de Distribuição - Sistema de Agências”.

Outros Assuntos

Nós contribuímos regularmente para a nossa acionista Fundação Bradesco, uma fundação beneficente. Essas doações são feitas voluntariamente e totalizaram R\$62 milhões em 2003, R\$67 milhões em 2002 e R\$7 milhões em 2001. Para informações adicionais sobre a Fundação Bradesco, veja “Principais Acionistas - Fundação Bradesco” e a nota 27 às nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

O UFJ Bank detém 1,22% e o BES detém 3,14% de nosso capital total, e o BBVA detém 5,0% de nosso capital total, sendo que nos fornecem linhas de crédito para operações comerciais. Os termos dessas transações são consistentes com os de transações semelhantes que nos engajamos com outras instituições não afiliadas.

Item 8. Informações Financeiras

Veja “Item 18. - Demonstrações Financeiras” que compõe nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas, preparadas de acordo com o U.S. GAAP.

Processos Judiciais

Somos parte em processos administrativos e judiciais que são insignificantes ao curso normal de nossos negócios descritos abaixo. Estes incluem processos, assim como litígio, em geral: cível, tributário e trabalhista. Não há nenhuma questão litigiosa que seja significativa individualmente. Acreditamos que não haja nenhum processo pendente ou iminente, individual ou globalmente, que se decidido contra nós ou nossas subsidiárias, teria efeito adverso material sobre nossos negócios, nossa situação financeira, nossos bens, perspectivas, ou resultado das operações.

Em 31 de dezembro de 2003, de nossa provisão para contingências de R\$3.940 milhões, aproximadamente 20,7% relaciona-se a questões trabalhistas, aproximadamente 70,9% relaciona-se a questões tributárias e aproximadamente 8,4% relaciona-se a questões cíveis. Para maiores informações, veja nota 23 às nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

Acreditamos que, em 31 de dezembro de 2003, nossas reservas para contingências são adequadas para cobrir qualquer exposição em potencial oriunda de litígios sujeitas às exigências de indexação pela

inflação para provisões relativas a certas questões tributárias. Visto que não esperamos que os valores pagos no futuro relacionados a litígios excedam o valor de nossa provisão, não acreditamos que tais litígios afetem materialmente a nossa condição financeira ou o resultado das operações.

Questões trabalhistas. Durante 2003, nos envolvemos em 4.824 novos processos trabalhistas, nenhum deles significativo individualmente. As questões referem-se, em grande parte, às ações instauradas por funcionários demitidos. Adquirimos várias instituições financeiras nos últimos anos, e juntamente com a aquisição de uma instituição financeira e sua integração ao Bradesco, nós geralmente reduzimos nosso número de funcionários e o número de funcionários da instituição adquirida. A maioria das questões trabalhistas que enfrentamos refere-se a tais reduções.

Questões tributárias. Somos também parte de várias ações tributárias e de indenização. Estamos envolvidos em outras ações relacionadas com impostos, inclusive questões relativas à constitucionalidade de algumas exigências tributárias. Em nossos litígios tributários, a obrigação subjacente está geralmente sujeita à indexação pela inflação e tais ajustes de indexação pela inflação são responsáveis por aproximadamente metade da provisão relativa a estas questões. O restante da provisão é, basicamente, relativo a discussões sobre a legalidade de alguns impostos e contribuições.

Questões cíveis. Também enfrentamos vários casos cíveis, que surgem do curso normal de nossas atividades. As questões consistem, principalmente, de reivindicações por danos financeiros, geralmente por reclamações contra nós que surgem de nossas medidas para cobrar instrumentos financeiros não pagos, cheques sem fundos e em virtude de relatarmos informações de crédito adversas aos órgãos que controlam informações sobre crédito.

Como certos outros bancos brasileiros, estamos envolvidos em várias discussões relativamente à forma de contabilizar os efeitos da inflação, durante períodos de hiperinflação. De um modo geral, o Superior Tribunal de Justiça do Brasil tem decidido essas causas em favor dos bancos. Um resultado desfavorável nessas causas não teria um efeito adverso material em nossos resultados de operações ou situação financeira.

Com relação à desvalorização do real em janeiro de 1999, várias ações foram instauradas contra nós e outras empresas brasileiras de arrendamento mercantil com referência a contratos de arrendamento mercantil vinculados ao dólar norte-americano. Embora acreditemos que as ações são infundadas, propusemos esquemas de amortização para compensar os aumentos abruptos nas parcelas mensais causados pela desvalorização. Essas ações ainda não obtiveram uma decisão final nos tribunais brasileiros. Entretanto, a Administração acredita que quaisquer potenciais obrigações que surjam de tais ações não terão efeitos adversos significativos sobre a nossa situação financeira ou resultados.

Outros assuntos. Não somos atualmente objeto de processos significativos pelo Banco Central, pela CVM ou pela SUSEP, em curso ou ameaçados. A Administração acredita estar cumprindo todos os regulamentos aplicáveis pelo Banco Central, pela CVM ou pela SUSEP e considera bom o nosso relacionamento com esses órgãos.

Política de Distribuição de Dividendos

O nosso estatuto exige que o nosso Conselho de Administração proponha, a cada assembléia geral ordinária, uma distribuição anual compulsória aos nossos acionistas de pelo menos 30% do nosso lucro líquido ajustado, o que excede o mínimo de 25% do lucro líquido estabelecido pela Legislação Societária. Para obter informações adicionais, inclusive as exceções a essa exigência, veja “Item 10. Informações Adicionais - Atos Constitutivos e Estatuto Social - Destinação do Lucro Líquido e Distribuição de Dividendos”.

A nossa política de distribuição de dividendos é a de maximizar o montante das distribuições que pagamos, na forma de juros sobre capital próprio, de acordo com a nossa estratégia de planejamento fiscal. Isto nos permite deduzir esses pagamentos do lucro tributável. Para obter informações adicionais, veja “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - Visão Geral - Impostos”.

Item 9. A Oferta e a Cotação em Bolsa

DESCRIÇÃO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

O nosso capital social é formado por ações ordinárias, sem valor nominal, e ações preferenciais, sem valor nominal. Nossas ações preferenciais são negociadas na BOVESPA, sob o símbolo “BBDC4”, e desde fevereiro de 2001, no “Mercado Latino-Americano em Euros”, conhecido como “Latibex”, em Madri, Espanha, sob o símbolo “XBBDC”. Nossas ações preferenciais estão incluídas no Índice BOVESPA. Em 31 de dezembro de 2003, havia 78.693.936 ações preferenciais em circulação no mercado. O Citibank N.A., em seu papel de banco depositário, emitiu em 1997, as “ADSs” (American Depositary Shares), cada uma representando 1.000 ações preferenciais. Em conjunto com o registro das ADSs, o índice das ADSs em relação às ações preferenciais foi alterado de maneira que cada ADS representa 5.000 ações preferenciais.

Em 17 de dezembro de 2003, o Conselho de Administração propôs o grupamento de ações na proporção de 10.000 ações para 1 ação de cada espécie, resultando em um grupamento de ações de um ADR a um índice de 2 para 1, de forma que cada ADS representa uma ação preferencial. Nossos acionistas aprovaram o grupamento de ações em 10 de março de 2004. Em decorrência desse evento, tínhamos 79.490.196 ações ordinárias e 78.693.936 ações preferenciais em circulação. A partir de março de 2004, as ações passaram a ser negociadas na BOVESPA, na proporção de 1 ação para 1 ADR na NYSE e para 1 GDR no Latibex.

Nossas ADSs são negociadas na NYSE, sob o símbolo “BBD”.

A tabela a seguir apresenta, para os períodos indicados, as cotações máximas e mínimas de preços de venda em reais, para as ações preferenciais na BOVESPA:

	Preço por 1.000 ações preferenciais ⁽¹⁾		Média mensal volume de negócios
	Máxima	Mínima	(ações em milhares)
	(em R\$)		
1998	12,29	4,65	16.632.926
1999	15,00	5,35	22.410.771
2000	17,20	10,20	28.518.400
2001	14,20	10,40	33.477.625
2002	15,30	7,55	47.283.808
1º Trimestre	14,75	11,73	29.710.000
2º Trimestre	15,30	10,45	36.349.567
3º Trimestre	11,67	7,55	66.356.633
4º Trimestre	11,21	7,60	56.719.033
2003	15,45	9,58	42.638.508
1º Trimestre	11,95	9,58	37.093.933
2º Trimestre	12,58	10,70	45.368.833
3º Trimestre	13,16	10,53	41.223.433
4º Trimestre	15,45	11,60	46.985.833
Dezembro.....	15,45	13,50	38.609.800
2004			
1º Trimestre	15,90	13,26	42.523.580
Janeiro.....	15,90	14,26	51.103.340
Fevereiro.....	15,15	13,26	38.505.800
Março ⁽¹⁾	154,30	134,50	3.796.160
Abril.....	145,00	119,20	3.539.200
Maió.....	134,75	110,00	4.563.100

(1) A partir de 22 de março de 2004, as ações começaram a ser negociadas pela proporção de 10.000 ações para 1 ação.

A tabela a seguir apresenta, para os períodos indicados, os preços de venda relatados mínimos e máximos no fechamento em dólares norte-americanos para os ADRs na NYSE:

	Preço por ADR		Média mensal volume de negócios
	Máxima	Mínima	(ADR em milhares)
	(em US\$)		
2001 ⁽¹⁾	26,36	22,66	1.257
2002	33,31	9,91	4.541
1º Trimestre.....	31,65	24,20	2.313
2º Trimestre.....	33,31	18,20	4.230
3º Trimestre.....	20,55	9,67	6.852
4º Trimestre.....	15,95	9,81	5.783
2003	26,87	13,31	4.873
1º Trimestre.....	17,70	13,55	4.741
2º Trimestre.....	21,52	17,35	5.586
3º Trimestre.....	22,70	17,99	3.769
4º Trimestre.....	26,87	20,07	5.397
Dezembro.....	26,87	23,14	7.880
2004			
1º Trimestre.....	27,92	22,48	4.155
Janeiro	27,92	24,30	4.613
Fevereiro.....	26,07	22,48	4.599
Março ⁽²⁾	49,22	45,83	3.253
Abril.....	50,19	40,59	1.619
Maió	43,28	35,00	3.159

(1) Começando em 21 de novembro de 2001.

(2) A partir de 22 de março de 2004, as negociações refletem a proporção de 1 ação para 1 ADR.

As nossas ações preferenciais são nominativas e escriturais e prestamos todos os serviços de custódia e transferência das ações. Nossos acionistas podem optar por manter suas ações registradas na CBLC. Segundo a legislação brasileira, os detentores de nossas ações preferenciais, que não são brasileiros, poderão estar sujeitos a determinadas consequências fiscais adversas, devido à sua titularidade e com respeito a qualquer transferência de ações preferenciais. Para obter mais informações sobre as restrições relativas à transferência de ações preferenciais, veja “Item 10. Informações Adicionais - Atos Constitutivos e Estatuto Social - Organização - Forma e Transferência” e “ - Controles de Câmbio”.

As nossas ADSs são representadas por recibos definitivos, os “ADRs” (Recibos Depositários Americanos). As ADSs podem ser mantidas de forma escritural juntamente com instituições financeiras, que sejam participantes do “Depositary Trust Company ou DTC”. O banco depositário, no seu papel de agente de registro, presta o serviço de transferência dos ADRs. A titularidade de um ADR (e de cada ADS que lhe serve de lastro), quando estiver devidamente endossado e acompanhado dos devidos instrumentos de transferência, é transferível por tradição, tendo o mesmo efeito que no caso de um título ou valor mobiliário certificado, segundo as leis do Estado de Nova Iorque. Os detentores de ADRs que vierem a transferi-los poderão estar sujeitos a:

- reembolso ao banco depositário de quaisquer tributos, encargos fiscais ou taxas que o banco depositário tenha pagado;
- pagamento de quaisquer taxas de transferência, segundo os termos do contrato de depósito;
- apresentação de comprovação satisfatória de identidade e de legitimidade de suas assinaturas ou de quaisquer outros documentos exigidos pelo contrato de depósito;
- cumprimento da legislação norte-americana e brasileira, ou outras leis ou regulamentos governamentais aplicáveis; e
- cumprimento de regras razoáveis, se existentes, que nós e o banco depositário possamos estabelecer e que sejam consistentes com o contrato de depósito.

Todas as nossas ações em circulação são integralizadas e não sujeitas a chamadas de capital.

Os direitos dos detentores das ações preferenciais são limitados, em aspectos significativos, se comparados com os direitos dos detentores de ações ordinárias, de diversas maneiras significativas:

- cada ação ordinária confere ao detentor o direito a um voto nas assembleias gerais de acionistas, enquanto os detentores de ações preferenciais somente têm direito a voto em circunstâncias limitadas, descritas no “Item 10. Informações Adicionais - Atos Constitutivos e Estatuto Social - Organização - Direito a Voto”; e
- a natureza dos direitos de preferência dos acionistas preferencialistas, de subscrever ações ou títulos conversíveis, depende da proporção do capital que seria representada pelas ações preferenciais, após o aumento do capital, conforme descrito no “Item 10. Informações Adicionais - Atos Constitutivos e Estatuto Social - Organização - Direitos de Preferência”.

Os detentores das ADSs têm direitos que correspondem às ações preferenciais que as lastreiam, sujeitos aos termos do contrato de depósito. Os detentores de ADSs são parte do contrato de depósito e, portanto, são obrigados pelos seus termos e pelos termos dos ADRs que representam as ADSs.

NEGOCIAÇÃO NA BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO

A partir de abril de 2000, as bolsas de valores brasileiras foram reorganizadas através da troca de protocolos de intenções. Até abril de 2004, todos os valores mobiliários relativos a ações foram negociados somente na Bolsa de Valores de São Paulo, com exceção dos Leilões de Privatizações que ocorriam na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Em maio de 2004, a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro foi reaberta para a negociação de determinados títulos públicos.

Se V.Sas. viessem a negociar nossas ações preferenciais na BOVESPA, sua negociação seria liquidada em três dias úteis após a data da negociação. Normalmente é exigido que o vendedor entregue as ações na bolsa no terceiro dia útil até as 10:00 horas após a data da negociação. A entrega e o pagamento das ações são efetuados por meio dos serviços da CBLC.

A BOVESPA é menos líquida que a NYSE, ou que outras bolsas importantes no resto do mundo. Em 31 de dezembro de 2003, o total agregado de capitalização no mercado, das 369 empresas cotadas na BOVESPA, era equivalente a aproximadamente US\$234 bilhões, sendo que as 10 maiores empresas cotadas na BOVESPA representavam aproximadamente 48,8% do total de capitalização no mercado de todas as empresas cotadas na bolsa. Embora qualquer uma das ações em circulação de uma empresa cotada possa ser negociada numa bolsa de valores brasileira, na maioria dos casos, menos da metade das ações cotadas está efetivamente disponível para negociação pública, sendo que o restante está em mãos de pequenos grupos de controladores, de entidades governamentais ou de um acionista principal. Em 31 de dezembro de 2003, nós respondíamos por aproximadamente 3,4% da capitalização no mercado de todas as empresas cotadas na BOVESPA.

A negociação por um detentor julgado como não sendo domiciliado no Brasil, para fins normativos e fiscais (um “detentor não brasileiro”) nas bolsas de valores brasileiras, está sujeita a certas limitações, segundo a legislação brasileira relativa a investimentos estrangeiros. Com limitadas exceções, os detentores não brasileiros somente podem negociar nas bolsas de valores brasileiras, de acordo com as exigências da Resolução n.º 2.689 do CMN. Esta Resolução exige que os valores mobiliários mantidos por detentores não brasileiros sejam mantidos em custódia de, ou em conta de depósito com instituições financeiras devidamente autorizadas pelo Banco Central e pela CVM. Além disso, a Resolução n.º 2.689 exige que detentores não brasileiros restrinjam suas negociações de títulos e valores mobiliários para transações nas bolsas de valores brasileiras ou qualificadas nos mercados de balcão. Com limitadas exceções, os detentores não brasileiros não devem transferir para outros detentores não brasileiros a propriedade dos investimentos feitos, segundo a Resolução n.º 2.689. Veja “Item. 10 - Informações Adicionais - Controles de Câmbio” para maiores informações sobre a Resolução n.º 2.689, e “Tributação - Considerações sobre a Tributação Brasileira - Tributação dos Ganhos” para uma descrição de certos benefícios fiscais estendidos para detentores não brasileiros, qualificados na Resolução n.º 2.689.

Item 10. Informações Adicionais

ATOS CONSTITUTIVOS E ESTATUTO SOCIAL

Somos uma companhia aberta devidamente registrada na CVM, sob número 00090-6. O Artigo 5

do estatuto estabelece nosso objetivo de realizar operações bancárias, incluindo atividades de câmbio.

Comparação das práticas de governança corporativa do Bradesco com as regras da NYSE aplicáveis a companhias norte-americanas

Em 4 de novembro de 2003, a Securities and Exchange Commission (“SEC”) aprovou as regras finais de governança corporativa da NYSE. De acordo com tais regras, as companhias emissoras privadas estrangeiras estão sujeitas a um conjunto mais limitado de exigências relativas à governança corporativa do que as companhias emissoras norte-americanas. Na qualidade de companhia emissora privada estrangeira, devemos cumprir três regras da NYSE:

- até 31 de julho de 2005, devemos cumprir as exigências relativas ao comitê de auditoria estabelecidas pela SEC;
- nosso Diretor-Presidente deverá prontamente comunicar à SEC, por escrito, tão logo um diretor executivo tome conhecimento de qualquer inobservância relevante das regras de governança corporativa da NYSE; e
- devemos providenciar uma breve descrição das principais diferenças entre nossas práticas de governança corporativa e aquelas observadas pelas companhias norte-americanas, de acordo com os padrões de listagem da NYSE.

A tabela a seguir descreve de forma breve as diferenças significativas entre as nossas práticas de governança corporativa e as adotadas pelas companhias norte-americanas de acordo com os padrões de listagem da NYSE.

Artigo	Regras de Governança Corporativa da NYSE para Emissores Norte-Americanos	Práticas de Governança Corporativa do Bradesco
303A.01	Uma companhia listada na NYSE deve ter a maioria de seus membros do Conselho de Administração independentes.	A Legislação Societária Brasileira determina que somente os acionistas de uma companhia podem ser nomeados para seu Conselho de Administração. Consequentemente, não há determinação legal ou estatutária exigindo que o Bradesco tenha conselheiros independentes, e nenhum de nossos conselheiros é independente. Não há exigência de residência ou participação acionária mínima para qualificação de um conselheiro.
303A.03	Membros do Conselho de Administração que não sejam diretores de uma companhia listada deverão reunir-se em sessões periódicas sem a presença dos membros da Diretoria Executiva.	Com exceção do Presidente da Diretoria Executiva, que também é Conselheiro da companhia, nenhum dos Membros do Conselho de Administração pertence à Diretoria Executiva do Bradesco. Os Conselheiros não têm sessões periódicas sem a presença do Diretor Presidente.
303A.04	As companhias listadas devem possuir um Comitê de Nomeação/Governança Corporativa, composto integralmente por conselheiros independentes, com um regimento interno que	Nós não possuímos um Comitê de Nomeação/Governança Corporativa.

	abranja certos deveres mínimos especificados.	
303A.05	As companhias listadas devem possuir um Comitê de Remuneração integralmente composto por conselheiros independentes, com um regimento interno que abranja certos deveres mínimos especificados.	<p>Nós possuímos um Comitê de Remuneração, composto de três a cinco membros, escolhidos dentre os integrantes do Conselho de Administração, com mandato de um ano. O Comitê tem por objetivo propor ao Conselho de Administração as políticas e diretrizes de remuneração dos Administradores Estatutários do Bradesco, tendo por base as metas de desempenho estabelecidas pelo Conselho.</p> <p>Nenhum dos membros do Comitê de Remuneração é um conselheiro independente. O Comitê de Remuneração tem um estatuto que discute as responsabilidades do Comitê.</p>
303A.06 303A.07	As companhias listadas devem ter um Comitê de Auditoria, composto por no mínimo três conselheiros que satisfaçam os requerimentos da Regra 10A-3 do <i>Exchange Act</i> , com um regimento interno que abranja certos deveres mínimos especificados.	<p>Nós possuímos um Comitê de Auditoria, composto de três a cinco membros, cada um com mandato de um ano, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração. Apenas um dos membros atuais do Comitê está em nosso Conselho de Administração. Os outros dois membros atuais do Comitê são independentes.</p> <p>Suas principais atribuições são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • recomendar ao Conselho de Administração a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente e a respectiva remuneração; • revisar, previamente à divulgação ao mercado, as demonstrações financeiras, inclusive notas explicativas, relatórios da Administração e parecer do auditor independente; • estabelecer políticas e procedimentos para responder a quaisquer relatos ou alegações de uma falha aplicáveis ou códigos internos e regulamentos, incluindo procedimentos para garantir a confidencialidade e proteção de quais quer pessoas que forneçam informações referentes a estas falhas. • avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos; • reunir-se, no mínimo, trimestralmente, com a Diretoria Executiva e auditorias independente e externa; e <p>Nós também possuímos um Conselho Fiscal, composto de três a cinco membros efetivos e q</p>

		<p>mesmo número de suplentes. Atualmente há três membros. O Conselho Fiscal é um órgão corporativo independente. De acordo com a Legislação Societária, nosso Conselho Fiscal tem como direitos e obrigações, entre outras:</p> <ul style="list-style-type: none"> • através de quaisquer de seus membros, supervisionar as ações de nossos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres; • examinar e opinar sobre nossas demonstrações financeiras antes de sua divulgação, incluindo as notas explicativas, o parecer dos auditores independentes e os relatórios da Administração; e • opinar sobre propostas de nossa Administração, a serem submetidas à assembléia de acionistas, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio.
303A.08	Os acionistas deverão ter a oportunidade de votar sobre todos os planos de remuneração, bem como as alterações dos mesmos, levadas em consideração as exceções constantes das regras da NYSE.	De acordo com a Legislação Societária Brasileira, é necessária a aprovação dos acionistas para a implementação de qualquer plano de remuneração mediante participação no capital social. Nós não possuímos atualmente qualquer plano de remuneração baseado em “opções de ações”.
303A.09	As companhias listadas devem adotar e divulgar Diretrizes de Governança Corporativa que abranjam certos requisitos mínimos especificados.	Nós não possuímos Diretrizes de Governança Corporativa, formalmente divulgadas em um documento único de forma a abranger todos os requisitos constantes das regras da NYSE. Nossas práticas de Governança Corporativa estão disponíveis no nosso website, por meio do endereço (http://www.bradesco.com.br/ri/).
303A.10	As companhias listadas devem adotar e divulgar um código de conduta e ética para conselheiros, diretores e empregados, divulgando prontamente toda dispensa do código concedida para conselheiros ou diretores.	Adotamos um Código de Ética, o qual aplica-se ao Diretor-Presidente, Diretor Financeiro, Diretor Contábil e quaisquer pessoas em funções similares, assim como nossos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e funcionários. Nós possuímos um Comitê Executivo de Conduta Ética, nomeado pelo Conselho de Administração, responsável pela aplicação do Código de Ética, determinando ações quanto à divulgação, disseminação e cumprimento do Código de Ética, de modo a assegurar sua eficácia e efetividade. Nós temos um Código Geral de Ética corporativo que se aplica a todos os nossos funcionários, assim como um Código Setorial de Ética que se aplica

		especificamente aos departamentos de gestão financeira e contábil. Toda e qualquer alteração ou isenção nos Códigos de Ética serão divulgadas em nosso website.
303A.12	O CEO de toda companhia listada deve declarar prontamente à NYSE por escrito, depois que qualquer executivo da companhia listada ficar sabendo de qualquer descumprimento significativo de qualquer determinação da seção 303A.	O nosso Diretor-Presidente prontamente informará por escrito à NYSE, na hipótese de um membro da Diretoria Executiva tomar conhecimento de qualquer inobservância relevante às regras da NYSE relativas à política de governança corporativa.

Organização

Qualificação dos Conselheiros

A lei brasileira determina que para ser designado ao Conselho de Administração é necessário ser acionista da empresa. Não há exigência quanto à participação acionária mínima ou de residência para se qualificar como um conselheiro.

Destinação do Lucro Líquido e Distribuição de Dividendos

Nosso estatuto exige que o Conselho de Administração recomende, a cada assembléia anual de acionistas, a alocação do lucro líquido para o exercício fiscal, como segue:

- 5% do lucro líquido para uma reserva legal, sem exceder 20% de nosso capital integralizado durante cada exercício fiscal. Esta exigência não será aplicável em exercícios fiscais em que a reserva legal, acrescida às outras reservas de capital, exceder 30% de nosso capital integralizado;
- por proposta de nossa Administração, um valor para a reserva para contingências contra perdas futuras; este valor é determinado por nossos acionistas, com base em perdas potenciais que eles considerem prováveis;
- pelo menos 30% do lucro líquido (depois das deduções dos dois itens anteriores) para distribuição obrigatória aos nossos acionistas; e
- o remanescente, após as distribuições acima, para uma reserva de lucros para a manutenção de uma margem operacional, que é compatível com a conduta de nossos negócios de financiamento, até um limite de 95% de nosso capital social integralizado.

Nosso estatuto também autoriza os acionistas a alocar um valor à reserva para receitas realizáveis. Historicamente, nossos acionistas não alocaram valores para tal reserva.

O mínimo de 30% de nosso lucro líquido ajustado deve ser distribuído como dividendos anuais e ser pago dentro de 60 dias da assembléia anual de acionistas na qual a distribuição for aprovada. Entretanto, a Legislação Societária permite que suspendamos o pagamento da distribuição obrigatória, se o Conselho de Administração e Conselho Fiscal relatarem na assembléia dos acionistas que a distribuição seria incompatível com nossa situação financeira, sujeita à aprovação pela assembléia dos acionistas. De acordo

com a Legislação Societária, o Conselho de Administração deve arquivar uma justificativa para a suspensão com a CVM, no prazo de cinco dias a partir da assembléia de acionistas. Teríamos que alocar o lucro não distribuído devido à suspensão, para uma reserva especial. Se não absorvidos pelas perdas subseqüentes, os valores na reserva deveriam ser pagos como dividendos, tão logo nossa situação financeira permitisse.

Os acionistas preferencialistas têm direito a receber dividendos por ação em um valor 10% superior aos dividendos por ação pagos aos acionistas ordinaristas.

Devemos preparar demonstrações financeiras pelo menos trimestralmente. Nossa Diretoria Executiva, com aprovação do Conselho de Administração, pode distribuir dividendos com base nos lucros relatados nas demonstrações financeiras intermediárias. O valor dos dividendos intermediários distribuídos não pode exceder o valor de nossas reservas de capital. Nossa Diretoria Executiva baseia o valor dos dividendos intermediários em lucros previamente acumulados ou lucros retidos.

Desde 1970, temos distribuído dividendos mensalmente.

De acordo com a lei brasileira, nosso estatuto permite que a Diretoria Executiva, mediante aprovação do Conselho de Administração, faça distribuições na forma de juros sobre o capital próprio ao invés de dividendos. Os pagamentos de juros sobre o capital próprio podem ser inclusos, como parte de qualquer dividendo obrigatório; tal inclusão deve ser ao valor líquido. Desde julho de 1997, temos feito pagamentos mensais de juros sobre capital próprio em um valor aprovado pelo Conselho de Administração antes da declaração dos dividendos no final de cada exercício. Os valores pagos como juros sobre capital próprio, líquido do imposto de renda retido na fonte, são deduzidos do valor de dividendos declarados. A Seção “Implicações Fiscais - Considerações sobre Tributação no Brasil - Distribuições de Juros sobre o Capital” descreve certos limites sobre nossa habilidade em pagar juros sobre o capital próprio e deduzir distribuições feitas como juros sobre o capital.

De acordo com a lei brasileira, um acionista que não recebe um pagamento de dividendos pode iniciar um procedimento para a cobrança dos dividendos no prazo de três anos da data que disponibilizamos os dividendos para distribuição. Depois do período de três anos, os dividendos não reclamados reverterem-se para a companhia.

Assembléia de Acionistas

Os acionistas têm o poder de decidir quaisquer assuntos relacionados ao nosso objetivo empresarial e de aprovar quaisquer resoluções que julgarem necessárias para nossa proteção e desenvolvimento, através de votação em assembléia geral.

Nós convocamos assembléias de acionistas por publicação de edital no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário do Commercio no Estado de São Paulo. O edital deve ser publicado por três vezes, começando pelo menos 15 dias corridos antes da data marcada para realização da assembléia. O edital deve conter a pauta da assembléia e, no caso de uma proposta de alteração dos nossos estatutos, uma indicação do assunto em questão.

O Conselho de Administração ou, em algumas situações específicas determinadas na Legislação Societária, os acionistas convocam nossas assembléias gerais de acionistas. Um acionista pode ser representado em uma assembléia geral por um procurador, desde que este tenha sido constituído até um

ano antes da assembléia. O procurador constituído deve ser um acionista, um membro de nossa Administração, um advogado ou uma instituição financeira. O instrumento de mandato dado ao procurador constituído deve cumprir certas formalidades determinadas pela lei brasileira.

A fim de que uma assembléia geral de acionistas tome qualquer medida válida, os acionistas representando pelo menos um quarto de nossas ações ordinárias, emitidas e em circulação, devem estar presentes na assembléia. Entretanto, no caso de uma assembléia geral para alterar nosso estatuto, os acionistas representando pelo menos dois terços de nossas ações ordinárias, emitidas e em circulação, devem estar presentes. Se tal quorum não estiver presente, o Conselho pode convocar uma segunda assembléia por aviso dado pelo menos cinco dias corridos antes da assembléia marcada, de acordo com as regras de publicação descritas acima. As exigências de quorum não se aplicarão a uma segunda assembléia, sujeita às exigências de votação para certos assuntos descritos abaixo.

Direitos de Voto

Cada ação ordinária dá direito ao seu detentor a um voto nas assembléias de acionistas. Exceto se determinado de outra maneira na lei, as deliberações de uma assembléia geral de acionistas são tomadas pelo voto dos detentores da maioria simples de nossas ações ordinárias, sem computar as abstenções.

Em março de 2002, a Lei das Sociedades Anônimas brasileira foi modificada de modo a conferir maior proteção aos acionistas minoritários, passando a garantir o direito de designar um membro e um suplente para nosso Conselho de Administração, aos acionistas que não são controladores mas que tenham detido, por pelo menos os três meses anteriores (i) ações preferenciais representando pelo menos 10% de nosso capital social, ou (ii) ações ordinárias representando pelo menos 15% de nossas ações do capital com direito a voto. Se nenhum acionista atingir os limites mínimos, os acionistas que representam pelos menos 10% de nosso capital acionário podem combinar seus investimentos para designar um membro e um suplente para nosso Conselho de Administração.

Este direito está em vigor desde março de 2002. Entretanto, até 2005 e incluindo a Assembléia de Acionistas a ser realizada em 2005, os acionistas preferencialistas cujas ações representam pelo menos 10% de nosso capital ou se os acionistas preferencialistas não cumprirem com este limite, os acionistas que representam pelo menos 10% de nosso capital terão o direito de designar um membro e um suplente para nosso Conselho de Administração, dentre uma lista de três candidatos escolhidos pelo nosso acionista controlador.

Conforme o Acordo de Acionistas de 9 de junho de 2003, o BBVA tem o direito de eleger um membro para nosso Conselho de Administração. Veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - A Companhia - Histórico - Aquisições Recentes e Associações Importantes - Aquisição do BBV Banco.

Acionistas preferencialistas

Conforme a lei brasileira, as seguintes deliberações dependem da aprovação dos detentores da maioria das ações preferenciais em circulação adversamente afetadas, assim como os acionistas titulares de pelo menos metade das ações ordinárias emitidas:

- criação de ações preferenciais ou aumento de uma classe já existente de ações preferenciais sem preservar a proporção com qualquer outra classe de ações preferenciais;

- mudanças nas preferências, privilégios ou condições de resgate ou amortização de qualquer classe de ações preferenciais; e
- criação de uma nova classe de ações preferenciais que tenha uma preferência, privilégio ou condição de resgate ou amortização superior às das ações preferenciais já existentes.

Estas deliberações deverão ser votadas em uma assembléia especial pelos detentores de ações preferenciais adversamente afetadas, na qual cada ação preferencial dá ao seu titular direito a um voto. Os acionistas preferencialistas têm o direito de votar em qualquer deliberação de mudança de nosso tipo societário e obterão o direito de votar se entrarmos em um processo de liquidação. Os acionistas preferencialistas não têm voto sobre qualquer outro assunto.

A aprovação dos detentores de pelo menos metade das ações ordinárias emitidas é exigida para as seguintes medidas:

- redução da distribuição obrigatória dos dividendos;
- aprovação de uma incorporação, fusão ou cisão;
- aprovação de nossa participação em um “grupo de sociedades” (um grupo de empresas cuja gestão é coordenada através de relacionamentos contratuais e participações acionárias) como definido na Legislação Societária;
- mudança no objeto social;
- cessação do estado de liquidação; e
- aprovação de dissolução.

Conforme a Legislação Societária, os detentores de ações ordinárias, em deliberação na assembléia geral de acionistas, têm poderes exclusivos para:

- alterar nosso estatuto, incluindo alterações dos direitos de detentores de ações ordinárias;
- eleger ou destituir membros do Conselho de Administração;
- tomar as contas anuais preparadas pela Administração e aceitar ou rejeitar as demonstrações financeiras da Administração, incluindo a alocação dos lucros líquidos para pagamento dos dividendos obrigatórios e a alocação para as diversas contas de reserva;
- autorizar a emissão de debêntures;
- suspender os direitos de um acionista que não cumpriu com as obrigações impostas por lei ou pelo nosso estatuto;
- aceitar ou rejeitar a avaliação dos ativos aportados por um acionista em aumentos de capital; e
- aprovar reestruturações societárias, tais como: incorporações, fusões e cisões; dissolver ou

liquidar, eleger ou demitir nossos liquidantes ou examinar suas contas.

Direitos de Preferência

Cada um de nossos acionistas tem um direito geral de preferência para subscrever ações ou títulos conversíveis em qualquer aumento de capital, na proporção da participação já detida. Aos acionistas deve ser concedido prazo de pelo menos 30 dias após a publicação do aviso da emissão de ações ou títulos conversíveis, para exercerem seus direitos de preferência.

Conforme descrito em “Regulamento e Restrições sobre Detentores não Brasileiros” nos termos da Constituição Brasileira, o aumento da participação dos investidores estrangeiros no capital votante (ações ordinárias) das instituições financeiras está sujeito à autorização prévia do Governo Brasileiro. Portanto, no caso de ações ordinárias serem emitidas, nossos acionistas estrangeiros poderiam ser impedidos de exercer seus direitos de preferência.

No caso de um aumento de capital que mantivesse ou aumentasse a proporção de capital representada pelas ações preferenciais, os detentores de ações preferenciais teriam direitos de preferência para subscrever apenas as ações preferenciais então emitidas. No caso de um aumento de capital que reduzisse a proporção do capital representada pelas ações preferenciais, os detentores de ações preferenciais teriam direitos de preferência em subscrever quaisquer novas ações preferenciais proporcionais à participação já detida, e ações ordinárias (sujeitas às restrições sobre propriedade estrangeira discutidas acima) apenas na medida em que seja necessário para impedir a diluição de suas participações em nosso capital total. De acordo com a lei brasileira, os acionistas podem transferir ou dispor de seus direitos de preferência.

Os acionistas não podem exercer seus direitos de preferência relativos às ações preferenciais subjacentes às suas ADSs, a menos que uma declaração de registro de acordo com a Lei de Valores esteja vigente com relação a estes direitos ou se uma isenção das exigências de registro da Lei de Valores esteja disponível. Nesse caso, os acordos contratuais que regem as ADSs determinam que o custodiante das ações subjacentes às ADSs podem, se possível, transferir ou dispor de seus direitos de preferência. Tais acordos contratuais determinam que o custodiante deve remeter o valor recebido ao banco depositário que mantém as ADSs sua distribuição pelo banco depositário aos detentores das ADSs, líquido de quaisquer tarifas devidas ao custodiante e ao banco depositário. Para mais detalhes, veja “Item 3 - Informações Chave - Fatores de Risco - Riscos Relativos às Ações Preferenciais e às ADSs”.

Direito de Retirada

A Legislação Societária estabelece que sob certas circunstâncias um acionista tem o direito de resgatar suas participações em ações de uma empresa e receber um pagamento pela porção do patrimônio líquido atribuível à sua participação em ações.

Este direito de retirada pode ser exercido:

- Pelos detentores dissidentes ou não-votantes da classe de ações afetada adversamente (incluindo qualquer detentor de ações preferenciais), caso uma maioria de todas as ações ordinárias em circulação autorize:

- a criação de ações preferenciais ou um aumento em uma classe existente de ações preferenciais relativas a outra classe ou classes de ações preferenciais;
- a modificação de uma preferência, privilégio ou condição de resgate ou amortização concedida sobre uma ou mais classes de ações preferenciais; ou
- a criação de uma nova classe de ações preferenciais com maiores privilégios que a classe existente de ações preferenciais; ou
- Pelos acionistas dissidentes ou não-votantes (incluindo qualquer detentor de ações preferenciais), caso uma maioria das ações ordinárias em circulação autorize:
 - a redução na distribuição obrigatória de dividendos;
 - uma mudança em nosso objeto social; ou
 - uma transferência de todas as nossas ações para outra empresa, nos tornando uma subsidiária integral de tal empresa, conhecida como uma incorporação de ações; ou
- Pelos detentores dissidentes ou não-votantes de ações ordinárias, no caso de uma minoria de todas as ações ordinárias autorizar:
 - a aquisição de controle de outra empresa a um preço que exceda certos limites estabelecidos na Legislação Societária;
 - uma fusão ou incorporação;
 - participação em um grupo de sociedades, como definido na Legislação Societária; ou
 - uma cisão que resulte, dentre outras coisas, em uma redução do dividendo anual obrigatório.

Nossos acionistas dissidentes ou não-votantes também têm o direito de retirada caso a sociedade resultante de nossa fusão, incorporação de ações ou cisão não se torne uma companhia com ações negociadas em bolsa dentro de 120 dias da assembléia de acionistas na qual a decisão relevante foi tomada. Os acionistas dissidentes ou não-votantes apenas terão o direito de retirada se eles forem titulares das ações que foram adversamente afetadas no momento da primeira convocação para assembléia na qual a decisão foi tomada. Se um anúncio público da medida tomada ou a ser tomada for feito antes da convocação para assembléia, a titularidade de ações dos acionistas é baseada na data do anúncio.

O direito de retirada prescreve 30 dias depois da publicação das atas da assembléia de acionistas, na qual a medida foi tomada, exceto quando a resolução está sujeita à confirmação pelos acionistas preferencialistas (o que deve ser feito em assembléia especial a ser realizada dentro de um ano). Neste caso, o prazo de 30 dias é contado da data em que a ata da assembléia especial é publicada. Nós teríamos direito a reconsiderar qualquer ação que desse origem a direitos de recesso dentro de 10 dias depois do vencimento de tais direitos, se o reembolso de ações de acionistas dissidentes prejudicasse nossa estabilidade financeira.

Em todas as situações descritas acima, nossas ações seriam resgatáveis por seu valor contábil,

determinado com base no último balanço patrimonial aprovado por nossos acionistas. Se a assembléia de acionistas que deu origem aos direitos de retirada ocorrer mais que 60 dias depois da data do último balanço aprovado, um acionista pode exigir que suas ações sejam avaliadas com base em um novo balanço patrimonial de uma data dentro de 60 dias antes de tal assembléia de acionistas.

Liquidação

No caso de nossa liquidação, nossos acionistas preferencialistas teriam o direito a prioridade sobre os acionistas ordinaristas, no retorno do capital. O valor ao qual eles teriam direito é baseado na parcela do capital representado pelas ações preferenciais, como ajustado de tempos em tempos para refletir quaisquer aumentos ou reduções de capital. Primeiro, depois que todos os nossos credores fossem pagos, nossos ativos residuais seriam usados para retornar o valor do capital representado pelas ações preferenciais aos acionistas preferencialistas. Uma vez que os acionistas preferencialistas tivessem sido totalmente reembolsados, os acionistas ordinaristas seriam reembolsados na parcela do capital representado pelas ações ordinárias. Todos os nossos acionistas participariam igualmente e proporcionalmente em quaisquer ativos remanescentes residuais.

Resgate

Nosso estatuto determina que nossas ações não são resgatáveis. Entretanto, a legislação brasileira nos autoriza a resgatar ações de acionistas minoritários se, depois de uma oferta, nosso acionista controlador aumentar sua participação em nosso capital acionário total para mais de 95%.

Direitos de Conversão

Nosso estatuto determina que nossas ações ordinárias não podem ser convertidas em ações preferenciais ou nossas ações preferenciais em ações ordinárias.

Responsabilidade de Nossos Acionistas por Futuras Chamadas de Capital

Nem a lei brasileira nem nosso estatuto prevêem chamadas de capital. A responsabilidade de nossos acionistas é limitada ao pagamento do preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.

Forma e Transferência

Nossas ações são registradas de maneira escritural e nós desenvolvemos todos os serviços de custódia e transferência de ações. Para fazer uma transferência, nós fazemos um lançamento no registro, debitamos a conta de ações do transferidor e creditamos a conta de ações do transferido.

As transferências de ações por um investidor estrangeiro são feitas da mesma maneira e executadas por um agente local do investidor em nome do investidor. Entretanto, se o investimento original estiver registrado no Banco Central, conforme um mecanismo de investimento estrangeiro regulamentado pela Resolução n.º 2.689 do CMN, como descrito em “Controles de Câmbio” abaixo, o investidor estrangeiro deve declarar a transferência em seu registro eletrônico.

Nossos acionistas podem optar, por livre arbítrio, por manter suas ações na CBLC. As ações são acrescidas ao sistema da CBLC, através de instituições brasileiras que têm contas de compensação com a CBLC. Nosso registro de acionistas indica quais ações são transacionadas no sistema da CBLC. Cada acionista participante é, por sua vez, registrado em um registro de acionistas beneficiários mantido pela

CBLC e é tratado da mesma maneira que nossos acionistas registrados.

Regras Brasileiras Relativas à Divulgação de Informações

Em janeiro de 2002, a CVM emitiu regulamentos, revisados em maio de 2002, referente à divulgação de informações relacionadas ao mercado. Esta regulamentação inclui determinações que, dentre outras:

- definem que informações devem ser arquivadas na CVM na forma de um aviso de fato relevante, incluindo qualquer decisão de nossos acionistas controladores que pudesse influenciar o preço de seus títulos ou qualquer decisão do acionista controlador em negociar, ou deixar de negociar, tais títulos, ou exercer quaisquer direitos subjacentes aos títulos;
- ampliam, o rol de exemplos de fatos que devem ser considerados como relevantes, incluindo, entre outros:
 - a execução de acordos de acionistas que impliquem na transferência de controle,
 - a entrada ou retirada de acionistas que mantém quaisquer contratos de colaboração financeira, operacional, tecnológica ou administrativa conosco, e
 - qualquer autorização para negociação dos valores mobiliários de emissão da companhia em qualquer mercado, nacional ou estrangeiro;
- estendem, no caso do nosso executivo responsável pelas relações com investidores não o fazer, a responsabilidade para divulgar fatos relevantes aos nossos acionistas controladores, a todos os membros de nossa Administração, aos membros de nosso conselho fiscal e a quaisquer outros de nossos órgãos técnicos ou consultivos criados por nossos estatutos;
- estendem a obrigação de sigilo de fatos relevantes ainda não divulgados, além de nossos administradores e acionistas controladores, aos membros de nossos conselhos técnicos e consultivos criados por nossos estatutos e aos nossos funcionários;
- nos obrigam a divulgar fatos relevantes a todos os mercados nos quais nossos títulos são admitidos à negociação;
- nos obrigam a publicar qualquer intenção de tirar a empresa da Bolsa no período de um ano, no caso de adquirirmos participação controladora em uma companhia que tenha ações negociadas no mercado;
- ampliar as regras relativas às exigências de divulgação na aquisição e venda de uma participação acionária relevante, ou de negociação de valores mobiliários de nossa emissão por nossos administradores, membros de nosso conselho fiscal ou membros de nossos conselhos técnicos e consultivos criados por nossos estatutos; e
- restringir o uso de informação interna.

Regulamento e Restrições sobre Detentores não Brasileiros

A Constituição Brasileira proíbe qualquer aumento na participação estrangeira no capital social das instituições financeiras sediadas no Brasil. Entretanto, em razão de sermos uma instituição financeira aberta, os detentores não brasileiros de nossas ações preferenciais beneficiam-se de uma exceção a esta determinação. Conseqüentemente, detentores não brasileiros não enfrentam restrições legais sobre a posse de nossas ações preferenciais ou de ADSs, com base em nossas ações preferenciais, e são autorizados a ter todos os direitos e preferência de tais ações preferenciais.

Entretanto, a capacidade de converter em moeda estrangeira os pagamentos de dividendos e os resultados das operações de venda das ações preferenciais ou direitos de preferência e remeter tais montantes fora do Brasil está sujeita a restrições, de acordo com a legislação estrangeira de investimento que normalmente exige, entre outras coisas, o registro do investimento relevante no Banco Central. Todavia, qualquer detentor não brasileiro que se registre na CVM, de acordo com a Resolução 2.689, pode comprar e vender títulos nas bolsas de valores brasileiras, sem obter um certificado separado de registro para cada transação.

O Anexo 5 da Resolução n.º 1.289 do CMN, conhecido como os “Regulamentos do Anexo 5”, autoriza as empresas brasileiras a emitir os recibos de depósitos nos mercados de câmbio. Nosso programa de ADR está devidamente registrado no Banco Central.

Nosso estatuto não impõe nenhum limite aos direitos de residentes ou não residentes brasileiros de possuir ações e exercer os direitos em relação a isso.

Novo Código Civil

Um novo Código Civil Brasileiro entrou em vigor em 11 de janeiro de 2003. O novo Código foi emitido com o intuito de atualizar a legislação civil brasileira. O novo Código introduziu alterações a respeito de vários tópicos, incluindo o Acordo e a Legislação Societária. As transações e outras leis realizadas antes da vigência do novo Código Civil continuam sendo reguladas pelas leis anteriores. Contudo, quaisquer transações ou outras leis realizadas após 11 de janeiro de 2003 estão sujeitas ao novo Código Civil.

Transferência de Controle

Nosso estatuto não contém nenhuma determinação que pudesse ter o efeito de retardar, adiar ou impedir uma mudança em nosso controle ou que operaria apenas com respeito a uma fusão, aquisição ou reestruturação corporativa nos envolvendo ou qualquer uma de nossas subsidiárias. Entretanto, os regulamentos bancários brasileiros exigem que qualquer transferência de controle de uma instituição financeira seja previamente aprovada pelo Banco Central.

A Legislação Societária Brasileira determina que a aquisição do controle de uma companhia aberta depende da oferta de compra de todas as ações ordinárias em circulação por preço equivalente a 80% do preço por ação pago ao bloco controlador. Em dezembro de 2003, alteramos nossos estatutos para determinar que na ocorrência de uma mudança em nosso controle, o adquirente será obrigado a pagar aos nossos acionistas um valor igual a (a) no caso de nossos acionistas ordinaristas não controladores, 100% do preço pago por ação aos nossos acionistas controladores e (b) no caso de nossos acionistas preferencialistas, 80% do preço pago por ação aos nossos acionistas controladores.

No caso de liquidação, nossos acionistas preferencialistas teriam o direito à prioridade sobre os acionistas ordinários no retorno do capital. Para mais informações, veja “Liquidação”. Além disso, no caso de uma transferência de controle, nossos acionistas têm o direito de retirada sob certas circunstâncias. Para maiores informações, veja “Direito de Retirada”.

A Lei das Sociedades Anônimas Brasileira obriga nosso acionista controlador a fazer oferta por nossas ações, se ele aumentar sua participação em nosso capital acionário para um nível que afete significativamente e negativamente a liquidez de nossas ações.

Divulgação do Controle de Acionistas

Os regulamentos brasileiros exigem que qualquer pessoa ou grupo de pessoas representando o mesmo interesse, que tenha adquirido, direta ou indiretamente, uma participação correspondente a 10% das ações ordinárias de uma empresa negociada, publicamente deve divulgar a propriedade das ações à CVM e às bolsas de valores brasileiras. Além disso, uma declaração contendo informações exigidas deve ser publicada nos jornais. Qualquer aumento subsequente de 5% ou mais no controle das ações ordinárias deve ser divulgado da mesma forma.

Práticas de Governança Corporativa Diferenciadas da BOVESPA

A BOVESPA tem um programa conhecido como Programa de Práticas de Governança Corporativa Diferenciadas, que chamamos de “programa PGCD”. De acordo com o programa PGCD, as empresas registradas em bolsa podem aderir a um ou dois conjuntos de regras que aplicam-se à Empresa, sua Administração e acionistas controladores, com o objetivo de promover boas práticas de governança corporativa e melhorar a divulgação no mercado.

Desde 2001, estamos em concordância com o primeiro conjunto de regras, menos rigoroso, de acordo com o programa PGCD.

As exigências que devemos cumprir incluem:

- Manter um free-float mínimo de 25,0% de nosso Capital Social;
- Realizar reunião pública anual com analistas e quaisquer outros interessados;
- Divulgar calendário anual dos eventos corporativos;
- Utilizar mecanismos em ofertas públicas, com o objetivo de aumentar a dispersão de capital;
- Divulgar trimestralmente as demonstrações financeiras consolidadas, que estão sujeitas à revisão limitada; e
- Divulgar informações sobre títulos, incluindo derivativos, mantidos por acionistas controladores, membros de nossa Administração e membros de nosso Conselho Fiscal.

CONTRATOS SIGNIFICATIVOS

Em 9 de junho de 2003, nossos acionistas Cidade de Deus Participações e Fundação Bradesco entraram em um Acordo de Acionistas com o BBVA. Conforme termos do Acordo, o BBVA tem o

direito de eleger um membro para nosso Conselho de Administração. O Acordo de Acionistas determina que o BBVA terá esse direito enquanto possuir ao menos 3,94% de nosso capital votante. Contudo, se a participação do BBVA for inferior a este percentual devido a um aumento em nosso capital social, em que aos nossos acionistas, incluindo BBVA, não são dados direitos de preferência, o direito do BBVA de eleger um membro para nosso Conselho de Administração não será afetado. Além disso, conforme o Acordo de Acionistas, a Cidade de Deus Participações e Fundação Bradesco têm o direito de preferência a princípio se o BBVA desejar vender algumas ou todas as nossas ações ordinárias, e o BBVA tem uma opção de venda por um período de até sete anos. Para mais informações a respeito do Acordo de Acionistas, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - A Companhia - Histórico - Aquisições Recentes e Associações Importantes - Aquisição do BBV Banco”.

CONTROLES DE CÂMBIO

O Banco Central pode impor restrições temporárias à remessa de capital estrangeiro para o exterior, inclusive os pagamentos de principal, juros ou dividendos, e sobre a repatriação de capital sempre que houver um desequilíbrio significativo na balança de pagamentos do Brasil ou se ele prever esse desequilíbrio. A última ocorrência de restrições à remessa de capital estrangeiro foi em 1989, quando, durante aproximadamente seis meses em 1989 e no início de 1990, o Governo Brasileiro congelou todas as remessas para o exterior de dividendos e capital investido. O Banco Central posteriormente liberou esses valores para remessas ao exterior, de acordo com diretrizes do Governo Brasileiro. O Governo Brasileiro pode tomar medidas semelhantes no futuro.

Segundo as leis tributárias brasileiras, detentores não brasileiros de valores mobiliários beneficiam-se de um tratamento tributário favorável, se estiverem qualificados nos termos da Resolução n.º 2.689. Para qualificar-se nos termos da Resolução n.º 2.689, um detentor não brasileiro precisa:

- nomear um representante no Brasil com poderes para praticar atos relativos ao investimento;
- registrar-se como um investidor estrangeiro junto à CVM; e
- registrar seu investimento junto ao Banco Central.

Veja “Tributação - Considerações Tributárias Brasileiras - Tributação de Ganhos” para uma descrição dos benefícios fiscais concedidos a detentores não brasileiros de valores mobiliários, que se qualifiquem segundo a Resolução n.º 2.689.

Segundo a Resolução n.º 2.689, os valores mobiliários detidos por detentores não brasileiros devem ser mantidos sob a custódia de, ou em contas de depósito junto a instituições financeiras devidamente autorizadas pelo Banco Central e pela CVM. Além disso, a negociação de valores mobiliários é restrita, nos termos da Resolução n.º 2.689, a operações em bolsas de valores brasileiras ou mercados de balcão qualificados.

Os detentores não brasileiros registrados podem investir em qualquer tipo de investimento disponível para cidadãos brasileiros nos mercados financeiro e de valores mobiliários, com a exceção dos casos em que a Constituição Brasileira limita a capacidade de detentores não brasileiros de adquirir capital de instituições financeiras, conforme discutido acima em “Regulamentação e Restrições a Detentores Não Brasileiros “. O registro permite aos investidores remeter moeda estrangeira para fora do Brasil, quando os recursos são distribuições sobre ações preferenciais registradas ou o produto da alienação dessas ações.

Os recursos são convertidos para moedas estrangeiras à taxa de câmbio do mercado comercial.

O capital registrado relativo a cada ação preferencial comprada no Brasil e depositado junto ao custodiante é igual ao seu preço de compra (declarado em dólares norte-americanos). Se um detentor de ADSs preferir cancelar ADSs em troca de ações preferenciais, o investimento em ações preferenciais poderá ser registrado no Banco Central. Esse registro é necessário para que o detentor receba distribuições ou o produto de alienações das ações fora do Brasil.

No caso de um investimento, segundo a Resolução n.º 2.689, o registro é feito eletronicamente pelo representante local. O capital registrado, relativo a uma ação preferencial retirada do banco depositário mediante cancelamento de uma ADS, será o equivalente em dólares norte-americanos:

- ao preço médio de uma ação preferencial na bolsa de valores na data da retirada; ou
- se ações preferenciais não forem vendidas nesse dia, ao preço médio na bolsa de valores nas 15 sessões de negociação imediatamente anteriores à retirada.

Quando um detentor de ADSs troca ADSs pelas ações preferenciais subjacentes, o detentor tem direito a:

- vender as ações preferenciais na bolsa de valores e remeter o produto para o exterior dentro de cinco dias úteis; ou
- converter livremente o investimento nas ações preferenciais em um investimento, segundo a Resolução n.º 2.689 (mediante o cumprimento das exigências legais acima descritas) ou em um investimento estrangeiro direto no Brasil (de acordo com as normas aplicáveis).

Os detentores que não cumprirem as normas acima descritas ainda poderão registrar o investimento, mas o processo de registro ficará sujeito a procedimentos detalhados estabelecidos pelo Banco Central. Os detentores que não cumprirem essas normas poderão também ficar sujeitos a penalidades monetárias.

IMPLICAÇÕES FISCAIS

O resumo a seguir contém uma descrição das principais conseqüências quanto aos tributos brasileiros incidentes sobre a renda e imposto de renda federal devidos nos EUA, relativamente à aquisição, detenção e alienação de nossas ações preferenciais ou ADSs. No entanto, este resumo não deve ser considerado como uma descrição exaustiva de todos os tributos que possam vir a incidir nas referidas operações. Consequentemente, possíveis compradores de ações preferenciais ou ADSs devem consultar seus próprios consultores tributários quanto às implicações fiscais da aquisição, posse e alienação de ações preferenciais ou ADSs. Para maiores informações e especificidades de cada tributo, veja item “ - Tributação”.

Este resumo baseia-se nas leis tributárias brasileiras e dos Estados Unidos em vigor na data da elaboração deste documento, as quais poderão estar sujeitas a eventuais alterações posteriores.

Embora não exista atualmente um tratado assinado pelo Brasil e os Estados Unidos, as autoridades fiscais dos dois países têm mantido discussões que podem culminar nesse tratado. No entanto, nenhuma garantia pode ser dada no que se refere a possibilidade de um tratado de tal natureza vir a ser assinado ou

como ele eventualmente afetará os detentores norte-americanos de nossas ações preferenciais ou ADSs. Consequentemente, possíveis compradores de ações preferenciais ou ADSs devem consultar seus próprios consultores tributários quanto às implicações fiscais da aquisição, posse e alienação de ações preferenciais ou ADSs em suas circunstâncias particulares.

Considerações sobre Tributação no Brasil

O texto a seguir resume as principais conseqüências tributárias brasileiras da aquisição, posse e alienação de ações preferenciais ou ADSs por um detentor não brasileiro. Esse texto não discute todas as considerações tributárias brasileiras que podem ser aplicadas a quaisquer detentores não brasileiros, e cada um deles deve consultar seu próprio consultor tributário sobre as conseqüências tributárias brasileiras do investimento em ações preferenciais ou ADSs.

Tributação de Dividendos

Os dividendos pagos por nós, oriundos de lucros de períodos a partir de 1º de janeiro de 1996, (i) ao banco depositário com relação a ações preferenciais subjacentes a ADSs ou (ii) a um detentor não brasileiro com relação a ações preferenciais, em geral, não estarão sujeitos à retenção na fonte do imposto de renda brasileiro. Dividendos distribuídos em relação a lucros gerados antes de 1º de janeiro de 1996 estarão sujeitos à retenção na fonte do imposto de renda brasileiro, a menos que o montante dos respectivos dividendos seja utilizado para aumentar nosso capital e estas ações não sejam resgatadas por um período de cinco anos. Por força da legislação brasileira, assumimos a responsabilidade pela retenção e pagamento de quaisquer tributos sobre dividendos que distribuimos.

Distribuições de Juros sobre o Capital

As sociedades anônimas brasileiras podem, sujeitas a certas limitações, efetuar pagamentos a acionistas na forma de juros sobre capital próprio, como uma forma alternativa de fazer distribuições de dividendos. A principal diferença entre dividendos e juros sobre o capital é seu tratamento tributário.

Para os efeitos da apuração do imposto de renda devido pela pessoa jurídica no Brasil, podem ser deduzidas as distribuições de juros sobre o capital pagos a detentores brasileiros e não brasileiros de ações preferenciais, inclusive pagamentos ao banco depositário com relação a ações preferenciais objeto das ADSs, até uma taxa de juros que não exceda a taxa de juros de longo prazo do Governo Federal, a TJLP. Distribuições de dividendos não são dedutíveis de imposto. Além disso, o valor total distribuído como juros sobre capital, que pode ser deduzido da base do imposto de renda da pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro, não pode exceder o que for maior entre:

- 50% de nosso lucro líquido tributável (antes de considerar essa distribuição e quaisquer deduções para fins do cálculo de impostos de renda), apurado pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, no exercício relativamente ao qual o pagamento é efetuado; ou
- 50% dos lucros retidos nos exercícios anteriores ao exercício relativamente ao qual o pagamento é efetuado, calculado segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

Os pagamentos de juros sobre capital próprio estão sujeitos à retenção na fonte do imposto de renda à alíquota de 15%, com exceção de pagamentos a pessoas que forem isentas de imposto no Brasil. Com relação aos pagamentos efetuados a pessoas residentes em jurisdições julgadas como “paraísos

fiscais” (assim considerados os países que (a) não tributam a renda ou que a tributam a uma alíquota inferior a 20% ou ainda (b) país cuja legislação societária interna oponha sigilo em relação à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua composição), a legislação tributária brasileira determina que estas remessas estão sujeitas à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 25%. É de nossa responsabilidade a retenção e o pagamento de quaisquer tributos resultantes dos juros sobre capital próprio que distribuimos.

Valores pagos a título de juros sobre o capital (líquidos da retenção na fonte do imposto de renda devido) podem ser tratados como pagamentos dos dividendos que somos obrigados a distribuir aos nossos acionistas de acordo com nosso estatuto social. As distribuições de juros sobre o capital relativamente às ações preferenciais, inclusive distribuições ao banco depositário relativamente a ações preferenciais subjacentes a ADSs, podem ser convertidas em dólares norte-americanos e remetidas para fora do Brasil, sujeitas aos controles de câmbio aplicáveis.

Pagamentos de juros sobre o capital são decididos pelo Conselho de Administração, com base nas recomendações de nossa Diretoria Estatutária.

Nosso Conselho de Administração tem tradicionalmente aprovado a distribuição máxima de juros sobre o capital próprio permitida por lei.

Tributação de Ganhos

Os ganhos realizados fora do Brasil por um detentor não brasileiro sobre a alienação de ADSs ou ações preferenciais a outro detentor não brasileiro não estão sujeitos ao imposto brasileiro.

Os ganhos realizados por detentores brasileiros sobre quaisquer alienações de ações preferenciais no Brasil estão sujeitos ao imposto de renda mediante a aplicação das seguintes alíquotas:

- 20% se a transação for executada na bolsa de valores; ou
- 15% se a transação for efetuada fora da bolsa de valores.

Os ganhos realizados em qualquer alienação de ações preferenciais no Brasil por detentores não brasileiros que sejam residentes em um país que, segundo as leis brasileiras, seja considerado como sendo um “paraíso fiscal”, estão sujeitos às mesmas alíquotas aplicáveis aos detentores brasileiros, conforme descrito acima.

Os ganhos de capital realizados na alienação de ações preferenciais no Brasil, por detentores não brasileiros que não sejam residentes em um “paraíso fiscal”, não estão sujeitos ao imposto brasileiro se:

- os resultados obtidos com a alienação forem enviados para fora do Brasil dentro de cinco dias úteis do cancelamento das ADSs, que eram representadas pelas ações vendidas; ou
- o investimento estrangeiro nas ações preferenciais for registrado, segundo a Resolução 2.689; e

De outra maneira, o mesmo tratamento aplicável aos residentes no Brasil será empregado.

O ganho sobre a alienação de ações preferenciais é medido pela diferença entre o valor realizado

em moeda estrangeira sobre a venda ou troca e o custo de aquisição das ações vendidas, medido em moeda brasileira, sem qualquer correção em razão da inflação. O custo de aquisição de ações, registradas como um investimento no Banco Central, é calculado com base no valor de seu custo efetivo, conforme evidenciado por documentação válida ou, na sua ausência, com base no valor da moeda estrangeira registrado no Banco Central. Veja “Controles de Câmbio”.

Com exceção ao tratado internacional para se evitar dupla tributação assinado com o Japão, os demais tratados internacionais sobre o assunto assinados pelo Brasil não concedem isenção sobre ganhos realizados sobre vendas ou trocas de ações preferenciais. Os ganhos realizados por um detentor não brasileiro, mediante o resgate de ações preferenciais, seriam tratados como ganhos oriundos da alienação dessas ações preferenciais a um residente no Brasil que ocorresse fora de uma bolsa de valores e, conseqüentemente, estariam sujeitos ao imposto de renda à alíquota de 15%.

Qualquer exercício de direitos de preferência relativos às ações preferenciais ou ADSs não ficará sujeito à tributação no Brasil. Os ganhos sobre a venda ou cessão de direitos de preferência relativos às ações preferenciais serão tratados diferentemente para fins de imposto no Brasil dependendo de:

- (i) se a venda ou cessão é feita por ou em nome do banco depositário ou o investidor; e
- (ii) se a operação ocorre em uma bolsa de valores brasileira. Os ganhos sobre vendas ou cessões feitas pelo ou em nome do banco depositário numa bolsa de valores brasileira não são tributados no Brasil, mas os ganhos sobre outras vendas ou cessões podem se sujeitar a imposto de renda à alíquotas de até 15%.

O depósito de ações preferenciais em troca de ADSs pode ficar sujeito a imposto no Brasil se o valor anteriormente registrado no Banco Central como um investimento estrangeiro em ações preferenciais for inferior ao produto da multiplicação do número total de ações depositadas na data do depósito:

- (i) pelo preço médio por ação preferencial numa bolsa de valores brasileira na qual o maior número dessas ações foi vendido na data do depósito; ou
- (ii) se ações preferenciais não foram vendidas nesse dia, pelo preço médio na bolsa de valores brasileira na qual o maior número de ações preferenciais foi vendido durante as 15 sessões de negociação anteriores.

Neste caso, a diferença entre o valor anteriormente registrado e o preço médio das ações preferenciais, calculado conforme acima descrito, é considerada um ganho de capital, estando sujeito a imposto de renda a uma alíquota de 15% (a menos que as ações preferenciais fossem detidas de acordo com a Resolução n.º 2.689, caso em que a troca seria isenta de imposto).

Mediante o recebimento das ações preferenciais subjacentes, um detentor não brasileiro com direito a benefícios, nos termos da Resolução n.º 2.689, terá direito a registrar o valor em dólares norte-americanos dessas ações no Banco Central, conforme acima descrito segundo “Controles de Câmbio”. Se o detentor não brasileiro não se qualificar segundo a Resolução n.º 2.689, ele ficará sujeito ao tratamento fiscal menos favorável acima descrito com relação a trocas de ações preferenciais.

A retirada de ações preferenciais em troca de ADSs não está sujeita a imposto no Brasil.

Outros Impostos Brasileiros

Não existem impostos brasileiros sobre herança, doação ou sucessão aplicáveis à detenção, transferência ou alienação de ações preferenciais ou ADSs por um detentor não brasileiro, com a exceção de impostos sobre doações e heranças cobrados por alguns estados no Brasil sobre doações feitas ou heranças transmitidas por pessoas físicas ou jurídicas não residentes ou domiciliadas no Brasil ou no respectivo estado a pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas nesse estado no Brasil. Não existem impostos ou encargos brasileiros de selo, emissão, registro ou semelhantes devidos por detentores de ações preferenciais ou ADSs.

O imposto IOF pode também ser cobrado sobre uma variedade de operações, inclusive a conversão da moeda brasileira em moeda estrangeira (por exemplo, para fins de pagar dividendos e juros). A alíquota do IOF sobre essas operações de câmbio atualmente é 0%, mas o Ministro da Fazenda tem autoridade legal para aumentar a alíquota até 25% no máximo. Qualquer aumento nesse sentido seria aplicável somente a partir de então.

O IOF também pode ser cobrado sobre operações que envolvem valores mobiliários, mesmo se as operações forem realizadas em bolsas de valores, futuros ou *commodities* brasileiras. A alíquota do IOF com relação a ações preferenciais e ADSs atualmente é 0%. O Ministro da Fazenda, porém, tem autoridade legal para aumentar a alíquota até um máximo de 1,5% do valor da operação tributada por cada dia do período de detenção do investidor, mas somente na medida do ganho realizado sobre a operação e somente numa base “*a posteriori*”.

Além do IOF, a CPMF, uma contribuição temporária, será cobrada sobre nossas distribuições efetuadas com relação às ADSs no momento em que as distribuições forem convertidas em dólares norte-americanos e remetidas para o exterior pelo custodiante. A CPMF é atualmente devida à uma alíquota de 0,38% e permanecerá em vigor até 31 de dezembro de 2007. Entretanto, o Congresso Nacional discute aprovação de Emenda à Constituição Brasileira visando tornar esta contribuição temporária em permanente.

Capital Registrado

Os valores investidos em valores mobiliários por um detentor não brasileiro que: (i) qualifique-se para benefícios, nos termos da Resolução n.º 2.689 e registre-se junto à CVM, ou (ii) detenha ADSs e seja representado pelo registro do banco depositário, são elegíveis para registro no Banco Central. No caso das ADSs, como o acionista que consta dos livros de registros de acionistas é o banco depositário, o banco depositário é o responsável pela obtenção do registro. O registro permite a remessa para fora do Brasil de moeda estrangeira, convertida à taxa de mercado comercial, adquirida com o produto de distribuições ou alienações das ações preferenciais.

Considerações sobre o Imposto de Renda Federal dos EUA

As declarações sobre as leis tributárias dos EUA abaixo descritas se baseiam nas leis dos EUA em vigor na data deste relatório anual, e alterações a essas leis, posteriores à data deste relatório anual, podem afetar as conseqüências fiscais descritas na mesma. Este resumo descreve as principais conseqüências fiscais da detenção e alienação de ações preferenciais ou ADSs, mas ele não pretende ser uma descrição abrangente de todas as conseqüências fiscais que podem ser relevantes para uma decisão de deter ou alienar ações preferenciais ou ADSs. Este resumo se aplica somente a compradores de ações

preferenciais ou ADSs que deterão as ações preferenciais ou as ADSs como ativos de capital e não se aplica a classes especiais de detentores, tais como: distribuidoras de valores mobiliários ou moedas, detentores cuja moeda funcional não é o dólar norte-americano, detentores de 10% ou mais de nossas ações (levando em consideração ações detidas diretamente ou através de acertos com depositários), organizações isentas de impostos, instituições financeiras, detentores obrigados ao imposto mínimo alternativo, negociadores de valores mobiliários que escolheram contabilizar seu investimento em ações preferenciais ou ADSs numa base de ajuste a preços de mercado, e pessoas detentoras de ações preferenciais ou ADSs numa operação de proteção ou como parte de uma operação de “*straddle*” ou de conversão. Conseqüentemente, cada detentor deve consultar seu próprio consultor fiscal com relação às conseqüências fiscais globais para ele, inclusive as conseqüências segundo leis que não as leis de imposto de renda federal dos EUA, de um investimento em ações preferenciais ou ADSs.

Nesta análise, referências a um “detentor americano” são referências a um detentor de uma ação preferencial ou uma ADS (i) que é um cidadão ou residente dos Estados Unidos da América; (ii) que é uma sociedade constituída segundo as leis dos Estados Unidos da América ou de qualquer estado dos mesmos; ou (iii) que de outra forma está sujeito ao imposto de renda federal dos EUA numa base líquida com relação às ações preferenciais de ADSs.

As ações preferenciais serão tratadas como capital social para fins do imposto de renda federal dos EUA. Para fins do “U.S. Internal Revenue Code” (Código da Receita Federal dos EUA) de 1986, conforme alterado, que chamamos de “Código”, os detentores de ADSs serão geralmente tratados como detentores das ações preferenciais representadas por tais ADSs.

Tributação de Distribuições

Um detentor americano reconhecerá a receita de dividendos normais, para fins de imposto de renda federal dos EUA num valor igual a qualquer valor em dinheiro e o valor de quaisquer bens por nós distribuídos como um dividendo, na medida em que essa distribuição for paga como rendimentos e lucros do exercício ou acumulados, conforme determinado para fins de imposto de renda federal dos EUA, quando essa distribuição for recebida pelo custodiante (ou pelo detentor americano, no caso de um detentor de ações preferenciais). O valor de qualquer distribuição incluirá o valor do imposto brasileiro retido sobre o valor distribuído, e o valor de uma distribuição paga em reais será medido por referência à taxa de câmbio para a conversão de reais em dólares norte-americanos, em vigor na data em que a distribuição for recebida pelo custodiante (ou por um detentor americano, no caso de um detentor de ações preferenciais). Se o custodiante (ou o detentor americano, no caso de um detentor de ações preferenciais) não converter esses reais em dólares norte-americanos na data em que ele os receber, é possível que o detentor americano reconheça a perda ou ganho cambial, que seria uma perda ou ganho normal, quando os reais forem convertidos em dólares norte-americanos. Dividendos pagos por nós não serão elegíveis para a dedução permitida às sociedades anônimas, segundo o Código.

Sujeito a certas exceções para posições de curto prazo e protegidas por hedge, o valor em dólar norte-americano dos dividendos recebidos por uma pessoa antes de 1 de janeiro de 2009, com relação às ADSs, estará sujeito à tributação até uma alíquota máxima de 15% se os dividendos forem dividendos “qualificados”. Os dividendos pagos sobre as ADSs serão tratados como dividendos qualificados se (i) as ADSs forem prontamente negociáveis em um mercado de títulos estabelecido nos Estados Unidos e (ii) nós não formos, nem no ano anterior ao que os dividendos foram pagos nem no ano em que os dividendos são pagos, uma companhia de investimento financeiro passivo, (“CIFP”), uma companhia de investimento pessoal estrangeiro (“CIPE”) ou uma companhia de investimento estrangeiro (“CIE”).

As ADSs são listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque, e se qualificam como prontamente negociáveis em um mercado de títulos estabelecido nos Estados Unidos assim que elas são listadas. Com base em nossas demonstrações financeiras auditadas e nos dados relevantes sobre o mercado e os acionistas, acreditamos que não fomos tratados como uma CIFP, CIPE ou CIE para fins do imposto de renda federal dos Estados Unidos, com relação ao nosso exercício tributável de 2003. Além disso, com base em nossas demonstrações financeiras auditadas e nossas expectativas atuais sobre o valor e a natureza de nossos ativos, as fontes e a natureza de nosso lucro e dados relevantes sobre o mercado e os acionistas, não prevemos nos tornarmos uma CIFP, CIPE ou CIE para o exercício tributável de 2004. Com base nas diretrizes existentes, não está claro se os dividendos recebidos com relação às ações preferenciais serão tratados como dividendos qualificados, por que as próprias ações preferenciais não estão listadas em uma bolsa norte-americana. Além disso, o Tesouro Norte-americano anunciou sua intenção de promulgar regras de acordo com as quais os detentores de ADSs ou ações preferenciais e intermediários, através dos quais tais títulos são mantidos, serão autorizados a confiar em certificações dos emissores para tratar os dividendos como qualificados para fins de relatório. Em virtude de tais procedimentos ainda não terem sido emitidos, não está claro se poderemos cumpri-los. Os detentores de ADSs e ações preferenciais devem consultar seus próprios consultores fiscais com relação à disponibilidade da alíquota reduzida de imposto sobre dividendos em vista das considerações discutidas acima e de suas próprias circunstâncias particulares.

Distribuições efetuadas com rendimentos e lucros relativamente às ações preferenciais ou ADSs serão em geral tratadas como receita de dividendos de fontes fora dos Estados Unidos e serão, em geral, tratadas separadamente junto com outros itens de receita “passiva” (ou, no caso de alguns detentores americanos, “serviços financeiros”) para fins de determinar o crédito de impostos de renda estrangeiros permitido, segundo o Código. Sujeito a certas limitações, o imposto de renda brasileiro retido referente a qualquer distribuição relativa às ações preferenciais ou ADSs poderá ser reivindicado como um crédito contra a obrigação de imposto de renda federal dos EUA de um detentor americano, se esse detentor americano escolher para esse exercício creditar todos os impostos de renda estrangeiros. Alternativamente, essa retenção na fonte de imposto de renda brasileiro poderá ser utilizada como uma dedução contra a receita tributável. Créditos de impostos estrangeiros não são permitidos com relação a retenções na fonte de impostos incidentes relativamente a algumas posições de curto prazo ou protegidas por hedge em valores mobiliários. Os detentores americanos devem consultar seus próprios consultores tributários a respeito das implicações dessas normas face às suas circunstâncias específicas.

As distribuições de ações adicionais a detentores relativamente às suas ações preferenciais ou ADSs, que forem feitas como parte de uma distribuição proporcional para todos os nossos acionistas, em geral não ficarão sujeitas ao imposto de renda federal dos EUA.

Os detentores de ações preferenciais ou ADSs que forem pessoas jurídicas estrangeiras ou pessoas físicas estrangeiras não residentes, que denominamos “detentores não americanos”, em geral, não ficarão sujeitos ao imposto de renda federal dos EUA ou a retenções de imposto sobre distribuições com relação a ações preferenciais ou ADSs que forem tratadas como receita de dividendos para fins de imposto de renda federal dos EUA, a menos que tais dividendos sejam efetivamente ligados com a condução pelo detentor de um negócio ou comércio nos Estados Unidos.

Tributação de Ganhos de Capital

Sobre a venda ou outra alienação de uma ação preferencial ou uma ADS, um detentor americano em geral reconhecerá ganho ou perda para fins de imposto de renda federal dos EUA. O valor do ganho

ou perda será igual à diferença entre o valor realizado em contraprestação pela alienação das ações preferenciais ou das ADSs e a base de cálculo do detentor americano será a ação preferencial ou a ADS. Esse ganho ou perda ficará em geral sujeito ao imposto de renda federal dos EUA, como ganho ou perda de capital e será ganho ou perda de capital de longo prazo se mantido por mais de um ano. Perdas de capital podem ser deduzidas da receita tributável, respeitadas determinadas limitações. O ganho realizado por um detentor americano sobre uma venda ou alienação de ações preferenciais ou ADSs será em geral tratado como uma receita de fonte dos EUA. Conseqüentemente, se o imposto brasileiro incidir sobre esse ganho, o detentor americano não poderá utilizar o crédito de imposto estrangeiro correspondente, a menos que o detentor tenha outra fonte de renda no exterior, do tipo adequado relativamente ao qual o crédito pode ser utilizado.

Um detentor não americano não ficará sujeito ao imposto de renda federal dos EUA ou a uma retenção na fonte de imposto sobre o ganho realizado sobre a venda ou outra alienação de uma ação preferencial ou ADS, a menos que: (i) esse ganho seja efetivamente relacionado com a condução pelo detentor de um comércio ou negócio nos Estados Unidos; ou (ii) esse detentor seja uma pessoa física que permaneça nos Estados Unidos da América por 183 dias ou mais no exercício fiscal da venda e algumas outras condições sejam cumpridas.

Retenção por Segurança e Relatórios Informativos

Os dividendos pagos sobre, e os resultados da venda ou outra alienação das ADS ou ações preferenciais para um detentor americano normalmente poderão estar sujeitos às exigências de declaração de informações do Código e podem estar sujeitos à retenção de segurança a menos que o detentor americano (i) seja uma empresa ou outro recebedor isento ou (ii) forneça um número de identificação de contribuinte e certifique que não ocorreu perda de isenção de retenção de segurança. O valor de qualquer retenção de segurança cobrado de um pagamento a um detentor americano será tratado como um crédito contra as obrigações fiscais de imposto de renda federal dos EUA do detentor americano e poderá conferir ao detentor americano um reembolso, desde que certas informações exigidas sejam fornecidas aos Serviços da Receita Federal dos Estados Unidos.

Um detentor não americano normalmente estará isento dessas exigências de declaração de informações e retenção de segurança de imposto, mas poderá ter que cumprir com certos procedimentos de certificação e identificação de modo a estabelecer a elegibilidade para tais isenções.

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Nós arquivamos relatórios, incluindo relatórios anuais em Formulário 20-F, e outras informações na SEC conforme as regras e a regulamentação da SEC que se aplicam aos emissores estrangeiros privados. V.Sa(s). pode ler e copiar quaisquer materiais arquivados na SEC em sua “Public Reference Room” no 450 Fifth Street, N.W, Washington D.C. 20459. V.Sa(s). pode obter informações sobre o funcionamento de sua “Public Reference Room” ligando para a SEC no 1-800-SEC-0330. Desde 4 de novembro de 2002, somos obrigados a fazer arquivamentos na SEC por meio eletrônico. Todos os arquivamentos que fazemos eletronicamente estarão disponíveis ao público pela Internet no website da SEC em : <http://www.sec.gov>.

Item 11. Informações Quantitativas e Qualitativas Sobre Risco de Mercado

Risco e Gestão de Riscos

No curso de nossas operações normais, estamos expostos a uma variedade de riscos que são inerentes às atividades bancárias e de seguros. A medida na qual podemos adequada e eficientemente identificar e gerir esses riscos é essencial para nossa rentabilidade. Os mais significativos desses riscos são:

- o risco de mercado;
- o risco de liquidez;
- o risco de crédito; e
- o risco operacional.

A gestão desses riscos é um processo que envolve diferentes níveis de nossa organização e abrange uma gama de políticas e estratégias. Nossas políticas de gestão de riscos são, em geral, conservadoras, procurando limitar o prejuízo absoluto ao mínimo possível sem perda de eficiência. Para uma análise de nossas políticas de gestão de riscos, veja “Item 4. Informações Sobre a Companhia - A Companhia - Gestão de Risco” e “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - Administração do Ativo e Passivo”. Para um resumo dos regulamentos brasileiros sobre gestão de riscos de mercado no setor bancário, veja “Item 4. Informações Sobre a Companhia - Regulamentação e Supervisão”.

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de que alterações em fatores, como taxas de juros ou taxas de câmbio, tenham um impacto desfavorável sobre os valores de nossos ativos, obrigações ou posições. Estamos expostos ao risco de mercado, tanto em nossas atividades de negociação quanto nas de posições. Os principais riscos de mercado que enfrentamos são o risco de taxas de juros e o risco de câmbio.

Utilizamos a metodologia da análise de sensibilidade descrita a seguir para avaliar nosso risco de mercado. Nossas análises de sensibilidade avaliam o prejuízo em potencial em lucros futuros resultantes de alterações hipotéticas em taxas de juros e taxas de câmbio.

Risco de Taxas de Juros

O risco de taxas de juros surge em decorrência de diferenças de momentos na repactuação de ativos e obrigações, de alterações inesperadas na inclinação e forma de curvas de rendimento e de alterações na correlação de taxas de juros entre diferentes instrumentos financeiros. Estamos expostos ao risco de movimentos em taxas de juros, quando existe um desequilíbrio entre taxas de juros fixas e taxas de juros de mercado. Para uma análise de nossa gestão sobre sensibilidade a taxas de juros, veja “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - Sensibilidade a Taxas de Juros”.

Risco de Câmbio

O risco de câmbio surge em decorrência de termos ativos, obrigações e itens não incluídos no balanço patrimonial, que são expressos em ou indexados a outras moedas que não o real, quer em decorrência de negociação ou no curso normal das atividades bancárias. Controlamos a exposição a movimentos de taxas de câmbio assegurando-nos de que os desequilíbrios sejam administrados e monitorados, e nossa política é evitar desequilíbrios substanciais em taxas de câmbio. Virtualmente, todas as nossas transações (por valor) que sejam expressas em ou indexadas a uma moeda estrangeira são expressas em ou indexadas ao dólar norte-americano. Nossos ativos e passivos expressos em outras moedas, que incluem euros e ienes, são geralmente indexados ao dólar norte-americano, através de swaps de moeda limitando efetivamente nossa exposição de câmbio ao dólar norte-americano. Para uma análise de nossa gestão sobre a sensibilidade a taxas de câmbio, veja “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - Sensibilidade a Taxas de Câmbio”.

Riscos de Mercado de Atividades de Negociação

Celebramos transações com derivativos para administrar nossa exposição ao risco de taxas de juros e risco de câmbio. Como resultado, nossa exposição a potenciais prejuízos, descritos abaixo, é geralmente reduzida por essas transações. Esses instrumentos financeiros derivativos não se qualificam como “hedge”, segundo o U.S. GAAP. Conseqüentemente, nós classificamos instrumentos financeiros derivativos como títulos e valores mobiliários de negociação.

Análise de Sensibilidade

Utilizamos os seguintes critérios e metodologia para fazer nossa análise de sensibilidade:

- Assumimos que o valor contábil para os nossos ativos e passivos, expressos ou indexados a moedas estrangeiras em 31 de dezembro de 2003, é equivalente ao valor de mercado desses ativos e passivos naquela data.
- Usamos variações nas taxas de juros para o CDI com vencimento de um dia, como um teste para a sensibilidade da taxa de juros. Desde que as flutuações nas taxas de juros em nossos instrumentos a taxas flutuantes geralmente correspondem aos movimentos nas taxas de juros dos CDIs, o valor de nossos ativos e passivos a taxas de juros flutuantes não é significativamente afetado por mudanças nas taxas de juros. Portanto, somente incluímos nossos ativos e passivos a taxas de juros fixas no teste de impacto de mudanças hipotéticas nas taxas de juros a valor de mercado de nossos ativos e passivos. Mudanças nas taxas de juros dos CDIs são baseadas em mudanças nas taxas de juros interbancárias, que por sua vez, são baseadas em decisões tomadas pelo Banco Central, em reuniões periódicas de seu comitê de política monetária.
- Ao dividir os nossos ativos e passivos por vencimento, assumimos que em média os ativos e passivos vençam no ponto médio de cada período indicado.
- Para determinar o valor justo de mercado dos nossos ativos e passivos que não são expressos ou indexados a moedas estrangeiras, nós usamos uma taxa de juros assumida para os CDIs para o ponto médio do período indicado. Para chegar a esta taxa de juros hipotética,

extrapolamos da taxa de juros para os CDIs para o período, sendo analisado com base na taxa diária dos CDIs.

A tabela a seguir apresenta os vencimentos de nossas operações a taxas pré-fixadas expressas em ou indexadas ao real em 31 de dezembro de 2003:

	De 0 a 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Ativos que rendem juros:							
(Em milhões de reais)							
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	-	R\$104	R\$198	R\$219	R\$348	-	R\$869
Aplicações em operações compromissadas.....	R\$17.358	-	-	-	-	-	17.358
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	-	-	1.517	63	-	-	1.580
Títulos e valores mobiliários de negociação, ao valor justo	97	-	6.253	1.194	449	-	7.993
Operações de crédito, líquidas.....	7.697	7.331	3.685	3.879	3.314	R\$909	26.815
Total de ativos	25.152	7.435	11.653	5.355	4.111	909	54.615
Passivos que incidem juros:							
Depósitos a prazo.....	486	218	80	148	19	2	953
Captações no mercado.....	13.367	8.590	540	44	1.541	2	24.084
	13.853	8.808	620	192	1.560	4	25.037
Gap Ativo/Passivo.....	11.299	(1.373)	11.033	5.163	2.551	905	R\$29.578
Gap Ativo/Passivo cumulativo	R\$11.299	R\$9.926	R\$20.959	R\$26.122	R\$28.673	R\$29.578	-

A tabela a seguir apresenta os vencimentos de nossas operações expressas em ou indexadas ao dólar norte-americano, em 31 de dezembro de 2003:

	De 0 a 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Ativos que rendem juros:							
(Em milhões de reais)							
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	R\$4.002	R\$1	R\$65	-	R\$1	-	R\$4.069
Aplicações em operações compromissadas	-	365	106	R\$4	476	R\$3.552	4.503
Depósitos compulsórios no Banco Central	6	249	114	15	118	-	502
Títulos e valores mobiliários de negociação	72	478	183	360	509	127	1.729
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.....	-	-	-	-	101	2.377	2.478
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.....	-	282	2	-	82	181	547
Operações de crédito.....	2.166	3.370	2.923	1.831	1.898	1.049	13.237
Outros ativos	-	-	-	-	-	657	657
Total de ativos.....	6.246	4.745	3.393	2.210	3.185	7.943	27.722
Passivos que incidem juros:							
Depósitos interfinanceiros	-	-	1	-	-	-	1
Depósitos a prazo.....	2.572	612	198	223	173	163	3.941
Captações no mercado aberto.....	2.821	432	-	-	-	153	3.406
Obrigações com empréstimos de curto prazo.....	1.378	1.635	3.317	688	777	-	7.795
Obrigações com empréstimos de longo prazo.....	555	778	440	1.404	1.399	4.707	9.283
Total dos passivos	7.326	3.457	3.956	2.315	2.349	5.023	24.426
Gap Ativo/Passivo.....	(1.080)	1.288	(563)	(105)	836	2.920	R\$3.296
Gap Ativo/Passivo cumulativo.....	R\$(1.080)	R\$208	R\$(355)	R\$(460)	R\$376	R\$3.296	-

Sensibilidade a Taxas de Juros

Os riscos de taxa aos quais a Companhia está sujeita podem ser divididos em duas categorias:

- (a) ativos e passivos denominados em reais que acumulam juros a taxas fixas; e
- (b) ativos e passivos denominados em ou indexados a moedas estrangeiras sobre os quais o risco de taxa de juros pode ser expresso pelo chamado cupom cambial, que é o diferencial dos juros pré-fixados e a variação cambial.

Pelo fato das taxas de juros sobre a grande maioria dos ativos e passivos denominados em reais com taxa flutuante serem a do CDI, que é igual à taxa de desconto usada para calcular o valor presente das futuras flutuações de taxas, o resultado líquido é que tais flutuações de taxas não resultarão em nenhuma mudança no valor justo de tais ativos e passivos na data do balanço.

Transações de Taxa Fixa Denominadas em Reais

A perda em potencial nos valores de nossos ativos e obrigações financeiras de taxa fixa, incluindo os instrumentos financeiros derivativos, denominadas em reais em 31 de dezembro de 2003, que teria resultado em flutuações desfavoráveis hipotéticas de até 1,65% da taxa de juros anualizada do CDI, para todos os ativos e passivos sujeitos a taxas de juros pré-fixados, independente do prazo até o vencimento ou período de tempo durante o qual essa alteração desfavorável iria persistir, não excedeu R\$113,4 milhões. Em nossa opinião, uma flutuação desfavorável maior do que 1,65% não seria razoavelmente possível.

Em 31 de dezembro de 2003, a Companhia tinha um excesso de R\$25,9 bilhões em ativos denominados em reais com taxa fixa sobre suas obrigações denominadas em reais com taxa fixa. Portanto, um aumento na taxa de juros do CDI teria sido desfavorável para a Companhia. Em 31 de dezembro de 2003, o mercado não previu uma alteração significativa na taxa de juros fixa sobre os períodos de 3, 6, 9 e 12 meses que estavam por vir. Naquela data, o mercado e o Banco Central projetaram quedas nas taxas de juros. Uma queda na taxa de juros do CDI, entretanto, teria sido favorável para a Companhia.

Consequentemente, a fim de avaliar a possibilidade e a magnitude de uma aumento contra indicado nas taxas de juros fixas, a Companhia conduziu um estudo das flutuações nas taxas de juros históricas sobre os ativos e passivos denominados em real remunerados à taxas fixas. Neste estudo, a Companhia calculou flutuações nas taxas de juros anuais do CDI sobre períodos de 3, 6, 9 e 12 meses durante 2003. Nosso teste mostrou que todas as flutuações da taxa de juros anual do CDI durante 2003 ficaram abaixo de 1,65% (99,5% estavam abaixo de 1,31%), e portanto a Companhia concluiu que um aumento de mais de 1,65% na taxa de juros do CDI não seria razoavelmente possível em um ambiente de declínios esperados nas taxas de juros. Desde 31 de dezembro de 2003 até o momento, as taxas de juros fixas tem sido voláteis devido a incertezas nos mercados internacionais e local e nós planejamos, portanto, nossas transações com taxas de juros fixas adequadamente.

Transações Indexadas e Denominadas em Moeda Estrangeira

Uma flutuação desfavorável hipotética de até 1,5% na taxa de juros anualizada sobre os nossos ativos e passivos expressos em ou indexados a moedas estrangeiras, incluindo os instrumentos financeiros derivativos, iria resultar em perdas potenciais de até R\$88,5 milhões no valor de nossos ativos e passivos

financeiros, expressos ou indexados ao dólar norte-americano, em 31 de dezembro de 2003, independentemente de por quanto tempo a mudança desfavorável permaneça. Em nossa opinião, uma flutuação desfavorável maior do que 1,5% não seria razoavelmente possível.

Em 31 de dezembro de 2003, tínhamos um excesso de R\$1,1 bilhão em ativos denominados em ou indexados a moeda estrangeira sobre as obrigações denominadas em ou indexadas a moeda estrangeira. Assim, um aumento nas taxas de juros teria sido desfavorável e uma queda nas taxas de juros teria sido favorável a nós.

Em vista das expectativas prevalecentes de mercado por um declínio no cupom cambial, a fim de avaliar a possibilidade e a magnitude de um aumento contra indicado no cupom cambial, a Companhia conduziu um estudo das flutuações históricas no cupom cambial durante os períodos de 3, 6, 9 e 12 meses durante 2003. O teste mostrou que aproximadamente 98,6% das flutuações na taxa do cupom cambial ficaram abaixo de 1,5%, e portanto a Companhia concluiu que um aumento de mais de 1,5% no cupom cambial, em um ambiente de declínios esperados nas taxas de juros, não seria razoavelmente possível.

A taxa do cupom cambial em 2004 demonstrou volatilidade durante os períodos de 3, 6, 9 e 12 meses, similar àquela no desempenho das taxas de juros fixas.

Sensibilidade a Taxas de Câmbio

Uma flutuação desfavorável hipotética de até 10% na taxa de câmbio real/dólar norte-americano, iria resultar em perdas potenciais de até R\$106,2 milhões no valor justo de nossos ativos e passivos, expressos em ou indexados ao dólar norte-americano, em 31 de dezembro de 2003. Entretanto, acreditamos que existe uma correlação inversa entre as taxas de juros em moedas estrangeiras e as taxas de câmbio real/dólar norte-americano que reduziriam o impacto dessas perdas hipotéticas. Estes cálculos incluem instrumentos financeiros derivativos. Em nossa opinião, uma hipotética flutuação desfavorável de até 10,0% na taxa de câmbio do dólar norte-americano em relação ao real é razoavelmente possível.

Em 31 de dezembro de 2003, nossos ativos denominados em moedas estrangeiras excediam nossos passivos denominados nessas moedas. Consequentemente, uma valorização do real contra moedas estrangeiras geraria perdas cambiais líquidas e seria adversa a nós.

As flutuações na taxa cambial real/dólar norte-americano usada na análise da sensibilidade às taxas de câmbio de 31 de dezembro de 2003 foram calculadas com base em uma pesquisa de expectativas de mercado quanto aos movimentos da taxa de câmbio, conduzida pelo Banco Central no final de 2003. A projeção média da taxa cambial real/dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2003 revelada pela pesquisa ficou entre R\$3,19 e R\$3,20 por dólar norte-americano.

Consequentemente, visto que o mercado não previu uma valorização no valor do real, utilizamos uma valorização hipotética de 10% do valor do real, que foi baseada na mesma desvalorização anunciada pela pesquisa do Banco Central.

Com base nos dados e em nossos estudos internos sobre flutuações cambiais, concluímos que uma valorização no valor do real a um nível abaixo de R\$2,60 por dólar norte-americano não seria razoavelmente possível. Realizamos nossos cálculos de sensibilidade a taxas de câmbio com base nessa projeção, que era equivalente à uma valorização de aproximadamente 10% no valor do real.

Valor em Risco (“VaR”)

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2000, passamos a avaliar as posições de nossa tesouraria com base na metodologia do “VaR”. O “VaR” é, em geral, definido como o prejuízo em potencial de um dia no valor de realização de nossa carteira, oriundo dos movimentos de mercado desfavoráveis em taxas de juros e de câmbio, e se baseia em análise de probabilidades. As posições de nossa tesouraria são determinadas por nossa Administração Sênior, e o nosso cumprimento dessas posições é monitorado diariamente por uma área independente de gestão de nossa carteira. A Administração Sênior recebe relatórios diários sobre riscos de mercado atuais, que são avaliados segundo a metodologia do “VaR”, considerando um nível de confiabilidade de 97,5%. Utilizamos procedimentos, tais como: testes de segurança diariamente para nos assegurarmos da precisão e consistência do modelo. Nossa análise cobre todos os nossos ativos e obrigações financeiras detidas em tesouraria, inclusive nossos instrumentos financeiros de derivativos.

O quadro a seguir demonstra o valor em risco, conforme medido segundo a metodologia do “VaR”, das posições de nossa tesouraria em 2003:

1º trimestre de 2003 - R\$ milhões

Fatores de risco	Médio	Mínimo	Máximo	Em 31 de março
Reais (taxa fixa e flutuante).....	7	5	8	6
Cupom cambial.....	18	7	34	10
Moeda estrangeira.....	2	0	8	2
Renda variável.....	0	0	0	0
Total do “VaR”	23	10	39	14

2º trimestre de 2003 - R\$ milhões

Fatores de risco	Médio	Mínimo	Máximo	Em 30 de junho
Reais (taxa fixa e flutuante).....	7	6	9	7
Cupom cambial.....	13	5	21	15
Moeda estrangeira.....	3	0	9	0
Renda variável.....	0	0	0	0
Total do “VaR”	18	10	25	18

3º trimestre de 2003 - R\$ milhões

Fatores de risco	Médio	Mínimo	Máximo	Em 30 de setembro
Reais (taxa fixa e flutuante).....	11	5	16	13
Cupom cambial.....	19	13	25	39
Moeda estrangeira.....	2	0	7	0
Renda variável.....	0	0	0	0
Total do “VaR”	28	18	38	28

4º trimestre de 2003 - R\$ milhões

Fatores de risco	Médio	Mínimo	Máximo	Em 31 de dezembro
Reais (taxa fixa e flutuante).....	7	3	13	5
Cupom cambial.....	21	17	26	18
Moeda estrangeira.....	1	0	3	3
Renda variável.....	0	0	0	0
Total do “VaR”	27	18	36	21

O quadro a seguir demonstra a concentração do “VaR”, em termos de frequência, durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003, calculado sobre as posições de tesouraria até 31 de dezembro de 2003:

“VaR” - Valor em Risco					
R\$ milhões	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	% de eventos
Até R\$10.....	0,00%	3,33%	0,00%	0,00%	0,81%
Mais de R\$10 até R\$20.....	39,35	55,00	29,23	14,52	34,27
Mais de R\$20 até R\$30.....	45,90	41,67	21,54	51,61	39,92
Mais de R\$30 até R\$40.....	14,75	0,00	49,23	33,87	25,00
Mais de R\$40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Item 12. Descrição de Outros Valores Mobiliários, que não Valores Mobiliários Acionários

Não aplicável

PARTE II

Item 13. Inadimplementos, Dividendos a Menor e Atrasos nos Pagamentos.

Não Aplicável.

Item 14. Modificações Significativas aos Direitos dos Detentores de Valores Mobiliários e Uso dos Resultados.

Não Aplicável.

Item 15. Controles e Procedimentos

Realizamos uma avaliação sob a supervisão e com a participação de nossa Administração, incluindo nosso Diretor Presidente e nosso Diretor Financeiro, da eficiência do plano e do funcionamento dos nossos controles e procedimentos de divulgação em 31 de dezembro de 2003. Existem limitações inerentes à eficiência de qualquer sistema de controles e procedimentos de divulgação, incluindo a possibilidade de erro humano e a fraude ou invalidação dos controles e procedimentos. Conseqüentemente, mesmo os controles e procedimentos eficientes podem apenas fornecer segurança razoável quanto à execução dos seus objetivos de controle. Com base na nossa avaliação, nosso Diretor Presidente e Diretor Financeiro concluíram que, os controles e procedimentos de divulgação em 31 de dezembro de 2003 eram eficientes para garantir segurança razoável de que as informações exigidas para serem divulgadas nos relatórios, que arquivamos e submetemos conforme a Lei de Valores Mobiliários de 1934, alterada, sejam registradas, processadas, resumidas e relatadas como e quando requeridas.

Não houve mudanças significativas em nossos controles internos sobre relatórios financeiros durante 2003, que tenham afetado significativamente, ou devam afetar materialmente nossos controles internos sobre relatórios financeiros.

Item 16. [Reservado]

Item 16A. Perito Financeiro do Comitê de Auditoria

Nosso Conselho de Administração analisou as qualificações e experiências dos membros do comitê de auditoria e determinou que embora nenhum de seus membros seja um “perito financeiro do comitê de auditoria” conforme o significado do Item 16A, as qualificações e a experiência combinada dos membros do comitê de auditoria dão coletivamente ao comitê, a expertise necessária para cumprir com suas responsabilidades. Para maiores informações com relação ao nosso comitê de auditoria, veja “Item 6. Conselheiros, Membros da Diretoria Executiva e Funcionários - Práticas do Conselho - Comitês Diretivos - Comitê de Auditoria.”

Item 16B. Código de Ética

Nós adotamos um código de ética, como definido no item 16B. do Formulário 20-F, de acordo com a Lei de Valores de 1934, emendada. Nosso código de ética aplica-se ao nosso Diretor Presidente, Diretor Financeiro, Diretor Contábil e quaisquer pessoas em funções similares, assim como nossos conselheiros, outros executivos e funcionários. Nosso código de ética está disponível em nosso website em: <http://www.bradesco.com.br/ri/>. Se alterarmos as determinações de nosso código de ética que se aplica ao nosso Diretor Presidente, Diretor Financeiro, Diretor Contábil e quaisquer pessoas em funções similares, ou se concedermos quaisquer isenções a tais determinações, divulgaremos tal alteração ou abdicação em nosso website no mesmo endereço.

Item 16C. Honorários e Serviços do Auditor Principal

Honorários de Auditoria e Não Auditoria

Nós utilizamos uma empresa de auditoria independente para fins de U.S. GAAP e uma outra empresa para fins das Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. A tabela abaixo demonstra os honorários que nos foram cobrados no total, pelos nossos auditores independentes para fins de U.S. GAAP, e pelos nossos auditores independentes para fins das Práticas Contábeis adotadas no Brasil, durante os exercícios fiscais de 2002 e 2003:

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2002	2003
	(Em R\$ mil)	
Cobranças de auditoria	R\$12.169	R\$12.618
Cobranças relacionadas à auditoria	6.891	5.349
Cobranças de impostos.....	306	505
Outras cobranças	3.543	45
Total das cobranças.....	R\$22.909	R\$18.517

As cobranças de auditoria na tabela acima referem-se ao total dos honorários cobrados pelas empresas de auditoria independentes em relação aos exames de auditoria de nossas demonstrações financeiras anuais de acordo com o U.S. GAAP e por nossos auditores independentes em relação à auditoria de nossas demonstrações financeiras anuais de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil, assim como relatórios regulamentares e estatutários submetidos ao Banco Central, CVM, SEC e SUSEP, incluindo a revisão de nossas demonstrações financeiras intermediárias trimestralmente, e emissão de cartas de conforto para a venda de títulos no exterior.

As cobranças relacionadas à auditoria na tabela acima são os honorários totais cobradas pelos auditores independentes para relatórios de certificação e controle internacional e nacional, relatórios de procedimentos acordados, revisões de procedimentos e de controles internos solicitados pela nossa Administração.

As cobranças de impostos na tabela acima são os honorários cobradas pelos auditores independentes para serviços de cumprimento tributário, de planejamento e consultoria.

As outras cobranças na tabela acima são os honorários cobradas pelos auditores independentes relativas, principalmente, a revisões de controles internos.

Políticas e Procedimentos de Pré Aprovação do Comitê de Auditoria

Nem o nosso Conselho de Administração, nem o nosso Comitê de Auditoria estabeleceu políticas e procedimentos de pré-aprovação para o envolvimento de nossos auditores independentes em serviços. Nosso Conselho de Administração aprova expressamente, caso a caso, qualquer envolvimento de nossos auditores independentes em serviços de auditoria e não auditoria fornecidos a nossas subsidiárias ou a nós. Nosso Comitê de Auditoria fornecerá recomendações ao nosso Conselho de Administração com relação a tais envolvimento. Para maiores informações com relação ao nosso Conselho de Administração e Comitê de Auditoria, veja “Item 6. Conselheiros, Diretoria Executiva e Funcionários - Práticas do Conselho”.

Item 16D. Isenções das Normas de Arquivamento para os Comitês de Auditoria

Não aplicável

Item 16E. Aquisição de Ações pelo Emissor e Compradores Afiliados

Não aplicável

PARTE III

Item 17. Demonstrações Financeiras.

Não Aplicável.

Item 18. Demonstrações Financeiras.

Veja páginas F1 a F62, incorporadas ao presente por referência

Item 19. Anexos.

Documentos apresentados como anexos neste Relatório Anual:

- 1.1 - Estatuto Social do Banco Bradesco S.A.
- 2.1 - Modelo do Contrato de Depósito Alterado e Reformulado, entre o Banco Bradesco S.A. e o Citibank N.A. na qualidade de depositário, bem como os detentores e arrendatários e proprietários beneficiários de ADRs. (*)
- 3.1 - Acordo de acionistas datado de 9 de junho de 2003, entre a Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações, a Fundação Bradesco, o Banco Bilbao Viscaya Argentaria S.A. e o Banco Bradesco S.A. (como parte mediadora)
- 6.1 - Cálculo de lucro por ação e da média ponderada do número de ações em circulação (por ação).

7.1 - Cálculo de dividendos/juros sobre o capital por ação.

8.1 - Lista de subsidiárias.

10.1 - Certificação do Diretor Presidente conforme a 18 U.S.C. Seção 1350, adotada conforme a Seção 906 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002.

10.2 - Certificação do Diretor Financeiro conforme a 18 U.S.C. Seção 1350, adotada conforme a Seção 906 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002.

12.1 - Certificação do Diretor Presidente conforme a 18 U.S.C. Seção 1350, adotada conforme a Seção 302 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002.

12.2 - Certificação do Diretor Financeiro conforme a 18 U.S.C. Seção 1350, adotada conforme a Seção 302 da Lei Sarbanes - Oxley de 2002.

(*) Referência incorporada em nossa declaração de registro em Form. 20-F (arquivado n. 333-13950), originalmente arquivada com a Comissão em 28 de setembro de 2001.

Conforme as exigências da Seção 12 da Lei de Valores Mobiliários de 1934, a Companhia registrada certifica que satisfaz todas as exigências para arquivamento do Form. 20-F e providenciou que este Relatório Anual fosse devidamente assinado em seu nome pelo abaixo assinado, autorizado devidamente por meio dessa.

Banco Bradesco S.A.

/s/ Márcio Artur Laurelli Cypriano

Márcio Artur Laurelli Cypriano
Diretor-Presidente

Data: 30 de junho de 2004.

Banco Bradesco S.A.

**Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2002 e de 2003 e para cada um dos três
exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e
Parecer do Auditor Independente Registrado no PCAOB**

(Tradução livre do parecer original em inglês sobre as demonstrações financeiras preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

Parecer do Auditor Independente Registrado no PCAOB

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco Bradesco S.A.

Somos de parecer que, os balanços patrimoniais consolidados e as correspondentes demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido consolidadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira do Banco Bradesco S.A. e empresas controladas (a "Companhia") em 31 de dezembro de 2003 e 2002 e o resultado de suas operações e seus fluxos de caixa, para os três exercícios findos em 31 de dezembro de 2003, em conformidade com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras com base em nossos exames. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas do "Public Company Accounting Oversight Board - PCAOB" (Estados Unidos). Essas normas requerem que os exames sejam planejados e conduzidos com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras estão apresentadas adequadamente em todos os aspectos relevantes. Um exame compreende, com base em testes, a obtenção de evidências que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, a avaliação de princípios e estimativas contábeis mais significativas adotados pela administração, bem como a apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Consideramos que nossos exames forneçam uma base razoável para o nosso parecer.

Como apresentado nas Notas 2 (o) e 11 das demonstrações financeiras consolidadas, em 1 de janeiro de 2002 a Companhia adotou o Pronunciamento Contábil no. 141, "Combinações de Negócios" e no. 142, "Ágio e Outros Ativos Intangíveis".

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes

São Paulo, Brasil
25 de junho de 2004

Banco Bradesco S.A.

Balanço Patrimonial Consolidado

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

	31 de dezembro de	
	2002	2003
Ativo:		
Caixa e contas correntes em bancos	2.725	2.473
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	2.379	5.170
Aplicações em operações compromissadas	12.674	26.175
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	16.057	16.690
Títulos e valores mobiliários de negociação, ao valor justo.....	22.783	37.073
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, ao valor justo.....	4.766	6.194
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.....	4.001	3.265
Operações de crédito.....	52.324	54.795
Provisão para perdas com operações de crédito	(3.455)	(3.846)
Operações de crédito, líquida.....	48.869	50.949
Investimentos em empresas não consolidadas e outros investimentos.....	550	295
Imobilizado de uso, líquido.....	2.993	3.106
Ativos intangíveis, líquido	1.778	1.740
Outros ativos	10.300	13.200
Total do ativo.....	129.875	166.330
Passivo e patrimônio líquido:		
Depósitos de clientes:		
À vista.....	13.374	12.912
De poupança.....	20.731	22.140
A prazo.....	22.202	22.944
Depósitos interfinanceiros	26	31
Total de depósitos.....	56.333	58.027
Captações no mercado aberto	7.633	27.490
Obrigações por empréstimos de curto prazo.....	9.639	7.795
Obrigações por empréstimos de longo prazo.....	13.389	20.093
Outras obrigações	31.826	39.260
Total do passivo.....	118.820	152.665
Obrigações e contingências (nota 23)		
Participação minoritária nas controladas.....	203	73
Patrimônio líquido:		
Ações ordinárias - sem valor nominal (autorizadas e emitidas em 31 de dezembro de 2002 - 72.914.060 e em 31 de dezembro de 2003 - 79.894.006).....	2.638	3.525
Ações preferenciais - sem valor nominal (autorizadas e emitidas em 31 de dezembro de 2002 - 70.853.761 e em 31 de dezembro de 2003 - 78.693.936).....	2.562	3.475
Ações em tesouraria (em 31 de dezembro de 2002 - 979.790 ações ordinárias e em 31 de dezembro de 2003 - 57.480 ações ordinárias).....	(86)	(7)
Reservas de capital.....	8	56
Reservas estatutárias	1.232	1.347
Ganhos não realizados sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, líquidos de impostos.....	235	681
Lucros acumulados não apropriados.....	4.263	4.515
Total do patrimônio líquido	10.852	13.592

Banco Bradesco S.A.

Demonstrações Consolidadas do Resultado

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

Total do passivo e patrimônio líquido	129.875	166.330
--	----------------	----------------

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2001	2002	2003
Receitas financeiras:			
Operações de crédito	11.672	17.025	12.176
Aplicações em operações compromissadas	2.263	2.947	3.861
Títulos e valores mobiliários:			
De negociação.....	3.833	3.595	5.932
Disponíveis para venda.....	352	487	397
Mantidos até o vencimento	-	1.954	482
Depósitos interfinanceiros	219	296	347
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	299	2.058	1.459
Outras	14	32	62
Total das receitas financeiras	18.652	28.394	24.716
Despesas financeiras:			
Depósitos:			
De clientes:			
De poupança	(1.381)	(1.585)	(2.038)
A prazo	(1.876)	(3.188)	(4.235)
Interfinanceiros.....	(24)	(36)	(111)
Operações de captação no mercado aberto.....	(1.921)	(2.051)	(2.855)
Obrigações por empréstimos de curto prazo	(1.928)	(3.975)	387
Obrigações por empréstimos de longo prazo	(2.029)	(4.092)	(865)
Total das despesas financeiras	(9.159)	(14.927)	(9.717)
Receitas financeiras, líquidas	9.493	13.467	14.999
Despesa com provisão para perdas com operações de crédito....	(1.763)	(2.543)	(2.034)
Receitas financeiras, líquidas após provisão para perdas com operações de crédito.....	7.730	10.924	12.965

Banco Bradesco S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada

Expresso em milhões de reais

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2001	2002	2003
Receitas não financeiras:			
Receita de prestação de serviços.....	2.866	2.894	3.463
Ganhos (perdas) sobre títulos e valores mobiliários de negociação.....	(287)	(2.006)	45
Ganhos (perdas) realizados nos títulos disponíveis para venda.....	372	(38)	738
Ganhos líquidos em transações de câmbio.....	247	148	198
Resultado líquido de participações em empresas não consolidadas.....	109	150	60
Prêmios de seguros.....	4.946	5.308	6.149
Planos de previdência.....	713	21	64
Outras receitas não financeiras.....	640	1.486	392
Total das receitas não financeiras.....	9.606	7.963	11.109
Despesas não financeiras:			
Salários e benefícios.....	(3.329)	(3.992)	(4.677)
Despesas administrativas.....	(2.868)	(3.421)	(3.909)
Amortização de ativos intangíveis.....	(115)	(230)	(266)
Sinistros de seguros.....	(3.251)	(3.614)	(4.333)
Variação de provisões de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização e contratos de investimentos em previdência.....	(1.847)	(2.261)	(3.777)
Despesas de planos de previdência.....	(459)	(370)	(637)
Despesas de comercialização de planos de seguros e previdência.....	(690)	(669)	(762)
Depreciação e amortização.....	(463)	(459)	(744)
Outras despesas não financeiras.....	(1.476)	(1.583)	(2.313)
Total das despesas não financeiras.....	(14.498)	(16.599)	(21.418)
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias.....	2.838	2.288	2.656
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:			
Imposto de renda e contribuição social corrente.....	(687)	(948)	(1.124)
Imposto de renda e contribuição social diferido.....	137	787	778
Total do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.....	(550)	(161)	(346)
Mudança de prática contábil (veja Nota 11).....	-	27	-
Lucro antes de participações minoritárias.....	2.288	2.154	2.310
Participações de acionistas minoritários.....	(18)	(12)	(8)
Lucro líquido.....	2.270	2.142	2.302
Lucro líquido aplicado por tipo de ações⁽²⁾:			
Ações ordinárias.....	1.097	1.031	1.104
Ações preferenciais.....	1.173	1.111	1.198
Lucro líquido.....	2.270	2.142	2.302
Lucro por ações (em reais)^{(1) (2)}:			
Ações ordinárias.....	15,11	14,23	14,35
Ações preferenciais.....	16,62	15,65	15,79
Média ponderada de ações em circulação⁽²⁾:			
Ações ordinárias.....	72.667.793	72.446.557	76.960.037
Ações preferenciais.....	70.580.416	70.982.956	75.860.162

(1) A Companhia não tem nenhuma obrigação a pagar permutável ou conversível em ações do capital. Como resultado, seu lucro diluído por ação não difere de seu lucro líquido por ação (Nota 2 (u)).

(2) Em 17 de dezembro de 2003, o Conselho de Administração do Banco propôs o grupamento de ações na proporção de 10.000 ações para 1 ação da respectiva espécie, o qual foi aprovado pelos acionistas em 10 de março de 2004, transformando-as em 158.587.942 ações nominativas escriturais, sem valor nominal. A nova quantidade de ações passou a ser negociada na Bolsa de Valores a partir do dia 22 de março de 2004. Dessa forma, todas as quantidades de ações, “por ações”, apresentadas em exercícios anteriores foram ajustadas para refletir o grupamento de ações na proporção de 10.000 para 1 ação da respectiva espécie.

Banco Bradesco S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada

Expresso em milhões de reais

(continuação)

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2001	2002	2003
Atividades operacionais:			
Lucro líquido.....	2.270	2.142	2.302
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido proveniente das (aplicadas em) atividades operacionais:			
Despesa com provisão para perdas com operações de crédito.....	1.763	2.543	2.034
Provisão para outros investimentos	73	4	21
Provisão de seguros, planos de previdência privada, títulos de capitalização e contratos de investimentos de previdência.....	1.847	2.261	3.777
Depreciação e amortização.....	463	459	744
Amortização de ativos intangíveis	115	201	266
Resultado líquido de participações em empresas não consolidadas.....	(109)	(150)	(60)
Perda com bens não de uso próprio, líquido.....	66	99	128
(Ganhos) perdas realizados líquidos nos títulos disponíveis para venda	(372)	38	(738)
(Ganhos) perdas com alienação do imobilizado de uso, líquido.....	(23)	232	(32)
(Ganhos) perdas na venda de investimentos não consolidados	8	(81)	(261)
Imposto de renda diferido.....	(137)	(787)	(778)
Participações de acionistas minoritários	18	12	8
Variação em ativos e obrigações:			
(Aumento) redução líquido de juros a receber.....	690	(1.441)	24
Aumento líquido de juros a pagar	422	831	1.114
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários de negociação.....	(8.167)	(674)	(16.712)
(Aumento) redução em outros ativos.....	(887)	802	(1.913)
Aumento líquido na carteira de câmbio.....	56	1.525	(1.390)
Aumento em outras obrigações	2.279	3.697	3.386
Caixa líquido proveniente de (aplicado em) atividades operacionais	375	11.713	(8.080)
Atividades de investimento:			
(Aumento) redução líquido em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil.....	(2.961)	(7.192)	287
Aquisições de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(4.333)	(3.941)	(3.968)
Venda de operações com títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	4.314	5.036	4.647
Aquisições de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	-	(594)	(117)
Resgates pelo vencimento de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.....	-	1.965	141
Aumento líquido em operações de crédito.....	(7.370)	(4.989)	(229)
Aquisição de subsidiárias, líquida de caixa e equivalentes a caixa recebidos	-	270	(1.220)
Aquisição de investimentos não consolidados.....	(75)	(56)	-
Aquisição de imobilizado de uso.....	(552)	(658)	(786)
Pagamento antecipado com o Banco Postal	(200)	-	-
Alienação de imobilizado de uso.....	124	355	359
Alienação de bens não de uso próprio	103	58	49
Alienação de investimentos não consolidados	44	212	493
Dividendos recebidos de investimentos não consolidados	17	81	85
Participações de acionistas minoritários	(52)	9	(56)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento.....	(10.941)	(9.444)	(315)

Banco Bradesco S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada

Expresso em milhões de reais

(continuação)

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2001	2002	2003
Atividades de financiamento:			
Aumento (redução) líquido em depósitos.....	4.277	9.691	(3.556)
Aumento (redução) líquido em captações no mercado aberto.....	1.923	(7.089)	18.781
Aumento (redução) líquido em empréstimos de curto prazo.....	1.302	627	(2.742)
Aumento em empréstimos de longo prazo.....	7.311	10.343	13.282
Pagamento de empréstimos de longo prazo.....	(4.972)	(11.044)	(7.273)
Aumento de capital.....	409	-	508
Aquisição de ações próprias.....	(53)	(119)	(7)
Juros pagos sobre capital próprio e dividendos.....	(837)	(848)	(1.120)
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamento.....	9.360	1.561	17.873
Caixa e equivalentes a caixa:			
No início do exercício.....	14.782	13.576	17.406
No encerramento do exercício.....	13.576	17.406	26.884
Aumento (redução) em caixa e equivalentes a caixa, líquido.....	(1.206)	3.830	9.478
Informações complementares sobre o fluxo de caixa:			
Juros pagos.....	9.581	14.096	8.603
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	392	623	862
Operações de crédito transferidas para bens não de uso próprio.....	148	173	237
Dividendos declarados, ainda não pagos.....	508	648	874

((Tradução livre do original em inglês preparado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América))

Banco Bradesco S.A.

Demonstração Consolidada das Mutações no Patrimônio Líquido
Expresso em milhares de ações

	Ordinárias	Preferenciais	Ações ordinárias em tesouraria	Ações preferenciais em tesouraria
Saldo em 31 de dezembro de 2000	71.199.259	68.782.370	(576.504)	(201.504)
Aumento de capital	2.709.165	2.630.835	-	-
Aquisição de ações próprias	-	-	(272.020)	(217.000)
Cancelamento de ações em tesouraria	(576.504)	(201.504)	576.504	201.504
Saldo em 31 de dezembro de 2001	73.331.920	71.211.701	(272.020)	(217.000)
Aquisição de ações próprias	-	-	(1.125.630)	(140.940)
Cancelamento de ações em tesouraria	(417.860)	(357.940)	417.860	357.940
Saldo em 31 de dezembro de 2002	72.914.060	70.853.761	(979.790)	-
Cancelamento de ações em tesouraria	(979.790)	-	979.790	-
Ações subscritas	3.365.274	3.314.725	-	-
Ações atribuídas aos minoritários do Banco Mercantil ...	1.046.243	1.030.528	-	-
Ações atribuídas aos minoritários do Banco Alvorada S.A. (antiga denominação do BBV Banco).....	3.548.219	3.494.922	-	-
Aquisição de ações próprias	-	-	(57.480)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2003 (*)	79.894.006	78.693.936	(57.480)	-

(*) Em 17 de dezembro de 2003, o Conselho de Administração do Banco propôs o grupamento de ações na proporção de 10.000 ações para 1 ação da respectiva espécie, o qual foi aprovado pelos acionistas em 10 de março de 2004, transformando-as em 158.587.942 ações nominativas escriturais, sem valor nominal. A nova quantidade de ações passou a ser negociada na Bolsa de Valores a partir do dia 22 de março de 2004. Dessa forma, todas as quantidades de ações apresentadas em exercícios anteriores foram ajustadas para refletir o grupamento de ações na proporção de 10.000 para 1 ação da respectiva espécie.

Banco Bradesco S.A.

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

Expresso em milhões de reais, exceto quanto às informações por ação

	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Ações em tesouraria	Capital integralizado adicional	Reservas estatutárias	Valores mobiliários disponíveis para venda ⁽¹⁾	Lucros acumulados não apropriados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2000	2.408	2.338	(76)	19	1.017	118	2.057	7.881
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	2.270	2.270
Valores mobiliários disponíveis para venda ⁽²⁾	-	-	-	-	-	130	-	130
Lucro abrangente	-	-	-	-	-	-	-	2.400
Juros sobre capital próprio e dividendos...	-	-	-	-	-	-	(848)	(848)
Aquisição de ações próprias	-	-	(53)	-	-	-	-	(53)
Aumento de capital	203	198	-	8	-	-	-	409
Ações em tesouraria canceladas	-	-	76	-	-	-	(76)	-
Transferências	27	26	-	(19)	108	-	(142)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2001	2.638	2.562	(53)	8	1.125	248	3.261	9.789
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	2.142	2.142
Valores mobiliários disponíveis para venda ⁽²⁾	-	-	-	-	-	(13)	-	(13)
Lucro abrangente	-	-	-	-	-	-	-	2.129
Juros sobre capital próprio e dividendos...	-	-	-	-	-	-	(947)	(947)
Aquisição de ações próprias	-	-	(119)	-	-	-	-	(119)
Ações em tesouraria canceladas	-	-	86	-	-	-	(86)	-
Transferências	-	-	-	-	107	-	(107)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2002	2.638	2.562	(86)	8	1.232	235	4.263	10.852
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	2.302	2.302
Valores mobiliários disponíveis para venda ⁽²⁾	-	-	-	-	-	446	-	446
Lucro abrangente	-	-	-	-	-	-	-	2.748
Juros sobre capital próprio e dividendos...	-	-	-	-	-	-	(1.346)	(1.346)
Aquisição de ações próprias	-	-	(7)	-	-	-	-	(7)
Aumento de capital	649	640	-	56	-	-	-	1.345
Ações em tesouraria canceladas	-	-	86	-	-	-	(86)	-
Transferências	238	273	-	(8)	115	-	(618)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2003	3.525	3.475	(7)	56	1.347	681	4.515	13.592

Exercício findo em 31 de dezembro de

2001 2002 2003

Informações por ações⁽³⁾:

Lucros distribuídos (juros sobre capital próprio):

Ordinária	5,65	6,28	8,39
Preferencial	6,21	6,93	9,24

(1) Consiste de ganhos ou perdas não realizados de títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, líquidos dos efeitos fiscais de imposto de renda e de contribuição social, que montaram a R\$97, R\$153 e R\$348 em 31 de dezembro de 2001, 2002 e 2003, respectivamente.

(2) Ajustado pelas perdas não temporárias baixadas no período, conforme mencionado na Nota 5.

(3) Em 17 de dezembro de 2003, o Conselho de Administração do Banco propôs o grupamento de ações na proporção de 10.000 ações para 1 ação da respectiva espécie, o qual foi aprovado pelos acionistas em 10 de março de 2004, transformando-as em 158.587.942 ações nominativas escriturais, sem valor nominal. A nova quantidade de ações passou a ser negociada na Bolsa de Valores a partir do dia 22 de março de 2004. Dessa forma, todas as quantidades de ações, "por ações", apresentadas em exercícios anteriores foram ajustadas para refletir o grupamento de ações na proporção de 10.000 para 1 ação da respectiva espécie.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

1 Base da Apresentação

(a) Histórico

Banco Bradesco S.A. ("nós", a "Companhia" ou "Bradesco") é uma sociedade anônima constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Brasil.

Nós somos um banco múltiplo constituído nos termos da regulamentação bancária brasileira, operando principalmente em dois segmentos. O segmento bancário inclui diversas áreas do setor bancário, atendendo a clientes, tanto pessoas físicas quanto jurídicas, atuando como banco de investimentos, em operações bancárias internacionais, administração de fundos de investimentos e administração de consórcio. O segmento de seguros, planos de previdência e de títulos de capitalização relaciona-se a seguros de automóveis, saúde, vida, acidentes, propriedades, planos de previdência e títulos de capitalização.

Os produtos bancários de varejo incluem depósitos à vista, depósitos em poupança, depósitos a prazo, fundos mútuos, serviço de câmbio e diversas operações de crédito, inclusive cheque especial, cartões de crédito, concessão de crédito com pagamento parcelado e administração de consórcio. Os serviços prestados a pessoas jurídicas incluem a administração de recursos e serviços de tesouraria, operações de câmbio, "corporate finance" e serviços de banco de investimento, operações de "hedge" e operações de financiamento, inclusive de financiamento de capital de giro, arrendamento mercantil e concessão de crédito com pagamento parcelado. Esses serviços são realizados principalmente nos mercados locais, mas também incluem, em menor escala, serviços internacionais.

No decorrer dos anos, o Bradesco adquiriu várias instituições financeiras brasileiras a fim de expandir sua base de negócios e clientes. Os efeitos das aquisições feitas em 2001, 2002 e 2003, individualmente ou de maneira combinada, não foram relevantes para o Bradesco.

Elaboramos estas demonstrações financeiras de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. GAAP"), que diferem, sob certos aspectos, dos princípios contábeis que aplicamos de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil ("Brazilian GAAP"), inclusive as normas e regulamentos do Conselho Monetário Nacional (ou "CMN"), Banco Central do Brasil (ou "Banco Central") e da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP").

Patrimônio líquido e lucro líquido incluídos nessas demonstrações financeiras diferem daqueles incluídos nos registros contábeis estatutários preparados de acordo com o "Brazilian GAAP", em decorrência de ajustes efetuados para refletir exigências do U.S. GAAP. As reservas constituídas com base na Legislação Societária, disponíveis para distribuição, líquidas de ações em tesouraria, foram de R\$4.830 e R\$5.145 em 31 de dezembro de 2002 e 2003, respectivamente.

A fim de aprimorar a apresentação, valores de períodos anteriores relacionados a planos de previdência privada foram reclassificados para fins de comparação para se adequarem à apresentação do exercício corrente, o que resultou em decréscimos nas receitas com planos de previdência e acréscimos nas receitas de prêmios de seguros de R\$329 e R\$327 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e 2002, respectivamente. Esses planos de previdência privada concedem o pagamento garantido de um benefício

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

por morte (pecúlio). Essas reclassificações não tiveram efeitos sobre as receitas não financeiras, sobre o lucro líquido, patrimônio líquido ou sobre as informações por segmento apresentadas (veja Nota 25).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco Bradesco S.A. (controladora), de suas agências no exterior e de todas as suas subsidiárias diretas ou indiretas com participação majoritária. Foram eliminadas todas as contas e operações significativas entre as empresas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem saldos contábeis das Entidades Financeiras de Propósito Especial (“SPFs”) das quais detemos controle financeiro através de acordos que não envolvem a participação no capital votante. Veja Notas 2 (bb) e 14 (g).

A tabela a seguir apresenta a participação no capital votante de nossas principais subsidiárias, juntamente com suas respectivas atividades operacionais:

Subsidiárias	Participação no capital votante - %	
	31 de dezembro de	
	2002	2003
Banco BCN S.A. (Banco).....	100,00	100,00
Bradesco Seguros S.A. (Seguros).....	99,66	99,70
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Arrendamento Mercantil) ⁽¹⁾	100,00	-
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (Corretagem).....	99,99	99,99
União de Comércio e Participações Ltda. (Holding).....	99,99	99,99
Bradesco Vida e Previdência S.A. (Seguros e Planos de Previdência Privada).....	99,65	99,70
Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. - (“Credireal”) (Banco).....	99,99	99,99
Banco Baneb S.A. (Banco).....	99,99	99,95
Bradesco Capitalização S.A. (Títulos de Capitalização).....	99,65	99,33
Banco Bradesco Argentina S.A. (Banco).....	99,99	99,99
Banco Boavista Interatlântico S.A. (Banco).....	100,00	100,00
Banco Mercantil de São Paulo S.A. (Banco)	99,03	100,00
Bradesco BCN Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Arrendamento Mercantil) ⁽²⁾	99,94	99,97
Banco Finasa S.A. (Banco) ⁽³⁾	100,00	100,00
Banco Alvorada S.A. (Banco) ⁽⁴⁾	-	100,00

(1) Empresa incorporada pela BCN Leasing Arrendamento Mercantil S.A. em 2003.

(2) Nova denominação da BCN Leasing Arrendamento Mercantil S.A.

(3) Em 2002, o Continental Banco S.A. teve sua denominação alterada para Banco Finasa S.A.

(4) Atual denominação do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Brasil S.A. - BBV Banco.

(b) Recentes Aquisições

Em 24 de janeiro de 2002, 89,52% do capital votante e 87,53% do capital não votante do Banco do Estado do Amazonas S.A. - (“BEA”) foram adquiridos por R\$183. Em 31 de março de 2003, adquirimos a participação remanescente dos minoritários, por meio de pagamento de R\$23.

Em 25 de março de 2002, 90,11% do capital votante e 74,23% do capital não votante do Banco Mercantil de São Paulo S.A. - (“Mercantil”) foram adquiridos, por meio de um pagamento inicial de R\$796 e de R\$528 pagos por meio de emissão de dívida subordinada. Posteriormente, em 30 de setembro de 2002, mais 8,92% do capital votante foram adquiridos na Bolsa de Valores de São Paulo por R\$62. Em 14 de

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

março de 2003, adquirimos a participação remanescente dos minoritários, por meio de emissão de ações no valor de R\$159, sendo que o valor justo das ações na data em que os termos do contrato foram firmados representava R\$205.

Em 7 de junho de 2002, a totalidade do capital do Banco Cidade S.A. - (“Cidade”) foi adquirida por meio de um pagamento inicial de R\$344 e de R\$41 pagos por meio de emissão de dívida subordinada.

Em 2002 adquirimos o controle acionário do Deutsche Bank Investimentos DTVM S.A. - (“Deutsche”), da Scopus Tecnologia S. A. - (“Scopus”), do Banco Luxembourg S.A. - (“Luxembourg”) e da Ford Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (“Ford Leasing”), pelo montante total de R\$162.

Em 9 de junho de 2003, a totalidade do capital do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Brasil S.A. - (“BBV Banco”), atualmente denominado como Banco Alvorada S.A., foi adquirida por meio de um pagamento inicial de R\$1.864 e R\$630 mediante a emissão pelo valor justo de ações ordinárias e preferenciais correspondentes a 4,4% do nosso capital.

Apresentamos abaixo o balanço patrimonial das aquisições:

	2002				
	Mercantil	Cidade	BEA	Outras ⁽¹⁾	Total
Caixa e equivalentes a caixa	928	548	248	93	1.817
Operações de crédito	3.717	559	191	-	4.467
Títulos e valores mobiliários.....	637	106	115	19	877
Ativos intangíveis	906	197	60	33	1.196
Outros ativos	2.074	232	89	82	2.477
Depósitos	(4.225)	(727)	(278)	-	(5.230)
Obrigações por empréstimos.....	(1.456)	(475)	(11)	-	(1.942)
Outros passivos	(1.195)	(55)	(231)	(65)	(1.546)
Montante total e valor justo dos patrimônios líquidos adquiridos	1.386	385	183	162	2.116

(1) Refere-se ao balanço patrimonial de aquisição do Deutsche, da Scopus, do Luxembourg e da Ford Leasing.

	2003			
	BBV	Mercantil	BEA	Total
Caixa e equivalentes a caixa	644	-	-	644
Operações de crédito	3.962	-	-	3.962
Títulos e valores mobiliários.....	2.304	-	-	2.304
Ativos intangíveis	103	118	7	228
Outros ativos	3.404	-	-	3.404
Depósitos	(3.996)	-	-	(3.996)
Obrigações por empréstimos.....	(1.414)	-	-	(1.414)
Outros passivos	(2.513)	-	-	(2.513)
Minoritários	-	87	16	103
Montante total e valor justo dos patrimônios líquidos adquiridos.....	2.494	205	23	2.722

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

O montante total pago pelas aquisições, no exercício de 2002 e 2003, foi de R\$2.116 e R\$2.722 respectivamente, composto da seguinte forma:

	<u>2002</u>	<u>2003</u>
Pagamento em dinheiro	1.547	1.887
Dívidas subordinadas	569	-
Emissão de ações	-	835
Custo total das aquisições	<u>2.116</u>	<u>2.722</u>

Essas aquisições foram contabilizadas de acordo com o método contábil de compra e foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas na data da aquisição.

Em conjunto com essas aquisições, nós registramos um saldo de ativos intangíveis com vida útil definida proveniente de carteira de clientes totalizando R\$1.196 em 2002 e R\$228 em 2003, o qual está sendo amortizado em uma base linear de 5 a 10 anos. Para uma discussão mais completa, veja as Notas 2 (o) e 11.

Como resultado dessas aquisições, não assumimos quaisquer pagamentos, opções ou compromissos contingentes.

2 Principais Práticas Contábeis

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em U.S. GAAP requer a adoção de estimativas e premissas que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como as divulgações de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e da divulgação das receitas e despesas durante o exercício. As principais estimativas utilizadas foram: provisão para perdas com operações de crédito, estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, depreciação e amortização, avaliação de perdas em ativos, vida útil dos ativos intangíveis, avaliação para realização de ativos fiscais, premissas para o cálculo da reservas de seguros e planos de previdência complementar e contingências.

a) Reajustes em moeda constante

Até 1995, a Comissão de Valores Mobiliários do Brasil (CVM) exigia que as sociedades de capital aberto elaborassem e publicassem, além das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o Brazilian GAAP, demonstrações financeiras expressas em poder aquisitivo constante. Essa exigência foi eliminada em razão da extinção da correção monetária das demonstrações financeiras, para fins legais e fiscais no Brasil, a partir de 1 de janeiro de 1996.

Até 31 de dezembro de 1997, o Brasil era considerado, para fins do U.S. GAAP, como sendo um ambiente altamente inflacionário e, conseqüentemente, todos os saldos e operações anteriores à essa data foram reajustados à moeda constante de 31 de dezembro de 1997. O índice escolhido para esse reajuste foi o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), que consideramos ser o índice mais apropriado, devido à sua fonte independente, ao longo histórico de sua publicação e por reunir os preços no atacado, ao consumidor e de construção.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

A partir de 1 de janeiro de 1998, concluímos que o Brasil não era mais um ambiente altamente inflacionário uma vez que, nessa data, a taxa de inflação cumulativa referente ao período dos três últimos anos havia caído abaixo de 100%, sem qualquer indicação de retorno às taxas altas em vigor antes de 30 de junho de 1994. Assim sendo, saldos e operações a partir de 1 de janeiro de 1998 são expressos em reais nominais, conforme exigido pelo U.S. GAAP e pelas diretrizes da Comissão de Valores Mobiliários Norte-Americana - ("SEC").

b) Caixa e equivalentes a caixa

Para fins das demonstrações de fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e equivalentes a caixa" inclui as seguintes contas: caixa e contas correntes em bancos, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em operações compromissadas, cujos vencimentos originais, em geral, têm prazo de 90 dias ou menos.

	31 de dezembro de	
	2002	2003
Caixa e contas correntes em bancos	2.725	2.452
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.379	3.939
Aplicações em operações compromissadas	12.302	20.493
Total	17.406	26.884

(c) Apresentação de ativos que rendem juros e passivos que incidem juros

Os ativos que rendem juros e os passivos que incidem juros são apresentados no balanço patrimonial consolidado pelo montante do principal em aberto, acrescidos de juros e variação monetária e cambial incorridos. Essa apresentação é necessária uma vez que, os juros compostos e a variação monetária incorridos são incorporados, em cada período, ao montante de principal em aberto, para praticamente todos os ativos e passivos em reais.

O total de juros e variação monetária e cambial incorridos sobre o montante de principal em aberto dos ativos era R\$3.897 e R\$4.200, em 31 de dezembro de 2002 e de 2003, respectivamente. O total de juros e variação monetária e cambial incidentes sobre o montante de principal em aberto dos passivos era R\$2.059 e R\$3.173, em 31 de dezembro de 2002 e de 2003, respectivamente.

(d) Aplicações em operações compromissadas (valores mobiliários adquiridos segundo contratos de revenda) e títulos vinculados a compromissos de recompra

Os valores mobiliários vinculados a compromissos de revenda são considerados operações financeiras com garantia e são contabilizados pelo seu valor de aquisição ou venda, acrescido dos juros incorridos. Esta classificação também inclui os títulos vinculados a compromissos de recompra compreendendo basicamente títulos públicos brasileiros. Estes títulos apresentam insignificante risco de mudança de taxas de juros e podem ser objeto de operações compromissadas.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

(e) Títulos e valores mobiliários de negociação, inclusive derivativos

Os instrumentos derivativos classificados como de negociação são contabilizados ao valor justo de acordo com as Normas de Apresentação das Demonstrações Financeiras “SFAS 115”, “Contabilização de Investimentos em Títulos de Renda Fixa e em Ações”. O valor justo geralmente se baseia em cotações de preços de mercado. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores justos são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações de preços ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. Os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos em resultados sobre títulos e valores mobiliários de negociação.

As operações de derivativos efetuadas por solicitação de clientes ou que não atendem aos critérios de "hedge" (principalmente derivativos utilizados para administrar nossa exposição global às variações nas taxas de juros e moedas estrangeiras) são contabilizadas pelo valor justo de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos como ganhos (perdas) sobre valores mobiliários de negociação (receitas não financeiras). Todas as nossas operações com derivativos são consideradas como de negociação, como divulgado na Nota 22.

(f) Derivativos, exceto os considerados como "de negociação"

Nós adotamos, a partir de 1 de janeiro de 2001, o SFAS 133, “Contabilização de Instrumentos Derivativos e Atividades de Hedging”, como alterada pelos SFAS 137 e 138. O SFAS 133 exige que todos os derivativos sejam reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados ao valor justo, desconsiderando-se o objetivo ou intenção de mantê-los. As mudanças nos valores justos de um instrumento são reconhecidas nos lucros ou no patrimônio líquido, dependendo de sua designação e qualificação como um “hedge” de valor justo, de fluxo de caixa ou de moeda estrangeira. Para qualificar-se como um “hedge”, o derivativo deve ser: (i) designado como um “hedge” de um ativo ou passivo financeiro específico no início do contrato; (ii) efetivo na redução do risco associado com a exposição a ser protegida por “hedge”; e (iii) altamente correlacionado com respeito a mudanças em seu valor justo quanto ao valor justo ou quanto ao fluxo de caixa do item protegido por “hedge”, tanto no início quanto durante a vigência do contrato. Antes da adoção da SFAS 133, todos os nossos instrumentos derivativos foram classificados como de negociação e foram mantidos em seu valor justo com as mudanças no valor justo reconhecidas nos lucros. Depois da adoção do SFAS 133, nenhum impacto adicional sobre o lucro foi reconhecido, já que mantivemos a classificação de todos os instrumentos derivativos como de negociação, sem derivativos designados ou qualificados como “hedge”.

Em abril de 2003, a Junta de Normas de Contabilidade Financeira (Financial Accounting Standard Board - “FASB”) emitiu o SFAS 149, “Complementação do SFAS 133 sobre Instrumentos Derivativos e Atividades de Hedge”. O SFAS 149 altera e esclarece aspectos de contabilização e divulgação para instrumentos financeiros derivativos, incluindo determinados instrumentos derivativos embutidos em outros contratos e para atividades de hedge, de acordo com o SFAS 133. Essa norma é obrigatória para contratos realizados ou alterados após 30 de junho de 2003 e para relações de hedge designadas após 30 de junho de 2003. A adoção dessa norma não ocasionou impacto significativo em nossa posição patrimonial e financeira ou no resultado das operações.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

(g) Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda

Os títulos e valores mobiliários são classificados com base na intenção da Administração na data da aquisição. Títulos e valores mobiliários adquiridos e mantidos principalmente para fins de revenda a curto prazo são classificados como títulos e valores mobiliários de negociação e são declarados pelo valor justo. Os títulos e valores mobiliários são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da administração, eles possam ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado, sendo contabilizados pelo valor justo, com os ganhos e as perdas não realizados líquidos incluídos em patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

As ações que são incluídas como disponíveis para venda são contabilizadas pelo valor justo, sendo os ganhos e as perdas líquidos não realizados incluídos em patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, até à sua realização, quando os ganhos ou (perdas) líquidos realizados são incluídos em receitas ou (despesas) não financeiras.

(h) Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento

Os títulos e valores mobiliários para os quais há intenção e capacidade financeira para manutenção na carteira até o vencimento são classificados como títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento e registrados pelo custo de aquisição, atualizados pelos juros contratuais.

As transferências de investimentos das categorias de negociação e disponíveis para venda para a categoria mantidos até o vencimento são feitas pelo seu valor justo na data da transferência, de acordo com o parágrafo 15 da SFAS 115:

- no caso de títulos de negociação, os ganhos e perdas anteriores foram registrados na demonstração do resultado consolidado; e
- no caso de títulos disponíveis para venda, os ganhos e perdas não realizados foram mantidos dentro da conta “Ganhos e perdas não realizados sobre títulos disponíveis para venda”, dentro do patrimônio líquido, no momento da transferência e subsequentemente amortizados durante o período, a partir da data da transferência até o vencimento do título.

(i) Análise das perdas “other than temporary”

Para estabelecer se a deterioração de um papel é outra que não temporária, utilizamos uma combinação de fatores que visam determinar se a recuperação do valor de um papel é provável. Esses fatores incluem, além da duração e representatividade da deterioração, outros fatores não relacionados, como, por exemplo, a probabilidade, calculada com base no comportamento histórico do valor de determinados papéis e a nossa experiência anterior com eles, de que um declínio no valor será recuperado, como também a probabilidade da não realização do principal ou dos juros devido a: (i) pedido do emissor de processo de falência ou concordata; (ii) deterioração da classificação de risco de crédito do emissor; ou (iii) dificuldades financeiras do emissor, relacionadas ou não às condições de mercado do setor no qual atua.

Em novembro de 2003, o Grupo de Trabalho para Questões Emergentes (“EITF”) obteve um consenso com respeito ao Tópico 03-01, “O Significado de Deterioração Outra que não Temporária e sua Aplicação

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

para Determinados Investimentos” referente à divulgação para papéis contabilizados de acordo com o SFAS 115. Além das divulgações atualmente exigidas pelo SFAS 115, o tópico EITF 03-01 requer, de forma complementar, a divulgação quantitativa e qualitativa de títulos e valores mobiliários nas demonstrações financeiras de exercícios sociais findos após 15 de dezembro de 2003.

(j) Operações de crédito e arrendamento mercantil

As operações de crédito e arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor do principal, acrescido dos juros a receber e variação monetária. A receita de juros é contabilizada com base no regime de competência e adicionada ao montante de principal em cada período. A apropriação dos juros incorridos é geralmente descontinuada em todos os empréstimos considerados incobráveis, quanto a principal ou juros e para todos os empréstimos que estejam 60 dias ou mais em atraso. As cobranças de juros sobre tais empréstimos são registradas como reduções no saldo principal quando a capacidade de recebimento é incerta, de outra maneira, o resultado é reconhecido com base no regime de caixa.

Concedemos financiamento de equipamentos a nossos clientes através de contratos de arrendamento mercantil. Os contratos de arrendamento mercantil são contabilizados pelo total de pagamentos a receber, acrescido do valor residual estimado do bem arrendado menos a receita não auferida.

(k) Provisão para perdas com operações de crédito e créditos de curso anormal

A provisão para perdas com operações de crédito é o valor que foi provisionado para perdas prováveis na carteira de crédito. A provisão é aumentada por provisões para perdas com empréstimos e recuperações de créditos previamente baixadas, e é reduzida por empréstimos baixados julgados incobráveis. Nossa avaliação da adequação da provisão é baseada nas revisões regulares de créditos individuais, na experiência recente com perdas, nas condições econômicas atuais, nas características de risco das várias classificações de créditos, no valor justo da caução subjacente e em outros fatores que influenciem diretamente a cobrança potencial dos créditos.

Os empréstimos são considerados como créditos sujeitos a perda (“impairment”) quando, na nossa opinião, não existem mais possibilidades de cobrar todos os montantes a receber, inclusive os juros incorridos, de acordo com a SFAS 114, "Contabilização de Inadimplência de um Empréstimo por um Credor", complementada pela SFAS 118. Consideramos os empréstimos vencidos há 60 dias ou mais, como créditos de curso anormal e sujeitos à revisão de perdas por inadimplência. Nós então mensuramos os créditos sujeitos a perda com base: (i) no valor do fluxo de caixa descontado do crédito à taxa determinada do crédito; (ii) na taxa de mercado observável do crédito; ou (iii) no valor realizável da caução subjacente para créditos dependentes de caução. Uma provisão de avaliação é estabelecida através da provisão para perdas com operações de crédito para a diferença entre o valor contábil dos créditos sujeitos a perda e seu valor determinado como descrito acima. Os créditos são baixados contra a provisão quando um crédito não é cobrado ou considerado como de perda (“impairment”) permanente. A provisão é ajustada em períodos futuros para mudanças no valor determinado.

(l) Investimentos em empresas não consolidadas

Os investimentos em empresas não consolidadas, nas quais detemos entre 20% e 50% do capital com direito a voto, são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. Segundo esse método, nossa

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

participação nos resultados dessas empresas, calculada de acordo com o U.S. GAAP, é reconhecida nas demonstrações de resultado como "Resultado de Participações em Empresas não Consolidadas", e os dividendos são creditados quando declarados à conta "Investimentos em empresas não consolidadas e outros investimentos" do balanço patrimonial (veja Nota 9).

Participações societárias inferiores a 20% em empresas, sem valor de mercado prontamente determinável, são registradas ao custo (a menos que tenhamos a capacidade de exercer influência significativa sobre as operações da empresa investida, sendo adotado nesse caso, o método de equivalência) e os dividendos são reconhecidos no lucro quando recebidos.

(m) Imobilizado de uso, líquido

O imobilizado de uso é contabilizado ao custo (corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1997). A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis de uso - 4%; equipamentos de processamento de dados - 20% a 50%; e outros ativos - entre 10% e 20%.

Os custos de aquisição e desenvolvimento de software, inclusos no imobilizado de uso, líquidos referem-se aos custos de software de uso interno capitalizados, de acordo com o Pronunciamento (SOP) 98-1 "Contabilização de software desenvolvido ou adquirido para uso interno".

Reconhecemos uma perda por deterioração apenas se os valores contábeis de ativos de longa duração a serem mantidos e usados não forem recuperáveis em seus fluxos de caixa futuros esperados não descontados, de acordo com o SFAS 144, "Contabilização das Perdas ou Baixas de Ativos de Longa Duração".

O ativo permanente alienado, substancialmente representado por certas agências bancárias, e posteriormente alugado para a continuidade de nossas operações foi contabilizado de acordo com os SFAS 13 e SFAS 98, "Contabilização de Arrendamentos" e SFAS 28 "Contabilização de vendas atreladas a contratos de aluguéis".

Para as operações classificadas como leasing operacional, na modalidade à vista, apenas a parcela correspondente: (i) à diferença positiva entre o lucro apurado na alienação e o valor presente dos aluguéis futuros a serem pagos é reconhecida imediatamente ao resultado do período, enquanto que (ii) a parcela remanescente é diferida no decorrer dos prazos dos respectivos contratos de aluguel, e (iii) nos casos exclusivos de prejuízo, o reconhecimento é imediato. Nos casos de venda financiada, o resultado será apurado apenas a partir do vencimento final do respectivo financiamento (veja Nota 10) e posteriormente contabilizado de acordo com os critérios descritos acima.

O ganho ou perda apurados nas alienações à vista sem vínculo com os contratos de aluguel foi reconhecido imediatamente no resultado do exercício como "Outras receitas não financeiras".

(n) Bens não de uso próprio

Os bens não de uso próprio são classificados como bens recebidos mediante execução de garantia de dívida ou hipoteca e incluídos em outros ativos no ato da efetiva execução ou quando a posse física da

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

garantia é tomada, seja através de um acordo entre as partes ou por uma decisão de um processo de execução.

Os bens não de uso próprio são contabilizados pelo que for menor, entre o valor contabilizado do empréstimo ou do arrendamento relativamente ao qual o bem serviu anteriormente como garantia ou o valor justo do bem, deduzidos os custos estimados para venda. Antes da execução, quaisquer reduções no valor contábil, se necessárias, são debitadas da provisão para perdas com operações de crédito.

Após o registro, ganhos ou perdas sobre a venda e perdas com a reavaliação periódica de bens não de uso são registrados em resultados. Os custos líquidos para manutenção e operação dos bens não de uso são contabilizados como despesas à medida que incorridos.

Somos requeridos, por determinação do Banco Central, a alienar esses ativos dentro de um ano após o registro.

(o) *Ágio e outros ativos intangíveis*

Em 1 de janeiro de 2002, adotamos o SFAS 141, “Combinações de Negócios”, requer a contabilização de fusões e incorporações determinando se um ativo intangível adquirido deve ser reconhecido separadamente do ágio, bem como divulgações adicionais quanto à razão principal para uma fusão ou incorporação e à alocação do preço de compra pela maior rubrica contábil do balanço patrimonial.

Também em 1 de janeiro de 2002, adotamos o SFAS 142, “Ágio e Outros Ativos Intangíveis”. De acordo com a nova regra, o ágio, incluindo aquele adquirido antes da aplicação inicial da norma, não é mais amortizado, mas é testado para avaliar seu valor de realização ao menos anualmente, usando uma abordagem em duas etapas que envolve a identificação "de unidades de negócio" e a estimativa do valor justo. O valor de cada unidade de negócio foi estimado usando o valor de mercado.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis referentes a carteira de depósitos são registrados e amortizados em um período não superior a dez anos. Revisamos nossos ativos intangíveis por eventos ou mudanças em circunstâncias que possam indicar que o valor contábil dos ativos não possa ser recuperado, sendo nesse caso uma baixa reconhecida imediatamente.

Até 31 de dezembro de 2001, os ativos e os passivos das empresas adquiridas em transações de compra foram registrados pelo valor justo na data da aquisição. Os intangíveis identificáveis foram amortizados de forma linear no decorrer do período de benefício econômico não superior a dez anos. A capacidade de recuperação foi avaliada caso eventos ou circunstâncias indicassem uma possível deterioração. Tal avaliação foi baseada na avaliação de valor de mercado.

Em 2002, nós adotamos o SFAS 147, “Aquisições de Determinadas Instituições Financeiras”. O novo pronunciamento requer que combinações de negócio envolvendo instituições financeiras depositárias dentro de seu escopo, exceto combinações entre instituições mútuas, sejam contabilizadas de acordo com o SFAS 141. Anteriormente, os princípios contábeis geralmente aceitos para aquisições de instituições financeiras previam o reconhecimento do excedente do valor justo das obrigações assumidas sobre o valor justo dos ativos intangíveis identificáveis e tangíveis adquiridos como um ativo intangível não identificável. De acordo

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

com o SFAS 147, tal excesso é contabilizado como ágio. O impacto da adoção do SFAS 147 não afetou significativamente nossas demonstrações financeiras consolidadas.

(p) Contingências

De acordo com o SFAS 5 “Contabilização de Contingências”, Interpretação No. 14 “Estimativas Razoáveis de Montantes de Perda”, para apurar o passivo contingente, nós constituímos provisões quando as condições conhecidas antes da emissão das demonstrações financeiras mostram que: (i) é provável que as perdas tenham sido incorridas na data das demonstrações financeiras; e (ii) o valor dessas perdas pode ser estimado de forma razoável. As provisões são constituídas com base em nossa melhor estimativa de perdas prováveis.

Monitoramos de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) nossa experiência passada com processos legais similares. Ao determinar se uma perda é provável e sua estimativa, nós também consideramos:

- a) A probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data das demonstrações financeiras, mas que foram identificadas por nós após a data das demonstrações financeiras, porém antes da publicação dessas demonstrações financeiras;
- b) A necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data das demonstrações financeiras, porém antes da sua publicação.

(q) Tributação sobre o lucro

Nós contabilizamos a tributação sobre o lucro de acordo com o SFAS 109, “Contabilização da Tributação sobre o Lucro”. O SFAS 109 é uma abordagem de ativo e passivo que requer o reconhecimento do imposto diferido, ativo e passivo, por diferenças temporárias entre os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas declarações de imposto de renda. Na estimativa de repercussões fiscais futuras, o SFAS 109 geralmente considera todos os eventos futuros esperados, que não mudanças na lei ou alíquotas de imposto. As mudanças na lei e alíquotas de imposto são refletidas no período no qual são decretadas. Se, depois de considerar repercussões fiscais futuras, nós acreditarmos que seja pouco provável a realização do valor contábil de qualquer imposto diferido ativo, estabelecemos uma provisão para perdas no mesmo montante do valor em questão.

(r) Receitas de prestação de serviços

Nós auferimos receitas de prestação de serviços decorrentes da administração de investimentos, cartão de crédito, atividades de banco de investimento e de determinados serviços de banco comercial. Essas receitas são reconhecidas na data da prestação do serviço (banco de investimentos e comercial) ou durante a vigência do contrato (administração de investimentos e cartão de crédito).

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

(s) Conversão de operações em moeda estrangeira

Para a maioria de nossas operações no exterior, a moeda funcional é o real, caso em que o ativo e o passivo são convertidos, para fins de consolidação, às taxas de câmbio da moeda local para reais e os resultados de operações são convertidos pela taxa média no período. Perdas e ganhos resultantes de operações de câmbio são registrados no resultado do período.

(t) Benefícios a empregados

Somos obrigados a efetuar contribuições como empregador para o Instituto Nacional de Seguridade Social - ("INSS"), órgão do Governo Brasileiro que administra planos de pensões, aposentadorias e outros planos dos trabalhadores, cujos valores são contabilizados como despesa à medida que são incorridos. Essas contribuições totalizaram R\$455 em 2001, R\$522 em 2002 e R\$573 em 2003, respectivamente.

Além disso, efetuamos contribuições para planos com benefícios definidos para nossos empregados. Contabilizamos esses planos de acordo com a SFAS 87 "Contabilização de Pensões pelos Empregadores".

Válido para as demonstrações financeiras dos exercícios findos após 15 de dezembro de 2003, o SFAS 132 revisado mantém a obrigatoriedade de divulgação das informações exigida na norma original e requer informações adicionais sobre o patrimônio dos planos de previdência complementar, obrigações com os benefícios, fluxo de caixa esperado por contribuições futuras e pagamentos de benefícios e outras informações relevantes. O SFAS 132 revisado determina que a divulgação de informações sobre o pagamento de benefícios futuros estimados entrará em vigor nos exercícios sociais a findar após 15 de junho de 2004. Vide Nota 26 das demonstrações financeiras consolidadas.

(u) Lucro por ação

Como resultado do grupamento de ações na proporção de 1 para 10.000, a partir de 22 de março de 2004, nossas ações são negociadas individualmente nas bolsas de valores.

Os "lucros por ação" são apresentados com base nas duas classes de ações emitidas. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam dos dividendos, substancialmente na mesma base, salvo que os detentores de ações preferenciais têm direito a dividendos por ação superiores em 10% do que os detentores de ações ordinárias (veja Nota 17). Os "lucros por ação" são computados com base nos dividendos distribuídos ou juros sobre capital próprio e lucros não distribuídos do Bradesco, após dar efeito à preferência de 10%, sem considerar se os lucros serão por fim integralmente distribuídos. Os valores de "lucros por ação" foram determinados como se todos os lucros fossem distribuídos. A média ponderada de ações é computada com base nos períodos relativamente aos quais as ações estão em circulação. Adicionalmente, todas as informações relacionadas à ações foram ajustadas de forma retroativa, em todos os períodos apresentados, para refletir o grupamento de ações, o qual foi aprovado pelos acionistas em 10 de março de 2004.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

(v) Obrigações com detentores de seguros e planos de previdência

Nossos contratos de seguros são considerados como contratos de seguros de curta duração. Os prêmios dos contratos de curta duração de vida são reconhecidos quando do vencimento do contrato e os relacionados a propriedade ou acidente são apropriados no decorrer do prazo de vigência dos contratos.

As reservas para sinistros de seguros são constituídas de acordo com a experiência histórica com sinistros em processo de pagamento, com os montantes estimados de sinistros ocorridos e não avisados e com outros fatores relevantes que afetem as reservas exigidas. As reservas são ajustadas regularmente com base no conhecimento de efeitos das alterações nas estimativas das reservas, incluídas no resultado do período, no qual a estimativa foi alterada e inclui a estimativa de reservas para sinistros avisados e não avisados.

As reservas de planos de previdência privada são estabelecidas de acordo com cálculos atuariais.

Certos produtos por nós oferecidos, como os contratos de investimento de previdência, em que os riscos de investimentos são por conta dos segurados, são considerados como contratos de investimento, de acordo com as exigências do SFAS 97, "Contabilização e Demonstração por Empresas de Seguros de Certos Contratos de Longa Duração e Realização de Ganhos e Perdas na Venda de Investimentos". Durante o período de acumulação dos contratos de investimento de previdência, em que os riscos de investimentos são por conta do segurado, os contratos são tratados como contratos de investimento. Durante a fase de anuidade, o contrato é tratado como um contrato de seguro com risco de mortalidade. Fundos relacionados com contratos de investimento de previdência, quando os riscos de investimento são por conta do segurado, o valor contábil é o próprio valor aplicado. Os valores contábeis não são determinados atuarialmente. Os valores contábeis são aumentados pelos depósitos recebidos e rendimentos creditados (baseados no contrato), e são reduzidos pelas retiradas e despesas administrativas cobradas do segurado.

(w) Provisões de sinistros não pagos e ajustes de sinistros

A provisão de sinistros não pagos e ajustes de sinistros representa o valor necessário para cobrir o custo final estimado da liquidação de sinistros relacionados a eventos que ocorreram antes ou na data das demonstrações financeiras. O passivo estimado inclui o valor necessário para pagamentos futuros de (a) sinistros avisados à seguradora, (b) sinistros relacionados a eventos segurados já ocorridos, mas não avisados à seguradora na data da estimativa do passivo, e (c) despesas com ajuste de sinistros. Essas despesas incluem os custos incorridos no processo de liquidação financeira dos sinistros, tais como: honorários de advogados; honorários de ajuste externos; e custos relacionados ao registro, processamento e ajuste de sinistros.

Durante o curso normal das nossas atividades de seguros, resseguramos uma parte do risco subscrito com o IRB Brasil Resseguros S.A., uma entidade de controle governamental que detém o monopólio do resseguro em Brasil. O contrato de resseguros permite a recuperação de parte das perdas através da resseguradora, embora não encerre nossa responsabilidade principal como seguradora direta dos riscos ressegurados. As operações de resseguros em 31 de dezembro de 2002 e 2003 totalizaram R\$39 e R\$35, respectivamente e estão incluídas na conta "outros ativos".

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

(x) Despesas de comercialização diferidas

Os custos relacionados e que variam pela emissão de novos contratos de seguros são diferidos até o ponto em que tais custos são considerados realizados de ganhos futuros.

Tais custos incluem, principalmente, comissões, custos de emissão de apólices de seguros e custos variáveis de funções de apoio e são amortizados no decorrer do prazo de vigência dos contratos na proporção do prêmio recebido. Os custos de aquisição diferidos são sujeitos a testes de realização ao final de cada período, caso não sejam realizáveis são reconhecidos como despesa.

(y) Provisão para férias

A provisão de férias de empregados é constituída mensalmente e é contabilizada como despesa à medida que o direito proporcional vai sendo auferido pelos empregados.

(z) Juros sobre o capital próprio

A partir de 1 de janeiro de 1996, as sociedades brasileiras estão autorizadas a distribuir juros sobre o capital próprio, dedutíveis para fins tributários. Para fins do U.S. GAAP, o valor dos juros é considerado como um dividendo, e portanto, é registrado a débito direto dos lucros acumulados nessas demonstrações financeiras. O respectivo benefício tributário é registrado na demonstração do resultado.

(aa) Tarifas de cartões de crédito

As tarifas de cartões de crédito, cobradas periodicamente dos detentores de cartão, são diferidas e reconhecidas em uma base linear durante o período que a tarifa dá direito ao detentor de usar o cartão.

(bb) Entidades Financeiras de Propósito Especial

A partir de 2003, a Companhia utiliza certos acordos financeiros para otimizar suas atividades de captação e administração de liquidez através de SPFs. Estas SPFs são geralmente financiadas com obrigações de longo prazo (Veja Nota 14(g)) e são liquidadas através de fluxos de caixa futuros dos ativos correspondentes. Esses ativos são basicamente (i) fluxos de ordens de pagamento atuais e futuros remetidos por pessoas físicas e jurídicas localizadas no exterior para beneficiários no Brasil pelos quais agimos como banco pagador e (ii) fluxos atuais e futuros de recebíveis de cartões de crédito oriundos de gastos realizados no território brasileiro por portadores de cartões de crédito emitidos fora do Brasil.

Em janeiro de 2003, o FASB emitiu a Interpretação No. 46 (“FIN 46”) “Consolidação de Entidades de Interesses Variáveis”, revisada em dezembro de 2003 (“FIN 46R”). A FIN 46R cria uma distinção entre as SPFs e as não SPFs (incluindo qualquer entidade cujas atividades estejam relacionadas principalmente às securitizações ou outras formas de financiamentos garantidos por ativos ou acordos de arrendamento de um único arrendatário) para fins de implementação da regra; sendo requerido o completo atendimento até o final do primeiro período a ser divulgado após 15 de março de 2004.

Em 31 de dezembro de 2003, consolidamos estas SPFs com base em literatura contábil aplicável antes da FIN 46R (EITF 90-15 - Impacto de Arrendadores Não Significativos, Valor Residual Garantido e Outras

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

Regras para Operações de Arrendamento e o Tópico no. D-14 - Transações que envolvem Entidades de Propósito Especial, ambos anulados pela FIN 46R a partir de 2004) considerando situações em que (i) detemos mais que 50% do capital com direito a voto (SFAS 94 “Consolidação de Todas as Subsidiárias com Participação Majoritária”) ou (ii) somos o beneficiário principal da entidade (sujeito à maior parte do risco de perda ou com direito a receber a maior parte dos retornos residuais).

Não esperamos que a FIN 46R tenha qualquer efeito já que ela se refere às SPFs existentes.

(cc) Práticas contábeis adotadas recentemente

Em junho de 2001, o FASB emitiu o SFAS 143, “Contabilização de Obrigações com a Baixa de Ativos”. Esse pronunciamento se aplica às obrigações legais associadas com a baixa contábil de ativos tangíveis de longa vida, decorrentes da aquisição, construção, desenvolvimento e/ou operações normais de um ativo de longa vida, exceto determinadas obrigações de arrendatários. Segundo o SFAS 143, o valor justo do passivo de uma obrigação com a baixa de ativo deve ser reconhecido no período no qual for incorrido, caso a estimativa do valor justo possa ser feita de forma razoável. Os respectivos custos da baixa do ativo são capitalizados como parte integral do valor contábil do ativo de longa vida e, subseqüentemente, alocados à conta de despesa ao longo da vida útil do ativo. Adotamos o SFAS 143 em 1 de janeiro de 2003. A adoção não ocasionou efeito significativo em nossa posição patrimonial e financeira ou no resultado das operações.

Em julho de 2002, o FASB emitiu o SFAS 146, “Contabilização de Custos Associados às Atividades de Baixa ou Saída”. Essa norma é válida para as atividades de baixa ou saída iniciadas após 31 de dezembro de 2002 e, em geral, determina que os custos associados às atividades de baixa ou saída (inclusive os custos relacionados às rescisões ou demissões involuntárias e custos com o término de contratos) devem ser reconhecidos no momento que forem incorridos e não na data do compromisso relativo ao plano de baixa ou saída. Especificamente, os custos associados às rescisões ou demissões involuntárias devem ser provisionados na data da notificação do aviso aos funcionários, considerando que o prazo entre a data da notificação e a data da rescisão ou demissão seja inferior a 60 dias ou ao prazo de notificação exigido por lei. Caso contrário, esses custos devem ser reconhecidos ao longo do período entre a notificação e o término. Os custos do término do contrato devem ser reconhecidos quando o contrato é encerrado legalmente ou quando os benefícios econômicos do contrato não mais se realizam. A adoção dessa norma não ocasionou impacto significativo em nossa posição patrimonial e financeira ou no resultado das operações.

Em novembro de 2002, o FASB emitiu a Interpretação No. 45, “Contabilização e Informações Obrigatórias por parte do Garantidor sobre as Garantias, incluindo Garantias Indiretas sobre Endividamento de Terceiros”. Essa Interpretação No. 45 que esclarece as diretrizes e informações obrigatórias publicadas anteriormente em relação às garantias, aumenta o volume de informações a serem apresentadas pelo garantidor nas suas demonstrações financeiras sobre nossas obrigações, conforme determinadas garantias e exige o reconhecimento pelo garantidor de um passivo pelo valor justo da obrigação assumida de acordo com a garantia.

As novas exigências referentes às informações a serem apresentadas estabelecidas pela Interpretação No. 45 entraram em vigor em 31 de dezembro de 2002 e incluem a divulgação da natureza da garantia, o valor potencial máximo de pagamentos futuros que poderíamos ter que efetuar, segundo a garantia, e o

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

valor atual do passivo, se existir, da obrigação do garantidor segundo a garantia. A nova contabilização é obrigatória para determinadas garantias emitidas ou alteradas após 31 de dezembro de 2002. A adoção dos critérios para registro e avaliação não ocasionaram impacto significativo em nossa posição patrimonial e financeira ou no resultado das operações. As garantias significativas dadas por nós encontram-se na Nota 22 (d).

Em julho de 2003, o FASB emitiu o SFAS 150, “Contabilização de Certos Instrumentos Financeiros com Características de Ambos Passivo e Patrimônio Líquido”. O SFAS 150 estabelece os critérios a serem seguidos pelo emissor na avaliação de determinados instrumentos financeiros com características tanto de passivo quanto de patrimônio líquido e na classificação dos mesmos dentro da sua posição patrimonial e financeira. De acordo com essa norma, o emissor deve classificar um instrumento financeiro que esteja dentro de sua abrangência como um passivo (ou ativo em determinadas circunstâncias) quando esse instrumento financeiro constitui uma obrigação do emissor. Essa norma é obrigatória para instrumentos financeiros contratados ou alterados após 31 de maio de 2003, entrando em vigor a partir de 1 de julho de 2003, e não ocasionou impacto significativo em nossa posição patrimonial e financeira ou no resultado das operações.

(dd) Pronunciamentos contábeis futuros

Em dezembro de 2003, o Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados (“AICPA”) emitiu o Pronunciamento 03-3, “Contabilização de Determinadas Operações de Crédito ou Títulos adquiridos por meio de Transferência.” O SOP 03-3 trata da contabilização das diferenças entre o fluxo de caixa contratado e previsto desde o investimento inicial do comprador em operações de crédito ou títulos adquiridos por meio de transferência, quando essas diferenças são atribuíveis, pelo menos em parte, à qualidade do crédito. Entre outras coisas, o SOP 03-3: (1) proíbe o reconhecimento do excesso de fluxo de caixa contratual em relação ao fluxo de caixa projetado como um ajuste de rentabilidade, provisão para desvalorização ou valorização no momento da compra; (2) determina que os aumentos posteriores no fluxo de caixa projetado sejam reconhecidos prospectivamente através do ajuste de rentabilidade; e (3) determina que as reduções posteriores no fluxo de caixa projetado sejam reconhecidas como uma deterioração de crédito. Adicionalmente, o SOP 03-3 proíbe a constituição de uma provisão de valorização, ou sua compensação em exercícios futuros, na contabilização inicial de todas as operações de crédito dentro de sua abrangência que são adquiridas por meio de transferência. O SOP 03-3 entra em vigor para operações de crédito ou títulos adquiridos em exercícios sociais que começam após 15 de dezembro de 2004. Adotaremos o SOP 03-3 no início do exercício social de 2005, e, atualmente, estamos avaliando o respectivo impacto potencial em nossa posição patrimonial e financeira e no resultado das operações.

Em 1 de junho de 2004, o EITF finalizou o tópico 03-01, o qual estabelece um novo guia para reconhecimento e apuração que deve ser aplicado para avaliação de perdas outras que não temporárias, a partir de exercícios sociais iniciados após 15 de junho de 2004. Adicionalmente, o tópico 03-01 requer divulgações quantitativas e qualitativas adicionais sobre investimentos registrados pelo método de custo para exercícios sociais findos após 15 de junho de 2004. Não esperamos um impacto material em nossa posição patrimonial e financeira ou no resultado das operações com a adoção dos novos requerimentos de reconhecimento e apuração .

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

3 Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil

- (a) Como outras instituições financeiras brasileiras, somos obrigados a depositar recursos no Banco Central do Brasil ou a comprar e manter títulos públicos brasileiros, na forma de depósito compulsório. Os depósitos compulsórios efetuados por nós são os seguintes:

	31 de dezembro de	
	2002	2003
Sem juros ⁽¹⁾	3.956	4.577
Com juros ⁽²⁾	8.564	9.003
Com juros ⁽³⁾	3.537	3.110
Total	16.057	16.690

(1) Depósitos à vista.

(2) Principalmente depósitos em poupança.

(3) Depósitos a prazo representados por títulos públicos brasileiros.

- (b) Os títulos públicos brasileiros vinculados a compulsório e contabilizados de acordo com o SFAS 115, eram os seguintes:

	Títulos e valores mobiliários de negociação		Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Custo amortizado.....	2.606	2.853	-	91	928	157
Ganhos brutos não realizados.....	26	16	-	1	-	-
Perdas brutas não realizadas	23	8	-	-	118	-
Valor justo	2.609	2.861	-	92	810	157
Saldo médio	1.886	2.412				

O custo amortizado e o valor de mercado dos títulos, por vencimento, eram os seguintes:

	31 de dezembro de			
	2002		2003	
	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado
Vencimento em até um ano.....	134	134	2.133	2.138
Vencimento de um até cinco anos.....	1.257	1.140	591	598
Vencimento de cinco até dez anos	1.868	1.845	-	-
Vencimento acima de dez anos	276	300	377	374
Total	3.535	3.419	3.101	3.110

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

4 Títulos e valores mobiliários de negociação

	Valor de mercado			
	31 de dezembro de		Saldo médio em	
	2002	2003	2002	2003
Títulos públicos brasileiros.....	6.920	11.389	4.443	7.111
Aplicações em quotas de fundos.....	15.415	22.929	14.548	16.635
Títulos emitidos por empresas financeiras	15	1.055	8	1.184
Títulos emitidos por empresas não-financeiras	67	985	36	1.103
Títulos brasileiros emitidos no exterior	13	220	7	248
Títulos públicos de governos estrangeiros.....	71	212	39	239
Total.....	22.501	36.790	19.081	26.520
Instrumentos financeiros derivativos.....	282	283	456	557
Total de títulos e valores mobiliários de negociação	22.783	37.073	19.537	27.077

Ganhos/perdas líquidos, não realizados, incluídos em títulos e valores mobiliários de negociação em 31 de dezembro de 2002 e 2003 foram de R\$208 e R\$334, respectivamente.

A variação líquida em ganhos (perdas) não realizados com títulos e valores mobiliários de negociação detidos nos exercícios até 31 de dezembro de 2001, 2002 e 2003, registrada em receitas não financeiras, totalizaram R\$(24), R\$(358) e R\$126, respectivamente.

Os títulos e valores mobiliários de negociação acima demonstrados incluem títulos vinculados a prestação de garantias, que montaram R\$1.464 e R\$1.403 em 31 de dezembro de 2002 e 2003, respectivamente.

As posições de derivativos apresentadas no quadro acima representam os valores de mercado da taxa de juros, câmbio e de produtos dos mercados de ações e commodities, incluindo contratos de futuros, a termo e de opção e contratos de "swaps" referentes às atividades de negociação de instrumentos financeiros derivativos do Bradesco.

Em 2002, nós reclassificamos títulos pelo valor justo de R\$4.375, de títulos e valores mobiliários de negociação para títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento. O montante reclassificado passou a representar o custo nessa categoria.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

5 Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, ao valor justo

	Custo amortizado	Ganhos brutos não realizados	Perdas brutas não realizadas	Valor de mercado
31 de dezembro de 2002				
Títulos públicos brasileiros	1.236	2	16	1.222
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior.....	143	-	-	143
Títulos emitidos por empresas não financeiras	858	-	9	849
Títulos emitidos por instituições financeiras	138	-	13	125
Ações em companhias abertas	2.003	497	73	2.427
Total	4.378	499	111	4.766
31 de dezembro de 2003				
Títulos públicos brasileiros	1.683	22	11	1.694
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior.....	1.140	124	-	1.264
Títulos emitidos por empresas não financeiras	1.048	40	2	1.086
Títulos emitidos por instituições financeiras	48	4	-	52
Ações em companhias abertas	1.246	852	-	2.098
Total	5.165	1.042	13	6.194

Durante 2001, 2002 e 2003, consideramos R\$229, R\$472 e R\$29 como perdas não temporárias, respectivamente.

Não identificamos perdas não temporárias para o saldo remanescente de perdas brutas não realizadas em 31 de dezembro de 2003.

Em 31 de dezembro de 2002 e 2003, não existiam títulos emitidos por um único grupo, ou um grupo de empresas relacionadas, cujos valores de mercado fossem superiores a 10% do patrimônio líquido.

Os ganhos e perdas brutos realizados em títulos são calculados, principalmente, com base no método de custo médio. Ganhos e perdas realizados nos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda são relacionados a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2001	2002	2003
Ganhos brutos	792	601	871
Perdas brutas	(420)	(639)	(133)
Ganhos (perdas) líquidos	372	(38)	738

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

O custo amortizado e o valor de mercado de valores mobiliários disponíveis para venda, por vencimento, foram os seguintes:

	31 de dezembro de			
	2002		2003	
	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado
Vencimento em até um ano	204	204	637	635
Vencimento de um até cinco anos	1.021	997	708	721
Vencimento de cinco até dez anos	758	744	2.273	2.328
Vencimento acima de dez anos	392	394	301	412
Vencimento indeterminado (quotas de fundos e ações em companhias abertas)	2.003	2.427	1.246	2.098
Total.....	4.378	4.766	5.165	6.194

Os títulos e valores mobiliários disponíveis para venda acima demonstrados incluem títulos vinculados a prestação de garantias, que montaram R\$4 em 31 de dezembro de 2003.

Em 2002, o montante de R\$60 foi reclassificado de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda para títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento e passou a representar o custo nessa categoria. Ganhos e perdas não realizados na data de transferência são amortizados até a data de vencimento dos títulos e valores mobiliários reclassificados.

6 Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento

O custo amortizado e o valor de mercado de valores mobiliários mantidos até o vencimento eram os seguintes:

	Custo amortizado	Ganhos não realizados brutos	Perdas não realizadas brutas	Valor de mercado
31 de dezembro de 2002				
Títulos públicos brasileiros.....	2.929	123	78	2.974
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior.....	1.072	-	325	747
Total.....	4.001	123	403	3.721
31 de dezembro de 2003				
Títulos públicos brasileiros.....	3.085	506	-	3.591
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior.....	180	39	-	219
Total.....	3.265	545	-	3.810

(Tradução livre do original em inglês preparado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

O custo amortizado e o valor de mercado de valores mobiliários mantidos até o vencimento, por vencimento, eram os seguintes:

	31 de dezembro de			
	2002		2003	
	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado
Vencimento em até um ano	26	25	299	300
Vencimento de um até cinco anos	445	394	958	1.045
Vencimento de cinco até dez anos	1.152	872	165	205
Vencimento acima de dez anos	2.378	2.430	1.843	2.260
Total	4.001	3.721	3.265	3.810

Os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento apresentados acima incluem títulos e valores mobiliários dados em garantia, os quais totalizavam R\$372 e R\$346 em 31 de dezembro de 2002 e 2003, com valor de mercado de R\$328 e R\$356, respectivamente, e com vencimento médio de até um ano.

Adicionalmente, os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, apresentados como aplicações em operações compromissadas nos montantes de R\$112 e R\$1.786 em 31 de dezembro de 2002 e 2003, com valor de mercado de R\$104 e R\$2.012, respectivamente, são representados, principalmente por títulos públicos federais emitidos no exterior (vencimentos entre 5 e 10 anos) e títulos públicos federais (vencimento médio de até um ano).

A tabela a seguir demonstra nossa carteira de títulos e valores mobiliários por moeda:

	31 de dezembro de			
	2002		2003	
	Custo amortizado	% Total	Custo amortizado	% Total
Moeda brasileira (reais).....	2.458	61%	2.718	83%
Indexados e denominados em moeda estrangeira	1.543	39	547	17
	4.001	100%	3.265	100%

A redução do saldo de títulos indexados e denominados em moeda estrangeira, substancialmente em dólares norte-americanos, refere-se à valorização de 18,2% (2002 - desvalorização de 52,3%) do real em relação ao dólar norte-americano em 2003.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

7 Operações de crédito

	31 de dezembro de	
	2002	2003
Comerciais:		
Industriais e outros.....	20.157	21.156
Financiamento à importação.....	1.291	673
Financiamento à exportação.....	7.863	8.375
Arrendamento mercantil.....	1.506	1.364
Financiamento para construção de imóveis	427	415
Pessoas físicas:		
Cheque especial.....	1.033	1.134
Empréstimos hipotecários residenciais	1.200	1.097
Outros financiamentos ⁽¹⁾	8.269	10.231
Cartão de crédito.....	1.164	1.373
Crédito rural.....	3.922	4.404
Empréstimos em moeda estrangeira	3.151	2.429
Créditos de curso anormal.....	2.341	2.144
Total	52.324	54.795

(1) Consistem basicamente em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

Os créditos de curso anormal são classificados conforme abaixo:

	31 de dezembro de			
	2002		2003	
	Créditos de curso anormal	Provisão para perdas dos créditos de curso anormal	Créditos de curso anormal	Provisão para perdas dos créditos de curso anormal
Comercial.....	936	658	806	613
Financiamento para construção de imóveis	45	37	32	25
Arrendamento mercantil.....	67	45	57	47
Pessoa física	1.251	940	1.207	914
Rural	31	26	38	32
Moeda estrangeira	11	8	4	3
Total	2.341	1.714	2.144	1.634

(Tradução livre do original em inglês preparado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

O impacto dos créditos de curso anormal sobre a receita de juros não foi significativo em qualquer um dos períodos apresentados. Nós não temos nenhum compromisso significativo para conceder crédito adicional a esses tomadores.

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2002	2003
Saldo médio dos créditos de curso anormal.....	2.282	2.172

Não houve contabilização de receita de juros no período no qual os créditos acima foram considerados como de curso anormal.

8 Provisão para perdas com operações de crédito

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2001	2002	2003
No início do exercício	2.345	2.941	3.455
Despesa com provisão para perdas com operações de crédito....	1.763	2.543	2.034
Créditos baixados contra provisão	(1.414)	(2.320)	(2.058)
Créditos recuperados	247	291	415
Créditos baixados líquidos	(1.167)	(2.029)	(1.643)
No encerramento do exercício.....	2.941	3.455	3.846

(Tradução livre do original em inglês preparado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

9 Investimentos em empresas não consolidadas e outros investimentos

Empresa	Percentual de participação direta		31 de dezembro de							
	31 de dezembro de 2003		2001		2002		2003			
	Total	Com direito a voto	Resultado da equivalência patrimonial	Valor contábil do investimento	Resultado da equivalência patrimonial	Patrimônio líquido da investida ⁽¹⁾	Lucro líquido (prejuízo) do período da investida ⁽¹⁾	Valor contábil do investimento	Resultado da equivalência patrimonial	
Áurea Seguros S.A	27,42%	27,42%	-	-	-	9	-	2	-	
American Bank Note Company										
Gráfica e Serviços Ltda.	22,50	22,50	-	16	-	112	40	25	9	
BES Investimentos do Brasil S.A.....	20,00	20,00	1	15	-	87	25	18	5	
BES Securities do Brasil S.A ⁽²⁾	-	-	-	-	3	-	-	-	-	
BUS Serviços de Telecomunicações S.A. ("BUS") ⁽³⁾	-	-	13	-	10	-	-	-	-	
Cia. Bras. de Meios de Pagamento -										
VISANET	39,71	39,71	37	53	51	96	45	38	18	
CPM Holding Ltd. ⁽⁴⁾	49,00	49,00	7	34	(29)	112	43	55	21	
Gibraltar Corretora de Seguros Ltda.....	48,99	48,99	(5)	-	(2)	-	(6)	-	(3)	
Latas de Alumínio S.A. - LATASA ⁽⁵⁾	-	-	56	232	119	-	-	-	16	
São Paulo Alpargatas S.A ⁽⁶⁾	-	-	3	59	6	-	-	-	-	
Serasa S.A	26,31	24,91	-	-	-	167	110	44	29	
Sete Quedas Empreendimentos										
Imobiliários e Participações Ltda.	35,71	35,71	-	23	-	62	-	22	-	
U.G.B. Participações Ltda.....	40,00%	40,00%	(3)	-	(8)	-	(88)	-	(35)	
Total dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.....			109	432	150			204	60	
Outros investimentos registrados pelo custo			-	118	-			91	-	
Total geral			109	550	150			295	60	

(1) Valor derivado das demonstrações financeiras de acordo com o Brazilian GAAP, ajustado ao U.S. GAAP, quando aplicável. Não existem restrições materiais sobre a capacidade de tais empresas em remeter recursos ao Bradesco. Além disso, não existem diferenças significativas entre o nosso investimento e nossa participação proporcional do patrimônio da investida.

(2) Em 2002, a BES Securities do Brasil S.A. foi incorporada ao capital da BES Investimentos do Brasil S.A.

(3) Companhia constituída para administrar os negócios de "outsourcing" de infra-estrutura de telecomunicações (Nota 25) e encerrada em outubro de 2002 (Nota 27).

(4) A CPM Holding Ltd. foi constituída, para receber a nossa participação na CPM - Comunicação, Processamento e Mecanismos de Automação Ltda. (veja Nota 27).

(5) O investimento na Latas de Alumínio S.A - LATASA foi alienado em 2003.

(6) O investimento na São Paulo Alpargatas S.A foi alienado em 2003.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

A tabela abaixo demonstra os dividendos, incluindo juros sobre capital próprio, recebidos dos investimentos acima.

Empresa	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2001	2002	2003
Companhia Brasileira de Meios de Pagamentos - Visanet.....	15	65	36
Latas de Alumínio S.A. - Latasa	2	16	38
Serasa S.A.....	-	-	6
American Bank Notes Company Gráfica e Serviços Ltda.	-	-	3
BES - Investimentos do Brasil S.A.	-	-	2
Total	17	81	85

Os investimentos acima não são negociados regularmente em nenhuma bolsa de valores.

10 Imobilizado de uso, líquido

	31 de dezembro de	
	2002	2003
Terrenos	714	523
Edificações.....	1.486	1.249
Móveis e equipamentos	1.541	1.695
Benfeitorias em imóveis de terceiros	278	354
Equipamentos de processamento de dados	1.331	1.409
Veículos.....	14	26
Outros.....	54	12
Equipamentos arrendados.....	890	1.176
Custo de desenvolvimento e aquisição de software.....	325	418
Menos: depreciação e amortização acumuladas	(3.640)	(3.756)
Total.....	2.993	3.106

Os encargos com depreciação e amortização montaram a R\$463, R\$459 e R\$744 nos exercícios de 2001, 2002 e 2003, respectivamente. O incremento dos encargos com depreciação e amortização durante 2003 estão relacionados a aquisição de equipamentos de processamento de dados, os quais estão sendo amortizados em até 3 anos.

Celebramos contratos de arrendamento mercantil, basicamente para equipamentos de processamento de dados, que são registrados como equipamentos arrendados no ativo imobilizado. Segundo esse método contábil, registra-se o crédito e a obrigação nas demonstrações financeiras e a depreciação do bem é calculada de acordo com nossa política normal de depreciação para ativos próprios.

Em 2002 e 2003, certas agências bancárias foram alienadas por meio de leilões públicos, como parte do processo de desmobilização. Esses compreenderam transações em dinheiro ou vendas financiadas pelo Banco.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

Ao mesmo tempo, as referidas agências nos foram alugadas com o propósito de continuarmos nossas atividades operacionais, sendo classificadas substancialmente como “leasing operacional”. Somente as vendas financiadas foram mantidas como ativo permanente, considerando a possibilidade de retomada no caso de inadimplência do comprador.

As obrigações futuras pelo pagamento de aluguéis vinculados aos financiamentos para os próximos 5 exercícios estão demonstradas a seguir:

Para o exercício a findar em 31 de dezembro de:	Despesas de aluguéis
2004	16
2005	16
2006	16
2007	16
2008	16
Total	80

11 Ativos Intangíveis

O valor contábil líquido dos ativos intangíveis com vida útil definida sujeitos à amortização, referente à carteira de clientes adquirida, foi de R\$1.778 e R\$1.740 em 31 de dezembro de 2002 e de 2003, respectivamente.

As mudanças no valor contábil líquido dos ativos intangíveis com vida útil definida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2002 e 2003, estão apresentadas conforme segue:

	Segmentos		
	Setor bancário	Seguros, previdência e capitalização	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2002	784	28	812
Adquirido durante o exercício	1.196	-	1.196
Amortizado durante o exercício	(226)	(4)	(230)
Saldo em 31 de dezembro de 2002	1.754	24	1.778
Adquirido durante o exercício	228	-	228
Amortizado durante o exercício	(262)	(4)	(266)
Saldo em 31 de dezembro de 2003	1.720	20	1.740

(Tradução livre do original em inglês preparado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

Os ativos intangíveis com vida útil definida sujeitos à amortização adquiridos durante o exercício estão demonstrados a seguir (veja Nota 1(b)):

	Segmento Alocado	
	Setor bancário	
	2002	2003
BBV Banco.....	-	103
Mercantil ⁽¹⁾	906	118
BEA ⁽¹⁾	60	7
Cidade.....	197	-
Outras ⁽²⁾	33	-
Total.....	1.196	228

(1) Aquisição de participação minoritária em 2003.

(2) Representados pelo Deutsche, Scopus, Luxembourg e Ford Leasing.

A tabela a seguir apresenta o valor contábil bruto e a amortização acumulada para ativos intangíveis com vida útil definida sujeitos à amortização:

	31 de dezembro de 2002		31 de dezembro de 2003	
	Valor Contábil Bruto	Amortização Acumulada	Valor Contábil Bruto	Amortização Acumulada
Carteira de clientes	2.247	469	2.475	735

A despesa com amortização foi de R\$115, R\$230 e R\$266 para 2001, 2002 e 2003, respectivamente.

As despesas estimadas com amortização para os próximos cinco exercícios são:

Para o exercício a findar em 31 de dezembro de	Despesas de amortização
2004	268
2005	268
2006	268
2007	240
2008	183
Total	1.227

Adicionalmente, durante 2002 efetuamos a amortização do deságio remanescente no montante de R\$29 (R\$27, líquidos do efeito tributário). A amortização total do deságio, líquido do efeito tributário, baixado em 2001 foi de R\$7. Portanto, o resultado antes da participação minoritária teria sido R\$2.281 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2001. Esses ajustes não geram impacto significativo na informação sobre os lucros por ação para os mesmos períodos.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

12 Outros ativos

	31 de dezembro de	
	2002	2003
Impostos diferidos, líquido (Nota 16).....	3.576	4.480
Impostos pagos antecipadamente	2.050	1.959
Bens não de uso próprio, líquido.....	257	194
Prêmios de seguros a receber.....	908	1.124
Depósitos judiciais relativos a questões tributárias e trabalhistas	1.110	1.483
Despesas pagas antecipadamente.....	290	396
Pagamento antecipado com o Banco Postal	164	136
Despesas de comercialização diferidas	201	234
Sistema financeiro da habitação	386	400
Securitização de recebíveis de cartões de crédito (Nota 14 (g)).....	-	634
Ativo de plano de pensão pago antecipadamente.....	28	32
Outros	1.330	2.128
Total	10.300	13.200

13 Obrigações por empréstimos de curto prazo

	31 de dezembro de	
	2002	2003
Financiamento à importação e exportação.....	7.741	6.034
"Commercial paper"	1.884	1.761
Outros	14	-
Total	9.639	7.795

Os financiamentos à importação e exportação representam linhas de crédito para financiamentos de importações e exportações concedidos a empresas brasileiras, geralmente expressas em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2003, as taxas de juros aplicáveis aos empréstimos de curto prazo estavam entre 1,21% e 5,69% ao ano para financiamentos à importação e exportação, 2,10% e 7,63% ao ano para "Commercial Paper". As taxas médias em 2002 e 2003 foram de 5,34% e 4,02% ao ano, respectivamente.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

14 Obrigações por empréstimos de longo prazo

	31 de dezembro de	
	2002	2003
Repasses de recursos internos.....	7.000	7.556
Euronotes	2.077	3.290
Dívida subordinada.....	3.322	4.995
Letras hipotecárias	369	1.017
Obrigações por arrendamento mercantil.....	443	449
Empréstimos em moeda estrangeira	127	180
Títulos emitidos por meio de securitização de ordens de pagamento e recebíveis de faturas de cartões de crédito (nota 14 (g)).....	-	2.599
Debêntures	51	7
Total	13.389	20.093

(a) Repasses de recursos internos

Os repasses de recursos internos representam recursos internos oriundos de agências no Brasil para empréstimos a empresas brasileiras, destinados à aplicação, basicamente, em imobilizado de uso. Esses empréstimos têm vencimentos mensais até 2025 e estão sujeitos a taxas de juros fixas entre 7,50% e 16,35% ao ano, mais juros variáveis com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (taxa de juros de longo prazo do Governo Federal, determinada trimestralmente, ou "TJLP") e Taxa Referencial de Juros (TR), respectivamente. Esses recursos são oriundos principalmente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME (o órgão nacional para financiamento industrial) na forma de linhas de crédito.

(b) Euronotes

Vencimento/Data	Moeda	Variação de taxa - %	Valor contábil de 31 de dezembro de	
			2002	2003
2003	US\$	3,02 - 12,75	1.353	-
2004	US\$	1,00 - 12,29	578	2.664
2004	Iene	2,16	-	83
2005	US\$	3,09 - 10,55	146	283
2006	US\$	4,38 - 11,53	-	260
Total			2.077	3.290

(c) Debêntures

Vencimento	Prazo original		Juros e ágios %	Valor contábil de 31 de dezembro de	
	em anos	Moeda		2002	2003
2003	1,4 - 2,3	R\$	CDI + 0,9	44	-
2004	2,4 - 2,5	R\$	CDI + 0,9	7	7
Total.....				51	7

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

(d) Dívida subordinada

Vencimento	Prazo original		Juros %	Valor contábil de 31 de dezembro de	
	em anos	Moeda		2002 ⁽¹⁾	2003 ⁽¹⁾
2008	7	R\$	CDI + 0,75	630	627
2011	10	US\$	10,25	524	418
2012	10	R\$	100% CDI - 102,5% CDI	1.688	2.089
2012	10	Iene	4,05	480	393
2013	10	US\$	8,75	-	1.468
Total				3.322	4.995

(1) Inclui dívidas subordinadas referentes às aquisições do Mercantil e Cidade, conforme Nota 1(b).

(e) Letras hipotecárias

As letras hipotecárias geralmente são emitidas com vencimentos entre um e três anos e rendem juros de TR mais juros entre 9,00% e 21,00% a.a.

(f) Empréstimos em moeda estrangeira

Vencimento	Moeda	Taxa - %	31 de dezembro de	
			2002	2003
2003	US\$	1,25 - 8,75	100	-
2004	US\$	1,00 - 8,75	-	164
2005	US\$	5,24	27	16
Total			127	180

(g) Títulos emitidos por meio de securitização das ordens de pagamento e dos recebíveis de cartões de crédito

Nós securitizamos fluxos de (i) ordens de pagamento atuais e futuros remetidos por pessoas físicas e jurídicas localizadas no exterior para beneficiários no Brasil pelos quais agimos como banco pagador e (ii) recebíveis de cartões de crédito oriundos de gastos realizados no território brasileiro por portadores de cartões de crédito emitidos fora do Brasil.

Os títulos de longo prazo emitidos pelas SPFs e vendidos a investidores serão liquidados com os recursos oriundos dos fluxos das ordens de pagamento e das faturas de cartão de crédito. Somos obrigados a resgatar as notas em casos específicos de inadimplência ou encerramento das operações das SPFs.

Os recursos provenientes da venda dos fluxos atuais e futuros de ordens de pagamento e recebíveis de cartões de crédito, recebidos pelas SPFs, devem ser mantidos em conta bancária específica até que seja atingido um determinado nível mínimo. Os montantes acumulados destinados ao pagamento dos juros e/ou do principal no total de R\$21, considerados como “Caixa Restrito”, estão classificados como “Caixa e contas correntes em bancos” em nosso balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2003.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

A tabela a seguir demonstra as principais características das notas emitidas pelas SPFs:

Ativo securitizado	Vencimento/Data	Moeda	Taxa - %	31 de dezembro de 2003
Ordens de pagamento.....	2010	US\$	0,68 + libor	578 ⁽¹⁾
Ordens de pagamento.....	2010	US\$	6,75	585
Recebíveis de cartão de crédito ...	2011	US\$	5,69	1.436 ⁽²⁾
Total				2.599

- (1) Se a SPF não cumprir com o pagamento dos juros acumulados e/ou do principal, o investidor tem o benefício de uma apólice de seguro de garantia financeira emitida por uma seguradora não ligada.
- (2) O percentual de 44,618488 do título emitido será pago através do fluxo futuro de faturas de cartão de crédito liquidadas e disponibilizadas pelo “Designated Bank”, segundo beneficiário da operação (Banco do Brasil). Dessa forma, como nós consolidamos a SPF em nossas demonstrações financeiras, nós contabilizamos R\$634 como “Securitização de recebíveis de cartões de crédito” em “Outros ativos” em 31 de dezembro de 2003.

(h) Vencimento dos empréstimos a longo prazo

	31 de dezembro de	
	2002	2003
Até 1 ano	4.381	6.211
De 1 a 2 anos	2.209	2.662
De 2 a 3 anos	1.343	1.584
De 3 a 4 anos	785	853
De 4 a 5 anos	493	942
Acima de 5 anos	4.178	7.841
Total	13.389	20.093

15 Outras obrigações

(a) Composição de outras obrigações

	31 de dezembro de	
	2002	2003
Impostos de renda.....	691	953
Provisão de sinistros não pagos e ajustes de sinistros	936	1.251
Provisão para operações de seguros e planos de previdência ..	7.492	8.618
Passivos contingentes (Nota 23(b)).....	3.413	3.940
Títulos de capitalização	1.595	1.854
Contratos de investimento em previdência	9.131	14.709
Plano de pensão - benefícios a empregados (Nota 26).....	112	103
Juros sobre capital próprio a pagar	648	874
Obrigações trabalhistas	527	601
Impostos (que não sobre o lucro).....	259	227
Carteira de câmbio, líquida.....	1.781	391
Arrecadação de impostos de terceiros.....	297	195
Negociação e intermediação de valores	480	118
Amortização do ganho na transação da BUS	254	158
Outros	4.210	5.268
Total	31.826	39.260

(Tradução livre do original em inglês preparado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

(b) Movimentação da provisão de sinistros não pagos e ajustes de sinistros

	31 de dezembro de		
	2001	2002	2003
Saldo no início do exercício	615	747	936
(-) Resseguros a receber ⁽¹⁾	(38)	(28)	(39)
Saldo líquido em 1 de janeiro	577	719	897
Constituições relacionadas:			
- ao ano corrente	3.182	3.547	4.209
- a anos anteriores	69	67	124
Total das constituições	3.251	3.614	4.333
Pagamentos relacionados:			
- ao ano corrente	2.963	3.255	3.721
- a anos anteriores	146	211	298
Total dos pagamentos	3.109	3.466	4.019
Combinações de negócios	-	30	5
Saldo líquido em 31 de dezembro	719	897	1.216
(+) Resseguros a receber ⁽¹⁾	28	39	35
Saldo no final do exercício	747	936	1.251

(1) Resseguros a recuperar estão sendo registrados como “Outros” em “Outros ativos”.

16 Imposto de renda e contribuição social

Nós e cada uma de nossas controladas apresentamos a declaração de impostos em separado para cada exercício. Os encargos tributários no Brasil sobre o lucro compreendem o imposto de renda federal (alíquota de 15% e um adicional de 10%) e a contribuição social, que é um tributo federal adicional. As alíquotas da tributação sobre o lucro, aplicáveis para cada período apresentado, são as seguintes:

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2001	2002	2003
Imposto de renda federal.....	25	25	25
Contribuição social.....	9	9	9
Alíquota total	34	34	34

(Tradução livre do original em inglês preparado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

Os valores apresentados como despesa de tributação sobre o lucro nas demonstrações financeiras consolidadas são reconciliados às alíquotas estatutárias como segue:

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2001	2002	2003
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.838	2.288	2.656
Ajuste: participação em lucros de empresas não consolidadas	(109)	(150)	(60)
Base ajustada	2.729	2.138	2.596
Despesa fiscal pela alíquota estatutária	(928)	(727)	(883)
Despesas e provisões não dedutíveis/(lucro tributável)	(29)	(33)	11
Dedutibilidade dos juros sobre capital próprio (pagos)	273	322	458
Encargo fiscal sobre juros sobre capital próprio (recebidos)	(8)	(3)	-
Ganho/(perda) cambial não tributável(dedutível) sobre investimentos no exterior	78	205	(165)
Reversão da provisão para não realização de ativos fiscais diferidos de anos anteriores	-	-	216
Efeitos das mudanças nas leis fiscais e nas alíquotas sobre imposto diferido	-	70 ⁽¹⁾	-
Outros	64	5	17
Despesa com imposto de renda	(550)	(161)	(346)

(1) Efeito da mudança de alíquota de 8% para 9%, após a aprovação em forma de Lei.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

Os principais componentes das contas de impostos diferidos no balanço patrimonial consolidado são os seguintes:

	31 de dezembro de	
	2002	2003
Provisões temporariamente não dedutíveis, principalmente provisão para perdas com operações de crédito	3.588	4.329
Prejuízos fiscais a compensar.....	579	694
Outras diferenças temporárias	458	361
Total bruto dos ativos fiscais diferidos	4.625	5.384
Provisão para não realização de ativos fiscais diferidos ⁽¹⁾	(279)	(118)
Total dos ativos fiscais diferidos	4.346	5.266
Efeito das diferenças entre índices utilizados para fins de correção monetária, para fins de impostos e para fins do U.S. GAAP, basicamente referente ao imobilizado de uso.....	87	64
Ganhos temporariamente não tributáveis, principalmente referentes a arrendamento mercantil	460	623
Outras diferenças temporárias	223	99
Total dos passivos fiscais diferidos	770	786
Ativos fiscais diferidos líquidos, incluídos em outros ativos (Nota 12).....	3.576	4.480

(1) Provisão para não realização de ativos fiscais diferidos relacionados a: (i) prejuízos fiscais (R\$144 - 2002 e R\$68 - 2003); (ii) provisões temporariamente não dedutíveis (R\$51 - 2002 e R\$37 - 2003); e (iii) amortização de ágio (R\$84 - 2002 e R\$13 - 2003).

Ativos fiscais diferidos líquidos incluem os prejuízos fiscais no Brasil, sem prazo prescricional, podendo ser compensados com resultados tributários futuros. A compensação de prejuízos fiscais está limitada a 30% do lucro real anual antes de impostos, apurado de acordo com o Brazilian GAAP.

17 Patrimônio Líquido

(a) Capital e direitos dos acionistas

(i) Capital

Em 17 de dezembro de 2003, o Conselho de Administração do Bradesco propôs o grupamento de ações na proporção de 10.000 ações para 1 ação da respectiva espécie, sendo aprovado pelos acionistas em 10 de março de 2004.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2003, o capital do Bradesco em circulação consistia de 79.836.526 ações ordinárias com direito a voto e 78.693.936 ações preferenciais sem direito a voto, sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas têm prioridade sobre as ações ordinárias no

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

reembolso do capital, em caso de liquidação, até o valor do capital representado por essas ações preferenciais, e o direito de receber um dividendo mínimo por ação 10% (dez por cento) superior ao dividendo distribuído por ação aos detentores de ações ordinárias. Todos os acionistas têm direito a receber, no total, um dividendo obrigatório de no mínimo 30% do lucro líquido anual do Bradesco, conforme apresentado nos registros contábeis estatutários, ajustado após apropriação às reservas. A Companhia não tem nenhuma obrigação a pagar permutável ou conversível em ações do capital. Como resultado, seu lucro diluído por ação não difere de seu lucro líquido por ação.

(ii) Ações em tesouraria

As ações em tesouraria são registradas ao custo, que equivale aproximadamente aos preços de mercado praticados na data da aquisição. O cancelamento das ações em tesouraria é contabilizado como uma redução de lucros acumulados não apropriados. As ações em tesouraria são adquiridas para posterior alienação ou cancelamento.

(iii) Capital integralizado adicional

O capital integralizado adicional consiste de ágio sobre a emissão inicial de ações, deduzida a capitalização desses valores.

(b) Apropriação dos lucros acumulados

Reservas estatutárias

Nos termos da Legislação Societária, o Bradesco e suas subsidiárias brasileiras devem destinar 5% de seus lucros líquidos anuais em moeda local, após absorver as perdas acumuladas, a uma reserva legal cuja distribuição está sujeita a certas limitações. A reserva pode ser usada para aumentar o capital ou absorver perdas, mas não pode ser distribuída na forma de dividendos.

(c) Lucros acumulados não apropriados

Qualquer lucro que restar após a distribuição de dividendos nos registros legais da Companhia e as apropriações às reservas legais será transferido à reserva para investimentos futuros. Essa reserva poderá ser distribuída na forma de dividendos, se houver a aprovação dos acionistas.

Consequentemente, a diferença entre os lucros acumulados constantes nas demonstrações financeiras segundo o U.S. GAAP e os apurados segundo o Brazilian GAAP representa o efeito de diferenças entre períodos, e somente poderá ser distribuída quando reconhecida segundo a Legislação Societária.

(d) Dividendos (inclusive juros sobre capital próprio)

Os dividendos são calculados sobre o lucro líquido, conforme determinado nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o Brazilian GAAP. Os dividendos são pagos em reais e podem ser convertidos em dólares norte-americanos e remetidos a acionistas no exterior, desde que a participação do acionista não residente seja registrada no Banco Central do Brasil.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

18 Receita de prestação de serviços

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2001	2002	2003
Administração de fundos.....	540	466	609
Cobrança.....	544	556	601
Cartões de crédito.....	288	327	349
Conta corrente.....	802	828	1.025
Recebimento de tributos.....	144	158	175
Tarifa interbancária.....	225	254	250
Operações de crédito.....	36	68	159
Outros.....	287	237	295
Total.....	2.866	2.894	3.463

19 Despesas administrativas

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2001	2002	2003
Comunicação.....	375	506	519
Transportes.....	230	285	359
Serviços de terceiros.....	589	732	825
Serviços do sistema financeiro.....	308	475	517
Propaganda e publicidade.....	197	242	273
Aluguéis.....	159	196	273
Manutenção e conservação de bens.....	186	212	235
Processamento de dados.....	207	215	267
Materiais.....	136	146	172
Água, energia e gás.....	74	89	114
Viagens.....	50	57	67
Outros.....	357	266	288
Total.....	2.868	3.421	3.909

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

20 Outras receitas e despesas, não financeiras

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2001	2002	2003
Outras receitas, não financeiras:			
Receita de aluguéis	26	35	29
Variação monetária e ganho cambial, líquidos	261	1.008	-
Recuperação de encargos e despesas	137	118	122
Outras	216	325	241
Total de outras receitas não financeiras	640	1.486	392
Outras despesas, não financeiras:			
Prejuízo na alienação de bens não de uso próprio, investimentos não consolidados e imobilizado de uso, líquido	184	183	(39)
Impostos sobre serviços, rendas e outros	739	795	989
Variação monetária e perda cambial, líquidos	-	-	182
Contingências ⁽¹⁾	98	113	153
Despesas de administração de fundos	82	32	30
Perdas com agências	217	113	135
Outras ⁽²⁾	156	347	863
Total de outras despesas não financeiras	1.476	1.583	2.313

(1) Não inclui os movimentos relacionados às contingências trabalhistas e outros encargos fiscais, registrados em contas específicas.

(2) Nenhum dos itens apresentados como "Outras" é individualmente significativo.

21 Valor justo dos instrumentos financeiros

De acordo com a SFAS 107 "Divulgação do Valor Justo de Instrumentos Financeiros", a divulgação do valor justo estimado dos instrumentos financeiros é obrigatória. O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma operação normal entre as partes interessadas e que não seja uma venda judicial ou de liquidação. A cotação de mercado, quando disponível, é adotada como estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros. Devido à inexistência de cotação de mercado para certos instrumentos financeiros do Bradesco, os valores justos foram calculados com base nas premissas da Administração, no valor, nos fluxos de caixa futuros e nas taxas de descontos estimadas. A metodologia de estimativa para classificações individuais dos instrumentos financeiros é apresentada com mais detalhes a seguir. Premissas distintas poderiam afetar de maneira significativa essas estimativas. Portanto, os valores líquidos de realização podem ser diferentes das estimativas apresentadas a seguir.

Além disso, os valores constituem apenas uma estimativa do valor de cada instrumento financeiro e não devem ser considerados como o valor justo da Companhia.

Caixa e equivalentes a caixa

Os saldos contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado nas rubricas caixa, contas correntes em bancos e aplicações financeiras de curto prazo, equivalem aproximadamente a seus valores justos. As

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

aplicações financeiras de curto prazo incluem: aplicações em depósitos interfinanceiros, depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil e aplicações em operações compromissadas, cujos vencimentos originais, em geral, têm prazos de 90 dias ou menos.

Ativos de negociação, inclusive derivativos e ativos disponíveis para venda

Esses ativos são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo estimado, principalmente com base na cotação de mercado, quando disponível, ou com base na cotação de instrumentos similares.

Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento

Os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado. Os valores justos são baseados em preços de mercado para títulos similares. Veja Nota 6 para detalhes do custo amortizado e do valor justo dos títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

Operações de crédito

Os valores justos foram estimados para grupos de operações de crédito similares com base no tipo de operação, qualidade de crédito e prazo de vencimento. O valor justo das operações prefixadas foi determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros que equivalem aproximadamente às nossas taxas de juros para novos contratos para operações similares. Nos casos em que a cotação de mercado estava disponível, o preço de mercado foi usado como estimativa do valor justo. Para a maioria das operações a taxas variáveis, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo. Nos casos de deterioração do crédito, os fluxos de caixa estimados para operações a taxas fixas e variáveis foram reduzidos de modo a incorporar as perdas estimadas.

O valor justo relativo a operações de crédito de curso normal é calculado através do desconto dos fluxos de caixa do principal e dos juros programados até o vencimento, adotando as taxas de desconto do mercado e as curvas de rentabilidade que refletem o risco de crédito e taxa de juros inerente a cada modalidade de operação na data do encerramento de cada período apresentado.

Os valores justos para as operações de crédito de curso anormal são calculados através do desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando uma taxa compatível com o risco associado aos fluxos de caixa estimados, à taxa de cotação da operação, quando disponível, ou ao valor da respectiva garantia. As premissas referentes aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com base nas informações disponíveis no mercado e dados específicos sobre o tomador.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

O quadro abaixo demonstra os valores contábeis e valores justos estimados para as operações de crédito, excluindo os contratos de arrendamento mercantil:

	31 de dezembro de			
	2002		2003	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Comercial:				
Industriais e outros	20.157	20.045	21.156	21.162
Financiamento à importação	1.291	1.291	673	673
Financiamento à exportação	7.863	7.770	8.375	8.446
Construção de imóveis	427	427	415	415
Pessoas físicas:				
Cheque especial.....	1.033	1.033	1.134	1.134
Empréstimos hipotecários residenciais	1.200	1.200	1.097	1.097
Outros financiamentos ⁽¹⁾	8.269	8.261	10.231	10.616
Cartão de crédito	1.164	1.164	1.373	1.373
Crédito rural.....	3.922	3.924	4.404	4.406
Empréstimos em moeda estrangeira.....	3.151	3.145	2.429	2.432
Créditos de curso anormal.....	2.341	627	2.144	510
Total de operações de crédito, exceto contratos de arrendamento mercantil.....	50.818	48.887	53.431	52.264

(1) Consistem basicamente em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

Depósitos

O valor justo dos depósitos a taxas fixas com vencimentos preestabelecidos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos prazos de vencimento são similares. Para os depósitos a taxas variáveis, o valor justo foi considerado aproximadamente equivalente ao valor contábil.

O quadro a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos estimados para as captações:

	31 de dezembro de			
	2002		2003	
	Valor Contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Depósitos de clientes:				
À vista	13.374	13.374	12.912	12.912
De poupança.....	20.731	20.731	22.140	22.140
A prazo	22.202	22.192	22.944	22.962
Depósito interfinanceiros	26	26	31	31
Total de depósitos	56.333	56.323	58.027	58.045

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

Obrigações por empréstimos de curto prazo

Os valores contábeis de captações no mercado aberto, "Commercial Paper" e financiamento à importação e exportação e outras obrigações por empréstimos de curto prazo equivalem aproximadamente aos valores contábeis desses instrumentos.

Obrigações por empréstimos de longo prazo

Os valores justos de obrigações por empréstimo de longo prazo foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado, que aplica as taxas de juros oferecidas no mercado a obrigações cujos vencimentos e prazos são similares.

O quadro a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos estimados para as obrigações por empréstimos de longo prazo:

	31 de dezembro de			
	2002		2003	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Repasse de recursos internos.....	7.000	6.969	7.556	7.734
Euronotes.....	2.077	2.063	3.290	3.312
Dívida subordinada.....	3.322	2.990	4.995	5.287
Letras hipotecárias.....	369	369	1.017	1.031
Obrigações por arrendamento mercantil.....	443	443	449	449
Empréstimos em moeda estrangeira.....	127	129	180	180
Títulos emitidos por meio de securitização de ordens de pagamento e recebíveis de faturas de cartões de crédito.....	-	-	2.599	2.612
Debêntures.....	51	51	7	7
Total.....	13.389	13.014	20.093	20.612

Instrumentos financeiros não incluídos no balanço patrimonial

Estimamos o valor de mercado dos compromissos para concessão de crédito com base nas comissões atualmente cobradas na contratação de operações similares, considerando os prazos restantes dos contratos e a atual qualidade de crédito dos contratados. Estima-se o valor de mercado das linhas de crédito abertas e das cartas de crédito comercial com base nas comissões atualmente cobradas em contratações similares ou no custo estimado para rescindir os contratos ou, de outra maneira, liquidar as obrigações junto às contrapartes. O valor justo dos derivativos está incluído em títulos e valores mobiliários de alta liquidez. Veja a Nota 22 sobre o valor nominal, o valor justo estimado e valor referencial dos instrumentos derivativos não incluídos no balanço patrimonial.

22 Instrumentos financeiros não incluídos no balanço patrimonial

(a) Riscos e Administração de Riscos

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros, decorrentes de negócios da Companhia e de nossas controladas são: risco de crédito; risco de mercado e de liquidez. A administração desses riscos é

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

um processo que envolve diferentes níveis de nossa Organização e abrange uma gama de políticas e estratégias. As políticas de administração desses riscos são, em geral, conservadoras, procurando limitar o prejuízo absoluto ao mínimo.

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco decorrente da possibilidade de perda devido ao não recebimento de contrapartes ou de credores de valores contratados. O gerenciamento de risco de crédito exige alto grau de disciplina e controle das análises e das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. Nossa Política de Crédito objetiva a segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos, agilidade e rentabilidade nos negócios, minimizando os riscos inerentes a qualquer operação de crédito, bem como orienta sobre a fixação de limites operacionais e/ou a concessão de operações de crédito da Organização. Para a execução da Política de Crédito, assumem papel fundamental o Departamento de Crédito e os Comitês localizados na Matriz, que deliberam negócios acima da alçada das Agências e, com isso, acompanham essa atividade essencial. Os negócios são diversificados e destinados a pessoas físicas e jurídicas que demonstrem capacidade de pagamento e idoneidade, e nossas operações são tipicamente amparadas com garantias que são condizentes aos riscos assumidos, considerando as finalidades e os prazos dos créditos concedidos. Objetivando amparar e agilizar todo o processo de crédito, além de analisar e de emitir pareceres, foram desenvolvidos e continuam sendo constantemente aprimorados sistemas informatizados de suporte à decisão de crédito. A análise das operações de menor valor são realizadas por sistemas de classificação de crédito “*Credit Scoring*”.

Risco de Mercado

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda devido à oscilação de taxas referentes aos descasamentos de prazos, moedas e indexadores de nossa carteira. Nossa política, em termos de exposição a riscos de mercado, procura ser conservadora, sendo o cumprimento dos limites de VAR (Value at Risk) definido pela alta Administração e acompanhado diariamente por área independente à gestão das carteiras. Os modelos usam volatilidades e correlações que são calculadas usando bases estatísticas. Estes modelos são usados em processos aplicados prospectivamente, de acordo com estudos econômicos. A metodologia aplicada, assim como os modelos estatísticos existentes, são validados diariamente utilizando-se técnicas de avaliação histórica “backtesting”.

Além disso, é feita diariamente uma análise de sensibilidade das posições “Gap Analysis”, que mede o efeito na carteira do movimento da curva da taxa de juros interna, como também da curva do cupom cambial (diferencial de juros pago acima da variação cambial). Complementando a estrutura de acompanhamento, controle e gestão de riscos de mercado, seguindo a regulamentação do Banco Central, é feita a aferição diária do valor em risco das posições pré-fixadas e cambiais de nossa carteira total, assim como da exigência de capital resultante. Nossa análise cobre todos os nossos ativos e obrigações financeiras detidas em tesouraria, inclusive nossos instrumentos financeiros de derivativos.

Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez tem por objetivo controlar o risco relativo aos diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de nossos direitos e obrigações. O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para habilitar a Organização a liquidar as operações em tempo hábil e de forma segura.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

No Bradesco, a administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, havendo permanente avaliação das posições assumidas.

(b) Derivativos

Nós participamos de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com diversos clientes, os quais se destinam a reduzir nossa exposição global a risco, bem como administrar a exposição a risco de nossos clientes. Esses derivativos são resumidos a seguir:

	Valores referenciais	
	31 de dezembro de	
	2002	2003
Contratos futuros a taxas de juros:		
Compras	946	1.959
Vendas	2.492	5.362
Contratos futuros em moeda estrangeira:		
Compras	4.961	10.348
Vendas	1.197	12.274
Contratos de opções sobre taxas de juros:		
Vendas	21	-
Contratos de opções em moeda estrangeira:		
Compras	-	4
Vendas	-	148
Contratos a termo sobre taxas de juros:		
Compras	305	5
Vendas	95	-
Contratos a termo em moeda estrangeira:		
Compras	123	24
Vendas	157	994
Contratos de "Swaps":		
"Swaps" de taxa de juros	6.859	5.652
"Swaps" de moeda	2.714	4.509

Contratos de "swap" de taxa de juros, de moeda e taxas cruzadas de moeda e juros são contratos nos quais uma série de fluxos de caixa de uma única moeda ou pagamentos de juros ou de principal em duas moedas diferentes são trocados por um período contratual. O valor nominal constitui a base pela qual os fluxos de caixa são estabelecidos. Os riscos associados com os contratos de "swap" se referem à impossibilidade ou não disposição em potencial das contrapartes de cumprir os termos contratuais e ao risco associado a mudanças nas condições de mercado devido a variações nas taxas de juros e na taxa de câmbio das moedas. A exposição de crédito total associada aos "swaps" de taxa de juros e de moeda totalizou R\$258 e R\$254 em 31 de dezembro de 2002 e 2003, respectivamente.

Os contratos de futuros de taxa de juros e de moeda e os contratos a termo de taxa de juros visam à entrega posterior de um instrumento a um preço ou uma rentabilidade específicos. Os valores de referência constituem o valor nominal do respectivo instrumento cujas variações de preço são liquidadas diariamente. O risco de crédito associado com os contratos de futuros é minimizado devido a essas liquidações diárias. Os contratos de futuros também estão sujeitos ao risco das variações nas taxas de

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

juros ou no valor dos respectivos instrumentos. A exposição de crédito total associada a contratos de taxa de juros a termo era de R\$24 e R\$28 em 31 de dezembro de 2002 e 2003, respectivamente.

O valor contábil, e também o valor justo, de todos os derivativos mencionados acima ou incluídos no item “Títulos e valores mobiliários de negociação” é resumido na Nota 4.

(c) Linhas de crédito registradas em contas de compensação

Como parte de nossas operações de crédito, nós participamos de operações com nossos clientes envolvendo vários instrumentos de crédito registrados em contas de compensação, que são resumidos a seguir:

	Valores contratuais	
	31 de dezembro de	
	2002	2003
Compromissos de abertura de crédito e cartão de crédito	15.899	18.307
Garantias financeiras	4.943	6.948
Outras cartas de crédito.....	91	174

As linhas de crédito não utilizadas, incluindo cartões de crédito, são contratos de concessão de crédito por um prazo determinado e por taxas variáveis a um cliente que cumpriu as condições contratuais estabelecidas. As garantias são compromissos condicionais oferecidos por nós para garantir que um cliente cumpra às cláusulas contratuais de um empréstimo com terceiros.

O risco de crédito potencial máximo dos compromissos de avais e fianças e cartas de crédito equívale aos valores contratuais apresentados acima na hipótese de não cumprimento do contrato pelo contratante. Geralmente, esses contratos vencem sem serem utilizados, portanto, os valores contratuais não indicam a exposição a risco real de crédito ou as necessidades de fluxos financeiros futuros para esses compromissos. Dessa forma, o valor justo da obrigação assumida quando da emissão da garantia é, normalmente, equivalente ao valor presente líquido do valor futuro das taxas recebíveis previstas no contrato. Para diminuir o risco de crédito, nós podemos requerer ao contratado a entregar como garantia, recursos de caixa, valores mobiliários ou outros bens para caucionar a abertura de crédito, semelhantes à caução exigida para as nossas operações de crédito.

(d) Garantias financeiras

Segue um resumo do valor contábil das garantias financeiras e outras cartas de crédito mencionadas acima, de acordo com o FIN 45:

	31 de dezembro de			
	2002		2003	
	Desembolso máximo/ valores referenciais	Valor contábil	Desembolso máximo/ valores referenciais	Valor contábil
Garantias financeiras	4.943	13	6.948	29
Outras cartas de crédito.....	91	3	174	3

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

O valor contábil inclui valores diferidos a serem reconhecidos no resultado durante o período do contrato e os valores provisionados para perdas inerentes de acordo com o SFAS 5, "Contabilização de Contingências".

Em conjunto com a emissão de títulos para investidores, nós podemos entrar em acordos contratuais com terceiros que podem requerer que façamos um pagamento no caso de uma alteração na legislação tributária ou no caso de uma interpretação contrária da legislação tributária.

As cartas de comprometimento de crédito são emitidas, principalmente, para avaliar acordos públicos e privados de emissão de dívida incluindo *commercial papers*, financiamentos de títulos e transações similares. As cartas de comprometimento de crédito estão sujeitas à avaliação de crédito do cliente por parte da administração.

As cartas de crédito são compromissos emitidos por nós para garantir a performance de um cliente a um terceiro. Emitimos cartas comerciais de crédito para viabilizar as transações de comércio exterior. Esses instrumentos são compromissos de curto prazo para pagar um beneficiário de terceiro sob certas condições contratuais pelo embarque de produtos. Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito assim como outras concessões de crédito.

23 Obrigações e Contingências

(a) Ativos administrados

Nós administramos diversos fundos de investimentos e carteiras de clientes oferecidas a investidores institucionais e ao público em geral. Esses fundos e carteiras não são incluídos no nosso balanço patrimonial consolidado. Em geral, as taxas são cobradas mensalmente, representando aproximadamente 0,6% ao ano sobre o valor de mercado dos fundos administrados e carteiras. O total de ativos administrados, em 31 de dezembro de 2002 e 2003, foram de R\$45.100 e R\$72.494 em fundos de investimento, respectivamente e R\$9.159 e R\$9.033 em carteiras de clientes, respectivamente.

(b) Contingências

No curso normal dos negócios, estamos envolvidos em vários processos legais inerentes aos nossos negócios.

Nós estamos sujeitos a questionamentos das autoridades fiscais com relação à montantes de impostos devidos. Esses questionamentos podem alterar a competência ou o montante de receita tributável ou deduções, ou a distribuição de receita entre as jurisdições fiscais. As perdas prováveis reconhecidas em nossas demonstrações financeiras consolidadas estão relacionadas às questões de litígio relativas (i) aos ajustes da inflação e (ii) à legalidade de determinados impostos e contribuições.

As questões remanescentes de litígios, considerados como possíveis de acordo com o nosso julgamento baseado nas informações disponíveis sobre as causas, estão relacionadas a autos de infração no montante de R\$124 e nós acreditamos que estejam inconsistentes com a legislação vigente, e dessa forma, não estão registrados em nossas demonstrações financeiras consolidadas. Não se espera que a resolução dessas questões tenha um impacto significativo em nossa posição financeira ou nos resultados das operações.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

Assim como muitos outros bancos brasileiros, somos réus em diversos processos trabalhistas movidos por empregados, relacionados à questões salariais e indenização para empregados que foram demitidos, em consequência das aquisições recentes de instituições financeiras e da sua integração em nossa estrutura. A administração continuamente monitora e avalia o impacto dos acontecimentos e de circunstâncias atuais nas estimativas e premissas usadas no reconhecimento de perdas prováveis.

Nós enfrentamos também questões cíveis, que consistem basicamente de reclamações por danos, tais como (i) cobrança sobre instrumentos financeiros não pagos, (ii) cheques sem fundo (iii) relatar informações de crédito incorretas às entidades de análise de crédito; nenhuma delas é individualmente significativa.

As questões cíveis e os processos trabalhistas remanescentes estão sujeitos à muitas incertezas e o resultado de questões individuais não pode ser estimado com segurança. Embora a decisão final de algumas questões possa ter um efeito significativo nos resultados operacionais consolidados em determinado exercício nós acreditamos que não deva afetar significativamente nossa posição financeira consolidada.

A movimentação na provisão nos exercícios foram as seguintes:

Provisão Fiscal	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2001	2002	2003
No início dos exercícios.....	1.909	2.203	2.511
Combinações de negócios.....	-	154	51
Atualização monetária	178	165	238
Constituições	172	230	137
Reversões	(49)	(63)	(102)
Pagamentos	(7)	(178)	(44)
No final dos exercícios	2.203	2.511	2.791

Provisão Trabalhista	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2001	2002	2003
No início dos exercícios.....	478	434	608
Combinações de negócios.....	-	63	195
Constituições	212	382	278
Reversões	(29)	(60)	(20)
Pagamentos	(227)	(211)	(245)
No final dos exercícios	434	608	816

Provisão Cível	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2001	2002	2003
No início dos exercícios.....	173	221	294
Combinações de negócios.....	-	22	32
Constituições	58	75	61
Reversões	(8)	(7)	(12)
Pagamentos	(2)	(17)	(42)
No final dos exercícios	221	294	333
Total geral das provisões.....	2.858	3.413	3.940

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

24 Aspectos Regulamentares

Estamos sujeitos à regulamentação do Banco Central, que publica diversas normas referentes às políticas de câmbio e de crédito para instituições financeiras que operam no Brasil. Além disso, a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP emite regulamentação que produz efeitos sobre nossas operações de seguros.

O Banco Central estabelece o valor mínimo de capital obrigatório, os limites de crédito, o valor dos depósitos compulsórios, e também obriga os bancos a cumprir com uma norma semelhante ao Acordo da Basileia, no que diz respeito à adequação de capital.

O Banco está sujeito à regulamentação do Banco Central, que emite instruções e orientações relativas às políticas de crédito e monetária para as instituições financeiras que operam no Brasil. O Banco Central também determina exigências mínimas de capital, limites de ativos permanentes, limites de concessão de crédito, práticas contábeis e exigências de depósitos compulsórios e exige que os bancos cumpram com os regulamentos baseados no Acordo de Basileia no que se refere à adequação de capital. Além disso, a SUSEP emite regulamentos que afetam nossas operações de seguros, planos de previdência e capitalização.

O Acordo de Basileia exige que os bancos tenham um índice de capital em relação ao ativo ponderado de risco de no mínimo 8%. Pelo menos a metade do capital total deve consistir de Capital “Nível I”. O Capital “Nível I”, ou capital essencial, inclui o capital acionário menos certos intangíveis. O Capital “Nível II” inclui, sujeito a certas limitações, as reservas de reavaliação de ativos, as provisões para perdas com operações de crédito e a dívida subordinada, e é limitado ao valor do Capital “Nível I”. Entretanto, os regulamentos bancários brasileiros: (i) exigem um índice de capital mínimo de 11%; (ii) não permitem que as provisões para perdas com operações de crédito sejam consideradas como Capital; (iii) especificam diferentes categorias de ponderação de risco; e (iv) impõem uma dedução do Capital correspondente ao eventual excesso nos ativos permanentes sobre os limites impostos pelo Banco Central.

A tabela a seguir apresenta nossos índices de capital requeridos (em percentagens), de acordo com as informações financeiras em Brazilian GAAP.

	31 de dezembro de		
	2001	2002	2003
De acordo com o Acordo de Basileia, aplicável ao Brasil.....			
Capital “Nível I”	12,53%	12,20%	12,73%
Capital “Nível II”	1,26	3,59	4,49
Capital Total	13,79	15,79	17,22
Mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.....	11,00%	11,00%	11,00%

Atualmente, o Banco Central não estabelece um limite para o valor dos dividendos que podem ser pagos, dentro dos limites de capital estabelecidos acima. Em todas as datas de apresentação, nós estávamos em conformidade com todos os limites de capital estabelecidos pelo Banco Central.

25 Informações por Segmento

Nós operamos principalmente no setor bancário de seguros, previdência complementar e capitalização. Nossas operações bancárias incluem atividades nos setores de varejo e “corporate”, arrendamento

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

mercantil, operações bancárias internacionais, operações como banco de investimentos e como "private bank". Realizamos nossas operações no setor bancário através de nossas próprias unidades localizadas no País, nas agências no exterior e através de nossas empresas controladas, bem como por meio de nossas participações em outras empresas. Além disso, nós exercemos atividades de seguros, previdência complementar e capitalização através de nossa subsidiária, a Bradesco Seguros S.A. e suas controladas.

As informações a seguir sobre segmentos foram preparadas baseadas em relatórios da alta administração para avaliar desempenho e tomar decisões referentes a alocação de recursos para investimentos e outros fins. Nossa alta administração usa uma variedade de informações, incluindo financeiras e não financeiras, medidas em bases diferentes. Conforme SFAS 131 "Divulgações sobre Segmentos de uma Entidade e Informações Relacionadas", a informação incluída abaixo foi montada daquela preparada numa base mais consistente com aquela usada para medir valores, conforme o Brazilian GAAP.

As principais premissas do segmento para receitas e despesas incluem: (i) os excessos de caixa mantidos pelo segmento de seguros, previdência complementar e de capitalização que são incluídos nesse segmento, resultando em um aumento da receita líquida de juros; (ii) salários e benefícios e os custos administrativos incluídos dentro do segmento de seguros, planos de pensão e de capitalização que consistem somente de custos relacionados diretamente com essas operações; e (iii) os custos incorridos no segmento de operações bancárias relacionados com a infra-estrutura da rede de agências e outras despesas gerais indiretas que não estão alocados.

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2001			
	Setor bancário	Seguros, previdência e capitalização	Outras operações, ajustes, reclassificações e eliminações	Consolidado U.S. GAAP
Receitas financeiras.....	16.660	1.976	16	18.652
Despesas financeiras.....	(9.310)	-	151	(9.159)
Receitas financeiras, líquidas.....	7.350	1.976	167	9.493
Provisão para perdas com operações de crédito.....	(1.763)	-	-	(1.763)
Prêmios de seguros.....	-	4.616	330	4.946
Planos de previdência	-	3.409	(2.696)	713
Títulos de capitalização.....	-	933	(933)	-
Resultado de participações em empresas não consolidadas	126	97	(114)	109
Outras receitas	3.233	732	(127)	3.838
Salários e benefícios.....	(3.102)	(309)	82	(3.329)
Despesas administrativas.....	(2.490)	(388)	10	(2.868)
Sinistros de seguros.....	-	(3.995)	744	(3.251)
Variações de provisões de seguros, previdência, títulos de capitalização e contratos de investimento de previdência.....	-	(3.492)	1.645	(1.847)
Despesas de planos de previdência.....	-	(1.369)	910	(459)
Despesas de comercialização de planos de seguro e previdência..	-	(694)	4	(690)
Outras despesas	(1.475)	(422)	(157)	(2.054)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias	1.879	1.094	(135)	2.838
Ativo Total	94.104	18.172	(3.981)	108.295

(Tradução livre do original em inglês preparado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2002				
	Setor bancário	Seguros, previdência e capitalização	Outras operações, ajustes, reclassificações e eliminações	Consolidado U.S. GAAP
Receitas financeiras.....	25.349	3.021	24	28.394
Despesas financeiras.....	(14.979)	-	52	(14.927)
Receitas financeiras, líquidas.....	10.370	3.021	76	13.467
Provisão para perdas com operações de crédito.....	(2.543)	-	-	(2.543)
Prêmios de seguros.....	-	6.761	(1.453)	5.308
Planos de previdência	-	2.352	(2.331)	21
Títulos de capitalização	-	1.020	(1.020)	-
Resultado de participações em empresas não consolidadas	126	43	(19)	150
Outras receitas	2.511	499	(526)	2.484
Salários e benefícios.....	(3.666)	(335)	9	(3.992)
Despesas administrativas.....	(3.000)	(464)	43	(3.421)
Sinistros de seguros.....	-	(4.335)	721	(3.614)
Variações de provisões de seguros, previdência, títulos de capitalização e contratos de investimento de previdência.....	-	(5.026)	2.765	(2.261)
Despesas de planos de previdência.....	-	(1.689)	1.319	(370)
Despesas de comercialização de planos de seguro e previdência..	-	(669)	-	(669)
Outras despesas	(2.408)	(157)	293	(2.272)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias	1.390	1.021	(123)	2.288
Ativo Total	109.227	23.635	(2.987)	129.875
Exercício findo em 31 de dezembro de 2003				
	Setor Bancário	Seguros, previdência e capitalização	Outras operações, ajustes, reclassificações e eliminações	Consolidado U.S. GAAP
Receitas financeiras.....	19.773	4.959	(16)	24.716
Despesas financeiras.....	(10.015)	-	298	(9.717)
Receitas financeiras, líquidas.....	9.758	4.959	282	14.999
Provisão para perdas com operações de crédito.....	(2.034)	-	-	(2.034)
Prêmios de seguros.....	-	9.169	(3.020)	6.149
Planos de previdência	-	2.166	(2.102)	64
Títulos de capitalização	-	1.156	(1.156)	-
Resultado de participações em empresas não consolidadas	65	27	(32)	60
Outras receitas	4.797	714	(675)	4.836
Salários e benefícios.....	(4.202)	(462)	(13)	(4.677)
Despesas administrativas.....	(3.656)	(487)	234	(3.909)
Sinistros de seguros.....	-	(5.278)	945	(4.333)
Variações de provisões de seguros, previdência, títulos de capitalização e contratos de investimento de previdência.....	-	(6.931)	3.154	(3.777)
Despesas de planos de previdência.....	-	(2.791)	2.154	(637)
Despesas de comercialização de planos de seguro e previdência.	-	(762)	-	(762)
Outras despesas	(3.103)	(433)	213	(3.323)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias	1.625	1.047	(16)	2.656
Ativo Total	137.628	32.456	(3.754)	166.330

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

Ajustes para fins de U.S. GAAP referem-se principalmente:

- Despesas financeiras: contabilizações de leasing financeiro;
- Resultado de participações em empresas não consolidadas: eliminação de contabilizações por equivalência em investimentos, em que temos menos que 20% das ações votantes e eliminação em 2000 do lucro na venda da infra-estrutura de telecomunicações;
- Outras receitas: ajustes de ganho/perda na venda de títulos disponíveis para venda;
- Amortização de ganhos e despesas, respectivamente, nas operações da BUS e do Banco Postal;
- Salários e benefícios: contabilização de planos de pensão de benefício definido;
- Apropriação do lucro na venda de agências atreladas a contratos de aluguéis; e
- Outras despesas: ajustes de valor justo, ágio e deságio na compra de entidades.

As operações do Bradesco são principalmente realizadas no País. Além disso, em 31 de dezembro de 2003, o Bradesco possuía uma agência em Nova York, quatro agências em Grand Cayman e duas em Nassau, nas Bahamas, principalmente para complementar seus serviços bancários e de assessoria relativos às atividades de importação e exportação a clientes brasileiros.

26 Planos de previdência complementar

Nós mantemos planos de benefícios definidos, que complementam as aposentadorias pagas pelo INSS do Governo Brasileiro aos nossos empregados e de nossas subsidiárias no país. Os planos de previdência foram estabelecidos unicamente para beneficiar empregados e administradores elegíveis e seus ativos são mantidos segregados do Bradesco. Nosso plano para o exercício findo em 31 de dezembro de 2000 incluiu o plano de benefício definido do Boavista, em consequência da aquisição do Boavista em 18 de outubro de 2000. Em 2001, aos participantes do plano de benefício definido do “Bradesco” foi oferecida a possibilidade de adesão ao plano de contribuição definida (PGBL), resultando em uma redução, mas não no encerramento do plano anterior. Nossas contribuições ao plano PGBL em 2003 totalizaram R\$294 (2002 - R\$138).

A nossa política é a de financiar os planos de previdência através de contribuições calculadas com base na folha de pagamento, ajustadas periodicamente de acordo com as recomendações do atuário independente responsável pelo Plano. Em 31 de dezembro de 2003, a nossa contribuição representava 3,6% (2002 - 3,5%) da folha de pagamento e os empregados e administradores contribuíam com no mínimo 4% (2002 - 4%) de seus salários.

Os recursos dos planos de previdência são principalmente investidos em títulos públicos e privados, ações em companhias abertas e imóveis.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

Os empregados e administradores que deixam de participar do plano de previdência por qualquer motivo recebem o benefício mínimo calculado com base em contribuições anteriores em uma única parcela que representa a soma global.

A redução do plano de benefício definido descrito acima resultou no reconhecimento de um ganho de R\$146 em 2001 e já que o plano não foi sujeito à encerramento, a provisão remanescente de R\$121 será amortizada em um período de 13 anos.

Efetuamos a avaliação do plano do Baneb na data base de 31 de outubro.

Com base no parecer do atuário independente do plano, as variações nas obrigações com benefícios e nos ativos do plano, bem como nos valores registrados nas demonstrações financeiras consolidadas são as seguintes:

	Plano do BANE B			Plano do Bradesco e Boavista		
	Exercício findo em			Exercício findo em		
	2001	2002	2003	2001	2002	2003
(i) Obrigações com benefícios projetados:						
No início do exercício.....	173	206	229	287	9	9
Custo do serviço	1	3	2	29	2	-
Benefícios pagos	(22)	(18)	(19)	(37)	(2)	-
Custo de juros.....	16	22	25	19	-	-
Perda (ganho) atuarial.....	38	16	44	55	-	-
Redução.....	-	-	-	(344)	-	-
Encerramento do plano do Boavista....	-	-	-	-	-	(9)
No encerramento do exercício.....	206	229	281	9	9	-
(ii) Ativos do plano pelo valor de mercado:						
No início do exercício.....	219	220	260	10	8	9
Contribuições recebidas:						
Empregador.....	2	2	1	-	-	-
Empregados	1	2	1	-	-	-
Rentabilidade dos ativos do plano.....	20	54	72	-	1	-
Benefícios pagos.....	(22)	(18)	(19)	(2)	-	-
Encerramento do plano do Boavista....	-	-	-	-	-	(9)
No encerramento do exercício.....	220	260	315	8	9	-
(iii) Posição financiada:						
Excedente de ativos do plano sobre obrigações com benefícios projetados adquiridas	(14)	(31)	(34)	-	-	-
Excedente de obrigações com benefícios projetados sobre ativos do plano	-	-	-	1	-	-
Ganho (perda) líquido não reconhecido..	(28)	(13)	(14)	121	112	103
Despesas (benefício) acumulados com pensões	(42)	(44)	(48)	122	112	103

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

O custo líquido das pensões inclui os seguintes componentes:

	Plano do BANE B			Plano do Bradesco e Boavista		
	Exercício findo em			Exercício findo em		
	2001	2002	2003	2001	2002	2003
(i) Obrigações com benefícios projetados:						
Custo do serviço.....	1	2	1	43	2	-
Custo do juros	16	22	25	19	-	-
Rentabilidade prevista sobre o ativo.....	(20)	(24)	(28)	-	(1)	-
Encurtamento.....	-	-	-	(146)	-	-
Amortizações:						
Perda líquida	-	-	-	(7)	-	-
Obrigação de transição não reconhecida, líquida	-	-	-	13	-	-
Perda líquida não reconhecida (ativos de pensões).....	-	-	-	-	(9)	(9)
Contribuições dos empregados	-	-	-	(15)	-	-
Custo periódico líquido das pensões.....	(3)	-	(2)	(93)	(8)	(9)

As premissas utilizadas para apurar as nossas obrigações com benefícios do plano e o custo periódico líquido dos benefícios para os exercícios findos em 31 de outubro foram as seguintes⁽¹⁾:

	Plano do BANE B	
	2002	2003
Taxa de desconto presumida	11,3 %	11,3 %
Taxa de retorno de longo prazo esperado dos ativos.....	11,3	11,3
Índice de aumento dos níveis de remuneração.....	8,2 %	8,2 %

(1) Considerando uma taxa de inflação de 5,0% ao ano.

A taxa de retorno de longo prazo dos ativos do plano se baseia no seguinte:

- 1) Expectativas de médio a longo prazo dos gestores dos ativos.
- 2) Títulos privados e públicos, parcela representativa da carteira de investimentos do Baneb, cuja rentabilidade é superior à inflação + juros de 6% ao ano, com vencimentos de curto a longo prazo.
- 3) Combinação de ativos que compreendem mais de 86% e 90% de títulos públicos e o restante dos ativos em ações, respectivamente, em 31 de outubro de 2002 e 2003.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

A alocação média ponderada dos ativos pertencentes ao plano de previdência em 31 de outubro de 2002 e 2003, por categoria de ativo, é a seguinte:

	Ativos do Plano BANEB em 31 de outubro	
	2002	2003
Categorias de ativo		
Ações de companhias abertas	7,5%	0,6%
Títulos públicos e privados	85,6	93,3
Imóveis	5,7	4,7
Outras	1,2	1,4
Total.....	100,0%	100,0%

As despesas com contribuições ao plano de aposentadoria complementar do Baneb, a serem efetuadas por nós em 2004, são estimadas em R\$1.

27 Transações entre Partes Relacionadas

Nossos principais acionistas são: Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações e Fundação Bradesco. Nós não temos um acionista controlador e nem existe um acordo de acionistas para votação em conjunto. A Fundação Bradesco é uma entidade sem fins lucrativos que há mais de 40 anos vem promovendo desenvolvimento das potencialidades de crianças e jovens por meio de escolas instaladas em regiões carentes.

Nós contribuimos regularmente para a Fundação Bradesco, para ajudar a financiar seus projetos educacionais e sociais em todo o Brasil. Essas contribuições totalizavam R\$7, R\$67 e R\$63 em 2001, 2002 e 2003, respectivamente.

Nós não concedemos empréstimos aos nossos executivos ou diretores, em virtude desta prática ser proibida a todos os bancos brasileiros pelo Banco Central.

Adicionalmente, contratamos os serviços de processamento de dados, bem como aceitamos depósitos da CPM Holdings Ltd. e de sua antecessora, CPM - Comunicação Processamento e Mecanismos de Automação Ltda., como abaixo demonstrado:

	31 de dezembro de		
	2001	2002	2003
Serviços de processamentos de dados:			
Títulos e valores mobiliários	-	21	21
Receita com títulos e valores mobiliários	-	4	4
Despesas do exercício.....	172	210	258
Contas a pagar no final do exercício	6	11	-
Depósitos	27	5	4

(Tradução livre do original em inglês preparado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

Contratamos também os serviços de telecomunicações, bem como aceitamos depósitos da BUS Holding S.A., em 2001, como abaixo demonstrado:

	31 de dezembro de	
	2001	2002
Serviços de telecomunicações:		
Despesas do exercício	34	68
Contas a pagar no final do exercício.....	6	-
Depósitos de poupança.....	353	-
Despesas de depósitos de poupança.....	29	-

Em outubro de 2002, a BUS Holding foi liquidada, sendo as ações ordinárias da BUS transferidas para a subsidiária da Portugal Telecon.

28 Eventos subsequentes

Em 6 de novembro de 2003, nós celebramos, por meio da nossa subsidiária Banco Finasa S.A., “Instrumento Particular de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças” com os controladores do Banco Zogbi S.A., objetivando a aquisição da totalidade do seu capital social e das empresas Promovel Empreendimentos e Serviços Ltda., Promosec Cia. Securitizadora, Zogbi Leasing S.A. Arrendamento Mercantil e Zogbi Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Instituições Zogbi”), pelo valor de R\$650 em dinheiro. As Instituições Zogbi atuam na atividade de financiamento, crédito direto ao consumidor, pessoal, cartão e veículos. As Instituições Zogbi, em 30 de setembro de 2003 possuíam ativos totais de R\$833, operações de crédito de R\$520 e patrimônio líquido de R\$335. A operação foi aprovada pelo Banco Central em 4 de fevereiro de 2004.

* * *

Índice dos Anexos

Documentos apresentados como anexos neste Relatório Anual:

- 1.2 - Estatuto Social do Banco Bradesco S.A.
- 2.1 - Modelo do Contrato de Depósito Alterado e Reformulado, entre o Banco Bradesco S.A. e o Citibank N.A. na qualidade de depositário, bem como os detentores e arrendatários e proprietários beneficiários de ADRs. (*)
- 3.1 - Acordo de acionistas datado de 9 de junho de 2003, entre a Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações, a Fundação Bradesco, o Banco Bilbao Viscaya Argentaria S.A. e o Banco Bradesco S.A. (como parte mediadora)
- 6.1 - Cálculo de lucro por ação e da média ponderada do número de ações em circulação (por ação).
- 7.1 - Cálculo de dividendos/juros sobre o capital por ação.
- 8.1 - Lista de subsidiárias.
- 10.1 - Certificação do Diretor Presidente conforme a 18 U.S.C. Seção 1350, adotada conforme a Seção 906 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002.
- 10.2 - Certificação do Diretor Financeiro conforme a 18 U.S.C. Seção 1350, adotada conforme a Seção 906 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002.
- 12.1 - Certificação do Diretor Presidente conforme a 18 U.S.C. Seção 1350, adotada conforme a Seção 302 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002.
- 12.2 - Certificação do Diretor Financeiro conforme a 18 U.S.C. Seção 1350, adotada conforme a Seção 302 da Lei Sarbanes - Oxley de 2002.

(*) Referência incorporada em nossa declaração de registro em Form. 20-F (arquivado n. 333-13950), originalmente arquivada com a Comissão em 28 de setembro de 2001.

Banco Bradesco S.A.

Banco Bradesco S.A. Anexo 1.1

Assembléia Geral Extraordinária de 10 de março de 2004.

Banco Bradesco S.A. Estatuto Social

Título I - Da Organização, Duração e Sede

Art. 1º) O Banco Bradesco S.A., companhia aberta, doravante chamado Sociedade, rege-se pelo presente Estatuto.

Art. 2º) O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

Art. 3º) A Sociedade tem sede e foro no núcleo administrativo denominado “Cidade de Deus”, situado na Vila Yara, no município e comarca de Osasco, Estado de São Paulo.

Art. 4º) Poderá a Sociedade instalar ou suprimir Agências no País, a critério da Diretoria, e no Exterior, com a aprovação, adicional, do Conselho de Administração, doravante chamado também Conselho.

Título II - Dos Objetivos Sociais

Art. 5º) O objetivo da Sociedade é efetuar operações bancárias em geral, inclusive câmbio.

Título III - Do Capital Social

Art. 6º) O Capital Social é de R\$7.000.000.000,00 (sete bilhões de reais), dividido em 158.587.941 (cento e cinquenta e oito milhões, quinhentas e oitenta e sete mil, novecentas e quarenta e uma) ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, das quais 79.894.005 (setenta e nove milhões, oitocentas e noventa e quatro mil e cinco) ordinárias e 78.693.936 (setenta e oito milhões, seiscentas e noventa e três mil, novecentas e trinta e seis) preferenciais.

Parágrafo Primeiro - As ações ordinárias conferirão aos seus titulares os direitos e vantagens previstos em lei. No caso

Banco Bradesco S.A.

de oferta pública decorrente de eventual alienação do controle da Sociedade, as ações ordinárias não integrantes do bloco de controle terão direito ao recebimento de 100% (cem por cento) do valor pago por ação ordinária de titularidade dos controladores.

Parágrafo Segundo - As ações preferenciais não terão direito a voto, mas conferirão, aos seus titulares, os seguintes

direitos e vantagens:

- a) prioridade no reembolso do Capital Social, em caso de liquidação da Sociedade;
- b) dividendos 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias;
- c) inclusão em oferta pública decorrente de eventual alienação do controle da Sociedade, sendo assegurado aos seus titulares o recebimento do preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação ordinária, integrante do bloco de controle.

Parágrafo Terceiro - Nos aumentos de capital, a parcela de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) será realizada no ato da subscrição e o restante será integralizado mediante chamada da Diretoria, observados os preceitos legais.

Parágrafo Quarto - Todas as ações da Sociedade são escriturais, permanecendo em contas de depósito, nela própria, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, podendo ser cobrado dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das referidas ações.

Parágrafo Quinto - Não será permitida:

- a) conversão de ações ordinárias em ações preferenciais e vice-versa;
- b) emissão de partes beneficiárias.

Parágrafo Sexto - Poderá a Sociedade, mediante autorização do Conselho, adquirir ações de sua própria emissão, para cancelamento ou permanência temporária em tesouraria, e posterior alienação.

Banco Bradesco S.A.

Título IV - Da Administração

Art. 7º) A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

Título V - Do Conselho de Administração

Art. 8º) O Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, é composto de 6 (seis) a 9 (nove) membros, que escolherão entre si 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente.

Parágrafo Primeiro - O Conselho deliberará validamente desde que presente a maioria absoluta dos membros em exercício, inclusive o Presidente, que terá voto de qualidade, no caso de empate.

Parágrafo Segundo - Na vacância do cargo e nas ausências ou impedimentos temporários do Presidente do Conselho, assumirá o Vice-Presidente. Nas ausências ou impedimentos temporários deste, o Presidente designará substituto entre os demais membros. Vagando o cargo de Vice-Presidente, o Conselho nomeará substituto, que servirá pelo tempo que faltar para completar o mandato do substituído.

Parágrafo Terceiro - Nas hipóteses de afastamento temporário ou definitivo de qualquer dos outros Conselheiros, os demais poderão nomear substituto, para servir em caráter eventual ou permanente, observados os preceitos da lei e deste Estatuto.

Art. 9º) Além das previstas em lei e neste Estatuto, são também atribuições e deveres do Conselho:

- a) zelar para que a Diretoria esteja, sempre, rigorosamente apta a exercer suas funções;
- b) cuidar para que os negócios sociais sejam conduzidos com probidade, de modo a preservar o bom nome da Sociedade;
- c) sempre que possível, preservar a continuidade administrativa, altamente recomendável à estabilidade, prosperidade e segurança da Sociedade;
- d) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade, inclusive deliberar sobre a constituição e o funcionamento de Carteiras Operacionais;
- e) autorizar a aquisição, alienação e a oneração de bens integrantes do Ativo Permanente e de participações societárias de caráter não-permanente da

Banco Bradesco S.A.

- Sociedade e de suas controladas diretas e indiretas, quando de valor superior a 1% (um por cento) de seus respectivos Patrimônios Líquidos;
- f) deliberar sobre a negociação com ações de emissão da própria Sociedade, de acordo com o Parágrafo Sexto do Artigo 6º;
 - g) autorizar a concessão de qualquer modalidade de doação, contribuição ou auxílio, independentemente do beneficiário;
 - h) aprovar o pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio propostos pela Diretoria;
 - i) submeter à Assembléia Geral propostas objetivando aumento ou redução do capital social, grupamento, bonificação ou desdobramento de suas ações, operações de fusão, incorporação ou cisão e reformas estatutárias da Sociedade;
 - j) deliberar sobre associações, envolvendo a Sociedade ou suas Controladas, inclusive participação em acordos de acionistas;
 - k) aprovar a aplicação de recursos oriundos de incentivos fiscais;
 - l) examinar e deliberar sobre os orçamentos e demonstrações financeiras submetidos pela Diretoria;
 - m) avocar para sua órbita de deliberação assuntos específicos de interesse da Sociedade e deliberar sobre os casos omissos;
 - n) realizar o rateio da remuneração dos Administradores, estabelecida pela Assembléia Geral e fixar as gratificações de conselheiros, diretores e funcionários, quando entender de concedê-las;
 - o) autorizar, quando considerar necessária, a representação da Sociedade individualmente por um membro da Diretoria ou por um procurador, devendo a respectiva deliberação indicar os atos que poderão ser praticados;
 - p) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, que não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento do que, em média, for atribuída de honorários mensais a cada Diretor, não computando quaisquer outras verbas;
 - q) aprovar o Relatório Corporativo de Conformidade dos Controles Internos e determinar a adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à difusão da cultura de controle e mitigação de riscos.

Parágrafo Único - O Conselho poderá atribuir funções especiais à Diretoria e a qualquer dos membros desta, bem como instituir comitês para tratar de assuntos específicos.

Art. 10) Compete ao Presidente do Conselho presidir as reuniões deste Órgão e as Assembléias Gerais, podendo indicar para fazê-lo, em seu lugar, qualquer dos membros do Conselho.

Banco Bradesco S.A.

Parágrafo Único - O Presidente do Conselho poderá convocar a Diretoria e participar, com os demais Conselheiros, de quaisquer de suas reuniões.

Art. 11) O Conselho reunir-se-á trimestralmente e, quando necessário, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente, ou da metade dos demais membros em exercício, fazendo lavrar ata de cada reunião.

Título VI - Da Diretoria

Art. 12) A Diretoria da Sociedade, eleita pelo Conselho, com mandato de 1 (um) ano, é composta de 52 (cinquenta e dois) a 79 (setenta e nove) membros, sendo de 19 (dezenove) a 26 (vinte e seis) o número de Diretores Executivos, distribuídos nas seguintes categorias de cargos: 1 (um) Diretor-Presidente, de 7 (sete) a 10 (dez) Diretores Vice-Presidentes e de 11 (onze) a 15 (quinze) Diretores Gerentes. Os demais cargos da Diretoria serão distribuídos da seguinte forma: de 33 (trinta e três) a 53 (cinquenta e três) Diretores Departamentais e Diretores Regionais, sendo de 27 (vinte e sete) a 41 (quarenta e um) o número de Diretores Departamentais e de 6 (seis) a 12 (doze) o de Diretores Regionais.

Parágrafo Primeiro - O Conselho fixará em cada eleição as quantidades de cargos a preencher e designará, nomeadamente, entre os Diretores Executivos que eleger, os que devam ocupar as funções de Diretor-Presidente, Diretores Vice-Presidentes e Diretores Gerentes, observados os requisitos dos Artigos 17, 18 e 19 deste Estatuto.

Parágrafo Segundo - Os requisitos previstos no Inciso II do Artigo 18 e “caput” do 19, relativos, respectivamente, a Diretores Executivos e a Diretores Departamentais/Regionais, poderão ser dispensados pelo Conselho em caráter excepcional, até o limite de $\frac{1}{4}$ (um quarto) de cada uma dessas categorias de cargos, salvo em relação aos Diretores nomeados para os cargos de Presidente e de Vice-Presidentes.

Art. 13) Aos Diretores compete administrar e representar a Sociedade, com poderes para obrigá-la em quaisquer atos e contratos de seu interesse, podendo transigir e renunciar direitos e adquirir, alienar e onerar bens, observando o disposto na letra “e” do Artigo 9º deste Estatuto.

Banco Bradesco S.A.

Parágrafo Primeiro - Ressalvadas as exceções previstas expressamente neste Estatuto, a Sociedade só se obriga mediante assinaturas, em conjunto, de no mínimo 2 (dois) Diretores, devendo um deles estar no exercício do cargo de Diretor- Presidente ou Diretor Vice-Presidente.

Parágrafo Segundo - A Sociedade poderá também ser representada por no mínimo 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, ou por no mínimo 2 (dois) procuradores, em conjunto, especialmente constituídos, devendo do respectivo instrumento de mandato constar os seus poderes, os atos que poderão praticar e o seu prazo, salvo se judicial o mandato, hipótese em que o procurador poderá assinar isoladamente e a procuração ter prazo indeterminado e ser substabelecida. O instrumento de mandato deverá ainda indicar se o mandatário exercerá os poderes em conjunto com outro procurador ou Diretor da Sociedade.

Parágrafo Terceiro - Aos Diretores Departamentais e Regionais são vedados os atos que impliquem em alienar e onerar bens e direitos da Sociedade.

Art. 14) Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela lei e por este Estatuto, compete especificamente a cada membro da Diretoria:

- a) ao Diretor-Presidente, presidir as reuniões da Diretoria, supervisionar e coordenar a ação dos seus membros;
- b) aos Diretores Vice-Presidentes, colaborar com o Diretor-Presidente, no desempenho das suas funções;
- c) aos Diretores Gerentes, o desempenho das funções que lhes forem atribuídas, reportando-se ao Diretor-Presidente e aos Diretores Vice-Presidentes;
- d) aos Diretores Departamentais, a condução das atividades dos Departamentos que lhes estão afetos e assessorar os demais membros da Diretoria;
- e) aos Diretores Regionais, orientar e supervisionar as Agências sob sua jurisdição e cumprir as funções que lhes forem atribuídas, reportando-se à Diretoria.

Banco Bradesco S.A.

Art. 15) A Diretoria Executiva fará reuniões ordinárias semanalmente, e extraordinárias sempre que necessário, deliberando validamente desde que presente mais da metade dos seus membros em exercício, com a presença obrigatória do titular do cargo de Diretor-Presidente, ou seu substituto, que terá voto de qualidade, no caso de empate. As reuniões extraordinárias serão realizadas sempre que convocadas pelo Presidente do Conselho, pelo Presidente da Diretoria ou, ainda, pela metade dos demais Diretores Executivos em exercício.

Art. 16) Em caso de vaga, ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, inclusive do Presidente, caberá ao Conselho indicar o seu substituto.

Art. 17) Para o exercício do cargo de Diretor é necessário dedicar tempo integral aos serviços da Sociedade, sendo incompatível o exercício do cargo de Diretor desta com o desempenho de outras funções ou atividades profissionais, ressalvados os casos em que a Sociedade tenha interesse, a critério do Conselho.

Art. 18) Para exercer o cargo de Diretor Executivo é necessário, ainda, que o candidato, na data da eleição, preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I. tenha menos de 65 (sessenta e cinco) anos de idade;
- II. faça parte dos quadros de empregados ou de administradores da Sociedade ou de empresas a ela ligadas há mais de 10 (dez) anos, ininterruptamente.

Art. 19) Para exercer o cargo de Diretor Departamental ou Regional é necessário que o candidato faça parte dos quadros de empregados ou de administradores da Sociedade ou de empresas a ela ligadas, e tenha na data da eleição:

- I. Diretor Departamental - menos de 62 (sessenta e dois) anos de idade;
- II. Diretor Regional - menos de 60 (sessenta) anos de idade.

Título VII - Do Conselho Fiscal

Banco Bradesco S.A.

Art. 20) O Conselho Fiscal, não permanente, compor-se-á, quando instalado, de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes.

Título VIII - Do Comitê de Auditoria

Art. 21) A Sociedade terá um Comitê de Auditoria, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, com mandato de 1 (um) ano, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, devendo um deles ser designado Coordenador.

Parágrafo Único - Além das previstas em lei ou regulamento, são também atribuições do Comitê de Auditoria:

- a) recomendar ao Conselho de Administração a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente e a respectiva remuneração, bem como a sua substituição;
- b) revisar, previamente à divulgação ao Mercado, as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;
- c) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos;
- d) avaliar o cumprimento, pela Diretoria da Sociedade, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos, bem como recomendar ao Conselho de Administração a resolução de eventuais conflitos entre os auditores externos e a Diretoria;
- e) estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da informação e da sua confidencialidade;
- f) recomendar à Diretoria da Sociedade correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- g) reunir-se, no mínimo, trimestralmente, com a Diretoria da Sociedade e auditorias independente e interna;
- h) verificar, por ocasião de suas reuniões, o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando em Atas os conteúdos de tais encontros;
- i) estabelecer as regras operacionais para seu funcionamento.

Banco Bradesco S.A.

Título IX - Do Comitê de Controles Internos e Compliance

Art. 22) A Sociedade terá um Comitê de Controles Internos e Compliance, composto de 3 (três) a 6 (seis) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, devendo um deles ser designado Coordenador.

Parágrafo Único - O Comitê terá por objetivo assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à difusão da cultura de controles internos, mitigação de riscos e conformidade com normas aplicáveis à Organização Bradesco.

Título X - Do Comitê de Remuneração

Art. 23) A Sociedade terá um Comitê de Remuneração, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, escolhidos dentre os integrantes do Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, devendo um deles ser designado Coordenador.

Parágrafo Único - O Comitê terá por objetivo propor ao Conselho de Administração as políticas e diretrizes de remuneração dos Administradores Estatutários da Organização, tendo por base as metas de desempenho estabelecidas pelo Conselho.

Título XI - Das Assembléias Gerais

Art. 24) As Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão:

- a) convocadas com prazo mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência;
- b) presididas pelo Presidente do Conselho, ou, na sua ausência, por seu substituto estatutário, que convidará um ou mais acionistas para Secretários.

Título XII - Do Exercício Social e da Distribuição de Resultados

Banco Bradesco S.A.

- Art. 25) O ano social coincide com o ano civil, terminando no dia 31 de dezembro.
- Art. 26) Serão levantados balanços ao fim de cada semestre, nos dias 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, facultado à Diretoria, mediante aprovação do Conselho, determinar o levantamento de outros balanços, em menores períodos, inclusive mensais.
- Art. 27) O Lucro Líquido, como definido no Artigo 191 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem, a seguinte destinação:
- I. constituição de Reserva Legal;
 - II. constituição das Reservas previstas nos Artigos 195 e 197 da mencionada Lei nº 6.404/76, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembléia Geral;
 - III. pagamento de dividendos, propostos pela Diretoria e aprovados pelo Conselho que, somados aos dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio de que tratam os Parágrafos Segundo e Terceiro deste Artigo, que tenham sido declarados, assegurem aos acionistas, em cada exercício, a título de dividendo mínimo obrigatório, 30% (trinta por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos itens I, II e III do Artigo 202 da referida Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Primeiro - A Diretoria, mediante aprovação do Conselho, fica autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes.

Parágrafo Segundo - Poderá a Diretoria, ainda, mediante aprovação do Conselho, autorizar a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação específica, em substituição total ou parcial dos dividendos intermediários, cuja declaração lhe é facultada pelo parágrafo anterior ou, ainda, em adição aos mesmos.

Parágrafo Terceiro - Os juros eventualmente pagos aos acionistas serão

Banco Bradesco S.A.

imputados, líquidos do imposto de renda na fonte, ao valor do dividendo mínimo obrigatório do exercício (30%), de acordo com o Inciso III do “caput” deste Artigo.

Art. 28) O saldo do Lucro Líquido, verificado após as distribuições acima previstas, terá a destinação proposta pela Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembléia Geral, podendo ser destinado 100% (cem por cento) à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado.

Parágrafo Único - Na hipótese da proposta da Diretoria sobre a destinação a ser dada ao Lucro Líquido do exercício conter previsão de distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio em montante superior ao dividendo obrigatório estabelecido no Artigo 27, Inciso III, e/ou retenção de lucros nos termos do Artigo 196 da Lei nº 6.404/76, o saldo do Lucro Líquido para fins de constituição da reserva mencionada neste Artigo será determinado após a dedução integral dessas destinações.

Declaramos que a presente é cópia fiel do Estatuto Social deste Banco, contendo a deliberação aprovada na Assembléia Geral Extraordinária de 10 de março de 2004.

Banco Bradesco S.A.

Banco Bradesco S.A.
Anexo 3.1

ACORDO DE ACIONISTAS

O presente Acordo de Acionistas é celebrado por e entre:

I.- De um lado, doravante também denominada o “ACIONISTAS CONTROLADORES”:

1.1.- **CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PARTICIPAÇÕES**, sociedade com sede na Cidade de Deus, Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º 61.529.343/0001-32, neste ato representada por seus representantes legais (“CIDADE DE DEUS”); e

1.2. - **FUNDAÇÃO BRADESCO**, com sede na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, inscrita no CNPJ sob no. 60.701.521/0001-06, neste ato representada por seus representantes legais (“FUNDAÇÃO”).

II. - De outro lado:

2.1.- **BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA, S.A.** com sede em Bilbao, Plaza de San Nicolas 4, com C.I.F. número A-48/256169, inscrita no Registro Mercantil de Vizcaya, no Tomo 2083, livro 1545, Seção 3 de Sociedades, folha 1, loja n. 14.741, inscrição 1a, neste ato representada por seu representante legal(“BBVA”);

CIDADE DE DEUS, FUNDAÇÃO e BBVA são doravante denominados, em conjunto, “ACIONISTAS”.

III – E, ainda, como Interveniente:

3.1. – **BANCO BRADESCO S.A.** (“BANCO”), instituição financeira com sede na Cidade de Deus, Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º 60.746.948/0001-12, neste ato representada por seus representantes legais;

CONSIDERANDO QUE:

(1) O BBVA detém 35.481.460.311 ações ordinárias nominativas, que correspondem a 4,44% do capital votante do BANCO (“AÇÕES”);

(2) Os ACIONISTAS desejam regular seu relacionamento quanto ao exercício dos seus direitos na transferência das AÇÕES e quanto ao direito do BBVA de eleger 1 (um) membro do Conselho de Administração do BANCO;

RESOLVEM os ACIONISTAS celebrar o presente Acordo de Acionistas (“ACORDO”), na forma do disposto no Artigo 118 da Lei 6.404/76, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - ELEIÇÃO DE MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1.1. Pelo presente ACORDO, enquanto o BBVA mantiver percentual de participação igual ou superior a 3,94% (três vírgula noventa e quatro por cento) do capital votante do BANCO, os ACIONISTAS CONTROLADORES deverão assegurar ao BBVA o direito de eleger 1 (um) membro do Conselho de Administração do BANCO.

1.2. A indicação pelo BBVA de qualquer pessoa para ocupar o cargo de administração do BANCO não estará sujeita a impugnação pelos ACIONISTAS CONTROLADORES, desde que:

(a) a referida indicação não viole dispositivo legal ou regulatório aplicável ao BANCO ou deixe de observar o disposto no estatuto social do BANCO; e

(b) os ACIONISTAS CONTROLADORES não apresentem motivo relevante para impugnar a indicação do conselheiro indicado pelo BBVA, como, exemplificativamente, se a pessoa indicada prestar serviços a concorrentes do BANCO ou tenha participação no capital social ou na administração de sociedades que tenham conflito de interesses no Brasil com o BANCO, o ACIONISTAS CONTROLADORES ou sociedades controladas pelo BANCO.

1.3. Não obstante o disposto no item 1.1, o direito do BBVA de eleger 1 (um) membro do Conselho de Administração do BANCO não será afetado se a diluição da participação do BBVA no capital social do BRADESCO a percentual de participação inferior a 3,94% (três vírgula noventa e quatro por cento) no capital votante do BANCO resultar de aumento de capital do BRADESCO em relação ao qual não for ofertado aos acionistas do BANCO o direito de preferência.

1.4. Enquanto o BBVA mantiver o percentual de participação no capital votante do BANCO igual ou superior a 3,94% (três vírgula noventa e quatro por cento), o BANCO e o BBVA criarão e manterão uma “Mesa Espanhola” no BANCO, através da qual (i) o BANCO e/ou suas subsidiárias poderão fortalecer seu relacionamento com a comunidade espanhola no Brasil e (ii) se identificarão oportunidades de serviços bancários que possam ser prestados pelo BBVA e/ou suas subsidiárias no Brasil, sendo certo que toda e qualquer operação realizada no Brasil, pela Mesa Espanhola, será executada e registrada no BANCO. A Mesa Espanhola será chefiada por um diretor departamental estatutário indicado pelo BBVA, sendo que haverá uma equipe na estrutura de atendimento do BANCO dedicada a atender clientes espanhóis com operações ou negócios no Brasil assim como sociedades ou pessoas físicas brasileiras com interesses na Espanha e/ou outros países da América Latina.

1.5. Não obstante o disposto no item 1.4, o direito do BBVA de indicar um diretor departamental estatutário para chefiar a Mesa Espanhola não será afetado pela diluição da participação do BBVA no capital social do BANCO a percentual inferior a 3,94% (três vírgula noventa e quatro por cento), se resultar de aumento de capital do BANCO em relação ao qual não for ofertado aos acionistas do BANCO direito de preferência.

CLÁUSULA SEGUNDA- RESTRIÇÕES À TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES

2.1. No caso de o BBVA desejar vender, ceder, transferir ou de alguma forma dispor de parte ou de todas as suas AÇÕES e receber uma proposta ("PROPOSTA") por escrito de um terceiro ("PROPONENTE"), o BBVA notificará por escrito ("AVISO") os ACIONISTAS CONTROLADORES dos termos e condições da PROPOSTA, incluindo, sem limites, o nome do PROPONENTE, a quantidade e espécie de AÇÕES envolvidas ("AÇÕES OFERTADAS"), o preço ofertado, a forma de pagamento e a intenção do BBVA em aceitar a PROPOSTA. Os ACIONISTAS CONTROLADORES terão direito de preferência ("DIREITO DE PREFERÊNCIA") na aquisição das AÇÕES OFERTADAS nos termos e condições da PROPOSTA. O exercício do DIREITO DE PREFERÊNCIA estará sujeito aos procedimentos abaixo expostos. O exercício do DIREITO DE PREFERÊNCIA estará sujeito à aquisição da totalidade das AÇÕES OFERTADAS.

2.1.1. Não estão sujeitas ao DIREITO DE PREFERÊNCIA quaisquer transferências entre empresas de mesmo grupo econômico do BBVA, desde que a parte cessionária assuma os direitos e obrigações deste ACORDO e a parte cedente permaneça garantindo as obrigações oriundas deste ACORDO.

2.2.. No prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data do recebimento do AVISO, os ACIONISTAS CONTROLADORES deverão notificar por escrito ("NOTIFICAÇÃO") o BBVA, indicando se desejam:

(a) exercer DIREITO DE PREFERÊNCIA sobre a totalidade das AÇÕES OFERTADAS, pelo mesmo preço e nas mesmas condições da PROPOSTA, ressalvado o direito dos ACIONISTAS CONTROLADORES de cederem o DIREITO DE PREFERÊNCIA a empresas ligadas; ou

(b) renunciar ao seu DIREITO DE PREFERÊNCIA (sendo que a ausência de tal NOTIFICAÇÃO no prazo previsto será entendida como renúncia ao DIREITO DE PREFERÊNCIA), não sendo permitida a cessão de tal direito a terceiros.

2.3. Qualquer venda, transferência, cessão ou disposição de AÇÕES que viole o disposto neste ACORDO será nula e ineficaz.

CLÁUSULA TERCEIRA – OPÇÃO DE VENDA DAS AÇÕES DETIDAS PELO BBVA.

3.1. Pelo prazo de 7 (sete) anos da data do ACORDO, os ACIONISTAS CONTROLADORES concedem ao BBVA uma opção irrevogável e irretroatável de venda das AÇÕES (“OPÇÃO DE VENDA”), observados os seguintes limites:

(a) até 33,33% das AÇÕES, a qualquer tempo, decorrido o prazo de 2 (dois) anos da assinatura do ACORDO;

(b) até 66,66% das AÇÕES, a qualquer tempo, decorrido o prazo de 3 (três) anos da assinatura do ACORDO; e

(c) até 100% das AÇÕES, a qualquer tempo, decorrido o prazo de 4 (quatro) anos da assinatura do ACORDO.

3.1.1. Em caso de alteração de controle do BANCO, a OPÇÃO DE VENDA poderá ser exercida no prazo de até 30 dias da alteração de controle do BANCO.

3.2. O preço a ser pago pelas AÇÕES nos termos da OPÇÃO DE VENDA será à vista, pelo preço médio das cotações na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) das ações ordinárias nominativas do BANCO, ao preço verificado nos últimos 20 pregões da BOVESPA anteriores à data da comunicação do exercício da OPÇÃO DE VENDA.

3.3. A OPÇÃO DE VENDA poderá também ser exercida, a critério do BBVA, a

qualquer tempo, decorrido o prazo de 2 anos da assinatura deste ACORDO para 100% das AÇÕES, pelo preço previsto no item 3.2, em reais, sendo o pagamento, todavia, feito da seguinte forma: 1/3 à vista, 1/3 no 1º. aniversário da venda e 1/3 no 2º. aniversário da venda. O valor das parcelas a prazo será convertido para a moeda norte-americana, da data da constituição da obrigação, e os pagamentos, acrescidos da taxa LIBOR, serão reconvertidos para Reais, pela taxa média da moeda norte americana do dia útil imediatamente anterior ao pagamento (média divulgada pelo Banco Central do Brasil na Transação Ptax 850).

3.4. Caso BBVA pretenda exercer a OPÇÃO DE VENDA, deverá comunicar o exercício de sua opção de alienar suas AÇÕES por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias úteis. O pagamento deverá ser feito à vista, em Reais, líquido de impostos, se for o caso, na data da transferência das AÇÕES.

CLÁUSULA QUARTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 Ocorrendo a mudança de controle, direto ou indireto, do BBVA ou do BANCO, qualquer uma das Partes poderá rescindir o presente ACORDO, mediante o envio de notificação à Parte cujo controle foi mudado, ressalvado, todavia, que a OPÇÃO DE VENDA permanecerá em vigor nos termos da cláusula Terceira.

4.2. Por um período de 3 (três) anos após o término do presente ACORDO os ACIONISTAS, por seus Conselheiros, empregados e representantes concordam em manter sigilosas e não divulgar a terceiros informações privilegiadas que digam respeito às atividades e aos negócios do BANCO, a que elas tenham tido acesso na qualidade de acionistas do BANCO.

4.3. Os ACIONISTAS concordam que cópia do presente ACORDO será arquivada na sede do BANCO para todos os efeitos legais.

4.4. O presente ACORDO será válido e eficaz, obrigando os ACIONISTAS signatários por si e seus herdeiros e/ou sucessores a qualquer título.

4.5. O não exercício de qualquer direito ou faculdade previstos neste ACORDO não implicará em novação ou renúncia nem excluirá o exercício, a qualquer tempo no futuro, de tal direito ou faculdade.

4.6. Na hipótese de qualquer disposição deste ACORDO vir a ser considerada inválida, as demais disposições contratuais continuarão a vincular os ACIONISTAS, devendo estes, de boa fé, acordar na substituição das disposições invalidadas de modo a atingir, na medida do possível, os objetivos nela visados.

4.7. Os direitos e obrigações dos ACIONISTAS decorrentes deste ACORDO não poderão ser transferidos nem cedidos, no todo ou em parte, salvo como aqui previsto ou mediante prévio e expreso consentimento escrito de ambos ACIONISTAS.

4.8. Todas as obrigações assumidas neste ACORDO são irrevogáveis e irretratáveis e se sujeitam a execução específica, sendo facultado ao ACIONISTA prejudicado utilizar-se de qualquer ação ou procedimento judicial ou extrajudicial para ver respeitado o presente ACORDO e cumpridas todas as obrigações nele assumidas.

4.9. Tendo em vista a natureza do presente ACORDO, os ACIONISTAS reconhecem que, na hipótese de inadimplemento das obrigações aqui assumidas, eventual indenização de perdas e danos pode não constituir reparação suficiente. Em consequência, sem prejuízo das perdas e danos que possam ter lugar, qualquer obrigação referida no presente instrumento que seja descumprida por qualquer dos ACIONISTAS poderá ser objeto de execução específica, mediante provimento judicial de suprimento ou substituição do ato, voto ou medida praticado, recusado ou omitido em discordância com o disposto neste ACORDO, na forma das disposições aplicáveis.

4.10. Fica desde logo eleito para qualquer ação que resulte de controvérsia decorrente deste ACORDO, o foro central da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, renunciando os ACIONISTAS expressa e formalmente a todo e qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

4.11. O presente ACORDO terá validade por um período inicial de 10 (dez) anos contados a partir desta data, sendo automaticamente renovado por períodos sucessivos de 10 (dez) anos caso não seja denunciado por qualquer dos ACIONISTAS até 180 (cento e oitenta) dias contados do término do período inicial ou de qualquer período de prorrogação.

4.12. A validade do presente ACORDO dependerá da aprovação do Banco Central do Brasil.

4.13. Este acordo prevalece sobre qualquer outro não submetido e aprovado pelo Banco Central do Brasil.

E, por estarem justas e acordadas, assinam os ACIONISTAS o presente ACORDO, em caráter irrevogável e irretratável, em 5 (cinco) vias de igual teor e conteúdo, com as duas testemunhas abaixo, a tudo presentes.

São Paulo, 9 de junho de 2003

**CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE
PARTICIPAÇÕES**

Milton Almicar Silva Vargas *Domingos Figueiredo de Abreu*

FUNDAÇÃO BRADESCO

Milton Almicar Silva Vargas *Domingos Figueiredo de Abreu*

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA, S.A.

PARTE INTERVENIENTE: BANCO BRADESCO S.A.

Milton Almicar Silva Vargas *Domingos Figueiredo de Abreu*

Banco Bradesco S.A .
Anexo 6.1

Lucro por ação	31 de dezembro de:		
	2001	2002	2003
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (por ação)	70.580.416	70.982.956	75.860.162
Direito de 10% das ações preferenciais	7.058.000	7.098.296	7.586.016
Número médio ponderado ajustado de ações preferenciais em circulação (por ação) para cálculo do Lucro por Ação	77.638.416	78.081.252	83.446.178
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (por ação)	72.667.793	72.446.557	76.960.037
Número médio ponderado total de ações em circulação (por ação) (A)	150.306.209	150.527.808	160.406.215
Lucro Líquido (R\$ milhões) (B)	R\$2.270	R\$2.142	R\$2.302
Lucro por ação ordinária (B)/(A)=(C)	R\$15,11	R\$14,23	R\$14,35
Lucro por ação preferencial (C) + 10%	R\$16,62	R\$15,65	R\$15,79

Banco Bradesco S.A .
Anexo 7.1

	31 de dezembro de:					
	2001		2002		2003	
	<u>Preferenciais</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Ordinárias</u>
Dividendos por ação						
Dividendos reais declarados (em milhões de reais)	R\$ 438	R\$ 410	R\$ 492	R\$ 455	R\$ 701	R\$ 646
Número médio ponderado de ações em circulação	70.580.416	72.667.793	70.982.956	72.446.557	75.860.162	76.960.037
Dividendos por ação	R\$ 6,21	R\$ 5,65	R\$ 6,93	R\$ 6,28	R\$ 9,24	R\$ 8,39

Banco Bradesco S.A.**Anexo 8.1****Banco Bradesco S.A. – Subsidiárias em 31 de dezembro de 2003**

Subsidiárias	Jurisdição de Incorporação	Denominação Social
1 Atlântica Capitalização S.A.	Rio de Janeiro – Brasil	Atlântica Capitalização
2 Banco Alvorada S.A	Salvador – Brasil	Banco Alvorada
3 Banco Baneb S.A.	Salvador – Brasil	Baneb
4 Banco BCN S.A.	São Paulo – Brasil	BCN
5 Banco Boavista Interatlântico S.A.	Rio de Janeiro – Brasil	Boavista
6 Banco Bradesco Argentina S.A.	Buenos Aires – Argentina	Bradesco Argentina
7 Banco Bradesco Luxembourg S.A.	Luxembourg – G. Ducado Luxembourg	Bradesco Luxembourg
8 Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A.	Juiz de Fora – Brasil	Credireal
9 Banco Finasa de Investimento S.A.	São Paulo - Brasil	Banco Finasa de Investimento
10 Banco Finasa S.A.	São Paulo – Brasil	Banco Finasa
11 Banco Mercantil de São Paulo S.A.	São Paulo – Brasil	Mercantil
12 Bradesco Argentina de Seguros S.A	Buenos Aires – Argentina	Bradesco Argentina de Seguros
13 Bradesco BCN Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Barueri – Brasil	Bradesco BCN Leasing
14 Bradesco Capitalização S.A.	Rio de Janeiro – Brasil	Capitalização
15 Bradesco Consórcios Ltda.	São Paulo – Brasil	Bradesco Consórcio
16 Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	São Paulo – Brasil	Bradesco Corretora
17 Bradesco Saúde S.A.	Rio de Janeiro – Brasil	Bradesco Saúde
18 Bradesco Securities Inc.	New York – EUA	Bradesco Securities
19 Bradesco Seguros S.A.	Rio de Janeiro – Brasil	Bradesco Seguros
20 Bradesco Vida e Previdência S.A.	Osasco – Brasil	Bradesco Previdência
21 Bradescor Corretora de Seguros Ltda.	Osasco – Brasil	Bradescor
22 BRAM – Bradesco Asset Management Ltda.	São Paulo – Brasil	BRAM
23 União Novo Hamburgo Seguros S.A.	Porto Alegre – Brasil	União Novo Hamburgo
24 Finasa Seguradora S.A.	São Paulo – Brasil	Finasa Seguradora
25 Scopus Tecnologia S.A.	São Paulo – Brasil	Scopus Tecnologia
26 União de Comércio e Participações Ltda.	Osasco – Brasil	União de Comércio e Participações

Banco Bradesco S.A.
Anexo 10.1

Certificação do Diretor-Presidente
Conforme 18 U.S.C. Seção 1350,
Adotado de Acordo com a Seção 906 da Lei *Sarbanes-Oxley* de 2002

Em conexão com o Relatório Anual do Banco Bradesco S.A. (a “Companhia”) apresentado em Formulário 20-F para o exercício findo em 31 de dezembro de 2003, conforme apresentado junto à *Securities and Exchange Commission* nesta data (o “Relatório”), eu, Márcio Artur Laurelli Cypriano, Diretor-Presidente da Companhia, certifico, conforme 18 U.S.C. § 1350, adotado de acordo com a Seção 906 da Lei *Sarbanes-Oxley* de 2002, que:

- (1) O Relatório atende integralmente às exigências da Seção 13(a) do *Securities Exchange Act* de 1934; e
- (2) As informações contidas no Relatório apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira e os resultados das operações da Companhia.

/s/ Márcio Artur Laurelli Cypriano

Márcio Artur Laurelli Cypriano
Diretor-Presidente
Datado de 30 de junho de 2004

O documento original assinado, exigido pela Seção 906, ou outro documento que autentique, reconheça, ou receba de outro modo a assinatura que aparece digitada na versão eletrônica dessa declaração escrita exigida pela Seção 906, foram entregues ao Banco Bradesco S.A., e serão mantidos pelo Banco Bradesco S.A. e apresentados à *Securities and Exchange Commission* ou a seus funcionários, caso requerido.

Banco Bradesco S.A.
Anexo 10.2

Certificação do Diretor Financeiro
Conforme 18 U.S.C. Seção 1350,
Adotado de Acordo com a Seção 906 da Lei *Sarbanes-Oxley* de 2002

Em conexão com o Relatório Anual do Banco Bradesco S.A. (a “Companhia”) apresentado em Formulário 20-F para o exercício findo em 31 de dezembro de 2003, conforme apresentado junto à *Securities and Exchange Commission* nesta data (o “Relatório”), eu, Milton Almicar Silva Vargas, Diretor Financeiro da Companhia, certifico, conforme 18 U.S.C. § 1350, adotado de acordo com a Seção 906 da Lei *Sarbanes-Oxley* de 2002, que:

- (1) O Relatório atende integralmente às exigências da Seção 13(a) do *Securities Exchange Act* de 1934; e
- (2) As informações contidas no Relatório apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira e os resultados das operações da Companhia.

/s/ Milton Almicar Silva Vargas

Milton Almicar Silva Vargas
Diretor Financeiro
Datado de 30 de junho de 2004

O documento original assinado, exigido pela Seção 906, ou outro documento que autentique, reconheça, ou receba de outro modo a assinatura que aparece digitada na versão eletrônica dessa declaração escrita exigida pela Seção 906, foram entregues ao Banco Bradesco S.A., e serão mantidos pelo Banco Bradesco S.A. e apresentados à *Securities and Exchange Commission* ou a seus funcionários, caso requerido.

CERTIFICAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE
Certificação do Presidente conforme a 18 U.S.C. Seção 1350
Adotada conforme a Seção 302 da Lei *Sarbanes - Oxley* de 2002.

Eu, Márcio Artur Laurelli Cypriano, certifico que:

1. Revisei este relatório anual apresentado em Formulário 20-F do Banco Bradesco S.A.;
2. Baseado em meu conhecimento, esse relatório não contém qualquer declaração falsa sobre fatos relevantes ou omite qualquer fato relevante que seja necessário para fazer com que as declarações feitas, à luz das circunstâncias segundo as quais tais declarações foram feitas, não sejam enganosas em relação ao período abrangido por esse relatório;
3. Baseado em meu conhecimento, as demonstrações financeiras e outras informações financeiras incluídas nesse relatório apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Companhia correspondentes aos períodos apresentados nesse relatório;
4. O outro diretor responsável pela certificação da Companhia e eu, somos responsáveis pela implementação e manutenção dos controles e procedimentos de divulgação (conforme definidos nas regras 13a-15(e) e 15d-15(e) do *Exchange Act*) da Companhia e assim:
 - a. criamos tais controles e procedimentos de divulgação, ou induzimos a criação de tais controles e procedimentos de divulgação sobre nossa supervisão, visando assegurar que quaisquer informações relevantes relacionadas à Companhia, incluindo suas subsidiárias consolidadas, sejam levadas ao nosso conhecimento por outras pessoas dentro dessas entidades, especialmente durante o período de elaboração desse relatório;
 - b. avaliamos a eficácia dos controles e procedimentos de divulgação da Companhia e apresentamos nesse relatório nossas conclusões sobre a eficiência dos controles e procedimentos de divulgação no final do período coberto por este relatório, com base em tal avaliação; e
 - c. apresentamos nesse relatório qualquer mudança nos controles internos da Companhia sobre os relatórios financeiros, que ocorreriam durante o período coberto pelo relatório anual que tenha afetado significativamente ou deva afetar materialmente, os controles internos da Companhia sobre os relatórios financeiros.
5. O outro diretor responsável pela certificação da Companhia e eu divulgamos, com base em nossa avaliação mais recente dos controles internos sobre os relatórios financeiros, aos auditores da Companhia e ao Comitê de Auditoria da diretoria da Companhia (ou pessoas exercendo função equivalente):
 - a. todas as deficiências relevantes no desenvolvimento ou no funcionamento dos controles internos que possam afetar de maneira adversa a capacidade da Companhia de registrar, processar, resumir e apresentar dados financeiros; e
 - b. quaisquer fraudes, relevantes ou não, que envolvam a Administração ou outros funcionários que desempenham papel importante nos controles internos sobre relatórios financeiros da Companhia.

Datado de 30 de junho de 2004

/s/ Márcio Artur Laurelli Cypriano
Márcio Artur Laurelli Cypriano
Diretor-Presidente

CERTIFICAÇÃO DO DIRETOR FINANCEIRO
Certificação do Presidente conforme a 18 U.S.C. Seção 1350
Adotada conforme a Seção 302 da Lei *Sarbanes - Oxley* de 2002.

Eu, Milton Almicar Silva Vargas, certifico que:

1. Revisei este relatório anual apresentado em Formulário 20-F do Banco Bradesco S.A.;
2. Baseado em meu conhecimento, esse relatório não contém qualquer declaração falsa sobre fatos relevantes ou omite qualquer fato relevante que seja necessário para fazer com que as declarações feitas, à luz das circunstâncias segundo as quais tais declarações foram feitas, não sejam enganosas em relação ao período abrangido por esse relatório;
3. Baseado em meu conhecimento, as demonstrações financeiras e outras informações financeiras incluídas nesse relatório apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Companhia correspondentes aos períodos apresentados nesse relatório;
4. O outro diretor responsável pela certificação da Companhia e eu, somos responsáveis pela implementação e manutenção dos controles e procedimentos de divulgação (conforme definidos nas regras 13a-15(e) e 15d-15(e) do *Exchange Act*) da Companhia e assim:
 - a. criamos tais controles e procedimentos de divulgação, ou induzimos a criação de tais controles e procedimentos de divulgação sobre nossa supervisão, visando assegurar que quaisquer informações relevantes relacionadas à Companhia, incluindo suas subsidiárias consolidadas, sejam levadas ao nosso conhecimento por outras pessoas dentro dessas entidades, especialmente durante o período de elaboração desse relatório;
 - b. avaliamos a eficácia dos controles e procedimentos de divulgação da Companhia e apresentamos nesse relatório nossas conclusões sobre a eficiência dos controles e procedimentos de divulgação no final do período coberto por este relatório, com base em tal avaliação; e
 - c. apresentamos nesse relatório qualquer mudança nos controles internos da Companhia sobre os relatórios financeiros, que ocorreriam durante o período coberto pelo relatório anual que tenha afetado significativamente ou deva afetar materialmente, os controles internos da Companhia sobre os relatórios financeiros.
5. O outro diretor responsável pela certificação da Companhia e eu divulgamos, com base em nossa avaliação mais recente dos controles internos sobre os relatórios financeiros, aos auditores da Companhia e ao Comitê de Auditoria da diretoria da Companhia (ou pessoas exercendo função equivalente):
 - a. todas as deficiências relevantes no desenvolvimento ou no funcionamento dos controles internos que possam afetar de maneira adversa a capacidade da Companhia de registrar, processar, resumir e apresentar dados financeiros; e
 - b. quaisquer fraudes, relevantes ou não, que envolvam a Administração ou outros funcionários que desempenham papel importante nos controles internos sobre relatórios financeiros da Companhia.

Datado de 30 de junho de 2004

/s/ Milton Almicar Silva Vargas
Milton Almicar Silva Vargas
Diretor Financeiro